Felipe Azevedo Cazetta

FÓRMULAS ANTIDEMOCRÁTICAS EM TERRAS LUSO-BRASILEIRAS: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)

Doutorado em História

Niterói
2016

FÓRMULAS ANTIDEMOCRÁTICAS EM TERRAS LUSO-BRASILEIRAS: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, para exame de doutorado por Felipe Cazetta.

Linha de pesquisa: História Contemporânea II.

Orientadora: Prof(a). Dr(a) Giselle Martins Venancio.

Niterói
2016

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

C386 Cazetta, Felipe Azevedo.
Fórmulas antidemocráticas em terras luso-brasileiras: análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937) / Felipe Azevedo Cazetta. – 2016.
440 f. ; il.
Orientadora: Giselle Martins Venancio.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. Departamento de História, 2016.
Bibliografia: f. 427-440.

1. Integralismo. 2. Portugal. 3. Nacional Sindicalismo. 4. Ação Integralista Brasileira. 5. Século XX. I. Venâncio, Giselle Martins. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

Felipe Azevedo Cazetta

FÓRMULAS ANTIDEMOCRÁTICAS EM TERRAS LUSO-BRASILEIRAS: Análises em torno do Integralismo Lusitano e da Ação Integralista Brasileira (1914-1937)

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal Fluminense, para exame de doutorado por Felipe Cazetta.
Linha de pesquisa: História Contemporânea II.
Orientadora: Prof(a). Dr(a) Giselle Martins Venancio.

Aprovada em: _____ / _____ / _____.

BANCA EXAMINDORA

_____
Prof. (a) Dr.(a) Giselle Martins Venancio – Orientadora
Universidade Federal Fluminense

_____
Prof.(a) Dr.(a) Giselda Brito Silva – Arguidora
Universidade Federal Rural de Pernambuco

_____
Prof.(a) Dr.(a) Lúcia Maria Paschoal Guimarães - Arguidora
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

_____
Prof. Dr. Francisco Carlos Palomanes Martinho - Arguidor
Universidade de São Paulo

_____
Prof. Dr. António Costa Pinto – Arguidor
Universidade de Lisboa

Niterói
2016

À Leonara, companheira solidária e brilhante historiadora

Ao Ângelo, meu pai e espelho

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas bolsas concedidas ao longo do doutorado, ao fornecer a possibilidade de aprofundar estudos em arquivos no Brasil e em Portugal. Nestes últimos, agradeço mais

uma vez pela bolsa fornecida pelo Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), responsável pelo aprofundamento e substância para cumprimento dos objetivos estabelecidos para esta pesquisa.

Assumo a responsabilidade por todas as críticas que este trabalho virá a sofrer, porém, é necessário partilhar os bons frutos, caso existam, resultantes da pesquisa. A professora Giselle orientou-me por estes quatro anos com sugestões certeiras, de contribuição sem igual. É inevitável não ser nostálgico. Em primeira reunião com a orientadora, já havia as questões, mas eu não possuía muita firmeza por onde trilhar os caminhos das investigações, em quais arquivos. Assim, Giselle fez a pergunta: "Sabe onde fica o Real Gabinete?" A partir daí foi encontrado o fio do novelo a ser desenrolado, ou a *Revista Nação Portuguesa*, onde pude começar o levantamento de fontes, que em meu conhecimento, poderia ser encontrado somente em arquivos portugueses.

Aproveito para agradecer à (Dona) Vera, responsável pelas pesquisas no Real Gabinete Português da Leitura. Sem sua ajuda não poderia recuperar o acervo que construí, mas foi perdido por um acidente de manutenção do computador, sem a devida segurança de ter uma cópia.

Agradeço à banca de qualificação composta pela Professora Doutora Lúcia Paschoal e pelo Professor Doutor Francisco Carlos Palomanes Martinho que responderam de maneira solícita ao convite de arguir a pesquisa submetida e estabelecer críticas e sugestões de reparos onde foi necessário. Ainda sobre o suporte fornecido à pesquisa, a participação do Professor António Costa Pinto às pesquisas em arquivos em Portugal foi fundamental para encontrar montante documental relevante aos objetivos propostos, em menor tempo possível, dado o limite de tempo contemplado pela bolsa. Além disso, em conteúdo extra-acadêmico, agradeço pelas sugestões de passeios e viagens, que foram de grande proveito.

Agradeço à Professora Doutora Giselda Silva por participar da banca de doutoramento, juntamente com o Professor António Costa Pinto, deslocando-se de uma região para outra do país, e no caso do professor, de um continente para outro. Este esforço é gratificante em vista do potencial que os professores podem oferecer através das críticas ao trabalho submetido.

Tenho gratidão aos colegas do grupo conduzido pela Professora Giselle Venancio, principalmente a André e Mariana, que leram com paciência e algum sofrimento diante do volume do texto e da escrita barroca (uma característica que me persegue), a redação preliminar à qualificação.

É importante fazer referência às instituições arquivísticas que foram visitadas, disponibilizando o acervo nem sempre aberto à digitalização ou facilmente acessível, mas que obtive contato, e sem os quais a qualidade do trabalho poderia ser comprometida. Deste modo, por ordem de visitas, segue o agradecimento às instituições e aos funcionários do: Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, ao já mencionado Real Gabinete Português da Leitura, à Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro, ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, à Biblioteca Nacional de Lisboa, à Universidade Católica Portuguesa e sua Biblioteca João Paulo II, Espolio António Sardinha; e por fim à Biblioteca da Universidade de Lisboa, Espolio Pinto Quartin.

A redação de uma tese é algo que envolve dedicação emocional e desgaste. Assim, sou grato à minha esposa, Leonara, por ter mantido um período de coexistência com meu mau humor corriqueiro. Além disso, agradeço aos colegas de copo, Leandro Mageste, Maria Fernanda e Wallace Guedes por terem tomado algumas garrafas de cerveja para chorarmos nossas mágoas.

Agradeço pela compreensão, mas antes peço desculpas aos meus parentes pelo período de desaparecimento e negligência que tive ao longo destes quatro anos.

Gostaria que esta tese fosse apenas um trabalho para assumir o título de doutor em história. Infelizmente, ela termina mais atual que começou, em função da crescente fundamentalista em assuntos políticos e religiosos, que se manifestam de forma promíscua no cenário nacional. No panorama internacional, constata-se a retomada de grupos de extrema-direita, com maior vigor na Europa, mas em projeção em outras partes do globo, não estando o Brasil isento desta ameaça. Não é com satisfação que assisto ao objeto desta pesquisa tornar-se atual.

Toda forma de poder é uma forma de morrer por nada
Toda forma de conduta se transforma numa luta armada
A história se repete, mas a força deixa a história mal-contada**"**

(Trecho de *Toda forma de Poder* – Engenheiros do Hawaii)

RESUMO

A tese tem como objeto de pesquisa os integralismos lusitano (IL) e brasileiro, e o Nacional Sindicalismo (N/S). *Grosso modo*, são movimentos que surgiram nas primeiras décadas do século XX que possuem, entre outros mediadores comuns, o corporativismo como projeto de Estado. Foram movimentos que surgiram do conservadorismo antiliberal e como reação à projeção do comunismo como espectro ideológico. Especificamente, o Nacional Sindicalismo e a Ação Integralista Brasileira (AIB) foram influenciados pela estética e ideologia fascista, com o desenvolvimento através da configuração de "movimentos de massas", embora se constate radicalização entre o grupo do Integralismo Lusitano no pós-Grande Guerra Mundial.

Deste modo, o recorte temporal estabelecido se faz no intervalo de 1913, pela organização do Integralismo Lusitano, até 1937, com a interdição formal da AIB. Entre estas duas balizas temporais há o tratamento do Nacional Sindicalismo, que surge entre os fins dos anos 1920 e início da década seguinte. O problema da pesquisa concentra-se sobre na necessidade de compreender como movimentos com características distintas se denominavam integralistas. Diante desta questão, a pesquisa busca estabelecer vínculos e distinções entre estes grupos, no intuito de compreender o que fazia ambos movimentos serem integralistas. É sobre este contato que a pesquisa propõe oferecer colaboração à historiografia ao objeto de estudo, em função das investigações centrarem-se em torno das teorias, doutrinas, aspectos gerais destes grupos estabelecendo o contato entre estes. Quando proposta a observação do diálogo da AIB e com outro movimento ou regime, o debate se faz em ligação frequente com os fascismos, delegando ao esquecimento possíveis fontes de influência alternativas. Neste sentido, a tese propõe abrir novas frentes de pesquisas, diante dos exames em relação ao diálogo entre o IL e N/S, com a AIB.

Palavra-Chave: Integralismo Lusitano. Nacional Sindicalismo. Ação Integralista Brasileira

RESUMÉ

La thèse a le but de recherche du Integralismo Lusitano (IL), l'Ação Integralista Brasileira et le Nacional Sindicalismo (N / S). *Grosso modo*, sont des mouvements qui ont émergé dans les premières décennies du XXe siècle qui ont, entre autres médiateurs communs, corporatisme comme un projet de l'État. Étaient des mouvements que ont emergé de l'conservatisme anti-libérale et en réponse à la projection du communisme comme un spectre idéologique. Plus précisément, le Nacional Sindicalismo et l'Ação Integralista Brasileira (AIB) ont été influencés par l'esthétique et l'idéologie fasciste, avec le développement par la mise en place des «mouvements de masse», même si elle se trouve radicalisation parmi groupe Integralismo

Lusitano dans l'après-Première Guerre mondiale . Ainsi, le laps de temps se fait dans la gamme 1913, par l'organisation Integralismo Lusitano, jusqu'en 1937, avec l'interdiction formelle de l'AIB. Entre ces deux échéances sera pas de traitement de le Nacional Sindicalismo, qui se pose entre la fin des années 1920 et au début de la prochaine décennie. Le problème de la recherche se concentre sur la nécessité de comprendre comment les mouvements avec des caractéristiques différentes se sont appelés les « Integralismos ». Face à cette question, la recherche vise à établir des liens et les distinctions entre ces groupes afin de comprendre ce qui était les deux mouvements sont « integralistas » . Il est ce contact que la recherche propose d'offrir la collaboration à l'historiographie à l'objet de l'étude, selon les enquêtes, se concentrer autour des théories, des doctrines, des aspects généraux de ces groupes établissant le contact entre eux. Lorsque proposé l'observation du dialogue AIB et un autre mouvement ou d'un régime, le débat est souvent en relation avec le fascisme, en déléguant aux oubliettes les autres sources possibles d'influence. En ce sens, la thèse propose d'ouvrir de nouveaux domaines de recherche, avant les examens concernant le dialogue entre l'IL et N / S, avec AIB.

Mot-clé: Integralismo Lusitano. Nacional Sindicalismo. Ação Integralista Brasileira

SUMÁRIO

Introdução.....14

PARTE I: O INTEGRALISMO LUSITANO – ORIGENS E DESDOBRAMENTOS: DA *L'ACTION FRANÇAISE* AO NACIONAL SINDICALISMO

Capítulo 1: Integralismo Lusitano: da mocidade coimbrã à doutrinação.....32

1.1 – Antecedentes à Formação do Integralismo Lusitano.....32

1.2 – Charles Maurras e a Monarquia Orgânica: bases para a formação e consolidação da doutrina do Integralismo Lusitano.....47

1.3 - A Busca pela Originalidade: o tradicionalismo português e o Integralismo Lusitano.....72

Capítulo 2: A radicalização do conservadorismo: inclinação autoritária e Nacional Sindicalismo.....117

2.1 – O Fim do Fascismo Português como origem do Nacional-Sindicalismo.....122

2.2 – O Integralismo Lusitano no exterior – difusão e enriquecimento doutrinário.....151

2.3 – Nacional-Sindicalismo: Formação e Cisões Internas.....158

2.4 – O Nacional-Sindicalismo em Portugal e no Exterior: salazarismo e período de exílio.....168

PARTE II: ENTRE INTEGRALISMO LUSITANO E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA – O QUE UNE E O QUE DISTINGUE

Capítulo 3: Laços entre Brasil e Portugal: Revistas e movimentos político-ideológicos.....186

3.1 - A Ponte Criada por Jackson de Figueiredo: Centro D. Vital, *A Ordem*, Tristão de Athayde.....191

3.2 – A América Brasileira: intenso intercâmbio.....208

3.3 – Ação Imperial Patrianovista e sua relação ambígua com a Ação Integralista Brasileira.....235

Capítulo 4 - Similaridade e divergências entre os Integralismos 245

4.1 – Nação Portuguesa, Integralismo Lusitano, América Brasileira.....246

4.2 – Gustavo Barroso, Integralismo Lusitano, Ação Integralista Brasileira.....253

Parte III: AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIA: CONSERVADORISMO DE EXTREMA DIREITA

Capítulo 5 – Antecedentes.....272

5.1- A construção da memória, por Plínio Salgado.....276

5.2- Do “socialista” ao liberal: a trajetória de Gustavo Barroso antes da AIB.....294

5.3- O contato com o fascismo e o movimento de revisão socialista de Miguel Reale.....313

Capítulo 6 – A formação e desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira: ideologia e cultura política.....333

6.1 – O Monitor Integralista: órgão de coesão do movimento 333

6.2 – Projetos políticos e o perfil das lideranças: distinções e consonâncias entre Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale.....343

6.2.1 – A faceta messiânica do integralismo através de Plinio Salgado.....252

6.2.2 – Integralismo e antissemitismo nos projetos de Gustavo Barroso.....373

6.2.3 – Estado orgânico no integralismo de Miguel Reale.....395

Conclusão.....414

Anexos.....426

FONTES E BIBLIOGRAFIAS:.....427

INTRODUÇÃO

A presente tese analisa os movimentos do Integralismo Lusitano (IL), do Nacional Sindicalismo (N/S), e a Ação Integralista Brasileira (AIB). O exame se realiza no intuito de esclarecer quais foram as influências do IL sobre a AIB, quais as relações mantidas pelos fundadores do movimento brasileiro com seu homônimo português e de que forma tais contatos se estabeleceram. Para tanto, foram utilizados como fontes primárias, entre outros materiais: periódicos (revistas e jornais) dos movimentos pesquisados e obras bibliográficas dos principais representantes destes grupos.

Além destes levantamentos, há o esforço de reunir os trabalhos constituídos pelos pesquisadores do Integralismo Lusitano e os que investigaram a AIB. A justificativa se faz a partir da tentativa de demonstrar que a viagem de Plínio Salgado à Europa em 1930, não foi o ponto de partida fundamental para a formação da AIB. Tal excursão representou o elemento deflagrador para que o movimento brasileiro pudesse ser lançado, no entanto não foi o único canal de conhecimento dos futuros integralistas brasileiros em relação aos demais movimentos autoritários e de extrema-direita que se desenvolveram na Europa. Antes da viagem de Salgado, em 1930, houve contatos entre intelectuais de concepções autoritárias do Brasil e de Portugal com relativa frequência.

Confirmação disso encontra-se nas correspondências trocadas entre a revista portuguesa *Política*, onde o Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto e Monsaraz foi concebido, e os membros da Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB)[1], movimento monarquista-orgânico criado em 1928. O formador da AIPB, Arlindo Veiga dos Santos, fez parte da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), grupo de onde se formou a Ação Integralista Brasileira. Antes disso, houve o contato entre futuros membros da AIB e o Integralismo Lusitano, através das revistas *América Brasileira* e *Nação Portuguesa*[2].

Diante destes e outros aspectos existentes, consonantes e divergentes, que envolvem os dois grupos, o IL e a AIB, surge a indagação: o que fez estes movimentos se autodenominarem com o mesmo título de "Integralismo"?

---

[1] Patria Nova – Orgão do Centro Monarquista de Cultura Social e Política. Rua Catarina Cortez, 55 – Cidade de S. Paulo, Brasil. In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 1 de Dezembro de 1930. p. 4. Ano I, nº 16. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

[2] Cf.: REDACÇÃO. "Portugal e Brasil" (416-423). In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

Assim, como um dos eixos centrais desta tese, busca-se estabelecer interpretação alternativa à dada por Hélgio Trindade[3] e, de certo modo, vigente na historiografia contemporânea, sobre a formação da AIB e sua inspiração nos fascismos. Conforme se apresentará durante o debate historiográfico, os estudos de Trindade são fundamentais por constituir o marco inaugural sobre o debate e os exames acerca da AIB. Porém, merecem ser revistos, haja vista sua primeira edição ser lançada em 1974. De lá para cá as pesquisas sobre o integralismo brasileiro contaram com avanços consideráveis no campo acadêmico. Apesar dos méritos inquestionáveis, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*[4] possui como aspecto negativo o fato de centrar-se com maior vigor no pensamento de Plínio Salgado, enquanto formador das bases teóricas da AIB, e ao delegar ao segundo plano outros teóricos do integralismo como Miguel Reale e Gustavo Barroso. Este tipo de análise influenciou, em certa medida, as investigações posteriores ao darem ênfase à doutrina de Salgado em detrimento das constituídas pelos demais membros.

Outro efeito colateral provocado pela recepção desta obra afetou os estudos posteriores, por naturalizarem a tese de que a Ação Integralista Brasileira utilizou como fonte majoritária para a consolidação de suas bases doutrinárias, o fascismo. Conforme afirma Alexandre Pinheiro Ramos: "a *hipótese* de Hélgio Trindade foi transformada em um dado empírico, de modo que falar no movimento integralista é falar imediatamente em fascismo."[5] As análises de Trindade, por se tornarem um cânone na historiografia sobre o assunto, foram utilizadas como "verdade terminada" sobre a origem da AIB em suas bases teóricas e de formação doutrinária, para parte relevante das pesquisas posteriores.

---

[3] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
[4] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
[5] RAMOS, Alexandre Pinheiro. "*O Integralismo*, de Hélgio Trindade quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção". In. Antíteses, v. 7, n. 14, p. 324-347, jul. - dez. 2014. p. 327 (grifo do original).

De hipótese fundamentada em levantamentos de pesquisa e métodos científicos, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)* foi recebido por parte dos estudos posteriores como acesso rápido de comprovar a vertente fascista da AIB. Abdicava-se desta maneira de recorrer às fontes primárias para imbuir de suporte tal afirmação. No entanto, a informação de relevância científica deve ser revestida por tratamento orientado por conceitos e organizado por operações metodológicas.

As pesquisas e análises que a revestem não recebem o crivo de "científico" somente pelos instrumentos e suportes utilizados[6]. Cabe ao pesquisador valorizar os trabalhos anteriores, mas igualmente, aplicar suas análises e metodologias próprias sobre as fontes, com o intuito de organizar o debate e desenvolvimento do campo de exames, através da oposição ou acordo com as pesquisas anteriores. Tal advertência pode ser aplicada, igualmente, ao processo de *naturalização* que as obras de referência recebem pelas investigações posteriores para se evitar a retomada às fontes comprobatórias.

No intuito de evitar tais admoestações, em minha tese há a investigação dos aportes teóricos lançados não apenas por Salgado, chefe da AIB, mas por Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina, e Gustavo Barroso, Chefe de Milícias, para destacar as contribuições de cada integrante do alto escalão do integralismo brasileiro. A análise dos três principais mentores da Ação Integralista é útil para apontar quais são as consonâncias e distanciamentos em relação aos congêneres: Integralismo Lusitano (IL) e Nacional Sindicalismo (N/S). Como modo de realizar estes exames, fez-se também investigação sobre as bases teóricas do pensamento político do IL e do N/S.

Ao lançar foco na construção teórica e doutrinária do Integralismo Lusitano, e rastrear suas influências, há a crença de contribuir para a ampliação dos debates até então ocorridos. Possui-se esta postura, pois os investigadores tanto do IL quanto da AIB abordam,

[6] Cf.: PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico.* Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 262.

frequentemente, de forma separada estes movimentos. Os trabalhos apresentam os dois movimentos de modo segmentado, sem diálogo e conexões entre eles. Ao realizarem análises aprofundadas sobre apenas um destes movimentos, os pesquisadores ignoram seus possíveis contatos. Busca-se, portanto, nesta tese, prioritariamente, perceber a comunicação existente entre os dois lados do Atlântico, associando os integralismos de Portugal e Brasil.

Ao buscar contornos para a definição de *Integralismo*, Emile Poulat[7] aponta seu delineamento nítido enquanto conceito, a partir da segunda metade do século XIX. Como doutrina, o integralismo é permeado pela fundamentação cristã em suas formas de conceber o "(...) sistema de vida e pensamento aplicável a todas as necessidades da sociedade moderna, (...)."[8] Segundo o autor, as correntes integralistas surgiram em resposta ao avanço do liberalismo e à ameaça socialista, com o objetivo de proteger a Igreja e fazer oposição ao materialismo. Portanto, em suas bases assumiu o reacionarismo como forma de atuação. Tais características são evidenciadas tanto no Integralismo Lusitano (IL) quanto na Ação Integralista Brasileira (AIB).

Todavia, para manterem-se funcionais, os conceitos devem ser flexíveis, principalmente quando se aborda as ciências humanas. Acolhido enquanto definição genérica, o conceito nunca deve se sobrepor à análise especifica de determinada ação ou fenômeno, sob o risco de impor à fonte conclusões que não são possíveis de serem extraídas, a menos que através de modelos típico-ideais. Em suma, os exames jamais devem ser conduzidos à revelia do contexto de produção da fonte analisada[9].

Portanto, a doutrina e as formas de agir desses movimentos não se restringiram aos aspectos apresentados pela definição de Poulat. Diante das especificidades políticas, e das condições econômicas e culturais díspares de Portugal e Brasil, os movimentos assumiram

---

[7] POULAT, Emile. "Integralismo". In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionario de Política.* 12ª Ed. Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1999. p. 635-636.
[8] Idem, p. 635.
[9] Cf.: PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico.* Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 68-69.

formas particulares em cada um dos países ao longo do tempo. Entretanto, há a necessidade de recorrer às práticas e concepções políticas para delimitar as consonâncias e divergências nas estratégias e práticas políticas dos movimentos do IL da AIB.

No intuito de fazer-se firmar a hipótese de que o primeiro contato das doutrinas integralistas não se deu através da viagem de Plínio Salgado é necessário recorrer aos exames da bibliografia produzida. A historiografia em torno dos integralismos, lusitano brasileiro e do Nacional Sindicalismo apresenta pouco material analítico acerca do contato entre estes movimentos. Quando o fazem, majoritariamente inclina-se sobre os exames entre o grupo chefiado por Plínio Salgado e aquele conduzido por Rolão Preto, detendo-se aos aspectos estéticos, marciais, às marchas, aos uniformes e às semelhanças aos fascismos italiano e alemão.

Por atribuírem baixa relevância à circulação de revistas, correspondências entre outros suportes de doutrinação, os exames tocam a superfície do problema, e prestigiam características estéticas em detrimento dos aspectos teóricos e ideológicos consonantes entre estes três movimentos. Deste modo, as investigações dedicam com maior regularidade, embora estas sejam igualmente escassas, as similaridades e distinções entre Nacional Sindicalismo e Ação Integralista Brasileira, e ignoram as bases comuns destes com o Integralismo Lusitano.

A dificuldade de diálogo historiográfico entre os dois lados do Atlântico, com relação à atuação dos integralismos, foi acusada por Giselda Brito Silva, ainda em 2004 ao afirmar que: "(...) não nos sentimos mais confortáveis em ignorar aspectos da relação externa do integralismo brasileiro em relação ao Integralismo Lusitano depois de termos sido questionados sobre tal relação que agora passa a nos inquietar."[10] Neste sentido, a pesquisadora envereda por caminhos inéditos na pesquisa sobre o objeto ao buscar vínculos mais estreitos entre os

[10] SILVA, Giselda Brito. "Intelectuais Católicos na promoção das ideologias integralistas no Brasil e em Portugal". In. Memória e História: V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História. Recife, UFPE, 10 a 15 de outubro de 2004. p. 3.

movimentos liderados por António Sardinha e Plínio Salgado, que fujam da associação mecânica ao fascismo.

Embora as pesquisas sobre o integralismo no Brasil tenham se expandido após a década de 1990, e principalmente com advento da rede mundial de computadores, através do Grupo de Pesquisas sobre o Integralismo (GEINT), não foi suficiente para haver diversificação e proposição de novos percursos teóricos e interpretativos e novas abordagens. De maneira geral, as pesquisas ainda continuam a vincular integralismo ao fascismo, desprezando qualquer afluente doutrinário alternativo que nutriu o arcabouço da AIB. É necessário afirmar que ainda somos herdeiros da obra de Hélgio Trindade[11].

Ao investigar a Ação Integralista Brasileira, Hélgio Trindade centra exames nas doutrinas e pensamentos de Plínio Salgado, em detrimento aos demais pilares doutrinários do movimento. Ao estabelecer este tipo de análise, houve peso desproporcional à importância do líder integralista e, como efeito colateral, situou teóricos e doutrinadores como Reale e Barroso apenas como elementos secundários na estrutura do movimento.

Além disso, Trindade buscou a análise comparativa entre a AIB e os fascismos europeus. Porém, atribuiu pouca relevância às apropriações externas à extrema-direita alemã e italiana, que foram realizadas na consolidação da AIB, como por exemplo, o próprio IL. Para as influências portuguesas ao movimento de Plínio Salgado, Trindade reserva poucas linhas em nota de rodapé, realizada para sublinhar a distinção de posições sustentadas pela simpatia aberta de Gustavo Barroso ao fascismo, em relação às reservas de Reale e Salgado. Deste modo, expõe: "A posição de Salgado, ao contrário, tem muitas afinidades com o Integralismo lusitano. Os autores que mais o influenciaram foram Antonio Sardinha, Rolão Preto; Oliveira Salazar, João Ameal, Hipólito Raposo."[12] Assim, havia a inserção arbitrária de Salazar ao

[11] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.
[12] Idem, p. 262.

grupo do IL, e a referência a seus autores foi lançada apenas como contraposição à posição de Gustavo Barroso, desprovida de maiores desenvolvimentos sobre o assunto.

A partir destes aspectos, houve a tendência dos demais pesquisadores, posteriormente, a inclinar-se a estas análises e atentarem apenas para as semelhanças do integralismo brasileiro e os fascismos. Como consequência, o diálogo entre os membros da AIB com outros movimentos, de extrema-direita ou não, foram delegados ao ostracismo nas pesquisas historiográficas. Como reflexo, as influências da obra de Trindade alcançaram o outro extremo do debate, sendo partilhada sua interpretação por estudiosos do Integralismo Lusitano e do Nacional Sindicalismo.

Ao inserir o tópico "O N/S e a Acção Integralista Brasileira"[13] António Costa Pinto abre o subitem com a afirmação de que a AIB foi a experiência de fascismo sulamericano mais bem sucedida, mas apresenta a ressalva que "Como salienta um dos seus estudiosos, a formação cultural de Plínio Salgado aproximou-se bastante do Integralismo Lusitano."[14] Ao fazer referência à obra de Trindade, igualmente não se delonga sobre os aspectos que consistiriam em aproximação entre o Integralismo Lusitano e Plínio Salgado.

Pesquisas recentes atentam para o diálogo da AIB exterior ao fascismo, conforme é o caso e alguns dos últimos estudos de João Fábio Bertonha[15]. Já se abre espaço para exames sobre as relações de Salgado em exílio e suas relações com Portugal. Mas, por ser um artigo, destacada sua consistência com o uso de fontes e análises afiadas, o autor cria a expectativa por estudos mais aprofundados sobre o objeto de pesquisa.

Há ainda pesquisas incipientes sobre o contato entre os movimentos brasileiro (AIB) e portugueses (IL e N/S), porém, tributárias ao cânone que a obra de Hélgio Trindade se tornou.

---

[13] PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:* ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 143.
[14] Idem, p. 144.
[15] BERTONHA, João Fábio. "Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)". In. *Análise Social*, vol. XLVI, 2011. p. 65-87.

Este foi o caso da tese de Leandro Pereira Gonçalves[16], que avança na discussão sobre os contatos estabelecidos entre o IL e a AIB. Todavia, o autor reforça a importância de Plínio Salgado na consolidação da doutrina integralista diante de suas influências com o grupo de Sardinha. Pagando o pedágio a Trindade, Gonçalves ignora a participação que os outros mentores da AIB, tais como Miguel Reale e Gustavo Barroso, possuíram na composição de teoria e ideologia norteadora do integralismo. Do modo como se analisa a trajetória de Plínio Salgado na consolidação de seu movimento, as demais lideranças são reduzidas a meros coadjuvantes, sobrecaindo sobre estes a indiferença de seus respectivos contatos com a literatura proveniente da França, Portugal e outros polos irradiadores do conservadorismo que nutriu a Ação Integralista Brasileira.

Como proposta alternativa a estes estudos, busca-se as análises de projetos políticas, discursos e definições doutrinárias no intuito de estabelecer as consonâncias e distinções entre as teorias e os anseios políticos do IL, do N/S e da AIB. A partir destes exames é possível se encontrar os mediadores comuns, ainda que consideradas as especificidades entre os movimentos investigados. Um eficiente norteador para se ter acesso ao cotidiano destes movimentos, tal como perceber as transformações em suas respectivas doutrinas e teorias são as revistas e jornais oficiais. Os três movimentos possuíram seus periódicos oficiais, ainda que cada qual detivesse características próprias.

As revistas criadas pelo IL foram o principal meio de sociabilidade entre seus membros, permitindo um contato com intelectuais fora do movimento, mas que compactuavam com as ideias existentes em seu interior. Contribuíram, portanto, para costurar redes sociais entre os pensadores conservadores portugueses e aqueles fora de Portugal.

As revistas e jornais como órgãos de comunicação interna e, como propaganda para os não membros foi recurso lançado, igualmente, pelo N/S e pela AIB. O movimento de Rolão

[16] GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

Preto, embora utilizasse de cartazes e cartas públicas, centrou-se na divulgação, com maior ênfase, através do *Política*, periódico organizado pela Junta Escolar do IL de Lisboa. A AIB por sua vez optou pelo *Monitor Integralista* como órgão oficial do movimento. É válido destacar que estes foram os principais periódicos do IL, do N/S e da AIB. No entanto, cada movimento contou com revistas e jornais auxiliares de amplitudes variadas, distribuídos em cidades portuguesas e brasileiras, sob a propriedade de membros dos distintos movimentos. Ao sair dos limites nacionais, pudemos ver, ao longo da pesquisa, diálogos de publicações provenientes do IL com revistas brasileiras, e a presença nestas de alguns dos membros da futura AIB.

Neste sentido, a pesquisa se desenvolve sob as bases transnacionais, ao estabelecer diálogos entre movimentos de Portugal e Brasil. Como um dos métodos a serem utilizados, portanto, se utiliza da História Comparada, por ultrapassar o aspecto individual da narrativa e análise de cada grupo observado como objeto. Tributária de Marc Bloch, o autor de *Os Reis Taumaturgos*, nesta pesquisa, possuía como objetivo exceder os limites da história local ou regional, ao superar as fronteiras políticas institucionalizadas para compreender as relações entre a sacrelidade real e o rito de cura das escrófulas dos súditos. Embora aplicado para compreender sociedades medievais, a ferramenta atende ao problema contemplado pela pesquisa por mim proposta, ou seja, as relações entre os movimentos IL, N/S e AIB, desenvolvidos em um espaço temporal similar, mas geograficamente distinto.

Em função das especificidades, torna-se explícito que o método comparativo não se restringe à evidência do similar, mas "sob a condição, é verdade, de que a aproximação diga respeito a realidades ao mesmo tempo diversas e não obstante aparentadas."[17] Tal requisito é evidenciados entre os objetos contemplados pelo estudo proposto entre os integralismos, entendendo o N/S como tal, porém em formato fascizado.

[17] BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002. p. 65.

As vantagens desta ferramenta se fazem pela possibilidade de descristalizar a análise do objeto, com relações analíticas estabelecidas em espaço de observação ampliado. Por outro lado, não se nega as categorias e conceitos, todavia estabelece-se a consideração que os mesmos devem ser incorporados de forma flexível, pois abstrações ou tipologias têm de ser referenciais ao contexto aplicado. Há de se considerar as similaridades, e as distinções das categorias envolvidas, atento às suas condições de surgimento, funcionamento ou reprodução.[18]

Diante destes pontos apresentados, a ferramenta fornecida pela história comparada é aplicada ao longo da tese, porém, pode ser vista com evidência na Parte II da pesquisa. Nesta, se estabelece os vínculos e dissonâncias entre os movimentos em questão, atento para as possibilidades de análise ignoradas pelas historiografias centradas em apenas um destes movimentos, circunscritas aos limites nacionais.

Para serem compreendidos, estes eixos comparativos necessitam ser especificados e apresentados, em seus contextos de produção e seu funcionamento, conforme dito anteriormente. Portanto, a evidência é colocada nestes aspectos, a partir da percepção dos projetos políticos, rivalidades e contrastes internos e com grupos rivais. A *cultura política* esclarece não somente as conexões entre os intelectuais inseridos nos grupos abordados, mas expõe as propostas que estiveram em disputa para a coesão destes. Para Bernstein, os indivíduos que partilham de mesma cultura política, estão ligados por ideais, valores e identidades comuns, todavia, alimentam tensões que não trazem rupturas, mas confirmam os vínculos estabelecidos[19].

O conceito torna-se operacional à pesquisa, no intuito de evidenciar práticas e projetos comuns internos aos grupos analisados. Todavia, revela as rivalidades internas, evitando compreender grupos como a síntese de seus líderes ou mentores. Revela-se assim, as

[18] PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico.* Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 69.
[19] BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRNELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363.

diferenças e discordâncias, mesmo que insuficientes para promover cisões, visto que a cultura política coexiste com os ruídos entre os seus aderentes.

Diante deste panorama teórico estabelecido, opta-se por inserir esta tese em território permeável e livre de fronteiras classificatórias em relação a correntes historiográficas. As investigações transitam entre a história das ideias, história política e história intelectual sem o comprometimento rígido de assumir qualquer das escolas citadas, mas com o interesse em desfrutar dos ganhos oferecidos pelas mesmas.

Assim, a pesquisa se estruturou em três partes distintas, porém complementares. A primeira voltada para a organização e consolidação física e teórica dos movimentos portugueses em questão, ou seja, o Integralismo Lusitano e o Nacional Sindicalismo. A terceira parte referente à análise das bases formadoras da doutrina e da teoria da Ação Integralista Brasileira. Entre estas, há uma parte intermediária, cujo objetivo é tornar evidentes as relações entre os membros do IL e os futuros participantes da AIB. Neste sentido, as balizas temporais da pesquisa se estendem da fundação do IL, em 1913/1914, até o término das operações legais da AIB em 1937. Este recorte temporal abrange também as ações do Nacional Sindicalismo (N/S).

De acordo com o exposto, esta pesquisa abrange análises de bibliografias produzidas pelos integrantes do IL, do N/S, e da AIB. Tais fontes são utilizadas ao longo de seis capítulos, sendo estes divididos em três partes, conforme a seguinte organização:

A **parte I**, denominada **O Integralismo Lusitano – Origens e desdobramentos: da L'Action Française ao Nacional Sindicalismo** conta com dois capítulos. O capítulo 1 - **Integralismo Lusitano: da mocidade coimbrã à doutrinação** examina a trajetória dos ex-colegas de da Universidade de Coimbra até se inserirem no IL, enquanto grupo consolidado. São abarcados neste: o contexto de radicalização política existente entre os finais do século XIX e início do XX, que culminou na proclamação da República de 1910; as tentativas,

malsucedidas, de golpes lançadas por elementos simpáticos à monarquia - entre estes alguns dos elementos que iriam compor o IL posteriormente. São analisadas também a experiência destes futuros integrantes no desterro e as influências e apropriações provenientes da *L'Action Française*.

Neste capítulo, através da trajetória dos componentes de maior relevância vinculados ao movimento, é ressaltada a heterogeneidade política existente entre os ex-colegas de Coimbra. Alguns dos futuros integralistas não foram monarquistas de longa data, mas aderiram à causa real apenas após a proclamação da República. Portanto, alguns destes membros não se envolveram nas incursões golpistas. Fato que explica a formação fragmentada do grupo, através das revistas *Alma Portuguesa* na Bélgica, em 1913, composta por expatriados pelos golpes de 1911-1912; e a *Nação Portuguesa* em Portugal, no ano seguinte, formada em Portugal, por elementos sem participação no levante contra a República.

O capítulo 2, **A radicalização do conservadorismo: inclinação autoritária e Nacional Sindicalismo** trata a trajetória de alguns integrantes do IL após as tentativas fracassadas de golpe para depor a República e instaurar a Monarquia orgânica. Diante da debilidade vivida pelo IL, houve o fechamento da Junta Central do movimento, porém, com preservação de seus quadros escolares[20], o que permitiu que seus membros experimentassem ideias de extrema-direita, sem a polarização de um organismo doutrinário central. Deste modo, alguns dos membros do IL, na primeira metade dos anos 1920, aderiram às propostas fascistas. Neste capítulo, são abordadas as trajetórias intelectuais de Pequito Rebelo, Rolão Preto e Alberto Monsaraz.

Além da adesão ao discurso fascista por parte destes, é interesse do capítulo analisar a formação do Nacional-Sindicalismo, liderado por Rolão Preto e organizado pela Junta Escolar

[20] PINTO, António Costa. "Caos e Ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. (p. 39-54). in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 44.

do Integralismo Lusitano de Lisboa através do periódico *Politica*. Deste modo, investiga-se a recepção da ditadura salazarista pelo grupo de *Política,* e o assedio de Salazar aos nacional-sindicalistas, no sentido de desmobilizá-los e absorvê-los pela União Nacional (UN), partido único do regime. Diante da recusa aos termos de Salazar por Rolão Preto, ocorreu a cisão do movimento, com existência do N/S salazarista e do grupo clandestino. Preto e Monsaraz foram presos e postos no exílio, em decorrência dos "testes de força", isto é, por causa de manifestações públicas e correspondências enviadas ao Presidente da República com críticas a Oliveira Salazar.

A parte 2: **Entre Integralismo Lusitano e Ação Integralista Brasileira: o que une e o que distingue,** funciona como intermediário entre os dois movimentos, ao apontar as similaridades e dissonâncias entre os integralismos de Portugal e do Brasil, abarcando o Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto, nestes exames. Além disso, na segunda parte, abordam-se, também, as relações mantidas entre as revistas integralistas lusitanas e as publicações brasileiras, anteriores à fundação da AIB. Nos periódicos brasileiros analisados, percebe-se a inserção de intelectuais que posteriormente alimentariam alguma relação, de simpatia ou mesmo afiliação, com a AIB.

No capítulo 3 - **Laços entre Brasil e Portugal: Revistas e movimentos político-ideológicos** – se examina o contato mantido pelo movimento português com autores de relevância no cenário político e intelectual do Brasil. É averiguado, neste capítulo, o intercâmbio existente entre o IL e Jackson de Figueiredo. António Sardinha dedica artigo ao autor brasileiro, além de citá-lo algumas vezes em *Alianza Peninsular*, acusando o contato com Figueiredo.

Além desta conversação mantida com IL, há a intenção de destacar o diálogo encontrado nas revistas *Nação Portuguesa* e *América Brasileira* dirigidas, respectivamente, por António Sardinha e por Elisio de Carvalho. Os dois periódicos estabeleceram laços de

proximidade, compartilhando projetos políticos e intenções ideológicas, após o centenário de independência do Brasil, em 1922. A *Nação Portuguesa,* em resposta à celebração das festividades, lança elogios ao Brasil e à iniciativa de Elisio de Carvalho pela autoria de várias obras, entre as quais, ser diretor da "(...) *América Brasileira,* cujo programma nacionalista consiste em ligar o culto dos nossos antepassados à energia dos contemporâneos, em fortalecer a permanência histórica e sagrada, (...)."[21] Em resposta, há o depoimento de Elisio de Carvalho: "Alegra-nos assegurar que o nacionalismo de António Sardinha, (...) muito se aparenta com as idéas e os princípios que inspiram a *America Brasileira*, (...). Estamos certos, pois, de que muito será apreciado entre nós o trabalho do director da *Nação Portuguesa*."[22]

A hipótese defendida nesta tese é a de que a *América Brasileira* foi o principal veículo de contato entre o Integralismo Lusitano e alguns dos futuros membros do integralismo no Brasil. Isto pode ser constatado pela lista de colaboradores da revista dirigida por Elisio de Carvalho. Entre os nomes nela inscritos, estão: Gustavo Barroso, futuro chefe de Milícias da AIB e Oliveira Vianna, intelectual que flertou com o integralismo nos primeiros anos de vida do movimento[23].

Encerrando este capítulo, há a análise da *Ação Imperial Patrianovista*, chefiada por Arlindo Veiga dos Santos. Este movimento foi o elo mais próximo da Ação Integralista Brasileira com o Integralismo Lusitano. Conduzido por Veiga dos Santos, possuiu como eixos centrais o monarquismo e o extremismo de direita. Sob estes aspectos, o então chefe da Ação

---

[21] OLIVEIRA, Carlos Lobo de. "Portugal e Brasil". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 418.

[22] REDACÇÃO. "Notas e Commentários: O Genio Peninsular". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 2. N. 14. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1923, p. 54.

[23] Oliveira Vianna foi designado entre outros, para "organizar, orientar e ordenar os trabalhos do Congresso" (referência ao Congresso de Vitória – ocorrido em 1934), embora seu nome não conste na listagem de presença dos participantes no evento (cf: MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. Segunda quinzena de dezembro de 1933, ano I n. 2 - APHRC/FPS – cx: 131.021-131.038). Além disso, Vianna desempenha função de Diretor do Departamento de Estudos da Provincia do Rio de Janeiro, entre 1933-1934 (cf.: MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. Segunda quinzena de dezembro de 1933, ANNO I n. 2; segunda quinzena de 1934. ANNO II, n.5).

Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB) constituiu o grupo conhecido como Sociedade de Estudos Políticos, antecâmara da AIB.

O capítulo 4, **Similaridade e divergências entre os Integralismos,** coloca em evidência as aproximações entre o Integralismo Lusitano e à Ação Integralista Brasileira, assim como os aspectos divergentes. É importante sublinhar que havia características convergentes entre dirigentes da AIB e as teorias do IL, que não se inseriam no arcabouço teórico da AIB. Deste modo, é imprescindível para este capítulo, perceber as nuances de cada personagem histórico examinado, no intuito de detectar sua especificidade e a subjetividade ao utilizar o referencial teórico. Esta atenção é útil no intuito de evitar apresentar um ponto particular de um dirigente integralista como característica geral do movimento. Observa-se que a AIB, o IL e o Nacional Sindicalismo não eram movimentos internamente homogêneos, tampouco uníssonos ao apresentar seu conjunto doutrinário. Deste modo, não podem ser desprezadas as disputas pela hegemonia da formação teórico-doutrinária existente em cada caso a ser analisado.

Na terceira parte da tese, intitulada **Ação Integralista Brasileira – conservadorismo de extrema-direita**, as atenções deslocam-se para a atuação e comportamento da Ação Integralista Brasileira (AIB). O quinto capítulo, **Antecedentes,** corresponde às atividades intelectuais e políticas dos principais dirigentes da AIB, Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale, em período anterior à constituição do movimento. Deste modo, são examinadas as redes de sociabilidade compostas pelos futuros formadores da AIB. Tal rastreamento das trajetórias contribui para o entendimento da natureza dos projetos que constituíram o arcabouço teórico e suas propostas antiliberais, anticomunistas, corporativistas e voltadas ao público cristão, ainda que a AIB não fosse um movimento confessional[24]. Não se trata,

[24] Segundo Gilberto Calil, o veto à idéia do integralismo em consolidar-se movimento confessional estaria atrelado à razão de, se assim fosse feito, haver a restrição à entrada de simpatizantes vindos de outras religiões, e de regiões de colonização europeia, onde o catolicismo não fosse predominante. Desta forma, a rejeição em consolidar-se movimento confessional cumpriu papel estratégico, com o objetivo de ampliar o potencial de

portanto, de tecer biografias, mas de detectar a origem e as trajetórias dos indivíduos que contribuíram para arquitetar o arcabouço doutrinário da AIB.

A proposta deste capítulo, assim, não se restringe à consulta de relatos autobiográficos dos membros do integralismo, tomando-os como fato ocorrido. Há a intenção de buscar os caminhos destes personagens envolvidos na construção dos projetos da AIB, sem, no entanto incorrer no que Pierre Bourdieu chama de relato linear de vida, ou ilusão biográfica. Segundo o autor francês "Sem dúvida, cabe supor que o relato autobiográfico se baseia sempre, ou pelo menos em parte, na preocupação de dar sentido, de tornar razoável, de extrair uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, (...)."[25] Assim, ao seguir estes relatos de forma ingênua e/ou acrítica, o historiador corre o risco do anacronismo.

Procura-se evitar alguns equívocos encontrados em pesquisas que analisaram a trajetória de Plínio Salgado, que afirmam uma coerência inexistente na trajetória do chefe da AIB. O maior risco de compreender o relato autobiográfico como inquestionável, se faz ao evidenciar uma narrativa biográfica construída de forma linear, dotada de suposta racionalidade. Este exemplo pode ser fornecido conforme apresentado na interpretação de que Salgado desde a infância já percebia influências para a composição do integralismo, conforme se encontra proposto num estudo recente:

> Ao lado de um típico discurso autoritário do pai e da educação concedida pela mãe, demonstrava com clareza e visibilidade que a presença do lema integralista estava já na infância, pois *Deus, pátria e família* foram os sustentáculos do movimento de extrema-direita do século XX no Brasil, (...).[26]

Ora, como chefe de movimento autoritário, Plínio Salgado buscou construir uma narrativa que costurasse sua vida como um todo racional e destinado a um fim, a consolidação

---

arregimentação exercido pela AIB, não significando, no entanto, a ruptura com os aspectos religiosos que permeavam a doutrinação do integralismo. Cf.: CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 43.

[25] BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica" (p. 181- 189). In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 185.

[26] GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012. p. 42.

da AIB. Esta estratégia era crucial para a manutenção da imagem de líder nato, embora o próprio Salgado sustentasse, em seus textos, a rejeição ao messianismo[27]. Portanto, o historiador zeloso de sua pesquisa deve evitar, como sugeriu Pierre Bourdieu, a adesão de forma ingênua e/ou acrítica, aos relatos autobiográficos, antes de submetê-lo a um exame minucioso.

[27] Em *Palavra Nova dos Tempos Novos* (primeira edição de 1937), Salgado afirma: "Não estou chefiando êste movimento por ambição pessoal. À proporção que ele cresce vou-me sentindo desobrigado perante a História." SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos.* In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 229

PARTE I:
O INTEGRALISMO LUSITANO, ORIGENS E DESDOBRAMENTOS: DA *L'ACTION FRANÇAISE* AO NACIONAL SINDICALISMO

Capítulo 1

Integralismo Lusitano: da mocidade coimbrã à doutrinação

1.1- Antecedentes à Formação do Integralismo Lusitano

À medida que as concepções iluministas se lançaram em direção ao pensamento político e econômico, entraram em choque com a organização antes disposta. A crença na igualdade de direitos e na eleição pelo voto popular, por exemplo, era oposta aos costumes nobiliárquicos das sociedades de Antigo Regime. Deste modo, o embate de ideias se fez notório em diversos momentos entre a Era Moderna e Contemporânea. Amostras destes ruídos se fizeram entre os finais do século XIX e início do XX. Ao apresentar oposição às teorias iluministas, alguns autores lançaram-se como caixa de ressonância contra o liberalismo. O conflito entre as posições mobilizou setores conservadores ao posicionamento crítico dos rumos políticos, econômicos e sociais de seus respectivos países, como reação às concepções liberais.

Alguns pensadores, imbuídos destas críticas ao liberalismo e à democracia, foram impelidos ao revisionismo das heranças, mitos e cultos nacionais, com o objetivo de sanar a crise de identidade nacional, conforme apontavam suas concepções. Nesta tarefa novos projetos foram elaborados, com o objetivo de revitalizar as posições políticas, econômicas e sociais suplantas pela adoção do constitucionalismo liberal. Esta busca pela essência patriótica, em que tais intelectuais se lançaram, foi acompanhada de perspectiva pessimista em relação ao presente.

Tal pessimismo foi acentuado pelas consequências imediatas trazidas pela Grande Guerra Mundial, com o abalo da ordem até então disposta na reorganização das relações de poder. Propriedades rurais foram destruídas ou saqueadas, o que levou elites fundiárias à ruína; novos personagens ascenderam às camadas sociais e econômicas superiores, e

pressionaram por igualdade de direitos; a mobilização operária tomou maior vigor, como reflexo das hostilidades econômicas internas, e em reação ao rigor das condições de trabalho presentes antes de 1914, e intensificadas com o esforço de guerra. Em países empenhados na corrida imperialista, estas pressões internas e externas foram alcançadas de forma precoce, ainda em meados do século XIX.

A expansão da participação popular na política e abrangência do sufrágio entre os extratos da sociedade, acompanhada pela ampliação dos direitos sociais aos setores subalternos, provocou nos pensadores conservadores a sensação de corrupção das formas de Poder. Em vista da eleição dos governantes através da participação de extratos populares (entendidos como inferiores intelectual e politicamente), os intelectuais conservadores interpretaram ser o modelo liberal democrático o promotor do enfraquecimento nacional.

Ao buscarem a restauração de formas políticas anteriores ao liberalismo, intelectuais destas correntes denunciavam a ruptura das "formas naturais" de poder, calcadas nas monarquias hereditárias, ocorrida a partir da adoção da democracia. Dizia António Sardinha, mentor intelectual do integralismo lusitano (IL): "Nada mais antinatural, nem mais anticientífico do que a ilusão jacobina! A hereditariedade do poder, pelo contrário, é um facto da natureza, afiançado nas relações da sociabilidade humana pelos exemplos do passado."[28]

Houve também a crítica à quebra de hierarquia política e social, promovida pela democracia, na qual as "massas", entendidas como socialmente desqualificadas, escolheriam os responsáveis por governá-las e ao país. Charles Maurras, líder da *l'Action Française (AF)*, expressava-se da seguinte forma sobre o assunto: "Mas a *República* ou a vontade nacional a princípio, colocava a carroça na frente dos bois fazia depender o superior do inferior, o comandante de seu subordinado."[29]

---

[28] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 128.

[29] "*Mais la* République *ou la volonté nationale d'abord, cela mettait la charrue avant les boeufs, faisait dependre le superieur de l'inferieur, le commandent de l'obéissance: (...).*" MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationalle, 1925. p. XC. (grifo do original. Tradução minha).

A partir da opinião destes dois pensadores da contrarrevolução identifica-se a condenação ao individualismo liberal e ao acesso, através das novas regras do jogo político, adquirido pelas "massas" populares às esferas decisórias. Por entenderem o sistema sufragista como subversão da lógica hierárquica política e social, "fazendo depender o superior do inferior", nutriam a crença de que através da abolição do sistema hereditário e nobiliárquico de organização institucional, as bases de governo estariam corroídas. Tais ataques derivaram da oposição às ideias vindas da Reforma e da Revolução Francesa, e seus desdobramentos sob a forma de individualismo e de liberalismo. Conforme dito, a valorização do pensamento individual e as demandas políticas e sociais por igualdade forneceram munição para críticas ao cenário liberal-democrático, provenientes dos setores reacionários.

Para estes intelectuais o antídoto concebido para superar a democracia, estaria no retorno das elites nobiliárquicas ao controle político nacional. Foi contra estas, entre outras conjunturas, que na França se insurgiram os integrantes da *L'Action Française* (*AF)*, utilizando do Caso Dreyfus[30] como detonador para seus ataques à "estrangeirização", colocada em prática - segundo Charles Maurras - pelos judeus, protestantes e franco-maçons[31]. A partir da premissa nacionalista, sustentada pelo antissemitismo e xenofobia incitados pelo julgamento, a *AF* teceu projeto político calcado nas tradições históricas da França, ou seja, no passado medieval, no qual o corporativismo sobrepujava ao individualismo. Deste modo, o movimento buscava a essência nacional, afastada das "corrupções" vindas do exterior. Sob as propostas escoradas no tradicionalismo e no catolicismo, se desenvolveu a alternativa ao liberalismo que, segundo Maurras, era a porta de entrada para a barbárie estrangeira.

---

[30] O Caso Dreyfus ocorreu em 1899. *Grosso modo*, consiste no julgamento do militar judeu Alfred Dreyfus, acusado pelo governo e pelas forças armadas francesas, de vender segredos de guerra para a Alemanha. Mais tarde, descoberta a fraude nas acusações houve a divisão da opinião publica entre os pró-Dreyfus, reivindicando o julgamento justo; e os anti-Dreyfus, que consideravam a honra do exército e do Poder inatingíveis, devendo permanecer intactas diante do Caso. Subterrâneo a tais polêmicas, o processo contra Dreyfus serviu de combustível ao antissemitismo na França. Aspecto que não foi ignorado pela *l'Action Française* para promover seu nacionalismo.

[31] MAURRAS, Charles. *op.cit*. p. 206-207.

Nesta esteira, em Portugal houve cenário semelhante de contestação ao modelo liberal – encontrado na monarquia constitucional -, e a sensação de erosão das bases da identidade nacional. Esta crise passada por Portugal acentuou-se com o *Ultimatum* britânico nos finais do século XIX. Em vista das suas pretensões imperialistas se confrontarem com os interesses da Coroa inglesa na África houve a exigência, por parte do Lord Salisbury, primeiro ministro inglês, de retirada das tropas portuguesas da região meridional do continente. Considerando os laços históricos de aliança entre os dois países, o rei Carlos I acatou as ordens britânicas.[32]

Este incidente diplomático abalou as ambições portuguesas acerca do *Mapa cor-de-rosa*. O projeto do *Mapa cor-de-rosa* era nutrido pelos anseios militares e mercantis de Portugal em relação aos territórios situados no centro-sul africano. No intuito de alcançar as costas Leste e Oeste da África, formando um cinturão com as possessões territoriais adquiridas, a metrópole portuguesa buscava acesso aos oceanos Atlântico e Índico. No entanto, tais aspirações se chocavam com os anseios imperialistas ingleses, mote gerador do *Ultimatum* britânico.

Este capítulo das relações entre as Coroas monárquicas de Portugal e Inglaterra provocou cicatrizes profundas na legitimidade real lusitana. Ao trazer à tona a fragilidade da soberania portuguesa, o *Ultimatum* acirrou a oposição interna à monarquia, inaugurando o ciclo de instabilidades políticas no país. Ocorridas entre os finais do século XIX e primeiras décadas do XX, estas convulsões político-institucionais culminaram no regicídio de D. Carlos I, em 1908. Para Hipólito Raposo, membro formador do Integralismo Lusitano (IL):

> Quando o Rei Dom Carlos I quis libertar-se dos partidos, entrando no caminho de uma ditadura administrativa, foi morto a tiro no Terreiro do Paço, juntamente com o Principe Real.
> Desde então a República ficou feita, tomando ostensivamente por armas o escudo triangular da Maçonaria, (...).[33]

---

[32] VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasianne et les Modalités du Fascisme au Portugal*.(p.21-57) in. Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové, 2006. p. 29. Disponível em: http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php. Acesso em 10 de fev. 2011.

[33] RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos:* L'Action Fraçaise e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 27.

A crise política interna, associada às dificuldades econômicas percebidas na última década do século XIX em Portugal, proporcionou a inserção de novos elementos no cenário político. Esta abertura das esferas decisórias do Poder se deu como desdobramento das críticas ao modelo monárquico-constitucional. Pressões afetavam o Trono, vindas tanto dos grupos que reivindicavam o modelo de monarquia anterior à Revolução do Porto, quanto os que demandavam a abolição da Coroa e criação da República.

Estas instabilidades repercutiram, na primeira década do século XX, no ambiente acadêmico da Universidade de Coimbra. Divisões políticas entre grupos estudantis predominavam no interior da instituição. Conforme citado por António Costa Pinto: "O meio estudantil de Coimbra constitui, a partir da crise de 1907, um reflector ampliado do desmoronamento do rotativismo liberal, pano de fundo do período que decorre entre a ditadura franquista e o 5 de Outubro de 1910".[34]

É interessante perceber que neste período, entre os anos de 1905 e 1908, um contingente relevante daqueles que se tornariam membros do IL inseriram-se na academia coimbrã. Esta universidade foi o local onde os futuros integralistas lusitanos se colocaram em contato e estabeleceram suas redes de sociabilidade, o que não significa que esta relação fosse revestida de consonância quanto às suas concepções políticas. Ao analisar a trajetória destes elementos, observam-se incoerências, descontinuidades e rupturas quanto aos padrões de identidade política, então existentes e adotados pelos futuros integralistas.

A descontinuidade nas trajetórias e experiências de vida foi assunto examinado por Pierre Bourdieu. Ao observar as formas de se conduzir a investigação biográfica, o autor de *A Ilusão Biográfica* aponta para a necessidade de se abolir a narrativa linear, presente no estilo

[34] PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º. p. 1412.

romântico, sendo pertinente realizar "(...) o questionamento da visão de vida como existência dotada de sentido, no duplo sentido de significação e de direção."[35]

A proposta desta pesquisa é realizar a análise das ideias propriamente ditas, tanto do IL quanto da Ação Integralista Brasileira (AIB). No entanto, respaldando-se na interpretação bourdieusiana do tratamento biográfico, a observação das trajetórias dos fundadores destas concepções a serem examinadas permite historicizar tais pensamentos, além de rastrear as experiências que os influenciaram e permearam suas ideias ao longo de suas existências. Assim, por meio da análise das trajetórias de António Sardinha, Hipólito Raposo, Alberto Monsaraz, Almeida Braga entre outros colegas na Universidade de Coimbra no início do século XX, é possível identificar os meandros da elaboração do Integralismo Lusitano (IL).

Como reflexo dos sinais de esgotamento dados pelo regime monárquico, a causa republicana tomou espaço na Universidade de Coimbra, possuindo como consequência a fundação do Centro Acadêmico Republicano (CAR). Em reação a esta demonstração de força, em 1908 surge o Centro Acadêmico Monárquico (CAM), sob o objetivo de tornar coeso, ao redor da causa monárquica, o corpo estudantil conservador presente na Universidade de Coimbra. Como amostra destas dissonâncias políticas, Costa Pinto cita: "Em 1908, por exemplo, o CAM saúda D. Manuel em abaixo assinado, aparecendo Almeida Braga entre os nomes. Nas respostas dos estudantes republicanos estão, entre outros, (…) António Sardinha."[36]. Portanto, observam-se dois dos responsáveis pela construção da doutrina integralista, ocorrida entre os anos de 1913 e 1914, em trincheiras ideológicas opostas durante suas trajetórias acadêmicas, anos antes da formação do movimento. Outro vetor de dissonância quanto às simpatias políticas é observado por Manuel Braga da Cruz:

> António Sardinha, [era] republicano e anarco-sindicalista de simpatia ideológica (pôs gravata vermelha depois do regicídio de 1908), mas elitista e aristocrata de comportamento, viria a converter-se ao catolicismo e à

[35] BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica" (p. 181- 189). In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 185.
[36] PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. p. 1412.

> Monarquia em 1912. João do Amaral, (...), trocará também o credo republicano pelo integralista. O mesmo se passará com Alfredo Pimenta.[37]

O elitismo, portanto, se colocava a frente das posições políticas ou das convicções ideológicas. Este aspecto fez que os futuros integralistas se juntassem em primeiro momento, não a partir da identidade partidária, mas pelas posturas aristocráticas. Deste modo, os colegas de Coimbra voltaram atenção ao nacionalismo, porém, detendo-se aos aspectos culturais e da inteligência nacional. Logo, tratavam com indiferença ou desprezo, os assuntos parlamentares.

O engajamento político, diante destes contrastes, não era visto como elemento de coesão em relação ao contato estabelecido entre os futuros membros do movimento. Tampouco poderia ser apontada como agregador a questão financeira, embora o IL fosse um movimento elitista e de aversão às camadas populares. Ainda que Costa Pinto afirme ser a base social do IL financeiramente mais próspera em comparação ao restante dos alunos de Coimbra, o autor defende que esta "(...) não era por si só grande elemento de distinção." Por outro lado, António Costa Pinto pontua que, sobrepujando o elitismo financeiro, o "elitismo de afirmação intelectual" [38] era um dos aspectos definidores do grupo a ser formado.

Algumas características presentes no arcabouço político-doutrinário do movimento - o conservadorismo cristão, o antiliberalismo e o municipalismo – eram divisores comuns entre os colegas de Coimbra. Todavia, estes fatores, embora semelhantes entre os futuros integralistas, não credenciavam suas bases de formação e unidade a serem encontradas na política. Justifica-se esta negação diante da diversidade das colorações de projetos (republicanos, monarquistas, ou "indiferentes") existentes dentro do mesmo espaço de sociabilidade. Atestada a inexistência de um eixo político homogêneo como elemento inicial

---

[37]CRUZ, Manuel Braga da. *O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo*. (p. 137-182). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º. p. 138.

[38] PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:* Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 26.

de coesão entre os futuros formadores do IL, há a necessidade de examinar os pontos de convergência destes indivíduos.

António Sardinha, principal mentor do movimento, fornece indícios do elemento aglutinador dos colegas da Universidade de Coimbra. Em *Ao Ritmo da Ampulheta,* obra póstuma publicada em 1925, o autor tece comentário sobre a origem da *L'Action Française (AF)*. Ao recordar um trecho de *Quand les Français ne s'aimaient pas*, de autoria de Charles Maurras, Sardinha observava que a origem do movimento francês encontrava-se na literatura, sendo esta a responsável por conduzir o movimento de Maurras aos assuntos políticos. Neste sentido, António Sardinha acrescentaria: "Ao pensar um pouco nas nossas origens literárias – nas de Hipólito Raposo e nas minhas, eu reconheço que também a nós as Letras nos conduziram à Política."[39] Leão Ramos Ascensão, integralista de terceira geração, argumentava no mesmo sentido quando examinou a relação dos estudantes de Coimbra:

> Os fundadores do Integralismo Lusitano, na sua maior parte, antigos companheiros da Universidade de Coimbra, que uma camaradagem unira estreitamente. Não que houvesse afinidades políticas entre eles: uns eram monárquicos, outros republicanos ou indiferentes e outros que ainda não tinham concluído. O que os ligava eram afinidades literárias e estéticas, era uma comum preocupação cultural, era a superioridade da inteligência que os ligava e os levava a afastar-se desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então.[40]

Portanto, até as vésperas da proclamação da República, em 1910, a heterogeneidade dos posicionamentos políticos era notória entre os "companheiros da Universidade de Coimbra". A pouca importância dada à identidade política para costurar a unidade do grupo deveu-se, em parte, à rejeição ao modelo liberal-parlamentar de governo, seja ele monárquico ou republicano. Deste modo, desprezavam as querelas políticas e os debates parlamentares, por estes serem realizados por representantes escolhidos pelos extratos subalternos da sociedade – vistos pelos futuros membros do IL como incapacitados de realizar a eleição dos dirigentes do país – através do voto. Ainda que o processo eleitoral estivesse organizado por

[39] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* Lisboa: qp, 1978. p. 149.
[40] ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edições Gama, 1943. p. 10.

mecanismo censitário entre os séculos XIX e primeiras décadas do XX[41], os integralistas nutriam desprezo ao modelo, por acreditarem que este promoveria maior espaço a novos personagens políticos. A possibilidade de ascensão às esferas de poder de elementos externos aos setores tradicionais era a fonte de rejeição ao liberalismo.

Haja vista o predomínio do liberal-constitucionalismo como modelo político, a partir da Revolução de 1820, houve, entre os integralistas, a negação à política como elemento de unidade. Caso houvesse a adesão em torno de um partido, por exemplo, seus membros entenderiam este movimento como adoção às normas e regulamentações liberais. Deste modo, justifica-se a heterogeneidade ideológica no interior do grupo formado pelos ex-colegas de Coimbra. As colorações políticas de seus membros, até o início da República, assumiram característica de baixa relevância no intuito de estabelecer os laços de sociabilidade e solidariedade que permearam o movimento integralista. Os colegas de Coimbra pensavam as mudanças para Portugal em termos de cultura e nacionalismo, pautados nas preocupações com a "superioridade da inteligência". No entanto, até a proclamação da República, nas palavras de Leão Ramos Ascensão, eles se afastavam "desdenhosamente das truculências demagógicas e das paixões acadêmicas de então" em que as discussões políticas estavam implícitas.

Neste ponto, Hipólito Raposo justificava a negligência quanto às posturas ideológicas, sua e de seus companheiros, através da baixa representatividade que a monarquia constitucional desfrutava entre os "rapazes de meu tempo". "Em rigor," disse Raposo, "todos os rapazes de meu tempo eram sentimental e mentalmente republicanos, porque aqueles mesmos que se apregoavam monárquicos quando o Rei passava, não tinha para o ser, justificação aceitável, (...)."[42] Todavia, com a proclamação da República, o desinteresse aos

[41] Sobre o processo eleitoral português entre as últimas décadas do século XIX e início do XX, cf.: MÓNICA, Maria Filomena. "As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico (1852-1910). in. *Análise Social.* Vol. XXXI (139), 1996 - 5 º (p. 1039- 1084). p. 1052.
[42] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 28

assuntos políticos deu lugar, progressivamente, à conformação de projetos por parte do grupo de Coimbra. Esta convergência se fez pela inclinação - tanto dos colegas exilados quanto daqueles que ficaram em Portugal - à causa monárquica antiliberal, antiparlamentar, tradicionalista e orgânico-corporativista. Ao analisar esta questão, António Costa Pinto entende ser "A Revolução Republicana (...) um fenómeno político precoce que abriu Portugal para os dilemas da democratização e da política de massas do século XX."[43]

Durante a primeira década do século XX, a crise de legitimidade em que a Coroa padecia afetou a opinião pública, e as instabilidades foram sentidas e reverberadas por jornais e revistas do período. Para a imprensa republicana "(...) acontece que a selecção exercida entre os partidarios monarchicos é frequentes vezes uma selecção invertida, dando em resultado o afastamento dos mais competentes do exercício dos altos poderes do Estado."[44] Outro foco de críticas, relacionado ao sistema monárquico, concentrou-se na promiscuidade de competências públicas, existente entre Estado e Igreja.

Meses antes da proclamação da República, em artigo anônimo, a revista *Archivo Republicano* apresentava o rompimento do Estado com a Igreja como resolução para a instabilidade política existente. Segundo o referido artigo, "(...) sempre nos dará a separação da Egreja e do Estado, afinal um dos maiores remédios contra os nossos grandes males."[45] A coexistência entre republicanos e clérigos tornou-se ainda mais problemática após a deposição monárquica, em outubro de 1910, sendo registradas detenções e expulsões arbitrárias dos representantes da Igreja em regiões, tais como Caldas da Rainha e Óbidos[46].

---

[43] PINTO, António Costa. "Caos e Ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. (p. 39-54). in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 40.

[44] BOTTO-MACHADO, Fernão. "A. Braamcamp Freire". in. *Archivo Republicano.* n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 46. Disponível em: http://purl.pt/16587, Acesso em 09 de jan. 2012.

[45] ANÔNIMO. "O Presidente da República Brasileira". in. *Archivo Republicano.* n.º 6. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Junho de 1910. p. 51.

[46] SERRA, José B. "Élites Locais e Competição Eleitoral em 1911". in. *Análise Social.* Vol. XXIII (95), 1987. p. 59-85 (p. 79).

A Constituição da República possuía forte teor anticlerical. Na Carta aprovada em 25 de Agosto de 1911 havia, no artigo 3º "Dos Direitos e Garantias Individuaes", parágrafo 2º: "A lei é egual para todos, mas só permite aquella que fôr promulgada em termos d'esta Constituição."[47] Neste parágrafo, entre outros daquela Constituição, ficava exposta a separação entre Estado e Igreja. A oposição à Igreja fazia referência ao pacto entre Trono e Altar, demonstrado no período monárquico. Desta forma, o anticlericalismo e, por consequência, a separação entre Estado e Igreja, assumia formato de *questão de regime*, visto que decretada esta divisão, demarcava-se o afastamento do novo regime em relação às práticas monárquicas.[48]

Antes da vitória republicana, para o *Archivo Republicano* a revolução era algo inevitável, e essencial para abrir caminho à República. Este periódico, em julho de 1910, continha artigo anônimo onde se afirmava: "É preciso agir. É preciso fazer a Revolução. A melhor moção era sahirem todos do local de comício resolvidos a ir a casa buscar a carabina, o rewolver, ou a tranca da porta – tudo serve – a fazer a República."[49] Com maior ou menor ímpeto, através do uso da violência ou pela via pacífica, as opiniões neste periódico tendiam à derrubada da monarquia e instauração do regime republicano. Como forma de persuadir o leitor, o *Archivo Republicano*, estampava fotos e textos sobre personalidades influentes em primeira página. Os textos de abertura que acompanhavam as fotografias, de alguma forma afirmavam as afinidades políticas entre a causa defendida pela revista e o homenageado.

Nomes como os de Guerra Junqueiro[50] e de Braacamp Freire[51], por exemplo, estiveram estampados respectivamente nos periódicos dos meses de fevereiro e julho de 1910.

---

[47] "AS CONSTITUIÇÕES". In. *Archivo Republicano.* n.º 20. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, Agosto de 1911. p. 163.

[48] CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesas II.* Lisboa: Universidade Aberta, 1996. p. 283

[49] ANÔNIMO. "O Comício de Domingo: o que se disse e o que se deve pensar". In. *Archivo Republicano*, publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Julho de 1910. p. 58. Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. 2012.

[50] Guerra Junqueiro (1850-1923) é visto pelo *Archivo Republicano* como figura ilustre na literatura e na política, convicto das idéias democráticas, atribuindo-lhe contornos republicanos. (cf.: TAVARES, Santos. "Guerra

Curiosamente, estas duas personalidades participaram da primeira fase da Cruzada Nuno Álvares Pereira. Este movimento, embora não tenha desenvolvido atividade regular entre 1918 (data de sua fundação) e 1926, desempenhou papel importante no golpe de Estado de 1926, colocando fim à experiência republicana de 1910. Entretanto, Braacamp Freire e Guerra Junqueiro não participaram dos acontecimentos de 1926, visto que Freire morreu em 1921 e Junqueiro em 1923.[52]

Em suas investidas contra a monarquia, o *Archivo Republicano* acompanhou as movimentações e confrontos entre tropas realistas e republicanas. Em suas páginas, nos meses de setembro de 1910 a novembro de 1911, havia relatos de personagens envolvidos nos acontecimentos. Em outubro de 1910 constava o depoimento de João Chagas, então membro do Comitê Executivo de Lisboa. Conforme há nesta revista, tais comitês eram organizações incumbidas de derrubar a monarquia. O depoente narrava: "Formou-se n'essa ocasião um *comité* de resistência por iniciativa da Maçonaria, *comité* que auxiliou a organisação da revolta com propaganda feita na classe civil, (...)."[53]

Deste modo, as queixas e ataques de António Sardinha e demais integralistas ao caráter pernicioso da maçonaria em relação à monarquia não eram de todo infundadas. Houve participação das lojas maçônicas na mobilização e organização das tropas republicanas. Estas

---

Junqueiro". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Fevereiro de 1910. p. 11. Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. 2012). No entanto, Massoud Moisés atribui ao literato e político Junqueiro seu "(...) azedume, a revolta enraivecida dos primeiros tempos, é o produto indignado dum ferrenho idealismo perante a falência a que a Nação parecia fatalmente arrastada." Durante a República de 1910 ocupou cargo de Ministro em Berna, no entanto, frustraria-se com a situação do país, recolhendo-se à vida doméstica até a sua morte. (MOISÉS, Massoud. *A Literatura Portuguesa.* 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1972. p.208-211.)

[51] Braacamp Freire foi ex-parlamentar da monarquia. Porém, afastou-se do exercício político na Coroa, segundo o *Archivo Republicano,* "por uma série de *fiascos.",* sendo estes, frutos de sua incapacidade de se submeter à vontade do chefe e ao "partidarismo monarchico". Deste modo, Braacamp Freire "Alistado nas fileiras republicanas ha pouco tempo, póde servir de exemplo, na comprehensão das doutrinas democráticas, (...)." (VALLE, José Miranda do. "Braacamp Freire". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Julho de 1910. p. 46-47. - Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. 2012).

[52] cf.: LEAL, Ernesto Castro. "A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo". (p. 823-851). In. *Análise Social,* vol. XXXIII (148), 1998 (4), p. 835.

[53] ANÔNIMO. "Candido dos Reis vae até a Província". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Outubro de 1910. p. 81. Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. de 2012.

forneceram, de patrocínio financeiro a atiradores, conforme demonstrou em depoimento João de Moraes Carvella: "Agora, como em 28 de janeiro, estará à frente de um grupo de atiradores, pertencentes à Carbonaria? – perguntámos-lhes./ Não, senhor. Alguns, eu entre esses, faziam parte da loja maçônica *A Accacia."*[54]

Outro ponto a ser destacado nestes relatos é o desempenho do capitão Paiva Couceiro, presente em depoimentos, como "único adversário manifesto da democracia"[55] e "zelador da monarchia"[56]. Embora Couceiro[57] tenha assumido notoriedade nos enfrentamentos das forças republicanas, sua importância, para esta pesquisa se deu após a consolidação da República.

Em outubro de 1910 as forças defensoras do regime republicano saíram vitoriosas sobre os monarquistas. A nova Constituição republicana foi aprovada em 21 de agosto do ano seguinte. No entanto, mesmo com a vitória da República, os grupos monárquicos se mantiveram organizados, o que possibilitou insurreições em nome da Coroa, mesmo que os envolvidos não defendessem configurações de regime monárquico semelhantes. Divididos entre monárquico-constitucionais, miguelistas defensores do absolutismo, ou monarquistas corporativistas, o alvo em comum era a República. No intervalo da inauguração do novo regime e a formulação de sua Carta constitucional, Paiva Couceiro organizou dois levantes contra a República.

Nestas investidas, alguns companheiros da Universidade de Coimbra que iriam compor o IL, juntaram-se ao capitão monarquista. Entre estes se encontravam Luís Almeida Braga (responsável pelo nome do movimento), e Alberto Monsaraz, que futuramente, junto a Rolão Preto – também envolvido nos levantes -, conduziria o Nacional-Sindicalismo. Hipólito

---

[54] ANÔNIMO. "Outro Depoimento: Fala do chefe do grupo de atiradores civis". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Março de 1911. p. 122.

[55] ANÔNIMO. "4 de Outubro". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Setembro de 1911. p. 168. Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. de 2012.

[56] ANÔNIMO. "Relatório de Gonzaga Pinto – sargento revolucionário da artilharia I". In. *Archivo Republicano,* publicação mensal. Director e proprietário: Victor de Souza. Março de 1911. p. 183. Disponível em: http://purl.pt/16587. Acesso em 09 de jan. de 2012.

[57] Para maiores informações sobre Paiva Couceiro, cf.: VALENTE, Vasco Pulido. "Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um conservador". In. *Análise Social,* vol. XXXVI, 2001, p. 767-802.

Raposo anunciava: "Em Maio do mesmo ano de 1911, Luís de Almeida Braga partia misteriosamente de Coimbra para a Galiza, e por lá vestia a fardeta de soldado, para oferecer a própria vida debaixo de fogo nas incursões monárquicas do Norte, (...)."[58] Frustrada a primeira sublevação, houve a segunda tentativa de restauração, chefiada novamente por Paiva Couceiro, o que resultou desta vez no exílio de seus realizadores.

Assim, parte dos amigos de Coimbra refugiou-se em países como Bélgica (são os casos de Domingos de Gusmão Araujo, Luis de Almeida Braga e Rolão Preto) e França (Pequito Rebelo). É notável entre estes exilados a falta de António Sardinha, visto por seus pares como o principal mentor do IL. Considerada esta ausência entre os expatriados, é necessário retomar a heterogeneidade política que revestia o grupo de colegas saídos da Universidade de Coimbra. Sardinha não havia participado dos golpes monarquistas por ainda estar ligado à causa republicana.

No exílio, um grupo de ex-estudantes encontrou-se em maio de 1913, na Bélgica. Em contato com as concepções antiliberais que circulavam na Europa, os exilados organizaram naquele ano a revista *Alma Portuguesa.* Possuindo como integrantes

> (...), Domingos Gusmão Araújo, Luis de Almeida Braga, Rolão Preto e outros rapazes emigrados em Gand, para onde arrastou o desastre da segunda incursão da Galiza, fundavam a revista *Alma Portuguesa*, de efemera duração em que pela primeira vez aparece concretamente formulado, embora num sentido puramente literário, o nacionalismo português.[59]

Tal revista possuiu apenas dois números, lançados em maio e em setembro de 1913, porém, foi o primeiro esforço de organização teórica do grupo, sob o formato de movimento. Em 1911, ainda republicano, Sardinha permaneceu em Portugal. Sobre este período da vida do principal mentor do IL, Hipólito Raposo forneceu depoimento interessante: "António Sardinha realizava então, entre nós todos, o mais vivo paradoxo: era tradicionalista, tinha no mais alto grau o culto ao lar e da família, professara e justificara a necessidade da nobreza, era

[58] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 33.
[59] Idem, p. 37.

municipalista, regionalista, (...)”[60]. O relato é relevante por evidenciar os códigos compartilhados entre os membros do movimento, ou seja: o tradicionalismo; o culto à família; a nobreza; o municipalismo e o regionalismo. Por reunir todos estes aspectos, segundo perspectiva de Raposo, era incompreensível que Sardinha permanecesse republicano, o que revelava assim, “o mais vivo paradoxo”.

António Sardinha, até 1912 – ano de sua conversão ao monarquismo –, possuía simpatia ao republicanismo. Com a proclamação da República, demonstrou-se eufórico, conforme percebido em carta enviada à sua noiva:

> Oh! minha amiga, como te escrevo a tremer possuído da agitação sagrada que faz os heróis, e sem qual nada de glorioso no mundo consegue. Triunfará a Revolução? Andar ela na rua a emancipar-nos a preparar a sementeira de luz de que amanhã surgir Portugal Novo?[61]

Segundo Carlos Ferrão, a conversão de Sardinha à monarquia se deu em agosto de 1912. No intuito de comprovar a afirmação, o autor de *O Integralismo e a República* faz referência à carta enviada a Almeida Braga. Nesta, havia a notícia do casamento de António Sardinha, o abandono da causa republicana, e adesão à monarquia. “Com alegria te conto a minha conversão à monarquia e ao catolicismo. Abençôo esta República trági-cómica que me vacinou a tempo pela lição da experiência, que livrou a minha existência dum desvio fatal.”[62]

Menos de um ano depois da proclamação da República, o entusiasmo inicial de Sardinha, converteu-se em frustração. Em nova carta à esposa, refletindo sobre os rumos tomados pela República, lamentava: “Como eu me pejo do que está sucedendo! Eu que acreditei nestes homens, eu que me convenci que se faria ainda uma coisa! Não era um defeito de regime, é um defeito de reca! Falimos! Nada nos salva! Daqui à tutela estrangeira é um passo.”[63]

---

[60] Idem, p. 34.
[61] VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.*. p. 31.
[62] FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e a República: autópsia de um mito*. Lisboa: Inquérito, 1964. p. 57.
[63] VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.*. p. 31.

Desiludido com a República, e monarquista, Sardinha encontrou-se com Raposo e Alberto Monsaraz, este último em Portugal desde 1913, após o fim do exílio voluntário em Paris (é válido lembrar que a anistia aos revoltosos de 1911 e 1912, foi aprovada somente em 1914). Sardinha, monarquista convertido, reuniu-se a Raposo e Monsaraz, ambos defensores da Causa Real desde o período acadêmico, em Figueira da Foz (Portugal), em setembro de 1913 – mesmo ano do lançamento de *Alma Portuguesa*, na Bélgica – para colocarem em prática o projeto de uma revista de filosofia política "(...) que traduzisse o nosso protesto contra a República Portuguesa, na sua forma e nos seus actos, e desse vida e expansão á esperança em que ardiamos e pela qual nos supunhamos capazes de voltar a face do mundo."[64] A revista *Nação Portuguesa,* fruto desta reunião, surgiu em janeiro de 1914.

Neste mesmo período, Pequito Rebelo, colega de Sardinha nos anos de estudo em Coimbra, ao visitar Paris, foi apresentado ao "grande movimento contra-revolucionário da *Action Française"*[65]. Influenciado por este contato, retornou a Portugal e escreveu para António Sardinha no intuito de convencê-lo a abandonar a ideia republicana – desconhecendo sua conversão ao monarquismo orgânico, ocorrida em 1912. Após o retorno, Rebelo passou a colaborar com a *Nação Portuguesa.* Dois anos depois, fundava a Junta Central integralista. O órgão centralizou o arcabouço doutrinário do movimento, colocando em contato os elementos envolvidos no projeto da criação da Monarquia Orgânica.

1.2- Charles Maurras e a Monarquia orgânica: bases para a formação e consolidação da doutrina do Integralismo Lusitano

Considerados os aspectos citados anteriormente - o elitismo intelectual dos colegas de Coimbra, a progressiva conversão destes à causa monárquica após os acontecimentos de 1910/1911 e a participação dos maçons na deposição da monarquia - e ao observar a conjuntura política de Portugal na primeira década do século XX, concluem-se as primeiras

[64] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 37-38.
[65] Idem, p. 38.

ações do Integralismo Lusitano, enquanto grupo consolidado. Nas palavras de Manuel Braga da Cruz, o Integralismo Lusitano organizou-se "(...) quase como pura reacção e contestação negativa da República, (...)."[66]

As críticas centravam-se na degenerescência a qual o liberalismo, segundo os membros do IL, arrebatou Portugal. Os integralistas salientavam a permanência "(...) da formidável conspiração social que trouxe o nosso país aos parapeitos da morte, (...)"[67]. Raposo denunciava a debilidade da monarquia constitucional, desprovida de poder decisório. Nas palavras do autor:

> O Rei constitucional era um funcionário vitalício e hereditário, sem outro encargo prático, além de nomear e demitir ministérios, desde que a Revolução de 1820 transferira a soberania para o Povo, conceito que se traduzia neste caso pelo conjunto de cidadãos eleitores.[68]

Os integralistas distinguiam-se da maior parte dos monarquistas por volverem críticas não apenas ao republicanismo, mas a todo suporte liberal-constitucionalista, abrangendo em seus ataques a monarquia pós-1820. Portanto, no projeto político do IL, em sua primeira geração, a derrubada da República seria um *meio* para retirar Portugal da crise, sendo a Monarquia orgânica o *fim* a ser alcançado. Diferenciavam-se dos outros monarquistas que buscavam a deposição da República e restauração do regime anterior como objetivo último.

Para os integralistas, a substituição do regime de 1910 pelo de 1820 não traria mudanças, pois ambos apresentavam como essência o constitucionalismo liberal. Esta postura acompanhou o movimento ao longo de sua existência, e corroborou com a necessidade de consolidar-se a Monarquia orgânica como alternativa aos regimes anteriores. Como afirma Affonso Lucas, membro de segunda geração do IL, através da revista *Nação Portuguesa*, órgão de divulgação da teoria do movimento:

> Em Portugal, uma monarquia-constitucional sucedendo á república seria um desastre, porque nem a honestidade provada, nem a competência técnica de

[66] CRUZ, Manuel Braga da. *op.cit.* p. 150.
[67] SARDINHA, António. *Ao ritmo da Ampulheta.* 2ª Ed. Lisboa: qp p. 70.
[68] RAPOSO, Hipólito. op,cit. p. 16.

> seus muitos adeptos (que aliaz se não discutem) poderiam suprir as insuficiências irremediáveis do sistema, que em monarquia-constitucional ou em república é precisa e essencialmente o mesmo.[69]

Para o IL as disputas entre monarquia constitucional e República liberal, independente do grupo vitorioso, conservariam os problemas existentes. Caso a República fosse substituída pela Monarquia constitucional, os atores mudariam, mas o cenário político permaneceria o mesmo, em função de seus divisores comuns: o liberalismo e o constitucionalismo. Tal distinção quanto aos projetos, resultou em choques entre os integralistas e as demais correntes políticas realistas, ao longo da I República portuguesa.

O exílio imposto aos participantes do segundo levante contra a República, ocorrido em 1912, forneceu possibilidade de enriquecimento teórico às posturas reacionárias dos futuros integralistas, expatriados naquele momento. A experiência de desterro contribuiu ao aproximar estes colegas das concepções reacionárias em voga na Europa, especialmente, das ideias advindas da *L'Action Française (AF)*. No entanto, não se deve sobrevalorizar o papel deste contato dos exilados com os pensamentos contrarrevolucionários de outros países, para a consolidação do arcabouço do IL.

Ana Isabel Devignes demonstra que houve também, da parte dos integralistas lusitanos, a apropriação de leituras de outros autores conservadores, tais como Gustave Le Bon, feitas por Sardinha ainda em 1908, portanto durante sua fase republicana[70]. Embora a pesquisadora afirme a incompletude do arcabouço intelectual de Sardinha em seu período como estudante da Universidade de Coimbra, é possível detectar concepções derivadas tanto de Le Bon, quanto da *Action Française*, nas obras do mentor do IL. Por outro lado, em grande medida, os exames de Le Bon não afrontavam as bases doutrinárias do movimento de

---

[69] LUCAS, Affonso. *Crônica Política: A Nova Babel.* In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 41. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[70] DEVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925)*: Um Intelectual no Século. Lisboa: ICS, 2006. p. 64.

Maurras, ambos foram complementares para Sardinha constituir sua teoria antidemocrática para o Integralismo Lusitano.

Aspectos acerca do efeito que as massas proporcionariam sobre o indivíduo, presentes em *Psychologie des Foules*[71] são encontrados convertidos em ataques à democracia, nos periódicos da *AF* e do IL. Sardinha toma de Le Bon a ideia de que as massas são conduzidas pelas paixões, sendo vulneráveis aos discursos do "orador que deseja seduzir [em reuniões populares]" e que por isso "deve abusar das afirmações violentas. Exagerar, afirmar, repetir, e nunca tentar demonstrar pela razão, (...)."[72]. Concomitantemente, apropria-se de Maurras que assinalava que estes discursos, no intuito de despertar as emoções, típicos do liberalismo, contribuiriam apenas para a tirania da maioria[73].

Por outro lado, em contraste com as opiniões de Le Bon a respeito da religiosidade, como resultante da imaginação coletiva[74], os integralistas lusitanos optaram pelo catolicismo inerente aos seus membros, e consonante com o sustentado pela *AF*. Deste modo, as apropriações do IL não foram derivadas somente do movimento de Charles Maurras, mas receberam contribuições de amplo repertório do conservadorismo europeu dos finais do século XIX e início do XX.

O batismo do grupo integralista ocorreu em Gand, na Bélgica, a partir do lançamento da revista *Alma Portuguesa*, em 1913. Em seu subtítulo constava "órgão do Integralismo Lusitano". Influenciados pelas concepções conservadoras que circulavam na Europa, o grupo

---

[71] LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière et Cie, 1895.

[72] "*L'orateur qui veut sedúir doit abuser des affirmations violentes. Exagérer, affirmer, répéter, et ne jamais tenter de rien démontrer par un raisonnement, sont des procedes d'argumentation bien connu des orateurs des réunions populaires.*" LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière et Cie, 1895. p. 39 (tradução minha).

[73] *"L'individualisme liberal fond l'etat sur les voeux (ou* les votes*), de l'individu, à exclusion de tout le reste. Et quand on a exclut tout ce reste (traditions, coutumes, droit et etablissements colletifs, conditions rationelles et religieuses), il en découle au profit des individus de la majorité, une parfaite tyrannie de l'Etat qu'ils composent seuls."* MAURRAS, Charles. *Les Conditions de la Victoire : La France se sauve elle meme – de juillet a mi Novembre 1914.* Paris : Nouvelle Librairie Nationale, 1926. p. 330.

[74] "*Tous les grands faits historiques, la creatión du Boudhisme, du Christianisme, d'Islamisme, la reforme, la Revolution (...) sont conséquences directs ou lointaines d'impresion frotes produites sur limagination des foules.*" LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière et Cie, 1895. p. 57.

de ex-estudantes da Universidade de Coimbra, neste momento desterrado de Portugal, organizou a referida revista.

Almeida Braga foi o responsável pela fundação da *Alma Portuguesa*. Através dessa iniciativa, possuía a intenção de "pugnar pela 'regeneração' artística do país."[75] Nas palavras de Hipólito Raposo, "A revista destinava-se a combater a tendência racionalista e anti-nacional de uma publicação do Porto, intitulada *A Águia*, em que se reúnia a flôr dos talentos republicanos da época."[76] Ainda que se afirmasse como "(...) conjunto programático de ideais relacionados com o reavivar a 'chama' do patriotismo que liga 'um povo a sua terra'"[77], a publicação manteve suas críticas restritas aos campos da arte e da literatura, preocupações mantidas por Luís de Almeida Braga e seus colegas, ainda nos períodos da Universidade de Coimbra.

As atenções voltadas à "inteligência", em detrimento dos assuntos políticos, permearam a primeira fase do movimento, em função de rejeitarem os debates parlamentares vigentes na primeira República. António Sardinha, assim como os demais integrantes, analisava o período vivido por Portugal no início do século XX como "crise de inteligência" agravada pela "avariose política"[78]. Portanto, as inquietações voltadas aos temas intelectuais e nacionais não passavam pela política, em função da baixa estima possuída por esta, entre os colegas de Coimbra.

A manutenção do enfoque nos campos culturais e intelectuais e a rejeição em abordar assuntos políticos, tornavam-se evidentes pelo título dado à revista, ou seja, "Alma

---

[75] MARTINS, Fernando. 2010, "O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. in. SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Mauríco B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo - Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos.* Recife: Editora da UFRPE, pp. 89-113. p. 89.

[76] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 37.

[77] GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís Almeida Braga.* Porto: Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. p. 26.

[78] SARDINHA, António. "O Drama de Fialho" (1917). In. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 26-27.

Portuguesa: Revista de *filosofia, literatura e arte, sociologia, educação,* instrução e actualidades".[79] Além disso, a duração efêmera da publicação, com edições lançadas somente em maio e setembro, conspirou para que esta se constituísse como esboço do IL, e não mais que isso. Melhor sorte desfrutou a *Nação Portuguesa.*

Da reunião de Sardinha com Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz, em Figueira da Foz (Portugal), em setembro de 1913 foi elabora a revista *Nação Portuguesa,* com primeira edição em janeiro de 1914, e com períodos de interrupção, estendeu-se até 1926. Em *Integralismo Lusitano*[80], Leão Ramos Ascensão – colaborador da revista criada por Sardinha, Raposo e Monsaraz, e integralista de terceira geração -, destacou a importância deste periódico: "Com a revista *Nação Portuguesa criou-se o movimento denominado 'Integralismo Lusitano'*. A organização, porém, só aparece em 1916. Em abril desse ano publicava-se o primeiro manifesto subscrito pela Junta Central do Integralismo Lusitano."[81] António Costa Pinto afirma que o lançamento da *Nação Portuguesa* se configura como o marco de formação do IL. Diz ele: "Enquanto movimento intelectual e político, com o mínimo de unidade orgânica o IL mantém-se em atividade entre 1914 (data de lançamento d' *A Nação Portuguesa)* e 1922, quando a sua Junta Central decreta a autodissolução."[82] Por fim, Manuel Braga da Cruz confirma que "O aparecimento do movimento propriamente dito dá-se porém com a publicação, em Janeiro de 1914, em Coimbra, da revista *Nação Portuguesa,* que vem a tornar-se o primeiro grande órgão teórico."[83] Desta forma, observa-se a relevância dada a revista, enquanto elemento de articulação e consolidação do movimento.

Em vista da curta duração da *Alma Portuguesa,* seus componentes foram incorporados pela publicação formada por António Sardinha, Alberto Monsaraz e Hipólito Raposo. Nas

---

[79] CRUZ, Manuel Braga da. *op.cit.* p. 138. (Grifo meu).
[80]ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edições Gama, 1943.
[81] Idem. p.21. (Grifo meu).
[82] PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º, p. 1409.
[83] CRUZ, Manuel Braga da. "O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo". In. *Analise Social.* Vol. XVIII (70), 1982. p. 139.

páginas de *Nação Portuguesa* os antigos colegas da Universidade de Coimbra se organizaram e passaram a fornecer coerência às críticas ao liberalismo. Esta reunião dos integralistas resultou no delineamento do tônus teórico e na sistematização do projeto de Monarquia orgânica. Deste modo, foram elaboradas alternativas políticas ao regime vigente e reforçada, igualmente, a oposição à monarquia constitucional inaugurada em 1820. Com a inclusão dos componentes de *Alma Portuguesa*, o movimento tornou-se ainda mais receptivo às concepções conservadoras e antiliberais estrangeiras.

Embora o exílio estabelecesse o distanciamento geográfico entre os integralistas, os laços criados em Coimbra não se dissolveram. Haja vista a manutenção dos vínculos de amizade, o retorno dos expatriados resultou na reorganização do círculo de relações existente no período acadêmico, onde as concepções de elitismo intelectual, do conservadorismo e do municipalismo mantinham-se intactas. Através das experiências vividas após 1910, houve a aproximação dos posicionamentos políticos, antes díspares. Desta forma, os vínculos de sociabilidade foram atualizados. Com o retorno dos expatriados a Portugal, os projetos dos integralistas encontraram confluência, inicialmente, em torno da rejeição aos projetos liberais. Posteriormente, estes vínculos se concretizariam ao redor das propostas nacionalistas desenhadas no interior do IL.

Estes laços de sociabilidade são percebidos através da lógica de funcionamento interna do grupo. Entende-se sociabilidade como categoria em que os indivíduos se colocam em contato através de, e visando construir, formas de pensar e de ver o mundo, dotadas de sentido compartilhado pelo grupo[84]. Portanto, ao estabelecer estas redes ligadas pelos fios contrarrevolucionários, os integralistas constituíram o arcabouço teórico e doutrinário do

[84] Através desta perspectiva, segundo Rebeca Gontijo, citando Sirinelli: "(...), todo grupo de intelectuais organiza-se a partir de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades, que alimentam o desejo e o gosto de conviver." Ver: GONTIJO, Rebeca. "História, cultura, política e sociabilidade intelectual." In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: ensaior de historia cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005. (p. 259-284). p. 261.

movimento. Concomitante aos laços de sociabilidade elaborados pelos integralistas percebe-se a sua inserção no *campo*[85] político, e a organização de seus projetos, práticas e crenças, através da disseminação do *habitus* comum aos seus membros.

A composição do IL se fez através de tensões no intuito de consolidar normas e códigos internos que regeram seu conjunto doutrinário e as disposições hierárquicas predominantes no interior do movimento. Estas disputas foram veladas, e não resultaram na fragmentação do grupo, mas, ao contrário, houve a legitimação da disposição vencedora dos embates simbólicos. A noção de *campo*, proposta por Bourdieu, embora se consolide em relações objetivadas, exige ligações pessoais para organizar-se. Este autor afirma que, para a formação dos *campos*, há a intervenção "de acasos socialmente organizados dos encontros e de convívios comuns e na afinidade dos *habitus*, vivida como simpatia ou antipatia."[86]

Ao criarem o IL como movimento, com intenções e projetos políticos definidos, observa-se a existência de relações estreitas dos integralistas portugueses com as teorias da *AF* e com as ideias de Charles Maurras. Assim, por causa destas influências, o IL foi acusado por seus inimigos, de ser "artigo de importação" vindo da França. Como movimento nacionalista, e para evitar a crítica, os integralistas respaldavam-se nos vínculos tradicionais de Portugal. Deste modo, elaboraram estratégias definindo como suporte de suas teorias o passado medieval e, através deste, o resgate do nacionalismo e dos laços tradicionais perdidos com a adoção do liberalismo, no intuito de refutar as críticas lançadas contra o movimento.

O retorno dos exilados a Portugal não significou, naquele momento, a entrada da *AF* ao movimento, mas tornou seu trânsito, já existente, mais fluído pelas fronteiras integralistas. Antes de 1914, data da anistia dos participantes das revoltas monárquicas de 1911 e 1912,

---

[85] Por *campo*, entende-se espaço de disputas pelo domínio das normas que regem o grupo. Este jogo é dado através de códigos internalizados pelos envolvidos nesta disputa (*habitus*). Bourdieu define *campo*, "(...), entendendo por tal as relações de forças entre as posições sociais que garantem aos seus ocupantes um *quantum* suficiente de força social - ou de capital – de modo a que estes tenham a possibilidade de entrar em luta pelo monopólio do poder, (...).",Ver: BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico.* 10 ed.. Tradução de Fernand Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 28-29.

[86] _____. *Homo Academicus.* Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilto Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 23.

Hipólito Raposo, assim como outros membros do IL, como José Pequito Rebelo e Alberto Monsaraz, já havia estabelecido contato com as obras de Charles Maurras. Raposo conta que: "Em Abril de 1911, Alberto Monsaraz e eu [Hipólito Raposo] íamos a Paris numa viagem do Orfeão Acadêmico; êle ficou por lá exilado e eu voltei para Coimbra para acabar o ano e o curso."[87] Sobre esta viagem Raúl Morodo, pesquisador da Ação Espanhola e do Franquismo, ao analisar as relações mantidas pelos grupos conservadores da Europa latina disserta que Raposo "(...) *conoce Maurras y estudia en París* – (...)."[88] Em vista das viagens dos futuros integralistas à França e, do estreitamento de laços pelos expatriados com as concepções contrarrevolucionárias existentes em outras regiões da Europa, a *AF* forneceu o modelo para as bases teóricas do IL.

Este intercâmbio entre as ideias do conservadorismo francês e os integralistas lusitanos, embora assumido individualmente, não ficou restritos àqueles integrantes que mantiveram o primeiro contato. Por constituírem parte destes vínculos de afetividade pessoal e intelectual, Hipólito Raposo, Pequito Rebelo, Alberto Monsaraz, entre outros, compartilhavam com seus pares as novidades teóricas que os influenciaram em suas viagens à França. Deve ser observado, também, o fluxo de obras bibliográficas originárias da França e destinadas a Portugal, entre as quais estavam os textos da *AF*. Portanto, o exílio de alguns alunos da Universidade de Coimbra, embora importante, não foi determinante para a *apropriação*[89] pelos membros do IL das doutrinas da *AF*.

Considerada a relação mantida pelos integralistas com as teorias do grupo de Maurras, estabeleceu-se entre os opositores do IL a filiação deste com *L'Action Française*. Certamente,

---

[87] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 31.

[88] MORODO, Raúl. *Los Orígenes del Franquismo: Acción Española.* Madrid: Alianza Universidad, 1985. p. 107.

[89] Sobre o conceito de *apropriação*, Roger Chartier apresenta: "Compreender na sua historicidade as apropriações que se apoderam das configurações textuais exige o rompimento com o conceito de sujeito universal e abstracto tal como o utilizam a fenomenologia e, apesar das aparências, a estética da recepção. Ambas o constroem quer a partir de uma invariância trans-histórica da individualidade, considerada idêntica através dos tempos, quer pela projecção no universal de uma singularidade que é a de um eu ou de um nós contemporâneo." CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações.* Tradução de Manuela Galhardo. 2 ed.. Lisboa: DIFEL, 2002. p. 24-25.

as comparações causaram desconforto nos membros do movimento português, haja vista suas pretensões em captar a originalidade da Nação lusitana. Ainda que tentasse se desvencilhar da alcunha de cópia da *AF*, o IL apresentou semelhanças em sua doutrina, em sua teoria, e em seus alvos de ataque. São conhecidas as querelas explicitadas em 1915, entre integralistas e seus acusadores de cópia. "As doutrinas do Integralismo Lusitano", diz Hipólito Raposo, através de *O Dia* de 23 de março de 1915, "não as inventamos, nem importamos de França, por que elas não se filiam nem precisam de inspirar-se nas ideias políticas da *Action Française,* agora muito em voga na boca de meninos que deram a volta no boulevard."[90]

As acusações de que o IL seria a derivação portuguesa da *Action Française* foram realizadas mesmo por quem durante a fase de formação do movimento integralista, contribuiu para sua organização teórica. Um caso exemplar foi Mariotte, pseudônimo do Padre Amadeu Vasconcelos, responsável por receber os exilados de 1911 em Paris, e apresentá-los pessoalmente à Maurras e às obras da *AF*. Mariotte participou, como colaborador, da primeira série da revista *Nação Portuguesa,* todavia, no decorrer da Primeira Guerra Mundial rompeu com a revista diante do posicionamento germanófilo dos membros centrais do IL.

> Desmascáro charlatães e prendo-os ao pelourinho da infâmia uns traidores da alma nacional que, no momento em que o sangue portuguez jorra nos campos de batalha para destruir o germanismo, ousam apostolisar dentro da Patria o nacionalismo rácico, a doutrina hediondamente germânica que conduziu o mundo aos horrores em que se debate.[91]

Em função desta postura integralista Mariotte lançou, em 1917, ensaio composto por coletânea de artigos publicados no *Diário Nacional*, onde polemizava com *A Monarquia,* órgão de imprensa do IL. Neste opúsculo, havia o objetivo de desvalorizar o nacionalismo que os colegas de Coimbra afirmavam ter. Neste sentido, algumas das críticas incidiram na estrutura teórica do grupo tradicionalista português, ao expor a dívida assumida pelos integralistas com a *AF* e com Charles Maurras. "As únicas paginas aproveitaveis do livro *O*

---

[90] RAPOSO, Hipólito. *op.cit* , p. 101.
[91] MARIOTTE (pseud. De Padre Amadeu de Vasconcelos). *O Nacionalismo Racico do Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edição do autor, 1917. p. 7. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G.12034//12P.

Valor da Raça, que são criticas á ideologia democrática, estão impregnadas do pensamento maurrasista, e no entanto Maurras não é citado, em todo o livro, uma só vez, quando a proposito de tudo e de nada, (...).”[92]

Com vistas a estabelecer a análise comparativa entre as doutrinas da *l’Action Française* e do Integralismo Lusitano, busca-se traçar um exame dos escritos maurrasianos, de modo a compreender a intensidade das apropriações realizadas pelos integralistas sobre as ideias colhidas da *AF*.

Para Ales Tenorio Vrbata a “*Action Française* pode ser considerada como a organização realista e contra revolucionária mais importante no contexto europeu.”[93]. Surgido em 1899, o movimento enriqueceu sua teoria com a inserção de Charles Maurras, ao trazer consigo o incremento do monarquismo tradicionalista ao movimento.

A emergência da *AF* foi antecedida pela *Ligue de La Patrie Française,* grupo de composição heterogênea, estabelecido pelo fio condutor de oposição aos defensores de Alfred Dreyfus[94]. Em confronto com a *Ligue des Droits de l’Homme* e outros movimentos de defesa do oficial judeu, muniram-se no interior da *Ligue de La Patrie Française* católicos, conservadores e nacionalistas. Nestes agrupamentos em reação ao Caso Dreyfus encontraram-se Louis Dimier, Gabriel Syveton, Henri Vougeois e Maurras, alguns dos quais os responsáveis pela *Action Française*.[95]

Segundo Eugen Weber, a proposta do movimento, surgido em junho de 1899 foi “criar um vínculo mais estreito entre o Povo e estes homens de alta cultura, cuja ação teria como primeiro resultado a expansão da Pátria Francesa.”[96] Deste modo, os propósitos iniciais do IL, estabelecidos como “(...) intelectualmente a mais fecunda e enérgica tentativa de resgate, de

---

[92] Idem, p. 21-22.
[93] *“Action Française peut être considerée comme l'organization royaliste et contre-revolutionnaire la plus importante dans le contexte européene.”*. VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.* p. 51. (Tradução minha)
[94] Sobre o Caso Dreyfus: ver nota 57.
[95] WEBER, Eugen. *L’Action Française.* Paris: Libraire Arthème Fayard, 1985. p. 34.
[96] *« de créer un lien plus etróit entre le Peuple et ces hommes de haut culture dont l’action avait eu pour premier résultat la magnifique expansion de la Patrie Française. »* Idem, p. 37. (tradução minha.)

que a vida nacional se pode orgulhar nos últimos tempos."[97] estiveram em consonância com os termos lançados pela *AF*, ou seja, a retomada da "Tradição" e do nacionalismo, através de uma elite intelectual.

Desde sua formação a *AF* possuía tonalidades antiliberais, militaristas, avessas à urbanização. Seus integrantes concebiam como *essência* da nacionalidade francesa o cidadão (e por cidadão entende-se, a partir do vocabulário corporativista, a Família ou grupo de ofício) residente no campo. Portanto, seu nacionalismo era derivado das raízes da população fincadas no solo francês. Assim, eram valorizadas as características tradicionais, tais como o catolicismo e o campesinato nacionais. Por outro lado, revela-se a xenofobia e o antissemitismo existentes no grupo.

A *AF* surgiu em momento político ambíguo, no qual as democracias expandiam-se pela Europa e, da mesma forma, o liberalismo político e econômico recebia oposição de setores da elite e das classes médias em decadência. Consequência do momento político vivido nos finais do século XIX, o movimento francês abordou seus alvos de ataque de forma unificada, interpretando os problemas nacionais como originários de uma mesma causa.

Da mesma maneira como procedido pelo IL, a *AF* interpretou os males nacionais a partir de uma origem definida, sendo as crises posteriores, desdobramentos do foco inicial. Este aspecto pode ser observado na citação: "O espírito democrático é protestante ou judeu, ele é semita ou germânico, ele não vêm de nós."[98]. Sob esta perspectiva, o *espírito democrático* seria fenômeno estrangeiro, proveniente de regiões e etnias vistas por Charles Maurras como bárbaras, ou seja, os alemães e os judeus. Resultante deste *espírito*

---

[97] REDACÇÃO. « Porque Voltamos ». in. *Nação Portuguesa : Revista de Cultura Nacionalista.* Outubro de 1915. Diretor: António Sardinha. 2ª série, 2º v.. Lisboa: 1922-1923. p. 1. Real Gabinete Português da Leitura . CDU : 050, RGPL 4UU5. Registro : 104444.

[98] "*L'esprit democratique est protestant ou juif, il est semitique ou germain, il ne vient pas de nous*". MAURRAS, Charles. *Quand les Française ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance – 1895 – 1905.* 2 ed. Paris: Nouvelle Librarie Nationalle, 1916. p. 124. (Tradução minha)

democrático a Revolução Francesa não possuiria seus moldes na França, sendo concebida por Lutero e pelo protestante Jean-Jacques Rousseau, conforme se verá logo à frente.

Dado o antigermanismo presente na *AF*, seus membros situavam a origem do liberalismo nas pregações luteranas, em vista da quebra do monopólio da Igreja sobre as sagradas escrituras pelo pregador de Wittenberg, e pela reivindicação do direito de todos em ler a Bíblia[99]. Ao serem levadas para o campo político, tais pregações de Lutero, segundo Maurras, seriam convertidas no individualismo existente na democracia liberal. Assim, se estabeleciam os vínculos entre o protestantismo, o pensamento de Rousseau e as correntes políticas e intelectuais presentes na Revolução Francesa.

A aversão à Alemanha e aos alemães pelos membros da *AF* é explicada pelas questões diplomáticas que envolviam aquele país e a França nas últimas décadas do século XIX. A derrota na guerra Franco-Prussiana de 1870 e, como desdobramento, a Comuna de Paris; a ameaça econômica e bélica imposta pelo crescimento industrial da nova nação; assim como a política expansionista e o dirigismo estatal do modelo de Bismarck, preocupavam os conservadores franceses, ao examinarem o modelo político liberal da III República Francesa. Considerada a hegemonia continental abalada, a humilhação imposta pela derrota no conflito de 1870 e a instabilidade política gerada pela Comuna de Paris, abrindo as chagas mal cicatrizadas da Revolução de 1789, os contrarrevolucionários da *AF* conduziram suas teorias e doutrinas ao nacionalismo xenofóbico e tradicionalista. Ao Recriar um passado ideal, possuíam como objetivo retomar a Monarquia orgânica, segundo eles, existente em períodos medievais.

No passado mitificado pela *AF*, haveria o predomínio da família sobre o indivíduo. Nesta reconstituição, as contradições entre Capital e Trabalho seriam amortecidas pelas corporações de ofício. Da mesma forma, os conflitos político-partidários inexistiriam, pois as

[99] FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino.* São Paulo: Três Estrelas, 2012. p. 180.

decisões estariam centradas na autoridade da monarquia hereditária. Em oposição ao liberalismo político e econômico, e calcado neste passado, era elaborada a definição de Monarquia orgânica: tradicional, hereditária, antiparlamentar, politicamente centralizada e administrativamente descentralizada.[100]

Com o objetivo de delinear as fronteiras de seu projeto político, Maurras traçou a genealogia do pensamento democrático/liberal. Nas palavras do teórico da *l'Action Française,* o individualismo liberal, ressaltado nos acontecimentos de 1789, era obra de Jean-Jacques Rousseau, herdeiro de Lutero. Assim, "A declaração dos Direitos expressa por Rousseau e por Lutero, quer dizer um retorno ao individualismo bárbaro de fonte germânica. E o Terror exprime uma barbárie de mesma origem.*"*[101]

De acordo com a retórica maurrasiana inscrita na *AF*, após a instalação do liberalismo no país e em decorrência da Revolução Francesa, a inserção do cosmopolitismo havia sido facilitada. A presença do individualismo liberal fragilizaria as instituições nacionais, firmadas no tradicionalismo. Como reflexo deste enfraquecimento das estruturas seculares, ocorria a "Organização maçônica, colônia estrangeira, sociedade protestante, nação judia, tais são os quatro elementos que se desenvolveram de mais em mais na França desde 1789."[102]

Algumas destas características vistas nas palavras de Maurras estiveram presentes na *AF* desde seus movimentos iniciais. À época de sua fundação *l'Action Française* visava como proposta a recuperação da grandeza nacional diante das sucessivas crises, das quais o ponto extremo foi o *Caso Dreyfus*, que contribuiu para o acirramento das divisões internas na França. Já neste momento a religiosidade católica aflorava nas declarações do movimento. Vrbata apresenta trecho da *Revue de l'Action Française*, de 1899, no qual se destaca a postura

---

[100] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* 10 ed. Paris: Nouvelle Librarie Nationalle, 1925. p. 169.
[101] "*La declaration des Droits exprime Rousseau et Luther, c'est-à-dire un retour a l'individualisme barbare de source germanique. Et la Terreur exprime une barbárie de même origine.*" MAURRAS, Charles. *Le Pape, la Guerre et la Paix.* Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1917. p. 232. (Tradução minha).
[102] "*Organisation maçonique, colonie etrangère, sociète protestante, nation juive, tels sont les quatre élément qui se sont devoloppés de plus en plus dans la France depuis 1789.*" MAURRAS, Charles. *Quand les Française ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance – 1895 – 1905.* p. 217. (Tradução minha).

católica fundida ao nacionalismo. Podem ser percebidos também o antiparlamentarismo e a oposição ao liberalismo como bandeiras iniciais do movimento:

> A França é católica e deve, portanto, se livrar dos protestantes, dos maçons e dos judeus; a França é agrícola, ela tem a necessidade de uma política protecionista e de um movimento de retorno à terra; a França é militar portanto, a glória de suas forças armadas são condição de seu orgulho; ela é republicana, não democrata.[103]

Após a entrada de Maurras no movimento, alguns pontos evidenciados tomaram maior destaque, outros foram abandonados. Conforme visto, o movimento apresentava os seguintes aspectos: a oposição à democracia; a preponderância do catolicismo em detrimento da maçonaria, do protestantismo e do judaísmo; a crença em que a propriedade rural forneceria proteção contra a contaminação moral da sociedade burguesa e, por último; o armamentismo. Estes pontos foram mantidos por Maurras, entretanto, o republicanismo - tal como o liberalismo e a monarquia constitucional – foi uma das causas que passaram a ser combatidas após a inserção do autor de *Enquête sur la Monarchie*[104] na *AF*.

Maurras organizou sua teoria, ou a reformulação da *AF*, sob a afirmação do tradicionalismo, do nacionalismo monárquico e da religiosidade. Como reflexo do pessimismo em relação às concepções liberais, o autor compreendia os finais do século XIX e primeiros anos do XX como período de depressão moral e corrupção do nacionalismo francês. Maurras declarava ser a França o produto acabado da religião católica. Ambas seriam as responsáveis por salvaguardar a integridade da sociedade Ocidental, firmada sob a égide cristã e greco-romana[105]. Todavia, para que se retomasse esta aliança, haveria a necessidade da

---

[103]"*La France est catholique et doit donc se débarasser des protestants, des franc-maçons et des juifs; la France est agricole, elle a donc besoin d'une politique proctecionniste et d'une mouvement de retour à la terre; la France est militaire, partant, sa gloire de ses armes sons une condition de son bonheur; elle est républicaine, elle n'est pas democrate.*" VRBATA, Ales Tenório Luna. *op.cit.* p. 25. (Tradução minha)

[104] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationalle, 1925.

[105] "*Maurras considérait la France comme l'héritière de la civilisation classique gréco-romaine, mais aussi comme le rempart contre les barbares du Nord et de l´Orient. (...). Pour lui la France était la fille aînée de l'Eglise catholique, qui aida la réligion chrétienne, d'origine orientale, à assimiler l'esprit classique. Maurras admirait l'Eglise catholique qui, malgré les pressions de la barbárie judéochretienne", avait réussi à reconstruire et défendre ses domaines contre les forces de désordre et, de cette façon, à sauvegarder la civilisation classique*." ["Maurras considerava a França como herdeira da civilização clássica greco-romana, mas também como barreira contra os bárbaros do Norte e do Oriente. (...). Para ele a França era a filha mais velha da

França restituir suas características anteriores à corrupção protestante, cujo sintoma maior se corporificou na Revolução Francesa.[106]

Deste modo, o autor entende que os destinos da França e da Igreja católica estariam interligados, diante da necessidade de resistirem às "invasões bárbaras" promovidas pelos judeus, protestantes e maçons. A barbárie, na compreensão de Maurras, recaía sobre estes personagens pela corrupção promovida por estes à aristocracia no poder, a partir de uma seleção às avessas, conforme o autor entendia ser a votação democrática, por dotar, segundo Charles Maurras, os menos capacitados do direito de escolher os governantes da nação[107]. Portanto, através da concepção maurrasiana, liberalismo e democracia seriam exógenos à França, e a fixação destes resultou na debilidade interna do país.

Em combate aos elementos de instabilidade indicados, formulava-se a solução inicial para conter tais "assédios estrangeiros": catolicizar a França novamente, pois "Não há catolicismo real sem esta aspiração em catolicizar a nação em corpo e Estado, expressão política da nação."[108] A derrota da França em 1870, para Maurras, foi consequência do desprendimento nacional de sua linhagem católica. Este afrouxamento dos laços tradicionais de nação e religião, segundo o autor, foi resultado da imposição alemã que já se mostrava vitoriosa.

Deste modo, as crenças, o orgulho e as possessões territoriais perdidas naquele conflito, só seriam recuperados se retomado o pensamento católico. Nas palavras do autor: "O que perdia a França em 1870, o catolicismo, em grande parte, o perdia, mesmo ao espiritual, porque o vencedor impôs sua filosofia e sua cultura ao mundo. O que a França recuperará será

Igreja Católica, que auxilia a religião cristã, de origem oriental, a assimilar o espírito clássico. Maurras admirava a Igreja católica que, apesar das pressões da 'barbárie judeu-cristã' tinha sido bem sucedida em reconstruir e defender seus domínios contra as forças da desordem e, desta maneira, em salvaguardar a civilização clássica"]. VRBATA, Alés Tenório. *op.cit.* p. 26. (Tradução minha)

[106] Idem, p. 28.

[107] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* p. 206-207.

[108]"*Il n'y a pas de catholicisme réel sans cette aspiration à catholiciser la nation en corps et l'État, expression politique de la nation.*" MAURRAS, Charles. *Les Conditions de la Victoire:La France se sauve elle-même – de Juillet a mi Novembre 1914.* Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1926. p. 266. (Tradução minha).

também recuperado pelo pensamento católico."[109] Além de conceber o catolicismo como elemento inerente ao nacionalismo francês, Maurras entendia o modelo monárquico como componente deste nacionalismo. No projeto político da *AF* – reformulado por Maurras, portanto, convertido ao monarquismo – havia a crítica à República democrática. Neste sentido, Eugen Weber atribui ao sucesso da *Action Française* à combinação do "radicalismo popular dos nacionalistas com o culto reacionário das elites monárquicas."[110]

Consonante às críticas direcionadas ao liberalismo e à democracia e ao reforço ao modelo de monarquia orgânica proposto, os membros da *AF* afirmavam que a divisão do Poder entre os representantes da população, fracionando-o, tornaria a estabilidade de difícil alcance, diante da multiplicidade de anseios que revestiriam as esferas decisórias. Em razão disso, Maurras dissertava:

> Os perigos do poder são grandes? Bem menores que os riscos de faltar poder. Mas o poder tem mais chance de faltar quando ele é tido por um ou por mil? O poder dos mil adiciona inconvenientes, abusos excessivos que são naturais a toda a autoridade que tem chance maior de não ser suficiente e de recusar aos povos seu direito de serem governados. O poder de um só, menos exposto a este infortúnio, comporta uma probabilidade de salvação maior.[111]

Em resposta a estes perigos representados pela democracia, considerava-se a hereditariedade do poder o melhor critério seletivo para a escolha do governante. Diante de séculos de exercício de governo, segundo o membro da *AF*, não haveria indivíduo melhor capacitado senão o herdeiro da linhagem dinástica para assumir os rumos da Nação. Em via oposta, o sufrágio popular atribuiria responsabilidades a quem não estaria habilitado a cumpri-

---

[109] "*Ce que perdit la France en 1870, le catolicisme, en grande partie, le perdit, même au espirituel, puisque le vainquer imposa sa philosophie et sa culture au monde. Ce que la France regagnera sera aussi regagné par le pense catholique.*". MAURRAS, Charles. *Le Pape, la Guerre et la Paix.* p. 60. (Tradução minha)

[110] *« elle combina et reconcilia même en partie le radicalisme populaire des nationallistes avec le culte reáctionnaire des elites monarchistes. »* WEBER, Eugen. *L'Action Française.* Paris: Libraire Arthème Fayard, 1985. p. 42. (tradução minha).

[111] "*Les dangers du pouvoir sont grands? Bien moindres qui les risques de manquer de pouvoir. Mais le pouvoir a-t-il le plus de chance de manquer quand il est tenu par un ou par mille? Le pouvoir des mille ajoute aux incovénients, abus excès qui sont naturels a tout autorité une chance très fort de ne pas être suffisant et de refuser aux peuples leur droit à être governes. Le pouvoir d'um seul, moins exposé à ce malheur, comporte une probabilité de salut três superieur.*". MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* p. LXXVII. (Tradução minha)

las. Nesta perspectiva, haja vista o pouco contato que a população possuía com a política e com as formas de governo, naturalmente, as escolhas de representantes não corresponderiam às necessidades do país.

Charles Maurras elegeu, portanto, a monarquia hereditária e a nobreza de sangue como elementos aptos ao trato dos mecanismos de governo. A Monarquia, em oposição ao liberalismo, era essencial para a manutenção da soberania da França. De outro modo, as existências do país e da nação estariam em risco. Segundo ele, "A França tem necessidade da Monarquia, si por uma razão outra, ela não possa ter esta necessidade, será (por inanição ou por alguma razão outra de consequente fraqueza física) o fim da França."[112]. Maurras repudiava a competitividade e a divisão da nação entre partidos, por acreditar que estas forneciam riscos à estabilidade interna. Outro aspecto negativo encontrado na escolha dos governantes através do sufrágio popular estaria no risco de intervenção estrangeira, a partir do financiamento das campanhas. Conforme defendia Charles Maurras:

> Com efeito, a competição pode tomar formas particularmente perigosas para o Estado e para a nação. Para o Estado, se a competição é livre, se o primeiro lugar é dado à eleição, o sufrágio se compra, quem o exerce nas assembleias do povo ou em uma dieta de príncipes. Assim, o ouro pode conquistar ou possuir o Estado. Mas o ouro pode em outro, e por esse mesmo jogo, desnacionalizar o poder e remetê-lo aos interesses estrangeiros ou mesmo inimigos.[113]

Diante do perigo de ter violada a soberania por influências estrangeiras – risco aberto pelas eleições - ficaria igualmente descartado o modelo de monarquia constitucional ou parlamentar. Ainda que se considerasse a existência da figura do rei, o parlamentarismo incitaria à competição entre os partidos e, em casos extremos, provocaria a guerra civil. Como forma de defender o argumento que "As conquistas e os progressos da democracia datam as

---

[112] "*La France a besoin de la Monarchie; si pour une raison l'autre, elle ne pouvoit pas a ce besoin, ce sera (par inanition ou par quelque autre suite faiblesse phisique) la fin de France.*" MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 193. (Tradução minha).

[113] "*En effet la compétition peut prendre des formes particulièrement dangereuse pour l'État et pour la nation. Pour l'État, si la compétition est libre, si le premier rang est donné à l'élection, le suffrage s'achète, qu'il exerce dans l'assemblée du people ou dans une diète de princes. Ainsi l'or peut conqueror ou tenir l'État. Mais l'or peut en autre, et par le meme jeu, denationaliser le pouvoir, le remettre à des intérrêts exterieurs ou même ennemies.*" Idem, p. LXXXVIII. (Tradução minha)

conquistas e os progressos do Estrangeiro sobre nosso território"[114], Maurras recorre à Revolução Francesa.

Para sustentar sua defesa, o autor dissertava que após a queda da monarquia o país fora invadido três vezes e ameaçado outras quatro. Deste modo, concluía que a democracia parlamentar ou plebiscitária seria imprudente, por prestigiar os debates políticos em lugar da iniciativa belicosa. É necessário retomar ao contexto de produção destes textos para situá-los historicamente. Maurras escreve em 1915, durante I Guerra Mundial. Deste modo, é feita, igualmente, a crítica à política de desarmamento adotada pelo parlamento francês, às vésperas de 1914.

Coerente às contingências temporais, ao colocar a Revolução Francesa como foco de suas críticas, Maurras visou atingir o parlamento liberal contemporâneo. Desta forma, o projeto político antidemocrático inscrito na *AF*, incorporava feições a-históricas. Em suas narrativas históricas para fornecer suporte ao embasamento político, os males que afetavam a França em séculos anteriores ainda persistiam, incidindo sobre a unidade política do país. Deste modo, o projeto da *Action Française* se afirmava enquanto proposta legítima. Portanto a análise maurrasiana acerca do liberalismo tornava-se diacrônica ao estabelecer continuidade dos males compreendidos entre a Revolução Francesa e a I Guerra Mundial.

Maurras investiu contra a democracia. Afirmou o potencial do liberalismo em criar lutas internas e ignorar os conflitos externos. Diante da política parlamentar francesa, vista como pacifista, a República foi classificada pela *AF* como protetorado de Londres ou Berlim, em vista da "dominação estrangeira ou parcialmente estrangeira em seu interior"[115]. No intuito de reverter o quadro de debilidade e corrupção criado pela República e pela liberal-democracia francesa, conforme compreendido pelo líder da *AF*, se empregaria o projeto monárquico orgânico. Nesta proposta, seriam afastados tanto o risco de esfacelamento

[114] "*Des conquêtes et des progrès de la democracie datent les conquêtes et les progrès de l'Étranger sur notre territoire.*". MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. XI. (Tradução minha)
[115] MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 25.

político, ao se repelir o liberalismo quanto o perigo vermelho. Na ordem corporativa, haveria a organização dos trabalhadores em corporações desprovidas de autoridade pelos operários, visto que estariam inseridas em uma cadeia hierarquicamente interligada, onde os patamares terminariam na figura do monarca[116].

Portanto, se substituiriam os conflitos gerados pela disputa do poder, provocados pela pluralidade de partidários envolvidos no jogo político e pela luta de classes. Em seu lugar, predominaria a autoridade calcada na tradição, portanto, na hereditariedade do chefe nacional. A partir deste modelo, as querelas e negociações políticas conduzidas pelos anseios individuais seriam solapadas pela figura do monarca, sendo este o representante maior dos desejos da Nação. Expondo tal projeto, Maurras explicava:

> Ao contrário, substituamos pelo conflito das dez, cem ou mil famílias-chefes o reino de uma só designada não por ela mesma, mas pelos certificados que a sustentam para com a nação. Adotemos a família-chefe que encarna o trabalho político, o esforço nacional, a função unificadora e conservadora de onde deriva toda a nação.[117]

Através do corporativismo, seria criada alternativa ao liberalismo, haja vista a representação política por *Famílias*, e não mais centrada no indivíduo como base da estruturação social. Sob a organização hierárquica, o rei ocuparia o topo da pirâmide societária. A oposição ao liberalismo se realizaria a partir da reorganização social promovida sob a interpretação das formas de representação política, considerando a célula essencial da sociedade o grupo familiar, e não mais o indivíduo. Portanto, o modelo de monarquia parlamentar ou constitucional foi tão condenado pela *AF*, e posteriormente pelo IL, quanto a República liberal. A incompatibilidade entre os projetos de Monarquia orgânica e as propostas liberal-democráticas era exposta para delimitar suas respectivas fronteiras.

---

[116] Cf. : WEBER, Eugen. *L'Action Française.* Paris: Libraire Arthème Fayard, 1985. p. 89.

[117] "*Au contraire, substituons au conflit de dix, cent ou mille familles-chefs le règne d'une seule designée non pour elle-même, mais pour les rapports qu'elle soutient avec la nation. Adoptons la famille-chef qui incarne le travail politique, le effort nationale, la foction unificatrice et conservatrice d'où est sortie tout la nation.*" (Tradução minha). Idem, p. CXXIV.

O antagonismo visto nos dois projetos, nas palavras de Maurras, se devia: I) ao prestígio dado pela democracia à "lei do número", incapaz de coordenar a organização proposta pelo sistema monárquico-corporativo de governo, por ignorar a *qualidade* dos votantes e, por consequência, dos votados; II) dada a preponderância à "lei do número", as opiniões encontram-se fragmentadas, em vista da diversidade de posições sobre o mesmo assunto – desaparecendo a unidade política; III) por fim, à incapacidade da República em fazer do Estado um corpo politicamente centralizado, em função da eleição (por voto individual) como fórmula de seleção dos representante políticos.[118] Através da observação destes aspectos, Maurras atribuía a incompatibilidade entre o modelo liberal e as propostas de centralização política. Em seu projeto, porém, ocorreria a descentralização administrativa praticada nas instâncias doméstica, local, profissional inscritas na Monarquia Orgânica.

Deste modo, o liberalismo era visto como fragmentador da unidade política nacional, corrosiva das bases tradicionais da França. Os partidos políticos fariam da França um "balcão de negócios" diante das disputas pessoais que estariam imersos os debates parlamentares. A dinastia monárquica em seu formato orgânico seria a única maneira de evitar este cenário, em função de seu aspecto hereditário, por tornar a Nação e o Rei, duas partes de um só corpo. Por estarem em contato com os assuntos internos por gerações, os representantes dinásticos concentrariam em si os anseios do país.

---

[118] "*La politique realiste de decentralisation (domestique, locale et professionalle) n'est pas seulement 'inapliquée' en republique democratique : elle y est encore inaplicable, et pour trois raisons. a) La democratie, loi du nombre, exclut la qualité, condition d'organisation. b) Si par miracle la decentralisation si faisait, la France, tiraillée entre les grandes compaignies divergentes, disparaîtrait en tant qu'unité politique, faut d'un organe vivant et puissant de l'interêt général. c) La République democratique française ne peut passer de l'état centralizé à l'état decentralizé, faute un pouvoir qui consente à effecteur cette operation : aucun pouvoir n'y peut consentir en effet, car emané de l'election, il a besoin de tous les moyen de la centralisation pour se conserver, autrement dit pour se faire réaliser.* » [«A política realista de descentralização (doméstica, local e profissional) não é somente 'inaplicável' na república democrática: ela é ainda inaplicável, e por três razões. a) A democracia, lei do número, exclui a qualidade, condição da organização. b) Si por milagre a descentralização se fizesse, a França, atirada às grandes companhias/partidos divergentes, desapareceria em relação a sua unidade política, carente de um órgão vivo e possuidor do interesse geral. c) A República democrática francesa não pode passar de Estado centralizado à descentralizado, falta um poder que consinta em ser o realizador desta operação: nenhum poder pode assumir esta responsabilidade, pois originado da eleição, são necessários todos os meios de centralização para se conservar, dizendo de outra forma, para se fazer realizar."]. MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 230. (Tradução minha)

Do ponto de vista de Maurras, a liberal-democracia, por outro lado, colocaria no poder elementos políticos selecionados pelo voto individual e popular. Deste modo, eram consideráveis as chances de ascenderem representantes inaptos às funções imputadas pelo cargo a ser ocupado, em razão das formas de escolha. Nesta perspectiva, calcada nas camadas populares abrangidas pelo sufrágio, a democracia causava inquietação por ser suscetível aos assédios financeiros, em virtude das suas bases de sustentação – o "povo" e o voto popular – serem despreparadas e de baixa inclinação aos assuntos políticos. Para reparar a "natureza corrompida" do regime constitucional Maurras apresentava o poder pessoal centrado na figura do rei. Todavia, desconsiderava o Poder sob a forma absoluta de centralização política. Em sua proposta, o governo se organizaria a partir da máxima "*Monarquizemos* o Estado, *republicanizemos* todo o resto"[119]. Portanto, o Estado vislumbrado pela *AF* cumpriria o formato municipalista ou regionalista, sob a forma de corporativismo:

> Mas o esforço da monarquia será de refazer estas vértebras do governo local e da autonomia sindical; por simples horror do parlamentarismo e por saber das necessidades modernas, a realeza francesa se desenvolverá sobre o modo regionalista. Ela se desenvolverá sobre certo aspecto, como uma ditadura, e sob outro, uma variedade de pequenas repúblicas federadas e, além disso, se encontraram sob a proteção do chefe militar hereditário (…). [120]

Estabelecido sobre as balizas do corporativismo, o Estado vislumbrado pela *AF* se desenvolveria sob o formato autoritário, através da "proteção do chefe militar". Consonante a este arranjo, haveria o regionalismo, presente em sua teoria. Esta característica aponta para a descentralização administrativa apreciada pelo movimento. Diante desta, a organização representativa se desenvolveria a partir dos sindicatos inscritos nas "pequenas repúblicas federadas". Porém, não deve confundir este modelo de república com o vislumbrado pela

---

[119] "*Monarchisons* l'État, *républicanisons* tout le reste." MAURRAS, Charles. *Devant l'Ennemi:* Les Conditions de la Victoire – Ministère et Parlement – de Septembre a fin Décembre 1915. Nouvelle Libraire Nationale, 1916. p. 198. (Tradução minha – Grifo do original)

[120] "*Mais le tache de la monarchie sera de refaire ces vértebres du governement local et de l'autonomie syndicale; par simple horreur du parlementarisme et par intellingence des besoins modernes, la royalités française se developpera sur le mode regionaliste. Elle developpera sur certain aspect, une dictature, et sous autre, une multitude de petit républiques federées et d'ailleurs se compénétrant sous la protection du chef militaire hereditaire (...).*"MAURRAS, Charles. *Quand les Français ne s'aiment pas:* chronique d'uno renaissance – 1895-1905. 2 ed. Nouvelle Libraire Nationale, 1916. p. 224. (Tradução minha).

liberal democracia francesa. O projeto apresentado por Maurras manteve contato com a explicação dada por António Sardinha a respeito desta formação. Ambos os autores referiam-se às estruturas medievais de relações políticas e sociais. Nas palavras de Sardinha: "O *facto-república* afirmou-se principalmente na Idade Média com as liberdades municipais e corporativas, fundamentadas no direito legítimo do homem a viver e com razão moral no profundo ideal cristão daquela época."[121]

Deste modo, Maurras, e posteriormente o IL, flertou com o que se convencionou chamar "republicanismo clássico" - salvaguardadas as especificidades entre o conceito e a teoria do líder da *AF*. A noção desenvolveu-se nas cidades-estados italianas medievais, e difundiu-se para Inglaterra e França, com o objetivo de estruturar as monarquias modernas. Segundo Rui Ramos, "O 'republicanismo' deste tipo de pensamento não reside na repugnância aos monarcas, mas na preferência por um certo tipo de comunidade política: a cidade composta de homens livres devotados ao bem público."[122] No entanto, a liberdade medieval se distinguia do liberalismo combatido por Maurras e Sardinha, visto que estes "homens livres" apontados por Ramos estavam "devotados ao bem público". Portanto, o chamado "republicanismo clássico" não se colocaria em oposição à monarquia. Neste modelo de organização, o indivíduo estaria subordinado ao bem-estar coletivo. Deste modo, a participação em assembleias era sempre bem aceita, caso fosse representativa das demandas do grupo.

Assim, o Estado maurrasiano possuía suporte no aparato sindical, calcado no trabalho e na Família. Como consequência, fornecia papéis relevantes ao modo de vida e à propriedade agrária, em função da preservação das redes corporativas de produtividade. Diante do crescimento da urbanização, visto nos primeiros anos do século XX, a retração das unidades

---

[121] SARDINHA, António. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 126-127.

[122] RAMOS, Rui. "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins". In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997. (p. 113-141) p. 125.

agrárias e a modificação das práticas dos camponeses, eram interpretadas pela *AF* como perda dos tecidos sociais tradicionais da França. Os responsáveis por estes danos à identidade nacional seriam encontrados nos judeus.

O povo judeu, através do comércio das propriedades agrárias, havia dissolvido os laços de identidade entre as famílias e a terra. Como alternativa a este perigo cosmopolita, haveria a proteção real aos sindicatos agrícolas, como defende Maurras: "Os sindicatos agrícolas, as caixas de crédito agrícolas encontraram próximo ao Rei da França uma proteção enérgica. Mas os Judeus que se entregam ao escandaloso tráfico das propriedades serão detidos pelas famílias enraizadas ao solo."[123] Assim, pode-se observar a construção do problema fundiário diretamente atrelado ao nacionalismo nas propostas da *AF*. Portanto, o abandono da propriedade rural resultaria em afronta aos laços tradicionais que ligam os grupos sociais à Nação. O corporativismo, encarado na Monarquia orgânica forneceria o antídoto a estes males.

Em oposição ao materialismo que confrontava patrão e empregado, colocando-os em grupos antagonistas (dominantes X dominados), no projeto de Monarquia corporativa haveria apenas uma categoria: os produtores. Assim, ao abordar a relação entre as duas partes, André Buffet, entrevistado por Maurras, dissertava:

> A confiança recíproca poderia renascer. Seriam divididas as dificuldades. Ajudar-se-iam mutuamente. Haveria o socorro mutuo. Um grande número de males, resultantes do absenteísmo, se curaria facilmente. A vida rural retornaria a ser fácil e doce, não somente aos tão pequenos proprietários, mas aos não proprietários.[124]

Vista como essência do nacionalismo, a propriedade fundiária não era apenas uma posse, ela era revestida de significado político, considerada como um elo identitário entre

---

[123] "*Les syndicates agricoles, les caisses de credit agricoles trouvent près du Roi de France une protection énergique. Mais les Juifs que se livrent à un scandaleux trafic des proprietés seront arrêtés dans des familles bien erraninés au sol.*" MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 55. (Tradução minha).

[124] "*La confiance réciproque porrait renaître. On serait de moitié dans les dificultes. On s'entr'aiderait. Il y aurait secours mutuel. Un grand nombre de maux, resultát d'absentéism, se guerriraient facilement. La vie rurale redeviendrait aisée et douce, non seulement aux très petit propriétaires, mais aux non propriétaires eux-même.*" MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 55. (Tradução minha).

cidadão e Nação, disseminadora da solidariedade entre as corporações. Portanto, André Buffet completava: *"*A propriedade rural é uma instituição política, eu poderia ousar dizer um bem nacional e um capital nacional. A este título, ela tem o direito de ser defendida, protegida e assegurada pela lei."[125] Diante desta importância simbólica atribuída à possessão agrária, caberia à família o encargo de mantê-la e protegê-la. E o modo de realizar este esforço seria através da transferência hereditária. Portanto, a terra, para a *AF* seria revestida de significância, representaria a antiguidade da Nação bem como a sacralidade dos laços de parentesco das famílias.

Estes significados poderiam ser extraídos através da observação da integridade da família, em função da antiguidade da posse fundiária. Neste sentido, a possessão rural seria, igualmente, um atributo de nobreza dada a preservação das tradições de determinada família ligada à sua capacidade manter a propriedade por gerações. No entanto, a constante divisão da propriedade agrária por herdeiros poderia, assim como ocorria com sua mercantilização, levá-la ao desaparecimento.

No intuito de regular esta dispersão da terra através da herança, a *AF* estabelecia modelos para sua colonização, prestigiando apenas um dos filhos quanto à destinação da posse da terra. Deste modo, segundo a crença dos membros da *AF*, se manteria a inalienação entre indivíduo e solo sendo a propriedade agrária "a primeira das formas nacionais". Assim, zelar-se-ia para que a propriedade não se pulverizasse, evitando o sucessivo fracionamento, ao longo de gerações. É esta a opinião de André Buffet ao dizer:

> Suprimindo a propriedade do fazendeiro, se suprime a mais importante e a primeira das forças sociais e nacionais. (...). O melhor meio de restaurar esta união entre o cidadão e a propriedade rural consistiria, segundo minha opinião, em fazer esta a um indivíduo.[126]

---

[125] "*La proprieté rurale est une instituition politique, je voudrais oser dire un bien nationale et un capital national. A ce titre, elle a le droit d'être defendue, protegée, affermie par la loi.*" Idem, p. 53. (Tradução minha).

[126] "*En supprinant le proprieté terrien, il supprime la plus important et la première des forces sociales et nationales. (...). La meilleur moyen du restaurer cette union entière du citoyen et la proprieté foncière consisterait, selon moi, a fair celle-ci un individu.*" MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie*. p. 52. (Tradução minha).

Observa-se, por mais uma vez, o vínculo definido pela *AF* entre o grupo familiar e sua terra. Sob esta fórmula, a propriedade rural desempenhava a essência da força nacional e da coesão social. Através disto, o movimento francês possuía como intenção restaurar os vínculos entre cidadania e solo, e apenas as famílias ligadas à atividade agrária poderiam receber o título de cidadãs francesas. Para manter a integridade nacional, portanto, da propriedade rural mantida sobre a tutela das famílias, seria necessário converter a França em Nação monárquica. Sem a Realeza - que concentra poderes políticos, e pulveriza os assuntos administrativos, através das províncias interligadas pelas redes de solidariedade e hierarquia – , a França correria o risco de fragilizar sua soberania e, consequentemente, desaparecer. Assim, realizam-se os pilares em que Maurras sistematiza toda sua teoria em torno da monarquia erguida sob o tradicionalismo hereditário, antiparlamentar e centralizada.

1.3- A busca pela originalidade: o tradicionalismo português e o projeto integralista lusitano

Entre as bases da teoria do IL encontram-se apropriações vindas da *AF* e das obras de Charles Maurras. A circulação de ideias contrarrevolucionárias, junto à oposição ao individualismo liberal e à modificação das relações sociais promovidas pelas mudanças políticas colocadas em prática desde 1820 e acentuadas em 1910, contribuíram para a formação do projeto político integralista. Tais influências, fortalecidas através da proximidade mantida pelos colegas de Coimbra expatriados, evidenciaram os meandros encontrados pelo IL para dialogar com o pensamento maurrasiano e com a *AF*. A partir destes anseios conservadores em que os integralistas buscavam diálogo, assim como pelas concepções negativas que envolviam o republicanismo, se organizaram as propostas alternativas ao modelo liberal.

Animados pela crescente onda conservadora com que estabeleceram relação, sistematizaram o arcabouço doutrinário do IL e seu projeto de Estado monárquico. Conforme

dito, parte dos integralistas manteve contato pessoal com Maurras - caso de Pequito Rebelo e Hipólito Raposo - e/ou com suas obras. A partir deste intercâmbio, formou-se o arcabouço teórico, bem como a confecção de um projeto político mais coeso e homogêneo. Neste sentido, Braga da Cruz afirma: "O catalisador principal do agrupamento dos integralistas parece pois ter sido, sem margem para dúvida, o conhecimento do que lá fora, nomeadamente em França, as forças contra-revolucionárias iam organizando e doutrinando." [127]

Não se despreza as contingências internas que impeliram estes elementos conservadores a se organizarem e a formarem propostas e críticas ao modelo liberal incorporado na Monarquia Constitucional de 1820, e na República de 1910. Todavia, a sistematização e conformação dos projetos políticos do integralismo foram adquiridas através de apropriações originárias das teorias do reacionarismo estrangeiro, mais fortemente, vindas da *AF*. Estes indícios são constatados ao longo da primeira série da *Nação Portuguesa*, onde os autores revelam-se, com regularidade, tributários do movimento francês. As críticas à democracia e ao parlamentarismo, ou o respaldo teórico na tradição em detrimento do liberalismo, são feitos em referência à *Action Française*. Neste sentido, Luís de Almeida Braga, integralista de primeira hora, afirmava na edição de outubro de 1915: "Quando diferentes partidos aceitam os mesmos principios políticos, todos os combates se travam, não à roda das idéias, mas a volta das pessoas. (...). Por isso Maurras pôde dizer que a Democracia é a inveja e a República a divisão e o ódio."[128]

Para obscurecer essas influências adquiridas pelo IL originárias da *AF*, houve o esforço por firmar raízes na trajetória histórica de Portugal para consolidar seus projetos, ou seja, a monarquia orgânica, antiparlamentar e antiliberal. Neste intuito, Sardinha afirmava: "Já o Marquês de Penalva – como vêem, Maurras não é figurino tão original como se pensa! -, já

[127] CRUZ, Manuel Braga da. *O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo.* (p. 137-182). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º. p. 148.
[128] BRAGA, Luis de Almeida. "Do Espírito da Democracia". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de filosofia política.* Outubro de 1915. Diretor: Alberto Monsaraz. Coimbra: 1ª série, Ano 1 nº. 9. 1915. p. 283.

o Marquês de Penalva, digo, asseverava que no regime monárquico é que todos se convertiam."[129] Portanto, o movimento buscou fundamentar sua doutrinação nos pensamentos colhidos do tradicionalismo lusitano. Para António Sardinha e demais integrantes, o tradicionalismo não seria o mero saudosismo. O conceito de tradição estaria revestido pelo significado de continuidade, portanto, seria a pedra de toque das propostas integralistas.

> Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a *dinamismo* e *continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade *que foi* ou das gerações *que passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos.[130]

O conceito de "tradição", segundo o IL, estaria intrinsecamente relacionado ao de nacionalismo sustentado pelo movimento português. Nas palavras de António Sardinha: "Tradicionalismo e Nacionalismo completam-se hoje em dia num apertado consórcio – esforçando-se o Nacionalismo por dotar os povos com instituições que os virilizem apontando-lhes o Tradicionalismo quais elas sejam."[131] A partir do binômio tradição/nacionalismo houve a estruturação da teoria do IL, ao longo de suas fases. Na concepção integralista, a Tradição seria inerente à Nação. Está última no pensamento do movimento era revestida pela:

> (...) terra, pelo mar e pela gente portuguesa: da terra que nutre os vivos e dá sepultura aos mortos; do mar que aviventou o idealismo das conquistas e prolongou em império os limites de um condado; da gente que durante milénios viveu distribuída e agrupada por comunidades sólidas de que se foi formando naturalmente a nossa Grei.[132]

Através do vínculo entre tradição e nacionalismo há a necessidade de se apresentar a qual passado o IL ligava a nacionalidade. Ao longo do aparato discursivo do movimento

---

[129] SARDINHA, António. "O Rei do Trabalho". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de filosofia política.* Outubro de 1915. Diretor: Alberto Monsaraz. Coimbra: 1ª série, Ano 1 nº. 9. 1914. p. 246.
[130] _____. *Ao Ritmo da ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 22. (grifo do original).
[131] _____. "A Crise do Estado". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 39. (Grifo do original) – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.
[132] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 43.

percebem-se duas posturas norteadoras dos projetos do grupo, incorporadas em ideários históricos. A partir da ligação entre Nação e a "terra que nutre os vivos e dá sepultura aos mortos", há a ligação do português à propriedade rural como essência dessa construção. Mais à frente observa-se a "gente que durante milénios viveu distribuída e agrupada por comunidades sólidas de que se foi formando naturalmente a nossa Grei." Fato este que apontaria para a postura municipalista, ou localista que permeou o arcabouço teórico do IL. Paralela a esta afiliação entre a família e a terra havia, na narrativa integralista, o expansionismo além-mar. Raposo apontou como componente da Nação este ímpeto expansionista, representado pelo "mar que aviventou o idealismo das conquistas e prolongou em império os limites de um condado".

Portanto, a origem da nacionalidade lusitana, sustentada pelo IL, esteve fixada entre os séculos XV e XVI, através, respectivamente: da idealização histórica do português agricultor, ligado a sua terra e à família, católico, e feliz, mesmo diante da modéstia dos recursos de subsistência; e, no século subsequente, pelo anseio de expandir fronteiras, fomentado pelo ânimo de levar as cruzadas para além-mar, deste modo, estendendo os domínios da Fé e do Império. Ainda que as formas de se conceber o passado fossem opostas, a tradição era perceptível em ambas. Neste sentido, havia a explicação da crise política e de identidade que Portugal sofria, fixando suas origens no suposto afastamento do país de seu passado e de suas tradições. Este desvio do destino histórico de Portugal, ou seja, destino fundamentado em bases tradicionais - tais como o catolicismo e as organizações corporativas vistas nos períodos medievais -, foi consequência da adoção ao modelo liberal parlamentar, trazido pela Revolução de 1820 e acirrado com a experiência republicana.

Abandonados os aspectos do tradicionalismo lusitano, segundo argumentação integralista, Portugal tinha assistido o desequilíbrio trazido pelo modelo liberal. De acordo com a retórica do movimento, passado, presente e futuro estavam interligados pelos laços da

tradição. O tradicionalismo era o responsável por tecer os elos entre a permanência e a renovação, retomando as raízes nacionais estabelecidas na Família, no Município e nas corporações de ofício e fixadas no passado medieval, mas obscurecidas pelo individualismo, fruto do modelo liberal.

Concomitante à "tradição" e ao "nacionalismo" havia o uso da categoria "raça", bastante utilizada por Sardinha, mas presente com menor incidência nos escritos dos demais integralistas lusitanos. Com significação flexível, "raça" era utilizada tanto para designar o povo ou a civilização lusitana, quanto para traçar distinção "biológica", fiel aos debates científicos dos finais do XIX e início do século XX. Nos escritos dos integralistas lusitanos transigia-se entre os dois usos com frequência.

Em *Nação Portuguesa* constava, em série de 1924, artigo que afirmava a noção de "raça" aliada ao "sentido espiritual", portanto, oposta à distinção genética: "Mais duma vez temos dito e nunca é demais repeti-lo que 'raça' aqui não se reveste dum estreito sentido étnico. Remontando as origens da palavra, deve exprimir-se antes – e exprime-o seguramente -, um sentido espiritual de 'raiz'."[133] Assim, "raça" estaria ligada à tradição. A partir de costumes e normas dispostas historicamente se identificaria os portugueses como semelhantes entre si, ligando-os a um grupo que se concentra na Nação, ou seja, Portugal.

No entanto, ao intensificar as colorações deste uso, constata-se a definição racial em seus aspectos biológicos. Sardinha, em *Ao Ritmo da Ampulheta*, livro de publicação póstuma, datada de 1925, faz referência à contaminação através do sangue negro e do individualismo, com o advento das navegações à Índia. Na cobiça pelo ouro fácil, Sardinha expunha: "O trabalho afrouxa e quase se extingue nos vilares da metrópole, onde só uma enxurrada de escravos avulta. *O sangue negro contamina-nos*. Contamina-nos o individualismo solto da

[133] REDACÇÃO. "A Festa da Raça". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. LXVII. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

Renascença. Principia a decadência – Portugal desnacionaliza-se."[134] Deste modo, o elemento estrangeiro afetaria a nacionalidade portuguesa em diversos níveis, incidindo desde as instâncias culturais – através do "individualismo solto da Renascença" –, até às heranças genéticas, com a contaminação pelo sangue negro.

Logo, era objetivo do IL a regeneração das tradições e características portuguesas mais profundas, no intuito de recuperar a "raça" em seu sentido cultural e étnico, das infecções promovidas pelo individualismo e pelo expansionismo em busca do "ouro". Perpassava pelas diferentes gerações do IL a missão de "reaportuguesar" Portugal. A explicação deste processo de deterioração interna do país, associado à adesão ao liberalismo é fornecida através da *Nação Portuguesa*, em artigo de abertura da segunda série da revista. Publicado em 1922, leva a crer que tenha sido escrito por Sardinha, em razão do autor ocupar a direção do periódico naquele momento: "O que nos mata originalmente é a falta de uma idéa-directriz, a falta dum grupo ou classe social, em que se apóie qualquer tentativa séria de 'reaportuguezar Portugal' – (...)."[135]

Partindo deste excerto, observa-se o caráter fragmentário inserido no liberalismo, conforme concebido pelo IL. A democracia e a República parlamentar incentivaram a competitividade partidária, ao prestigiar o individualismo em detrimento da unidade nacional. Portanto, o liberalismo incitaria as ambições pessoais, colocadas em segundo plano as necessidades nacionais. Contrária a esta tendência desestruturante do liberalismo, o IL sustentaria na Monarquia orgânica o resgate da unidade, pelas Corporações, pela centralização política concentrada na autoridade do monarca hereditário, e pela descentralização

---

[134] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 145. (Grifo meu)

[135]REDACÇÃO. "Porque Voltamos". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 1 . Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444. Outro indício que fortalece a hipótese de Sardinha ser o autor deste artigo está na similaridade entre este e o prefácio de *Ao Princípio era o Verbo*, escrito em 1923 – portanto, um ano após aberta a segunda série da *Nação Portuguesa*. Neste prefácio há: "Portugal morria por falta de doutrina, - Portugal morria ao desbarate, na feira das palavras que dividem. Um esforço se tentou – um esforço salvador! E se o deserto imenso das almas a sementeira se logrou a vencer, o milagre temos que agradecer ao Verbo que existia ao princípio de nossa obra de ressurreição lusitana!" SARDINHA, António. *op.cit.* p. XIV.

administrativa, através da organização municipalista de governo. Estes aspectos seriam retomados tão somente com o tradicionalismo. As matrizes para a recuperação do Estado português eram bastante próximas às lançadas pela *AF* no intuito de erigir a monarquia orgânica, conforme apresentada por Charles Maurras. No entanto, os integralistas fizeram da Tradição a proteção às acusações de filiação do IL à *AF*.

O discurso de "reaportuguesar" Portugal, através do resgate da tradição é utilizado como justificativa para seus projetos nacionalistas, independente do aspecto que este nacionalismo assumisse. A Tradição, na retórica integralista desenrolava-se através de dois modelos: a proposta hierarquizante presente com maior vigor na primeira fase do IL, que rejeitava a politização das camadas populares; e o nacionalismo tolerante a alguma mobilização popular e aceitação limitada de inserção das camadas populares aos assuntos políticos, visto na segunda fase do movimento, apontando para a inclinação à fascização de suas fileiras.

O Tradicionalismo para os integralistas não significava apenas retorno ao passado, mas o compromisso de resgate através do consórcio entre o *dinamismo* e *continuidade*, conforme Sardinha apresentou em *Ao Ritmo da Ampulheta*[136]. Deste modo, o IL construía, a exemplo da *AF*, um ideário histórico próprio, no qual o passado era mais amistoso e promissor em relação ao presente, devido à deterioração colocada em prática pela República e pelo liberal-constitucionalismo. Tal consolidação do ideário histórico próprio exerceu função importante no interior do movimento. Foi através deste mecanismo que os integralistas firmaram elos de identidade entre a teoria existente em seus projetos políticos e suas práticas, em relação ao contato ou rejeição à mobilização popular e seus impulsos à disputa pelo Poder.

Antes de adentrar análises nas categorias de ideário histórico inscritas no integralismo, é necessário examinar qual a definição de *história* operada pelos membros do grupo. Na

[136] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 22.

introdução de *Ao Princípio era o Verbo*[137], Sardinha diz fundamentar-se no método histórico como forma salutar de reação aos "falsos métodos racionalistas do século findo". No entanto, tais métodos não passavam pelo crivo científico. Eles foram utilizados apenas para fornecer suporte à narrativa tradicionalista a qual os projetos integralistas encontraram base de apoio.

Portanto, ao examinar o trecho "'Tradicionalismo' não é 'obscurantismo'. É antes *continuidade* no *desenvolvimento,* - é sobretudo *permanência* na *renovação.* Contra os falsos métodos racionalistas, do século findo, levantamos o método positivo – o método histórico como reacção salutar."[138], constata-se a preocupação do método histórico encontrar nos fatos a comprovação da teoria integralista. Nesse sentido, "método histórico" incorporaria a conformação narrativa do passado buscado para Portugal, revestido pela Tradição concebida pelo IL. A partir do método utilizado, tinha-se o objetivo de demonstrar a coerência da teoria integralista através exposição dos destinos de Portugal, cujos indícios estariam inscritos em seu passado glorioso. Sob a concepção do grupo, os fatos analisados iriam encaixar-se às propostas do movimento, de *continuidade* no *desenvolvimento.* Sob este objetivo, o método histórico adotado pelos integralistas estabelecia formas flexíveis de se analisar o passado, maleáveis aos projetos políticos consolidados pelo movimento, ao longo de suas gerações.

Ciente da utilização destes métodos citados por Antonio Sardinha e praticados pelo movimento, ao consultar os textos dos integralistas é possível estabelecer categorias de ideário histórico recorrentes na retórica do movimento. São elas: I) a representação do português brando, ligado à pequena propriedade agrícola do século XV; e II) a imagem do ímpeto cruzadístico além-mar, incorporado na campanha das Grandes Navegações,

---

137 _____. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Grama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940.

138 _____. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Grama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. XV. (Grifo do original).

inauguradas no século XVI.[139] Estas narrativas históricas sustentadas pelo IL nortearam a construção e legitimação de seu aparato teórico-doutrinário.

Conforme atualizava seus projetos políticos, uma representação sucedia à outra como narrativa hegemônica. Estas alterações ocorriam através da necessidade encontrada pelos integralistas de modificar a imagem e a identidade buscadas ao movimento, à medida que o contexto político fornecia novas possibilidades de alianças e estratégias de se aproximar ou alcançar o Poder. Portanto, respaldavam seus impulsos nas disputas políticas, ancorados na legitimidade pautada pelo passado ao qual se colocavam como herdeiros, seja ele o ideário do português imerso em sua pequena propriedade rural, ativando a narrativa histórica integralista do Portugal do século XV, ou a concepção do ímpeto guerreiro que mobilizou a expansão do Império, no século XVI.

A primeira representação histórica de Portugal – responsável pelo vínculo do português com a terra, feliz, mesmo diante da pobreza - gozou de adesão de grande parte dos integralistas de primeiro momento. A historicidade das ambições políticas do IL, suas expectativas e aspectos definidores em cada fase são elucidativos para a explicação da escolha de uma, e não outra, destas representações.

Recapitulando o perfil ideológico inicial do movimento, o IL surgiu sob o aspecto aristocrático através da união de antigos colegas da Universidade de Coimbra. Por visarem alternativas ao regime liberal e democrático da República de 1910, fomentaram o projeto de Monarquia Orgânica, oposto à Constitucional (esta última colocada em prática com a Revolução de 1820). O elitismo intelectual, enquanto característica definidora do movimento teve como desdobramento a rejeição ao contato e à politização das massas.

Portanto, a opção pelo ideário do português pacato, probo e satisfeito com sua pobreza honrada como ícone representativo da sociedade que se buscaria resgatar, encaixava-se aos

[139] CARDOSO, Miguel Esteves. "Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano" (p. 1399-1408). in. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982 (3-4-5), p.1400.

projetos de baixa mobilização das camadas sociais subalternas. Esta retórica conspirava para a manutenção da hierarquia social, pelo equilíbrio e estabilidade da ordem desejada pelos integralistas.

Deste modo, a primeira série da revista *Nação Portuguesa* abria sua edição com o artigo "Anunciação". Neste texto, demonstrava-se o ímpeto tradicionalista do movimento, porém, inclinado ao contexto anterior às *Grandes Navegações.* Elegia-se no Portugal medieval, re-criado por seus integrantes, a Idade de Ouro daquele Estado: "A Tradição rompeu-se violentamente: ha quatro seculos perdeu-nos um desvairo de imperialismo opulento, ha um seculo que se trata de uma doença com falso diagnóstico."[140] O texto fazia alusão às campanhas de expansão territorial além-mar e à inserção do liberalismo, através da adoção da Monarquia constitucional por D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil). Portanto, a revista inaugurava-se com análise negativa em relação às *Grandes Navegações* - perspectiva essa, conforme será visto, que sofrerá modificações -, e ao liberalismo - posicionamento permanente ao longo das atividades do IL.

Os integralistas lusitanos, em seu primeiro momento, acreditavam que as grandes navegações e o liberalismo eram os pilares da corrupção da tradição nacional. A adesão à representação histórica do Portugal pequeno, medieval, foi mantida pelos elementos da primeira geração, mesmo em fases posteriores do movimento, em função da recusa em incluir as camadas populares em seus projetos políticos.

Todavia o discurso não era rígido, tampouco imutável. Havia a flexibilidade da retórica do ideário integralista, ligada à subjetividade e às intenções individuais, conforme os anseios de quem o manipulava. Neste sentido, pode-se afirmar que as estruturas deste imaginário histórico estavam constituídas no interior do IL, com o objetivo de corroborar o projeto tradicionalista que sustentava suas propostas. No entanto, ao serem utilizadas por cada

[140] REDACÇÃO. "Anunciação". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Filosofia Política*. Coimbra: 1ª série, Ano 1 nº. 1. 1914. p. 2.

integrante, estas se adaptavam às demandas particulares. Em outras palavras, as categorias, embora elaboradas de modo coerente aos projetos do IL, não eram estanques. Sofriam modificações ao serem convertidas em propostas sustentadas por cada integrante, ainda que mantivesse as principais características inscritas no formato original do projeto. Portanto, os membros do movimento atuavam como intermediários entre o ideário original e a prática política planejada de forma coletiva. Desta forma, a *mediação* entre estes dois polos encontra sua interseção através das palavras dos integralistas de maneira individual.

Ao refletir sobre as relações entre os indivíduos, seus campos de atuação e suas formas de produção artística Nathalie Heinich, em *Sociologia da arte,* cita Bourdieu, e estabelece definições sobre o contexto de surgimento da criação e da criatividade do artista afirmando: "Assim, o tema da obra de arte não é nem um artista singular, causa aparente, nem um grupo social..., mas o campo de produção artística no seu conjunto."[141] Deste modo, ao conceber os projetos políticos, assim como os textos em que estão inscritos como obras de arte destes indivíduos, é possível se empregar a análise ensaiada pela autora nas perspectivas do IL.

Conforme dito, o projeto do grupo e seu desenvolvimento individual (através de artigos, livros e outras formas de discursos) relacionam-se ao contexto de produção e suas exigências, dirigindo-se, de maneira específica, às subjetividades de seus responsáveis. Por estas tensões percebidas nas mediações entre teoria e proposta de prática - haja vista o baixo potencial de ação que se tornou característico do IL - percebem-se os conflitos e disputas internas ao movimento.

José Pequito Rebelo foi um dos defensores da retórica dos laços tradicionais de Portugal mantidos a partir da propriedade rural, nos quais o dono das terras seria dotado da essência da Nação. Não por acaso, Rebelo era proprietário de terras no Alentejo. O autor via no crescimento da urbanização um risco ao arcabouço identitário português, antes calcado no

[141] HEINICH, Nathalie. *A Sociologia da Arte.* Tradução de Maria Angela Caselatto. Bauru: Edusc, 2008. p. 115.

trato com o campo, nas formas de produção e na estruturação da sociedade sob a base familiar. As cidades representavam a ameaça de corrupção e disseminação do cosmopolitismo, do liberalismo e, portanto, do individualismo para o interior de Portugal.

Em seus artigos no periódico *Nação Portuguesa,* Rebelo demonstrava-se atento à formulação de projetos voltados à fixação do cidadão a terra, sendo a propriedade agrícola o cerne da nacionalidade lusitana, conforme entendido no interior do IL. Como latifundiário alentejano que era, não reproduziria o mito do "Portugal Pequeno" de forma integral. Rebelo manteve o elo medieval criado entre nacionalidade e propriedade rural, entretanto fez defesa do *Grande Proprietário,* ou seja, dele mesmo, enquanto mantenedor da unidade territorial e da soberania de Portugal.

Em artigo apresentado na segunda série de *Nação Portuguesa* (1922-1923) Pequito estabeleceu debate com Ezequiel de Campos, economista contemporâneo ao IL e ministro da agricultura. O ponto da discussão gravitava em torno da melhor configuração agrária a ser instituída em Portugal no intuito de conter o êxodo e o absenteísmo rural. Os dois concordavam quanto ao objetivo de inibir a expansão do urbanismo, através da criação de incentivos aos proprietários rurais para fixarem-se à suas terras. Contudo, as divergências evidenciavam-se ao esclarecer quais seriam estes estímulos para a permanência do agricultor em seu meio rural.

Ezequiel Campos era economista do Norte de Portugal, região onde havia o predomínio dos pequenos módulos agrícolas e, portanto, entusiasta da exploração da pequena propriedade fundiária. Propunha a expropriação das terras improdutivas com finalidade de redistribuição agrária, para o objetivo de reduzir o êxodo para as cidades e estancar o abandono do campo. Opinião não compartilhada por Rebelo diante de sua posição de grande proprietário de terras, ao sul do país, no Alentejo. Deste modo, Pequito Rebelo adaptava o

ideário integralista do português ligado a terra enquanto mantenedor das tradições nacionais, aos seus anseios pessoais:

> O Grande Proprietário era e é naturalmente colonizador. As grandes doações medievais eram feitas com o encargo de defender e colonizar; o Grande Proprietário deve ser considerado com oportunidade hoje, com uma função que devêmos pôr em realce, como essencialmente um povoador.[142]

A análise deste trecho demonstra o prestígio que o contato com a terra, sob o modelo medieval, mantinha entre os membros do IL da primeira geração. Neste ideário, o vínculo entre o produtor e a terra determinaria as relações de produção respaldadas pela Família, ou pela coletividade envolvida no trato com a terra. Logo, desenvolvia-se a organização corporativista, calcada nos arranjos municipais. Ampliando o foco, tais formações estruturariam hierarquicamente a monarquia orgânica, sendo o ápice da pirâmide sócio-política ocupado pelo monarca hereditário. A organização estatal integralista se desenvolveria através desta projeção medieval produzida no interior do movimento. Voltando-se para o passado, havia a estruturação política de suas propostas fixadas nesta idealização da *essência* portuguesa.

Portugal, nesta perspectiva, desde sua origem, teria sido revestido pelo tripé da propriedade rural, do município e da religiosidade. Segundo Sardinha, a possessão rural, sob a aprovação da Igreja, foi a geradora da nacionalidade e do nacionalismo lusitano. A partir da comunhão progressiva destas formações familiares, surge o Município, deste, a Província, e termina no poder do monarca, respaldado pela fé católica.[143] Neste modelo de Estado, projetado pelo IL, observa-se a diluição da autonomia do indivíduo, em função das necessidades da coletividade. Outro ponto percebido era a impossibilidade da extensão dos

---

[142] REBELO, Pequito. "Uma Doutrina de Economia Agrária (Crítica do livro recente do Sr. Ezequiel de Campos – Lazaro!...". in. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 295. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[143] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 138.

direitos às instâncias pessoais, visto que as votações e negociações seriam estabelecidas somente em âmbito coletivo, fiel às organizações corporativistas.

Portanto, a organização social do IL era oposta à percebida no modelo liberal, onde o poder decisório fixava-se no voto individual, aplicado pelo sufrágio no intuito de selecionar os representantes populares. Deste modo, Sardinha lançava as bases do Estado idealizado pelo IL, ou seja:

> *Nuevo Estado en la pátria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como* descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo.[144]

Na defesa deste ideário de baixa mobilização popular – sob centralização política do monarca hereditário, e cuja administração estaria pulverizada através da disposição municipalista -, na qual o português medieval é visto "(...) apegado à terra, suavemente católico e supersticioso, de brandos costumes e paixões"[145], havia a condenação das grandes navegações. Nesta concepção, as campanhas colonialistas levaram Portugal ao cosmopolitismo, o que deteriorou suas relações tradicionalistas ligadas a terra. A expansão além-mar teria sido útil somente para a corrupção do homem do campo, ao destituí-lo da pátria, sedento por riquezas. A partir desta ambição por novas colônias, Hipólito Raposo justificava o desaparecimento de D. Sebastião, resultando na anexação de Portugal à Espanha nos finais do século XVI:

> Tinha o Marrocos recursos materiais que valessem o sacrifício de o conquistar e manter para o Reino e para fé cristã? A não nos termos desviado para o mar embarcando nas naus quasi todos os homens válidos, poderia o nosso domínio tornar-se definitivo, fundando o império projectado por Afonso V e sonhado mais tarde pelo idealismo heróico de El-Rei Dom Sebastião?[146]

---

[144] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* p. 323. (Grifo do Original).
[145] CARDOSO, Miguel Esteves. *Op.cit.* p. 1400.
[146] RAPOSO, Hipólito. "Lança em África (A pretexto da história de Arzila)". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 268. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

Deste modo, a expansão territorial impulsionada pela fé cristã e pela necessidade de novas terras agricultáveis cedia espaço às práticas de pirataria inauguradas pelas Grandes Navegações. O expansionismo marítimo resultou, para os integralistas da primeira geração, no êxodo de parcela relevante da população, antes campesina e proprietária agrícola, para as aventuras além-mar. Deste modo, segundo eles, abandonava-se a tradição religiosa, calcada na estrutura familiar de produção, que ligava o homem a terra, para se lançar à sorte nas Índias.

Raposo era crítico das campanhas expansionistas, atingindo mesmo a Dom Sebastião, ainda que considerasse este como portador de "idealismo heróico". De outro modo, Sardinha relativizava o expansionismo. A aceitação da ação colonizadora, para o líder do IL dividia-se entre o impulso rural, legítimo, e a busca pelo ouro, repudiada. Segundo ele, "O erro da nossa acção colonizadora foi abandonar-se o alastramento da pátria através da cabeceira da África e das ilhas do Atlântico, para nos mergulharmos, de alma desvairada e sedenta, na miragem faustosa do oiro da Índia."[147] Assim, António Sardinha expandia a concepção do "Portugal pequeno" para além das fronteiras lusitanas, justificando-a através do cultivo rural.

Neste ideário histórico, o século XVI em seus aspectos políticos, econômicos e culturais era condenado, diante dos efeitos nocivos que proporcionou para Portugal. O período de florescimento e esplendor nas artes, denominado de Renascença, não significou, para o IL, mais que a corrupção da tradição cristã inerente às matrizes nacionais. No entanto, para Raposo, Portugal soube preservar-se, pois, em suas palavras: "Quando a onda morna do paganismo já alastrava com o Renascentismo por sôbre os Estados cristãos, amolecendo consciências e vontades, ainda sim Portugal se considerava primacial dever a defesa da fé religiosa, (...)."[148] Na concepção deste e dos demais membros do IL, o Renascimento contribuiu para a expansão do pensamento protestante, ao disseminar as concepções

[147] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 141-142.
[148] RAPOSO, Hipólito. "Lança em África (A pretexto da história de Arzila)". p. 265.

individualistas que forneceram as bases para o liberalismo. Deste modo, a Renascença corrompeu a organização política e social das corporações de ofício, calcada na produção familiar – matriz da organização da monarquia orgânica – vigente na Idade Média.

António Sardinha concordava com Raposo neste sentido. Porém, ao utilizar-se desta construção histórica, Sardinha concluía pela penetração do Renascimento em território nacional. Conforme visto acima, Raposo entendia o país como último bastião da defesa da fé cristã, diante do assédio pagão promovido pelo Renascimento. Segundo ele, Portugal conseguiu isolar-se, temporariamente, da influência estrangeira ao longo do século XVI.

Sardinha possuía interpretação distinta, por acreditar que o período renascentista interferiu na trajetória de Portugal, e como consequência, desviou-o de seus aspectos tradicionais, afetando seu destino. Ao tratar Portugal em sua origem, como um país de "povo de agricultores" o mentor do integralismo observava no Renascimento o foco de perturbação que abalou o equilíbrio nacional, juntamente com o expansionismo marítimo promovido no século XVI. Estes elementos, segundo Sardinha, seriam a porta de entrada para o individualismo e a quebra dos laços tradicionais. Em suas palavras, o anseio de enriquecer através do comércio, representado pelas campanhas à Índia:

> É uma febre alta de delírio que atira a nação para cima duma floresta de naus. O trabalho afrouxa e quase extingue os vilares da metrópole, onde só a enxurrada de escravos avulta. (...). Contamina-nos o individualismo solta da Renascença. Principia a decadência – Portugal desnacionaliza-se.[149]

Ao constatar a inserção do Renascentismo em Portugal, Sardinha compreendia-o como influência desviante dos padrões políticos e sociais vigentes. Nesta perspectiva, o Renascimento foi o prelúdio da Monarquia Constitucional e da introdução do liberalismo no país, haja vista a fixação do individualismo ao longo do século XVI. Assim, Sardinha justifica:

> Daí não considerarmos a Renascença como um período de vigor e brilho para a nacionalidade portuguesa, pois tanto intelectual, como socialmente,

[149] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da ampulheta.* 2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 145.

> representa a origem fundamental de quantos desvios houvemos de sofrer nas direcções do nosso génio colectivo.[150]

No entanto, tal rejeição por parte do principal mentor do IL às campanhas além- mar deve ser relativizada. Conforme visto, em *Ao Ritmo da Ampulheta* escrito em 1923 e publicado postumamente em 1925, Sardinha descrevia a expansão do império português em direção à Índia como início da desnacionalização, concomitante à onda de individualismo trazida pelo Renascimento. Em 1924 o mesmo autor via com simpatia a expansão das metrópoles ibéricas, no século XVI em direção à América. A explicação para a alteração de comportamento está na justificativa de ambas empresas. Enquanto para a Índia Sardinha enxergava apenas as ambições mercantilistas; a vocação marítima, ideário então condenado por parcela considerável da primeira geração do IL[151], era apoiada ao sustentar a inserção de Portugal nas campanhas das cruzadas. Neste sentido, "*Portugal portador de la vocación marítima de la Península, lleva al Atlántico el eje de la civilización hasta entonces confinada en el Mediterráneo.*"[152]

É importante perceber que por "civilização", Sardinha referia-se à cristandade. Ao lançar-se ao mar para levar o ideal católico para os povos bárbaros, Portugal estenderia suas fronteiras e as da Igreja, ao promover o pacto entre Coroa e Igreja, existente também no nacionalismo sustentado por Charles Maurras[153]. Novamente, é possível observar alguns dos aspectos acima levantados: I) a flexibilidade do ideário histórico do integralismo – resguardados os limites da coerência com o projeto geral do movimento; e II) consequentemente, a dissonância teórica presente entre os membros do IL, em relação à narrativa histórica do Portugal concebido no interior do grupo.

A fixação das raízes teóricas na Idade Média, concebida e interpretada sob a idealização do IL, se deu através da reivindicação integralista da herança deste passado

[150] Idem, p. 56.
[151] CARDOSO, Miguel. *op.cit.* p. 1403.
[152] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* p. 243.
[153] Sobre o tema, ver nota 132 desta tese.

dotado de equilíbrio, estruturado hierarquicamente em Rei, Cortes, Municípios e Corporações. Neste exercício de construção histórica se encontra o resgate do projeto de Monarquia orgânica, centralizada politicamente sob autoridade da realeza hereditária, mas descentralizada em sua administração, através do localismo municipalista.[154]

No entanto, os usos feitos dessa retórica por António Sardinha devem ser analisados com maior atenção. O mentor intelectual do IL utilizou duas categorias históricas – o "Portugal Pequeno", na qual havia a relação do agricultor com sua terra, envolto nas relações sociais e de produção concentradas na família; e o Império Marítimo português, no qual se exaltava o ímpeto expansionista e impelia o país a consolidar-se como potência militar e colonial - por vezes, em mesma obra, ainda que estas duas ideias parecessem antagonistas. Foi, justamente, esta especificidade dos textos de Sardinha que tornou o autor elemento ligação e transição entre a primeira e a segunda geração do integralismo.

Conforme visto em *Ao Ritmo da ampulheta,* em 1923, Sardinha condenava o Renascentismo e o expansionismo para a Índia, por visar o comércio e o ouro. Todavia, o mesmo autor, em *Aliança Peninsular,* cuja primeira edição data de 1924, defendia as formas de colonização implementadas por Portugal e Espanha, pois segundo ele, "*Sólo los españoles y los portugueses supieron verdaderamente colonizar, elevando a las razas inferiores a uma sociabilidad mayor, esmaltado con los preceptos de la fe Cristiana."* [155] Esta mediação realizada por Sardinha é exposta ao associar o IL à Gonçalo Mendes Ramires, personagem de Eça de Queiroz, em *A Ilustre Casa de Ramires*[156]. Eça apresenta o tronco dos Ramires como

[154] BARREIRA, Cecília. "Três Nótulas sobre o integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da 'Nação Portuguesa') (1914-1926)". (p. 1421-1429). In. *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982 (3-4-5), p. 1421.
[155] SARDINHA, António. *La Alianza Peninisular.* Traducción Del Marqués de Quintanar – Conde e Santibañez Del Rio. Madrid Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, 1930. p. 71.
[156] QUEIROZ, Eça de. *A Ilustre Casa de Ramires.* Rio de Janeiro: Ediouro, S/D.

“Mais antigo na Espanha que o condado portucalense, rijamente, como ele, crescera e se afamara o solar Santa Irinéia – resistente como ele às fortunas e aos tempos.”[157]

Gonçalo Ramires incorporava aspectos que se fundiam à personalidade nacional do território português: “A desconfiança terrível de si mesmo, que o acobarda, o encolhe, até que um dia decide, e aparece um herói, que tudo amansa... Até aquela antiguidade da raça, aqui pegada a sua velha torre, há mil anos... Até aquele arranque para a África...”[158] Ainda que sua propriedade resultasse em rendimentos escassos para a manutenção de um fidalgo, manteve desejo de migrar à África sem se desfazer da antiga torre de Santa Irinéia. Deste modo, embora se mantenha fincado ao solo português, buscava o além-mar. Sardinha lançou mãos destas imagens criadas por Queiroz para fornecer substância ao seu arcabouço teórico, fixado na tradição.

A posição política de Gonçalo Ramires foi, igualmente, utilizada por Sardinha para projetar no personagem de Eça de Queiroz o reflexo da teoria do IL. Ramires era inclinado à regeneração, pois “(...) lhe representava tradicionalmente idéias de conservantismo, de elegância culta e de generosidade, (...).”[159] Por outro lado, era crítico da monarquia constitucional, vigente a partir das primeiras décadas do século XIX em Portugal. Em conversa com Bento, caseiro do solar, Gonçalo demonstrava sua insatisfação com a situação política do regime atual: “Agora, com efeito, essa instituição de rei anda muito safada, Bento!/- Parece que anda – observou gravemente o Bento.”[160] Diante destes aspectos, Sardinha inseriu Gonçalo Ramires ao grupo de ancestrais do IL, um precursor dos ideais dos quais se batiam os integralistas. Sardinha interpretou o personagem de Eça:

> Como que tocado por uma inspiração súbita, Ramires *vê*, Ramires *compreende*. Havia nele o impulso ancestral da Acção. O pensamento guiador que o desertara. Não tardaria agora, no rumor da desgraça pública,

[157] Idem. p. 9.
[158] Idem, p. 200.
[159] Idem, p. 12-13.
[160] Idem, p. 22.

> que pensamento e acção se conjugassem na grandeza duma doutrina reparadora.[161]

Deste modo, Sardinha somava à personalidade de Ramires, permeada pela tensão da tradição ligada à terra e ao ímpeto expansionista, os aspectos existentes no IL. Por serem semelhantes as características e dilemas vivenciados pelo personagem de Eça de Queiroz e os problemas que o grupo de Sardinha visava reparar em Portugal, o mentor integralista atribuía aos membros de sua geração o título de "filhos de Ramires"[162].

Tal intuito de tornar o IL o corpo da Tradição lusitana, assim como a necessidade em estabelecer vínculos com grandes nomes da literatura e da política nacional, estiveram presentes desde a formação da revista *Nação Portuguesa.* Em sua primeira série, encontrava-se a seguinte frase: "Lucio Castanheiro, (...), revive de oravante: nós queremos, saibam-nos os senhores que governam, mais os cidadãos que obedecem, nós vimos reatar a Tradição."[163] Castanheiro é personagem do romance de Queiroz, responsável por despertar em Gonçalo Ramires o amor pelo valor de suas raízes e provocá-lo rumo à confecção de seu conto. Os integralistas, assim, não só eram os "filhos de Ramires", como também se colocaram como os responsáveis por aflorar a tradição portuguesa.

O discurso arraigado à tradição cumpriu função de norteador dos projetos políticos do movimento de Sardinha. Deste modo, visando objetivos distintos, foram criados e acionados discursos específicos. Ao analisar as perspectivas de "Portugal Pequeno" e "Império além-mar", presentes no Integralismo Lusitano, Cardoso observa na primeira construção a narrativa idílica da Idade Média portuguesa, constituindo bases para o tradicionalismo, nacionalismo isolacionista, descentralização e anti-imperialismo[164]. Na segunda perspectiva, ao contrário, há "(...) uma imagem gloriosamente épica, que praticamente invertia aqueles valores

---

[161] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta. 2ª* Ed. Lisboa: qp, 1978. p. 103-104 (grifo do original).
[162] Idem, p. 102.
[163] NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Filosofia Política. Direção: Alberto Monsaraz. Secretario: Nuno de M. Teixeira. Coimbra: Editores França e Armenio. Ano I, n.1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3628P.
[164] CARDOSO, Miguel Esteves. *op.cit.* p. 1403.

anteriores, optando agora pelo intervencionismo, pelo peninsularismo, pelo imperialismo e, necessariamente, pela centralização."[165]

Deste modo, o mentor intelectual do IL estabeleceu o vínculo entre o ideário histórico do "Portugal Pequeno", católico e agrícola, e o "Expansionismo além-mar". Através da justificação religiosa, Sardinha sustentou a autoridade de Portugal e Espanha de serem entendidos como os únicos e verdadeiros colonizadores. Todavia, nos escritos de Sardinha havia, igualmente, a utilização deste segundo ideário histórico desprovido do caráter religioso e investido do ímpeto colonizador. Ao recorrer ao discurso *Madre-Hispania* – pronunciado nos "Jogos Florais" em outubro de 1924, em Badajoz, para comemoração da "Festa da Raça" [166], constata-se este aspecto. No discurso, publicado na segunda série de *Nação Portuguesa* Sardinha afirma:

> Eis aqui o motivo bem palpável porque nós fundámos o 'nacionalidades', não conseguindo os outros povos que enfática e empavonadamente se intitulam 'colonizadores', ir além de colônias e, quando muito, de 'Estados', cujos fundamentos assentaram no extermínio sistemático das populações indígenas.[167]

Sardinha alçava portugueses e espanhóis ao status de únicos a poderem ser chamados de colonizadores, ao contrapor os domínios das metrópoles ibéricas às colônias das demais potências europeias. Deste modo, Sardinha dedicou o título de países "semeadores de nações"

---

[165] Idem, ibidem.

[166] Estas festividades e comemorações foram realizadas no intuito de celebrar a o casamento dos filhos de Felipe V com os príncipes lusitanos. (SARDINHA, António. "Madre-Hispania". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 97. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116). Affonso Lopes Vieira expõe que o evento contribuiu para a consolidação do projeto de formar o bloco Luso-Hispano-Americano ou, o Quinto Império – conforme denominado pelo autor -, constituído por países da Península Ibérica e da Hispano América, incluindo (VIEIRA, Affonso Lopes. "Palavras em Louvor da 'Festa da Raça'". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 147. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444). Complementar à definição de Lopes Vieira há, sobre a comemoração: *"(...) aclamaciones a la joven América, entusiasmos por la Madre España y demás manifestaciones de sentimentos familiares que, por su forma yo me atreveria a calificar de crusis.* (BALLESTEROS, D. Antonio. "La Fiesta de la Raza". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 149. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444).

[167] SARDINHA, António. "Madre-Hispania". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 104. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

a Portugal e Espanha[168], em detrimento aos demais para os quais, segundo o integralista, os "fundamentos assentaram no extermínio sistemático das populações indígenas". Portanto, António Sardinha abdicava dos elementos inscritos no ideário histórico do Portugal medieval (endógeno e anti-imperialista), e assumia o suporte existente na narrativa imperialista, adotada com maior incidência pela segunda geração integralista. No entanto, esta ruptura promovida por António Sardinha, em relação à concepção ideológica predominante na primeira geração não foi algo radical e definitivo. O vínculo do mentor do integralismo com a primeira geração é observado pela manutenção da Fé e do Império, representantes da tradição lusitana, como justificativa expansionista de Portugal.

Tais aspectos estiveram presentes em ambos os ideários históricos. Os pilares da narrativa do "Portugal pequeno" são transpostos para a empreitada expansionista, que ditou os rumos que deveriam ser mantidos e preservados nestas campanhas, tal como evidenciado em *Ao Princípio era o Verbo:* "O que nos impõe é restituir à Pátria o sentimento da sua grandeza, - (...), da grandeza que se desprende da vocação superior que a Portugal pertence dentro do plano previdencial de Deus, como nação ungida para dilatação da Fé e do Império."[169] Esta inclinação expansionista, que se estabeleceu sobre o anterior isolacionismo defendido pelo movimento, tem sua fundamentação nas contingências históricas encontradas no pós-I Guerra Mundial, embora a transição de um ideário a outro tenha ocorrido ao longo do conflito. Ainda que se considerasse a conjuntura internacional no pós-1918 a alimentar a reativação do passado expansionista e a memória de Portugal como "semeador de nações", em oposição às perdas reais de territórios coloniais de Portugal para potências hegemônicas no período entre guerras, as questões internas ao movimento foram determinantes para a configuração teórico-doutrinária do IL.

---

[168] _____. "Madre-Hispania". p. 117.
[169] _____. *Ao Princípio era o Verbo.* p. XXI.

Em consórcio com estes aspectos externos, causados pela Grande Guerra, havia a necessidade de promover o regime idealizado pelos integralistas. Este seria representado pelo herdeiro de D. Miguel, último representante dinástico, nas palavras dos membros do IL, a possuir as características de um monarca orgânico. No entanto, as negociações com Manuel II foram ricas em desentendimentos promovidos, em grande medida, pelos próprios integralistas.

Entre os anos de 1916 e 1922 alterações importantes afetaram a configuração e a organização do movimento. Conforme dito anteriormente, embora o marco de formação do IL seja a publicação da revista *Nação Portuguesa*, a sistematização dos projetos políticos e a centralização das decisões tomadas se deram apenas em 1916, através da formação da Junta Central do Integralismo Lusitano. A criação da Junta Central do Integralismo Lusitano, nas palavras de Manuel Braga de Cruz, representou a independência dos projetos do IL em relação à causa Monárquica. Com a criação do órgão de centralização doutrinária, em abril de 1916, "Foi então publicado o primeiro manifesto político assinado pela Junta Central e, em Novembro desse ano, o movimento dotava-se de estatutos próprios."[170]

Mesmo após a fundação da Junta, o miguelismo fez-se o principal norteador dos projetos políticos da primeira geração do IL. Porém, o plano de restabelecer a monarquia, aos moldes integralistas, foi impedido definitivamente em 1922, após o Pacto de Paris. Neste tratado, colocava-se fim à questão dinástica que envolvia as duas vertentes da Casa de Bragança ao reconhecer o trono de D. Manuel II. O pacto firmado entre os dois ramos da dinastia de Bragança frustrou os planos dos integralistas em firmar a monarquia pretendida, pois, na concepção do movimento:

> O Pacto de Paris é, na sua essência e apesar de qualquer referência à Carta Constitucional a mais completa afirmação de parlamentarismo, porque por ele se coloca o Parlamento acima dos direitos de Deus na questão religiosa,

[170] CRUZ, Manuel Braga da. "O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo. In. *Análise Social.* Vol. XVIII (70), 1982 – 1º. (p. 137-182). p. 140.

> dos direitos do Rei na questão dinástica, dos direitos da Nação na questão constitucional.[171]

Diante destes entraves à realização da Monarquia orgânica, novos projetos que utilizavam igualmente a ideia do corporativismo ganharam espaço no interior do IL, mobilizados pela ascensão dos movimentos de massa de extrema-direita ascendentes na Europa do entre - guerras. Deste modo, o ideário do Portugal como Império Marítimo assumiria configuração de mobilização das "massas" populares, inserindo o país na corrida imperialista que se dera no período.

Embora Miguel Cardoso exponha, ao analisar a retórica imperialista inscrita na composição ideológica do grupo: "Estoutra visão sucedeu a primeira nomeadamente no percurso ideológico de António Sardinha, rejeitada mais ou menos completamente pelos seus companheiros de primeira geração (...), mas bem acolhida pela segunda geração (...)."[172] percebe-se, na passagem da hegemonia de uma retórica sobre a outra, elementos de continuidade. Ainda que se desloquem as intenções políticas, antes encontradas na perspectiva isolacionista, para os anseios expansionistas, houve a manutenção do combate ao pensamento liberal e individualista, e a aversão ao comunismo, respaldadas na religiosidade. Neste sentido, o localismo existente na estrutura administrativa da primeira geração, foi mantido na subsequente, através da opção corporativista como organização política ideal, vista pelo IL para a construção de seu Estado.

Não se pode examinar a alternância discursiva observada nos dois ideários do IL através de lentes maniqueístas. Mesmo havendo, em certos momentos da vida do IL a hegemonia de um imaginário sobre o outro, não há a predominância total ora de uma concepção, ora de outra, e nem mesmo, uma sucessão geracional rigorosa, entre estes ideários históricos concebidos pelo IL. Estes discursos, embora se manifestem com maior vigor em fases diferentes do movimento – conforme se pode constatar, o ideário do "Portugal Pequeno"

[171] ASCENSÃO, Leão Ramos. *op.cit.* p. 46.
[172] CARDOSO, Miguel Esteves. *Op.cit.* p. 1403.

na primeira fase; e o ímpeto expansionista das "Grandes Navegações" na segunda geração -, coexistem mesmo que submetidos a relações de dominância de um pelo outro. Portanto, são intercambiáveis ao longo da trajetória do IL enquanto movimento.

Embora a perspectiva de nacionalismo isolacionista, inscrita na concepção do "Portugal pequeno" fosse adotada, majoritariamente, pela primeira geração do IL, e o ímpeto expansionista do Império além-mar pela geração posterior, são apenas tendências. Ambas as perspectivas permearam todas as fases do movimento. Durante a segunda e terceira gerações do movimento, constata-se a existência das duas concepções. Além disso, é importante observar que, embora na primeira geração do IL houvesse a predominância da representação do "Portugal pequeno", cujas matrizes estavam ligadas a terra, com destaque à desmobilização popular, Rolão Preto, integrante desta mesma geração, conduziu, nos primeiros anos de 1930, o Nacional Sindicalismo (N/S), vertente do movimento integralista de feições fascistas.

Da mesma forma, Marcello Caetano, membro de segunda geração do IL e sucessor de Salazar no governo ditatorial, afirmava: "Amor, Pobreza, Humildade: eis grandes virtudes que de hoje necessitamos para a luta em que andamos empenhados contra as divindades torpes que se adoram nessa data tristíssima sem Deus."[173] Deste modo, fazia referências ao ideário do Portugal pequeno, católico, e de pobreza honrada. Manuel Múrias, por sua vez, vindo de mesma geração que Caetano, diretor da *Nação Portuguesa* após a morte de Sardinha, destacava em "Pão de Guerra": "O Atlântico é naturalmente no futuro, o campo de acção de

[173] CAETANO, Marcello. "A Falência do Senhor dos Passos". In. *Ordem Nova: revista anti- moderna; anti-liberal; anti-democrática; anti-burguesa e anti-bolchevista; contra-revolucionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa.* Ano I, nº 1. vol. 1. Lisboa, 1926. p. 34

portugueses e brasileiros -, o *mare nostrum.*"[174] – retomando, desta forma, as intenções imperialistas peculiares à representação de Portugal como potência colonial.

Portanto, estes ideários históricos construídos pelos integralistas no intuito de legitimar suas intenções e remetê-las à tradição, não devem ser vistos de forma estanque, mas intercambiáveis ao longo da existência do IL. Embora fossem distintas entre si, estas representações não colocavam em conflito seus defensores no interior do movimento. O combate às instituição liberais, fossem elas a República ou a Monarquia, atuava como elo unitário entre ambos os ideários históricos. Outro vínculo entre os defensores destas representações estava no zelo ao projeto orgânico e municipalista[175] constituído por Sardinha e seus colegas da primeira geração. Deste modo as ações do IL partiam da necessidade de fixarem-se na tradição do passado português, seja ele encontrado ora no século XV ou no século XVI.

Com a intenção de afastar comparações resultantes das apropriações provenientes da *AF*, o IL lançou estratégia de situar seus aportes teóricos em autores portugueses do século XIX, conforme apresentava Hipólito Raposo: "São antes um património histórico-político da primeira metade do século passado, que o delírio da vitória liberalista condenou a um esquecimento ingrato"[176]. Como fonte do tradicionalismo requerido pelo IL, seus fundadores elegeram intelectuais de relevo do século XIX, que haviam gozado de destaque na política e/ou na literatura. Estes autores "eleitos" pelo IL visavam explicar o declínio político e econômico de Portugal em relação às demais potenciais coloniais, entre os séculos XVI e XIX.

Nas explanações, as Grandes Navegações foram vistas como foco das instabilidades, responsáveis pela deterioração da economia e da organização política, por fragmentar as

---

[174] M.M. (abreviatura de MÚRIAS, Manuel). "Pão de Guerra". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 179. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.
[175] BARREIRA, Cecília. *Op.cit.* p. 1425
[176] RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 101-102

formações tradicionais constituídas no período medieval. Este foi o alvo comum dos intelectuais aos quais o integralismo reivindicou filiação. Estes autores, apresentados por Raposo "como património histórico-político da primeira metade do século passado" eram citados com regularidade pelos membros do IL. Eram recuperados em busca de legitimar as afirmações proferidas pelo movimento, bem como visando confirmar os laços de hereditariedade buscados.

Entre um conjunto de "antecessores" apontados, três possuíam maior incidência nos artigos e obras dos integralistas: Herculano, Garrett e Antero de Quental, como demonstrou Antonio Sardinha, em *Ao Ritmo da Ampulheta ao afirmar:* "Acompanham-nos de perto tanto Herculano como Garrett – (...)."[177] E, um parágrafo após a apresentação dos dois, "Depois...Depois o cortejo engrossa. Engrossam-no, embora com gritos estridentes de heresiarcas, os sagitários admiráveis que formaram o grupo em torno de Antero."[178]

No entanto, as apropriações destes intelectuais do campo político e literário, encontraram restrições impostas pelo grupo de Sardinha. O IL declarava-se oposto ao romantismo, em função deste prestigiar a imaginação em detrimento da tradição: "Para nós" afirmava Sardinha, "a realidade objectiva é sempre a expressão duma realidade mais íntima, - a realidade espiritual. Aqui está o motivo porque nos julgamos bem longe do chamado 'realismo'."[179]. Desta forma, é necessário situar os autores apontados por Sardinha, em suas respectivas escolas literárias.

Garrett e Herculano estavam vinculados ao romantismo e Quental ao realismo. Como explicar então, que eles fossem indiferentemente apropriados pelo IL para esquivar-se da alcunha de cópia da *AF*? Em *Ao Ritmo da Ampulheta*, Sardinha defendia a especificidade do romantismo lusitano: "(...) o nosso Romantismo, (...), não é de modo nenhum, a

[177] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* Lisboa: qp, 1978. p. 18.
[178] Idem, ibidem.
[179]Idem, p. 107.

desorganização do sentimento, que – (...) – classifica e define o romantismo francês."[180] Assim, o mentor do integralismo entendia o romantismo português como exceção, classificava-o como distinto daquele que gerara a Revolução Francesa. Deste modo, Sardinha legitimou a utilização pelos integralistas das obras de Garrett, Herculano e Quental e seu suporte ao tradicionalismo lusitano.

Saindo do campo literário para as questões políticas, embora os dois elementos não estivessem dissociados nas obras de Garrett, Herculano ou Quental, havia ainda a intenção de apontar o que fez destes intelectuais do século XIX influências teóricas do IL. Para Sardinha, foi nestes autores "(...) que encontramos um pensamento literário e filosófico revestido da preocupação evidente de imprimir direcções ao seu tempo e à nossa sociedade."[181]

Almeida Garrett não ocupou lugar de destaque apenas na literatura. Apresentou também soluções para os problemas que afligiam a Coroa na primeira metade do século XIX. Portanto, vinculou diretamente a vida literária à atuação política. Antes de aprofundar análises sobre as concepções defendidas por Garrett é necessário situá-lo no contexto em que estava inserido. Garrett nasceu em 1799, assumindo cargos políticos na Coroa, a partir da década de 1820. Em vista das instabilidades políticas provocadas pelas lutas sucessórias entre D. Miguel e D. Pedro IV (D. Pedro I do Brasil) Garrett viveu os momentos de crise da casa de Bragança. Assim, assumiu inclinação em formular projetos e alternativas políticas, em função dos cargos ocupados na Corte de Bragança.

O autor passou por dois exílios, sendo o primeiro de 1823 a 1826, em Londres – com a Revolução liberalista. Ao retornar a Portugal em missão secreta foi detido, julgado e, novamente proscrito, desta vez viveu entre Inglaterra e França. Neste desterro, Garrett juntou-se ao corpo expedicionário liberal que forneceu oposição ao reinado miguelista. Dando prosseguimento ao envolvimento político, o autor de *Romanceiro* ocupou colocações de

[180] Idem, p. 25.
[181] SARDINHA, António. *Ao Princípio era o Verbo.* p. 92.

destaque: deputado eleito pelas Cortes, tratou de reformas pedagógicas em Portugal, e nesse período de 1834 a 1836, foi responsável pelo consulado-geral na Bélgica; em 1852, ocupou o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Deste modo, além de literato Garrett tinha relevância na política.

António Sardinha descrevia Almeida Garrett como detentor de "(...) larga acção governativa baseada nas preferências tradicionais da nacionalidade."[182] De fato, Garrett buscava em seus discursos e escritos políticos, assim como em suas obras literárias, a restauração do "Portugal verdadeiro". Para o poeta e político do século XIX, esta essência nacional estaria circunscrita nas áreas agrícolas.

Na obra citada por Sardinha – *Romanceiro* -, Garrett escrevia: "Campo da lide é este; aqui lidaram/Elysa, quando os nosso eram/ Lidadores por glória, - aqui prostaram/Suberbas castelhanas, e venceram: Nunca foram vencidos Portuguezes./-Este Terreno é sancto: inda estás vendo."[183] Nestes versos havia a evidência dos elementos inseridos no ideário do "Portugal pequeno", difundido entre os integrantes do IL da primeira geração. Garrett destacava a ligação do português com a sua terra, sendo esta seu local de fixação. No entanto, o poeta não deixava de ressaltar a combatividade quando este homem do campo passaria à defesa de seu país. Associando o nacionalismo ao cultivo da unidade agrária afirmava: "Lidadores por glória, - aqui prostaram/Suberbas castelhanas, e venceram: Nunca foram vencidos Portuguezes". Complementar a bravura em defender sua Nação e seu país, havia a contribuição de religiosidade como outra frente de defesa sendo "Este terreno sancto".

Entretanto, as heranças reivindicadas pelo IL ao espólio teórico de Almeida Garrett não compreendem a completude de seu arcabouço. Tal operação fora percebida logo nos primeiros estudos sobre o integralismo lusitano, por Carlos Ferrão:

---

[182] _____. *Ao Ritmo da Ampulheta.* Lisboa: qp, 1978.

[183] GARRETT, J. B. Almeida. *O Romanceiro.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. Disponível em: http://purl.pt/924. Acesso em 03 de fev. de 2013.

> Ao recordar os textos que abonavam suas teses omitiram os que, da mesma procedência, levam a conclusões opostas. Servia-lhes o Herculano municipalista, mas ignoravam o autor da "*História da Origem e Estabelecimento da Inquisição"* e da *"História de Portugal".* Louvaram Garrett, truncando-lhe os escritos e esquecendo-lhe a biografia.[184]

A qual biografia se refere Carlos Ferrão? Ora, Garrett havia sido defensor da monarquia constitucional. Não se deve ignorar sua atuação nos conflitos sucessórios, em prol de D. Pedro IV, e em combate a D. Miguel, monarca eleito pelos integralistas como mantenedor da essência nacional. Tampouco se deve obliterar a função de funcionário da Coroa entre as décadas de 1820 e 1850, quando a monarquia portuguesa assumiu a configuração liberal tão repudiada pelas integralistas. Deste modo, alguns discursos do poeta e diplomata foram intencionalmente ignorados pelo IL, no intuito de estabelecer filiação doutrinária entre Garrett e o movimento conduzido por António Sardinha.

Assim sendo, as defesas do diplomata ao constitucionalismo monárquico foram obscurecidas no exercício de apropriação realizado pelos integralistas. Em discurso como deputado, em sessão de 8 de fevereiro de 1840, Garrett foi enfático ao ressaltar sua opção pela monarquia constitucional. Embora houvesse, em sua concepção, proximidades entre a monarquia constitucional e representativa com o modelo corporativista, o parlamentar defendia o regime da seguinte forma:

> Venho a esse campo para que me emprazaram obrigado, - não a luctar com as mesmas armas (tenho vergonha, tenho nôjo d'ellas!) mas a repellir honesta, leal e cortezmente, mas fortemente os golpes atroiçoados com que quizeram ferir aos meus amigos do centro no que elles e eu temos mais caro e precioso, *nossa lealdade, a nossa Constancia política, a invariabilidade dos nosso princípios, a nossa inalteravel e inabalavel adhesão á liberdade constitucional, á monarchia representativa*, pela qual uns a fazenda, outros a saude temos sacrificado, não poucos expostos a vida muitas vezes.[185]

Embora se observasse alguns ruídos entre as apropriações realizadas pelo IL e as teorias de Almeida Garrett, as contribuições deste não deixaram de ser apropriadas pelo

---

[184] FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e a República: autópsia de um mito.* Lisboa: Inquérito, 1964. p. 200.
[185] GARRETT, J. B. Almeida. *Discurso do Sr. Deputado J.B. Almeida Garrett à sessão de 8 de fevereiro de 1840.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1840. p. 4. - Biblioteca Nacional de Lisboa. CDU: 321(469)"1902". (Grifo meu).

edifício teórico do integralismo. Em ambos os projetos de Estado a monarquia assumia papel central na estruturação política, ainda que Garrett repudiasse o centralismo e o absolutismo, e incitasse a democracia como elemento inerente às instituições políticas de Portugal[186]. No entanto, deve-se situar Garrett em seu contexto, quando, por exemplo, escreve *Portugal na Balança da Europa*.

É perceptível a postura liberal do autor de *Romanceiro* em seus projetos e discursos. Garrett defendia que o lugar perdido por Portugal no quadro das potências mundiais, seria adquirido somente quando se resolvessem seus conflitos internos – a favor das instituições liberais. Entretanto, a definição de *democracia* para Garrett, não é a mesma rejeitada pelo IL.

Ao passo que no início do século XX a ideia de democracia esteve associada ao liberalismo e ao radicalismo de 1789, Garrett compreendia esta definição sob aspecto corporativista, portanto, distante do ponto de vista na Revolução Francesa. Embora Almeida Garrett criticasse a baixa mobilização popular vista na Revolução do Porto em 1820[187], o poeta e político advertia que "Em dous grandes escolhos se perde a liberdade; na tibieza com que se lhe defende ou na demazia com que d'ella se goza: evitemos um e outro."[188] Deste modo, as influências políticas vindas da França deveriam ser evitadas, adotando-se um modelo específico a Portugal. Para o autor de *Romanceiro* a democracia lusitana estaria inscrita nos moldes corporativos, cumprindo a seguinte estrutura:

> Uma constituição portanto que a Portugal possa convir hade tomar por base principal a democracia de sua maior e mais importante população, hade modificá-la depois com o elemento aristocrático que em sua natureza está arraigado e hade rematar por fim esse edifício com a *coroa*, a qual fórma o vertice da pyramide, perfeito emblema de uma bem constituída e regular monarchia representativa.[189]

---

[186] GARRETT, J. B. Almeida. *Portugal na Balança da Europa; do que tem medo e do que bem lhe convem ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado.* Londres: S.W. Sustance, 1830. p. 294. – Biblioteca Nacional de Lisboa – CDU: 321 Garrett, Almeida. Disponível em: http://purl.pt/3. Acesso em 03 de fev. de 2013.
[187] Idem, p. 60-72.
[188] Idem, p. VIII.
[189] Idem, p. 294.

Em sua organização política, Garrett inseria o formato piramidal abrangido, igualmente, pela organização estatal do IL. Tal como firmado por Almeida Garrett, o monarca ocuparia no projeto integralista o vértice da pirâmide no poder. Porém, apesar do monarca integralista, até o Pacto de Paris, ser o descendente de D. Miguel, Garrett nutria simpatia pela figura de D. Pedro IV (D. Pedro I no Brasil).

Se António Sardinha enxergava em D. Miguel o libertador de Portugal que caminhava para um destino semelhante à França de 1789[190], Garrett possuía opinião oposta. Afirmava que "todo Portugal se sublevou contra o tyrano; todo Portugal alevantou o grito de fidelidade, e altamente bradou e protestou a face da Europa e do mundo contra D. Miguel."[191] Para o autor de *Romanceiro,* D. Pedro IV possuiria direito inalienável ao trono de Portugal.[192]

Neste sentido, embora as preferências dadas aos ocupantes da Coroa fossem distintas, os integralistas apropriaram-se dos modos e da disposição administrativa dos órgãos do Estado Monárquico. Derivou de Garrett a noção de municipalismo e de monarquia orgânica sustentada pelo grupo de Sardinha. O autor de *Romanceiro* afirmou a necessidade em se fomentar a descentralização administrativa do reino, no intuito de dar agilidade à comunicação e à assistência das necessidades de cada região do país. Porém, mantinha a centralização política no monarca:

> Os corpos municipaes não devem nem podem portanto estar em contacto immediato com o govêrno: as linhas que os unissem seriam mui longas e divergentes e não poderiam servir de sólido nexo (…). É necessário pois que, dividido o reino em regulares commarcas, em cada-uma d'ellas haja um centro municipal e administrativo, que forma pela eleição dos diversos municipios do mesmo círculo, seja presidido por uma auctoridade administrativa nomeada pela coroa, a qual assim pois centralizará entre si, e os communicará por uma só recta e não interrompida nem demasiado longa

[190] "Caminhávamos francamente para um 89 português, se a mão varonil do infante D. Miguel não cortasse em Vila Franca o desafora crescente dos nossos demagogos das Necessidades." SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta*. p. 69.
[191] GARRETT, J.B. de Almeida. *Portugal na Balança da Europa do que tem medo e do que bem lhe convem ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado*. Londres: S.W. Sustenance, 1830. p. 170. CDU. 321 Garrett, Almeida. Biblioteca Nacional de Lisboa.
[192] Idem, p. 336-337.

> linha, com o govêrno, de quem não depende absolutamente, mas com quem deve estar ligado o systema administrativo, e o municipal que é o mesmo.[193]

Sendo apropriado pelo IL, tal modelo de Estado aponta para um projeto político anticosmopolita, municipalista e corporativo, a fim de restaurar a monarquia medieval, idealizada pelos integralistas. Hipólito Raposo expõe que tanto na Idade Média, mitificada pelo movimento, quanto no Portugal integralista, a organização se daria em "(...) concelhos na forma comunal e ruralista, [que] formavam pequenos estados, agregados orgânicos dos interêsses das famílias, celulas vivas de uma nação preexistente."[194] Portanto, o projeto político do IL consolidou-se como antiparlamentar - logo, contra as formas do liberal-constitucionalismo, entre estas a monarquia constitucional -, anti-republicano, tradicionalista e corporativista.

O desenho de Estado, concebido por Garrett e apropriado pelos IL, trazia à tona os moldes do período medieval. Para ambos, este período era demonstrativo do "Portugal verdadeiro". No entanto, com o advento das descobertas além-mar, as tradições se desvirtuaram, dando lugar à cobiça. Para Garrett: "(...): vicios, luxos e perdicção comsigo [com o ouro da América] trouxeram, permanecem todavia; e se olharmos so atehi, a condicção do mundo velho empeiorou com a descuberta e dominação do novo."[195] Mais uma vez, Garrett ofereceu contribuições ao arcabouço teórico integralista. São explícitas as semelhanças entre a defesa feita pelo autor a respeito da potência de Portugal e o ideário histórico defendido pela maioria dos membros da primeira geração do IL. Em ambas as narrativas, o Estado nacional antes do século XVI manteria intactas as características peculiares ao país, ou seja: o cultivo da terra e a religiosidade, em oposição ao expansionismo marítimo.

---

[193] Idem, p. 312-313.
[194] RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos:* L'Action Fraçaise e o Integralismo Lusitano. Lisboa: Livraria Ferin, 1929. p. 87.
[195] GARRETT, J.B. de Almeida. *Portugal na Balança da Europa do que tem medo e do que bem lhe convem ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado.* Londres: S.W. Sustenance, 1830. p. 15. CDU. 321 Garrett, Almeida. Biblioteca Nacional de Lisboa.

De forma similar, outra fonte de influências reivindicadas pelo IL compreendeu o Portugal da Idade Média e os reflexos gerados pelos descobrimentos, nas estruturas políticas, econômicas e sociais do país. Alexandre Herculano via nas expansões para além do Marrocos o enfraquecimento das tradições nacionais. Estes empreendimentos coloniais, sob sua concepção, eram fomentados por políticas pessoais dos monarcas. A partir destes projetos, nas palavras de Herculano, fixaram-se as bases dos regimes absolutistas em Portugal. Deste modo, as campanhas expansionistas drenavam dos campos para as navegações a mão-de-obra nacional, esgotando os recursos do país. Segundo a interpretação de Herculano, analisada por Rui Ramos, "A expansão coincidira assim com a própria 'morte da nacionalidade'."[196]

Nascido uma década após Garrett, assim como o autor de *Romanceiro,* envolveu-se nos conflitos causados pela questão sucessória, e alistou-se no exército liberal. Deste modo, sua defesa do monarca liberal chama a atenção, em função de Alexandre Herculano ser citado pelos integralistas como um dos antecessores do movimento. O fato é curioso, dada a rejeição do IL ao sistema liberal-constitucionalista, tanto em formato republicano quanto monárquico.

A sociedade, para Herculano, seria consequência da vontade divina. Deste modo, ao criar o Homem - livre por natureza - fundamentava-se sua independência, calcada na individualidade. Entender a sociedade como soma de indivíduos seria um erro ou uma heresia. Nesta esteira, Herculano fazia oposição à democracia, tal como às ideias republicanas. Estas tenderiam a "apoucar o indivíduo e a engrandecer a sociedade."[197] Desta forma, o liberalismo concebido por Herculano ou, segundo Catroga[198], o "liberdadeirismo", encontrava consonância com o idealismo mediévico. Esse trajeto é justificado através da mediação feita pelo municipalismo, inscrito em seu projeto político.

---

[196] RAMOS, Rui. "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins". In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997. (p. 113-141) p. 115.
[197] HERCULANO, Alexandre. *Cartas.* Apud. CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesas II.* Lisboa: Universidade Aberta, 1996. p. 64.
[198] CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesas II.* Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

Recuperando a tradição de centralização política, porém liberdade administrativa dos municípios no passado medieval, Herculano afirmaria: "Mantenham-me esta [a liberdade], que pouco me incomoda que outrem assente num trono, numa poltrona ou numa tripeça."[199] No entanto, por conceber o nacionalismo lusitano calcado na Tradição, os rumos políticos de Portugal caminhariam, por razões históricas, em direção à monarquia. Semelhante ao projeto do IL, as bases administrativas articuladas por Herculano, eram dispostas no município, de maneira descentralizada em relação ao Estado, o que forneceu subsídio ao movimento do qual Sardinha foi mentor. Deste modo, Herculano foi incorporado às bases doutrinárias integralistas. Manuel Múrias destacou esta linearidade supostamente existente entre o pensamento de Alexandre Herculano e as propostas integralistas em *Nação Portuguesa*:

> Para Herculano o baluarte da liberdade era o município, e tanto basta para nos convencermos de que seu liberalismo nada tem - nada pode ter – de comum com os conceitos dissolventes que nos legou a Revolução. O liberalismo de Herculano é, no seu aspecto negativo, o inimigo da centralização, qualquer que seja a formula em que ele momentaneamente se encarne; no seu aspecto positivo e constructivo, ele anda indissoluvelmente ligado ao fortalecimento dos núcleos-estaduaes infra-estaduaes e nomeadamente do concelho cuja força o grande mestre da nossa historia soube tão profundamente apreciar.[200]

Assim como Garrett, Herculano entendia as glórias do século XVI, obtidas pelas Grandes Navegações, como degeneração dos laços tradicionais dispostos na Nação. Diante destas posturas, adotou como foco de seus estudos e romances as narrativas da Idade Média. Ao valorizar o período medieval, o autor apresentava críticas ao modelo liberal vigente no contexto em que estava inserido. Para Herculano a estabilidade política seria alcançada, apenas, com o resgate do equilíbrio de poderes encontrados entre burguesia, senhores feudais e monarquia. O autor buscava neste modelo, a solução para dissipar as lutas "partidárias" de seu tempo. Deste modo, concebia a organização do Estado com o poder político disposto de maneira centralizada no domínio monárquico, porém revestidos de liberdades equivalentes

[199]Idem, p. 65.
[200] M. M. [abrev. MURIAS, Manuel]. "O 'liberalismo' de Alexandre Herculano". NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Filosofia Política. Direção: Alberto Monsaraz. Secretario: Nuno de M. Teixeira. Coimbra: Editores França e Armenio. Ano I, n.4. Julho de 1914. p. 122. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3628P.

entre as municipalidades, no que se refere aos assuntos administrativos.[201] A rejeição, por Herculano, a estes conflitos nas esferas políticas, foi importante para que os integralistas o adotassem como seu antecessor. Diante da aversão de Alexandre Herculano às instâncias políticas, Hipólito Raposo assinalava: "Para Herculano que escrevia ha mais de meio seculo, o principio democrático-republicano não teve sequer *valor teórico* abstrato, de que a propaganda se prevaleceu para acreditar na lógica simplista do povo."[202]

Como desdobramento das análises negativas realizadas ao examinar o período de expansão colonial do século XVI, Herculano percebia a oposição entre a ciência e a tradição em Portugal. A ciência seria desagregadora da instituição feudal e responsável por impulsionar os homens ao mar em busca de riquezas, não encontradas na lida rural. Concepções deste matiz estão presentes em *Lendas e Narrativas*[203], obra composta por coletânea de contos passados no período medieval, onde há relatos, crenças e costumes da sociedade lusitana daquele período. Em "O Parocho da Aldeia", Herculano dialogava não com o "philosopho esthetico-romântico-progressivo, que não vales a pena disso, mas com o povo português que fala português chão e inteligível."[204]

Portanto, ao julgar a ciência e a filosofia como externas à tradição nacional, o autor adverte seu leitor, o "povo português". Nesta passagem, Herculano chama a atenção deste "povo" para o enfraquecimento da crença cristã entre a população. Complementar a este aviso, o autor defendia a monarquia e a religiosidade como elementos vinculados historicamente às raízes da nacionalidade: "envergonhemo-nos de, muitas vezes, não seguirmos na vida practica os dictames do christianismo: não nos envergonhemos, porém, do

[201] RAMOS, Rui. "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins". In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997. (p. 113-141) p. 113 e 116.
[202] RAPOSO, Hippolyto. "A Voz do Profeta". NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Filosofia Política. Direção: Alberto Monsaraz. Secretario: Nuno de M. Teixeira. Coimbra: Editores França e Armenio. Ano I, n.2, 8 de maio de 1914. p. 34 (grifo do original). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.5001B.
[203] HERCULANO, Alexandre. *Lendas e Narrativas.* 20 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.
[204] Idem, p. 194.

culto dos sete seculos da monarchia."[205] Sustentando a compreensão de que Portugal seria costurado pelo cristianismo e, formado pela junção de famílias, existentes e dispostas nas aldeias e municípios, Herculano elaborava sua definição de pátria como:

> A patria é o crucifixo com que nosso pae se abraçou moribundo, e com que nós nos abraçaremos, também antes de ir dormir o grande somno, ao pé do que nos gerou, no cemitério da mesma aldeia em que elle e nós nascemos. A patria é o complexo de familias enlaçadas entre si pelas recordações, crenças e, até pelo sangue. (...). Uma nação não é só metaphoricamente uma grande família: é-o também no rigor da palavra.[206]

Diante do papel central dado por Herculano à religiosidade e à família no intuito de constituir e manter a pátria, a filosofia e a ciência foram vistas como disseminadoras da dúvida e da desagregação. Estas sensações se deram em razão da empiria, do materialismo e do ceticismo em que estavam envoltas, segundo a crença do autor. Afirma ele, "Como a philosophia é triste e arida!/A arvore da sciencia, transplantada do Éden, trouxe consigo dor, a condemnação e a morte; mas a sua peor peçonha guardou-se para o presente: foi o scepticismo."[207] Com o ceticismo, que segundo Herculano se desenvolveu no presente vivido pelo autor, houve a morte do sentimento religioso através do questionamento da imortalidade pelo materialismo. Assim, o sinal do declínio de Portugal viria pelo "demônio implacavel a que chamam sciencia."[208]

Com o desenvolvimento da ciência, a ultrapassar a religião em importância no âmago da população, haveria o desequilíbrio das raízes nacionais portuguesas. Estes avanços científicos impulsionaram o homem ao mar e contribuíram para a desestruturação do sistema feudal. Portanto, as conquistas, para Herculano, serviram à fragmentação do modelo corporativo de produção, disseminando o individualismo econômico e político. A busca pela riqueza pessoal, despertada com o colonialismo além-mar, refletia-se tanto no comportamento dos vassalos quanto na postura do monarca português.

---

[205] Idem, ibidem.
[206] Idem, p. 195.
[207] Idem, p. 107.
[208] Idem, p. 109.

Rui Ramos ao analisar o pensamento de Herculano, afirma que na compreensão do autor de *Lendas e Narrativas*, a expansão ultramarina "(...) serviu à monarquia para se fazer absoluta e destruir a nação, para acorrentar a nobreza à corte e rasgar os foros concelhios."[209] Concomitante a esta busca pelo ouro além-mar, havia, na opinião de Herculano, o desabastecimento da força de trabalho, o que contribuiu para a debilidade da atividade manufatureira interna do país. Como consequência, houve a especialização de Portugal ao mercantilismo, fato que inibiu a fixação dos portugueses em suas colônias.

Deste modo, "as conquistas ibéricas não 'civilizaram' como os Romanos e os Ingleses. O 'espírito religioso e aristocrático' fez da expansão ultramarina uma sequência estéril de escravidão, saque e intolerância."[210] Segundo Rui Ramos, a religiosidade apresentada neste trecho não é a mesma referida por Herculano como antípoda da ciência. O cristianismo apresentado por Alexandre Herculano seria revestido pelo aspecto nacional, lusitano. No entanto, a religiosidade que impeliu Portugal à expansão marítima, levando o projeto cruzadístico em busca de novos fiéis, fora da Europa, era alheia à nacionalidade lusitana, proveniente do Concílio de Trento. Deste modo, invadido por concepções estrangeiras, Portugal seria incapaz de fundar civilizações.

Esta postura foi algumas vezes contestada, outras endossada pelos integralistas lusitanos em sua segunda fase, na revista *Nação Portuguesa*. A terceira série da revista, em 1924, foi palco de querelas entre os membros que defendiam as teses sustentadas por Herculano e aqueles que se opunham às mesmas. Manuel Múrias, integralista da segunda geração, diretor da revista após a morte de Sardinha, aderiu ao pensamento de Herculano ao ponto de quase reproduzi-lo. Por outro lado Sardinha sustentava a posição contrária.

Múrias defendia que "O nosso império do Oriente foi um artifício genial, mas sempre um artifício. Não era com reduzidíssima população de Portugal que poderia sustentar-se e

[209] RAMOS, Rui. "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins". In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997. (p. 113-141) p. 116.
[210] Idem, p. 117.

desenvolver-se um império de tão extensas fronteiras."[211] Deste modo, Manuel Múrias defendia o aspecto pernicioso representado pelo expansionismo marítimo à nacionalidade portuguesa. Em função dos esforços exacerbados para manter suas possessões coloniais no Oriente, com população rarefeita, o país submetia-se aos sacrifícios que resultaram em seu declínio diante das demais potências ultramarinas. No entanto, ao contrário de Herculano, Múrias não atribuía aos reis portugueses estes reveses cobrados pela expansão colonial.

Em sentido oposto, António Sardinha afirmava a descendência romana dos portugueses, justificando deste modo o posto de "semeadores de civilizações", sustentado por Portugal e Espanha[212]. Em razão deste status adquirido historicamente, e com o objetivo de recuperar o prestígio dos dois países, desgastados ao longo dos séculos XVI ao XIX, Sardinha propunha a Aliança Peninsular, projeto que seria realizado entre os países da península Ibérica e os ibero-americanos, frutos da ação de semeadores de civilizações. Traçando referência ao Império Romano, ao apresentar seu projeto expansionista, Sardinha expunha: "*Efectivamente, en la preponderancia ya definida de los países americanos, el Atlântico va a volverse, en la vida social del planeta, un mar interior, el lago doméstico de la civilazación, como antes fué el Mediterrâneo.*"[213]

Apesar destes embates, o municipalismo de Herculano, tal como o colhido em Garrett, foi apropriado pelos integralistas. No entanto, em virtude da crença de Herculano na propriedade rural como fortaleza contra o individualismo e a corrupção cosmopolita que desvirtuariam as raízes tradicionais de Portugal, o autor fez-se predominante no ideário do chamado "Portugal pequeno". Em função da simpatia ao meio rural, e da crença de que a riqueza resultaria em corrupção, Herculano torna-se ícone do ruralismo ao converter-se em

[211] MÚRIAS, Manuel. "A Política de África de El-Rei D. Sebastião". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 295. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444; *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 254. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.
[212] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 288.
[213] Idem, p. 275.

lavrador no campo.[214] Por inspirar-se em suas crenças sobre a sociedade medieval, Herculano buscava a disseminação da propriedade rural, e das caixas econômicas (nas indústrias), bem como do crédito agrícola. Através destas medidas, Alexandre Herculano visava o fortalecimento das classes médias, estabilizando a sociedade e conciliando a liberdade e desigualdade, ou, *capital* e *trabalho.*[215]

Estas intenções estavam inscritas no arcabouço moral cristão, de solidariedade e corporativismo medieval. Assim, Herculano buscava uma sociedade pautada nas associações de pequenos produtores, que se refletisse, politicamente, na autonomia dos municípios. Buscava a reedição das formas de vivência, comportamentos políticos e virtudes cívicas encontradas na Idade Média idealizada por Herculano, e atualizada pelo liberalismo concebido por ele mesmo.[216]

As ideias de Alexandre Herculano faziam parte de um edifício teórico maior, a afetar outros de seus contemporâneos, ou pensadores da geração posterior. Tal foi o caso de Antero de Quental. Quental foi o mais novo da tríade apontada por António Sardinha como antecessora dos teóricos do IL. Nascido em 1842, viveu para ver o *Ultimatum* britânico. Imiscuindo dores físicas - resultantes de doença nervosa que nunca o permitiu restabelecer-me completamente, contraída em 1874[217] -, e as desilusões, tanto pessoais quanto provocadas pelo quadro político do país, cometeu suicídio em 1891.

Possuiu trajetória heteróclita, flertando com as obras de Herculano, Michelet e Feuerbach, e Proudhon[218]. Em função destas leituras, assumiu atividade no campo ideológico socialista, conforme ele mesmo descreve em sua carta autobiográfica: "Nesse ano [1871] e no

---

[214] RAMOS, Rui. "As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins". In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997. (p. 113-141) p. 137-138.
[215]Cf.: CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *op.cit.* p. 66.
[216] Idem, ibidem.
[217] QUENTAL, Antero de. "Carta Autobiographica.*"* In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863).* Lisboa : M. Gomes, 1892. p. XXXVI. - Disponível em: http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. de 2012.
[218] SERRÃO, Joel. "Do Pensamento Político-Social de Antero Quental (1868-1875)". In. *Análise Social.* Vol. XVI, 1980. (p. 343-361). p. 345.

ano seguinte tomei parte activa no movimento socialista, que se iniciava em Lisboa, e tanto n'essa cidade quanto no Porto escrevi bastante nos jornaes políticos."[219] Ora, se Quental adere ao socialismo, como explicar a reivindicação de sua herança pelos integralistas?

Considerada a proximidade mantida entre Quental e Oliveira Martins, seu amigo e um dos editores de suas obras é possível apresentar algumas conclusões sobre a postura socialista sustentada e, consequentemente, a adoção de seus aportes teóricos para o IL. Recorrendo ao "Escorso Biographico" de Quental, observam-se os seguintes dados sobre sua relação com Oliveira Martins:

> Oliveira Martins tinha sido um de seus collaboradores na organisação democrática e socialista em Lisboa, quando publicava a *Republica* e o *Pensamento Social*; mas um dia abandona seu ideal e filia-se em um esgotado partido monarchico a que pretendeu levar vida nova. Foi esta apostasia uma desillusão para Anthero; (...).[220]

A adesão de Martins à causa monárquica não foi uma "virada". Segundo Rui Ramos, o socialismo de Oliveira Martins não era derivado da concepção de coletivização dos meios de produção. O socialismo defendido firmava-se na percepção da sociedade enquanto organismo dirigido pelo Estado.[221] Deste modo, o que seduzia o autor que influenciou Quental, não era a abolição da propriedade privada, mas o poder que o Estado deveria exercer sobre os indivíduos. Assim, o que atraía Martins, e no mesmo sentido Quental, era a concepção política corporativista e hierárquica.

É nesta interpretação que Sardinha retira Quental da suposta adesão ao materialismo histórico, e o insere na "noção cristã de sociedade". Assim, Sardinha tece ligações entre Charles Maurras, Oliveira Martins e Antero de Quental. Portanto, em artigo datado de 1918 e publicado em *Ao Princípio era o Verbo*, Sardinha remodelava o conceito de socialismo,

---

[219] QUENTAL, Antero de. "Carta Autobiographica." In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863)*. Lisboa : M. Gomes, 1892. p. XXXII. - Disponível em: http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. de 2012.

[220] ANÔNIMO. "Escorso Biographico". In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863)*. Lisboa : M. Gomes, 1892. p. XIX-XX. - Disponível em: http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. de 2012.

[221] RAMOS, Rui. "Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca". In. *Análise Social*. Vol. XLI, 2006. p. 31-53.

fornecendo a este a concepção "comunitária" – mas não coletiva - no sentido de socialização dos meios de produção. A partir desta alteração, o socialismo de Quental passaria a ser revestido pelo corporativismo em seu significado cristão. Estaria, portanto, próximo a Maurras e Oliveira Martins na elaboração deste "socialismo católico":

> Charles Maurras aceita a designação de socialismo como valendo pela penetração duma idéa social de utilidade no conceito histórico de propriedade. Comunitária é a noção cristã da sociedade, - comunitária foi a nossa Realeza, povoadora e cultivadora nos seus mais profundos alicerces. Neste socialismo concluïria Antero, como Oliveira Martins concluiu. E se nós somos, de certo modo, o partido póstumo de Oliveira Martins, porque é que não havemos de contar Antero de Quental entre nossos camaradas mais velhos?[222]

Portanto, ainda que se considere o antimaterialismo do qual o IL esteve imbuído, que abrangeu tanto o liberalismo quanto o socialismo, a adesão das teorias de Quental ao arcabouço do movimento não eram contraditórias. Para estruturar o combate ao materialismo e ao individualismo Quental era arregimentado como uma das bases do pensamento tradicional do IL, em resposta ao liberalismo e às concepções disseminadas pela Revolução Francesa. Nestes termos, Almeida Braga assinalava que: "Antero, cujo individualismo extreme podia ter servido para encerrar na orgulhosa solidão dos ultra-romanticos tornou-se, debaixo do magistério de Proudhon, duro inimigo das idéias e dos sentimentos que deram alma e corpo à Revolução Francesa."[223] Sob a interpretação integralista, as concepções de Antero nutriam maior proximidade com o corporativismo cristão que com o materialismo-histórico de origem marxiana/marxista.

Antero de Quental em sua "Carta autobiographica", endereçada ao tradutor de suas obras para o alemão, Wilhelm Storck, acusou contato com as obras de Marx e Engels. No entanto, o autor dividia estas leituras com projetos tradicionalistas tais como o Iberismo. Em outros termos, "ao mesmo tempo que conspirava a favor da União Iberica, fundava com a

---

[222] SARDINHA, António. "O Verdadeiro Antero". In. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 121.

[223] BRAGA, Luis de Almeida. *Sob o Pendão Real.* Porto: Edições Gama, 1942. p. 143. Biblioteca Nacional de Lisboa: Cota: B.R. 7669.

outra mão sociedades operárias e introduzia, adepto de Marx e Engels, em Portugal, a Associação Internacional dos Trabalhadores."[224]

Flertando tanto com o socialismo quanto com o tradicionalismo inscritos nas propostas acerca da União Ibérica, Quental construiu via intermediária, ao inclinar-se ao tradicionalismo. Portanto, o autor desenvolveu concepção reformista sobre as formas de se alterar os rumos da sociedade. Ao prestigiar as modificações de cunho "gradual e equitativo", Antero arquitetava sua "democracia socialista" e não mais o socialismo. Embora fizesse oposição à burguesia capitalista, tal como Herculano, elegia como personagens centrais destas reformas os "(...) pequenos proprietários e industriais, autonomizados pelo trabalho próprio, cidadãos ideais da 'democracia socialista ou filosófica', (...)."[225], deste modo, confirmando em seu projeto a existência da propriedade privada.

António Sardinha, entre outros membros do IL, lia as obras dos autores do século XIX no intuito de construir a linha de ancestralidade entre estes e seu movimento. Deste modo, o mentor intelectual integralista estruturava a narrativa da transição de Quental do "romantismo revolucionário"[226] para o ressurgimento do Portugal em suas colorações tradicionalistas, atribuindo-lhe o papel de exemplo a ser seguido pelo movimento. Promovendo a depuração do pensamento de Quental, Sardinha credenciava-o a ser fonte do pensamento do IL. Assim, o integralista selecionou os aspectos que deveriam ser utilizados como "matrizes" para seu movimento. Com o objetivo de explicitar esta operação, escrevia: "Não tocaremos nos detalhes da existência agitada de Antero – nem nas suas ligações com a *Internacional*, nem nos seus planos fantasiosos de *União Ibérica.*"[227]

---

[224] QUENTAL, Antero de. "Carta Autobiographica." In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863).* Lisboa : M. Gomes, 1892. p. XXVII-XXVIII. - Disponível em: http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. de 2012.
[225] SERRÃO, Joel. "Do pensamento político-social de Antero Quental". In. *Análise Social,* vol. XVI, 1980. p. 351-352 e p. 356.
[226] SARDINHA, António. "O Verdadeiro Antero". In. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed.. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940. p. 120-121.
[227] Idem, p. 94. (Grifo do original).

Em seus pensamentos, Sardinha formulou projetos de Aliança Peninsular, no entanto, teceu críticas ao projeto de União Peninsular em virtude dos aspectos federalistas dados por Quental[228]. Segundo Sardinha, o Iberismo, ou União Ibérica, resultaria em perda de soberania por parte de Portugal, sendo este projeto revestido *"(...) del embuste del lazo federal",* considerava *"es uma confabulación de caracter masónico exclusivamente, (...).*"[229] Optando por via alternativa Sardinha propunha em seu projeto, "*Pero, como un hecho de espontáneo acuerdo de inteligéncias e aspiraciones que es, la* unidad hispânica *exige, (...), que los pueblos se mantengan libres en su gobierno interno, aunque unidos militar y diplomaticamente para la defensa común, (...).*"[230]

Portanto, enquanto para Quental o projeto de união passaria pela diluição de fronteiras e reorganização através de estados confederados, e desmembramento de Portugal em províncias politicamente incorporadas à Espanha; Sardinha propunha a manutenção das fronteiras, recobrando a experiência de união entre os anos de 1580 a 1640, após a morte de D. Sebastião. Assim, a unidade se faria por meio de acordos militares e diplomáticos mantenedores da proteção de interesses mútuos. Deste modo, se percebia os ruídos existentes na apropriação das teorias de Quental às doutrinas do IL.

Assim, neste capítulo, pôde-se perceber a trajetória política dos membros do IL até alcançarem a formação do movimento, por meio da heterogeneidade de suas posições ideológicas entre o período acadêmico na Universidade de Coimbra e a proclamação da República. Neste intervalo, os colegas dividiram-se entre monarquistas, republicanos ou indiferentes. Tal aspecto não resultou em fissuras nas redes de sociabilidade, diante do eixo de coesão não se fazer, inicialmente, sobre bases políticas. Estas, como se buscou demonstrar, se

---

[228] QUENTAL, Antero de. "Carta Autobiographica." In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863).* Lisboa : M. Gomes, 1892. p. XXXII. - Disponível em: http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. de 2012.

[229] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 38.

[230] Idem, p. 113. (Grifo do original).

fixavam no aristocratismo intelectual, fato que os levou à preocupações nos campos da inteligência nacional e da literatura, diante da rejeição da estrutura política de partidos existente no liberalismo.

No que se refere à estruturação teórica do IL, analisou-se as apropriações realizadas por seus membros, sofrendo influências da *l'Action Française,* movimento liderado por Charles Maurras, fixado no objetivo de recuperar o passado glorioso da França, encontrado no período medieval. Os integralistas lusitanos se utilizaram das ideias deste movimento como suporte ao projeto de monarquia orgânica portuguesa, respaldando suas teorias na tradição nacional, encontrada nos séculos XV e XVI.

No entanto, em função das influências recebidas do movimento francês, o IL foi acusado por seus opositores, de "artigo de importação".

Por propor filtrar a essência nacional de Portugal, o movimento recrutou suas raízes intelectuais no século XIX. Deste modo foram convocadas para o interior do integralismo as teorias de Almeida Garrett, Alexandre Herculano e Antero de Quental, autores que se esforçaram por conceber projetos para recuperar o lugar de destaque mantido por Portugal no século XV, em detrimento da decadência, segundo estes autores, iniciada com as Grandes Navegações.

Terminadas as análises das bases teóricas e organizacionais do Integralismo Lusitano, passa-se a tecer exames sobre o principal desdobramento do IL: o Nacional-Sindicalismo (N/S). Este movimento surgiu da fascização das fileiras do IL, com a contribuição de outros movimentos menores, de extrema-direita em Portugal. Portanto, os objetivos do próximo capítulo são observar o processo de fascização de alguns intelectuais do IL e a formação do Nacional-Sindicalismo (N/S), tal como sua relação com o salazarismo, sendo este último aspecto um dos principais responsáveis pela cisão interna do movimento conduzido por Rolão Preto.

Capítulo 2

A radicalização do conservadorismo: inclinação autoritária e Nacional Sindicalismo

No capítulo anterior, entre outros objetivos, teceu-se o panorama político-ideológico compreendido entre o *Ultimatum* britânico, ocorrido na última década do século XIX e os anos 1920, demonstrando as modificações sofridas pelo nacionalismo português. Neste período, o campo ideológico foi enriquecido com concepções políticas rivais, mas coexistentes ao monarquismo constitucional. No entanto, os antagonistas da monarquia passaram a adquirir maior visibilidade nos anos 1890, a partir da fragilização da hegemonia da Coroa. Neste momento, as alternativas à configuração do regime monárquico - projetos republicanos e ditatoriais – concorreram com a concepção monárquica constitucional, até então predominante. Nestes projetos de Estado dispostos na arena política, havia inclinações centralizadoras, tradicionalistas, parlamentares. Determinada por estas disposições no campo político existia a preocupação acerca da atuação da Igreja na esfera pública. A instituição católica em Portugal se firmava em locais disputados pelos republicanos, tais como educação, saúde e registros civis. Deste modo existiam nos projetos políticos em formação, preocupações que afetaram a relação entre Igreja e Estado. Portanto, a intervenção da Igreja nestes locais em disputa, foi combatida pelos republicanos, mas endossada pelos tradicionalistas e monárquicos.

Tal complexidade do cenário político-ideológico, percebida entre os finais do século XIX e primeira década do XX, acentuou-se com a Grande Guerra Mundial. Agregada à crescente projeção das propostas nacionalistas, escoradas nos discursos de manutenção ou recuperação do império, houve a ascensão das tendências autoritárias, de Estado forte e centralizado, fixada sobre a sociedade orgânica. Estas propostas tinham em comum as críticas ao liberalismo, ao parlamentarismo e à democracia. Conforme se buscou demonstrar

no capítulo anterior, a proclamação da República em 1910 trouxe à tona estas projeções políticas até então subterrâneas. O projeto republicano sagrou-se vitorioso nos conflitos de 1910/1911, no entanto, não logrou aprovação unânime.

No rescaldo da guerra civil, grupos monárquicos mantiveram-se organizados e fiéis ao Rei D. Manuel II, deposto. A separação entre Estado e Igreja, disposta na Carta Constitucional republicana mobilizou a ação restauracionista, ou tradicionalista, pela recuperação do pacto existente entre Cruz e Trono. Portanto, os anos de vigência republicana liberal (1910-1926) foram revestidos por tentativas golpistas, para retomar a monarquia ou para inaugurar a ditadura republicana. A inserção de Portugal na Grande Guerra Mundial, ao lado dos ingleses e franceses, atuou como catalisador destas instabilidades internas.

O país de feições agrárias, com industrialização nascente, ao confirmar sua participação no conflito, agravou as condições do cenário interno. As classes trabalhadoras e demais setores populares mobilizaram-se em virtude do desabastecimento generalizado que acometeu o país. Houve ainda questões ideológicas inerentes à inserção do país no conflito, em função de grupos germanófilos buscarem a aproximação de Portugal com a Alemanha. Nestes termos, a entrada na I Guerra Mundial proporcionou divisões em função dos efeitos econômicos, das discordâncias mantidas por alguns grupos em relação à aliança mantida com a Inglaterra, aspectos que impactaram a estabilidade política do país.

A entrada de Portugal na guerra acirrou a oposição à República e desagradou até mesmo alguns partidos de colorações republicanas. A partir de coligação heterogênea, composta por elementos que possuíam como ponto comum à rejeição a República liberal, golpes foram organizados, entre estes, o que resultou no curto governo sidonista (1917-1918). Em função da amplitude de colorações políticas dos integrantes da plataforma golpista, seu governo permitiu a inserção de elementos até então marginalizados ou afastados das esferas

de governo, como foi o caso dos monarquistas patrocinadores do golpe, entre estes, os integralistas.

Sidónio Pais lançou as bases das concepções de direita extremista que se formaram posterior ao seu governo. Diante do aspecto centralizador, com o controle do Poder Executivo, e a apresentação do esboço de um partido único - o Partido Nacional Republicano (PNR) -, da estrutura corporativa de representação política[231], Sidonio Pais foi inspiração para movimentos fascistas ou fascizados em Portugal. O sidonismo reuniu os aspectos das modernas ditaduras do século XX.

Podem ser apontados como elementos existentes no curto governo de 1917-1918, que forneceram inspiração aos movimentos de extrema-direita em Portugal: o carisma messiânico - Pais era chamado de "o Príncipe Rei", "o Salvador de Portugal" entre seus seguidores -, o potencial antidemocrático, legitimado no poder através de plebiscito popular, e a exploração de assuntos nacionalistas, bem como a estruturação da representatividade política e social sob as bases do corporativismo.[232]

Deste modo, ex-integrantes do governo de Pais, ou inspirados neste, colheram subsídios para fundamentar alternativas ao liberalismo e à Republica parlamentar. Revestidos das características que permearam o sidonismo, e influenciados pelas experiências fascistas na Europa, grupos de extrema-direita em Portugal passaram a adquirir relevância e contornos nacionais.

Embora o surgimento do IL esteja situado entre os anos 1913 e 1914, o movimento tomou projeção política e nutriu ambições com maior vigor ao poder somente através da experiência sidonista, como demonstra António Costa Pinto. Para este autor, foi a partir do

---

[231] PINTO, António Costa. "Caos e Ordem": Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. (p. 39-54). in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). Histórias da Política Autoritária: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 41.

[232] PINTO, António Costa. "O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23)". In. *Penélope. Fazer e Desfazer História.* , nº 3, jun. 1989. p. 45-46.

governo de Pais que os integralistas buscaram organização autônoma, além de alguns de seus membros terem ocupado cargos no governo.[233]

De fato, membros do IL compuseram as esferas decisórias de poder entre os anos de 1917-1918. Foram eleitos: A. Xavier Cordeiro (por Algarve) para o Senado; e, António Sardinha, Pequito Rebelo e o visconde de Sardoal (eleitos por Elvas, Portalegre e Covilhã respectivamente) na Câmara dos Deputados[234]. Isto não quer dizer, porém, que estes, por fazerem parte do IL, assumiram suas funções parlamentares em nome do movimento. Deste modo, embora possuísse membros no parlamento, o integralismo não esteve, necessariamente, representado. Armando B. Malheiros Silva sustenta tal opinião ao afirmar que os moços "(...) do Integralismo Lusitano, (...) não influenciaram o governo, nem os planos jurídico-constitucionais da *República-Nova,* (…)." [235]

Independente da postura assumida pelos integralistas no poder, entre os anos de 1917 e 1918, percebe-se a modificação das formas de atuação do grupo, após a ascensão de Sidónio Pais. No ano posterior ao assassinato de Sidónio, ocorrido em 1918, os membros do IL participaram de nova investida contra a República. Em 1919, houve a insurreição em Monsanto, que terminou com saldo desfavorável aos integralistas: António Sardinha e Almeida Braga foram exilados, e Monsaraz e Rebelo ficaram gravemente feridos. Após o fracasso de Monsanto, segundo Leão Ramos Ascensão, Pequito Rebelo e Almeida Braga foram à Inglaterra para buscarem justificativa à negligência de D. Manuel II aos integralistas no levante. Ramos Ascensão afirma: "A Junta Central viu que as respostas dadas eram

[233] Cf.: PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:* ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 31-32.
[234] CRUZ, Manuel Braga da. "O integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo". *in. Análise Social.* Vol. XVIII, 1982 (p. 137-182) p. 142.
[235] SILVA, Armando B. Malheiros. "Uma Experiência Presidencialista em Portugal (1917-1918). in. SZESZ, Christiane Marques [et. al.] (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura, Ideologia.* Bauru, SP: EDUSC, 2003 (49-86). p. 71.

motivos suficientes para se desligar da obediência do Rei, que se reconhecia monarca constitucional (...).”[236]

Os integralistas creditaram aos representantes reais falta de ímpeto à causa restauracionista. Alegaram que D. Manuel II os havia traído. A partir de então, o Rei escolhido pelo IL para ser o depositário da fidelidade do movimento passava a ser D. Duarte Nuno de Bragança, então com 13 anos em 1920. Fato que resultou no primeiro esfacelamento das fileiras do grupo, haja vista a manutenção da fidelidade a D. Manuel II por parte de alguns elementos, até então vinculados de alguma forma ao IL. Este foi o caso de Alfredo Pimenta[237], colaborador da *Nação Portuguesa,* que, por divergir em relação à questão dinástica, fundou em 1921, a *Acção Tradicionalista Portuguesa.*[238]

O desmembramento do IL e a interrogação em relação à questão dinástica acentuaram-se em 1922, com o advento do *Pacto de Paris*. O acordo estabelecido pacificou as duas casas dinásticas ao reconhecer o direito ao trono a D. Manuel II. Como efeito colateral, houve o fechamento da Junta Central do Integralismo Lusitano, visto que as duas casas dinásticas legitimavam a monarquia constitucional como regime, opondo-se aos projetos de Monarquia orgânica sustentados pelos integralistas. A divisão no interior do movimento se intensificou em 1923, com a criação, novamente por Alfredo Pimenta, da *Acção Realista Portuguesa*.

Embora a Junta Central do Integralismo Lusitano decretasse seu fechamento, a organização e as fileiras do movimento mantiveram-se mobilizadas, conforme foi o caso das Juntas Escolares integralistas. Dado esses aspectos, dois fatos devem ser destacados: o encerramento das atividades do núcleo doutrinário, onde se centralizava as ideias que deveriam nortear o IL e a projeção das ideologias fascistas após a “Marcha sobre Roma”.

---

[236] ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edições Gama, 1943. p. 38.
[237] Carlos Ferrão, autor de narrativa crítica contra o IL, apresenta Alfredo Pimenta como sendo: “Anarquista e republicano de extrema-esquerda, até 1910, republicano moderado e conservador, entre 1910 e 1915, converteu-se neste último ano à monarquia.” FERRÃO, Carlos. *Op.cit.* p. 94-95.
[238] SANTOS, Miguel António Dias. *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919).* Coimbra: Tese de Doutoramento em História, 2009. p. 230.

Com a manutenção das fileiras do movimento integralista, sem a coordenação da Junta Central, houve o arrefecimento do ideal monárquico. Em outras palavras, as Juntas escolares tornaram-se permeáveis à inserção do fascismo. O monarquismo perdia espaço, posto em concorrência com as novas correntes autoritárias e corporativistas que surgiram inspiradas no movimento de Mussolini.

2.1- O Fim do Fascismo Português como origem do Nacional Sindicalismo

Os anos de 1917 e 1918 constituíram o período em que o Integralismo Lusitano mais se aproximou das instâncias de poder, ao oferecer representantes parlamentares, embora rejeitasse em sua doutrina o liberalismo e o sufrágio democrático. Para que isso ocorresse o cenário político de Portugal passou por modificações, que mobilizaram os monarquistas orgânicos à disputa política de maneira mais intensa durante o governo de Sidónio Pais. Para acompanhar a ação dos integralistas durante este período, a *Monarquia*, diário de notícias dirigido por Alberto Monsaraz, é uma ferramenta importante, visto que, no Espólio António Sardinha podem ser encontradas edições que vão de 1917 ao fim de 1921.

Embora os integralistas tenham investido na participação eleitoral, seus anseios antidemocráticos e antiparlamentares não se arrefeceram. Em fevereiro de 1917 houve a acusação, lançada por eles, de perseguições políticas aos monarquistas e empecilhos criados pelo governo republicano aos veículos de imprensa de oposição ao regime. Os integralistas confrontavam o momento político vivido, com a suposta liberdade corporativa no período medieval, no qual as hierarquias eram respeitadas, e os indivíduos inseridos em seus respectivos espaços: “Os magistrados que a democracia coage á prática de atropelos jurídicos

poderiam relembrar em outras páginas das crônicas em que os juízes ordenavam ao Senhor Rey saísse da sala do pretório para que não constrangessem a liberdade dos julgamentos."[239]

O entusiasmo pela suspensão do regime liberal, ocorrida em dezembro de 1917, não deixou de afetar a doutrina do Integralismo Lusitano. Após a ascensão de Sidónio Pais, a promessa de aliança à República nova foi quase imediata: "É preciso na crise que se acentua, que forneçamos à autoridade os elementos de informação e de acção que possamos por ventura dispor. Não representa esta atitude uma abdicação"[240]. O discurso de ordem, organização e força empregada para fins políticos entusiasmou os integralistas, ainda que estes afirmassem a fidelidade ao projeto monárquico corporativo.

O apoio a Pais se deu pela crença que ao suspender o regime, e promover a estabilização política, Sidonio Pais seguia as doutrinas apresentadas pelo movimento e anotavam: "É com a alma remanescente da Pátria que o Sr. Sidónio Paes se encontra colaborando, por uma lei misteriosa da história, nos trabalhos preliminares da verdadeira restauração de Portugal"[241]. Acreditavam os integralistas que ao auxiliarem Pais conspirariam a favor da defesa de seus próprios projetos.

Mesmo diante do respaldo oferecido, os integralistas não deixaram de pressionar o novo governo, no intuito de revogar a organização republicana. Nas páginas de *A Monarquia* dos primeiros meses de 1918, eram fartas as comparações entre a república e a monarquia corporativa, sempre em exaltação da segunda. Luís de Almeida Braga afirmava que: "O

---

[239] AMARAL, João. "Política". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, 13 de Fevereiro de 1917, n.º 2, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[240] S.A. [abrev. SARDINHA, António]. "Nota Política". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-Feira, 7 de Janeiro de 1918, n.º 269, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[241] REDACÇÃO. "O Senhor Sidonio Paes". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-Feira, 9 de Janeiro de 1918, n.º 271, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

integralista considera a Patria a sua realidade histórica, os republicanos consideram de uma maneira abstracta, sem raízes no passado."[242]

Os integralistas não distinguiam o sistema democrático do modelo republicano, atribuindo os problemas do parlamentarismo à república. A república, ao derrubar o monarca, promoveu a ruptura com o poder dinástico. Deste modo, os integralistas entendiam ser ela a responsável pela ação de aventureiros no poder. A democracia, por sua vez, seria antinacional por impedir as raízes históricas de se consolidarem, diante do prazo restrito do mandato eleitoral. Assim, para os integralistas, a república e a democracia eram plataforma para um rápido crescimento do ônus para a Nação.

Para os integralistas, os caminhos deveriam levar à Monarquia Orgânica e, para isso, a democracia liberal e o constitucionalismo teriam de ser abolidos. Com a ascensão de Pais, a permanência de um ditador, embora republicano, era vista com menor apreensão em comparação à proposta de retorno às votações para representante das esferas políticas.

Ao serem propostas eleições houve descontentamento dos integralistas, sem que a imagem de Pais fosse afetada diretamente, pois eles acreditavam que: "Mais do que nenhum outro (...) este governo pode considerar-se clara expressão da vontade nacional, tanto é quasi unânime, á sua volta, o consenso de gregos e troianos."[243] A esta observação, João do Amaral acrescentava a indagação no intuito de desmobilizar a opinião pública com respeito às votações: " A que vem pois essa febre de eleição para fevereiro?"[244]

No entanto, a simpatia dos integralistas começou a se desgastar, a partir dos sinais dados por Sidonio de que a República seria o regime da ditadura, embora isso não fosse afirmado abertamente. A República nova passou a ser vista através de outro viés, ao

[242] BRAGA, Luis de Almeida. "Os modos de sentir e pensar a geração nova". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sabado, 16 de Fevereiro de 1918, n.º 271, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.
[243] AMARAL, João do. "O paiz não quer eleições". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 17 de Janeiro de 1918, n.º 278, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.
[244] Idem, ibidem.

considerarem a formação política do "Presidente-rei", o que apontava para a impossibilidade da monarquia ser restaurada. Sobre o assunto Hipólito Raposo dizia:

> O sr. Sidonio Pais, republicano, não fará a Monarquia, porque a sua dignidade o impede de trair as suas convicções e nem nós precisamos de lhe ficar devendo o favor de se substituir a origem normal dos acontecimentos que dominarão toda a lógica, toda a força e todo o delírio sentimental dos articulistas romanticos do regimen.[245]

Sob o governo de Pais o integralismo passou a sofrer tensão entre o pragmatismo e a ortodoxia de seus projetos políticos. Afirmavam-se apoiadores do governo, enquanto a Ditadura estava imbuída do programa de "*morte ao democratismo, restabelecimento das liberdades publicas e moralidade na administração.*"[246]. Todavia, os integralistas revelavam-se descontentes com o cumprimento parcial de seus anseios, diante da ditadura estabelecer-se sobre a organização republicana. Esta tensão entre o apoio político a um regime republicano, ainda que ditatorial, e o projeto monárquico-corporativo se fez evidente durante as eleições de abril de 1918.

Conforme visto, através das palavras de João do Amaral, o sufrágio proposto pela República nova não foi recebido com satisfação pelo IL. Porém, isto não impediu que os monárquicos lançassem suas candidaturas e fizessem campanha em seus veículos de divulgação, no esforço de convocar eleitores. Às vésperas da eleição, ocorrida no dia 28 de abril de 1918, Xavier Cordeiro, justificou a inscrição de membros do integralismo na lista de candidatos ao sufrágio:

> Não é voltando as costas para um mal que ele se combate, é pelo contrário indo ao seu encontro que se pode obter sua correcção.
> Desejariamos que por diversas formas se exercesse o sufrágio, que outra fosse a natureza da representação. Como assim não sucede devemos como monarquicos submeter o nosso procedimento das circunstâncias políticas de

[245] RAPOSO, Hipólito. "Sem Equívocos". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sábado, 9 de Março de 1918, n.º 316, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.
[246] MONTEIRO, G. de Ayala. "Ditos Presidenciaes". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Terça-feira, 5 de Março de 1918, n.º 312, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051 (grifo do original).

> momento, coordenando os nossos esforços com os de todos os monárquicos, a quem nos liga os estreitos laços de finalidade comum[247].

Além da inserção no processo sufragista, a prática do IL afrontou sua teoria por entrar em consonância com *todos os monárquicos*. Para concorrerem com chances de vitória, abandonaram momentaneamente a separação entre monárquicos orgânicos e constitucionais, para colocarem-se todos na coordenação de um mesmo esforço.

Assim, nas páginas do periódico integralista havia listas de candidatos monárquicos, entre estes, os integralistas, além de instruções ao eleitorado, ou aos familiares, para que fossem às urnas: "As senhoras não podem votar mas podem levar votos á urna, instigando os homens da família a cumprirem o dever no próximo domingo"[248]. Portanto, os integralistas não apenas inseriam-se na disputa eleitoral como faziam propaganda partidária em seus veículos de informação, o que configurava interesse na disputa em que se envolveram.

O resultado do processo eleitoral foi comemorado no diário integralista. No dia posterior à votação havia no *Monarquia*, em letras maiores que as do restante das demais notícias: "A vitória conservadora foi retumbante por todo o país. Fieis aos seus compromissos, os monárquicos que poderiam conquistar as maiorias sem dificuldades, contribuem apenas para as eleger com caracter governamental."[249] Deste modo, a doutrina do IL se flexibilizava no intuito de atingir o poder e, uma vez inserido nele, buscar as modificações idealizadas em seus projetos.

---

[247] CORDEIRO, Xavier. "O Integralismo no Parlamento". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 18 de Abril de 1918, n.º 347, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[248] *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 25 de Abril de 1918, n.º 351, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[249] REDACÇÃO. "A execução dos Demagogos". in. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-feira, 29 de Abril de 1918, n.º 354, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

Em alguns aspectos, segundo os integralistas, a estratégia atingiu seus objetivos. Raposo fez referência ao princípio da representação técnica, por classes profissionais, como suporte para a formação corporativa, em detrimento do sistema liberal de escolha:

> Numa palavra, o princípio de representação tecnica, uma das aspirações a verdade política mais justa e mais vitoriosa, foi bem acolhido pelas bases que se dela aproveitam já hoje e apenas vieram combater os políticos eleiçoeiros e os plumitivos de profissão: (...)[250].

Os integralistas relativizavam a votação recebida pelos candidatados externos à Causa Monárquica, ao afirmarem que: "A superioridade numérica da maioria não conseguiria abafar a superioridade intelectual da representação monárquica, superioridade esta que se afirmou de maneira insofismável."[251] Dentre os candidatos monárquicos eleitos, estavam António Sardinha, deputado por Elvas, e Alfredo Pimenta, por Guimarães[252].

No entanto, o sucesso nas eleições foi minimizado por alguns colaboradores da *Monarquia* e membros do IL. João do Amaral afirmava que, mesmo com a ascensão de monárquicos ao parlamento: "Não quer isso dizer que a multidão popular tivesse adquirido ou venha a adquirir muito cedo consciência das verdades políticas que nós defendemos."[253] Para a manutenção das bases teóricas do grupo, a democracia, e o liberalismo, em suas práticas políticas deveriam ser condenados. Mesmo com a comemoração da vitória nas urnas, era necessário que se demonstrasse a permanência da rejeição ao sufrágio eletivo liberal e ao parlamentarismo, para que se mantivesse o tripé doutrinário: Monarquia orgânica, antiparlamentar e antiliberal.

---

[250] RAPOSO, Hipolito. "As classes no Senado". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 8 de Maio de 1918, n.º 361, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[251] REDACÇÃO. "Lição Proveitosa". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sexta-feira, 16 de Agosto de 1918, n.º 442, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[252] *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-feira, 29 de Abril de 1918, n.º 354, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[253] AMARAL, João do. "Lição dos Factos". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-feira, 29 de Abril de 1918, n.º 354, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

Apesar de lograrem bons resultados no parlamento, as demandas ao governo não concretizadas e a manutenção da República como regime foram focos de confronto entre IL e Sidônio Pais. Em seu jornal, os integralistas afirmavam: "Os monárquicos podem apoiar o governo, podem mesmo servi-lo em cargos que sejam políticos, mas dificilmente serão ministros enquanto forem monárquicos e a republica fôr republica"[254]. Embora dotassem sua ação política de flexibilidade para ascender às esferas de poder, a doutrina integralista tornou a se engessar após assumirem os cargos legislativos.

Os integralistas exigiam a revogação da república, além de condicionar o apoio a Sidónio ao bem-estar da Nação. Segundo os membros do IL, tal cenário positivo para o país estaria relacionado à Monarquia orgânica: "O apoio que os monárquicos davam á republica nova tinha razão de existir emquanto ela fazia política *nacional,* e de forma alguma poderá se manter numa época em que o Sidonismo fez política partidária (...)."[255]

Assim, afirmavam que a aliança estabelecida entre adeptos da Monarquia orgânica e a República nova era transitória e voltada aos projetos do IL para a nação. Antes de António Sardinha, Augusto da Costa já se pronunciava contra a vinculação do grupo ao governo, pois a estratégia se demonstrou pouco promissora aos integralistas: "Continuando a servir a republica em vez de querer servir a Nação que nele viria o destruidor da demagogia, o senhor Sidónio Pais viu-se na necessidade de capitular perante as imposições dessa mesma demagogia que ele julgava ter destruído de vez."[256] As críticas eram originárias da

[254] MONSARAZ, Conde de. "Ressentimentos". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 15 de Maio de 1918, n.º 354, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[255] S. A. [abrev. de SARDINHA, António]. "Nota Política". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 4 de Setembro de 1918, n.º 458, Ano II. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[256] C., A. da [abrev. de Augusto da Costa]. "Nota Política". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta-feira, 22 de Agosto de 1918, n.º 447, Ano I. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

organização ministerial estabelecidas por Pais, pois, os nomes apresentados abrangiam integrantes da República de 1910.

Assim, o entusiasmo inicial deu lugar às críticas ao governo de Sidónio Pais. Os integralistas perceberam que Pais era irredutível quanto à questão do regime ao assumir o posto de Ditador da República nova. Deste modo, passaram a atacar as alianças estabelecidas e criticar as opções políticas macroestruturais do presidente. Xavier Cordeiro, quem defendeu a inserção dos monarquistas à lista de candidatos durante as eleições, demonstrou-se frustrado com as poucas mudanças existentes na Ditadura: "Ora, a República, nem pelo fato de ser *nova* deixa de ser república, assim como seus adeptos não deixaram de reivindicar para si uma pura fé republicana."[257] Tal opinião era partilhada entre os colaboradores de *A Monarquia*, levando-os, nos finais de 1918, a retomarem as exigências por um rei ocupante do trono corporativo.

Nesta perspectiva, o rei não estaria salvo do erro, diante de sua natureza humana, no entanto, em função de se preocupar com a hereditariedade dinástica, seria o primeiro interessado em evitar o equívoco, o que não acontecia com a democracia liberal, por não haver a permanência no Poder. Diziam os integralistas: "O mesmo não acontece com os ministros, porque safado do ministério já nada teem que ver com os erros que praticavam. Nenhuma responsabilidade lhes pode ser pedida, porque eles não são mais do que mandatários da chamada Soberania da Nação."[258]

Com o assassinato de Pais no fim do ano de 1918, o teor da crítica arrefeceu-se, passando o morto a ser retratado como alguém com capacidade e espírito de liderança, porém, enganado por forças que não lhes eram perceptíveis, ou contaminado pelo romantismo

[257] CORDEIRO, Xavier. "Política Religiosa". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-feira, 23 de Setembro de 1918, n.º 474, Ano II. p. 1 (grifo do original). Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[258] COSTA, Augusto da. "Do Constitucionalismo á Republica". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 25 de Setembro de 1918, n.º 476, Ano II. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

político da Revolução Francesa. Para Sardinha, "Na mesma babilônia confusa ficamos nós, depois que uma bala prostrou em plena auréola de glória a figura de Sidonio Paes, já além desfeita, nas incertezas do túmulo."[259]. Em outros textos, Pais foi retratado como ocupante de pedestal, portanto, possuidor de sacralidade, mas derrubado pelas forças maçônicas:

> Aquele que a Maçonaria fez tombar para sempre do seu pedestal de quimera foi uma vítima do regimen que pretendeu dar visibilidade. Sidónio Pais não chegou a compreender que era um instrumento nas mãos do Destino e que jamais o poderia guiar ao seu gosto.[260]

A curta ditadura de Pais foi suficiente para mobilizar os integralistas aos levantes armados como meio de depor a República e instalar a Monarquia corporativa. Após a morte de Sidónio, os integralistas participaram de duas ações no intuito de depor a República e substituí-la pela monarquia orgânica: a Monarquia do Norte[261] e Monsanto[262], ambas frustradas. O resultado das insurreições em que os integralistas estiveram envolvidos para a instauração de seu projeto político e ideológico foi negativo para o grupo, com feridos e deportados.

Alguns chefes do movimento, conduzidos para fora de Portugal, abrigaram-se na Espanha (Sardinha), França (Monaraz) e Bélgica, onde reforçaram seus contatos e suas influências com *l'Action Française*[263]. A situação do Integralismo Lusitano após o malsucedido destes levantes foi apresentada por Raposo, que assumiu as funções principais de *A Monarquia*, por não ter se envolvido diretamente nas insurreições:

> Ainda ha pouco Alberto Monsaraz e José Pequito Rebelo eram erguidos da terra ensangüentada de Monsanto para os leitos do hospital, (...). António Sardinha nem em terras de Espanha o deixam repousar, vivendo acossado pelo ódio jacobino, (...); Luis de Almeida Braga, pela segunda vez na sua

---

[259] SARDINHA, António. "E Agora?". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 8 de Janeiro de 1919, n.º 515, Ano II. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[260] CORREIA, Felix. "O Simbolo". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 8 de Janeiro de 1919, n.º 515, Ano II. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[261] De 19 de janeiro a 13 de fevereiro de 1919.

[262] De 22 a 24 de janeiro de 1919.

[263] MEDINA, João. *Salazar e os fascistas: Salazarismo e Nacional-Sindicalismo – a história de um conflito (1932 - 1935).* Lisboa: Livraria Bertrand, 1978. P. 75. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 28704 P.

> vida de rapaz, vê cortada a sua carreira e inutilizadas as esperanças de seu triunfo, para escapar em terra alheia à perseguição da Republica.[264]

Os levantes monárquicos resultaram em ruptura dos membros do IL com a representação dinástica de D. Manuel II, por atribuírem ao monarca pouco empenho na causa em que lutavam no norte do país. A cisão dos integralistas com o rei exilado se deu através da série de três entrevistas realizadas por Almeida Braga e Pequito Rebelo, após este ter se recuperado dos ferimentos nas sublevações. Foram realizadas perguntas que visavam explicações para a atribuída negligência do monarca aos envolvidos nos levantes da Monarquia do Norte e de Monsanto, mensurar o envolvimento de D. Manuel II no projeto da Monarquia orgânica e, pela ausência de primogênito, obter a indicação, feita pelo rei exilado, de um príncipe herdeiro ao trono de Portugal.

Diante das respostas de D. Manuel II, opostas aos projetos integralistas, de sua declaração de fidelidade constitucional e perante sua negação em participar das futuras mobilizações antirrepublicanas, os integralistas declararam-se desobrigados de cumprir as ordens do rei deposto. No relatório entregue à Junta Central do Integralismo Lusitano, Pequito Rebelo afirmou que: "O Senhor D. Manuel II não pretende nem deseja voltar a ser Rei de Portugal: contenta-se em ser Rei no exilio e essa situação basta ao seu amor proprio, agora estimulado vergonhosamente até pelo aplauso dos jornais republicanos!"[265] Observa-se, a partir daí, a modificação do comportamento dos integralistas em relação a D. Manuel, entre os anos de 1914 e 1919.

António Sardinha, na primeira série de *Nação Portuguesa*, elogiou o Príncipe em sua preparação para tornar-se rei, na ocasião do assassinato do Rei Carlos I e de D. Luis Felipe

---

[264] R., H. [abrev. de RAPOSO, Hipólito]. "Tufão da Desgraça". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sabado, 13 de Setembro de 1919, n.º 548, Ano II. p. 1 Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[265] JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO. *A Questão Dinástica: Documentos para a História – Relatório da Junta Central, a público nas edições do Jornal "A Monarquia" de 4,5,6 de Dezembro de 1919*. Lisboa: Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada. 1921. p. 13. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G. 7504//15A.

herdeiro imediato ao trono: "O Senhor D. Manuel II pertence já à História desde já lhe confere um titulo glorioso. Como seu pai foi o Rei Mártir, o Senhor D. Manuel II será o Rei do Trabalho."[266].

No entanto, o relatório resultante da entrevista ao monarca na Inglaterra, redigido em 1919, acusa alteração na perspectiva dos integralistas, ao creditarem a D. Manuel pouco talento e vontade de retornar ao trono do qual foi derrubado em 1910: "Desde a primeira conferência nos ficou a convicção de que el-Rei não tem as qualidade de chefe necessaria, nem mesmo sente essa vocação, nem ao menos parece disposto a prestar seu nome a bons colaboradores que trabalhem por êle."[267]

O intervalo destes anos que separam as declarações referentes a D. Manuel II apontam para a modificação do posicionamento político do grupo. A partir de 1918 o IL possuiu maior organização e ambição política, despertada pela inserção de seus representantes na assembleia, durante a República nova.

O ano de 1919 foi fértil para novas experiências políticas, firmadas nos postulados sidonistas, portanto, nas concepções de combate à democracia e ao liberalismo. A herança de Pais foi disputada por republicanos e monárquicos, o que proporcionou o alargamento do espaço de embate pelo poder, e a participação de grupos sincréticos[268]. Neste cenário, o integralismo lusitano sofreu modificações em sua atuação política e, portanto, nos modos de refletir seus projetos de Monarquia antiparlamentar, antidemocrática e orgânica. Através do descontentamento dos membros do IL com a posição de D. Manuel II, buscou-se um novo representante para o projeto de corporativismo monárquico. Houve, portanto, a aproximação

---

[266] SARDINHA, António. "O Rei do Trabalho". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de filosofia política.* Outubro de 1915. Diretor: Alberto Monsaraz. Coimbra: 1ª série, Ano 1 nº. 8, junho de 1915. p. 244.

[267] REBELO, José Pequito. "Palavras Serenas". In. JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO. *A Questão Dinástica: Documentos para a História.* Lisboa: Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada. 1921. p. 34. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G. 7504//15A.

[268] Cf.: LEAL, Ernesto Saturnino da Mesquita Castro. *Nação e Nacionalismo: A Cruzada Nuno Alvares Pereira e as origens simbólicas, ideológicas e políticas do Estado Novo (1890-1940).* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Tese de Doutoramento em História Contemporânea, 1997. p. 213. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 80191V.

da Junta Central do IL com o Partido Legitimista, para estreitar negociações com D. Miguel II. O pretendente renunciou diante da idade elevada, mas indicou seu filho, D. Duarte Nuno de Bragança como representante dinástico oficial ao trono.[269]

A modificação do representante dinástico provocou divisões no IL, visto que alguns elementos do grupo mantiveram-se fiéis às ordens de D. Manuel II. Através desta fissura, Alfredo Pimenta, colaborador de *Nação Portuguesa* e participante do IL, embora não completamente aderente às suas doutrinas, criou a *Acção Tradicionalista Portuguesa*. Em resposta à postura do Integralismo Lusitano, o novo grupo entendia ser: "A causa Monarchica (...) personificada em sua Majestade El-rei o Senhor D. Manuel II. Doutrinariamente e historicamente, é o Rei legitimo."[270]

Fundada pelo manifesto lançado em julho de 1921, o movimento conduzido por Pimenta não apresentava grandes alterações doutrinárias em relação ao IL. Ao contrário, afirmava nesta carta-programa sua dívida com os integralistas:

> Muitos de nós vêm de um grupo que preconiza princípios similares, e do qual se affastaram, porque esse grupo político se declarou hostil á pessoa de El-Rei Senhor D. Manuel II, a propósito de um incidente, que não queremos agora apreciar. Quer dizer: nenhum de nós renega doutrinas que defendeu. Simplesmente, fieis aos princípios da Monarchia pura, todos nós entendemos que não é da nossa competência destituir ou eleger Reis – uma vez que a legitimidade esteja theorica e historicamente assegurada.[271]

Deste modo, a *Acção Tradicionalista Portuguesa* visava a unificação da Causa Monárquica antiliberal[272], diante da rescisão praticada pelo IL. Embora sustentasse a postura antiparlamentar, Pimenta expunha seu pragmatismo político ao reconhecer a existência dos partidos, e a necessidade destes "num paiz em que os partidos políticos tem um século de existência.", assim, concluía "nós entendemos que ao formulal-o [o projeto da Acção

---

[269] JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO. *A Questão Dinástica: Documentos para a História.* Lisboa: Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada. 1921. p. 48. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G. 7504//15A.

[270] A ACÇÃO TRADICIONALISTA PORTUGUESA. Lisboa: Livraria Portugalia, 10 de Dezembro de 1921. p. 5. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J. 2719//7B.

[271] Idem, p. 8.

[272] A ACÇÃO TRADICIONALISTA PORTUGUESA. Lisboa: ATP, 30 de Dezembro de 1921, nº 22. p. 23. Biblioteca da Universidade de Lisboa. Espolio Pinto Quartin. Cota: PQ2708-J358.

Tradicionalista Portuguesa] devíamos obedecer inteiramente ás indicaçoens das Realidades."[273]

Em segundo momento, selado o Pacto de Paris, em 1922, o que promoveu o encerramento da Junta Central do Integralismo Lusitano e imobilizou o Partido Legitimista, Alfredo Pimenta ampliou seus horizontes políticos, ao buscar a hegemonia do discurso monárquico tradicionalista. Deste modo, em janeiro de 1924, foi lançada a *Acção Realista Portuguesa*.

Em seu conteúdo programático, este grupo buscou, novamente, inspiração na organização do Estado orgânico do IL ao dotar o Rei de plenos poderes quanto à diplomacia e defesa militar. Coerente à proposta integralista de centralização política, a *Acção Realista* enunciava que o Executivo possuiria livre poder para deliberar sobre a formação ministerial, com iniciativa de dissolver e constituí-la quando fosse necessário e conveniente. Tal como os integralistas propunham, haveria o poder legislativo organizado através das Cortes da Nação, formadas pela:

> Câmara dos Deputados, eleita por sufrágio restrito e representativo em 2/3 pelas profissões legais e em 1/3 pelos partidos políticos, (...); a Câmara dos pares, parte de nomeação régia hereditária e parte constituída por procuradores provinciais e por eleitos pelos organismos dirigentes das corporações activas e pelo clero.[274]

Concomitante a esta disposição, havia o anseio milicial, expresso pelo corpo de voluntários da *Acção Realista*, porém, sem concretização. O movimento cindiu-se, ao buscar pressionar D. Manuel II, do mesmo modo realizado pelos integralistas em 1919, no intuito de fazer D. Duarte seu sucessor, além de propor que o Rei se afastasse da Causa Monárquica,

---

[273] PIMENTA, Alfredo. "Palavras Claras". In. A ACÇÃO TRADICIONALISTA PORTUGUESA. Lisboa: Livraria Portugalia, 10 de Dezembro de 1921. p. 11. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J. 2719//7B.

[274] LEAL, Ernesto Saturnino da Mesquita Castro. *Nação e Nacionalismo: A Cruzada Nuno Alvares Pereira e as origens simbólicas, ideológicas e políticas do Estado Novo (1890-1940).* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Tese de Doutoramento em História Contemporânea, 1997. p. 277-278. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 80191V.

envolta na fidelidade constitucional. Diante do impasse, a decisão foi remetida ao debate entre a Causa Monárquica e Acção Realista, o que resultou na diluição da última[275].

O líder das dissidências do IL, representadas pela *Ação Tradicionalista Portuguesa* e posteriormente pela *Acção Realista* sofreu alterações em seu perfil ideológico ao longo dos anos 1900 a 1920, coerente às oscilações políticas das primeiras décadas do século XX. Alfredo Pimenta encontrava-se na extrema-esquerda, como anarquista na primeira década dos anos 1900, passou ao republicanismo do Partido Evolucionista, com inclinações ao positivismo, e em meados de 1910 converteu-se à causa monárquica[276]. Gradualmente, encontrou acolhida na extrema-direita, com apoio ao Salazarismo. O percurso ideológico de Pimenta, a começar pelos anos 1910, com abandono do conservadorismo rumo ao extremismo de direita é representativo de sua geração, e das movimentações realizadas por parcela dos integrantes do IL.

Conforme dito, em meados dos anos 1910, Alfredo Pimenta deixou o positivismo republicano para aderir ao autoritarismo monárquico. Sua oposição à democracia e ao liberalismo em 1916 foi marcada ao declarar o Rei como: "Nação personificada não pela razão vontade instável de uma maioria de occasião, não pela pitoresca acção de um voto de acaso, mas sim pela influencia do Passado, do que está fora de nós, longe de nós, independente de nós."[277] O monarca possuiria poder e força independentes da população e do conjunto de seus súditos. O direito de governar seria legitimado pela hereditariedade e não através da iniciativa popular, pois: "As massas populares não teem pois que reclamar liberdade de pensamento, porque ellas não pensam, visto que outros pensam por ellas."[278] Esta perspectiva foi mantida com a emergência de Salazar como ditador. Luis Reis Torgal

[275] LOPES, António Cordeiro. *O Pensamento e a Acção de João Ameal – um percurso antimoderno entre o integralismo e o salazarismo.* Lisboa: dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1995. p. 136-137. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.533350V.
[276] FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e A República: autópsia de um mito.* Lisboa: Inquérito, 1964. p. 94-95.
[277] PIMENTA, Alfredo. *A Politica Monarchica.* Lisboa: Empresa Lusitana Editora, [1916?]. p. 20. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota:S.C. 7012//3V.
[278] Idem, p. 23.

afirma o desejo mantido por Pimenta, de "uma monarquia totalitária", com a ascensão de Salazar. Deste modo, projetava no Ditador o mote do Estado Novo: "Quer V. Exª queira, quer não, V. Exª é o Ditador. O Estado Novo ou é V. Exª, ou não passa de deplorável mistificação."[279]

Além de Alfredo Pimenta, outros foram os elementos provenientes do IL que radicalizaram suas concepções autoritárias imersas no projeto monárquico ou se deixaram influenciar pela predominância do sindicalismo, em detrimento da causa monárquica. A experiência do fascismo italiano contribuiu para que José Pequito Rebelo, Rolão Preto e Alberto Monsaraz elaborassem projetos políticos de Estado corporativista, complementares ao já existente no IL. Estes integralistas possuiriam estreita relação com o Nacional-Sindicalismo, formação fascista organizada em Portugal entre os fins dos anos 1920 e início da década seguinte: Rolão Preto foi o chefe do movimento, e Monsaraz seu Secretário Geral. Pequito Rebelo apresentou-se reticente em participar da iniciativa Nacional-Sindicalista ao ser inserido, à revelia, no Conselho do grupo:

> Saido de uma longa doença e passado em Portugal só alguns dias, pois o serviço nacional me tem prendido e me chama de novo lá fora, não tive tempo de estudar ainda com consciência a doutrina do nacional-sindicalismo, nem conhecer mesmo as massas já profundas de portugueses que os servem, nas quais os camaradas de anteriores campanhas nacionalistas, são minoria.[280]

Ainda que apresentasse reservas perante o Nacional-Sindicalismo, Rebelo esteve presente nos números de *Política*, periódico quinzenal em torno do qual surgiria o movimento. Nas capas do periódico lançado em 15 de abril de 1929, portanto durante a ditadura, havia o aviso de "Este número foi visado pela Comissão de Censura". Apesar de informar a intervenção ditatorial em seu conteúdo, cerceando sua liberdade de pensamento e expressão, o primeiro número de *Política* apresentava críticas à democracia e ao

[279] TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos: Ensaios de História Política e Cultural.* 2ª Ed revista. Vol. 1 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 281.
[280] Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Arquivo Salazar, PC-3F. cx.607. AOS/CO/PC- 3F cx.607.

parlamentarismo existentes em Portugal. Os ataques se faziam na esteira das publicações do IL, no entanto, com maior radicalidade. No texto de abertura havia a explicação da palavra "Política" como batismo do periódico: "O calão democrático assim deturpou o seu [da política] nobre significado, que abastardou e corrompeu nas pulhices eleiçoeiras e parlamentares, em todos os vergonhosos conluios com que os homens do partido arranjavam a sua vida."[281]

Alguns dos membros de primeira geração do IL desempenharam colaboração em *Política*, o que evidenciou as permanências e alterações doutrinárias nos projetos dos integralistas envolvidos no periódico. Alfredo Pimenta, embora não contribuísse com regularidade em *Politica*, era anunciado nas suas páginas como secretário da Junta Escolar de Lisboa para o ano letivo de 1929[282], além de dirigir o Núcleo Escolar da Faculdade de Direito[283]. O periódico contou também com a participação de Hipólito Raposo, que realizou a defesa da Ditadura militar no poder desde 1926, e atacou o regime constitucional. No sétimo número a revista, Raposo dissertou sobre a corrupção do parlamentarismo elucidada pela experiência ditatorial que, "embora incompleta e imperfeita" comprovava "Quanto mais *constitucional* tem sido o Estado mais anarquizada tem sido a Nação"[284]

Não obstante sua defesa à ditadura, Raposo reforçava suas raízes tradicionalistas. Embora afirmasse ser legítimo o regime instaurado pelo golpe de maio de 1926, ao depor a República democrática, afirmava ser a Monarquia orgânica a melhor forma de governo, e reafirmava a doutrina integralista: "Ninguem se nega, mormente nós que a natureza limitada da Monarquia fazemos um artigo primacial da nossa aspiração política, preconizando a

[281] POLITICA: orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 15 de Abril de 1929. p. 2. Ano I, nº 1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.
[282] Idem, p. 8.
[283] POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 1 de Maio de 1929. p. 13. Ano I, nº 2. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.
[284] RAPOSO, Hipólito. "A Consciência Regional". In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 30 de Setembro de 1929. p. 1. Ano I, nº 7. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

representação natural e organica, nacional, e não fictícia, dissolvente e partidária, quere dizer anti-nacional."[285]

A participação de José Pequito Rebelo, ao contrário da apresentada por Raposo, evidenciava entusiasmo com a experiência fascista na Itália. Não ignorava a importância da propriedade fundiária para a tradição portuguesa, e afirmava que a terra era o símbolo da nacionalidade. Todavia, seus artigos estabeleciam parâmetros entre o fascismo italiano e o contexto político português, de fins dos anos 1920, com o objetivo de empregar em Portugal as ações bem sucedidas na Itália de Mussolini. Para Rebelo, a formação política e estatal fascista, embora se assemelhasse à estrutura parlamentar, possuía regime de Câmaras artificial, pois a força política estava concentrada no Rei e em Mussolini.

> Todo o parlamentarismo que nela [na ditadura fascista] parece existir é mèramente formal, é como que uma experiência social feita sob a autoridade transcendente da ditadura, que *continua*, na formula Rei e Mussolini (enquanto Mussolini existir) e conselho fascista (isto é, ainda a vontade de Mussolini sobrevivendo-se), quando Mussolini faltar.[286]

Em viagem a Roma, Pequito Rebelo narrou as marchas e discursos de Mussolini aos fascistas como o resgate de um país. Apresentou o fascismo como o protetor da Itália e do Vaticano contra as ameaças do comunismo e da democracia. Outro ponto em evidência nos artigos publicados em *Política* foi a estética marcial com que o *duce* dotou a sociedade. Sobre estas apresentações públicas, Rebelo descrevia: "os chefes levantam o braço direito á romana, os soldados levantam-no também mas armados com punhal, a prumo, com a ponta para baixo, como pronto para justiçar os inimigos da pátria; e da bocas sai a varonil saudação: Eia!Eia!"[287]

---

[285] Idem, p. 2

[286] REBELLO, José Pequito. "Carta de Madrid: a ditadura espanhola e sua crise actual". In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 20 de Maio de 1929. p. 5. Ano I, nº 3. (grifo do original). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

[287] REBELLO, José Pequito. "Manhãs de Roma". In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 5 de Junho de 1929. p. 7. Ano I, nº 4. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

Apesar da mobilização praticada pelo regime de Mussolini, Rebelo julgava-o incompleto, em função do impasse diplomático sobre o reconhecimento do território do Vaticano. É válido lembrar-se da importância da religiosidade como formadora do nacionalismo, na doutrina do IL. Ainda que Rebelo revelasse sua simpatia ao fascismo, esta era limitada pela insolubilidade dos atritos entre o *duce* e o Sumo Pontífice.

Ao ser anunciada a confecção do Tratado de Latrão, em 1929, Rebelo publicou artigo em *Política* no qual atribuía ao pacto, uma nova era nas relações entre Estado e religião, em detrimento à constituição portuguesa de 1911, que se declarava laica. Através do Tratado de Latrão, era anunciado o novo "modêlo da ordem restaurada em Cesar e em Deus, a fórmula perfeita da civilização material e moral."[288] Rebelo não escondeu sua satisfação quando selada a paz entre o Vaticano e a Itália fascista: "Depois dos acordos lateranenses, o meu coração de nacionalista e católico exultou por ver realizada através da reconciliação entre a Santa Sé e a Itália, uma mais larga comunhão entre o ideal cristão e o fascista."[289] Para Rebelo, este acordo devolveria ao mundo latino seu lugar de barreira contra as invasões bárbaras, representadas pela democracia e pelo comunismo: "Mas é no Sul, católico e latino e também profundamente agrário por natureza e por tradição, (...), elaborando-se ao mesmo tempo a doutrina de uma solução não bolchevista, mas sim fascista ou ocidental do problema agrário, (...)."[290] Pelo sindicalismo cristão a questão social e política seriam pacificadas, pois se instauraria o regime de classes profissionais e o amortecimento dos conflitos econômicos provocados pela luta entre patrão e empregado. Por iniciativa do Estado autoritário, as querelas políticas existentes no sistema parlamentar e democrático seriam suspensas.

---

[288] REBELLO, José Pequito. "Fascismo e catolicismo". In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 15 de Julho de 1929. p. 1. Ano I, nº 5. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.
[289] Idem, ibidem.
[290] REBELO, José Pequito. *Terra Portuguesa (esboço duma doutrina agrária).* Lisboa: Ottosgrafica, 1929. p. 47. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.22988 P.

Deste modo, percebe-se a radicalização do pensamento de Pequito Rebelo acompanhada pela ascensão do fascismo ao poder. No entanto, o movimento de Mussolini não lhe despertou atração até antes da *Marcha sobre Roma*. O sindicato organizado, em lugar dos choques da força de trabalho, seria o modelo ideal, tanto em 1921 quanto em 1929 – respectivamente: ano de publicação da *Cartilha do Lavrador*[291]*;* e dos artigos de simpatia declarada ao fascismo em *Política*. Neste período, o papel do sindicato como suporte do Estado permaneceu inalterado, ou seja, Rebelo afirmava: "(...); ele [o sindicato] abrange entre suas funcções a compra e a venda em comum, o crédito cooperativo, a arbitragem social, a previdência e o seguro, a investigação e a assistência scientifica, os melhoramentos fundiários."[292]

A preocupação com a expansão da ideologia comunista, após a Revolução Russa e a execução dos Romanov, tornou-se bandeira de combate para os setores conservadores europeus. Assim, Pequito Rebelo colocava o IL como fortaleza de Portugal, e único oponente contra o "perigo vermelho" que avançava sobre a continente. De mesmo modo, o Rei era o personagem central nos projetos políticos apresentados:

> Se o bolchevismo proclama a guerra das classes o Integralismo demonstra que *não existe classes* e um facto só vale – *a solidariedade na produção.* Se o bolchevismo apela para a inveja, o Integralismo apela para o interesse e a honra dos trabalhadores, mostrando-lhes a superior conviniencia da propriedade individual, e dando-lhes um protetor nato – o Rei.[293]

Logo, seu pensamento político, nos primeiros anos da década de 1920, inseria-se no espectro conservador por fazer frente à Revolução através da manutenção da hierarquia social e a condução do monarca e sua corte, ao poder: "A *Contra-Revolução*, a *reacção* é o mesmo que pegar uma herdade mal-governada e meter-lhe bons costumes."[294] Este aspecto é abandonado no final dos aos 1920, pois, em lugar de combater a revolução socialista com a

---

[291] REBELLO, José Pequito. *Cartilha do Lavrador.* Lisboa: Livraria Ferrin, 1921. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota A.H.S. 10.
[292] Idem, p. 41.
[293] Idem, p. 66 (grifo do original).
[294] Idem, p. 8 (grifo do original).

contrarrevolução, Rebelo observava no fascismo, o antídoto contra a democracia e o comunismo. Diante destas características percebe-se, em certa medida, o predomínio das concepções fascistas em detrimento do conservadorismo elitista.

Alberto Monsaraz, Secretário Geral do Nacional Sindicalismo, ao contrário de Rebelo, não possuía entusiasmo pela movimentação de massas. Em artigos publicados em *Monarquia* e *Nação Portuguesa*, bem como nas cartilhas, Monsaraz demonstrava-se inclinado à tradição, em contraste à projeção de um condutor, ou um líder aos moldes do fascismo. Deste modo, sua adesão ao Nacional-Sindicalismo é entendida através da simpatia pelo sindicalismo, ou pelo corporativismo, anteriormente existente na doutrina do IL, através da Monarquia Orgânica.

O apelo à tradição, incorporada na hereditariedade dinástica real, defendido por Monsaraz esteve presente na *Cartilha Monárquica*[295], publicada em 1916. Fiel ao pregado pelo IL, neste panfleto encontram-se críticas ao parlamentarismo e à democracia, em defesa da Monarquia tradicional e hereditária. A herança do passado, os valores nobres e a dinastia real como forma de transmissão do poder foram enaltecidos neste texto: "Na Monarquia, a lição do passado guia o futuro, isto é, a experiência é o primeiro fundamento das leis. O seu caracter essencial é a permanência do poder supremo na mesma família, transmitindo-se por herança."[296] Por outro lado, o elitismo, comum aos membros do IL até a ascensão de Sidónio Pais, é constatado ao atribuir às "massas" a incompetência aos assuntos políticos:

> Derivando da eleição por sufrágio directo, ele é o resultado de uma burla, porque a massa eleitoral é e sempre será incompetente para realizar uma escolha conscienciosa, pronunciando-se sobre merecimentos que não pode avaliar, em indivíduos que não conhece ou só viu nas arengas da praça publica ou dos centros onde cada um vai apregoar qualidades boas que julga ter.[297]

---

[295] MONSARAZ, Alberto (editor). *Cartilha Monarquica – Integralismo Lusitano*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 34953P.
[296] Idem, p. 4.
[297] Idem, p. 19.

A experiência eleitoral desempenhada durante a ditadura de Sidónio Pais despertou a atenção do IL para as camadas populares. Alguns de seus membros, inclinados ao corporativismo, e imbuídos em concretizar a Monarquia orgânica, ou mesmo a ditadura aos moldes fascistas após a ascensão de Mussolini na Itália, envolveram-se na problematização das questões sociais e na mobilização popular. Com o avanço das ideologias de esquerda sobre o meio fabril, a atenção ao proletariado era imprescindível. Monsaraz apresentou sua *Cartilha do Operário*[298], em 1919, com objetivo de encontrar pessoas simpáticas ao sindicalismo monárquico entre os trabalhadores. Deste modo, Monsaraz procurou intervir de maneira teórica nas reivindicações proletárias, assim como delimitá-las e, concomitantemente, atrair a simpatia dos mesmos, por voltar atenção às suas causas:

> E assim morrendo de fome, emquanto ha ambiciosos que enriquecem á custa do seu suor, como não ha-de o proletário revoltar-se reclamando a sua parte no festim? Evidentemente o seu protesto é justo. Mas são justas também as suas ambições, os seus intuitos revolucionario, os seus sonhos duma remodelação social que derrube de vez o que ainda resta do mundo antigo? Não! Essas não são justas.[299]

Apesar de dirigir-se ao proletariado em sua cartilha, Monsaraz manteve sua perspectiva elitista: o operário poderia protestar contra as condições de trabalho e exploração de sua mão de obra, no entanto, não era legítima a iniciativa de elaborar, ele mesmo, fórmulas para retirá-lo daquela condição. O proletariado pretendido por Monsaraz seria disciplinado e organizado, fiel à hierarquia sindical, cujo topo seria ocupado pelo monarca: "Certamente, a Monarquia precisa reorganizar o trabalho em todas as suas modalidades, mas para isso é necessário que o operariado se abstenha de ideias avançadas, para só pensar na sua organização profissional."[300]

---

[298] MONSARAZ, Alberto (editor). *Cartilha do Operário – Integralismo Lusitano.* Lisboa: Tipografia Soares & Guedes Ltd, 1919. Biblioteca Naciona de Lisboa. Cota: H.G. 1508//4P.
[299] Idem, p. 5.
[300] Idem, p. 26.

As funções dos sindicatos, nesta cartilha são consonantes às apresentadas por Rebelo em sua *Cartilha do Lavrador*[301]. Nas palavras de Monsaraz o sindicato teria a incumbência de regular "(...) por regras e costumes que subordinam a produção ás melhores direções da utilidade social, subordinados o trabalho operário e a direção patronal ás regras que são da utilidade comum d'ambos os elementos da Produção."[302] No entanto, Monsaraz permanecia afastado das formas de pensar do proletariado, e das ideologias de esquerda.

Ao explicitar as razões pelas quais o socialismo seria um modelo fadado ao fracasso, apresentou a inveja entre os trabalhadores que mais se esforçavam e recebiam a retribuição semelhante à daqueles ociosos. Além disto, sublinhava a impossibilidade prática do socialismo em função de: "Depois, o socialismo, para ser coerente em tudo, devia socializar as mulheres – e aí teríamos uma prostituição oficial do Estado."[303] Revelava-se o elitismo presente no IL em detrimento dos anseios operários, somado ao desconhecimento das bases socialistas sobre as quais estabelecia críticas. Após o governo de Sidónio Pais, malgrado o esforço de estenderem sua esfera de influência, boa parte dos integralistas mantiveram-se arraigados no conservadorismo aristocrático dos primeiros anos de formação do IL.

Segundo Nuno Simão Ferreira, a proposta extremista lançada por Alberto Monsaraz abrangia os setores mais radicais dos reacionários e conservadores, fossem eles republicanos ou monarquistas[304], porém, salvo melhor juízo, sem qualquer referência às formas de arregimentação das fileiras e das bases deste grupo de extrema-direita. Em outro sentido, João Medina apontou para a simpatia de Monsaraz ao nazismo no início da década de 1930, portanto, durante o funcionamento do Nacional-Sindicalismo, em que foi Secretário-Geral:

---

[301] Ver nota 316.

[302] MONSARAZ, Alberto (editor). *Cartilha do Operário – Integralismo Lusitano.* Lisboa: Tipografia Soares & Guedes Ltd, 1919. p. 27. Biblioteca Naciona de Lisboa. Cota: H.G. 1508//4P.

[303] Idem, p. 20.

[304] FERREIRA, Nuno Simão. *Alberto Monsaraz e a vaga dos nacionalismos e dos radicalismos políticos e autoritários europeus no pós- I Guerra Mundial: um rumo até o fascismo.* In. Lusíada. Série II, n.4. Universidade Lusíada: Lisboa, 2007 (267-337) p. 279. Biblioteca Nacional. Cota: S.C. 132217V.

> No nº 68 da *Revolução*, Alberto Monsaraz, ocupando-se da recentíssima demissão de Brüning, ataca este "homem do centro, católico untuoso" e depois de defender Hitler, escreve: "Viva Hitler" (...) (31-5-1932). Assim saudava, no dia seguinte à queda de Brüning, a importante vitória dos nazistas, aquele que seria secretário-geral do Nacional-Sindicalismo. No número seguinte do vespertino vem o retrato do autor do *Mein Kampf* e alguns trechos escolhidos do Führer (nº 69, 1-11-1932). E de novo Monsaraz volta ao seu ídolo germânico: "Hitler marcha alegremente à conquista da Alemanha. Celebra-se o noivado. Está próximo do dia da boda – vai consumar-se o casamento.[305]

A inclinação de Rolão Preto à mobilização de massa, e ao seu empenho em fascizar as fileiras do IL foi mais precoce e claramente detectável. Porém, esta postura não esteve isenta de tensões entre o tradicionalismo inerente ao grupo e o ímpeto mobilizante observado em artigos de Rolão Preto. Por fazer parte do IL desde sua formação, partilhou dos códigos aristocráticos presentes no grupo. É válido lembrar a aversão que os integralistas de primeira geração mantinham em torno da participação política da população, o que refletiu na negação ao modelo democrático, e preferência à Monarquia centralizada politicamente.

No processo de formação e consolidação do Nacional-Sindicalismo, Preto acompanhou a vaga extremista que tomou a Europa, liderada pelos fascismos italiano e alemão. Em sua participação em *Politica*, Preto procurou arregimentar elementos dispostos a compor via política de direita radical. Além do periódico quinzenal da Junta Escolar do IL de Lisboa, Rolão Preto utilizou a publicação de suas obras como plataforma doutrinária. Neste sentido, em *Para Além do Comunismo* havia a convocação à marcha "revolucionária" portuguesa, tomando como exemplo outros países que assistiram a ascensão da extrema-direita como movimentos fortes, ou mesmo de detentores do poder central:

> Povoam-se os campos da velha Germânia, de multidões, fermentos ansiosos de vida, de luta, de futuro; (...). As ruas de Paris vêem passar cheias de assombro e de alvoroço as coortes admiráveis de juventude e de entusiasmo do Rei da França. Na Áustria, na Hungria, na Itália, por tôda a velha terra da Europa estruge e avoluma-se incessante a cadência viril e indomável da Revolução Nacionalista em marcha./E nós?[306]

---

[305] MEDINA, João. *Salazar e os fascistas: Salazarismo e Nacional-Sindicalismo – a história de um conflito (1932 - 1935).* Lisboa: Livraria Bertrand, 1978. p. 114. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 28704 P.

[306] PRETO, Rolão. *Para Além do Comunismo.* Coimbra: Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1932. p. 110. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14180P.

No entanto, tal convocatória às multidões não deve ser tomada como uma constante em sua atuação no IL. Conforme dito, Preto foi membro de um movimento conservador e de elite, logo, estes aspectos encontravam-se, de alguma forma, arraigados em seus projetos e formas de relacionar-se politicamente. A descontinuidade entre o discurso mobilizante e o apego ao tradicionalismo deve ser considerada no pensamento de Rolão Preto.

A figura do *chefe* como condutor da Nação, sobrepondo-se ao Rei, só tornou-se definitiva em meados dos anos 1930. Até então, Preto defendia o projeto de Monarquia sindical, tal como os demais integralistas, por acreditar ser ela que "(...) restaura pois, esses valores morais que a Revolução destruiu, restaura e dá corpo ás energias regionais, municipais e corporativas, estabelecendo de novo esse critério antigo que fez a nação e lhe deu ossadura consistente atravez das idades."[307] A Monarquia seria a responsável, nestas palavras, pela reestruturação da moral e da tradição, corrompidas pela Revolução Francesa, e pela Revolução Russa. Além disso, sob coordenação do rei, a Nação estaria organizada de forma corporativa em concelhias municipais, provinciais e pela Corte ou Assembleia Nacional, tal como preconizado pela teoria do IL.

Pouco se percebe entre os anos 1910 e 1920, o discurso inflamado de Rolão Preto surgiria na década posterior, em busca da convocação das fileiras de extrema-direita. No entanto, ocorreram permanências em sua trajetória: o repúdio à democracia e a opção pelo sindicalismo permaneceram em seus textos durante sua transição do IL para o Nacional-Sindicalismo. Em *Monarquia* afirmava: "Destruida a Democracia, a soberania só se evidencia depois em cada especialidade e para cada um terá o seu aspecto particular. Não haverá litígio nem confusão de classes."[308] A democracia como modelo hegemônico adotado pelas nações havia deformado a política, tornando-a, no pensamento de Preto, algo negativo – concepção

---

[307] _____. *A Monarquia é a restauração da Inteligência.* Lisboa: Typographia Soares & Guedes, Limitada, 1920. p. 149-150. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 17877P.

[308] PRETO, Rolão. "Sobre a monarquia". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta - feira, 27 de Agosto de 1919, nº 527. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

esta partilhada por outros membros do IL: "Fartos de política estamos nós todos os que trabalhamos com a pena, com a enxada, com a lima e com qualquer ferramenta que se ganha a vida."[309]

Por permitir a participação popular, inserindo-a na esfera política, a democracia foi concebida como quesito para a instauração socialista. A associação entre democracia e socialismo, existente igualmente na Ação Integralista Brasileira, se devia à subversão hierárquica, por meio da qual os "menos capacitados", na compreensão integralista lusitana[310], escolheriam seus representantes para governar. Como desdobramento desta inversão, a propriedade privada, mantenedora da família e do equilíbrio social seria dissociada pelas classes subalternas no poder, promovendo o socialismo, através da democracia.

> O socialismo tem a mentalidade dos partidos políticos democratas; o seu batalhar não é a sincera justa Cruzada pelos princípios – que em rigor se compreendia – mas sim, o assalto inglório e porfiádo do Poder, cujas benésses e horárias são objecto de sua constante cubiça.[311]

Era necessário retirar Portugal da democracia para evitar o risco do socialismo. Não seria através da luta de classes, na concepção de Preto, tampouco pela via da Ditadura do operariado que Portugal sairia do colapso em que se inseriu com a adesão ao constitucionalismo. O conflito acentuaria as mazelas morais, por corroer o tecido nacional com o desequilíbrio social e a projeção de indivíduos não capacitados aos cargos de chefia da produção e coordenação política. Segundo ele, "A luta de classes arruina o paiz porque cava entre os habitantes uma separação sempre crescente e perniciosa que vai dar á guerra civil, ao cabo da qual esta a reversão dos valores morais e intelectuais da sociedade."[312] Para Preto, coerente às propostas do IL, era imprescindível organizar a sociedade em patamares

---

[309] _____. *Balisas: Manual do Sindicalismo Organico.* Lisboa: Edição das Oficinas Graficas, 1920. p. 1. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14190//11P.

[310] Conforme se verá no capitulo 6 "A formação e desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira: ideologia e cultura política", as explicações para a associação entre liberalismo, democracia e socialismo são distintas no IL e na Ação Integralista Brasileira (AIB).

[311] PRETO, Rolão. *Balisas: Manual do Sindicalismo Organico.* Lisboa: Edição das Oficinas Graficas, 1920. p. 98. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14190//11P.

[312] PRETO, Rolão. *A Monarquia é a restauração da Inteligência.* Lisboa: Typographia Soares & Guedes, Limitada, 1920. P. 101. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 17877P.

hierárquicos, nos quais cada grupo se articulasse em consonância de seus interesses profissionais comuns. Diante da naturalização da desigualdade entre os indivíduos, cada qual possuidor de sua função distinta, o projeto corporativo lançado por Rolão Preto não poderia ter a mesma classe predestinada que a vista no comunismo.

Em lugar do operariado, as classes médias foram eleitas para conduzir as alterações propostas no projeto sindical de Preto. O que representava a distinção desta e das demais classes era "O seu espírito de sacrifício e a energia de que se elevou *pelo seu próprio esfôrço* à posição média e aspira erguer-se mais ainda (...)."[313] Ao atribuir o enriquecimento das classes médias a partir de sua própria dedicação, Preto manteve a rejeição do IL em conceber a luta de classes, e a exploração denunciada pelas ideologias de esquerda. Por outro lado, ao eleger as classes médias como modelo para a sociedade, apresentou aspecto inédito ao IL, por desvincular a doutrina integralista dos estratos aristocráticos e projetá-la em outra classe. Deste modo, Preto almejava ampliar a esfera de influência e de aderentes às concepções da Monarquia orgânica.

Embora prestigiasse as classes médias em sua doutrina, esforçou-se por estabelecer o Estado sindical em âmbito nacional e que incorporasse desde a base ao cume da pirâmide produtiva do corporativismo: "O N.S. [Nacional Sindicalismo] aplicará, como regra segura, o método sindical atravéz do qual e servindo-se dos orgãos corporativos, poderá oferecer às classes médias como aos operários a protecção do Estado."[314] A sindicalização, conforme apresentada por Preto, estabilizaria o cenário econômico e social presente na República liberal. Através da solidariedade entres as classes, premissa do corporativismo, e de rigorosa distribuição de crédito, se afastaria, por um lado, o risco da luta de classes e do comunismo, e por outro se revogaria o liberalismo e a democracia, com a organização e representação familiar e profissional.

---

[313] _____. *Nacional Sindicalismo.* 2ª Ed. Lisboa: UP, 1925. p. 8. (grifo meu). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 42617P.
[314] Idem, p. 9.

A intervenção do Estado na concessão de crédito demonstra divergência em relação às concepções do IL, que defendia a centralização política, porém descentralização administrativa. Para Preto, em seu panfleto denominado *Nacional-Sindicalismo*, o Estado concentraria, além do poder político parte da administração, por realizar a assistência aos necessitados pela crise durante o liberalismo:

> A Sindicalização estabelecerá o principio da solidariedade dentro das 'classes médias' e resolverá o problema do acordo entre a mão de obra e o capital. O Crédito ajudara a refazer o patrimônio das ditas classes, abalado pelas consequências da má organização económica e política liberal-democrata. Finalmente *a Intervenção do Estado remediará situações desesperadas*.[315]

Tal projeto centralizador estava em consonância com a formação de movimentos de extrema-direita na Europa, além revelar preocupação com a ascensão das ideologias de esquerda, impulsionadas com a Revolução Russa. Desse modo, em seus textos, encontram-se diálogos com os movimentos conservadores ou extremistas de direita, ou em contraste com as ideologias de esquerda, com ênfase ao socialismo. No intuito de afastar sua proposta corporativista, da sindicalização praticada na Rússia, Preto entendia serem:

> Os sindicatos comunistas russos são uma ficção sob o ponto de vista da organização operária. Os operários são sindicalizados à fôrça, pois nas empresas só são aceites depois da matrícula no sindicato. A sua acção limita-se porém a pagar as cotas. Quem tudo resolve por eles, quem tudo decide e comanda é a engrenagem burocrática.[316]

O futuro chefe do N/S sublinhava a sindicalização compulsória imposta pelo comunismo russo, com a função do trabalhador reduzida à passividade das extorsões praticada pela burocracia estatal. Porém, a forma de atuação prevista em seu sindicato, quando alcançado o Poder possuiria métodos similares de arregimentação, ou seja: "Uma intensa propaganda fora do Poder. Decretando depois a sindicalisação obrigatória para todos os que

[315] Idem, p. 11 (grifo meu).
[316] PRETO, Rolão. *A Monarquia é a restauração da Inteligência.* Lisboa: Typographia Soares & Guedes, Limitada, 1920. p. 17. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 17877P.

trabalham, proprietários ou não."[317] Porém, ao se dissertar sobre o próprio projeto, esses aspectos não foram vistos como negativos, tal como destacados no caso russo.

Entre os fins dos anos 1910 e durante a década de 1930, Rolão Preto esteve em contato com notícias estrangeiras relacionadas à mobilização operária e à articulação de grupos radicais de direita. Além de colaborar com artigos nos órgãos do IL, em alguns destes foi encarregado das notícias da situação internacional. Deste modo, Preto tomou conhecimento das formas de atuação dos movimentos extremistas de esquerda e de direita. Em *A Monarquia* relatou a atuação de Mussolini, ainda em 1919, como opositor dos socialistas do jornal *Avanti:* "Na Itália - só Mussolini luta ainda no seu 'Popolo d'Italia' contra os bolsheviks pan-germanistados do 'Avanti' – (...)"[318] E, posteriormente, a invasão de D'Annunzio à península de Fiume, cedida à Iugoslávia após a Grande Guerra Mundial foi abordada da seguinte forma:

> Assim, a cruzada de D'Annunzio é a nossa cruzada; a batalha de D'Annunzio o nosso batalhar; a fé de D'Annunzio a nossa fé. Cruzada da inteligência contra o preconceito democrático, batalhas do pensamento contra o bezerro de ouro, fé dos corações contra o egoísmo da carne.[319]

Neste artigo, Rolão Preto não só apoiou a empresa militarista de D'Annunzio em Fiume como incorporou à incursão valores presentes no IL: "Wilson, que cerca e ameaça Fiume, é a Democracia que combate a Nação, a desordem que abate os tronos, a revolução que tem Lenine por bandeira, a horda de bárbaros que assalta Monsanto, onde estava tremulando a bandeira nacional."[320] Assim, a ação militar ao território cedido à Iugoslávia, uma afronta às decisões da Liga das Nações, transformou-se no combate à democracia e ao socialismo, a reação da monarquia contra a desordem republicana, a vitória do nacionalismo frente ao internacionalismo comunista.

---

[317] _____. *Nacional Sindicalismo.* 2ª Ed. Lisboa: UP, 1925. p. 26-27. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 42617P.

[318] PRETO, Rolão. "Terceira Internacional operaria". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Segunda-feira, 12 de Outubro de 1919, nº 573. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[319] _____. "Fiume: 'Cosa fatta capo ha'". *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quarta-feira, 12 de Novembro de 1919, nº 596. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[320] Idem, ibidem.

No entanto, este entusiasmo à iniciativa de D'Annunzio, um dos inspiradores da "Marcha sobre Roma" não deve ser entendido como uma "viragem" ideológica, onde se abandonaria o conservadorismo para aderir ao extremismo mobilizador de massas. Os aportes doutrinários do IL ainda eram evidentes nos artigos de Rolão Preto mesmo em 1932, ano de lançamento do Nacional-Sindicalismo. Em *Para Além do Comunismo,* há a atualização das experiências corporativas medievais, com o objetivo de resgatar o equilíbrio através da recuperação da Tradição: "O sindicato, por exemplo, não corresponde de-certo com exatidão às formulas medievais, mas continua-as, dentro da essência económico-social que as criou e de harmonia com as condições da produção moderna."[321] Em *Política* tal coexistência entre a Tradição e a inclinação ao extremismo de direita é evidenciada, pela incorporação do líder condutor na figura do Rei:

> A falencia da democracia social é assim tão clara e segura como a falencia da democracia política. Na ordem política moderna é o triunfo do *chefe*, chefe indiscutível e sagrado, *chefe* que não nasce do acaso absurdo das urnas nem lhe está a mercê. É a vitória da monarquia do interesse nacional. Na ordem económica e social é o chefe tambem que conquista definitivamente os seus direitos, impondo a sua vontade, estatuindo o caminho da empreza, defedendo-a, protegendo-a, indiscutivelmente, mono-arquicamente. É o triunfo da Monarquia Social.[322]

Deste modo, a figura do líder emergia, em oposição à democracia. Coerente com a posição integralista, este condutor seria o rei, ocupante do trono de uma monarquia sindical. Porém, o monarca de Rolão Preto, seria detentor de maiores poderes em relação aos desejados pelos membros do IL de primeira fase, ou seja, estaria imbuído de capacidade para intervir na política, mas também na administração, o que era repudiado pela teoria do grupo.

---

[321] *Para Além do Comunismo.* Coimbra: Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1932. p. 85. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14180P.

[322] PRETO, Rolão. "1º de Maio". In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 1 de Maio de 1929. p. 4. Ano I, nº 2. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

2.2 – O Integralismo Lusitano no exterior – difusão e enriquecimento doutrinário

Conforme apresentado acima, a experiência sidonista enriqueceu o arcabouço autoritário dos membros do IL e, a partir da década de 1920, levou a alguns à simpatia ou adesão ao fascismo. No entanto, o sidonismo não foi o único meio de adquirir contato com novas formas políticas, tampouco, via exclusiva de atualização doutrinária. Em 1915 foi realizados ciclo de Conferências na Liga Naval[323]. Neste, foi tratada a Questão Ibérica, ou seja, sobre os riscos a que Portugal estava submetido, pelo imperialismo espanhol. Apesar de haver distinções sobre os assuntos e áreas exploradas, as conclusões caminharam para o alerta da possível anexação de Portugal. Os palestrantes foram: António Sardinha ("Território e Raça", em 7 de abril de 1915) Hipólito Raposo ("A Lingua e a Arte", em 21 de Abril de 1915); Luis de Freitas Branco ("Música e Intrumentos", em 5 de maio de 1915); José Pequito Rebello ("Aspectos Economicos"); Ruy Ennes Ulrich ("Colonizações Ibéricas"); Vasco de Carvalho ("Aspectos Político-Militares"); Xavier Cordeiro ("Direito e Instituições"); Luis de Almeida Braga ("Lição dos Factos"). Nem todos tiveram oportunidade de apresentar suas palestras, em função do regresso ao Partido Democrático ao poder[324], porém, os artigos foram publicados[325].

Pequito Rebelo, embora dissertasse sobre aspectos econômicos, estabeleceu considerações sobre as relações diplomáticas na Península Ibérica. Destacou os pontos

---

[323] Cf.: MARTINS, Fernando. "O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. in. SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Mauríco B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo - Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos.* Recife: Editora da UFRPE, 2010. (89-113).

[324]"A 14 de Maio de 1915 as conferências foram interrompidas de forma 'violenta' por 'grupos armados' que aos gritos de 'Viva a República' e 'Viva a Liberdade', assaltaram as instalações da Liga." FERREIRA, A. Jacinto. Integralismo Lusitano: uma doutrina política de ideias novas. S.e. Lisboa: Cultura Monárquica, 1991. p. 54. Apud. MARTINS, Fernando. "O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. in. SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo - Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos.* Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 91.

[325]Cf.: A QUESTÃO IBÉRICA. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.

negativos do expansionismo e do imperialismo, com exemplos na história nacional, pelo esvaziamento de braços nas terras agricultáveis. Por outro lado, estabeleceu fronteiras entre o nacionalismo e o imperialismo: "(...) ao definir a via de um método positivo quais os limites do nacionalismo que o livram e degeneram nessa fórma doentia – o imperialismo."[326] Para Rebelo, o imperialismo seria o efeito colateral do individualismo social, incomum na sociedade municipalista lusitana medieval e do século XVI. Por outro lado, dada a natureza étnico-cultural heteróclita da composição espanhola, o imperialismo estava imerso neste meio social, o que representou risco para Portugal, desde sua formação enquanto Estado-Nação[327].

Neste ciclo de palestras Sardinha possuía percepção distinta da sustentada por Rebelo, embora suas conclusões caminhassem, igualmente, para o temor da anexação. Sardinha manteve contato com o país vizinho desde 1909, com os Jogos Florais de Salamanca[328], onde adquiriu reconhecimento e inserção na corte espanhola, este contato contribuiu para as divergências com Rebelo. Embora afirmasse que: "Castela cubiça-nos desde que é Castela. As suas aspirações nunca satisfeitas são naturaes, são conseqüentes, como centro de gravitação procurando submeter a parte desgarrada do todo."[329], situou como maior risco de desestabilização de Portugal, aquele dentro de suas fronteiras, ou seja, a ação silenciosa dos estrangeiros do interior[330].

Não seriam os espanhóis, mas a maçonaria o principal responsável pelo risco de perda da soberania nacional. Diante dos desequilíbrios políticos e dos espasmos sociais sofridos por Portugal, a invasão de Castela seria realizada através do convite de Portugal: "A solução

---

[326] REBELLO, José Pequito. "Aspectos Económicos". In. A QUESTÃO IBÉRICA. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. p. 151. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.
[327] Idem, p. 163.
[328] RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha: "Pactos de Quinas y Flores de Lis" entre "os semeadores de Nacionalidade."* Lisboa: Dissertação em Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX) do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, apresentada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. p. 97. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.62184V.
[329] SARDINHA, Antonio. "Território e Raça". A QUESTÃO IBÉRICA. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. p. 26. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.
[330] Idem, p. 13-14.

intervencionista é lógica, e natural como as coisas que o são, quando um importuno nos incomoda e coloca em risco de quebrar o nosso próprio sossego, a nossa própria disciplina."[331]

Pelas ameaças de que a instabilidade atravessasse a fronteira, Sardinha entendia ser a intervenção espanhola compreensível, em vista do cenário interno português. O modo de conter os riscos estaria na expulsão da maçonaria de Portugal. Feita a estabilização interna, se poderia desenvolver relações diplomáticas com a Espanha, sem o perigo de anexação: "A fórmula de amanhã em política exterior ha-de ser sem duvida, não a *união-ibérica*, mas a *aliança-peninsular."*[332] O projeto de aliança peninsular não era unânime, tampouco hegemônico no interior do IL.

As polêmicas em torno do perigo espanhol às fronteiras portuguesas se arrastaram até o fim da década de 1910. Em "A lição de Bismarck", artigo escrito entre os fins dos anos 1910 e início da década de 1920, mas publicado na coletânea *Sob o Pendão Real*, Almeida Braga apresentava sua discordância com Sardinha acerca do panorama político de Portugal e Espanha: "A republica portuguesa tornou-se para Espanha um apetitoso manjar. A anarquia em que vivemos aguçou-lhe o apetite, acendeu a cobiça com que nos olha."[333] Apesar de afirmar a maçonaria como uma das origens dos distúrbios sofridos por Portugal, Braga apontava a República como risco em potencial para a soberania. Ao depor a Monarquia o país tornava-se vulnerável, pois abdicava do pacto histórico selado com a Inglaterra. Além disso, a Espanha, inimiga diplomática tradicional, era vista com desconfiança não apenas por Almeida Braga, mas por grande parte dos membros do IL.

Em 1919, degredado de Portugal em vista das tentativas de golpe da Monarquia do Norte e de Monsanto, Sardinha buscou reverter estas sensações partilhadas por seu grupo. Sua

---

[331] Idem, p. 13.
[332] Idem, p. 27 (grifo do original).
[333] BRAGA, Luis de Almeida. "A Lição de Bismarck". In. *Sob o Pendão Real.* Porto: Edições Gama, 1942. p. 320. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: B.R. 7669.

escolha pela Espanha como país a recebê-lo no exílio não foi aleatória. Anterior ao julgamento dos levantes Sardinha possuía residência em Elvas, cidade portuguesa fronteiriça com Badajoz, na Espanha. Deste modo, seu primeiro abrigo seria na Estremadura, haja vista o conhecimento da região, bem como a situação política para se instalar. Sobre Badajoz, Susana Relvas afirma que: "Esta cidade estremenha já era familiar a Sardinha, que aí prestou apoio a exilados, (...). Já em 1917, Sardinha estava informado sobre os movimentos contra-revolucionários espanhóis aos quais se juntara a partir de 1919."[334]

Através do endereço destinatário e dos selos postais fixados no cabeçalho de *A Monarquia*, tem-se o conhecimento que, já em 20 de Agosto de 1919[335], Sardinha encontrava-se instalado em Badajoz, Espanha, e ao longo de sua estada naquele país, recebeu correspondência ora no Hotel Garrido, em Badajoz ora na Calle (rua) Arenal, 26, Pension Harraiz, Madrid. Durante o período do degredo, Sardinha alterou sua perspectiva em relação à política diplomática luso-espanhola. Sobre o assunto o mentor intelectual do IL afirmava:

> Quando vim para o exílio trazia contra a Espanha todos os preconceitos da minha inteligência e da minha sensibilidade. (...). E ainda aprendera lentamente, mas com juízo seguro, a corrigir bastantes das prevenções do meu patriotismo alarmado ao iniciar em abril de 1915 na Liga Naval as conferências da "Questão Ibérica".[336]

Através de suas experiências no exílio Sardinha buscou modificar a concepção nacionalista do IL de aversão à Espanha. Esta reversão da sensação de desconfiança dos integralistas ao país vizinho, se fez com o objetivo de estabelecer o projeto de Aliança-

---

[334] RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha: "Pactos de Quinas y Flores de Lis" entre "os semeadores de Nacionalidade."* Lisboa: Dissertação em Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX) do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, apresentada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. p. 99. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.62184V.

[335] *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta - feira, 27 de Agosto de 1919, nº 527. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[336] SARDINHA, António. "A descoberta da Espanha". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Sexta - feira, 5 de Setembro de 1919, nº 541. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

Peninsular, que seria exposto em obra de mesmo nome em 1924, e publicada na Espanha em 1930, com prefácio de Conde de Santibañez del Rio[337].

Esta tentativa de revitalizar a Espanha proporcionou a inserção de periódicos do integralismo lusitano naquele país. Relvas demonstra que neste período Sardinha encarregou-se de divulgar *a Revista Lusitania, a Contemporânea, A Monarquia e a Nação Portuguesa*.[338] A campanha proporcionou a abertura de um posto de vendas de *A Monarquia* em Madrid na Calle Demetria Esteban, Puerta Del Sol, 11 y 12[339]. Porém, a alteração das concepções estabelecidas, tal como a Aliança Peninsular, são intenções que não encontraram boa acolhida entre os colegas em Portugal. Em *A Monarquia* expressava-se ainda 1919 a desconfiança exposta em 1915, nas conferências sobre a "Questão Ibérica":

> Não discordamos duma política de aproximação com o País visinho, uma política tendente sobretudo á criação de um grande bloco latino-americano, que nos colocasse ao abrigo de perniciosas influencias externas, sejam inglesas, sejam germânicas. Mas que cuidados, de que melindrosas precauções não teremos de rodear nosso pobre paiz, aniquilado e exausto sob todos os pontos de vista, para podermos estabelecer esse acordo, em bases equitativas, com a poderosa Espanha, cheia de dinheiro e de energias, de força e combatividade.[340]

Tal desconfiança e cautela em relação à possibilidade de formar alianças diplomáticas, por outro lado, não inibiu os integralistas de anunciarem o apoio vindo de terras espanholas acerca da atitude do grupo português perante a questão dinástica acirrada com Dom Manuel II. Em *A Monarquia* informou-se a existência de textos em torno da polêmica, em *El*

---

[337]SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular*. Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

[338] RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha: "Pactos de Quinas y Flores de Lis" entre "os semeadores de Nacionalidade."* Lisboa: Dissertação em Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX) do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, apresentada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. p. 101. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.62184V.

[339]*A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Terça - feira, 7 de Setembro de 1919, nº 763. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[340] REDACÇÃO. "Nós e a Espanha.". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde*. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta - feira, 30 de Outubro de 1919, nº 586. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

Pensamiento Español, periódico conservador. Além disso, no jornal espanhol, publicaram partes das repostas e explicações dos integralistas:

> O jornal de Madrid, *El Pensamiento Español*, diário tradicionalista, (...), consagra dois largos artigos ao *Integralismo Lusitano* na sua atitude de rompimento com o Senhor Dom Manuel II, transcrevendo grande parte da mensagem e toda a declaração da Junta Central e parte da carta de nosso director.[341]

Com o exílio, os membros do IL promoveram a divulgação doutrinária nos países onde se instalaram, com alguns casos de sucesso. Sardinha teve acesso à realeza espanhola, através do contato estabelecido com a nobreza nacional. Em *Monarquia*, informava estar Sardinha em companhia do Marquês Quintanar, conde de Santibañez del Rio quando: "Foi recebido por Sua Alteza Rial a Senhora Infanta Dona Isabel de Bourbon o nosso redactor principal"[342] A doutrina defendida por Sardinha recebeu a atenção de setores da aristocracia nacional. Santibañes del Rio, por exemplo, apresentou as seguintes palavras ao conhecer as bases doutrinárias do movimento português: *"El integralismo lusitano es joven, vigoroso y flexible. Su ideologia es moderna, aunque vaya a sacar de la tradición los princípios de que se nutre. No está atado por una obsesionante idea dinástica, y tiene el espíritu y el cerebro amablemente agressivos."*[343]

No exílio, a influência de Sardinha na Espanha proporcionou ganhos para o IL. As ideias do movimento foram apropriadas entre os conservadores espanhóis, que em contato com as especificidades nacionais, tornaram-se plataforma para formação de um partido conservador congênere ao movimento integralista. Em 1923, Sardinha ofereceu contribuição

---

[341] REDACÇÃO. "Integralismo Lusitano". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta - feira, 5 de Novembro de 1919, nº 590. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[342] REDACÇÃO. "Dr. António Sardinha". In. *A Monarquia: Diario Integralista da Tarde.* Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa, Quinta - feira, 11 de Dezembro de 1919, nº 619. p. 1. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[343] apud. RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha: "Pactos de Quinas y Flores de Lis" entre "os semeadores de Nacionalidade."* Lisboa: Dissertação em Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o Mestrado em Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX) do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, apresentada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. p. 114. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.62184V.

para a orientação política desta agremiação tradicionalista[344]. No entanto, nem todos exilados foram bem-sucedidos em seus anseios de propagar as ideias do IL em países que estiveram.

Luís de Almeida Braga foi outro membro do IL expatriado. Sobre a necessidade de sair do país, por temer as punições que poderia sofrer pelos levantes monárquicos, Braga deixava Portugal com as seguintes palavras: "Deixo o Portugal abatido, triste quási envolto num sudário; mas vou achar, na outra banda do mar, um Portugal novo, florido e forte."[345] Além do Brasil, Braga percorreu outros países da América Latina e Europa[346]. No Brasil, apresentou palestra na Faculdade de Direito de São Paulo, porém, foi recebido com frieza entre os círculos conservadores do país. O texto da conferência em São Paulo, de título "Integralismo Lusitano", incumbiu-se de apresentar alguns aspectos doutrinários básicos do movimento do qual fazia parte em Portugal.

O IL foi exposto como "bandeira duma doutrina de reacção, que nas suas linhas definidas compreende uma estética, uma filosofia, uma política, uma sociologia nacionais."[347] Embora se colocasse como um movimento de reação, rompia com o negativismo da geração anterior, a partir das palavras de Almeida Braga. A tradição que guiava o movimento, portanto, não havia despertado o mero saudosismo contemplativo, mas, "(...) compreendeu em fim que era um dever prender-se á obediencia de uma regra unica. Antes de reorganisar Portugal moderno, entende que a primeira necessidade em estabelecer a disciplina de seu proprio pensamento."[348]

A força da tradição enquanto norteadora dos rumos da Nação, tal como a organização corporativa foram enunciados como cerne para o sucesso do país, segundo as propostas do IL:

---

[344] RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *op. cit.* P. 105.
[345] BRAGA, Luis de Almeida. "Do Alto Mar". In. *Sob o Pendão Real.* Porto: Edições Gama, 1942. Biblioteca Nacional de Lisboa. p. 393. Cota: B.R. 7669.
[346] GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga.* Porto: Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. p. 15.
[347] BRAGA, Luis de Almeida. *Integralismo Lusitano: conferências na Faculdade de S. Paulo, "Brazil".* Porto: Editor A.A. Aguiar, 1921. p. 10. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3603//1G.
[348] Idem, p. 5.

"Na reconstrução do nosso organismo político segundo as exigências étnicas e o labor ininterrupto de tradição através de longos séculos, é que ainda havemos de achar a estabilidade que nos garanta a larga paz e a abundante fortuna."[349] No entanto, não houve qualquer referência à monarquia como modelo ideal para a concretização destas bases apresentadas, talvez, por procurar apoio dos conservadores republicanos e monarquistas no Brasil. Porém, sua excursão teve pouca projeção no meio intelectual brasileiro.

Não há uma explicação conclusiva para o silêncio da imprensa nacional sobre a vinda do integralista lusitano ao país, e busca-la seria correr risco de fugir do escopo desta pesquisa. Porém, podem ser estabelecidas algumas hipóteses explicativas, se observado o cenário político vivenciado pelo Brasil na década de 1920: comemoração do centenário da independência do Brasil; a projeção de um movimento artístico e intelectual de vanguarda, divulgado em 1922 na Semana de Arte Moderna; e o perigo vermelho, com a criação do Partido Comunista do Brasil. Deste modo, principalmente através do último aspecto, as propostas vindas do conservadorismo político, que se distanciavam do contato popular, começaram a perder espaço progressivamente. Como reflexo da ascensão fascista na Itália, as propostas de extrema-direita tomaram vigor no Brasil e em países da Europa, entre estes, Portugal.

2.3 – Nacional-Sindicalismo: Formação e Cisões Internas

A formação do Nacional-Sindicalismo (N/S) em fevereiro de 1932 deu-se através do periódico *Política*, lançado pelos estudantes da faculdade de direito Dutra Faria, Pinto de Lemos, Pyrrait, Antonio Pedro, Tinoco. Por iniciativa da Ditadura, o quinzenal encerrou suas

[349] Idem, p. 9-10.

atividades em 1933.[350] Pela sua matriz no órgão formado por estudantes da Junta Escolar do Integralismo Lusitano de Lisboa, o N/S teve colaboração tanto em seus aportes doutrinários quanto em suas fileiras de membros do IL, tal como exposto por Rolão Preto, chefe do movimento: "O Nacional-Sindicalismo é, na verdade, o Integralismo Lusitano que se ultrapassa em todos os seus aspectos formais. É a Contra-Revolução que para além de si própria se torna Revolução."[351]

Conforme supracitado, *Política*, composta por alunos da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano demonstrou desde seu surgimento, sua oposição à democracia, ao liberalismo e ao parlamentarismo. Apesar deste aspecto, com a ascensão de Salazar, a Junta Central noticiou a condenação de qualquer adesão de seus membros às agremiações que não fossem as aprovadas pelo IL, em outras palavras:

> Aproveitamos a oportunidade para comunicar a todos os estudantes integralistas de Lisboa que por instruções superiores desta Junta lhes proíbe terminantemente a adesão de quaesquer *formações* de caracter politico extranhas ao Integralismo Luzitano e não autorizadas pela Junta Central.[352]

Esta notificação provavelmente foi resposta ao discurso de Salazar, na sala do Conselho de Estado em outubro de 1929, quando afirmou suas ações nas seguintes diretrizes: "Nada contra a Nação, tudo pela Nação"[353]. Desta forma, Salazar evidenciava sua proposta de centralização dos projetos políticos do país sobre si e seu Estado ditatorial. Inicialmente, tal fala revelava o risco de esvaziamento de movimentos externos ao Estado, detentores de alternativas para a Nação. Portanto, a Junta Central do IL elaborou medidas preventivas para evitar a debilidade interna e migração de suas fileiras para as iniciativas propostas por Salazar.

---

[350] MEDINA, João. *Salazar e os fascistas: Salazarismo e Nacional-Sindicalismo – a história de um conflito (1932 - 1935).* Lisboa: Livraria Bertrand, 1978. p. 36. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 28704 P.
[351] BARBOSA, José Plácido Machado. *Para além da Revolução...A Revolução: Entrevistas com Rolão Preto.* Porto: Tip. "Aliança L.Da", 1940. p. 35. Bibliotetca Nacional de Lisboa. Cota: H.G.26242P.
[352] JUNTA CENTRAL. "Nota oficiosa". In. POLITICA: orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 8 de Dezembro de 1929. Ano II, nº 9. p. 2 (grifo do original). Cota: J.3861 B.
[353]TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos: Ensaios de História Política e Cultural.* 2ª Ed revista. Vol. 2 Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 150.

Tal posicionamento de distanciamento mantido pela Junta Central do IL em relação às intenções do governo foi alterado, diante dos novos discursos realizados pelo Ministro das Finanças, onde se percebia as intenções de Salazar diante da Ditadura. No número 14 de *Política* apresentou-se novo aviso, que suspendia a ordem anterior, como reflexo do discurso de Salazar, de 30 de julho de 1930 na sala do Conselho de Estado:

> Tomando as palavras do Governo como um apelo de salvação publica, [o Integralismo Lusitano] declara-se decidido, por intermédio dos filiados nas suas organizações que assim o desejam, o cooperar oportunamente com a ditadura militar em tudo quanto sirva o bem comum e procure realizar a igualdade dos Portugueses perante a lei, condição essencial para efecticar o propósito de União Nacional.[354]

Neste pronunciamento, Salazar afirmou as bases corporativas como suporte ao regime, com a proteção da família, ao eleger a freguesia e o município como bases de sustentação para Nação[355]. O Estado concebido por Salazar caminhava, assim, em mesma via do IL. Além disto, havia o anúncio da formação da União Nacional (UN), partido único, porém, distinto dos congêneres fascistas, por ser desprovido de autonomia ou poder político.

Ao contrário dos demais partidos únicos contemporâneos, a UN foi um meio de neutralizar as forças políticas nacionais, através da cooptação pelo Estado[356]. Esta formação salazarista foi contrastante ao Nacional-Sindicalismo (N/S), consolidado em 1932. Em função da criação tardia do N/S, em relação aos demais movimentos de extrema-direita portugueses, António Costa Pinto entendeu ser o grupo liderado por Rolão Preto, um movimento de síntese dos fascismos em Portugal. Segundo Costa Pinto, o N/S foi o pólo centralizador das propostas

---

[354] JUNTA CENTRAL. "Nota oficiosa". In. POLITICA: orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 31 de Agosto de 1930. Ano II, nº 14. p. 2. Cota: J.3861 B.

[355] SALAZAR, Oliveira. Discurso na Sala do Conselho de Estado em 30 de Julho de 1930. Disponível em: http://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=156. Acesso: 13 de maio. 2014.

[356] PINTO, António Costa. "As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a Inião Nacional" in. *ANÁLISE SOCIAL*. Vol. XXVII (116-117), 1992. p. 586

autoritárias, alternativas à ditadura de Salazar.[357] Simon Kuin afirma ter sido o N/S resultado do apelo por rejuvenescimento dos quadros políticos e administrativos em Portugal[358].

Porém, a adesão de estudantes ao Nacional-Sindicalismo não deve ser entendida de maneira vertical, a atingir todos os quadros do movimento. Os dirigentes eram compostos pela juventude fascista, todavia, em suas fronteiras e quadros regionais, agregou setores mais conservadores, provenientes das elites locais.[359] As distinções internas, entre juventude radical e franjas conservadoras, além das divergências ideológicas existentes no próprio núcleo do movimento, resultaram em cisões e no não reconhecimento, de forma geral entre os membros, do nome Rolão Preto enquanto chefe de autoridade inquestionável.

Diante da característica politicamente apática do partido único de Salazar, em contraste com a mobilização desejada por Rolão Preto ao N/S, as relações entre as duas lideranças foram férteis em tensões. Nos anos iniciais da década de 1930, a insatisfação de Preto com a organização salazarista não visava a ruptura, ou superação do modelo, mas maior radicalização do regime, com o objetivo de torná-lo próximo ao fascismo italiano, conforme expunha o líder do N/S, exilado: "É preciso o temperamento especial dum Mussolini, ardente, imaginativo, iluminado, para conseguir os milagres de 'souplesse' e variedade que tornam o Estado italiano actual foco permanente de polarização e renovação de entusiasmos."[360] O contraste entre o Ditador distante das grandes mobilizações, e a espera por um líder condutor, proporcionou embates entre Salazar e Rolão Preto, com consequências negativas para o último.

O líder do Nacional-Sindicalismo demonstrou suas diferenças ao projeto sustentado por Salazar, através de correspondências endereçadas ao Presidente da República, em 1 de

---

[357] PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:....* p. 92.
[358] KUIN, Simon. "A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. In. *Análise Social,* vol. XXVIII (122), 1993 (3.°), 555-588. p. 559.
[359] PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:....* p. 99.
[360] BARBOSA, José Plácido Machado. *Para além da Revolução...A Revolução: Entrevistas com Rolão Preto*. Porto: Tip. "Aliança L.Da", 1940. p. 86. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G.26242P.

maio de 1931. Nesta carta, requisitava para seu movimento de extrema-direita um lugar de destaque no regime, pois seriam seus membros os "únicos e vigilantes defensores da Ditadura" visto que: "Nenhum dos homens que constituem o actual governo da Ditadura contribuiu, de perto ou de longe, para o Movimento de 28 de Maio."[361] Ainda nesta carta, Preto acusava o regime de deficiência quanto à originalidade doutrinária, "onde apenas se limitou a perfilhar o que já estava enunciado pelos precursores do Nacionalismo". Os parcos resultados, segundo Preto, demonstravam-se também pelo baixo número de realizações das quais a ditadura proclamava serem "necessárias e urgentes"[362]. Assim, o líder do N/S afastava Salazar dos condutores dos movimentos "revolucionários" que se instalaram no poder em situações semelhantes às vistas pela ditadura de 28 de maio, em referência implícita ao fascismo italiano.

No entanto, alguns colaboradores de *Política*, que posteriormente se inseriram no Nacional - Sindicalismo, ainda nos fins da década de 1920, afirmavam ter a Ditadura portuguesa não só originalidade doutrinária, como ser antecedida por preparação intelectual. Nas palavras de Mario Cardia, Portugal estava ao lado da Itália em função de: "A ditadura espanhola não teve como a italiana ou a portugueza, uma preparação intelectual; (...)."[363] Como se pode constar, as opiniões de Preto não foram unânimes entre os membros do N/S, o que resultou em questionamento de sua chefia, em disputa com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

Embora os fascistas em Portugal entendessem o risco de serem diluídos pela União Nacional ao inserirem-se no projeto político de Salazar, percebiam que esta seria a única possibilidade de participarem do Poder. Diante da oposição de Preto aos rumos do regime, uma facção do N/S colocou-se abertamente simpática à intenção de comporem a Ditadura, à

---

[361] "Carta eviada a Sua Exª o Snr. Presidente da República pelo chefe do N.S. Dr. Rolão Preto". 1931-05-01. p.1. Biblioteca da Universidade de Lisboa. Espólio César Oliveira. Cota: FG0049-CO49.
[362] Idem, p. 1-2.
[363] CARDIA, Mario. "Coisas de Espanha.". In. POLITICA: orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 8 de Dezembro de 1929. Ano II, nº 9. p. 2. Cota: J.3861 B.

revelia de seu líder. O chefe distrital de Braga, Cerqueira Gomes, expôs estas divergências em discurso, ao afirmar que o Nacional-Sindicalismo estava ao lado de Salazar e dentro do regime, mesmo reconhecendo que as realizações da Ditadura fossem parciais em relação às expectativas do movimento: "Eis nos, pois, em presença da obra, do Dr. Salazar, da organização do Estado Corporativo. Por isso, nós estamos, hoje, com o Poder, porque a obra do Poder é a realização, embora parcial, de aspirações nossas."[364]

Estas fissuras internas, com a tensão entre a chefia de Salazar e Rolão Preto, tornaram-se evidentes em 27 de novembro de 1933, em reunião convocada pelo Conselho Diretivo do Nacional-Sindicalismo. Nesta ocasião, as pautas refletiam o cisma no interior do movimento, pois entre os objetivos a serem alcançados, apresentados na ata redigida por Monsaraz: "Tratava-se da reorganisação do movimento N.S. (primeira parte da moção) e da fixação da attitude política (segunda parte) devendo definir-se junto do governo a sua autonomia, ou as condições de uma colaboração com elle dentro da mesma autonomia."[365] Em via oposta ao esperado, ocorreu a ruptura definitiva do N/S, diante dos impasses resultantes dos debates.

A origem da polêmica se fez em torno da proposta de suspensão de Rolão Preto enquanto Chefe visível do movimento. Em segunda rodada de negociações, igualmente improdutiva, cogitou-se a manutenção da chefia, porém, pela supressão do cargo de Secretário Geral, o que resultaria no afastamento de Alberto Monsaraz do movimento. A reunião foi esvaziada pela oposição a Preto e Monsaraz, como repúdio às medidas tomadas: "O Dr. Eusébio Tamagnini e o Dr. José Cabral retiram-se, declarando que recausavam [?] a sua liberdade de acção, sahindo também o Dr. Pires de Lima por necessidade de partir inmediatamente para o Porto."[366]

---

[364] Discurso do Chefe distrital de Braga Dr. Cerqueira Gomes. Barcelos, 14 de Janeiro de 1933. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: AOS/CO/PC-3F.
[365] Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: AOS/CO/PC-3F.
[366] Idem.

Deste modo, há o esvaziamento do movimento conduzido por Rolão Preto e Alberto Monsaraz por parte dos simpáticos a Salazar e, paralelamente, formação de um novo Nacional-Sindicalismo cordial ao ditador. No entanto, estas intenções já haviam sido anteriormente articuladas entre a oposição à Rolão Preto com Salazar, conforme se expôs nas correspondências dos opositores, onde se relatava ao Presidente do Conselho o ocorrido no dia 27:

> Conhece Vossa Excelencia os esforços feitos, desde há mêses, por alguns elementos nacionais sindicalistas, no número dos quais se contam os sinatários no sentido de, com dignidade e sem pensamento reservado, se fixar posição nos quadros políticos do Estado - Novo, à organização nacional-sindicalista./(...)/ Julgada necessária por uma parte do C.D. [Conselho Directivo] a disciplinação do então "Chefe", pela sua integração na orgânica do N.S. e a demissão do Secretario Geral, cuja acção foi julgada perniciosa, foi por fim votada a matéria, verificando-se que a maioria resolveu no sentido da demissão. /Viu-se a seguir a parte vencida do Cons., se recusou a cumprir e acatar a decisão. /(...)/Verifica-se que possível, apezar do ocorrido, manter a força da organisação e pô-la em condição de colaborar honradamente com o regime do govêrno vigente, ao lado das demais forças políticas que o apóiam.[367]

A partir do caráter extremista de direita alternativo ao Salazarismo, desde seu surgimento o N/S passou a rivalizar-se com o regime. Através de sua formação paramilitar e mobilizante, consolidou-se como concorrente do partido único de Salazar, a União Nacional (UN), na disputa por arregimentar membros. É importante sublinhar que apesar da formação da União Nacional acontecer em 1930, Salazar não forneceu grandes obstáculos ao desenvolvimento do grupo de Rolão Preto até o ano de 1933. O ditador manteve distância cuidadosa entre seu regime e as forças nacional-sindicalistas, tolerando passeatas esteticamente fascistas, com bandeiras, hinos e fileiras uniformizadas em marcha organizada, que aconteciam desde setembro de 1932.

Porém, com a progressiva organização e a intensificação do teor das críticas ao governo, assim como a recorrência de marchas e cerimônias comemorativas, o distanciamento

[367] REGO, Alvaro de Sousa; CABRAL, José; SUPICO, José Luiz; BOAS, Joaquim Paes Vilas & SILVA, Augusto Carlos Mira da. "Carta ao Excelentíssimo Senhor Doutor Oliveira Salazar, Presidente do Conselho – 30 de Novembro de 1933". Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: AOS/CO/PC-3F.

estratégico foi abandonado. Deste modo, as perseguições e tentativas de desarticular o N/S, ou ao menos trazê-lo para o interior do UN se intensificaram a partir de 1933. Costa Pinto registra esta impaciência de Salazar: "A 28 de Maio de 1933, enquanto os fascistas marchavam em Braga em comemoração ao golpe de Estado de 1926, Salazar denunciava os 'sempre febris, excitados e descontentes […] que continuarão gritando diante do impossível: mais! mais!'".[368] Como resposta às investidas lançadas contra seu movimento, Preto indagava em circular distribuída ao público: "Criticar, discordar, pedir mais e mais seria querer derrubar Salazar para o substituir?"[369]

Estas tentativas de ruir com o movimento e fragilizar a autoridade de Preto no interior do Nacional Sindicalismo foram relatadas em carta ao Presidente do país. Neste documento assinado por Preto, narrou-se os ataques do salazarismo ao N/S, mas apresentava também críticas à União Nacional e à forma como Salazar conduzia a "Revolução Nacionalista Portugueza", em referência ao golpe de 28 de maio de 1926. Nesta carta Rolão Preto expôs seu descontentamento com a censura da qual Portugal estava submetido: "Mercê das circunstancias em que vegeta a imprensa – banido todo o direito de crítica, impedida toda a possibilidade de controle – a opinião publica portugueza vive sob o signo da mais ilusoria das aparências, (...)."[370]

Sob estas palavras, não havia a defesa da democracia, porém a reivindicação por maior espaço para a promoção de seu movimento, como alternativa ao regime ditatorial. Deste modo, imediata à crítica a falta de liberdade imposta à imprensa, houve a exposição dos assédios de Salazar ao seu movimento:

---

[368] SALAZAR, Oliveira. *Discursos e Notas Políticas.* Vol.1. Coimbra: Coimbra Editora, 1935. p. 125. apud. PINTO, António Costa. *"Caos e Ordem"*: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária:* Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010 (p. 39-54). p. 47.

[369] PRETO, Rolão. "Para Além dos Ódios Desvairados os Direitos Serenos da Jutiça". 01 de maio de 1934. PT/TT/PIDE/001/00589.

[370] PRETO, Rolão. "Nacional Sindicalismo: Camaradas". 20 de junho de 1934. PT/TT/PIDE/ 001/00593.

> Levou-se a injustiça – casounico [*sic!*] na história política contemporanea – a tornar privilegiado um grupo que do N.S. se afastou e a quem exclusivamente é permitido considerar-se N.S. salazarista incondicional, vendo nos nós, os que fundámos e organizamos este Movimento, impossibilitados de nos afirmarmos como taes em público.[371]

Preto atacava Salazar por distanciar o Estado Novo dos moldes de mobilização visto em regimes fascistas, além do progressivo afastamento dos homens de 28 de Maio da atual Ditadura: "Em Portugal a situação nacionalista não coincide, repetimo-lo, com o poder saído da Revolução. Nenhum dos homens que constituem o actual Governo da Ditadura contribuiu, de perto ou de longe, para o Movimento de 28 de Maio."[372] Ao comparar a situação da Espanha, imersa na guerra civil, que culminou com a ascensão de Franco, Preto expôs os problemas resultantes de um partido único frágil. Neste sentido, atacava à União Nacional criada por Salazar, ao dizer que:

> Lá como aqui, havia uma pseudo União Patriótica, ou Nacional, de cidadãos desunidos, mental e sentimentalmente antagônicos. Lá como aqui, uma imensa capacidade de olvido por parte das massas desiludidas e apáticas á míngua de entusiasmo, de exaltação patriótica, de esperança, de ideal. Hoje em dia a Espanha agoniza no confusionismo tumultuario que todos conhecem.[373]

Além da heterogeneidade política da UN e a fragilidade de poder decisório que acometiam o partido único da ditadura portuguesa, o comportamento frio de Salazar foi ressaltado como aspecto negativo do regime. Deste modo, os regimes português e austríaco eram colocados como semelhantes. Ambos buscaram a instalação de regimes autoritários com baixa mobilização, com partidos únicos como forma de centralizar o poder, não a partir dele, mas sobre ele e apesar dele. No entanto, Dolfuss, chanceler austríaco, em 1934, foi assassinado pelo regime nazista. A partir do I Congresso da União Nacional e, concomitantes às pressões provenientes do regime, a morte do chanceler austríaco foi lembrada pelos seguidores de Preto. Em mensagem a Salazar, ameaçando-o, diante das similaridades existentes entre as duas ditaduras, o Nacional-Sindicalismo do Porto afirmava:

---

[371] Idem.
[372] Idem.
[373] Idem.

> Exm. Snr Presidente do Ministério – Lisbôa
> Em resposta á nota que V.Exª fês publicar nos jornaes hontem, nós os Nacionais-Sindicalistas avisamol-o e ao mesmo tempo lembramos-lhe a recente morte do Chanceler austriaco
> A União Nacional não passa de uma vigarisse imposta por V. Exa, aqueles que o ajudaram na obra que diz de ressurgimento nacional.
> Fique pois por certo que nós não nos desarmamos e esperamos o momento.
> Viva Rolão Preto
> Viva a Ditadura Nacional Sindicalista
> Dos Nacionaes Sindicalistas do Porto.[374]

A deterioração das relações entre os fascistas portugueses e o regime ditatorial foi explicitada pelas demonstrações de força de ambos os lados. À medida que os nacional-sindicalistas organizavam marchas e manifestações, com alguns milhares de pessoas, as mesmas eram duramente reprimidas. João Medina apresentou esta tensão, através das comemorações em 1933 na cidade de Braga, do golpe de 26 de Maio, onde: "Em Ermenesinde, pelas 21.30 horas, os camisas azuis que regressavam de Braga são brutalmente atacados e tem que se defender a tiro, (...)."[375]

As cartas enviadas ao Presidente da República, portadoras de críticas a Salazar e à forma como dirigia o regime foram os últimos lances dessa disputa entre o Nacional-Sindicalismo na clandestinidade e o próprio salazarismo. A resposta de Salazar ao N/S repercutiu na prisão e exílio de Rolão Preto e Alberto Monsaraz, chefe e secretário-geral, respectivamente. Em carta dirigida a Oliveira Salazar, Rolão Preto expõe o ocorrido:

> (...) fui, ao cabo de alguns dias preso em minha própria casa na Beira, trazido para Lisboa, encerrado e incomunicável numa esquadra de policia e interrogado no dia seguinte – para afinal me ser perguntado se fôra eu ou quem fôra que mandara distribuir, por varios modos, exemplares dactilografados da referida mensagem.[376]

A experiência de Rolão Preto no exílio abriu novas possibilidades de diálogos ideológicos, não somente com inclinações autoritárias, embora estas persistissem em suas

---

[374] LIMA, Augusto Pires. "Exm. Snr Presidente do Ministério – Lisbôa". s/d. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: AOS/CO/PC-3F
[375] MEDINA, João. *Salazar e os fascistas: Salazarismo e Nacional-Sindicalismo – a história de um conflito (1932 - 1935).* Lisboa: Livraria Bertrand, 1978. p. 32. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 28704 P.
[376] PRETO, Rolão. "Nacional Sindicalismo". 10 de julho de 1934. PT/TT/PIDE/001/00606.

obras. Nesta nova fase, Preto apresentou críticas à censura de imprensa e à política colonial portuguesa. No entanto, antes mesmo do exílio, os intercâmbios de doutrinas, experiências ou artigos e materiais de divulgação foram estabelecidos com grupos conservadores, católicos, ou politicamente ecléticos fora de Portugal, mas que apresentassem simpatia à causa do IL ou do N/S.

2.4- O Nacional-Sindicalismo em Portugal e no Exterior: salazarismo e período de exílio

A partir da análise dos textos publicados entre os anos de 1918 e 1932, percebe-se que Rolão Preto foi um dos membros do Integralismo Lusitano que mais se animou com a ascensão de Mussolini na Itália. A "Marcha sobre Roma" incentivou suas aspirações ao corporativismo e à sindicalização das fileiras do movimento. O *interregnum* ditado pela Junta Central do Integralismo Lusitano como resultado do Pacto de Paris de 1922, com a preservação dos quadros do IL, significou o fechamento do centro polarizador da doutrina e da teoria integralista, mas manteve em atividade suas fileiras. Tal experiência possibilitou a inserção de integralistas em outros grupos de extrema-direita inspirados no fascismo, em Portugal.

Até o final dos anos 1920 Preto manteve-se fiel ao integralismo por razões ideológicas ou por dúvidas sobre a possibilidade sucesso destas organizações no país[377]. Conforme buscou ser demonstrado, a descrença de Rolão Preto em um movimento fascista em Portugal sob o mesmo formato do ocorrido na Itália, não significou sua oposição às organizações deste gênero.

Com a instauração da Ditadura de 1926, Preto reformulou suas projeções políticas diante da modificação do ambiente interno, propício para as mobilizações de extrema-direita.

[377] PINTO, António Costa. *Os Camisas Azuis:* ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994. p. 52.

Observa-se a tentativa de atualização das estratégias diante das alterações do cenário nacional, e das experiências vividas pelo líder do Nacional-Sindicalismo, nos momentos transcorridos pelo grupo: tentativa de inserção ao salazarismo enquanto braço armado da ditadura; rivalidade com a União Nacional e clandestinidade daqueles que se demonstraram irredutíveis às propostas de incorporação ao salazarismo; exílio das lideranças.

Este último cenário é o interesse para o momento. Preto iniciou *Justiça!*[378] pela análise da questão política da Áustria, da fragilidade da ditadura naquele país em relação à mobilização das massas, e o ponto culminante, com o assassinato do chanceler austríaco Dolfuss. No entanto, tais exames foram lançados pelo autor para comparar implicitamente com o salazarismo e evitar a censura promovida pela Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE).

Neste ponto, o órgão salazarista apresentou a seguinte observação: "Só ligeiramente e no final do livro se refere à situação política saida da revolução de Maio, não citando nunca, propositadamente por certo, o nome de Salazar."[379] Portanto, houve a suspeita levantada pela PVDE, sobre a intencionalidade de Preto em atingir o regime português com a publicação de *Justiça!*. Além deste apontamento no relatório da obra, havia a acusação de presença velada de críticas às reformas voltadas à questão agrária, educacional e às medidas financeiras praticadas pelo Estado Novo português.

Em função da censura vigente no Salazarismo, Preto não poupou o Estado Novo ao reivindicar uma imprensa livre e independente. Neste ponto, não se flertava com a democracia, mas havia a tentativa de normalizar as atividades do Nacional-Sindicalismo, inibidas pelas perseguições à oposição impostas pelo regime salazarista. Sob a liberdade de

---

[378] PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. Embora esta obra tenha sido publicada em 1936, com Rolão Preto de volta a Portugal, indícios apontam para a hipótese de o opúsculo ter sido escrito no exílio. Entre suas citações, a mais tardia é de Emmanuel Mounier, *Revolution personnaliste et communautaire*, de 1935. Além das referências bibliográficas limitadas ao ano de 1935, as análises de Preto debruçam-se com maior frequência sobre o ano de 1934, e nunca excedem o ano seguinte, seja ao apresentar discursos de Mussolini ou expor o assassinato de Dolfuss, chanceler da Áustria.

[379] Disponível em: http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2011/12/pareceresedespachos145_br.jpg. Acesso em 20 nov. 2013.

expressão, a propaganda do movimento de Rolão Preto poderia circular e arregimentar militantes. O teor das críticas apresentadas em *Justiça!*, ao liberalismo político e econômico e seu posicionamentos em relação à Carta Constitucional da República confirmaram que a intenção de Preto não zelava pela defesa da via democrática de governo. Em alternativa ao Salazarismo e ao regime liberal democrático, era proposta uma nova "*Revolução"*.

Fiel ao pensamento luso-integralista, Rolão Preto situou o ápice da desagregação política, social e econômica da civilização cristã nos acontecimentos de 1789. Nesta perspectiva, tal como defendido no IL, a Revolução Francesa, sob a promessa de liberdade, prestigiou aos mais fortes. "Ergueram-se alvoroçadas e entusiásticas, em tôrno da bandeira da redenção, as multidões que à voz dos chefes se ofereceram para todas as batalhas, arrasando *Bastilhas* e regando com seu sangue a *árvore da liberdade..."*[380] No entanto, com a abolição dos privilégios, nas palavras de Preto, "O 'liberalismo' atraiçoou a Liberdade. Eis um facto hoje indiscutível."[381] Com a democracia, haveria o encastelamento de nova elite no poder, agora escolhida por grupos despreparados para tal função.

Segundo esta trajetória apresentada em *Justiça!* abriu-se caminho para a sucessão de colapsos políticos e econômicos trazidos pelo liberalismo e pela abolição da hierarquia anteriormente vigente. Estas convulsões só puderam encontrar fim, segundo o chefe do N/S "(...) na Revolução de 28 de Maio, a que se seguiu a Dictadura atual."[382] Todavia, o processo inaugurado em Maio de 1926 necessitaria de ser reestruturado, sob o risco de repetir-se os erros do passado.

Ao retomar o arcabouço integralista, Rolão Preto anunciou em sua obra que as bases da sociedade estavam fixadas no *homem* e não no *indivíduo*[383]. Esta distinção já havia sido posta em artigos de António Sardinha, onde o mentor integralista expunha que a divergência

---

[380] PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. p. 14. (grifo do original)
[381] Idem, p. 15.
[382] Idem, p. 92.
[383] Idem, p. 88-89.

dos dois pontos estaria em sua essência, onde o individualismo centrava-se na matéria e no corpo, enquanto a personalidade daria prestígio à alma.[384] Deste modo, para o IL e para o N/S o liberalismo possuiu esforço vão ao tentar estruturar sociedades, por mirar o indivíduo enquanto cerne de sua formação, tanto política quanto econômica. Complementar a isto, e igualmente tributária ao IL havia a concepção da família enquanto principal pilar para a "Revolução". Para o IL, a família, antes mesmo das municipalidades, seria o suporte central para a Monarquia Orgânica, regida pelo corporativismo. Nesta perspectiva, Rolão Preto substituiu a Monarquia Orgânica pela sociedade de modo geral, ao afirmar que "(...) é pela família que se cria em primeiro lugar a tonalidade característica, a côr particular, a sensibilidade original do homem em sociedade."[385]

Nestes termos, a família ganharia projeção no interior da "Revolução" desejada pelo líder do Nacional Sindicalismo ao fornecer modelo para as novas formas de organização econômica e moral: "Estes os motivos por que a Revolução coloca noutro plano as soluções que o problema da família comporta: nova economia e com ela nova moral, que substitua o *critério da solidariedade* ao *critério do lucro.*"[386] O projeto de Rolão Preto não seria comportado em períodos cronológicos delimitados, mas estaria situado em um processo permanente.

> A Revolução – insiste-se - é um processo *em marcha*, que não tolera limites nem aceita posições definitivas. *Caminhando sempre* a sua função consiste claramente em projetos, para além das conquistas da justiça alcançadas por um momento histórico ou por uma época, o anseio de novas e mais perfeitas conquistas.[387]

Embora os projetos de Rolão Preto fornecessem alternativa à ditadura salazarista, suas propostas não entravam em divergência quanto aos alvos de ataque ideológico, entre estes estava repelir o liberalismo. Coerente com a herança teórica adquirida pela participação no IL,

---

[384] SARDINHA, António. "Madre Hispania". In. *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924, p. 104.
[385] PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. p. 66.
[386] Idem, p. 70-71 (grifo do original).
[387] Idem, p. 81 (grifo do original).

Rolão Preto acreditava que a realidade do liberalismo caminhava em direção oposta aos seus projetos.

Ao abolir os privilégios nobiliárquicos e os direitos dos grupos, a constituição liberal, segundo Rolão Preto, tornou vulnerável grande parte da população, ao dispor que todos são iguais perante a lei. Deste modo, o chefe do N/S como os integralistas lusitanos acreditavam que haveria a concentração dos direitos nas mãos dos mais fortes. No liberalismo, portanto: "O *bem dalguns* pareceu opôr-se ao bem de *cada um*, ao bem *individual*, os direitos do *comum* pareceram então opôr-se aos *Direitos do Homem.*"[388] Ao igualar as relações legais, acreditava-se que a liberdade estava afrontada. Por distribuir diretos iguais, sem observar as especificidades de cada grupo, a isonomia seria parcial.

> A Revolução era o clamor supremo da Justiça, o Liberalismo o ilusório caminho da Igualdade./ A Revolução é sempre o homem, mostrando-se realidade, em personalidade, em justiça. O Liberalismo era apenas o homem surgido do "individuo", como "unidade", como 'equilibrio'.[389]

Para Rolão Preto, a meta da "Revolução" era recuperar as igualdades orgânicas, anteriores à adoção da constituição liberal. Deste modo, haveria a intenção de reestruturar a sociedade em grupos profissionais, onde as pessoas seriam livres para se associar. Neste aspecto, o líder do Nacional-Sindicalismo acreditava que esta liberdade de associação profissional seria o quesito para integrar o homem à sociedade. No entanto, ao repudiar o liberalismo em *Justiça!*, Preto expunha que adotar alternativas totalitárias seria igualmente equivocado: "Desta maneira, para curar os males do liberalismo, cujo peor pecado foi não ter garantido as liberdades essenciais cria-se um estatismo totalitário que é o esmagamento completo dessas liberdades que urge salvar."[390]

É valido destacar que Preto estava no exílio no período de escrita da obra em análise, e Salazar buscava desmobilizar o Nacional-Sindicalismo. Ao atacar o totalitarismo e as

[388] Idem, p. 55 (grifo do original).
[389] Idem, p. 58.
[390] Idem, p. 24.

ditaduras, Rolão Preto visava o Estado Novo português sem, no entanto, tecer referências explícitas a Oliveira Salazar, sob pena de ser censurado e sofrer maiores represálias políticas. Portanto, as críticas ao totalitarismo, desferidos pelo líder do N/S não devem ser vistos como aproximação das vias democráticas de participação política, mas como mecanismo de firmar sua oposição a Salazar.

Deste modo, assinalava-se a divisão dos Estados em dois grupos: os regimes políticos que aumentavam os deveres do homem em proveitos dos direitos do grupo; e os que aumentavam o direito do grupo em benefício do indivíduo. Assim, "Todas as formas de tirania, desde os tempos primitivos ao feudalismo, desde o feudalismo aos *Estados Totalitários* actuais (comunismo e Fascismo) têm suas origens na primeira destas tendências; (...)."[391] Ao propor sua "Revolução" enquanto terceira via entre o Liberalismo e os Estados Totalitários, Preto elegeu o corporativismo como modelo estruturante de seu projeto.

O corporativismo amorteceria as pressões da sociedade sobre o Estado, e evitaria a intervenção exagerada da esfera pública sobre assuntos inerentes ao âmbito familiar. Entre as tarefas do corporativismo nacional-sindicalista estaria: "Coordenar actividades e federar organismos sociais-económicos são, na verdade atribuições que em nada desrespeitam – antes lhe dão mais coesão e eficácia – as prerrogativas das unidades que constituem a comunidade."[392] Neste projeto, a participação popular seria realizada por *referendum* em determinados casos. Porém, majoritariamente as decisões seriam tomadas em votações por sindicatos e corporações, de maneira escalonada, por sucessivas eleições de representantes ate se alcançar o poder central. Embora houvesse a intenção de concentração dos poderes políticos, a administração se faria de forma descentralizada.

Diante dessa organização calcada nas corporações sindicais, e por situar na família o pilar central para a "Revolução", a propriedade privada estava mantida neste projeto, tal como

[391] Idem, p. 51-52 (grifo do original).
[392] Idem, p. 139.

proposto pela *Encíclica Rerum Novarum* de 1891, demonstrando mais uma das contribuições fornecidas pelo IL ao N/S. Em *Justiça!* havia defesa de "O direito de propriedade é assim, o elemento fecundante da personalidade humana."[393] A Carta papal, lançada no final do século XIX, condenava o liberalismo e o comunismo e defendia a propriedade privada nos seguintes termos: "Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família."[394]

Haja vista a atenção que a família e a propriedade receberam no projeto de Revolução sustentado, a classe média foi eleita como o bastião e índice de equilíbrio a ser alcançado pela sociedade. Deste modo, Preto rogou-se defensor das classes-médias por entender estar nestas a possibilidade de bem-estar, além de ser a disseminadora da justiça na sociedade: "A Revolução, considerando a posição das classes médias como uma etapa, dentro da qual já é possível realizar certo bem-estar e determinadas condições de justiça, entende ser ela *indispensável* na orgânica da sociedade."[395] Segundo Preto, considerada a sua importância nos projetos do líder do N/S, as classes médias foram as mais desprotegidas e prejudicadas pelo Estado, diante da crise: "A ruína das classes medias provém não só da imprevidência do Estado e do desamparo do Estado, como ainda, e duma maneira decisiva, dos êrros financeiros do mesmo Estado."[396]

Porém, a defesa deste extrato sócio-economico intermediário não era compatível com a simpatia à burguesia. O comportamento burguês era abominado por romper com os costumes comunais, preconizados pela sociedade orgânica e corporativista proposta pelo N/S. O individualismo e o materialismo eram impedimentos para a instalação dos projetos apresentados por Preto. "Anti-humana, a burguesia de hoje segue uma regra de vida, na qual

---

[393] Idem, p. 130.
[394] Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 16 dez. 2012.
[395] PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. p. 81 (grifo do original).
[396] Idem, ibidem.

raras vezes entra a consideração de factores espirituais."[397] Este comportamento burguês foi apontado como desdobramento do capitalismo liberal, responsável pelo egoísmo generalizado. Assim, Preto estabeleceu a distinção entre o tipo burguês criticado, e sua classe média idealizada, onde a burguesia "(...) nada tem com o tipo medievo que lhe deu origem – e quem o mercantilismo afirmou os defeitos, em desabôno das virtudes outrora tão grandes, postas em defesa do 'bem público'."[398]

Diante da defesa das classes médias e condenação do individualismo burguês, revestido pelo materialismo, Preto buscava o corporativismo baseado na permeabilidade do passado medieval português e no aperfeiçoamento da experiência fascista. Neste projeto, visava a instauração do regime corporativo, firmado em bases sindicais, com o objetivo de desproletarizar as massas. Neste âmbito, "Tal organismo não poderá, como a Corporação na fase fascista esmagar a vida sindical."[399]

Deve se recuperar sempre o contexto de produção onde o texto foi construído. O objetivo de Rolão Preto era tecer críticas à ditadura salazarista enquanto esteve no exílio. Assim, atacava aos regimes que se assemelhavam ao Estado Novo português, entre os quais, o próprio fascismo. No entanto, esta oposição a Mussolini não se fez permanente ao longo do pensamento de Preto. A descontinuidade de suas opiniões torna evidente a sua intenção de hostilizar o regime de Salazar, visto que em 1924, o então integralista lusitano exaltava aos regimes antiliberais, de extrema-direita e de extrema-esquerda surgidos na Europa:

> O radicalismo de Herriot braços dados com o colectivismo do sr. Blum na França do sr. Poincaré! isto *(sic!)* por um lado. Pelo outro, o prodígio de Mussolini mantendo-se; Primo de Rivera, ditador da Espanha; (...); Lenine, o último Tsar das Rússias, morrendo para que fàcilmente se transforme a nova ordem sovietista no sentido nacionalista, no sentido de restauração da inteligência...[400]

---

[397] Idem, p. 17.
[398] Idem, p. 16.
[399] Idem, p. 143.
[400] PRETO, Rolão. "Breve Recaptulação". In. In. *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924, p. XI

Em *Justiça!* constata-se, também, a crítica à censura vigente sob a imprensa portuguesa. Preto defendia a liberdade de pensamento e de comunicação. Acreditava que o cerceamento dos veículos de informação seria útil à proliferação de irregularidades políticas, como por exemplo, a formação de caciques no poder. Afirma, pois, que "(...) a Revolução se ergue em primeiro lugar contra a plutocracia; e o govêrno que se diz revolucionário só merece êsse nome, se começar por partir a grilhêta com que o oiro procura dominar o pensamento."[401] Assim, acusava Salazar de conduzir uma falsa revolução, por vetar a liberdade de imprensa, através de subornos financeiros ou coerção política e policial, tal como a empregada contra Preto.

É interessante perceber como estas opiniões se modificaram em *O Fascismo*[402], livreto que recupera artigos onde o autor defende o regime de Mussolini, em oposição ao clérigo Santa Cruz, em 1922. Publicado em 1939, tal diacronia explicita as permanências e descontinuidades no discurso de Preto. O texto introdutório do opúsculo, de 1939, explicita estes aspectos em relação aos argumentos de 1922, contidos no livro, assim como as opiniões defendidos em *Justiça!*, publicadas três anos antes, em 1936. Em *O Fascismo*, a ideologia e o regime que deram o nome à coletânea foram vistos com menor repúdio ao apresentado no texto de 1936. A oposição ao totalitarismo e à censura, vista em *Justiça!* abandona a incondicionalidade do combate, e passou-se, a partir da introdução de *Fascismo*, a centrar-se apenas na defesa contra o bolchevismo.

Ao recorrer ao excerto de *Justiça!*, observa-se: "Desta maneira, para curar os males do liberalismo, cujo peor pecado foi não ter garantido as liberdades essenciais cria-se um estatismo totalitário que é o esmagamento completo dessas liberdades que urge salvar."[403] No entanto, em 1939, Preto recuperou o entusiasmo de 1922, aos fascismos presentes na Europa: "Mussolini conseguiu realizar com êle êste esforço – dar uma alma nova à Itália; Hitler

[401] PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. p. 99.
[402] PRETO, Rolão. *O Fascismo: Artigos Ressuscitados de uma Antiga Polémica.* Guimarães: Minerva, 1939.
[403] Idem, p. 24.

reforjou para o III Reich a espada de Siegfried; ambos dilataram seus impérios e quási extinguiram nêles o desemprego, a miséria e a crise."[404]

A seletividade de 1939 tornou-se evidente no momento em que Rolão Preto interpretava ser o choque entre fascismo e bolchevismo, a luta entre o nacionalismo e seu antípoda. Neste embate o líder do N/S adotava a defesa da nação, da família e da moral, em reação às investidas do inimigo sem pátria. Ao examinar a situação da Itália, dissertou: "O lance histórico em que a Itália viu enredados seus destinos depois da grande guerra só tinha, evidentemente, duas soluções – Bolchevismo ou Nacionalismo."[405]

O nacionalismo, elevado ao extremo autoritário, parte do principio de exclusão, ou seja, da dicotomia nós/eles. A nação surge da concepção de delimitação e definição de um grupo, através de códigos linguísticos, culturais, tradicionais que os identifique enquanto membros daquela unidade[406]. As exposições do nacionalismo exacerbado de Preto são coerentes à sua interpretação acerca da situação das classes médias frente às medidas lançadas pelo Estado no intuito de conter os efeitos da crise econômica e da proletarização da sociedade. Por delegar às classes médias papel central na "Revolução" projetada pelo N/S, Preto dialogava diretamente em seus textos com estas camadas da sociedade. Como um porta-voz, expressava as angústias presentes no seio das classes médias.

Ao observar a associação do patriotismo com a distinção racial, Benedict Anderson defende que o racismo surge como ideologia calcada nas classes, em detrimento do nacionalismo: "sobretudo nas pretensões de divindade entre os dirigentes e nas pretensões de 'linhagem e de sangue 'azul' ou 'branco' entre as aristocracias."[407] No caso do N/S a questão de classe fornece suporte também ao nacionalismo, por ser ela a camada eleita para fornecer respaldo ao destino de Portugal na escalada do movimento de Preto ao poder. Deste modo, as

---

[404] Idem, P. VI-VII.
[405] Idem, p. V.
[406] Cf. ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 33-34.
[407] Idem, p. 209.

classes médias são elemento importante nos objetivos de Rolão Preto, assim justificava-se a defesa do *status quo* daquele setor, existente nos textos do nacional-sindicalista.

No intuito de associar o nacionalismo ao seu movimento, e reforçar os aspectos herdados do integralismo lusitano, é constante em *Fascismo* os termos "integralista" e "nacionalista" como sinônimos, tanto em uso para Portugal quanto para analisar o caso italiano. Este fato pode ser constatado em sua introdução, de 1939, ao relembrar o contexto vivido pelo IL na década de 1920: "Porque já então, e quando ser-se e confessar-se nacionalista significava ocupar uma posição bem incómoda e arriscada tinha êle [Rolão Preto] a honra de fazer parte da Junta Central do Integralismo Lusitano, sem dúvida a quinta essência do Nacionalismo Português."[408]. Conforme se observará adiante, este aspecto se repetiu no conteúdo da coletânea de artigos de 1922.

No entanto, tal nacionalismo não implicaria em mobilização generalizada das massas, através da politização articulada pelo partido, aos moldes do fascismo. Embora Preto fizesse menção a uma "ideia ativa" tal como vigente nos regimes de Mussolini e Hitler, em sua compreensão, o movimento fascista não abdicou do papel proeminente da elite, característica semelhante encontrada no IL. Portanto, através de leitura particular, o fascismo teria como objetivo:

> Dinamizar, exaltar, erguer em torno duma idea suprema, de projecção magnífica, o feixe de vontades que se agitam no seio dum Povo e constituem a sua *élite* activa, a sua intrínseca razão de ser; seduzir, empolgar, conduzir enfim tôda a Nação, criando uma lata finalidade às suas esperanças, uma compensação gloriosa aos seus sacrifícios, uma satisfação resgatadora à sua marcha – eis o método fascista, (...).[409]

Diante dos aspectos de "dinamizar, exaltar, erguer" do fascismo, dos quais forneceram inspiração ao N/S, a crítica ao conservadorismo e à distância das "massas" mantida por Salazar, encontradas em *Justiça!* se mantiveram na introdução de *O Fascismo*. Para manter

---

[408] PRETO, Rolão. *O Fascismo: Artigos Ressuscitados de uma Antiga Polémica.* Guimarães: Minerva, 1939. p. VI

[409] Idem, p. VII.

seus ataques, fez uso do mecanismo visto na publicação de 1936, ao tecer críticas a características do regime austríaco, mas sob a intenção de atingir ao salazarismo, diante da similaridade de ambos.

> O Fascismo, à maneira do antigo chanceler austríaco, é como que o aplicar tão sòmente, do sistema a sua parte negativa – a parte coercitiva, esmagadora e paralizante. É um Estado que pretende ser forte e vive em permanente desconfiança, evidente signo de fraqueza; (...); um Estado que não polariza, mas dispersa, que não exalta, mas esmaga.[410]

Nos artigos de 1922, houve o tratamento de nacionalismo italiano como homônimo de integralismo. Após ser incorporada ao regime em 1923, a Associação Nacionalista Italiana (ANI) forneceu maior sofisticação teórica à ideologia fascista italiana. Nascida em dezembro de 1910, a ANI surgia com proposta já consolidada, ao contrário do fascismo. Preto destacou em *O Fascismo* a defesa da ANI ao rei, deste modo os vínculos entre o movimento lusitano e as bases teóricas para o fascismo aproximavam-se:

> Da monarquia italiana, só êles querem, no seu plano de restauração nacional, *o Rei*. Êsses sim! ainda *(sic!)* na movimentada e quase trágica sessão parlamentar da semana finda, quando o deputado integralista Rocco aclamava e desafrontava o Rei contra os comunistas, relembrando o insulto bolchevista dentro do próprio Montecitorio em 1919, foram os "fascistas" que mais se salientaram, gritando alto: *Viva il Re*.[411]

Apesar de haver o entusiasmo de Preto aos camisas-negras italiano, o líder do N/S pontuou nestes artigos a existência de fronteiras entre o fascismo e o IL, embora não apresentasse a definição responsável por tais diferenciações. Nestes textos, em resposta ao reverendo Santa Cruz, Preto declarava ser nacionalista tal como os italianos e: "Para um nacionalista, e foi sob esse critério que defendi o Fascismo, o método é bom. E não supunha Sr. Rev., que é paixão. *Eu não sou fascista, sou integralista."*[412] Em virtude desta adesão ao nacionalismo o líder do N/S, entendeu ser antinômica as esferas da democracia e do nacionalismo, por crer na divisão interna qual o regime democrático seria responsável, através

---

[410] Idem, p. IX.
[411] PRETO, Rolão. De A Época, 24-08-1922. Apud. Idem, p. 2.
[412] _____. De A Época, 07-10-1922. Apud. Idem, p. 15 (grifo meu).

das disputas partidárias. Como alternativa, propunha o corporativismo, e a organização sindical como modelo de construção do nacionalismo sólido.

Por ser dada como inimiga do nacionalismo, a democracia foi associada ao socialismo, por serem ambos internacionais e fragmentadores da unidade interna do país, segundo o futuro chefe do N/S. "O Socialismo é a Democracia em marcha, é uma etapa dela. Um ponto de chegada. É a guerra entre os portugueses, a luta de classes, a morte da produção nacional"[413]. A democracia e o socialismo, nestes termos, aboliriam a noção de hierarquia e a propriedade respectivamente. Através da eleição dos líderes pelo povo, haveria a subversão da ordem disposta, onde os comandados elegeriam seus mandantes. A remoção da propriedade privada, por sua vez, seria responsável pela desarticulação social e econômica, pois diluiria os estratos sociais e econômicos, além de incitar greves operárias no setor industrial. Aos olhos de Rolão Preto, a democracia e o socialismo promoveriam o colapso de Portugal.

Em oposição a estes elementos de desestruturação, "aspiramos a que a Produção nacional seja o *conjunto orgânico*, celular dos seus elementos essenciais e activos: *Capital, dirigentes, operários.*"[414] Tal como nos fascismos, a luta de classes seria evitada no intuito de coibir as frações e divisões nacionais, no entanto as classes seriam mantidas para a organização sindical. Em lugar da luta de classes, Preto afirmou: "desejamos a paz social."[415] Para tanto, institucionalmente, mas não no mundo do trabalho, seriam diluídas as fronteiras entre dominantes e dominados, substituídas pela categoria homogênea de "produtores".

Apesar da simpatia vista por Rolão Preto aos movimentos fascistas, no interior de Portugal, o futuro líder do N/S entendia ser precoce a tentativa de criar algo similar. Acreditava que "Um movimento português género 'fáscio' que se limitasse apenas a desfazer as greves e a inutilizar as manobras bolchevistas do nosso país estava naturalmente votado a

---

[413] _____. De A Época, 13-11-1922. Apud. Idem, p.21.
[414] Idem, ibidem (grifo do original).
[415] Idem, ibidem.

uma liquidação, a breve prazo."[416] Preto afirmava ser antes necessária a criação de bandeira de combate e um corpo doutrinário estabelecidos para a manutenção de algo do tipo em Portugal.

Porém, tal iniciativa de buscar criar um movimento fascista português, revestido por conjunto teórico próprio e mobilização autônoma não era partilhada por todos os membros do IL. Embora fosse simpatizante do fascismo em seu início, Affonso Lucas via com apreensão os novos rumos traçados pelo regime de Mussolini, entre 1922 e 1923.

> Se o fascismo se houvesse mantido na sua originária função, limitando-se a servir de barreira aos desvarios anti-sociaes dos communistas sem pretender empolgar o próprio Estado, elle teria realizado sua obra eminentemente patriótica e daria á sociedade uma lição altamente fecunda e moralizadora.[417]

Constata-se que a simpatia ao fascismo no IL não era unânime, tampouco aos rumos tomados pelos *fasci* e pelo regime de Mussolini. Estas dissonâncias internas entre os membros do IL repercutiram diretamente na adesão ao N/S ao fim dos anos 1920. Embora as bases do movimento chefiado por Preto se sustentassem, grande parte, nas Juntas Escolares integralistas, o nacional-sindicalismo sofreu com as lutas internas pelo poder e pela forma de conduzi-lo.

Em *Politica* e alguns veículos de divulgação do IL, após os anos 1930 evidenciaram o sincretismo existente entre o movimento tradicionalista e aristocrático, que era o IL e do qual o Nacional-Sindicalismo se fez herdeiro, e as pretensões ou, pelo menos simpatia às formações de extrema-direita com bases populares. Os contatos mantidos com grupos internacionais são representativos dessas tensões entre o tradicionalismo aristocrático e a mobilização de massas.

O diálogo entre integralistas lusitanos e conservadores brasileiros foi presente, embora irregular, entre os anos 1920 e 1930. Com exceção ao flerte mantido entre a *América*

---

[416] PRETO, Rolão. De A Época, 24-08-1922. Apud. PRETO, Rolão. *O Fascismo: Artigos Ressuscitados de uma Antiga Polémica.* Guimarães: Minerva, 1939. p. 3.
[417] LUCAS, Affonso. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 175

Brasileira e a *Nação Portuguesa* (assunto que será visto a seguir, no capítulo 3), o contato se fez vigoroso a partir de *Política*, com a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB), movimento monarquista criado em 1928, que forneceu suportes doutrinários à Ação Integralista Brasileira (AIB).

A primeira menção à AIPB ocorre em *Política*[418], com a divulgação de exposição presente em *Patria-Nova*, órgão da AIPB, com questionamentos e respostas breves, com a apresentação da teoria antirrepublicana, anticonstitucional e monarquista do movimento brasileiro. Há, no número posterior de *Política* a transcrição do periódico monarquista brasileiro que, com o aniversário de cinco anos da morte de António Sardinha, lamentou o conhecimento tardio de suas obras. Diante de serem ambos integralismos cristãos e apegados à tradição, o patrianovismo colocava-se enquanto integralismo brasileiro, e entendia o Integralismo Lusitano como patrianovismo português.

> Sem que cogitássemos da coisa, o integralismo é o patrianovismo, e patrianovismo e integralismo: só que o integralismo é o patrianovismo português, e patrianovismo é o integralismo brasileiro. Aliás o fundo da doutrina é comum: ambos são christão integraes, e o fundo do patrianovismo é luso-brasileiro, forçosamente, porque luso-brasileira, é nossa história "real" até 1822 e o presente é que não nos pode negar o passado que também *é nós*, sem embargo de toda a fantasia das sabenças modernas.[419]

A projeção da AIPB entre os integralistas lusitanos se manteve ainda nos anos 1930, com a revista *Integralismo Lusitano*, dirigida por Almeida Braga e Hipólito Raposo. A publicação surge em 1932, com periodicidade mensal, e estendeu-se até o ano de 1933. Voltada para a divulgação da doutrina integralista, a revista também se animou com o desenvolvimento dos fascismos, mais na Alemanha que na Itália:

---

[418] Patria Nova – Orgão do Centro Monarquista de Cultura Social e Política. Rua Catarina Cortez, 55 – Cidade de S. Paulo, Brasil. In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 1 de Dezembro de 1930. p. 4. Ano I, nº 16. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

[419] Patria Nova – Orgão do Centro Monarquista de Cultura Social e Política. Rua Catarina Cortez, 55 – Cidade de S. Paulo, Brasil. In. POLITICA: Revista Quinzenal, orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: Antonio Amaral Pyrrait. Lisboa, 31 de Dezembro de 1930. p. 7. Ano I, nº 17. (grifo do original). Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

> A Itália e a Alemanha são duas provas e dois exemplos que nos persuadem a entrar, com outras fórmulas, valores novos e de novos [?], para que os gerontocratas político-militares, herdeiras do espírito do século passado, cedam o lugar e o destino a quem êles pertencem nos países que não se demitiram da sua esperança, da sua vida e de ressurgimento[420].

Sob o esforço de elaborar estratégia de autonomia diante das potências continentais, ou seja, a Inglaterra e a Alemanha, houve a retomada dos anseios de Aliança Peninsular, defendidos por Sardinha. Deste modo, a revista de Braga e de Raposo estabeleceu conversação com frentes ideologicamente parelhas no Brasil. Além de mandarem os "mais afectuosos votos e o melhor apreço" "Aos rapazes patrianovistas, os integralistas da grande e querida Nação-Irmã"[421] houve a contribuição de Severino Sombra, líder do movimento de extrema-direita Legião Cearense do Trabalho, e participante do Centro D. Vital do Rio de Janeiro, que posteriormente contribuiu para a formação da AIB:

> Em face da civilização *yankee* – individualista, anglo-saxónica, tecnicista e protestante – não é o Brasil o centro natural da resistência, na América da civilização *hispânica* – grupalista, latina, católica e inadaptável ao espírito burguês que triunfou, com a vitória da primeira, no mundo contemporâneo? Não nos encaminhamos, porventura, para uma época em que movimentações políticas e sociais vão exigir cenário que hão de erguer-se sôbre continentes?/ Já se apresenta a África Portuguesa para desempenhar seu papel do *Quadrilátero* ibero-centro-sul-americano.[422]

Após rescindir relações com Plínio Salgado, Severino Sombra migrou para Portugal e estabeleceu laços com Rolão Preto, com algumas participações em comícios do Nacional-Sindicalismo entre 1932 e 1934[423]. Deste modo, Sombra ofereceu intercambio nas duas vias dos integralismos, ao possuir inserção na AIB e, posteriormente, participar de momentos da

---

[420] REDACÇÃO. "Heil Hitler". in. INTEGRALISMO LUSITANO: Estudos Portugueses. Diretores e proprietários: Luis de Almeida Braga e Hipólito Raposo. Lisboa, Setembro de 1933, vol. 2, fascículo VI. p. 382. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[421] REDACÇÃO. "Patrianovismo."in. INTEGRALISMO LUSITANO: Estudos Portugueses. Diretores e proprietários: Luis de Almeida Braga e Hipólito Raposo. Lisboa, Julho de 1932, vol. 1, fascículo IV. p. 215. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[422] SOMBRA, Severino. "À Margem do diário de Gama de Castro". In. INTEGRALISMO LUSITANO: Estudos Portugueses. Diretores e proprietários: Luis de Almeida Braga e Hipólito Raposo. Lisboa, Setembro de 1933, vol. 2, fascículo VI. p. 351 (grifo do original). Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

[423] SILVA, Giselda Brito. "Intelectuais Católicos na promoção das ideologias integralistas no Brasil e em Portugal". In. Memória e História: V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História. Recife, UFPE, 10 a 15 de outubro de 2004. p. 4.

vida do movimento de Rolão Preto. Sombra não foi a única alternativa para o diálogo entre os intelectuais conservadores de Portugal e Brasil, isto fica posto ao observarmos a revista *América Brasileira*, o Centro Dom Vital e Jackson de Figueiredo, e a Ação Imperial Patrianovista. Através destes elementos, a Ação Integralista Brasileira pode estabelecer contato com o Integralismo Lusitano. Antes de sua formação em 1932, futuros integrantes como Gustavo Barroso e o já citado Severino Sombra, estabeleceram algum tipo de contato com os grupos de Sardinha e de Rolão Preto.

PARTE II:
ENTRE INTEGRALISMO LUSITANO E AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA – O QUE UNE E O QUE DISTINGUE

CAPÍTULO 3

Laços entre Brasil e Portugal: Revistas e movimentos políticos

Este capítulo abre a transição de objetos de pesquisa. O IL e o N/S aos poucos deixam o plano central. As análises passam a contemplar os grupos que contribuíram para a formação das bases teóricas da Ação Integralista Brasileira (AIB). Portanto, fixa-se o foco em elementos brasileiros, referidos por Sardinha e outros integralistas lusitanos em seus textos. Serão trabalhados os espaços de sociabilidade dos quais Jackson de Figueiredo (responsável pelo Centro Dom Vital e pela revista *A Ordem*), Elísio de Carvalho (diretor da revista *América Brasileira*, entre outras obras bibliográficas) e Arlindo Veiga dos Santos (fundador da Ação Imperial Patrianovista Brasileira - AIPB) fizeram parte.

Justifica a relevância destes objetos de investigação, o fato de Jackson de Figueiredo ter sido lembrado por Sardinha em artigos da *Nação Portuguesa* e em algumas de suas obras. É exemplo representativo a referência feita pelo integralista lusitano ao autor brasileiro, inscrita no artigo "A Lição do Brasil: À Jackson de Figueiredo"[424] e a crítica à postura lusofóbica de Figueiredo, nas páginas finais de *Alianza Peninsular*[425].

Elísio de Carvalho e sua revista, por sua vez, foram alvos de comentários elogiosos lançados pela *Nação Portuguesa*[426], além de ser possível encontrar citações ao diretor de *America Brasileira* nas obras de Sardinha[427]. A *América Brasileira* foi um eixo importante de interlocução entre os integralistas lusitanos e intelectuais brasileiros. A análise da revista de

---

[424] SARDINHA, António. "A Lição do Brasil: À Jackson de Figueiredo" (p. 545-556). In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[425] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 370.

[426] Como exemplo, cf.: REDACÇÃO. "Portugal e Brasil" (416-423). In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[427] Cf.: SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* p. 370.

Elísio de Carvalho torna-se imprescindível, por se estar ciente de que alguns dos homens da *América Brasileira* se inseriram, ou mantiveram contato com a AIB.

Estas frentes de exame são fundamentais à tese sustentada, de que os suportes teóricos do integralismo brasileiro foram conhecidos antes mesmo da primeira viagem de Plinio Salgado à Europa, em 1930. Por considerar o contato de Salgado com as obras de Figueiredo e a participação de Barroso na *América Brasileira*, por exemplo, tal hipótese ganha sustentação. Por outro lado, não se pode ignorar a participação da Ação Imperial Patrianovista (AIPB) no enriquecimento do arcabouço doutrinário da AIB.

O significado da AIPB como intercâmbio entre o IL e AIB é, talvez, o mais explícito. Este movimento, conduzido por Veiga dos Santos, foi similar ao IL em alguns pontos teóricos e doutrinários, diante de sua estrutura monarquista e corporativista, conforme será visto. No entanto, buscou suporte na AIB no intuito de atrair parte de seus elementos para o interior do patrianovismo. Durante o curto período em que estiveram juntos, a AIPB forneceu subsídios para as fileiras da AIB, o que pode ter contribuído para a teoria do integralismo brasileiro, inspirados no IL, ainda que o movimento de Plínio Salgado se proclamasse republicano.

A partir destes nomes apontados por Sardinha, assim como a influência luso-integralista da AIPB, busca-se situar as fontes de influências de Plínio Salgado para as bases *integralistas* de seu movimento. Assim, Jackson de Figueiredo, Elísio de Carvalho e a Ação Imperial Patrianovista são entendidos como elos entre os dois integralismos: o de Sardinha e o de Plinio Salgado. Esta parte da pesquisa deter-se-á, igualmente, na trajetória de Tristão de Athayde (pseudônimo de Alceu de Amoroso Lima, discípulo de Figueiredo) e em artigos de alguns dos colaboradores da revista *América Brasileira* (dentre os quais estava Amoroso Lima). Através destes contatos com os intelectuais listados acima, busca-se alcançar as trajetórias e influências adquiridas pelos elementos que compuseram a Ação Integralista Brasileira, até atingirem a consolidação do arcabouço teórico do movimento.

A partir deste esforço analítico, tem-se por objetivo elucidar a natureza heteróclita da formação da AIB enquanto teoria *integralista*. Portanto, defende-se que o contato de Plínio Salgado com o IL não foi trazido por alguém, ou através da obra de determinado autor, mas foi adquirido por múltiplas vias. Neste ponto, há a divergência com as pesquisas historiográficas consolidadas, e com os estudos mais recentes sobre o assunto.

Ressalto aqui, portanto, um dos aspectos de contribuição e inovação desta tese em relação à produção científica sobre o integralismo, ênfase à AIB. Grande parte da historiografia corrente sobre o objeto delega a Plinio Salgado o papel de protagonista ao "trazer" as sementes do autoritarismo aos moldes fascistas para o Brasil. No entanto, ignora-se ou trata-se com indiferença os demais elementos que compuseram o arcabouço intelectual do integralismo, em termos igualmente autoritários, tais como Barroso e Reale.

Para perceber as distinções destas matrizes de extrema direita é fundamental recorrer às trajetórias dos principais mentores da AIB, anteriores à formação do movimento, algo que não é feito com grande vigor em pesquisas sobre o assunto [428]. Embora a AIB não seja o foco central desta parte da pesquisa, aqui serão apresentadas as pontes de contato entre o IL e a AIB.

Assim, o intercâmbio entre Jackson de Figueiredo, Elísio de Carvalho e a AIPB com os textos do IL, presente na *Nação Portuguesa*, comporá o objeto de análises. Diante das oportunidades de contato oferecidas a Plínio Salgado, em relação ao IL, tais elementos de

[428] Os autores e pesquisas que a hipótese defendida confronta, entre outros trabalhos que poderiam ser citados são: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel/Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974; CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade do capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista e regressiva: críticas aos herdeiros do sigma.* Marília: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2012, GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

conservadorismo são "(...) compartilhados, sem que por isso seus usos sejam idênticos."[429], configurando a *apropriação* destas ideias. O conceito, elaborado por Roger Chartier, oferece ganhos à abordagem proposta neste capítulo, por:

> (...) reconhecer, contra a antiga história intelectual, que as inteligências não são desencarnadas, e, contra as correntes de pensamento que postulam o universal, que as categorias aparentemente mais variáveis devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias históricas.[430]

O conceito é útil ao apresentar a trajetória das teorias e seus usos, ao serem incorporadas pelos autores que forneceram as bases para a teoria *integralista* da AIB. As condições para o contato entre os dois integralismos (o lusitano e o chefiado por Plínio Salgado) foram desenvolvidas através de revistas tais como *A Ordem* e a *América Brasileira*. Ciente que o uso do conservadorismo europeu para o contexto brasileiro sofreu adaptações, a definição de *apropriação* é pertinente. O conceito é empregado com o objetivo de perceber as modificações ocorridas pelas teorias do IL e do conservadorismo europeu, e a permeabilidade destas ao reacionarismo de alguns intelectuais no Brasil.

Além deste conceito, há o uso de outra categoria teórica: destacando as possibilidades encontradas por Salgado ao tomar conhecimento do IL, utilizamos o conceito de *culturas políticas*[431]. Este conceito é lançado no intuito de compreender como um conjunto de ideias, por vezes heteróclitas e antagônicas que coexiste, e se organiza, conforme ocorreu com a revista *América Brasileira.* Por outro lado, o conceito de *culturas políticas* é útil ao observar as componentes incorporadas pelos fundadores da AIB para se formar o arcabouço ideológico

---

[429] CHARTIER, Roger. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime.* Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004. p. 12.

[430] _____. *A História Culutral: entre práticas e representações.* Tradução de Manuela Galhardo. 2 ed.. Lisboa: DIFEL, 2002. p. 27.

[431] Não cabe à pesquisa adentrar na polêmica sobre o uso do conceito *cultura política*, no singular ou no plural. Por questões metodológicas utiliza-se este no plural. Porém, sobre o assunto, cf.: BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRNELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p. 349-363; GOMES, Ângela de. "História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: MAUAD, 2005. 21-44; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009. p. 13-37.

do movimento, enquanto grupo *integralista*. Logo, é necessário frisar que não se propõe rastrear *todas* as teorias requisitadas pela AIB no intuito de compor sua doutrina. O objetivo é tão somente detectar aquelas correntes que dialogavam com o IL e estiveram presentes no interior do movimento de Plínio Salgado.

O conceito de *culturas políticas*, como o define Bernstein, promove a um grupo "(...) um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama." Por outro lado, o autor alerta que esta coesão, frequentemente, é derivada de uma vulgata acessível ao maior número de integrantes[432]. Desta forma, aponta-se para a possibilidade de ocorrer interpretações distintas, através desta vulgata. Através da interpretação de Patto Sá Motta, por *culturas políticas* entende-se: "(...) valores, tradições, práticas e representações políticas partilhados por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletividade e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionado ao futuro."[433] Deste modo, para a consolidação das *culturas políticas*, é possível perceber correntes de pensamento e visões de mundo divergentes ao compô-las. Em função desta heterogeneidade de concepções políticas, identitárias e culturais há, portanto, disputas pela hegemonia dos símbolos e significados internos.

No entanto, para consolidação do grupo, é necessário que estas distinções e conflitos minimizem-se em prol da coerência daquele conjunto. A coesão – em relação à teoria, doutrina e projetos políticos - é necessária, sob a pena de se provocar rupturas ou deserções, causadas por perda da identidade entre o integrante e o grupo, suscitadas pelas divergências que abalam o equilíbrio do conjunto. Ao estabelecer os limites do conceito, Serge Bernstein afirma que: "Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão

[432] BERNSTEIN, Serge. *Op.cit.* p. 350-351.
[433] MOTTA, Rodrigo Patto. *Op. cit.* p. 21.

dividida de mundo, em que entram em simbiose uma base filosófica doutrinal, (...).”[434] Posto deste modo, o uso do conceito[435] proporciona à análise a possibilidade de rastrear a trajetória de Plínio Salgado e demais lideranças da AIB[436].

A partir deste “rastro teórico”, deixado pelas lideranças da AIB ao incorporarem o conservadorismo lusitano, presente de maneira fragmentada nas obras de Jackson ou na revista de Elísio de Carvalho, pretende-se seguir as leituras que levaram as lideranças da AIB à consolidação teórica do integralismo aos moldes brasileiros.

3.1- A Ponte Criada por Jackson de Figueiredo: Centro D. Vital, *A Ordem*, Tristão de Athayde

Entre a última década do século XIX e a primeira do XX, Brasil e Portugal -países que mantinham quantidade relevante de fiéis católicos - aderiram ao regime republicano liberal. Através da República, rompeu-se o pacto existente entre o Trono e a Cruz, que vigorou durante a monarquia, onde se permitia que órgãos eclesiásticos exercessem determinadas atividades públicas. Pelas novas Cartas Constitucionais dos respectivos países, o acesso da Igreja às esferas sociais foi limitado ao espaço litúrgico das missas e às entidades assistencialistas a ela ligadas. Quanto à educação, havia a possibilidade de ser-lhe concedida a licença para manter instituições de ensino, no entanto, subordinadas ao Estado. Casamentos e funerais deixaram de ser monopólio da Igreja, pois passaram a ser oferecidos pelo Estado.

Outro aspecto que reverberou negativamente nos poderes da instituição católica no momento em que Portugal e Brasil proclamaram-se republicanos, foi a laicidade do Poder, e a declaração de liberdade de crença e de religião. Deste modo, a hegemonia da religião católica nesses países, embora mantida, foi arranhada. Este retrocesso em campos de atuação da Igreja

---

[434] BERNSTEIN, Serge. *Op.cit.* p. 350.

[435] Segundo ainda Angela de Castro Gomes, “(...) o conceito de cultura política permite explicação/interpretação sobre o comportamento político de atores individuais e coletivos, privilegiando suas percepções, suas lógicas cognitivas, suas vivências, suas sensibilidades.” GOMES, Ângela de Castro. *Op.cit.* p. 30.

[436] A descrição da trajetória de Plinio Salgado e demais integrantes do integralismo brasileiro será realizada nos capítulos 5 e 6 desta tese.

não foi assistido com passividade nos dois países. As ações que visaram recuperar o lugar perdido, em oposição à República, ficaram conhecidas como *Reação Católica*. Este movimento de reação ocorreu em Portugal, concomitante à proclamação da República, em 1910. No Brasil, esta resposta foi mais tardia, e tomou vigor com o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem*, no início da década de 1920. Não é demais lembrar que o Partido Comunista do Brasil e a Semana de Arte Moderna surgiram também em 1922, mesmo período da formação da revista *A Ordem* e da consolidação do Centro Dom Vital. Tais grupos e organizações acusam a ampliação da politização das elites intelectuais, tanto das correntes ideológicas de esquerda quando de direita.

No entanto, as realizações de Jackson de Figueiredo - a publicação da revista *A Ordem* assim como consolidação do Centro Dom Vital -, acima citadas, foram o ponto alto de um processo iniciado alguns anos antes. Por iniciativa de figuras eclesiásticas, tais como o padre Júlio Maria e o arcebispo de Olinda, Dom Sebastião Leme, a reação católica estivera centrada em discursos, conferências e artigos apresentados, pelo primeiro, no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais; no Nordeste, e novamente no Rio de Janeiro, através da nomeação de Dom Sebastião Leme para o arcebispado na capital federal[437]. Tais esforços associavam-se à necessidade de retirar a intelectualidade católica da passividade quanto aos assuntos da Igreja, desde a proclamação da República no Brasil. Em 1916, Dom Sebastião Leme publicou sua carta pastoral para mobilizar forças, e retomar aos modelos de ordem e autoridade então estabelecidos antes da proclamação da República. Neste sentido, a Igreja insurgia-se contra a Constituição de 1891, em função da separação entre Estado e Igreja.

Conforme dito, além da separação entre poder secular e temporal, a Constituição brasileira destituía a Igreja católica do monopólio religioso, visto que o país deixou de ter religião oficial, além de concorrer sobre a emissão de registros civis, como o casamento. O

[437] BATISTA, Alexandre Blankl. "*Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias de Brito por Plínio Salgado.* Porto Alegre: dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. p. 35.

Estado passaria também a regulamentar a criação de cemitérios públicos, competência antes restrita à instituição católica. No intuito de recuperar seus privilégios, a *Reação Católica* lançou-se aos terrenos da política e da educação, com o objetivo de atingir a intelectualidade laica católica.

Primeiramente, consideremos os anseios políticos representados pelos alunos da Faculdade de Direito de Recife, um dos principais eixos intelectuais que apoiaram a reação católica, após a proclamação da República. Para o *Diário Carioca* "a 'Casa de Tobias' [era] um estabelecimento de ensino onde alunos e professores reforçam e revivem suas velhas e gloriosas tradições."[438] Que tradições eram estas referidas pelo periódico do Rio de Janeiro? A direita política inserida na Faculdade de Direito de Recife, segundo Carlos André Moura, apresentava simpatia "às experiências político-sociais da Idade Média e no período colonial brasileiro, onde a Igreja manteve forte seu domínio."[439]. Portanto, ela foi contrária aos valores apresentados na República.

Até a década de 1920, a Igreja manifestou-se opositora da República, propondo combate nos campos da teoria. Assim, os apoiadores da *Reação Católica* (entre os quais o episcopado, os estudantes e professores da Faculdade de Direito de Recife) não se despiram das raízes tradicionalistas católicas, ancoradas no período colonial brasileiro, e vigentes durante o império. A ação colocada em prática pela Igreja, no intuito de recuperar os campos perdidos com a proclamação da República, influenciou o laicato, e fomentou a intelectualidade católica à mobilização.

Foi criada, através das interpretações dos preceitos cristãos, argumentação contrária ao materialismo, encarnado na democracia liberal e, posteriormente, nas ideologias de esquerdas,

---

[438] MOURA, Carlos André. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a Política no Recife (1930-1937).* Recife: dissertação de mestrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010. p. 56. O autor apresenta que "Casa de Tobias" era a designação, por vezes realizada entre os finais do século XIX e início do XX, para referir-se à Faculdade de Direito de Recife, homenageando Tobias Barreto, em função de sua militância pela instituição. Idem, p. 15.
[439] Idem, p. 56.

genericamente denominadas de "comunismo"[440]. Para fornecer alternativas aos projetos combatidos, ou seja, ao liberalismo e às ideologias de esquerda, estes intelectuais do laicato católico debruçaram-se sobre os problemas nacionais. Deste modo, visavam construir fórmula nacionalista, de direita, e cristã como suporte político ao país.

Para situar estes atores históricos é importante considerar que os primeiros anos do século XX no Brasil[441] foram marcados pela instabilidade do sistema político liberal, e pela desestruturação do sistema oligárquico. Em resposta a estas crises, os pensadores do laicato constituíram uma teoria do Estado firmada na ordem e na autoridade. Estes projetos respaldaram-se na hierarquia calcada em sociedade orgânica, agrupada em conjuntos profissionais. Deste modo, prestigiava-se em seus projetos políticos o corporativismo municipalista, nos moldes vistos nas vilas do período colonial. O Brasil colonial foi o foco de inspiração daqueles intelectuais, por ter sido o período em que a Igreja logrou maior poder e influência política e social em território nacional.

No entanto, o sucesso da reação católica não adquiriria vitalidade apenas pela adesão dos intelectuais à causa da Igreja no esforço de retomar ao seu posto anterior. Era necessário ao laicato formar corpo de fiéis. A intenção era propagar as ideias constituídas no interior da *Reação Católica* às demais camadas da sociedade brasileira, transcendendo a elite intelectual católica. Vale ressaltar ainda a contribuição teórica de autores do conservadorismo europeu, através da inserção de obras de franceses e portugueses, para fundamentar os pensamentos dos intelectuais da Faculdade de Direito de Recife, e demais movimentos de inclinação autoritária no Brasil.

---

[440] Rodrigo Patto Sá Motta afirma que "O temor de que o comunismo conquistasse adeptos entre os fiéis já se revelara em momentos anteriores, mas foi a partir da década de 1930 que a insegurança se fez presente com mais força, tornando-se elemento constante." (MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": o anticomunismo no Brasil – 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 23) Este fato que conspirou para reforço às fileiras da Ação Integralista Brasileira, defensora de pilares semelhantes aos presentes na *Restauração Católica*, resumidos pelo lema integralista "Deus, Pátria e Família".

[441] Tais transformações estiveram presentes, igualmente, em Portugal, conforme demonstrado no capítulo 1 desta tese.

Moura destaca as leituras de Charles Maurras e António Sardinha pelos pensadores de Recife, entre os anos de 1930 e 1937, no intuito de erigirem os projetos de sustentação à reação católica.[442] As leituras de artigos da *l'Action Française* e do IL forneceram, portanto, os fundamentos para a reação católica no Brasil, para recuperar as posições perdidas pela Igreja. Entre as posturas dos movimentos francês e português, apropriadas pelos intelectuais católicos do Brasil, estiveram explícitas:

1) o tradicionalismo, ao situar no passado aspectos morais e sociais elevados. Na França e em Portugal o período medieval foi lembrado por seguidores de Maurras e por integralistas lusitanos, enquanto no Brasil a intelectualidade elegia o contexto colonial como áureo para a formação social e política;
2) o municipalismo, permeado pelo corporativismo como fórmula de organização político-social, em oposição ao liberalismo;
3) o nacionalismo, norteado por princípios cristãos.

Embora fosse sergipano e formado em direito pela Faculdade Livre de Salvador, Jackson de Figueiredo esteve em contato com os ideais conservadores preconizados na Faculdade de Direito de Recife. Tanto as concepções de Maurras quanto os pensamentos de Sardinha contribuíram para a formação de sua teoria conservadora, de inspiração católica, embora, em sua vida acadêmica se inclinasse ao materialismo e se declarasse ateu.

No período de ascensão da *Reação Católica*, em 1916, Figueiredo já havia terminado o curso de Direito. Em dificuldades financeiras migrou para o Rio de Janeiro em busca de oportunidades, haja vista o declínio econômico passado por sua família, acentuado a partir de 1911. Na capital federal, Figueiredo estabeleceu relação com o filósofo cearense Raimundo Farias de Brito, professor do colégio Dom Pedro II.

Embora Farias de Brito não se considerasse cristão, sua filosofia possuía como suporte a salvação interior, calcada na espiritualidade. A concepção de organização social e jurídica

[442] MOURA, Carlos André. *Op.cit.* p. 51.

do cearense esteve sempre ancorada em suportes metafísicos. Para ele, "(...) a moral é o todo de que o direito é apenas parte, nem outra coisa poderia se imaginar, sendo que o direito nascido da política, que é uma concepção da sociedade, não poderia deixar de estar subordinada à moral, (...)."[443] Deste modo, Brito combatia a corrente de pensamento materialista. Seu esforço filosófico concentrou-se em recuperar a metafísica espiritualista. O filósofo cearense fazia oposição ao materialismo por concebê-lo como fonte de desorganização social, em função do hedonismo que o revestia. Ao conceber que "tudo é matéria", o materialismo moderno desestruturaria o sistema de crenças responsável pela organização social, visto que o direito, a política e a sociedade estariam subordinados à moral.

Partindo deste ponto, o filósofo cearense atribuía ao materialismo a responsabilidade pelo egoísmo e pelo individualismo existente no início do século XX. Sem a metafísica e a espiritualidade, Farias de Brito afirmava: "Pode-se dizer que a vida é uma agonia contínua; e o momento em que começamos a viver é já, por assim dizer, um começo da morte. É preciso que esta agonia termine."[444] Sob o objetivo de formular resposta à corrente de pensamento combatida, Brito considerava a hegemonia da moral como base de organização social. Sustentava-se a moral e o espírito como estruturadores da crença, em oposição ao liberalismo e ao positivismo, que segundo Farias de Brito, nutriam a desordem popular.

Ao conceber a sociedade subordinada à moral, Brito interpretava o indivíduo como todo e parte, não podendo ser entendido isoladamente. Deste modo, o filósofo cearense analisava o Homem como: "um todo como indivíduo completo que é uma parte membro da comunhão social. Deste modo não é somente às suas concepções pessoais que deve obedecer, mas também às convicções da coletividade; (...)."[445] Embora não buscasse definir um projeto de Estado e de sociedade, sua filosofia inclinava-se à formação hierarquizada e autoritária de

---

[443] BRITO, Raimundo Farias de. *A Verdade Como Regra das Ações.* Vol. 51. Brasília: Senado Federal, 2005. p. 23

[444] _____. *O Mundo Interior: ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito.* Vol.52. Brasília: Senado Federal, 2006. p. 106.

[445] _____. *A Verdade Como Regra das Ações*. p. 45.

organização social. Ainda que prestigiasse a coletividade em detrimento do indivíduo, este grupo teria de ser um corpo organizado, sujeito a um líder. Tais noções estavam explicitadas nas obras de Farias de Brito, através de metáforas como:

> Lançai um pouco de água puríssima e límpida como cristal na corrente lamacenta de um rio e ela imediatamente se turva e a mesma cor das águas em cujo turbilhão é envolvida; o mesmo acontece à idéia que entra em contato com a consciência das multidões.[446]

As ideias de ordem, hierarquia e autoridade calcadas na espiritualidade, derivadas de Farias de Brito, influenciaram intelectuais após sua morte. Dentre os pensadores atingidos por sua filosofia encontraram-se Jackson de Figueiredo e, na década de 1930, Plinio Salgado, ao lançar o tripé da AIB, centrado em "Deus, Pátria, Família". Ao tornar-se discípulo do filósofo cearense, Figueiredo converteu-se ao catolicismo em 1919, sob influência de Brito, ainda que este viesse falecer dois anos antes. Com esta conversão, a causa católica adquiriu maior vigor e novos contornos. Como um dos aspectos dessa fase da *Reação Católica,* houve o arrefecimento da combatividade à República.

Sob a influência de seu mentor intelectual - Farias de Brito – Jackson de Figueiredo levou ao campo católico as preocupações relacionadas à ordem e à autoridade. Sob estas bases, fundou-se a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital, dialogando com as questões da Igreja. Através destes aparelhos ideológicos da Igreja católica, lançados pelo laicato, buscou-se fortalecer o conservadorismo até então disposto na *Reação Católica.* A posição católica seria enriquecida ao buscar reflexão acerca das preocupações sobre os rumos do país, portanto, os assuntos religiosos foram inseridos no campo político.

Por imiscuir dogmas do catolicismo às bases políticas, Jackson de Figueiredo via a necessidade de "imobilizar" o Brasil, no intuito de estancar os sintomas provocados pelo liberalismo e pelo modernismo[447]. Deste modo, Figueiredo formou, a partir do Centro Dom

---

[446] _____. *O Mundo Interior*:... p. 110.
[447] BARRETO Filho, Prefácio de. in. FIGUEIREDO, Jackson de. *Correspondências.* Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938. p. 24.

Vital e da revista *A Ordem*, uma elite intelectual capaz de fomentar projetos políticos para o país, utilizando como fundamentos os pilares teóricos fornecidos pela Igreja. Sob as bases do cristianismo, Jackson de Figueiredo entedia a política guiada pela Verdade, ou seja, "(...) os fins verdadeiros do homem. As suas adaptações a circumstâncias taes quaes não lhe alterarão nunca a essência sob pena de não ser mais verdade."[448] Deste modo, as fórmulas religiosas foram transferidas para os campos da política, e forneceram espaço para projetos de hierarquia e corporativismo, inspirados nas encíclicas papais. O catolicismo integral transvestia-se de nacionalismo integral na intenção de recuperar os espaços político e social perdidos pela Igreja, na proclamação da República[449].

Figueiredo buscava instaurar na sociedade e nas instituições políticas o reflexo da estrutura da Igreja e do plano celestial. Deste modo a ordem e a hierarquia eram fundamentais no intuito de instaurar uma nova sociabilidade formando "(...) pessoas livres para querer a ordem (e o bem como conseqüência) capazes de viver interiormente a dor análoga de Cristo"[450]. Por outro lado, nos combates propostos pela *Reação Católica* inovou a relação do laicato e da Igreja com o Estado. Passou-se a perceber a busca pela coexistência entre clero e República, embora a tentativa de inserção dos valores cristãos na República não tivesse sido abandonada.

Considerada esta nova postura política, Renata Simões acredita que a posição da Igreja a partir deste momento, não poderia ser chamada de reacionária. A autora analisa os contornos da reação católica, após a década de 1920, demonstrando o abandono do conflito

---

[448] FIGUEIREDO, Jackson de. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 22-04-1927". In. _____. *Correspondências.* Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938. p. 76.

[449] COMPAGNON, Olivier. "Le marrassisme en Amérique Latine : étude comparée des cas argentin et brésilien" . Disponível em: http://hal.inria.fr/docs/00/39/56/01/PDF/Doc_9_-_Maurras.pdf . Acesso em: 05 fev. 2013 às 15h:43 min.

[450] PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. "A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil". p. 33-49. In. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, Jun. 2007. p. 38.

com a República e a restauração do Império[451], ainda que a instituição católica discordasse de pontos dispostos na Constituição de 1891. Gilberto Calil[452], por sua vez, enxerga a nova fase da *Reação Católica* através de maior mobilização da sociedade em torno da causa eclesiástica.

Nesta nova configuração, o laicato não visava atacar a República. Evidenciava-se, assim, a influência de Figueiredo. Caso mantida a oposição à República, esta traria somente a instabilidade política. Esta modificação se fez, portanto, através das bases da ordem e da autoridade, aspectos presentes nas obras de Farias de Brito que reverberaram no pensamento de seu discípulo Jackson de Figueiredo.

A revista *A Ordem*, então criada em 1921, foi marcada pelo discurso católico, articulado ao nacionalismo. Por ter como objetivo unir a intelectualidade impelida na recuperação do espaço perdido pela Igreja, Figueiredo criou o Centro Dom Vital em 1922. O Centro passou a exercer força centrípeta na intelectualidade católica, ao mobilizar a ação política em nome da fé. Houve pontos defendidos por Figueiredo, através destes órgãos do laicato católico, que o colocaram em contato com o conservadorismo europeu e, consequentemente, em proximidade com o IL.

Conforme se trabalhou ao longo do capítulo 1, o IL foi um movimento tradicionalista, com projetos ancorados em passado medieval idealizado através de construções históricas próprias. Em síntese, o IL buscava a construção da sociedade e do Estado baseados na família e nos agrupamentos profissionais, representados pelas corporações em seus moldes medievais. Por possuir o corporativismo como meta dos projetos políticos, o individualismo era combatido. Outros elementos vinculados à modernidade entravam em choque com o tradicionalismo defendido pelo IL. A industrialização, a urbanização, o cosmopolitismo e o

---

[451] SIMÕES, Renata Duarte. "Integralismo e Ação Católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945". p. 3. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1161--Int.rtf. Acesso em 29 jan. de 2013.

[452] CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIUCRS, 2001. p. 42.

materialismo (representado pelo liberalismo político e econômico e, posteriormente, pelo comunismo) eram apontados pelos integralistas lusitanos como desestruturadores dos laços tradicionais de Portugal.

Diante do tradicionalismo sustentado pela causa católica no Brasil e, portanto, pelas teorias de Jackson de Figueiredo, é possível se perceber semelhanças entre os conservadorismos dispostos dos dois lados do Atlântico. Embora buscasse estabelecer relações com o Estado Republicano, Figueiredo não abdicou de sua postura conservadora. A modernidade e a industrialização se mantiveram como mal para o país, nos discursos e artigos apresentados na revista *A Ordem* e no Centro Dom Vital. Tal rejeição foi herdada de Farias de Brito. O filósofo cearense destacava em seus argumentos os perigos trazidos pelos desenvolvimentos científicos:

> Vê si por ahi que a influência da sciência, si bem que seja realmente extraordinária sob o ponto de vista econômico, todavia é quasi totalmente nulla do ponto de vista moral, sendo para notar que os proprios sábios não estão isentos do crime e se servem, não raro, da propria sciência para modalidades extranhas e monstruosas do crime, que não foram conhecidas na antiguidade inculta, mas ao mesmo tempo ingênua e sonhadora.[453]

Similar aos exames presentes nas avaliações dos integralistas lusitanos, o passado aqui era visto como época de ingenuidade. Em oposição, a ciência, a modernidade e a urbanização estariam associadas ao afrouxamento dos laços morais, até então dispostos nas respectivas sociedades (portuguesa e brasileira). Os vínculos tradicionais, importantes para a coesão social segundo Brito, foram sobrepujados pela "influência da sciência, si bem que seja realmente extraordinária sob o ponto de vista econômico".

Fiel ao seu mentor intelectual, Jackson de Figueiredo apresentava, assim, o aspecto conservador, reacionário à modernidade e aos desenvolvimentos tecnológicos disposto em sua teoria: "(...) que as mais modernas novidades, que fazem por ahi afóra o espanto e a vaidade de cada geração, no periodo de sua formação intellectual, nunca são outra cousa além de

[453] BRITO, Faria de. *A Base Phisyca do Espírito.* Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1912. p. 32.

meras renovações das mais antigas heresias (...)"[454]. Em resposta às pressões por igualdade de direitos e mobilizações vindas da esquerda no intuito de adquirir voz política, principalmente em relação aos trabalhadores e camadas sociais subalternas, os esforços de Figueiredo concentraram-se em restaurar a diferença e a desigualdade entre os grupos, conforme existente nas corporações. Portanto, sua teoria política redundou na defesa da Família; na restauração dos valores da nobreza; no incentivo à pequena propriedade; ao combate à expansão urbana e na defesa da vida em comunidade.

Tal como no IL e na filosofia de Farias de Brito, para Figueiredo o desenvolvimento industrial, as evoluções tecnológicas e a expansão das cidades forneceriam entrada aos comportamentos heréticos. O capitalismo burguês, presente nas cidades, seria responsável pelo individualismo, causador da desestruturação da sociedade cristã medieval (para os integralistas lusitanos) e colonial (para os adeptos da *Reação Católica* no Brasil). Portanto, a escolha do tradicionalismo esteve ancorada aos preceitos do cristianismo. Diante de alvos similares, o municipalismo – revestido pelo corporativismo – foi um dos divisores comuns entre os projetos de Sardinha e Jackson.

Conforme visto no capítulo 1, o municipalismo presente no IL era permeado pela hierarquia inscrita nas organizações profissionais. Deste modo, as negociações ocorreriam de forma verticalizada, envolvendo apenas grupos de ofício, vetada a participação individual. Esta disposição legitimaria o reconhecimento da Família enquanto célula irredutível da organização social. Assim, demonstrava-se a oposição ao liberalismo, tendo este o indivíduo por base de sustentação. A organização municipalista proposta pelo IL esteve presente nas concepções de Figueiredo. Amoroso Lima, diretor da revista *A Ordem* expõe essa percepção em correspondência trocada com Jackson de Figueiredo:

> Eu também acredito que a vida municipal, (...), é base de toda a civilisação occidental e requer, este sim uma grande amplitude de movimento

[454] FIGUEIREDO, J. de. *Literatura reaccionária.* Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924. p. 31.

> individuaes. Será isto democracia? Creio que então já tivemos em todo o período colonial e discutir este ponto ser-me-á de grande utilidade.[455]

Tal como no IL, o municipalismo apresentado por Figueiredo não seria correspondente ao tipo federativo da República. Este localismo estaria vinculado às demais possessões provinciais, através da ligação exercida pelo poder político centralizado. Assim, Figueiredo fazia coro com Sardinha, quando o português firmava bases ao Estado corporativo, sobre o lema do Estado *"(...) tan fuerte y unitário en lo político propiamente dicho como* descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo."[456] Nestes termos, Jackson de Figueiredo apresentaria:

> O nosso localismo, a nossa vida municipalista só é possível, porém, com um forte poder político central. Afinal, *descentralisação administrativa* (enfraquecimento, portanto, dos poderes políticos estaduaes), *e centralização política* (fortalecimento daquilo que hoje se chama governo federal).[457]

Coerente a isto, havia, tanto nas palavras de Sardinha quanto nos projetos de Figueiredo, o compromisso firmado entre hierarquia, ordem e autoridade. Enquanto a sociedade desenhada pelo IL seria regida verticalmente, através da sucessão de escalonamentos - Família ou corporações, Município, Província -, onde o cume seria ocupado pelo Monarca orgânico; em Figueiredo a autoridade assumiria lugar importante na estruturação da sociedade brasileira. Para ambos os autores, o liberalismo representaria a fonte de distúrbios sociais e instabilidades políticas. Assim, Figueiredo observava a modernidade da seguinte forma: "Dahi que se vê – massas, massas ignaras de individuos. Quase a perder-se o senso da hierarchia, das divisões, das sub-divisões, classes, grupos privilegiados, etc. Emfim: um elephante com pernas de barata – eis o mundo moderno."[458]

Tais similaridades entre as concepções políticas e sociais, interligadas a preceitos católicos, colocaram em contato Figueiredo e Sardinha. No entanto, esta relação entre os

---

[455] FIGUEIREDO, Jackson de. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 22-04-1927". In. _____. *Correspondências.* Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938. p. 78.
[456] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* p. 323. (Grifo do Original).
[457] FIGUEIREDO, Jackson de. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 22-04-1927". In. *op.cit.* p. 79. (Grifo meu).
[458] Idem. p. 157.

conservadores de Brasil e Portugal não esteve isenta de ruídos. Embora encontrassem consonância nas propostas reacionárias do IL, Jackson de Figueiredo não abdicou de seu nacionalismo extremado, levando-o à lusofobia. Diante deste aspecto, Sardinha se esforçou em aproximar-se do teórico brasileiro.

Sardinha dedicou o artigo "Lição do Brasil" a Jackson de Figueiredo[459]. Neste texto, o integralista buscava arrefecer o sentimento antilusitano de Figueiredo, quando apresentava a definição de nacionalismo do IL. Ao advertir o brasileiro, António Sardinha dissertava "Contra o '*princípio das nacionalidades',* filho legítimo da Revolução, carece se prevenir o verdadeiro nacionalismo, que, naturalmente orgânico, é por isso mesmo anti-democrático e anti-individualista."[460] Neste sentido, o integralista lusitano tentou demonstrar a Figueiredo os pontos de aproximação entre ambas teorias, visto que para o pensador brasileiro, a democracia afrontaria a ordem e a hierarquia defendidas. Para Jackson de Figueiredo "o governo dos números" era causador da perturbação da ordem social, visto que acreditava ser a democracia o somatório de vontades individuais[461]. Deste modo, por rejeitar a crença da soma das partes para compor o todo, Figueiredo percebia a sociedade sob os aspectos inerentes ao corporativismo, tal como ocorreu no IL.

Investindo na aproximação de Portugal e Brasil, Sardinha acrescentava que no verdadeiro nacionalismo lusitano, obrigatoriamente, teria que constar o amor ao Brasil, em função deste ser seu herdeiro e mantenedor das "energias da raça", componente elevado da história de seu país. "De outra sorte," apresentava Sardinha, "brasileiros e portugueses serão sempre estrangeiros uns para os outros, porque os separa a depravação mental que nos

---

[459] SARDINHA, António. "A Lição do Brasil: À Jackson de Figueiredo" (p. 545-556). In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.
[460] Idem, p. 545. (Grifo do original).
[461] SIMÕES, Renata Duarte. "Integralismo e Ação Católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945". p. 8. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1161--Int.rtf. Acesso em 29 jan. de 2013.

incaracterizou a nós, rompendo os vínculos morais que firmávamos, (...).”[462] Deste modo, Sardinha tecia críticas ao nacionalismo indianista brasileiro, “(...) que, principiando por ser literato romântico no Brasil, pronto resvalou com baixa e repulsiva manifestação de farisaísmo político.”[463] Em *Aliança Peninsular,* o integralista lusitano assumiria tom mais duro ao fazer nova referência ao nacionalismo de Jackson de Figueiredo. Ao unir Figueiredo aos nacionalistas criticados acima afirmou: “*Jackson de Figueiredo participa un poco de la lusofobia de los nativistas, como con dolor deduzco de la lectura de seu opúsculo* Do nacionalismo de última hora. ”[464]

O integralista lusitano via-se, assim, em desacordo com Figueiredo, em função deste último considerar os portugueses tão perigosos quanto os demais imigrantes. Figueiredo refutava os laços de parentesco preconizados pelo IL, entre Portugal e Brasil. Neste sentido, Sardinha aponta maior simpatia a Elísio de Carvalho, por entender que o nacionalismo defendido pelo diretor da revista *América Brasileira* era mais próximo em relação do tradicionalismo do IL. Nas palavras do autor de *Aliança Peninsular*: “*En esto nos distanciamos, entendiendo que el nacionalismo de Elysio de Carvalho en este aspecto del problema se coloca más dentro de los principios tradicionalistas que el patriotismo alarmado de Jackson de Figueiredo.”*[465]

Os esforços de Sardinha não vicejaram sucesso em relação a Figueiredo. Além da postura nacionalista inflexível e antilusitana, houve a morte de Sardinha em 1925 e o desaparecimento prematuro do diretor de *A Ordem,* em 1928. Como substituto de Jackson de Figueiredo na direção da revista e no Centro Dom Vital, assumiu seu discípulo, Alceu Amoroso Lima (ou, pelo pseudônimo, Tristão de Athayde).

---

[462] SARDINHA, António. “A Lição do Brasil: À Jackson de Figueiredo” (p. 545-556). In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. – Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444, p. 348.
[463] Idem, p. 349.
[464] SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* p. 370.
[465] Idem, ibidem.

Tal como o líder anterior do laicato católico, Amoroso Lima converteu-se ao catolicismo por influência de seu mentor. No entanto, a relação de Athayde com o catolicismo não foi isenta de choques. Através de correspondências, Figueiredo teceu críticas a Amoroso Lima, no início da década de 1920: "V. diz que não ataca a Egreja. Eu lhe de digo: ataca e muito. A só attitude de indifferença ante certos problemas não só equivale a um ataque surdo á moral christã como até a Lei natural."[466] Ao longo das cartas endereçadas a Amoroso Lima, percebe-se a oscilação de Jackson de Figueiredo em relação a seu comportamento a respeito do catolicismo.

A conversão de Alceu Amoroso Lima, portanto, não deve ser analisada como processo linear. Exemplo de trajetória tortuosa, rumo à devoção religiosa está registrado, novamente, nas cartas deixadas por Figueiredo, seu mentor intelectual. Em 29 de março de 1927 o diretor de *A Ordem* apontava para Amoroso Lima como seu substituto à direção do Centro Dom Vital. Demonstrava entusiasmado quanto aos avanços de seu discípulo em relação à adesão ao catolicismo, dizia: "Alceu! Da última conversa que tivemos ficou-me a impressão do quanto V. tem ultimamente se assenhorado do movimento catholico, que affirma as esperanças do homem moderno, (...)". No decorrer da correspondência, o remetente confessava ainda: "Leio em seus olhos e nas suas palavras uma seria sympathia pela obra da Igreja."[467]

No entanto, ao final deste ano de 1927, a opinião de Figueiredo já não era a mesma. Em nova correspondência, revelava-se contrário às concepções de Amoroso Lima:

> Digo-lhe com rudeza: Você não sabe, graças a Deus do que está falando. Meu querido amigo: a lucta contra o que V. chama o peccado intellectual não destroe ninguém. Porque é o caso de repetir que só o doido, aquelle em que já se verificou o schisma do ser, só o doido não pecca intellectualmente, neste sentido de não se vê alem do que vê.[468]

Desta forma, busca-se demonstrar o percurso tortuoso e pendular da adesão de Tristão de Athayde à crença católica. Após sua conversão religiosa, Alceu Amoroso passaria a

---

[466] FIGUEIREDO, Jackson de. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 20/21-10-1922". In. *op.cit*. p. 51.
[467] _____. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 29-03-1927". In. *op.cit*. p. 58-59.
[468] _____. "Correspondência a Alceu Amoroso Lima: 02-12-1927". In. *op.cit*. p. 122-123.

defender o combate ao comunismo, através de fórmulas políticas autoritárias, tornando-se simpático à doutrina da AIB, embora não abdicasse da autonomia política conquistada pelo Centro Dom Vital. Tristão de Athayde não se furtaria em demonstrar afinidades ideológicas ao movimento, porém o distanciamento com relação aos integralistas brasileiros seria estratégico para manter o diálogo entre a Igreja e o governo Vargas.

Athayde possuiu trajetória intelectual heterogênea entre as décadas de 1920 e 1940. Alceu de Amoroso Lima foi colaborador da revista *América Brasileira*, que teve seu funcionamento entre os anos de 1921 e 1924. Além disto, esteve presente, neste período, no Centro Dom Vital. O sucessor de Jackson de Figueiredo estabeleceu também contato com o conservadorismo português, ao dar ênfase às ideias do IL, através dos debates entre Jackson de Figueiredo e António Sardinha. Ao longo dos anos 1930, assumiu a direção do núcleo intelectual da laicidade católica, o Centro Dom Vital, após a morte de seu mentor intelectual.

Na década de 1930, Amoroso Lima apresentaria postura autoritária de direita e católica, o que o levaria a apoiar as ações da AIB. Esta relação entre Athayde e a AIB é exposta por Alexandre Blankl Batista[469]. Em sua dissertação, aponta para o incentivo dado por Alceu aos católicos que desejavam filiar-se ao movimento de Plínio Salgado. Alceu Amoroso Lima apresentava o integralismo como movimento defensor dos valores cristãos, e mantenedor dos mesmos alvos de combate que a Igreja, ou seja, o materialismo. No entanto, tecia ressalvas em relação ao comportamento do católico integralista, que deveria ter predomínio da consciência católica sobre a política, real vocação política e nenhuma vinculação com a Ação Católica[470].

---

[469] BATISTA, Alexandre Blankl. "*Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias de Brito por Plínio Salgado.* Porto Alegre: dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

[470] VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem*: uma revista da doutrina política e da cultura católica. in. *Revista de Ciência Política.* Rio de Janeiro: FGV. jul./set., 1978. p. 142. apud. BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 38-39.

Todavia, ao término da década de 1930, com a deflagração da II Guerra Mundial iniciada pelas provocações do fascismo, em cenário externo, e a perseguição e desmobilização da AIB pelo Estado Novo, a simpatia ao integralismo brasileiro cedeu lugar à aversão ao autoritarismo. Deste modo, Alceu Amoroso Lima inclinava-se à posição liberal. Rodrigo Christofoletti, por exemplo, expõe os ataques lançados por Athayde à AIB, no pós-1945, nos quais criticava, através dos artigos de *A Ordem*, as tentativas de ex-integrantes em recuperar o movimento dos "camisas-verdes"[471].

Durante a liderança de Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no Centro Dom Vital, encontraram-se intelectuais de relevo, inseridos, de alguma forma, na militância política sustentada pela reação católica. Em quadro exposto por Athayde em 1967, para o verbete sobre o catolicismo na *Enciclopédia Delta-Larousse*, o intelectual destacou nomes que se encontrariam também no integralismo brasileiro. Ainda que dispersos em grupos distintos, foram apontados como pensadores inseridos na causa católica, os seguintes elementos que estabeleceram contato com a AIB: no grupo de História e Jornalismo – Oliveira Vianna, Hélio Viana e Hildebrando Accioly; nas Letras: Plínio Salgado, Helder Câmara e José Lins do Rego.[472] Nesta listagem, percebe-se o contato entre os futuros elementos da AIB e a Ação Católica.

É válido lembrar ainda que Amoroso Lima, através de seu pseudônimo, exerceu função de crítico literário, anterior e sincronicamente às suas funções no Centro Dom Vital. Portanto, possuiu trânsito no campo da literatura. Deste modo, interessa-nos compreender a

---

[471] "Não bastasse as referências nada lisonjeiras publicadas pelo *Estado de S. Paulo*, a revista católica *A Ordem*, que na época era dirigida por Alceu Amoroso Lima, passou a publicar em seus editoriais, desde 1945, um veemente repúdio à reorganização integralista. O seu ressurgimento foi considerado pela revista como 'um grave erro, que nem mesmo o surto comunista poderia justificar.' (*A ORDEM*, 1957:168). Ainda segundo a revista, tratava-se de um 'claro retardamento da evolução democrática, um incentivo à propagação comunista, daí concluir enfaticamente: 'neste setembro negro nos opomos enfaticamente ao integralismo.'"CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Breves Comentários sobre a Historiografia do integralismo no pós-guerra e o Cinquentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo.* in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária*: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 373.

[472] Apud. PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. "A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil". p. 33-49. In. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, Jun. 2007. p. 35.

trajetória da revista *América Brasileira*, um dos periódicos que contou com sua colaboração como crítico, bem como serviu para os contatos entre os intelectuais portugueses e brasileiros ao longo dos anos 1920. O objetivo das análises em torno da revista será perceber diálogos existentes entre a publicação de Elísio de Carvalho e os elementos que auxiliaram na composição das bases do integralismo brasileiro. Neste caso, se concentrará o contato entre a *América Brasileira* com a *Nação Portuguesa*, órgão de divulgação da doutrina do IL.

3.2 – A *América Brasileira*: intenso intercâmbio

A revista *América Brasileira* foi lançada em dezembro de 1921 e suas atividades encerradas em dezembro de 1924. Possuiu periodicidade mensal, sob a direção de Elísio de Carvalho. A revista assumiu como subtítulo: "Resenha da Actividade Nacional" até janeiro de 1923. Após este número, o subtítulo alternou-se entre o já apresentado e "Resenha da Vida Nacional". Sua postura inicial, embora houvesse consonância dos colaboradores à inclinação antiliberal, dividiu opiniões quanto à república, com a defesa de alguns ao formato centralista e outros a aderir ao antirrepublicanismo. Sob tais perspectivas, a revista dirigida por Carvalho nutriu estreitamento de laços com a *Nação Portuguesa*, órgão de divulgação do IL.

Antes da organização de sua revista Carvalho desenvolveu trajetória ideológica heterogênea, com passagem pelo anarquismo influenciado por Stirner e pelo niilismo nietszcheano, nos primeiros anos do século XX. Ao fim da década de 1900 já arrefecia sua militância, com a violência aplicada contra o movimento operário, e posterior desmobilização da organização. Em 1909 informava que o anarquismo "não passara de um arroubo de juventude, docemente acalentado."[473] A partir dos anos 1910, inclinou-se a posturas mais conservadoras, mas sem se desvencilhar dos círculos artísticos e intelectuais que constituiu.

[473] PRADO, António. *1922: Itinerário de uma falsa vanguarda – os dissidentes da Semana e o Integralismo.* São Paulo: Brasiliana, 1983. p. 14-17.

O diretor de *América Brasileira* participou do modernismo, o que facilitou a manutenção de boas relações com este grupo artístico. Este contato possibilitou as negociações para a contribuição de alguns dos modernistas em sua revista. No quarto número, por exemplo, constavam entre outros nomes, Ronald de Carvalho, Graça Aranha, Manoel Bandeira e Sérgio Buarque de Holanda. Embora estes intelectuais não se encontrassem nas mesmas correntes, estiveram presentes na formação do arcabouço intelectual, político e artístico modernista. Além destes, foram colaboradores da *América Brasileira* membros do Centro Dom Vital, por exemplo, Alceu Amoroso Lima; sociólogos, caso de Oliveira Vianna; e historiadores, Rocha Pombo.[474] Portanto, a revista reunia um grupo eclético de pensadores, amalgamando gerações e tonalidades político-ideológicas das mais variadas.

Se, como demonstra Jacqueline Pluet-Despatin, o objetivo de todo o periódico é a criação de uma mensagem singular, uma nova cultura, uma nova estética ou nova orientação científica[475], diante da heterogeneidade evidente no quadro de colaboradores da *América Brasileira*, pode-se sugerir que o eixo de coesão se formou mais pela negação que pela necessidade de criar algo distinto. A oposição ao liberalismo, adotado pela República, era um dos poucos aspectos comuns entre o grupo de colaboradores da revista. Embora os artigos, por vezes, demonstrassem discordância entre seus autores, os intelectuais que compuseram a revista possuíam o Estado forte e centralizado como projeto político comum.

No entanto, dentro da categoria "Estado forte e centralizado", encontravam-se opiniões simpáticas a regimes ditatoriais, monarquias corporativistas ou inclinadas ao regime republicano de postura intervencionista e antiliberal. Através de artigos, os colaboradores

---

[474] REDACÇÃO. "Collaboradores Effectivos". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PSPR 734 (1).

[475] *"Toute revue lors de sa création est en effet porteuse d'un message singulier et revendique contre les 'cléricatures' en place, une nouvelle culture, une nouvelle esthetique ou une nouvelle orientation scientifique, qu'elle le signifie ou non sous la forme d'un manifeste ou d'un article foundateur."* ["Toda revista desde sua criação é, com efeito, portadora de uma mensagem singular e reivindica conta os 'clericatos' em disposição, uma nova cultura, uma nova estética ou uma nova orientação científica, que se encontra ou não sob a forma de um manifesto ou de um artigo fundador." (Tradução minha)] PLUET-DESPATIN, Jacqueline. "Une Contribuition a l'Histoire dês Intellectueles: les revues". In. *L'IHTP: sociabilités intellectueles – lieux, millieux, reséaux.* nº 20, mar. 1992, (p. 125-136). p. 129.

revelavam que, embora fizessem parte de um grupo, as opiniões não eram uníssonas na *América Brasileira.*

Desde o mês de novembro de 1921, Elísio de Carvalho voltou suas forças em compor um conjunto de intelectuais interessados em contribuir com o seu periódico. Deste modo, convidou Lima Barreto para fazer parte dos colaboradores, que esteve entre os apoiadores da *América Brasileira* desde seus primeiros números[476]. Em correspondência endereçada a Lima Barreto, Carvalho informava o funcionamento e os aspectos da revista a ser lançada. "Trata-se de uma edição mensal, nos moldes da edição do The Times (...)"[477]. Além do formato da revista, seu diretor informava a Barreto a respeito da remuneração a ser paga aos colaboradores, embora não apresentasse maiores detalhes sobre o valor da quantia.

No entanto, este aspecto é interessante, pois a revista possuía o propósito de apresentar "jovens escriptores preocupados com a critica e estudo dos grandes problemas nacionaes (...)", colocando-os em contato com "mestres escolhidos entre os maiores nomes que illustram a actualidade brasileira na literatura, na sciencia economia, (...) [e] nossa cultura em suas varias modalidades." [478]. Com o pagamento, se ofereceria suporte econômico através da participação na *América Brasileira.*

Sobre a faixa etária dos membros da revista no momento de lançamento da *América Brasileira*, em dezembro de 1921, constata-se a presença de equilíbrio em relação aos "jovens escriptores" e aos "mestres escolhidos", com predominância destes últimos. Entre os cerca de sessenta nomes listados como colaboradores, Mario Simonsen era o membro mais novo (com 12 anos em 1921!), e Rocha Pombo o mais velho, nascido em 1853. Deste modo, pode-se concluir - a partir da pouca idade de Simonsen, e do grande número de componentes mantidos

---

[476] REDACÇÃO. "Collaboradores Effectivos". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro: Dezembro de 1921. p. 2. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125. Para a relação de colaboradores, cf.: anexo 1.

[477] CARVALHO, Elysio de. *Carta a Lima Barreto, comunicando a criação da Revista América Brasileira e pedindo colaboração.* Rio de Janeiro, 21 nov. 1921. Biblioteca Nacional. Manuscritos: Elysio de Carvalho, localização: I-06, 29.0299.

[478] Idem.

pela revista -, que alguns dos nomes listados apresentavam-se como ferramentas de divulgação lançada pelo periódico. A *América Brasileira* fazia uso da notoriedade que possuíam alguns destes colaboradores, em seus respectivos campos intelectuais, literário, político, científico, como forma de promoção da revista. Para tanto, apenas o nome de certas personalidades já seria suficiente para tal objetivo, sem apresentarem qualquer artigo à revista. Foi o caso de Monteiro Lobato, entre outros exemplos.

Ao se abordar a autoria dos artigos em *América Brasileira,* percebe-se o uso de pseudônimos entre os autores, por razões diversas. Dois casos são representativos destas especificidades: Elísio de Carvalho como Sargento Albuquerque e Gustavo Barroso como João do Norte. Barroso, que ocuparia o cargo de Chefe de Milícias da AIB na década de 1930, iniciou sua carreira literária com o pseudônimo de João do Norte. Em 1912, adquiriu reconhecimento no meio literário, através deste pseudônimo, com *Terra de Sol: ensaio sobre a natureza e os costumes do sertão cearense*. Na data de sua estreia em *América Brasileira,* em junho de 1922, já possuía notoriedade no campo literário, e havia ocupado diversos cargos públicos.

Porém, Gustavo Barroso optou por manter-se como João do Norte em artigos para a revista de Elísio de Carvalho, por visar, talvez, a manutenção do prestígio literário de seu pseudônimo. No entanto, esta conclusão não abandona o campo da suposição, vista a limitação de indícios fornecidos pelas fontes. Fato que deve ser observado, mesmo diante das restrições de dados, é a escolha feita por Barroso ao adotar o personagem criado como autor em alguns dos artigos, mas optou pela assinatura de seu nome real como colaborador.

O motivo para o uso do pseudônimo do diretor de *América Brasileira,* Sargento Albuquerque, parece estar mais claro. Elísio de Carvalho não foi apenas o diretor da revista, mas escrevia com frequência em sua publicação. Deste modo, ao utilizar-se da assinatura de

Sargento Albuquerque poderia participar com dois artigos por número lançado, fato que ocorreu por vezes.

Quanto ao programa da revista, o futuro diretor de *América Brasileira* informava a Lima Barreto, através da referida carta, que "Será ao mesmo tempo uma synthese das possibilidades e realisações brasileiras e uma resenha da vida nacional."[479] Deste modo, a revista possuía como eixo central o debate de tendências artísticas, além de discutir posturas políticas e, deste modo, criticar o liberal- constitucionalismo vigente na República. Os primeiros números condenavam a democracia liberal e a inserção de novos personagens à esfera decisória de poder, permitida através da participação em partidos políticos.

Embora os assuntos abordados pela revista de Elísio de Carvalho correspondessem a: "Crítica e Estudo dos problemas nacionaes, Defesa Militar e Economica, Resenha da vida Internacional, Synthese das Possibilidades e Realizações Brasileiras, Expoente da Cultura Nacional em suas várias modalidades"[480], detendo pautas de cunho nacionalista, muitos dos participantes não nutriam sentimentos xenofóbicos. Pelo contrário, alguns buscavam influências em correntes de pensamentos europeias, através de viagens realizadas. Tal foi o caso de Tristão de Athayde, ao tomar conhecimento das teorias da *Action Française.* Amoroso Lima, em excursão de estudos à França, estabeleceu contato com o grupo de Charles Maurras, pelas conferências de León Daudet em Paris.[481]

Esta relação dos colaboradores da revista com as correntes de pensamento estrangeiras estabelecia-se por laços de reciprocidade, de propagandas de obras literárias, trânsito de estudantes brasileiros em Portugal, viajantes ou imigrantes para ambos os países (com predominância de portugueses ao Brasil), e em alguns momentos, relações familiares. Embora

---

[479] CARVALHO, Elysio de. *Carta a Lima Barreto, comunicando a criação da Revista América Brasileira e pedindo colaboração.* Rio de Janeiro, 21 nov. 1921. Biblioteca Nacional. Manuscritos: Elysio de Carvalho, localização: I-06, 29.0299.
[480] *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 32. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PSPR 734 (1).
[481] COMPAGNON, Olivier. *op.cit.* p. 289.

ocorrido o declínio do intercâmbio Portugal-Brasil quanto às trocas intelectuais/literárias no pós I Guerra Mundial, sobrepujadas pelas relações com a França, não deve ser desprezada a participação lusitana nas concepções ideológicas concebidas em território brasileiro, nas primeiras décadas do século XX. [482]

Através do contato dos viajantes brasileiros com as correntes de pensamentos europeias, estas concepções eram transmitidas aos seus círculos de sociabilidades. A partir de debates, ou mesmo materiais portadores daquelas informações (revistas, artigos, jornais, etc. adquiridos na Europa), as ideias estrangeiras circulavam no interior dos grupos intelectuais.[483] Deste modo, embora possuísse retórica nacionalista, a revista de Elísio de Carvalho contou com participações estrangeiras, tais como a do francês Phileas Lebesgue e de diversos intelectuais vinculados ao IL. Contraditoriamente, Lebesgue era correspondente comum à *América Brasileira* e à *A Águia*. Esta última publicação foi foco de polêmicas[484] vindas da revista de Luís de Almeida Braga, *Alma Portuguesa*, responsável pelo batismo do movimento do IL.

Ciente dos contatos entre boa parte dos colaboradores de *América Brasileira*, com as correntes de pensamento circulantes na Europa, tais como o conservadorismo francês, representado pela *l'Action Française*, a revista de Elísio de Carvalho iniciou suas atividades

---

[482] SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações.* Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2004. p. 36.

[483] COMPAGNON, Olivier. *Op.cit.* p. 298.

[484] Embora as polêmicas entre *Alma Portuguesa* e *A Águia* não caibam entre os objetivos desta pesquisa faz-se necessário tecer breves comentários em razão dos pontos controversos aqui compreendidos. A revista *A Águia* surgiu em 1910. Nesta primeira fase tinha como objetivo ser o "embrião de um movimento cultural regenerador e reformador". Nesta revista havia a defesa dos valores republicanos a serem colocados em prática em 1911 (SOARES, Maria Luisa de Castro. *Nas Encruzilhadas do Século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes.* Braga: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007, p. 22). Contemporânea a *A Águia*, surgiu em 1913 a *Alma Portuguesa*, por iniciativa de parte do grupo de monarquistas e ex-colegas de Coimbra exilados na Bélgica, após o golpe malsucedido contra a República.
Sobre a relação das duas publicações, Hipólito Raposo disserta que a revista de Almeida Braga "(...) destinava-se a combater a tendência racionalista e anti-nacional de uma publicação do Porto, intitulada *A Águia* em que se reunia a flôr dos talentos republicanos da época." (RAPOSO, Hipólito. *op.cit.* p. 37). No entanto, Carlos Ferrão, polemista que escreveu na década de 1960 em oposição ao IL, contradiz Raposo, ao citar que nos colaboradores de *A Águia*: "Entre eles contavam-se escritores monárquicos como Antero de Figueiredo, Afonso Lopes [este, colaborador também da *Nação Portuguesa*], visconde da Vila Moura, António e João Correia de Oliveira e Mário Beirão, que tinham ideias reaccionárias de todos conhecidas. (FERRÃO, Carlos. *Op.cit.* p. 52).

com propostas políticas próximas às vistas no IL. No entanto, deve-se considerar o fato de que os colaboradores da *América Brasileira* não se encontravam em consonância quanto à questão do regime, ao passo que os portugueses vincularam-se à Monarquia orgânica.

Eram fatores comuns entre estes grupos a rejeição aos valores liberais, e em alguns autores da *América Brasileira* - assim como em todos do IL - a adesão ao conservadorismo. Percebia-se em artigos presentes no periódico de Elísio de Carvalho, a defesa de projetos políticos antiliberais, de oposição ao constitucionalismo e à democracia, o que se avizinhava à retórica utilizada na *Action Française,* uma das matrizes teóricas do Integralismo Lusitano.

Em artigo de abertura, a *América Brasileira* inaugurou suas atividades sob a égide do tradicionalismo. Neste aspecto, fazia distinção entre o passado dos demais países latino-americanos e o do Brasil. No conjunto de diferenças apontadas, o polo de rivalidade, segundo o artigo, estaria na constituição política que separava os países originários da América portuguesa da América espanhola. Por estar estruturado sob as bases imperiais, além de possuir língua distinta em relação aos demais países da porção continental, o Brasil, segundo o artigo, nutriu desconfiança, medo e a rejeição dos países fronteiriços. Nesta divisão, tornava-se clara a avaliação positiva ao Império, que alguns dos autores de *América Brasileira* sustentavam em detrimento ao modelo republicano, adotado pelos países vizinhos.

> Emquanto o Brasil tomava a forma política de um grande Imperio, servido por uma fina aristocracia, cheia de bons títulos de nobresa, predominavam entre nosso visinhos, todos os matises de governo, desde a pura democracia republicana até a desmedida dictadura demagógica.[485]

Tais aspectos, favoráveis ao Império, iriam repercutir na pauta política defendida, por mais heterogêneas que as colorações ideológicas de seus colaboradores pudessem ser. No quarto número de *América Brasileira,* de janeiro de 1922, alegando imparcialidade quanto à questão de regime, críticas eram tecidas às eleições presidencialistas ocorridas. No artigo de

[485] REDAÇÃO. "América Brasileira". in. *AMÉRICA BRASILEIRA: RESENHA DE ACTIVIDADE NACIONAL*. Diretor: Elysio de Carvalho. ANNO I. n.º 1. Rio de Janeiro – Dezembro de 1921. p. 1. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. PRSOR 63125.

abertura, colocava-se em questão a representatividade do pleito democrático-liberal, instituído através do voto secreto e individual. As suspeitas em relação a tal forma de escolha dos representantes parlamentares recaíam sobre a carência de "melhor educação cívica" mantida pela população[486]. Além desta crítica, apontava-se para a suposta marginalização política às opiniões das elites.

Mesmo diante destes pontos negativos destacados quanto à forma de seleção dos ocupantes do poder, encontrava-se a afirmação: "Não é um quatriennio presidencial que nos interessa, mas a formação de um grande movimento político que propulsione as forças vivas do nosso paiz e as faça convergir para o resultado de nossa grandeza."[487] Para a concretização da emergência destas "forças vivas" apresentadas, se propunha revisão da Constituição Federal, no intuito de revogar o liberalismo enquanto regime político. Em artigo apresentado no primeiro número da *America Brasileira*, a proposta seria "Identificar a democracia com uma organização política dirigida *pelas élites* e *que se concretise as aspirações do povo* – tal é o trabalho a effectuar."[488] Portanto, para se recuperar as "forças vivas do país", não se possuía a intenção de superar a democracia, mas reformulá-la, a partir do poder das elites.

Embora não se especificasse quais seriam estas elites, é possível sugerir conclusões. Através da trajetória dos elementos que compunham o corpo de colaboradores da revista, tais lideranças seriam provenientes do extrato econômico ou intelectual do país, e não das esferas políticas. Apesar de parte considerável dos membros de *América Brasileira* ocupar cargos públicos administrativos, eles possuíam pouca inserção nas esferas de decisão em âmbito regional ou nacional. No entanto, além do destaque intelectual notório, possuíam também projeção econômica.

---

[486] REDAÇÃO. "O Momento Político". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional*. Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.
[487] Idem.
[488] REDAÇÃO. "A sucessão presidencial: promessas dos actuaes candidatos". in. *AMÉRICA BRASILEIRA: RESENHA DE ACTIVIDADE NACIONAL*. Diretor: Elysio de Carvalho. ANNO I. n.º 1. Rio de Janeiro – Dezembro de 1921. p. 7. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. PRSOR 63125. (Grifo do original).

Outro ponto a ser sublinhado na proposta apresentada, se encontra sobre como seria a democracia buscada entre os intelectuais de *América Brasileira*. Por contar com posturas políticas distintas – ainda que defensoras do Estado forte – não há maiores definições sobre os aspectos compreendidos na concepção de democracia apresentada. Porém, a concepção "democrática", certamente, seria avessa ao liberalismo, em função das críticas lançadas pelos colaboradores, ao modelo político e econômico, bem como o elogio feito por alguns destes ao Império, ao longo da revista. Como critério de exemplificação da postura elogiosa ao Império, no ano da morte da princesa Isabel havia, na coluna "Ideas e Commentarios":

> Com o desapparecimento de D. Luiz de Bragança e agora da augusta condessa D'Eu, a sempre lembrada e amada ex-princeza imperial, desappareceram para nós os últimos representantes do sangue azul brasileiro que podiam contar, na hypothese utópica de um movimento político regressivo, com sympathia de alguns corações aqui.[489]

Por outro lado, o modernista Renato Almeida, no quarto número, atribuía ao liberalismo a responsabilidade pela emergência de vaidades e egoísmos, causando o "Desapparecimento dos laços de solidariedade entre os homens, (...).", pois "Resolveu-se essa vaidade naquelle mysticismo despotico 'procedente da heresia de Rousseau', que se infiltrou por todo mundo moderno, contaminando suas tendências, as mais diversas, na anarchia perigosa do egotismo." [490] Outra especificidade deste regime "democrático" estaria no acesso restrito, encontrado pelos extratos populares, às esferas de poder político. As elites seriam as responsáveis pela concretização das aspirações do povo.

Retomando as propostas da revista, em *América Brasileira* havia o debate e a preocupação em fomentar soluções para promover o Brasil ao patamar de nação soberana. Portanto, em artigo de abertura da primeira edição de *América Brasileira*, afirmava-se a necessidade de colaboração do maior número de elementos étnicos possíveis. Deste modo,

---

[489] REDAÇÃO. "32 annos de Republica". In. *AMÉRICA BRASILEIRA: RESENHA DE ACTIVIDADE NACIONAL*. Diretor: Elysio de Carvalho. ANNO I. n.º 1. Rio de Janeiro – Dezembro de 1921. p. 13. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. PRSOR 63125.

[490] ALMEIDA, Renato. "O Tumor do Orgulho". In. *AMÉRICA BRASILEIRA: RESENHA DE ACTIVIDADE NACIONAL*. Diretor: Elysio de Carvalho. ANNO I. n.º 4. Rio de Janeiro – Março de 1922. p. 17. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. PRSOR 63125.

boa parte dos participantes da revista distanciava-se da postura xenofóbica. Assis Chateaubriand condenou o que chamava de "jacobinismo econômico". Neste sentido, o jornalista apontava para a impossibilidade da atitude protecionista do Brasil em repelir a força de trabalho estrangeira. Chateaubriand pronunciava-se em defesa do cosmopolitismo, atento à importância da mão de obra e dos investimentos financeiros fornecidos pelos estrangeiros fixados no Brasil.

> Prégar, entre nós, o nacionalismo exclusivista, do odio ao estrangeiro, do combate ao capital estrangeiro, é negar todo o progresso que ahi temos realizado, e que é fruto do nosso esforço com a cooperação de homens laboriosos e activos, que investiram o seu ouro, sua intelligencia, o seu braço, na obra de desenvolvimento colletivo brasileiro.[491]

Outra fonte de simpatia à introdução de força de trabalho europeia nas lavouras e indústrias brasileiras conspirava a favor do embranquecimento da população. Este é o caso de Galeão Coutinho. O autor demonstrava sua preocupação com a República, pois percebia a limitação da obra iniciada por Dom Pedro II em introduzir no "tipo ethnico fluminense" "verdadeiros filões de ouro-hemoglobina"[492], termo utilizado por ele em referência ao imigrante alemão. O elemento negro, para Coutinho significava um problema, diante da "relutância" deste tipo étnico em diluir-se nas "enxertias aryanas". Para Coutinho, diante do decréscimo da população branca (ariana) em proporção à negra, a capital federal estaria entregue à criminalidade. Embora Chateaubriand e Coutinho fossem simpáticos à atração de elementos estrangeiros, constata-se divergência quanto à finalidade de ambos. Coutinho afirmava:

> É a população negra que não foi dissolvida, depurada nas enxertias aryanas em termos de fixar num typo ascendencional a sociedade fluminense. (...). D'ahi essa apavorante industria do crime que em alguns pontos do Estado assume aspectos inéditos de barbaria em flagrante desaccordo com as

[491] CHATEAUBRIAND, A. "Jacobinismo Econômico". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 19. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[492] COUTINHO, S. Galeão. "O Problema Immigratorio no Estado do Rio de Janeiro". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 5. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

> tradições da sua sociedade adiantadíssima e directa dependência civilisadora da Capital Federal.[493]

Deste modo, enquanto Assis Chateaubriand sinalizava para a importância econômica do estrangeiro, e para os investimentos financeiros e mão de obra para a prosperidade financeira do país, Galeão Coutinho voltava-se à preocupação étnica, ou seja, o embranquecimento da população. No entanto, Elísio de Carvalho, nos primeiros números da revista, apresentava-se oposto a ambas as justificativas de inserção do estrangeiro em território nacional, postura que se altera no decorrer dos números da revista, o que resultou em elogios por António Sardinha.

No quarto número da revista, o diretor de *América Brasileira* assumiu tendência lusofóbica. Elísio de Carvalho não negava o tradicionalismo vinculado às raízes coloniais do Brasil, pois entendia este como elo de identidade da nação. No entanto, alegava pouco empenho da Metrópole portuguesa em manter a unidade do Brasil, quando esteve sob sua posse. Deste modo, todo o esforço em se conservar o desenho contemporâneo do mapa brasileiro deu-se pelos coloniais, encontrando aí, as bases para o nacionalismo antilusitano do diretor de *América Brasileira*. Sendo assim:

> Pode-se dizer que não devemos esta particularidade [a manutenção da unidade nacional] a esforço nenhum especial de nossa metrópole. Pelo contrário, se em tal sentido ou em relação ao caso, a côrte portuguêza fez alguma coisa, foi exactamente o inverso do que se devia esperar se ella tivesse o pensamento de fortalecer entre os colossos do Pará e os do Rio Grande do Sul um sentimento de solidariedade em que tivesse de assentar a união futura.[494]

Tal comportamento apresentado pelo diretor da *América Brasileira* não afetava apenas aos portugueses. Nos números iniciais, houve insistente campanha, mobilizada por Sargento Albuquerque, de alerta às forças armadas brasileiras, no intuito de prepará-las contra possível

---

[493] Idem, ibidem.

[494] CARVALHO, Elysio de. "S. Paulo e o Sentimento de Unidade Nacional; discurso pronunciado no banquete que os intellectuaes de Santos lhe offereceram no dia 20 do mez passado". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional*. Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 13. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

violação do espaço nacional. Os supostos ataques seriam desferidos pelos vizinhos de língua castelhana. O pseudônimo de Carvalho encontrava nas raízes históricas a explicação à indisposição dos vizinhos de colonização espanhola, em relação ao Brasil. Para Sargento Albuquerque, a opção pelo Império enquanto regime político proporcionou irritação e sensação de inferioridade aos países fronteiriços, em função de escolherem o republicanismo.

Este sentimento mobilizaria as Repúblicas Latino-Americanas recém-criadas a se oporem ao Brasil. Para o autor, os vizinhos de língua espanhola "Entendiam que a identidade de fórma de governo lhes valia como um motivo de união e de solidariedade contra um regime que tinha ares de inculcar-se como superior ao que elles todos oriundos da Espanha, tinham preferido"[495]

Em número subsequente, a redação da revista assinou o artigo "A América Brasileira Julgada pelo SR. Zeballos" [496]. A escrita se assemelhava à praticada por Sargento Albuquerque, em sua oposição aos vizinhos do Brasil. Neste texto, há uma atenção especial aos supostos perigos representados pela Argentina em virtude de sua política armamentista. O artigo defendia não haver qualquer intenção de incentivo ao expansionismo militar por parte da revista de Elísio de Carvalho. Porém, a *América Brasileira* não abdicaria de defender os direitos do país.

> Se pedimos aos nossos dirigentes uma organização militar digna da nossa pátria, se denunciamos à parte esclarecida do nosso povo a falsidade de pretensos amigos, não quer dizer que estejamos pregando a guerra, uma guerra descabia, uma guerra antipathica, uma guerra que repugna o coração do brasileiro. Por que razão o Sr. Zeballos, que sempre foi partidário do preparo militar de seu paiz, nos nega a nós o direito de pretender para o Brasil um regimen que a propria Argentina adoptou ha muitos annos?[497]

---

[495] SARGENTO ALBUQUERQUE. "Velhas Machinações Argentinas Contra o Brasil". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 3. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[496] Estanislau Zeballos, conforme apresentado no referido artigo, foi um conhecido publicista argentino, que escrevia na "*Revista de Derecho, Historia y Letras"*. O artigo da *América Brasileira* respondia às afirmações de Zeballos. Segundo o autor argentino, o programa da revista de Elísio de Carvalho seria uma afronta à Argentina, em função do teor agressivo de nacionalismo apresentado.

[497] REDAÇÃO. "A América Brasileira julgada pelo SR. Zeballos". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 5. Rio de Janeiro: Abril de 1922. p. 33. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

A partir destas citações, observa-se que o diretor da revista caminhava em direção oposta à vista por Assis Chateaubriand e Galeão Coutinho. Estes últimos, mesmo que apresentassem justificativas distintas, eram simpáticos à imigração e aos estrangeiros no país. Elisio de Carvalho apresentava restrições aos portugueses, diante da suposta negligência colonial por parte da Metrópole. Além disso, Sargento Albuquerque fazia ataques e provocações aos países vizinhos, sustentando a distinção entre o Brasil e os países americanos de colonização espanhola. Deste modo, o diretor de *América Brasileira*, nos números iniciais da revista, apresentava rejeição aos contingentes provenientes dos países vizinhos ao Brasil e aos portugueses.

Pressões internas à revista foram exercidas para que Elisio de Carvalho alterasse tal postura. João Ribeiro visava sensibiliza-lo, em favor dos latino-americanos de língua castelhana: "Se estas linhas puderem commovel-o estou que a sua revista de actualidades abrirá com esta carta, que é a expressão de franqueza, um novo caminho ás relações intellectuaes entre latinos do nosso continente."[498] Nesta carta aberta, publicada em *América Brasileira*, João Ribeiro apontava para a riqueza literária presente no território hispano-americano, porém, pouco conhecida pelos leitores brasileiros. João Ribeiro apontava para a proximidade linguística e o parentesco mantido entre brasileiros e demais latino-americanos. Dizia o autor, "Entretanto, os americanos latinos que fallam uma lingua que quase se confunde com a nossa, possuem no corpo e na alma as mesmas affinidades compositas da remota civilização ibérica e alma indiana."[499]

Elísio de Carvalho fez ouvidos moucos aos pedidos de Ribeiro, salvo o texto que teceu à Blanco Fambona. Neste, Carvalho escrevia: "Dom Rufino Blanco Fambona não é só uma curiosa figura da literatura venezuelana é um dos mais considerados escriptores

[498] RIBEIRO, João. "Latinos-Americanos". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 5. Rio de Janeiro: Abril de 1922. p. 38. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.
[499] Idem, p. 37.

conteporaneos de língua espanhola."[500] Além desta referência, poucas outras apresentaram-se em relação a autores da América espanhola na revista de Carvalho[501]. Convites para colaboração de latino-americanos nascidos fora do Brasil também foram raros.

Embora apresentado o artigo elogioso a Blanco-Fambona, subsequente a este havia um texto produzido por Sargento Albuquerque, no qual o autor tecia, mais uma vez, provocações à Argentina. Neste caso, Albuquerque dissertava sobre a posição estratégica da ilha de Martim Garcia, localizada entre as fronteiras do Uruguai, Argentina e Brasil. Sobre o assunto, o pseudônimo de Carvalho dissertava:

> (...), desde que entre a Argentina e o Uruguay não está dirimida a questão da posse de Martim Garcia, e que a Argentina transformou a ilha em praça forte, por que não se aproveitar essa circunstancia para reviver o caso de neutralização da ilha, nos termos de 1831 e 1836?[502]

Embora Carvalho fizesse elogios ao autor venezuelano, Sargento Albuquerque não abandonou sua campanha contra a Argentina. Albuquerque passou a perder espaço na revista somente quando Elísio de Carvalho modificou seu nacionalismo, ao perceber as contribuições de elementos estrangeiros ao crescimento do Brasil. Desta forma, o diretor alteraria sua opinião a respeito dos portugueses e sua colonização, mas nada se modificou a respeito dos demais autores latino-americanos.

A postura intelectual de Carvalho, mais próxima da Europa que do restante da América Latina – característica comum dos pensadores brasileiros da primeira metade do século XX -, fez o diretor alterar sua relação à questão lusitana. Os acontecimentos dos anos 1920 também contribuíram para tais modificações a favor dos portugueses. Entre 1915 e 1920

---

[500] CARVALHO, Elysio de. "R. Blanco – Fambona". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 6. Rio de Janeiro: Maio de 1922. p. 69. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[501] Outra exceção feita, com relação à participação de latino-americanos de língua espanhola na revista de Elísio de Carvalho ocorreu na edição comemorativa do centenário da independência do Brasil. Nesta ocasião, várias autoridades internacionais contribuíram com textos para a revista. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 9 a 12. Edição do Centenário Nacional. Rio de Janeiro: setembro/dezembro de 1922. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[502] SARGENTO ALBUQUERQUE. "O Caso de Martin Garcia". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 6. Rio de Janeiro: Maio de 1922. p. 73. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

havia ocorrido um mal-estar diplomático que envolveu Brasil e Portugal. Este incidente adquiriu notoriedade como a "tensão dos poveiros".

Os poveiros eram pescadores portugueses que desfrutavam de grande influência na indústria pesqueira brasileira, chegando a fundar a Associação Marítima dos Poveiros. Esta ascensão dos portugueses no mercado da pesca se fez como reflexo dos acordos comerciais em assuntos de comércio marítimo, firmados ainda em 1836. Em face desta hegemonia, Epitácio Pessoa buscou revogar os direitos adquiridos desde aqueles tratados, e exigiu a nacionalização compulsória dos portugueses envolvidos na indústria pesqueira do Brasil. Diante da recusa em nacionalizarem-se, os pescadores foram extraditados para Portugal. Lá, foram recebidos como heróis, por se negarem a abdicar da nacionalidade portuguesa.[503]

No período deste incidente diplomático, no qual o nacionalismo de ambos os países foi insuflado, produziu-se documento relevante que, em *América Brasileira* foi o marco para a alteração do comportamento de Elísio de Carvalho em relação aos lusitanos. Trata-se da carta de Carlos Malheiro Dias[504] "Amemos o Brasil: carta aos estudantes portugueses", publicada em vários veículos de informação – tanto portugueses quanto brasileiros, entre os quais a *América Brasileira*[505]. O documento afirmava os laços de parentesco entre Portugal e Brasil, e legitimava a posição de Epitácio Pessoa. Porém, pedia aos brasileiros e aos portugueses que reduzissem as hostilidades. A carta de Malheiro Dias repercutiu positivamente nas concepções de Elísio de Carvalho, com a publicação do documento em sua revista. Fato a ser destacado é a incidência de artigos estrangeiros até então publicados em *América Brasileira*.

---

[503] SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português; Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações.* Campinas (SP): Editoria da UNICAMP, 2004. p. 73.

[504] Carlos Malheiro Dias era português, nascido no Porto, em 1875. No entanto, seus vínculos com o Brasil se fizeram através de sua mãe, brasileira. Além disso, possuiu relação próxima ao Brasil, migrando para o Rio de Janeiro aos 18 anos. Na capital federal adquiriu notoriedade literária.

[505] DIAS, Carlos Malheiro. "Amemos o Brasil: carta aos estudantes brasileiros". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 5. Rio de Janeiro: Abril de 1922. p. 47. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

Carlos Malheiro Dias foi o primeiro autor não brasileiro a publicar na revista. Além disso, foi um dos prefaciadores das obras de Elísio de Carvalho que circularam em Portugal.[506]

É precoce afirmar que foi Malheiro Dias quem promoveu o contato entre a *América Brasileira* e a *Nação Portuguesa*, embora participasse da revista portuguesa e nutrisse boas relações com Elísio de Carvalho. As dificuldades em se alcançar tal conclusão se fazem em função da distância temporal existente entre a inserção da carta de Malheiro Dias na *América Brasileira*, em abril de 1922, e a participação efetiva de elementos do IL na revista de Carvalho, a partir de fevereiro de 1923.

O centenário da independência do Brasil também contribuiu para obscurecer a trajetória entre os integralistas lusitanos ao inserirem-se na revista de Elísio de Carvalho. Em virtude das celebrações dos cem anos de independência do Brasil, a *América Brasileira* reservou edição comemorativa que ocupou os números de setembro a dezembro de 1922. Este fato retirou os colaboradores da revista de seu comportamento habitual.

Outro aspecto que modificou a postura costumeira da *América Brasileira* foi a participação de personalidades que não estavam inseridas no corpo permanente da revista. Nesta edição contribuíram com artigos, ministros e adidos de países que prestigiaram as celebrações na capital federal. Portanto, apesar de algumas evidências, não seria prudente apresentar Malheiro Dias como o responsável pelo contato entre Elísio de Carvalho e os colaboradores da *Nação Portuguesa*. No entanto, pode-se constatar que até a publicação de "Amemos o Brasil: carta aos estudantes portugueses" em *América Brasileira*, os integralistas lusitanos estiveram no anonimato nas páginas da revista.

Conforme dito, a revista de Elísio Carvalho era composta por nomes presentes no modernismo brasileiro. Arnaldo Saraiva levanta a hipótese de Almeida Braga, membro do IL, ter contribuído para o desenvolvimento do nativismo do grupo artístico brasileiro, em sua

[506] SARAIVA, Arnaldo.*op.cit.* p. 84.

viagem a São Paulo, em 1921[507]. Porém, a receptividade do integralista lusitano pela revista de Carvalho, dotada de nomes caros ao modernismo, foi modesta em relação à vista na *Nação Portuguesa.*

A viagem de Luís de Almeida Braga se fez em decorrência do rompimento do movimento português com D. Manuel em 1919. Esta quebra da aliança foi, segundo os membros do IL, fruto do pouco empenho do monarca desterrado de ir ao auxílio dos integralistas em Monsanto. A partir de então, Almeida Braga se colocou em excursão por países da Europa e da América Latina no intuito de difundir "acção cívica e política ao serviço das convicções que acreditava". [508]

A viagem realizada pelo integralista lusitano, em 1921, é referida na *América Brasileira*, apenas através de Malheiro Dias, no já citado "Amemos o Brasil". Ao estabelecer o vínculo entre o nacionalismo brasileiro e o português, o autor apresenta: "É esse nacionalismo que ainda recentemente reunia em volta da figura esbelta e da palavra insinuante de Luiz Almeida Braga os acadêmicos da Faculdade de Direito de S. Paulo."[509]. A *Nação Portuguesa*, em contrapartida, dedicou artigo à visita do integralista lusitano ao Rio de Janeiro e São Paulo, com status de "embaixador do Integralismo", e transmissor "da nossa idéa de resgate."[510] Nestes artigo, a *Nação Portuguesa* fez uso de citações de Tristão da Cunha para dar suporte à importância do integralista em sua viagem a São Paulo e ao Rio de Janeiro.

Tristão da Cunha, formado em direito no Rio de Janeiro, concluiu seus estudos em 1916, foi um dos colaboradores da *América Brasileira*. Mas nem por isso Almeida Braga ganhou destaque relevante na revista de Elísio de Carvalho. Por outro lado, na *Nação*

---

[507] Idem, p. 76-77.
[508] GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga.* Porto: Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. p. 15.
[509] DIAS, Carlos Malheiro. "Amemos o Brasil: carta aos estudantes brasileiros". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 5. Rio de Janeiro: Abril de 1922. p. 47. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.
[510] OLIVEIRA, Carlos Lobo de. "Portugal e Brasil". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 418. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

Portuguesa sua recepção foi calorosa. A revista integralista lança mãos de trechos de Tristão da Cunha, nos quais o brasileiro teceu comentários sobre os méritos de Almeida Braga e acerca da teoria do Integralismo Lusitano:

> Se bem entendo a excelente conferência que o Sr. Luis Almeida Braga proferiu aos estudantes de S. Paulo, e que se chama *o sentimento nacionalista*, é dessas idéas (a idéa tradicionalista e contra-revolucionaria que está modificando a face da Europa e que o articulista expõe numa rápida, mas incisiva síntese) é dessas idéas que se inspira o movimento nacional português, artístico, social e político intitulado Integralismo Lusitano. E tenho que a excelência da substância e da forma, nela se junta uma perfeita oportunidade, pois aquela empreza é um argumento vivo, paralelo e simpático, do nacionalismo brasileiro, como de resto, do nacionalismo universal.[511]

É surpreendente o silêncio de *América Brasileira* diante da viagem de Almeida Braga ao Rio de Janeiro e a São Paulo, pois, segundo o artigo de *Nação Portuguesa*, Carvalho já havia publicado em sua revista o texto "Génio Peninsular" de António Sardinha. Este artigo foi lançado na revista brasileira em fevereiro de 1923. Em *América Brasileira*, no mesmo número acima referido, o texto de Sardinha é antecedido pelo artigo "Antonio Sardinha, Poeta do Lusitanismo", de Carlos Lobo Oliveira - mesmo autor responsável pelo texto de *Nação Portuguesa*, onde se relatou a repercussão dada pela visita de Almeida Braga à Faculdade de Direito de São Paulo. Deste modo, se revelava os primeiros contatos entre os colaboradores da *Nação Portuguesa* com Elísio de Carvalho.

Carlos Lobo, português com vínculos ao IL, em artigo na *América Brasileira* apresentava as seguintes palavras a respeito de António Sardinha: "Poeta que sabe evocar na curva ritmica dos versos os longes do maravilhoso mundo interior – (...)"[512]. Em *Nação Portuguesa*, por sua vez, apresentava a seguinte descrição sobre Elísio de Carvalho e sua revista: "Conhecem os leitores por certo a importante revista do Rio de Janeiro – *América*

---

[511] Idem, p. 418-419.

[512] OLIVEIRA, Carlos Lobo de. "António Sardinha, Poeta do Lusitanismo". In. *América Brasileira: Resenha da Vida Nacional".* Ano 3. n. 14. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1923, p. 43. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

Brasileira. Dirije-a o espirito brilhantíssimo de Elysio de Carvalho e toda a sua bela actividade intelectual se desenvolve em torno da bandeira do nacionalismo."[513]

Estes elogios demonstram o progressivo estreitamento na relação entre os editores da *América Brasileira* e da *Nação Portuguesa*, fato que contribuiu para a alteração da postura sustentada por Carvalho a respeito dos portugueses. Cada vez mais a *América Brasileira* publicava artigos apresentados na *Nação Portuguesa*. O modo como Elísio de Carvalho interpretava o passado colonial brasileiro também foi sendo modificado em função deste estreitamento de laços.

Carvalho migrou da lusofobia para a lusofilia, conforme apresentou em seu artigo "Libello Nativista Contra os Portugueses", publicado em julho de 1922: "Aos portuguezes devemos, sem euphemismos, a grandeza da terra, unida e identificada pelo sangue e pelo espírito da pátria e opulência de nacionalidade."[514] Retomada a citação de fevereiro de 1922, constatar-se-á a contradição, inerente aos dois excertos, quanto ao papel da Metrópole na manutenção da unidade territorial do Brasil. Segue o trecho de fevereiro de 1922:

> Pode-se dizer que não devemos esta particularidade [a manutenção da unidade nacional] a esforço nenhum especial de nossa metrópole. Pelo contrário, se em tal sentido ou em relação ao caso, a côrte portuguêza fez alguma coisa, foi exactamente o inverso do que se devia esperar se ella tivesse o pensamento de fortalecer entre os colossos do Pará e os do Rio Grande do Sul um sentimento de solidariedade em que tivesse de assentar a união futura.[515]

As primeiras referências a Sardinha, apresentadas na revista de Carvalho, são encontradas a partir de fevereiro de 1923. Além do artigo de Carlos Lobo, acima apresentado, havia na coluna "Notas e Commentarios" resenha sobre o texto "Génio Peninsular" de António Sardinha, não assinado.

---

[513] _____. "Portugal e Brasil". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 416. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[514] CARVALHO, Elysio de. "Libello Nativista Contra os Portuguezes". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 8. Rio de Janeiro: Julho de 1922. p. 138.

[515] _____. "S. Paulo e o Sentimento de Unidade Nacional; discurso pronunciado no banquete que os intellectuaes de Santos lhe offereceram no dia 20 do mez passado". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1922. p. 13. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

> António Sardinha é uma das figuras mais impressionantes de Portugal de agora, e na Republica irmã tem actuação enérgica, alevantada e fecunda. No movimento de ideas á volta da gloriosa nação prestes a ressurgir cercada do maior fulgor e vitalidade é elle o leader primacial do que se convencionou chamar integralismo lusitano, (...)[516]

A autoria deste comentário foi acusada em *Nação Portuguesa*, por Carlos Lobo Oliveira, ao agradecer os elogios ao texto de António Sardinha, mas, ao mesmo tempo, rebatia a afirmação que o IL possuiria um líder: "Os leitores descontarão o que ha de amável e de excessivo nas referências de Elysio de Carvalho. Também a verdade manda que se rectifique a atribuição ao Dr. António Sardinha da qualidade de "*leader*" primacial do Integralismo Lusitano. "[517]

Embora estas fossem as formas de reciprocidades intelectuais mais concretas, a alteração do comportamento de Elísio de Carvalho em relação aos portugueses se iniciou entre julho de 1922, às vésperas das comemorações do centenário de independência do Brasil (com a publicação de "Libello Nativista Contra os Portugueses"), e fevereiro de 1923. Após as festividades referentes aos cem anos da independência do Brasil, os laços entre as revistas de Elysio de Carvalho e de António Sardinha se estreitaram em definitivo.

A *Nação Portuguesa* lançou elogios ao Brasil e à iniciativa de Elysio de Carvalho pela autoria de várias obras, entre as quais, ser diretor da "(...) *América Brasileira*, cujo programma nacionalista consiste em ligar o culto dos nossos antepassados à energia dos contemporâneos, em fortalecer a permanência histórica e sagrada, (...)."[518] Em resposta, Elysio de Carvalho afirmava: "Alegra-nos assegurar que o nacionalismo de António Sardinha, (...) muito se aparenta com as idéas e os princípios que inspiram a *America Brasileira*, (...). Estamos certos, pois, de que muito será apreciado entre nós o trabalho do director da *Nação*

---

[516] REDACÇÃO. "Notas e Commentarios: O Génio Peninsular". In. In. *América Brasileira: Resenha da Vida Nacional".* Ano 3. n. 14. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1923, p. 54. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[517] OLIVEIRA, Carlos Lobo de. "Portugal e Brasil". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 416. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[518] Idem, p. 418.

Portuguesa."[519] Nas comemorações do centenário da independência do Brasil a *Nação Portuguesa* destacou a importância do país enquanto futura potência, sem, no entanto, deixar de recuperar os antigos vínculos coloniais:

> Não pode deixar-nos indiferentes o centenário da independência do Brasil! (...). Obra admirável do nosso genio, o Brasil reflecte na sua composição, tão forte, tão homogenea para uma pátria mal saída ainda da confusão colonial, a estructura histórica que tornou poderosa e grande, cá deste lado do Atlantico, a sua velha metrópole.[520]

Esta referência, provavelmente, causou constrangimento aos colaboradores da *América Brasileira,* vista a necessidade, por parte destes, de buscar a soberania do Brasil e elevar o prestígio nacional em cenário mundial. De qualquer maneira, estes incidentes não estremeceram o contato entre as duas revistas, visto que Sardinha continuava a elogiar Elísio de Carvalho, e Carvalho, por sua vez, abria espaço em sua revista para artigos de autores integralistas ou simpáticos ao movimento, tais como: Afonso Lopes, Carlos Lobo de Oliveira e o próprio António Sardinha.

Como reflexo da abertura proporcionada por Carvalho aos integralistas lusitanos, elementos externos ao movimento, mas igualmente comprometidos com a extrema-direita portuguesa, ganharam destaque em *América Brasileira*. É o caso de João de Castro Osório e de seu movimento, o Nacionalismo Português. Na edição de setembro de 1923, a revista apresentou em seção "Portugalia", destinada a assuntos literários e políticos de Portugal. O documento discorre sob a fundação do Nacionalismo Lusitano, vinculado às ideias fascistas, conforme informado no parágrafo primeiro: "1º - Está organizado o movimento fascista em Portugal no chamado Nacionalismo Lusitano." Embora o parágrafo 4º afirmasse: "A

---

[519] REDACÇÃO. "Notas e Commentários: O Genio Peninsular". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 2. N. 14. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1923, p. 54. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[520] REDACÇÃO. "Glória ao Brasil!". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 97. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

organização Nacionalista, o fascismo portuguez se quiserem, não é um agrupamento feito em torno de nome nenhum.", a *América Brasileira* vinculou-o a João de Castro Osório[521].

Em meio às turbulências política de Portugal na década de 1920, Osório e seu grupo, anterior à sua formação fascista, tentaram um golpe mal sucedido. Em 8 de julho de 1922, João de Castro Osório foi encaminhado à prisão em São Julião da Barra. Ao sair da cadeia, fundou o Nacionalismo Lusitano. Novamente pela coluna "Portugalia", de *América Brasileira*, desta vez de fevereiro de 1924, consta-se a interpretação da revista sobre o ocorrido: "João de Castro Osório é um dos mais indômitos da geração [ilegível] portugueza que agora surge. Nacionalista intransigente, chefe de um dos ultimos movimentos revolucionários, o que lhe valeu alguns meses de reclusão, (...)."[522] Portanto, para o autor da coluna, não foi a tentativa golpista de Osório "o que lhe valeu alguns meses de reclusão", mas o fato de liderar um movimento nacionalista. Deste modo, tal como no Brasil, a república portuguesa seria a facilitadora da entrada do cosmopolitismo no país, ameaça ao nacionalismo e à identidade nacional. Assim, João de Castro Osório, segundo a *América Brasileira* não seria um inimigo político do Estado português, mas um opositor da República e um mártir de Portugal.

O Nacionalismo Lusitano foi apenas uma das pautas de *América Brasileira* que reverberaram os problemas político da Europa. Em consonância com a *Nação Portuguesa*, a revista de Elísio de Carvalho ofereceu espaço a temáticas, tais como o fascismo e o "perigo vermelho" representado pela expansão comunista. Em comum às duas revistas, a emergência do fascismo na Itália foi vista com entusiasmo, por haver a compreensão que este surgia sob a finalidade de combater o "bolchevismo". Majoritariamente, os comentários sobre o regime

---

[521] REDACÇÃO. "Portugalia: O Fascimo em Portugal". In. *América Brasileira: Resenha da Vida Nacional*. Ano 2. N. 21. Rio de Janeiro: Setembro de 1923, p. 264. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[522] REDACÇÃO. "Portugalia: João de Castro Osório". In. *América Brasileira: Resenha da Vida Nacional*. Ano 3. N. 26. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1924, p. 55. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

italiano, em *Nação Portuguesa* eram de autoria de Rolão Preto, não por acaso, posterior líder do Nacional Sindicalismo. Em *América Brasileira* as crônicas internacionais não possuíam autores fixos, por vezes não sendo assinadas. Nos primeiros momentos do governo de Mussolini, os comentários da revista brasileira mantiveram-se favoráveis ao *Duce*.

Na revista portuguesa de 1922-23, Rolão Preto relatava: "(...) graças á cruzada 'fascista' e aos seus aliados naturais integralistas da *Idea Nazional*, a Itália pode hoje respirar tranquila, livre do pezadelo bolchevista que sobre ela pezava numa ameaça pavorosa todos os dias."[523] Em termos similares, em *América Brasileira* de janeiro de 1923 interpretava o fascismo como "(...) a reacção da mocidade, das forças vivas do paiz contra o fermento anarchista e bolchevista, que a complacencia de governos bastardos deixava contaminar a nação italiana, como aliás outros paizes da Europa."[524]

Tal como na revista dirigida por António Sardinha, em *América Brasileira* havia a interpretação de que as ideias anarquista e comunista seriam consequência de "governos bastardos", ou seja, das democracias liberais. Recorrendo novamente a Preto, tem-se que "O plano inclinado da nossa decadencia continua irremediável no *materialismo democrata, comunista, internacionalista*, (...)."[525]

No entanto, no Brasil, as opiniões não possuíam unanimidade em relação ao fascismo, tal como se percebe através de Harold J. Laski, um correspondente ocasional da *América Brasileira* na Europa. Chama a atenção para o fato de Laski ter sido marxista, e ter ocupado, posteriormente, cadeira no Partido Trabalhista inglês entre os anos de 1945-46. Nestes termos, suas opiniões não poderiam ser positivas em relação ao fascismo, porém criticava, igualmente, o socialismo soviético. Assim, o inglês considerava que Mussolini e Lênin:

---

[523] PRETO, Rolão. "Cronica Social". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 34. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.
[524] REDACÇÃO. "A Vida Internacional: Mussolini e a Victoria do Fascismo". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 2. N. 13. Rio de Janeiro: Janeiro de 1923, p. 20. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.
[525] PRETO, Rolão. "Cronica Social". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 171. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

> Degradaram a moralidade publica, recusando conformarem-se com as condições que permitem manter relações convenientes com homens civilizados. Tratando seus adversários como criminosos, tornaram perigosas as manifestações de pensamento e isso numa época em que se tem necessidade antes de mais nada inovações no domínio da vida social.[526]

Portanto, no interior de *América Brasileira*, existiam discordâncias em relação ao fascismo. Alguns autores divergiam da postura simpática ao regime de Mussolini, sustentada pela *Nação Portuguesa*. Por outro lado, a revista então dirigida por António Sardinha buscou avançar as relações mantidas com a revista brasileira, em outros vetores. Em artigo denominado "Definindo Intenções", havia o projeto, costurado por António Sardinha, de União Peninsular. Neste, Portugal e Espanha, em consórcio com os países latino-americanos formariam um bloco político-econômico-cultural.

A intenção seria transformar o Atlântico "(...) num lago emmoldurado pelos descendentes de quantos outrora, partindo da Península Madre, o rasgaram ao cortejo triunfal das idades modernas."[527] Ideia semelhante apareceria em *América Brasileira*, em artigo de autoria de Afonso Lopes Vieira[528]. Neste, o autor saúda o Brasil; "Saudemos ao Brasil o adolescente heroico nosso herdeiro continuador da raça e língua nossas, mantenedor da Lusitanidade e do seu ritmo imortal." E fazendo eco ao projeto de União Peninsular, defende: "Nesse dia – sem duvida longínquo mas de certa aurora – se há de constituir no mundo, com a Espanha nossa irmã e a America das duas línguas da Peninsula madre, a Aliança fraternal e gigantesca – o nosso 'Quinto Império' do nosso mito nacional."[529]

---

[526] LASKI, Harold J.. "Lenine e Mussolini". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 25. Rio de Janeiro: Janeiro de 1924, p. 28. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[527] REDACÇÃO. "Definindo Intenções". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 493. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[528] O qual, Sardinha descreve da seguinte forma; "Tanto quanto lho permite o seu temperamento recluso de poeta, Afonso Lopes Vieira é até um dos melhores amigos do movimento integralista" SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta* .2 ed. Lisboa: qp, 1978. p. 80.

[529] VIEIRA, Afonso Lopes. "Saudação ao Brasil". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 28. Rio de Janeiro: Abril de 1924, p. 96. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

Segundo António Sardinha, tal união se faria sem hierarquizações, ou ressentimentos entre ex-colônias e ex-metrópoles. Neste esforço, os países envolvidos cumpririam a missão de restaurar a civilização ocidental, corrompida pelo materialismo, pelo liberalismo e pelo individualismo. Todavia, o autor não deixou de atribuir a Portugal e Espanha o status de "semeadores de nacionalidades": "Semeadores de nacionalidade, (...), nós dispomos dum agrupamento humano, - a Península e a America-Hispânica -, em que apoiar, para o seu inevitável resurgimento, a combalida civilização ocidental."[530] Sardinha daria continuidade ao projeto em "A Lição do Brasil". Neste artigo, o diretor de *Nação Portuguesa* mantém o Brasil como herdeiro e continuador do legado português. Além disto, considerava a nacionalidade brasileira consequência de *duas* forças tradicionais que compuseram a *Grei* portuguesa: a Igreja e a Realeza. Deste modo, afirma:

> Porque, precisamente, o Brasil – criação inconfundivel do génio de Portugal, seu filho primogênito, seu morgado e esplendido continuador, resultou como nacionalidade da acção das *duas* fôrças tradicionais que fizeram a nossa pátria o que o nosso nacionalismo se impõe defender e reabilitar: - a Igreja e a Realeza.[531]

Todavia, ao ser transcrito para a revista dirigida por Elysio de Carvalho, uma letra foi alterada - fato que modificou o significado do trecho, e talvez do próprio texto. Em lugar de "das duas forças" (em itálico no excerto), há "das suas forças"[532]. Sob esta modificação, o Brasil continuaria a ser "filho primogênito" de Portugal. Todavia, sua postura deixaria a passividade, como resultante de *duas* forças tradicionais de Portugal, para tomar postura ativa, sendo *suas* essas forças tradicionais.

---

[530] SARDINHA, António. "Madre-Hispania". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 117. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[531] SARDINHA, António. "A Lição do Brasil: A Jackson de Figueiredo". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 546. (grifo meu). Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU5. Registro: 104444.

[532] _____. "A Lição do Brasil: A Jackson de Figueiredo". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 28. Rio de Janeiro: Abril de 1924, p. 106. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

Tal alteração impactou as relações até então mantidas pelas revistas. Indício é constatado pelo fato de a *Nação Portuguesa*, no ano de 1924, tecer apenas duas referências à *America Brasileira*, ao longo de seu primeiro número, um total de 108 páginas. Na revista brasileira, por sua vez, a citação à sua parceira se faria apenas no número 33, portanto, decorridos cinco meses da "troca de letras". Elysio de Carvalho abre esta edição colocando fim às esperanças de contribuição de sua revista na empreitada de unificação hispânica, proposta pela *Nação Portuguesa:*

> Apenas entendemos que, neste momento, o estudo ou a propaganda de assumpto, que será obra das "élites" intellectuaes, não se poderá fazer com proveito, com isenção de animos com possibilidade de exito: nenhum dos dous países está preparado para acolher a idéa de estructura theorica tão complexa e applicação prática tão extensa.[533]

A rispidez presente neste artigo, não deve, no entanto, conduzir à conclusão de alteração do projeto político antiliberal de *América Brasileira*. Ao contrário, no último ano de suas atividades, em maio de 1924, a revista de Carvalho abre seus trabalhos com artigo que criticava o presidencialismo presente na Constituição. Em "A Revisão Constitucional" encontrava-se:

> São tão graves os pontos a rever, a começar pelo presidencialismo, que duvidamos muito seja opportuna hora, ainda perturbada por uma série de circumstancias deprimentes, que alteram fundamentalmente a nossa vida política e acarretam as mais funestas consequências, de que á índice a doutrina de estado de sítio preventivo.[534]

Constata-se a crítica ao abuso da prerrogativa do Estado de sítio, lançada por Artur Bernardes para controlar os distúrbios sociais que tomavam vulto no cenário interno. A redação da revista de Carvalho utilizava-se deste recurso para atacar a Carta Constitucional. Tais críticas se assemelhavam às encontradas na abertura de seu primeiro número, ainda em dezembro de 1921. Portanto, havia coerência com os projetos iniciais.

---

[533] CARVALHO, Elysio de. "Um Apostolado". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 33. Rio de Janeiro: Setembro de 1924, p. 270. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[534] REDACÇÃO. "Revisão Constitucional". In. *America Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 33. Rio de Janeiro: Maio de 1924, p. 133. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

O ano de 1924 significou o término das atividades da revista América Brasileira. Elísio de Carvalho exercia atividade centralizadora em sua revista, ao assumir ações que excediam ao cargo de diretor, ao escrever artigos, arregimentar investimentos e ao fazer propagandas em revistas dentro e fora do país. Deste modo, possuía importância destacada para o desenvolvimento de *América Brasileira*.

No entanto, ao início de 1924 observava-se o esgotamento do fôlego de Carvalho ao exercer o leque de atividades no interior do periódico. No número 25, a redação anunciava através de nota curta "Agora sanccionado uma situação de facto, a direcção desta revista deliberou entregar a Renato Almeida o logar de seu redactor-chefe."[535] O esgotamento de Carvalho incide em sua saúde, o que levou a revista a suspender suas atividades, por tempo indeterminado, até a recuperação de seu diretor, fato que não ocorreu. Deste modo, o motivo de encerramento de suas atividades foi o "(...) estado de saúde de nosso prezado chefe, (...) [portanto], América Brasileira delibera suspender, desde já, a sua publicação, (...)."[536] Carvalho viria a falecer no começo de 1925.

Deste modo, reduziu-se o diálogo entre a *Nação Portuguesa* com a *América Brasileira.* Todavia, por desconhecimento das informações ou por zelo aos compromissos comerciais estabelecidos com a revista brasileira, a *Nação Portuguesa* continuou a divulgar propagandas da revista de Carvalho. Conforme indica a *Nação Portuguesa*, seus colaboradores possuíam consciência da debilidade do estado de saúde do diretor de *América Brasileira:* "Elysio de Carvalho, o grande escritor nacionalista brasileiro, esteve em Lisboa, de passagem para a Suíssa, onde ali foi realizar uma cura de repouso."[537] No entanto, após a nota sobre o tratamento de Carvalho, encontrava-se artigo ainda mencionando a revista

[535] REDACÇÃO. "O Novo Redactor-Chefe da 'América Brasileira'. In. *América Brasileira: Resenha da vida Nacional.* Ano 3. N. 25. Rio de Janeiro: Janeiro de 1924, p. 9. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[536] REDACÇÃO. "América Brasileira". In. *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 3. n. 35-36. Rio de Janeiro; Novembro-Dezembro de 1924. p. 354. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

[537] REDACÇÃO. "Das Ideas das Almas & dos Factos: Elysio de Carvalho." In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série, n.1. 1924. p. LXVIII.

brasileira como se esta continuasse sob a direção de Carvalho: "Também a revista fluminense *A América Brasileira*, que o nobre espírito de Elísio de Carvalho dirige, se referiu à conferência de António Sardinha em Madrid."[538] Esta nota é indicativa do afrouxamento dos laços entre as duas revistas, haja vista o desconhecimento dos colaboradores de *Nação Portuguesa* sobre o encerramento das atividades da revista brasileira, ocorrida naquele mesmo ano.

3.3 – A Ação Imperial Patrianovista e sua relação ambígua com a Ação Integralista Brasileira

Através do subitem anterior, percebe-se que as primeiras décadas da República brasileira não estiveram isentas de oposição. Alternativas ao sistema político liberal foram realizadas, conforme se apresentou nos artigos de *América Brasileira.* A concentração de forças no poder Executivo, para romper com as oligarquias estaduais foi projeto existente também entre os movimentos monarquistas deste período, onde o que possuiu maior relevância foi a Ação Imperial Patrianovista Brasileira (AIPB). Embora fosse o movimento monárquico de maior projeção ao longo do período da I República, não se constituiu movimento de massa. Entre outros aspectos a serem analisados, constatou-se a dificuldade encontrada pelos dirigentes do movimento, em tornar a monarquia um projeto de salvação onde as camadas populares pudessem fazer parte. Neste sentido, suas bases estiveram voltadas para as classes médias, ao buscar modificação de regime a partir dos extratos superiores da sociedade.

[538] REDACÇÃO. "Através dos Jornais e Revistas". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série, n.1. 1924. p. LXXII. Real Gabinete Português da Leitura: CDU 050, RGPL 4UU6. Registro: 207116.

Feitas as devidas ressalvas, o movimento monárquico dirigido por Arlindo Veiga dos Santos foi injustamente entregue ao exílio historiográfico[539]. É surpreendente o baixo número de trabalhos acadêmicos voltados ao movimento de extrema-direita, monarquista, fundado entre o final dos anos 1920 e início da década de 1930, liderado por um intelectual negro simpático à ideologia nazifascista.[540]

Parte da justificativa para o rarefeito índice de pesquisas sobre o assunto é encontrada na dificuldade de rastrear as fontes relacionadas ao tema. Tais adversidades refletiram-se na confecção desta parte da pesquisa, visto que o material relacionado ao patrianovismo diz respeito somente à segunda fase do movimento, ou seja, de 1945 a 1972. Estes documentos, divididos entre boletins e panfletos majoritariamente, estão no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (SP)[541]. Ainda assim, através da documentação recolhida, é possível observar aspectos relevantes de sua teoria, reverberados no interior da AIB. Este subitem tem como finalidade encerrar as análises de grupos que mantiveram contato com o IL e cujas ideias foram utilizadas, posteriormente, no interior do integralismo brasileiro.

Sob os devidos cuidados quanto ao exame, em função da atualização teórica exercida pelo movimento de Arlindo Veiga, é possível alcançar fragmentos da teoria da primeira fase da AIPB (1928-1937), que seriam aproveitados pela AIB. Era imperativo para a AIPB a atualização de suas pregações para arregimentar novos integrantes em sua segunda fase. No entanto, teria de fazer-se coerente com o arcabouço de sua fase anterior, no intuito de evitar a

---

[539] Entre as pesquisas recentes, dividindo-se entre a figura de Arlindo Veiga dos Santos e seu movimento (a AIPB) podem ser citadas: DOMINGUES, Petrônio. "Veiga dos Santos (1902-1978: 'Viva a nova monarquia brasileira; viva Dom Pedro III! '." In. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº. 36, p. 517-536, Jul./Dez, 2006; FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. "A Trajetória de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância negra dos anos 1930." In. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005; MALATIAN, Teresa Maria. *A ação imperial patrianovista brasileira*. São Paulo: dissertação de mestrado em História para a PUC/SP, 1978; MALATIAN, Teresa Maria. *Império e Missão.* Um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

[540] DOMINGUES, Petrônio. "Veiga dos Santos (1902-1978: 'Viva a nova monarquia brasileira; viva Dom Pedro III! '." In. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº. 36, p. 517-536, Jul./Dez, 2006. p. 528.

[541] Arquivo Público e Histórico de Rio Claro (APHPC). Fundo Plínio Salgado (FPS) cx. 134.040; FPS, cx. 143.009.

evasão dos integrantes de 1928 a 1937. Assim, teceu-se o elo encontrado entre *memória* e *cultura política*, ao retomar suas atividades em 1945.

Deste modo, pode-se considerar que nos boletins e panfletos encontrados no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, mesmo que escritos após 1945, havia referências aos estatutos de 1928 e 1932: o de 1928, responsável pela criação do movimento patrianovista, sob denominação de Centro Monarquista de Cultura Social e Política Pátria-Nova; o segundo estabelecendo nova referência ao grupo, Ação Imperial Patrianovista Brasileira. Para Michael Pollak a memória coletiva "(...) não pode mudar de direção brutalmente a não ser sob risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer nessa nova imagem, (...)."[542]

Sob a liderança de Arlindo Veiga dos Santos, o patrianovismo possuía como característica a ideologia de extrema-direita, com suporte no projeto de Estado centralizador, calcado no corporativismo, e na feição antiliberal. Deste modo, seu líder esteve entre os fundadores da Sociedade Estudos Políticos (SEP) que gerou a AIB. Na SEP, Arlindo Veiga permaneceu até o início da segunda metade de 1932.[543]

Divisor comum entre Plínio Salgado, chefe nacional da AIB, e o criador da AIPB, além da postura de direita extremista e as críticas ao liberalismo, foi o catolicismo inerente às suas concepções teóricas e políticas. Este último aspecto, em Veiga dos Santos levou-o a participar, também, do Centro Dom Vital e a colaborar com a revista *A Ordem*. Este esforço foi uma reação à proclamação da República e à ruptura do pacto entre o Trono e a Cruz, firmado no período monárquico. Assim sendo, Arlindo Veiga Santos relacionava o declínio da nacionalidade à adoção do regime liberal e republicano. Deste modo, o patrianovismo era revestido pelo tradicionalismo, no intuito de retornar ao passado colonial, no qual a Igreja ocupou, segundo os escritos do autor, posição privilegiada nos assuntos políticos e sociais.

---

[542] POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio." In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989. p. 10.
[543] DOMINGUES, Petrônio. *Op.cit.* p. 526.

As páginas dos periódicos associados a Arlindo Veiga dos Santos mantinham combate ao liberalismo e à democracia e, por isso, recriaram narrativa histórica em torno do período colonial. Neste recorte da história do Brasil, "(...) a vida municipal se entende como vizinhos que se estimam, se entreajudam e conspiram todos para o bem comum, (...)." No entanto, com o advento da República, "A norma era a divisão do povo, explorado, em sua ingenuidade pelo partido único, apenas *nominalmente* diferenciado em tôdas as províncias."[544] Deste modo, a população foi enganada pelos partidos democráticos, que defendiam o princípio liberal. Diante das agremiações partidárias – sempre segundo Veiga dos Santos – defenderam o liberalismo político, porém, estas não passaram de um mesmo partido disposto em várias províncias. Na citação acima, transparece o elitismo intelectual de Veiga dos Santos, diante da apresentação da ingenuidade como aspecto predominante ao povo.

Para sanar a suposta deterioração do país, promovida pela República e pela democracia liberal, Arlindo Veiga fixou as bases da AIPB na família e na monarquia. No entanto, esta última teria de assumir o formato orgânico. O que se propunha era a monarquia corporativista. A rejeição à monarquia constitucional encontrava-se explícita:

> A Monarquia que nascesse do conluio de um partido pretenso "monárquico" morreria do conluio de partidos.
> Não aceitamos tal monarquia. Se a quiséssemos, já a teríamos feito há muito tempo.
> A verdadeira Monarquia Integral orgânica terá de nascer das fôrças vivas da Nação, (...).[545]

A opção para se retirar o Brasil dos problemas encontrados na República, estaria na instauração do Império Orgânico. As bases deste projeto retomavam o período colonial. Neste momento histórico se teria "expurgado dos velhos erros acidentais" presentes a partir de

[544]MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 1. (grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040.

[545] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. Ano II, n. 10. São Paulo: Setembro-Outubro de 1956. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. p. 3. APHRC/FPS - cx: 134.040.

1822[546]. Portanto, a escolha política iria além do mero saudosismo do passado. Segundo Maria Teresa Malatian, os primeiros membros da AIPB não possuíam idade suficiente para alimentar alguma recordação do II Império[547]. O que fomentava aquele projeto político em torno da causa monárquica seria o descrédito à República, em função de seu revestimento oligárquico. Assim, como antípoda do regime liberal, encontrava-se a Monarquia corporativa.

No projeto sustentado por Arlindo Veiga dos Santos, transpareciam as influências advindas da França e de Portugal, respectivamente da *L'Action Française* (AF) e do IL. Conforme exposto no capítulo 1, ambos os movimentos europeus possuíam raízes no monarquismo antiliberal, denominado orgânico. Além disto, escoravam suas doutrinas e posicionamentos ideológicos em interpretações autoritárias acerca do cristianismo, além de advogarem em prol de projetos tradicionalistas de nacionalismo político. Portanto, ao condenar a democracia, o líder da AIPB apresentava seus ataques em termos próximos aos utilizados por Charles Maurras, dirigente da *AF*.

Em artigo de 1955, Arlindo Veiga escrevia: "A democracia é na realidade o regimen do carro adiante dos bois e dos bois dirigindo o boiadeiro."[548]. Trecho este que se aproxima do existente em *Enquête sur la Monarchie*, no qual Maurras expunha: "Mas a *República* ou a vontade nacional a princípio, colocava a carroça na frente dos bois fazia depender o superior do inferior, o comandante de seu subordinado."[549]

---

[546] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 1. (grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040. p. 3.

[547] MALATIAN, Maria Teresa. *Império e Missão: Um novo monarquismo brasileiro.* São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 2001. p. 42.

[548] "Democracia". In. MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: Outubro de 1955. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. n. 3. p. 2. APHRC/FPS - cx: 134.040.

[549] ["*Mais la* Republique *ou la volonté nationale d'abord, cela mettait la charrue avant les boeufs, faisait dependre le superieur de l'inferieur, le commandent de l'obéissance: (...).* (Tradução minha)]. MAURRAS, Charles. *Enquête sur la Monarchie.* 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationalle, 1925. p. XC. (grifo do original).

O IL foi movimento calcado em bases da Tradição e defensor da monarquia orgânica, igualmente, influenciou a AIPB. Arlindo Veiga dos Santos, respaldado na tradição como base para o progresso do país, em MONARQUIA afirmava:

> Toda política verdadeira se funda na Tradição. Isso não quer dizer que seja fóssil e retrógrada como dizem os agentes da ânti-nação. A Tradição é a base para o progresso real, pois é acervo de valores espirituais realistas que plasmavam na lama da Nação através de sua formação histórica.[550]

Em sua defesa da Tradição, nestes termos, discernia-a do saudosismo, ou do imobilismo em relação ao desenvolvimento do país. Ao contrário, afirmava-a como pilar para o progresso do Brasil, por ser a responsável pela manutenção dos verdadeiros laços identitários do país. Próxima a esta argumentação estiveram as palavras de António Sardinha, principal mentor intelectual do IL. Em defesa da tradição, o português a enxergava não como "passadismo", mas como elemento norteador para o futuro, justamente por preservar as raízes do Portugal medieval. Deste modo, Sardinha forneceu à Tradição aspectos de dinamismo, mas também continuidade. No excerto de *Ao Ritmo da Ampulheta*, Sardinha dissertou:

> Filosófica e historicamente nosso conceito de tradição equivale a *dinamismo* e *continuidade*. Estamos, por isso, bem longe de nos confinarmos numa idéia saudosista da sociedade *que foi* ou das gerações *que passaram*. Pelo contrário, abertos às solicitações clamorosas deste instante de febre, olhamos o futuro com um alto desejo de o prepararmos, melhor e mais belo do que é a actualidade tão horizontal e espessa em que vivemos.[551]

Outro vetor de aproximação entre o IL e a AIPB eram os projetos de Estado apresentados por ambos. Os movimentos eram adeptos do corporativismo enquanto forma ideal de organização política, social e econômica. Chama a atenção a semelhança dos termos utilizados por António Sardinha e por Arlindo Veiga na defesa de suas respectivas propostas. Em *Aliança Peninsular,* cuja primeira edição data de 1924, António Sardinha defendia o Estado antiparlamentar em seu formato tradicional. Neste projeto político, a administração

---

[550] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há UNIÃO NACIONAL. Ano IV, n. 22. Director: Arlindo Veiga dos Santos. Redactor Chefe: Arlindo Batista Pereira. São Paulo: Setembro- Outubro de 1958. p. 3. APHRC/FPS - cx: 134.040.

[551] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* 2ª ed. Lisboa: qp, 1978. p. 22. (grifo do original).

seria descentralizada, através do municipalismo. Porém, tal situação administrativa, não se encontraria em assuntos políticos, pois o poder estaria centralizado nas mãos do monarca. Portanto, a fórmula seria: Estado centralizado politicamente, mas descongestionado administrativamente:

> *Nuevo Estado en la patria vieja! Estado orgánico en la sociedad organizada, o mejor todavía: estado antiparlamentario y descentralizado, tan fuerte y unitario en lo político propiamente dicho como* descongestionado y simplificado en lo económico y administrativo.[552]

Em defesa de seu formato de Império Orgânico Arlindo Veiga dos Santos, em estatuto de 1928, estabelecia a descentralização administrativa como projeto de organização estatal, através da autonomia dos municípios. É necessário firmar que esta autonomia não dizia respeito aos assuntos políticos, sendo estes, tal como disposto nas propostas do IL, concentrados na figura do rei. Deste modo, mantinha o modelo sustentado por António Sardinha, ou seja:

> *Nova Divisão Administrativa – Concentração Política e Descentralização Administrativa. Capital no Centro do Império:* Divisão do País em províncias menores puramente administrativas. Educação contra o mau espírito regionalista e a favor do Município, célula do Estado Imperial – Fundamentação em bases sólidas da Unidade Nacional, sem prejuízo das legítimas liberdades provinciais e, sobretudo, da Autonomia dos Municípios, células políticas do Estado Imperial, (...).[553]

A Ação Integralista Brasileira faria uso das ideias do Integralismo Lusitano e da Ação Imperial Patrianovista Brasileira em sua doutrina em relação à opção de Estado. Novamente, nesta, encontra-se o formato de centralização política e descentralização administrativa, sendo esta sustentada pelos municípios:

> **UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL,** centralização política e descentralização administrativa mantida pelos municípios, onde os syndicatos elegem o Conselho Municipal e este indica o Prefeito ao orgam

---

[552] _____. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 323. (Grifo do Original).

[553] PROGRAMA PATRIANOVISTA – ESTATUTO DE 1928. in. MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503. número 1, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955. p. 4. (Grifo do original). APHRC/FPS - cx: 134.040.

> technico provincial (e **NÃO** 21 patrias diferentes, onde as olygarchias plutocráticas e vorazes começam a inocular no coração dos brasileiros o vírus de separatismo.)[554]

Assim como ocorreu no movimento conduzido por Veiga dos Santos, a AIB rejeitava a democracia e o parlamentarismo, por considerá-los os promotores do "Estado Liberal-democrático, acirrador de ódios entre irmãos, caudilhesco, regionalista-separatista"[555]. Ainda que o movimento de Arlindo Veiga fosse monarquista e AIB mantivesse a República como opção de regime, estes pontos não inviabilizaram o contato entre os dois grupos de extrema-direita.

Assim como visto acima, Plínio Salgado acreditava que a essência da nacionalidade brasileira estaria situada no período colonial, denominando este de "democracia colonial", porém, sua definição fugia das fronteiras políticas. Neste ideário sustentado por Salgado, não existiriam restrições *sociais* e entre nobres e plebeus. Nesta realidade, a municipalidade exerceria a autoridade, embora as fronteiras "nacionais" não se diluíssem na luta entre partidos oligárquicos, tal como ocorria, segundo Plínio Salgado, no contexto das primeiras décadas do século XX.

> Não se verificava na Colônia, nenhum sentimento de exclusivismo de casta, nenhum orgulho de origem. Misturavam se nobres e plebeus porque todos se uniam para a grande aventura da América. O caráter absorvente da autoridade local, que se alteava quase discricionária, escapando a vigilância dos capitães-generais e dos governadores-gerais, não era um índice antidemocrático. Pelo contrário, era um individualismo exacerbado, que se era o espírito que iria dominar mais tarde o século XVIII e XIX.[556]

Embora as consonâncias sejam evidentes entre os movimentos de Arlindo Veiga e Plínio Salgado, a relação não foi isenta de ruídos. Conforme apresenta Hélgio Trindade, as rupturas começam a se evidenciar em 1932, com declarações de Miguel Reale – Secretário

---

[554] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO II. n. 5. Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. (Negrito do original). APHRC-FPS: cx: 131.021-131.038.
[555] SALGADO, Plínio. "Páginas de Ontem" (p. 169-264). In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 206.
[556] SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução.* In. Obras Completas. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 147-148.

Nacional do Departamento de Doutrina da AIB –, presentes em sua obra *A Posição do Integralismo,* favoráveis à república[557].

A AIPB não possuía características de movimento de massas, sendo considerado por Petrônio Domingues "(...) um movimento nitidamente vanguardista"[558]. Seus discursos não conseguiam acesso às camadas populares. Embora sustentasse a baixa mobilização popular, Arlindo Veiga investiu no contato com a Frente Negra Brasileira, movimento de proteção e reivindicação dos direitos dos negros no Brasil, com características extremistas. Esta tentativa de aproximação se fez com a intenção de atrair os elementos daquele movimento à causa monárquica, porém, sem grande sucesso.

Ainda assim, a AIPB mantinha em seus quadros formação miliciana armada, voltadas a combater ideologias de esquerda. Deste modo, os integralistas possuíam, entre outros adversários, o patrianovismo, na disputa pelo lugar de oponente do comunismo. Se colocado lado a lado ao contingente da AIB, o movimento de Arlindo Veiga era quantitativamente inexpressivo, porém possuía símbolos, ritos e práticas semelhantes às vistas entre os integralistas. Tal como o "Anauê!" do movimento de Plínio Salgado, os patrianovistas mantinham saudação, quando se identificavam enquanto membros do grupo. Esta se constituía pelo braço direito levemente erguido, com os dedos polegar, indicador e médio levantados. Este gesto era acompanhado de saudação oral: "Glória" que, segundo Petrônio Domingues, era uma contração do termo "Glória a Santíssima Trindade!"[559] Conforme dito, ainda que bastante inferior numericamente, em relação à AIB, este aparato simbólico-gestual apontava para relações de identidade e sociabilidade, semelhantes - embora de forma incipiente - às vistas entre os integralistas.

Outro vetor de rivalidade com a AIB esteve na concorrência retórica pelo pioneirismo em se organizar um movimento de proporções nacionais. Demonstrativo deste aspecto é a

[557] TRINDADE, Hélgio. *op.cit.*, p. 127.
[558] DOMINGUES, Petrônio. *op.cit.* p. 526.
[559] Idem, p. 524-524.

frase lançada pelo boletim *A Monarquia*, de setembro de 1955, onde se encontrava: "Chamou-se PÁTRIA-NOVA êsse escol. Tornou-se, já em 1932 o 1º movimento político nacional, unitário do Brasil."[560] Deste modo, colocava seu movimento em vantagem em relação à AIB e tecia provocação, em relação à afirmação de Salgado: "Desafiamos quem nos aponte outra organização semelhante que abranja toda a extensão territorial da Pátria e congregue maior número de brasileiros."[561]

Em suma, nestes capítulos observou-se que o aparato teórico-doutrinário da AIB buscou influências de diversas fontes, sejam elas nacionais, européias ou provenientes de outras nacionalidades. Entre estas influências esteve a teoria da AIPB. O movimento manteve diálogos com grupos conservadores europeus, tais como *l'Action Française* e o Integralismo Lusitano, quando estes começaram a adquirir projeção política. Assim, o fundador e líder da AIPB buscou apropriar-se das bases do conservadorismo provenientes daqueles movimentos. A partir desta iniciativa, influenciou na constituição teórica da AIB, mesmo diante da recusa do integralismo brasileiro ao monarquismo como regime, e da rejeição do movimento de Plínio Salgado em aderir à formação confessional.

---

[560] MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. Redactor-chefe: Arlindo Baptista Pereira. São Paulo, setembro de 1955. Ano I: caixa postal 8503. p. 1. APHRC/FPS - cx: 134.040

[561] SALGADO, Plínio. *Páginas de Ontem*. In. Obras Completas. Vol. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955 (primeira edição de 1935). P. 196.

Capítulo 4: Similaridade e divergências entre os Integralismos

Este capítulo tem por objetivo apresentar as formas de contato, as divergências e similaridades entre o Integralismo Lusitano e a Ação Integralista Brasileira, ou seja, fornecer comunicação entre as parte I e III. Deste modo, será feita síntese dos aportes abordados anteriormente, acerca o movimento português e, concomitantemente, a apresentação dos pontos de interseção teórica e da relação do IL com o integralismo brasileiro. Neste exame das similaridades e divergências, bem como dos meios de contato entre os dois movimentos integralistas, os periódicos exercem importância fundamental para a pesquisa. Através deles, entre outras formas, os intelectuais vinculados a estes grupos tornaram públicas suas ideias, intenções políticas e projetos.

Embora a tese não possa ser considerada adepta da metodologia da história comparada[562] a análise das permanências e tensões que revestem as fronteiras dos integralismos lusitano e brasileiro é base fundamental para os objetivos almejados. A opção realizada para se mapear estes espaços de contatos dos pensamentos dos movimentos liderados por Sardinha e Plínio Salgado se fez com maior força sobre os principais periódicos destes movimentos. Nestes impressos é possível perceber as estratégias, opções políticas, alterações e permanências que demarcam a identidade dos grupos, devido à regularidade em que são publicados e em virtude da representatividade destes veículos de notícias sobre as concepções doutrinárias dos integralismos.

Dotados de função estratégica, os periódicos permitiram a difusão teórico-doutrinária sem a necessidade da presença física de seus mentores. Foi possível, portanto, através destes, mapear pontos de tensões e instabilidades políticas internas e externas do IL e da AIB, atento

[562] Cf.: KULA, Witold. Problemas y métodos de la historia económica. Barcelona: Península, 1973. MAIER, Charles S. La historia comparada. Studia Historica – Historia Contemporánea, v. 10-11, p. 11-32, 1992-93. RÜSEN, J. Historiografia comparativa intercultural. In: MALERBA, J. (Org.). A história escrita: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006. p. 115-137. SAHLINS, Marshall. Ilhas de história. Rio de Janeiro: Zahar, 1994. THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. da C. História comparada: olhares plurais. Phoînix, UFRJ, n. 10, p. 9-30, 2004. VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a História: Foucault revoluciona a História. Tradução: Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 2008.

às edições lançadas em intervalos regulares. Portanto, foram utilizados como fonte primária de referência para a organização do capítulo.

Além destes, não se podem ser desprezadas as bibliografias produzidas pelos pilares teóricos dos integralismos. As obras fornecem nitidez quanto a autoria de determinada concepção, ou os conflitos e disputas pelo domínio e hegemonia sobre determinada posição interna, conforme será visto, principalmente no caso da AIB, em conflitos com Salgado, Barroso e Reale por posições privilegiadas. Em livros doutrinários e manuais há a intencionalidade deliberada de apresentar ao simpatizante ou adepto da doutrina as posições dos autores, o endosso ou crítica a posturas ideológicas internas ou não, e talvez o mais importante, a indicação da autoria do pensamento componente das bases teóricas dos grupos.

Dito isso, periódicos e obras bibliográficas de membros do IL e da AIB fornecem suporte para esta parte da investigação, com o objetivo de mapear os espaços de permanência, apropriações e tensões entre os integralismos. Tal metodologia permite descentralizar a importância de Plínio Salgado como articulador das concepções autoritárias da Ação Integralista, ao visualizar a função de outros indivíduos igualmente importantes, mas delegados a um papel secundário nas pesquisas[563], conforme foi o caso de Gustavo Barroso. Esta, talvez, seja a contribuição mais importante deste trabalho.

4.1 – Nação Portuguesa, Integralismo Lusitano, América Brasileira

A *Nação Portuguesa* foi uma das revistas responsáveis pela difusão das concepções do Integralismo Lusitano. Embora nem todos os colaboradores mantivessem vínculos estreitos com o movimento, o eixo de adesão à revista gravitava em torno da monarquia orgânica, proposta central do IL. A tradição, o corporativismo, e a oposição à democracia

[563] Podemos citar como exceção louvável a obra de: MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso.* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

liberal eram abordados fartamente na revista, o que promoveu a *Nação Portuguesa* a uma das redes de sociabilidade dos conservadores portugueses, e entre estes, os integralistas. O próprio surgimento da revista em 1914 esteve relacionado à origem do movimento, criado um ano antes, em 1913.

Assim, a revista consolidou-se como porta-voz dos projetos integralistas em Portugal, ainda que seja necessário reforçar que nem todos os colaboradores do periódico fossem afiliados ao movimento. Os artigos contidos faziam referência à tradição lusitana, ao passado colonial de esplendor gozado por Portugal, aos males causados pela constituição, pela República e pela democracia. Deste modo, os textos publicados, embora não fossem todos de autoria de membros do IL, dialogavam com as propostas sustentadas pelo movimento.

O editorial de lançamento da segunda série afirmava que a revista havia sido: "Lançada ao caminho e já lá vão mais de seis anos com muita ousadia, (...), donde irradiou *intelectualmente* a mais fecunda e energética tentativa de *resgate*, de que a vida nacional se pode orgulhar nos últimos tempos."[564] Logo em texto de abertura, transparece a configuração elitista comum aos colaboradores ao apontar a ascensão intelectual como meio escolhido para a salvação de Portugal. Além desta característica, que implicou na rejeição às massas em seus projetos, havia o destaque para a necessidade de *resgate* de Portugal, a partir do suporte da tradição, ligada ao nacionalismo ao longo dos textos do IL. Relacionada à tradição, apresentada a partir do *resgate*, neste texto, existiam os anseios antidemocráticos, avessos ao constitucionalismo e ao liberalismo, pontos que remetiam, igualmente, aos projetos do IL.

Nesta perspectiva, a República era vista como consequência natural do declínio iniciado pela monarquia constitucional, a partir de 1834, com o reinado de D. Pedro IV. O cerne da desagregação localizava-se na redução do poder monárquico, através da Carta Constitucional. Na apresentação da revista destacou-se a artificialidade do constitucionalismo

[564] *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* "Porque voltamos". Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 1 (grifo meu). Real Gabinete Português da Leitura. CDU: 050; RGPL4UU5. Registro: 104444.

em relação às raízes históricas de Portugal, concepção ratificada pelos integralistas lusitanos. Assim, com a adoção de um regime externo às tradições, a desestruturação e o declínio nacional seriam iminentes.

> Se as instituições desorganizadoras da República agravaram sensivelmente o mal, como lógico desfecho da anarquia liberalista que em 1834 se apossou do poder para contrariar e perverter a formação histórica da nacionalidade, não se confinam apenas aí as causas fundamentaes da demorada agonia em que tudo entre nós parece estrebuchar.[565]

Por ser a reverberação das discussões internas ao movimento, a *Nação Portuguesa* era dotada de conservadorismo coerente à inclinação integralista. Fiel aos valores de resgate da tradição, e recuperação da sociedade cristã, o IL surgiu com propostas de ser um movimento de "renovação intelectual", e de proteção das "classes educadas" situadas, segundo Fernando Martins, nas classes médias.[566] Em função desta postura elitista, o IL foi avesso à democracia, diante do risco da ascensão das camadas populares às esferas políticas. Deste modo, interpretavam ser o regime nobiliárquico, regido pelas dinastias hereditárias, a melhor opção para se conduzir o país, pois mantinha estável a "ordem social" e a posição dos indivíduos na sociedade.

Além disto, entendiam ser o regime democrático o promotor de instabilidades ao dar possibilidades às camadas populares, tidas como política e intelectualmente inaptas, de selecionar seus representantes. Com o regime hereditário, estes problemas seriam evitados, em função dos indivíduos no poder contarem com a experiência de seus representantes dinásticos anteriores, em detrimento dos prováveis representantes eleitos pelas classes subalternas, com pouca ou nenhuma *tradição* no poder. Nas palavras de Manuel Braga da Cruz, a monarquia reivindicada pelo IL, portanto, seria: "(...) orgânica, tradicionalista,

---

[565] Idem, ibidem.

[566] MARTINS, Fernando. "O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. in. SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Mauríco B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo - Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos.* Recife: Editora da UFRPE, 2010. (89-113). p. 90.

antiparlamentar, a monarquia das corporações e municípios, a monarquia sindicalista e social, (...).”[567]

Algumas destas características presentes no Integralismo Lusitano e encontradas na revista *Nação Portuguesa* eram comuns à *América Brasileira*, publicação lançada ao final de 1921. Este periódico entrava em consonância com a revista portuguesa quanto ao modo de sustentar o nacionalismo, que tal como no IL, escorava-se na tradição. Além deste aspecto, era evidente em *America Brasileira* a insatisfação em relação ao regime liberal-constitucionalista, ao chamar a atenção para a necessidade de “rever a Constituição Federal” no intuito de manter a soberania do país. Estas ideias estavam presentes no texto de abertura da primeira edição:

> Amemos e veneremos as tradições que herdaram os fundadores da nacionalidade. Para isso, entretanto, faz-se mister corrigir graves erros políticos, causadores immediatos de todos os nossos males economicos e administrativos. Precisamos rever a constituição Federal, afim de vincular, ainda mais, os laços que unem os vários estados do Brasil, estabelecendo um regime tributário unico e uma mesma organização judiciária.[568]

Estas propostas aglutinaram setores conservadores da intelectualidade brasileira, mas, uniram também pensadores desejosos do Estado forte e centralizado, porém, não necessariamente reacionários, como foi o caso de Sérgio Buarque de Holanda, intelectual com atuação no movimento modernista e inclinações à esquerda ideológica. Deste modo, os autores reunidos em *América Brasileira* não partilhavam dos mesmos projetos, embora a revista possuísse características que explicitassem pontos em comum nos anseios políticos dos colaboradores, tais como a crítica ao liberalismo e a defesa do Estado forte. A revista deve ser vista, igualmente, como espaço sociabilidade e estreitamento de vínculos intelectuais

---

[567] CRUZ, Manuel Braga da. “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”. In. *Analise Social.* Vol. XVIII (70), 1982. p. 153.

[568] *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 1. Rio de Janeiro: Dezembro de 1921. p. 1. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

ao colocar em contato não apenas os artigos como também seus autores, e possibilitar o diálogo e circulação de concepções políticas, ideológicas, literárias, entre outras.

A partir dos aspectos levantados, percebe-se que estas aproximações e contatos excedem os limites de um mesmo espaço editorial, pela possibilidade de autores envolverem-se com outros periódicos, colocando-se como canais de mediação. Assim, *América Brasileira* desenvolveu estreita relação com a *Nação Portuguesa* e seus colaboradores, em grande medida, provenientes do Integralismo Lusitano, conforme foi visto nos capítulos anteriores. Alguns dos colaboradores da *América Brasileira* participaram de alguma forma da AIB, e levaram as influências e as experiências resultantes do intercâmbio entre os intelectuais das duas revistas, para o interior do integralismo brasileiro.

Entre os participantes da *América Brasileira* encontrariam-se na Ação Integralista Brasileira, como simpatizantes ou membros: Tristão de Athayde, participante do Centro D. Vital, e após a morte de Jackson de Figueiredo, principal autoridade no laicato brasileiro; Oliveira Vianna, notório por seu esforço de compreender a "essência" brasileira e por buscar modelo de regime político centralizador, pautado no corporativismo, qual fosse ideal ao Brasil; e Gustavo Barroso, escritor de renome na década de 1920, com participação em funções públicas e integrante da comissão brasileira na Conferência de Versalhes, após a I Guerra Mundial.

Após a década de 1930, Tristão de Athayde seria um entusiasta da participação dos católicos na AIB, por perceber no integralismo as mesmas bandeiras defendidas pela Igreja Católica, e inimigos semelhantes aos quais se desejava combater: o materialismo incorporado no comunismo e no capitalismo burguês. Deste modo, estabelecia apenas três exigências para conceber o trânsito dos membros do Centro D. Vital e do laicato católico às fileiras do integralismo brasileiro: "predomínio da consciência católica sobre a política, real vocação

política e nenhuma vinculação com a Ação Católica."[569] Assim, Athayde, simpático à AIB, foi importante na divulgação da propaganda integralista. Todavia, a partir de 1945, com o término da II Guerra Mundial e o conhecimento dos crimes praticados pelos regimes fascistas, Athayde passou combater às ideias integralistas.[570]

As atuações de Oliveira Vianna no interior da AIB foram citadas por vezes em *Monitor Integralista*, embora fossem mais regulares nos primeiros anos da AIB. Este fato fornece indícios de se constatar a inserção de Vianna na AIB durante seus primeiros anos, porém, abandonando-a posteriormente. Tais hipóteses são estabelecidas em função do silêncio do periódico a Vianna, posterior ao Congresso de Vitória, em 1934. No entanto, não é possível fazer afirmações veementes, em decorrência do baixo volume de fontes encontradas a respeito. Independente disso, as obras de Oliveira Vianna foram citadas com regularidade nas páginas de *Monitor Integralista*, órgão de informação oficial da AIB, nas colunas denominadas "Bibliothecas Integralistas" ou "Bibliographias Integralistas" ao longo da existência legal da AIB.

Embora haja esta lacuna referente à participação de Vianna nas fileiras da AIB, o intelectual foi destacado por Plínio Salgado, através do *Monitor Integralista*, para assumir posto na "grande commissão" junto com: "os srs. Gustavo Barroso, Dr. Madeira de Freitas, Sr. Sergio Silva, Dr. Rodolfo Josetti, Capitão Jeovah Motta, Tenente Severino Sombra, (...), Dr. San Tiago Dantas, Dr. Ribeiro Couto, Dr. Oliveira Vianna, Dr. Manoel Ferreira."[571] Esta "grande comissão", segundo informação do próprio *Monitor Integralista*, seria "(...)

---

[569] VELLOSO, Mônica Pimenta. *A Ordem*: uma revista da doutrina política e da cultura católica. in. *Revista de Ciência Política.* Rio de Janeiro:FGV. jul./set., 1978. p. 142. apud. BATISTA, Alexandre Blankl. *op.cit.* p. 38-39.

[570] CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Breves Comentários sobre a Historiografia do integralismo no pós-guerra e o Cinquentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo.* in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária*: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010. p. 373.

[571] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. "GRANDE COMMISSÃO DO CONGRESSO DA A.I.B". Segunda quinzena de dezembro de 1933, ano I n. 2. p. 2

encarregada de promover, organizar, orientar e ordenar os trabalhos do Congresso é constituída por companheiros nossos residentes no Districto Federal, Nitheroy e Victoria."[572]

Conforme apontou o *Monitor*, Vianna residia em Niterói, e compôs o Departamento de Estudos da Província Integralista do Rio de Janeiro.[573] Porém, em fevereiro de 1934, seu nome não constava mais entre os membros da Commissão Central de Organização, tampouco nas Commissões e Subcommissões para o Congresso de Vitória. Mas se manteve no Departamento de Estudos do Rio de Janeiro.[574]

Gustavo Barroso, outro colaborador da revista *América Brasileira* na década de 1920, possuiu atuação mais evidente no integralismo que Oliveira Vianna. Inserido no movimento desde os primeiros momentos, foi chefe das Milícias integralistas até o ano de 1935, quando houve a necessidade de encerrar as tarefas do órgão da AIB, pela lei de Segurança Nacional. Após este ano, Barroso coordenou a Secretaria de Educação Moral e Educação Física no interior da AIB. Além disto, quando se inseriu no integralismo, publicou obras doutrinárias para o movimento. Algumas destas traziam referências diretas ou implícitas de concepções provenientes do IL.

Em *O Quarto Império* Barroso discorreu sobre a evolução da sociedade. Neste desenvolvimento, expôs o conflito entre a civilização cristã e o risco representado pelo povo judeu. Ao tecer apresentação do passado medieval, tomado pelas corporações, regido pela moral cristã, recorreu aos escritos de António Sardinha em *Ao ritmo da Ampulheta*.[575]

A semelhança com Sardinha ao consolidar seu *imaginário histórico* arrastou-se por diversas obras, onde o passado medieval e, em menor incidência, a História Antiga, seriam fontes de resgate das tradições a servirem de modelo ao novo Estado a ser constituído. Deste modo, Barroso assinalaria em *Integralismo de Norte a Sul* que: "O mundo antigo e a idade-

[572] Idem, p. 1.
[573] Idem, p. 3.
[574] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO II. Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. n. 5. p. 3.
[575] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 79.

media, geralmente caluniada, procuraram explicar a solidariedade humana e a comunhão social na dependencia recíproca e na submissão."[576]

Tal como Sardinha, a organização social, para Barroso, seria respaldada pela manutenção das camadas, não pela luta entre as classes. No entanto, não se deve delegar todo o arcabouço de Barroso ao intercâmbio com os integralistas lusitanos, experimentado na primeira metade da década de 1920. Conforme se verá no capítulo seguinte, a Idade Média exerceu influência em suas concepções antes mesmo da formação do IL, como pode ser evidenciado em *Terra de Sol*, publicada pela primeira vez em 1912. Nesta obra, Barroso demonstrou seu antiurbanismo e anticosmopolitismo, ao compreender o presente vivido por ele como deteriorado, ao ser comparado com o período medieval e feudal[577]. Por outro lado, a presença do IL e, mais fortemente, de António Sardinha em suas obras foi indubitável.

4.2 – Gustavo Barroso, Integralismo Lusitano, Ação Integralista Brasileira

Conforme será analisado no próximo capítulo, a trajetória dos principais dirigente da AIB foi heteróclita, com experiências distintas entre si e rica em descontinuidades. Este prisma proporcionou a Gustavo Barroso, através da participação em *América Brasileira*, o contato com outros intelectuais que mantinham concepções políticas semelhantes às suas, dentro e fora do país. É válido destacar que no momento em que Barroso participou da revista *América Brasileira*, já assumia o liberalismo como vertente política, ainda que dotado de certo conservadorismo. Segundo Chor Maio, a década de 1920 foi o momento de transição política para Barroso, diante do contato com a classe operária e a critica às oligarquias. No

576 _____. *O Integralismo de Norte a Sul*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 13-14.
577 _____. *Terra de Sol*. 6ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

entanto, "O perfil político conservador se espelhava nos seus artigos, nos quais assumia atitudes reativas diante das alterações do quadro republicano."[578]

Coerente a estes aspectos existentes na década de 1920, Barroso levou para o interior da AIB aportes teóricos presentes no Integralismo Lusitano, do qual tomou contato a partir da revista *América Brasileira*. Isto pode ser constatado pelas citações de António Sardinha e Rolão Preto, mentores do movimento português, para dar apoio às suas concepções. Outra função encontrada por Barroso nos suportes requeridos foi com finalidade comparativa, ao mensurar o percurso trilhado pela AIB, a partir dos movimentos congêneres. Este último aspecto pode ser visto ao apresentar paralelos com o fascismo de Mussolini e o Nacional Sindicalismo, movimentos com maiores semelhanças à AIB em relação à mobilização de massas e à estética, em detrimento do elitismo apresentado pelo IL.

Para combater o comunismo e as oligarquias regionais, Barroso afirmou: "Queremos o fim daquilo que Mussolini denominou *Il governo della impotenza nazionale* e do que Rolão Preto apelida 'o caciquismo dos partidos constitucionais."[579] Neste momento suas opiniões estavam escoradas, portanto, nas propostas de Mussolini e Preto, o que acusa o conhecimento do Nacional Sindicalismo na primeira metade dos anos 1930. Mais do que isso é demonstrado em *O Quarto Império*, obra onde Barroso expôs o interesse sobre os percursos do Nacional Sindicalismo.

Ao apresentar o panorama dos movimentos autoritários de direita na América e na Europa, Barroso expunha que a suspensão das ações do grupo de Preto, em função de seu exílio, não minimizou a importância do Nacional Sindicalismo no regime salazarista. Além disso, exaltou o perfil espiritualista do movimento de Rolão Preto, comum à AIB:

> Os movimentos espiritualistas de salvação nacional rapidamente se irradiam pelo mundo. O nacional-sindicalismo dos camisas-azués com a cruz de

[578] MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991. p. 75

[579] BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 79-80.

> Cristo de Rolão Preto, em Portugal, desapareceu do cenário da nação, mas o governo de Salazar põe em prática quasi todas as idéas creando o Estado Corporativo Português.[580]

Embora sejam tecidas referências a Rolão Preto, houve contribuições teóricas aos aportes de Barroso, trazidas também por António Sardinha. A ancoragem da teoria do chefe de Milícias do integralismo a um passado cristão e calcado na tradição, em detrimento à desestruturação trazida pelo capitalismo e pelo liberalismo; a organização corporativa, em grupos profissionais; assim como a organização estatal proposta, são bastante próximas às expostas no IL. Estes pontos foram apresentados por Barroso ao afirmar: "Em Portugal, o grande Antonio Sardinha e seus notaveis companheiros de pregação mostraram a necessidade de volta á tradição nacional, ao sentido heróico da vida cristã, ao espirito de sacrificio, ao Integralismo contrário aos parcialismo dissolventes."[581]

Evidentemente, os aportes derivados do IL não foram incorporados de maneira estanque ao arcabouço de Barroso e, tampouco, à teoria da AIB. Os conteúdos sofreram adaptações, além de serem miscigenados a outras concepções apropriadas pelos dirigentes do integralismo brasileiro. À tradição cristã e medieval, próxima da compreensão de Sardinha, Barroso incorporou o antissemitismo. Para o chefe de milícias era urgente a luta da sociedade cristã contra o perigo representado pelo povo judaico. Porém, outros aspectos provenientes do IL apresentaram semelhanças quando analisada a teoria da AIB.

O corporativismo adotado pelo IL era moldado pela tradição tomada pela moral cristã. Neste Estado corporativo haveria a defesa do antiliberalismo, com a célula básica situada na família, com desdobramentos na estrutura social e política em municípios, províncias e por fim para o monarca. Deste modo, se definia o modelo de Monarquia orgânica, centralizada politicamente e descentralizada administrativamente. Estas premissas são encontradas no

---

580 _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 166.
581 Idem, p. 158.

integralismo brasileiro sobre o tripé "Deus, Pátria e Família", ressalvadas as especificidades entre os movimentos.

Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina da AIB, fazia combate a alvos semelhantes aos estabelecidos pelo movimento português, ou seja, ao individualismo, e ao estado liberal. Reale também era defensor do corporativismo enquanto organização estatal, onde a família seria, igualmente, a célula básica da estrutura, dividindo espaço com os sindicatos como instituição meio de participação política. Deste modo, se oferecia alternativa à democracia liberal. "O individualismo" assinalava Reale, "faz do *indivíduo* um ser isolado prendendo-o aos laços da família, do grupo profissional ou do Estado só na medida e que estes não tolhem a expansão mais completa de suas tendências e inclinações."[582] Desta maneira, no individualismo, o Estado seria reduzido às vontades particulares, o que estabelecia os vínculos sociais e a colaboração coletiva, apenas quando esta fosse aprazível à soma das unidades. Como solução para evitar este cenário, o IL e a AIB recorreram ao corporativismo fartamente influenciado pelas encíclicas papais, com ênfase à *Rerum Novarum*, que tecia combate à exploração do capitalismo liberal, mas repudiava a adesão do operariado ao comunismo. Deste modo, o Papa Leão XIII vislumbrava as bases do "corporativismo cristão", fonte de inspiração de ambos os integralismos.

Plinio Salgado, chefe nacional da AIB, esboçava em termos semelhantes ao corporativismo do IL a estrutura política da qual se organizaria o Estado desejado. Neste modelo, a família seria o pilar de organização vertical, onde culminaria na "grande família nacional". Respaldado na família, haveria a disseminação do princípio de hierarquia e respeito ao líder: "A Grande Família Nacional vai buscar no pequeno núcleo o segredo de seus lineamentos e de sua estrutura o princípio da solidariedade, a essência da autoridade, da

[582] REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". 1ª Ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1934. In._____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937).* Tomo I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 143 (grifo do original).

harmonia dos movimentos e atitudes em que se conjugam as diferenciações dos temperamentos."[583]

Ainda nestes termos, ambos os integralismos inclinaram-se a congregar o nacionalismo e religiosidade. Era atribuída a Deus a cumplicidade aos projetos políticos, para a consolidação da Monarquia Orgânica do IL, e para o Estado Integral da AIB. Através deste eixo entre religião e nacionalismo, se fazia a retomada à tradição, escorada em passado construído pelos membros dos integralismos, regido pela moral cristã.

Rolão Preto, membro do IL e, posteriormente, líder do Nacional-Sindicalismo afirmava serem "(...) os desígnios da Providência nos são de ante-mão revelados nos sinais do céu, é já bem evidente que o Nacionalismo vai competir uma grande obra do Futuro."[584] Plínio Salgado associava os destinos de seu movimento de maneira semelhante: "Aristóteles pensou para nós; Cristo deu-nos alma; (...); a América é nosso Império; e nós somos aquêle povo longamente esperado e que inicia quase imperceptìvelmente, a sua entrada nas Eras Humanas, porque o astro de nosso destino já resplandece no céu."[585]

Outro aspecto presente no discurso dos dois movimentos esteve na associação da liberdade à autoridade. Para os integralistas de Portugal e Brasil ambos eram complementares, pela necessidade da autoridade para defender a liberdade. Caso contrário, o excesso de liberdade de alguns poderia tolher o direito do restante. Nestes termos, apontavam o liberalismo e a democracia como exemplos de verdadeiras ditaduras. Dizia Sardinha não haver: "Nada mais inimigo da liberdade, - facto moral, radicado, sobretudo, na consciência, que o Liberalismo, - irmão mais novo, mas hipócrita, do Absolutismo!"[586]

---

[583] SALGADO, Plínio. "Palavra nova dos Tempos Novos". In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 235.
[584] PRETO, Rolão. "Breve Recapitulação". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. XIV.
[585] SALGADO, Plinio. "A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 20.
[586] SARDINHA, António. "Madre-Hispania". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 108.

Sardinha afirmava que o poder derivava da autoridade, deste modo, a força utilizada com justiça seria não somente um direito, como protetora de direitos. A liberdade, igualmente um direito, assim, estaria integrada à autoridade[587]. Sob o suporte da família, portanto, regida pela autoridade, o Estado seria erigido na forma de Monarquia Orgânica, para o IL. A autoridade mantida pelo Estado seria respaldada pela tradição e pela hereditariedade. O projeto político integralista lusitano foi exposto da seguinte forma:

> Reconstituamos, pois a sociedade, reconstituindo a *Familia*, agrupamento fundamental e primario, na intima composição monogâmica e territorial. Da *Familia* iremos ao *Municipio* e à *Corporação*. Do *Municipio* e da *Corporação*, somados organicamente na *Provincia*, sairá a Patria, servida nos seus fins superiores pela acção coordenadora do *Estado*. Assim encontraremos, pelos caminhos eternos e sempre remoçados da Tradição, essa ordem que é natural e humana, (...).[588]

A monarquia luso-integralista se estabeleceria de maneira politicamente centralizada, mas administrativamente descentralizada, pelo fortalecimento do poder do monarca e com o auxílio do corporativismo. Atento às especificidades dos projetos, a AIB se avizinhou deste modelo de Estado corporativo apresentado.

Através das concepções de Reale, observa-se, em termos similares, o municipalismo medieval reconstituído por Sardinha. Ao dissertar acerca das heranças deixadas pelo Império Romano à civilização cristã, o Secretário Nacional de Doutrina da AIB sublinhava: "É no âmbito municipal que se constituem e se consolidam associações compostas de famílias e de grupos profissionais para o gozo e o benefício da totalidade de seus membros, (...)."[589] Deste modo, o suporte encontrado no IL se repetiria nos pilares do Estado Integral vislumbrado pela AIB, o corporativismo ancorado na família e nas associações sindicais.

---

[587] _____. "A crise do Estado". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 33.

[588] _____. "A Ordem Nova". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 11 (grifo do original).

[589] REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". In._____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931/1937).* Tomo I. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 147.

Conforme exposto pelos projetos do IL para a Monarquia Orgânica, o Estado deveria ser "descentralizado e concentrado ao mesmo tempo"[590] através do fortalecimento dos poderes políticos do monarca, porém, com a desobstrução do mesmo quanto aos assuntos administrativos[591]. Ao organizar as exigências e objetivos futuros da AIB, Barroso utilizou-se de concepções próximas às lançadas pelo movimento português ao defender "UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL por meio da completa *centralização política,* embora se proceda á maior *descentralização administrativa.*"[592]

E ao anunciar as diretrizes integralistas, novamente retomava aos termos utilizados por Sardinha: "O Integralismo quer a centralização política e descentralização administrativa, de modo que uma pluralidade de maior realize uma unidade de fins."[593]

Apenas por estas referências não é permitida a conclusão de diálogo entre os integralismos, porém, é percebida a consonância de fontes utilizadas para construir os respectivos projetos. Conforme já exposto anteriormente, ao menos um dos dirigentes principais da AIB estabeleceu contato com as obras do IL. Em *Integralismo de Norte a Sul*[594] e *O Quarto Império*[595] Gustavo Barroso demonstrou através de referências bibliográficas, seu contato com os textos produzidos por António Sardinha e demais membros do IL, o que aponta para o trânsito das teorias do integralismo português, no interior da AIB.

No entanto, nem todos os projetos dos integralismos lusitano e brasileiro eram coincidentes. Isto era visível na organização interna, sendo o movimento português um grupo essencialmente de elite, e a AIB um movimento de massas. Outra questão que salta aos olhos

---

590 SARDINHA, António. "Teoria do Municipio: II- Do valor do localismo". In. *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923. p. 373.

591 _____. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930. p. 323.

592 BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista Deve Saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 58 (grifo do original).

593 Idem, p. 83.

594 BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 79-80.

595 _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 166.

foi o fim pretendido pelos movimentos, em relação à configuração de Estado. Enquanto o IL almejava a Monarquia Orgânica, a AIB pretendia a organização do Estado Integral republicano. Estes aspectos resultaram em distinções importantes entre os integralismos, observadas por Reale em suas memórias, ao afirmar que o integralismo brasileiro, "(...), nada tem a ver com o Integralismo português, de fundo tradicionalista e monárquico e que constitui, na realidade, uma forma de *Integrismo* ultramontano subordinado sem reservas aos ditames da Igreja pré-conciliar."[596] Embora se discorde de Reale quanto à distância entre os dois integralismos, a questão do regime tem um peso importante ao distinguir os dois movimentos.

Conforme visto, ambos apresentaram semelhanças entre suas concepções, principalmente nos escritos de Barroso, ao que tange ao passado tradicionalista. Porém, as opções pela Monarquia e pela República, entre outros aspectos, foram definidores dos projetos distintos entre Integralismo Lusitano e Ação Integralista Brasileira. Exemplo destas diferenças resultantes da opção de regime, feita pelos integralismos, é evidenciado nos projetos expansionistas defendidos por ambos. Enquanto Salgado, chefe nacional optou pelos Estados Unidos Integralistas, em formato de união de repúblicas, com mesmo ideal e permeadas pela mesma ideologia, no IL havia o projeto de reconstituição do Império, onde a península ibérica assumiria o lugar de destaque.

Salgado via o Brasil como o principal responsável pelo objetivo do integralismo projetar-se para toda a América da Sul. Respaldado no mito da "raça cósmica", defendido por José de Vasconcelos[597], o chefe do integralismo brasileiro traçou planos ambiciosos ao entender o Brasil como o berço dessa nova raça que iria surgir. Ao considerar o caboclo como um dos personagens centrais dessa projeção, Plínio assinalou: "A América do Sul vai erguer-

[596] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987. p. 75 (grifo do original).
[597] VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica - Misión de la raza iberoamericana - Notas de viajes a la América del Sur.* Disponível em: http://www.filosofia.org/bol/bib/nb060.htm. Acesso em 13 de mar. De 2013.

se pelo milagre do Brasil. O Brasil caboclo, o Brasil forte, o Brasil do sertão, o Brasil bárbaro e honesto, num ímpeto selvagem, está se levantando com as novas gerações."[598] Esta expansão não observaria, segundo projetos de Salgado, uma invasão armada e posteriormente a hegemonia brasileira sobre os países subordinados pois o chefe integralista observava os limites do potencial bélico do país.

> Hoje, em nosso tempo, não devemos principiar pelas armas, porque somos nações econômicas e tècnicamente inferiores às grandes potências. Temos de reatar o fio da política bolivariana, iniciando, porém, a campanha por um esforço no sentido de uma unidade sentimental, cultural e econômica.[599]

Embora houvesse a intenção de alçar o Brasil ao patamar de potência mundial, através da formação de um bloco político, econômico e cultural, havia o conhecimento da dimensão do esforço a ser empreendido, e assim se recorria ao auxílio dos demais países da América do Sul para dar subsídios aos planos do chefe da AIB.

No IL, porém, havia a alternância de projetos, ora com o objetivo de emoldurar o oceano Atlântico com ex-colônias e ex-metrópoles ibéricas, ora no intuito de retomar a posição de império ultramarino português. Era anseio formar no Atlântico o que Roma havia feito com o Mediterrâneo, ou seja, torná-lo um lago interior ao mundo hispânico, que ligasse Europa e América. Deste modo, havia a defesa de Portugal e Espanha como "semeadores de civilizações", e continuadores da missão de expansão do mundo cristão. Não é fortuita, portanto a ligação que Sardinha estabeleceu entre Roma Antiga e Portugal:

> Assim se percebe já porque intimamente nos associamos, transfigurando-nos com ela [a unidade], aos prestígios e aos progressos de Roma, a ponto de a presentearmos com imperadores, com filósofos, e com generais. O esboço, ainda imperfeito da "unidade", que Roma nos oferecia em relação ao gênero humano, definiu-o e impo-lo o Cristianismo.[600]

---

[598] SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade.* In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 160-161.
[599] SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Novos Tempos.* In. *Obras Completas.* Vol. 7. São Paulo: Editoras das Américas, 1955. p. 284.
[600] SARDINHA, António. "Madre-Hispania". *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 105.

Expansionismo e missão cristã conjugaram-se nos planos de retomada do império português. Portanto, não se levantava a bandeira da expansão mercantil, da qual os integralistas lusitanos atribuíam o declínio português entre os séculos XVI e XIX, mas o avanço através da fé e da tradição. O objetivo de resgate do passado histórico construído no grupo era constante nestes projetos de futuro. Assim, buscava-se a revitalização do período em que a tradição cristã e a monarquia descentralizada administrativamente, mas concentrada em sua forma política, ocuparam o trono português.

Associado ao resgate houve a intenção de exportar o *hispanismo* para além das fronteiras da Península Ibérica. Buscava-se o auxílio das ex-colônias, herdeiras de Portugal e Espanha, tal como os integralistas referiam-se aos países latino-americanos. Assim, tentavam agregar apoiadores ao vínculo entre Roma Antiga e Portugal, para tornarem o Atlântico, o *mare nostrum* dos países iberoamericanos. Deste modo, a noção de Império esteve mantida nas projeções do IL. Mesmo diante do anseio de formar um bloco de países que falavam o português e o espanhol, a ideia de *hispanismo* partia sempre da Península Ibérica. Nestes termos, Pequito Rebelo sublinhava a necessidade de tornar real este "formidável super-nacionalismo": "Supomos evidente alto e oportuníssimo significado do *Hispanismo* – formidável super-nacionalismo, que vai da Europa à América, emmoldurando quási o Atlântico e tornando-o familiarmente um lago doméstico – (...)."[601]

Tal perspectiva possuiu representantes no interior do integralismo brasileiro, porém, com menor peso no edifício teórico da AIB. Para Gustavo Barroso, Brasil e Portugal perderam a oportunidade de fazerem parte de um império ao aderirem ao republicanismo constitucionalista. Esta opção seria mais uma das causas para a deterioração política e econômica dos países, ao escaparem às suas origens tradicionais. Deste modo, havia a

[601] REDAÇÃO. "A Festa da Raça". *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 68.

aproximação de Barroso com as concepções defendidas pelo IL, adicionado seu antijudaísmo, característico após a inserção na AIB:

> Judaísmo e maçonaria haviam impedido o desenvolvimento dum grande Imperio Unido que poderia alcançar as duas ribas do Atlântico, tornando-o o *mare nostrum*. Ficára um Reino para um lado e um Império para outro, destinados dentro de um século ou cousa que o valha, a Repúblicas positivoides e maçonizadas em marcha para o comunismo através da social-democracia.[602]

Esta defesa da formação do *mare nostrum*, em mesmos termos referidos pelo IL, acusa para o contato entre o chefe de Milícias da AIB e o movimento português, recuperando a relação existente ainda na década de 1920, na revista *América Brasileira.* As noções de tradição, da grandeza do Brasil em períodos anteriores ao liberalismo republicano em detrimento do contexto vivido, e o catolicismo intrínsecos à teoria da AIB, em parte, podem ser encontrados no intercâmbio de Barroso com o IL. Torna-se patente este contato e as apropriações realizadas por Barroso, ao que tange à abordagem do resgate do Império, ao observar no projeto de Sardinha a América hispânica como um prolongamento de seus anseios: "A América-Hispânica – inadmissivelmente apelidada de 'latina', - prolonga e enriquece esse tipo admirável de civilização."[603]

No entanto, tal projeto seria adaptado às condições impostas pela AIB e seu projeto de soberania nacional, pois é válido ressaltar que Sardinha nunca abdicou do título dado aos portugueses e espanhóis de "semeadores de nacionalidade" para a restauração da civilização cristã ocidental: "Semeadores de nacionalidade, (...) certificamo-nos de quanto, (...), nós dispomos de um agrupamento humano, - a Península e a América-Hispânica – em que apoiar, para o seu inevitável surgimento, a combalida civilização ocidental."[604]

Tais concepções estiveram intimamente associadas ao Nacional Sindicalismo e às obras de um de seus líderes, Rolão Preto. Fiel à herança do IL, Preto foi contrário ao expansionismo mercantilista, por esvaziar os campos e os braços dispostos a trabalhar no país. Segundo ele, a expansão externa era inversa ao desenvolvimento de Portugal. Para Preto, este assédio ao ouro, em detrimento à tradição, foi incentivado por iniciativa de mercadores e judeus inseridos na corte como conselheiros reais: "Com efeito, nos colaboradores de D.

---

[602] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 39-40.
[603] SARDINHA, António. "Nacionalismo Galego e Lirismo Português". *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 135.
[604] _____."Madre-Hispania". *NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista.* Lisboa: 3 série. 1924. p. 117.

Henrique, desde seu 'físico' ao seu famoso 'tesoureiro' todos são mercadores ou judeus quando não judeus e mercadores ao mesmo tempo."[605] A decadência de Portugal estava atrelada à quebra da tradição, sob influência dos judeus.

Todavia, para Preto, tal como para o IL, o expansionismo não era prejudicial em sua essência, conforme se desenrolou na colonização do Brasil, embora esta fosse implementada tardiamente para retirar Portugal do abismo do qual se beirava. Para Preto, a diferença desta empresa colonial estava na intenção de fixar-se à terra e explorar suas potencialidades de maneira sedentária, não implicando na contradição da vocação rural do povo português, conforme defendia a primeira geração do IL. O desbravamento das terras brasileiras era seguido pela missão religiosa, incorporavam assim a destino de defender a civilização cristã das investidas bárbaras. "A linha de fôrça da espiritualidade portuguesa renovou-se então nestas terras distantes pela pujança vigorosa de um Vieira ou de um Bernardes... Mas o fio de nossa espiritualidade não pode resistir ao desastre da nossa queda."[606]

Através do exposto até o momento percebem-se os pontos de contato entre os integralismos lusitano e brasileiro, entre os quais podemos citar a preocupação da recuperação do nacionalismo a partir da tradição e o objetivo de instituir um Estado Corporativo de base cristã. Porém, ressaltam-se, igualmente, os pontos de tensão, onde talvez os mais evidentes sejam a organização do regime almejado, focado na monarquia orgânica pelos membros do IL, e com preferência de uma República autoritária por parcela relevante das lideranças da AIB.

Como modo de aprofundar tais análises os capítulos posteriores abordarão as teorias integralistas propostas pelas lideranças centrais da AIB. Tal esforço é fundamental para compreender que, tal como o IL, a doutrina da AIB não foi um todo homogêneo. O arcabouço integralista brasileiro passou por ruídos, representados pelos projetos distintos nutridos e fomentados por Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale. Na última parte da tese, cabe aos capítulos seguintes a exposição destas especificidades.

[605] PRETO, Rolão. *A Traição Burguesa*. Lisboa: Pro Domo, 1945. p. 60.
[606] Idem, p. 132.

Parte III: Ação Integralista Brasileira – conservadorismo de extrema-direita

As análises até então se detiveram nos aportes teóricos do IL e do Nacional Sindicalismo, assim como suas estratégias de disseminar os pensamentos formulados no interior dos respectivos movimentos. Deste modo, houve o objetivo de demonstrar o potencial mantido pelo IL e seus desdobramentos, em influenciar grupos conservadores e/ou autoritários de outros países.

As ideias luso-integralistas estiveram inseridas em contexto de ascensão do conservadorismo político, em reação à adoção do republicanismo como forma de governo em Estados tradicionalmente católicos e monárquicos. Com o rompimento do pacto entre Cetro e Cruz na França e em Portugal, por exemplo, houve a emergência de movimentos conservadores, calcados no antiliberalismo, no tradicionalismo, na restauração dos valores existentes na monarquia. Entre estes movimentos reacionários existiram os que constituíram projetos fixados sob o corporativismo e, portanto, rejeitaram o modelo monárquico-parlamentar empregado pelos representantes dinásticos que antecederam à República. Deste modo, buscaram não apenas a restituição da Coroa, mas a substituição do liberalismo por uma fórmula "orgânica" de governo, calcada em passado medieval, idealizado por seus integrantes. Tais aspectos estiveram arraigados tanto na *Action Française* quanto no IL.

No Brasil, a deposição da monarquia também provocou consequências. A reação mais sensível foi a oposição ao liberalismo republicano. Neste plano, intelectuais, movimentos políticos e revistas foram atingidos pela difusão das teorias dos integralistas de Portugal, assim como pelas concepções da *l'Action Française.* Tais movimentos europeus forneceram suporte aos projetos políticos do conservadorismo no Brasil. Os intelectuais brasileiros que se inseriram no reacionarismo, buscaram o nacionalismo, em resposta às instâncias de poder regionais. Assim como em Portugal, combatiam o liberalismo e o federalismo. No Brasil, segundo estes intelectuais antiliberais, as fórmulas de regime adotadas pela República de

1889, fomentaram as dissensões no interior do país e enfraqueceram os laços que mantinham a integridade político-geográfica nacional.

Lançaram-se às *apropriações* das concepções conservadoras ensaiadas na Europa, conforme foi intuito do quarto capítulo demonstrar. Tais *apropriações* foram evidenciadas nas concepções de Jackson de Figueiredo e no Centro Dom Vital, assim como na revista A Ordem; na revista *América Brasileira;* e na Ação Imperial Patrianovista (AIPB).

O IL e a *AF* não foram os únicos a influenciarem os intelectuais que participaram da AIB. Porém, através do exercício de análise realizado nos capítulos anteriores, torna-se patente a participação dos movimentos português e francês na composição das demandas e organização destes movimentos, revistas e pensadores. A *AF* e o IL ocuparam, por vezes, lugar central entre os suportes teóricos dos movimentos de oposição ao liberalismo e ao regime republicano no Brasil. Os opositores desta nova configuração política foram sensíveis às concepções de corporativismo, tradicionalismo, antiliberalismo, além da rejeição aos valores democráticos e restrição ao acesso de novos personagens às esferas de poder. Tais bandeiras foram igualmente defendidas pelo IL e pela *AF*.

O fluxo de jovens para a Europa, em busca de estudos superiores, facilitou o contato dos brasileiros a tais projetos que circulavam no Velho Mundo. Os laços com Portugal (de parentesco, por relações comerciais ou por identidade cultural) e a francofilia intelectual, foram facilitadores para o trânsito dos jovens brasileiros a estes países, e ao contato com o conservadorismo francês e lusitano. Portadores de impressões positivas sobre pensamentos conservadores europeus, incumbiram-se de disseminá-los em seus círculos de sociabilidade. Estas concepções apreendidas na Europa assumiram contornos nacionais a partir da difusão entre os grupos intelectuais no Brasil, como foi o caso da *América Brasileira* ou do Centro Dom Vital.

Ao se observar a trajetória dos membros centrais da AIB, percebe-se a consonância de seus projetos àqueles defendidos pelo Centro Dom Vital, pela revista *América Brasileira* ou pela AIPB. Em outros casos a relação se estreitava ainda mais, conforme o caso de Gustavo Barroso, que foi colaborador da revista dirigida por Elísio de Carvalho e, posteriormente, chefe de Milícias da Ação Integralista Brasileira. Miguel Reale lia obras de Georges Valois, integrante da *AF*, em período que estudou na Faculdade de Direito de São Paulo. Plínio Salgado – chefe da AIB -, por sua vez, manteve vínculos com elementos provenientes do Centro Dom Vital. Este é caso de Tristão de Athayde, também colaborador com a revista de Elísio de Carvalho. Esses contatos mantidos por Salgado, também se fizeram presentes com membros da revista *América Brasileira* (sendo Candido Motta Filho outro de seus colaboradores). Outro vínculo estabelecido por Salgado, relevante para o intercambio das teorias da *AF* e do IL com as doutrinas do integralismo brasileiro, foi o estabelecido a partir de elementos da AIPB.

Estas aproximações foram facilitadas pela Sociedade de Estudos Políticos (SEP) da qual Arlindo Veiga dos Santos (fundador da AIPB) também participou. A SEP uniu lideranças de movimentos autoritários e de direita extremista até então dispersos por regiões do país. Através da SEP, criada por Plinio Salgado, foi possível centralizar essas lideranças. Este fato culminaria na composição de um movimento de massas de extensão nacional: a Ação Integralista Brasileira.

A Sociedade de Estudos Políticos, formada em 1932, mantinha como objetivo se criar "uma nova mentalidade" [607]. Esta se consolidaria através do debate de textos de autores como Oliveira Vianna, Alberto Torres, Tristão de Athayde, além da "(...) literatura fascista de

[607] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel/Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p. 128.

Rocco, o que Portugal nos oferece de mais interessante e, com o tempo, os trabalhos de escritores franceses, ingleses e alemães."[608]

Através de *Despertemos a Nação*, obra de Plínio Salgado, obtém-se alguns dados importantes sobre a formação que antecedeu a AIB. A S.E.P. esteve sediada em São Paulo, na sala de armas do Clube Português.[609] A cidade, que na década de 1930 já ocupava a posição de metrópole do país, polarizava a intelectualidade nacional. A situação geográfica de São Paulo, com vários grupos de correntes conservadoras, favoreceu a contribuição de membros do Centro Dom Vital de São Paulo, assim como Arlindo Veiga dos Santos (fundador da Ação Imperial Patrianovista - AIPB) à formação da Sociedade de Estudos Políticos.

No entanto, a Sociedade de Estudos Políticos não ficou circunscrita aos limites da capital paulista. Conforme declarou Salgado: "(...) sua rêde de adeptos estendia-se por todo o país."[610]. Seus tentáculos atingiram regiões do Nordeste ao sudeste do país. Estes contatos estabelecidos colocaram em diálogo movimentos de extrema-direita tais como o *Partido Nacional Sindicalista* de Olbiano Mello (movimento de Minas Gerais), e a *Legião Cearense do Trabalho* chefiada por Jeovah Motta e Helder Câmara, afetando os estudantes simpáticos ao tradicionalismo cristão da Faculdade de Recife. Ciente da importância da SEP para a emergência da AIB, Plínio Salgado declarava em *Despertemos a Nação:* "A obra selecionadora da S.E.P. deveria durar um ano. A destruição do jornal de que eu ia formando adeptos, precipitou a transformação do instituto cultural, que foi absorvido por uma das suas seções, (...). Essa seção chamava-se 'Ação Integralista Brasileira'."[611]

Constata-se a presença direta ou indireta de personagens históricos analisados nos capítulos anteriores, na formação da S.E.P., antecâmara do integralismo brasileiro. Um de seus eixos de aderência esteve no objetivo de debater textos de autores do tradicionalismo

---

[608] Idem, ibidem.
[609] SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* In. *Obras Completas.* São Paulo: Editôra das Américas, 1955, p. 23.
[610] Idem, ibidem.
[611] Idem, p. 24.

católico, corporativistas e autoritários, entre os quais, constava Tristão de Athayde – sucessor de Jackson de Figueiredo no Centro Dom Vital. Entre os anos de 1932 e 1937, embora não tenha se afiliado à AIB, Athayde demonstrou-se simpático ao movimento de Plínio Salgado. Outro intelectual envolvido com a *Reação Católica*, Arlindo Veiga dos Santos, esteve entre os primeiros membros da SEP, abandonando-a, assim como faria com a AIB.

Tal evasão dos monarquistas ao integralismo brasileiro se deu em função da proclamação do republicanismo como estrutura política a qual o Estado integralista deveria se consolidar. Entre outros pontos em que os patrianovistas discordaram, esteve o existente em *A posição do Integralismo* - publicada em novembro de 1932, de autoria de Miguel Reale: "j) construção de uma *República Social*, em virtude de nossa fidelidade à ideologia republicana." Segundo Reale,

> Ora, o primeiro resultado da publicação desse estudo foi o imediato rompimento dos monarquistas de São Paulo, como José Carlos Ataliba Nogueira, Sebastião Pagano e Arlindo Veiga dos Santos, os quais, na realidade, eram seguidores do Integralismo português, de António Sardinha, (...)[612]

Portanto, nem todos os membros da SEP foram absorvidos pela AIB, em função das dissonâncias ideológicas, ou dos ruídos em torno dos projetos políticos em contato. Candido Motta Filho foi outro caso de membro da SEP, mas não aderente à AIB. Assim como Plínio Salgado, Motta Filho vinha das fileiras do PRP (Partido Republicano Paulista), no entanto, não aceitava retirar a feição especificamente cultural da SEP, para torná-la um movimento de massas, tal como ocorreu com a AIB.[613]

Embora não tenham integrado o movimento de Salgado, estes indivíduos estiveram em contato com concepções consonantes ao IL, e posteriormente, dialogaram com Salgado. Deste modo, há nas análises a serem realizadas nesta última parte da tese o interesse em perceber os canais de contato entre o IL e os membros da AIB. Detectando estas mediações, há o intuito

[612] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987. p. 88.
[613] TRINDADE, Hélgio. *op.cit.* p. 130.

de perceber os meios utilizados pelos teóricos do integralismo brasileiro para se apropriarem de aspectos existentes na teoria do movimento lusitano. Portanto, cabe a esta parte da pesquisa detectar quais foram as trajetórias de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso para estabelecerem contato com o conservadorismo português. Esta será a tarefa do sexto capítulo.

Além de perceber estes "canais de conversação" entre as teorias do IL e os mentores da AIB, é alvo desta parte a percepção das formas com que estes conteúdos *apropriados*, se estabeleceram no interior do integralismo brasileiro. Deste modo, nestes capítulos, se fará o exame dos pensamentos e projetos políticos articulados pelos três principais teóricos da AIB, ou seja, Salgado, Reale e Barroso.

Capítulo 5: Antecedentes

Este capítulo abre a seção incumbida das análises em torno da Ação Integralista Brasileira. De imediato não se abordará o movimento em si. O objetivo para o momento é perceber os percursos traçados pelos principais teóricos da AIB, até se inserirem no integralismo. Deste modo, buscam-se os antecedentes à formação do movimento chefiado por Plínio Salgado, através da trajetória deste, de Gustavo Barroso e de Miguel Reale, fundadores das bases teóricas do integralismo brasileiro. Não se trata de tecer a biografia das lideranças da AIB, pois esta excederia aos objetivos propostos pela tese. O intuito é perceber trajetos percorridos, definidores dos pensamentos e rumos ideológicos destes personagens centrais. Portanto, a proposta deste capítulo é examinar a *trajetória* de Salgado, Reale e Barroso até alcançarem o integralismo.

Há a intenção de analisar criticamente o percurso destes elementos, através de suas memórias ou fontes paralelas, confrontando seus relatos com o contexto que estiveram inseridos. Com isso, sustenta-se o objetivo de desconstruir a narrativa linear, e questionar a lógica inerente ao relato autobiográfico. As biografias não são descartadas dos exames a seguir, porém serão analisadas com o cuidado merecido. A produção da autobiografia implica no exercício de seleção dos fatos ocorridos, em organização prévia de lembranças desejadas, e "esquecimento" ou silêncio de outras inconvenientes, exercício que deve também ser considerado na análise.

A própria narração cronológica dos acontecimentos cria a armadilha de expor a vida sob a lente teleológica. A autobiografia se reveste de lógica e coerência durante o relato dos acontecimentos, que por vezes inexistia no momento do fato narrado. Como proposta alternativa, este capítulo investe na noção de *trajetória*, fornecida por Pierre Bourdieu[614]. O sociólogo francês evitou examinar a vida como "(...) o conjunto de acontecimentos de uma

[614] BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica" (p. 181- 189). In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

existência individual."[615] Fornecendo outra perspectiva, Bourdieu se encarregou das redes de sociabilidades estabelecidas pelo indivíduo examinado. Deste modo, o coletivo forma o indivíduo, mas com a ação deste último incidindo sobre o grupo, por relações de reciprocidade. Estas são percebidas através do compartilhamento de experiências, dos debates, leituras e identidades político-ideológicas em comum, ou não, que fornecem suporte para concepções de determinada visão de mundo na qual aquele elemento buscou se filiar.

Portanto, a noção de *trajetória* é entendida como "série de *posições* sucessivas ocupadas por um agente (ou mesmo um grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações."[616] São estas descontinuidades e incoerências, geradas por tais transformações, que interessam ao capítulo atual. Para tanto, a pesquisa buscará observar contatos e experiências compartilhadas por Salgado, Reale e Barroso diante das posições sucessivamente ocupadas, ao longo das incessantes transformações, fiel à proposta de Pierre Bourdieu.

Ao rastrear a trajetória dos três mentores da AIB, antes destes inserirem-se no movimento, Reale, Barroso e, com menor intensidade, Salgado, estiveram em contato com concepções caras ao materialismo histórico. Gustavo Barroso e Miguel Reale participaram de organizações socialistas em determinado momento da juventude, enquanto Plínio Salgado não chegou "(...) a ficar comunista, porque" segundo as palavras dele "as 'novidades' do materialismo histórico já me tinham fascinado aos dezessete anos, quando lia Buchner, Lamarcke, Haeckel, Le Bon, devorando a filosofia burguesa de Spencer, (...)."[617]

Da experiência com o socialismo até se alcançar a extrema-direita, encarnada no integralismo, os três possuíram contato com o liberalismo, através da afiliação partidária, ou mesmo simpatia momentânea. Transcendida esta relação com o liberalismo, passariam a criticá-lo diante da divisão política do território nacional posta em prática pelas oligarquias

[615] Idem, p. 183.
[616] Idem, p. 189.(Grifo do original).
[617] SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* p. 18.

regionais. Tal rejeição à liberal-democracia foi explicitada por Plínio Salgado, na redação do *Manifesto de 7 de Outubro*, documento de lançamento da AIB:

> Pretendemos realizar o Estado Integralista, livre de todo e qualquer princípio de divisão: partidos políticos; estadualismos em luta pela hegemonia; lutas de classes; facções locais; caudilhismos; economia desorganizada; antagonismos de militares e civis; antagonismos entre milícias estaduais e o Exército; entre o governo e o povo; entre o governo e os intelectuais; entre estes e a massa popular.[618]

Deste modo, tal como assinalado por Bourdieu, tais mentores do integralismo brasileiro revelaram transitoriedade em suas posições, em constante transformação, até alcançar a AIB. É válido perceber que mesmo após o fechamento do integralismo em 1937, as trajetórias desses sujeitos continuaram a se modificar. No entanto, o interesse da pesquisa se restringe aos anos de vigência da AIB.

Como explicar tais transformações políticas, do socialismo ao integralismo? Antes de responder a esta questão, é necessário esclarecer quem são os "intelectuais" abordados. Jean-François Sirinelli[619] aponta a complexidade de se estabelecer quem seriam os "intelectuais" e quais seus espaços de sociabilidade. Os obstáculos se apresentam em função da heterogeneidade de concepções que se desenvolvem em um mesmo espaço, por esses indivíduos. Deste modo, o autor destaca a polissemia do termo "intelectual". Assim, Sirinelli elabora duas acepções para definir os intelectuais: "uma ampla e sociocultural, englobando os 'mediadores' culturais, a outra mais estreita, baseada na noção de engajamento."[620] Portanto, Salgado, Reale e Barroso enquadram-se em ambas definições, visto que formularam as bases do pensamento integralista brasileiro e envolveram-se em disputas e conflitos internos, buscando a hegemonia de suas concepções, entre as fileiras da AIB.

---

[618] MANIFESTO DE 7 DE OUTUBRO. Disponível em: http://www.integralismo.org.br/?cont=75, acesso em 16 out. 2012 às 08h: 44min.
[619] SIRINELLI, Jean-François. "Os Intelectuais" (p. 231-268). In. RÉMOND, René. *Por uma História Política.* Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.
[620] Idem, p. 242.

Retomando à questão das transformações nas posturas políticas destes indivíduos, Karl Mannheim[621] defendia que os intelectuais - embora provenientes de uma classe ou, nas palavras do autor, "de um estrato de origem" - tendem a renegarem e serem renegados por seus grupos. Esta ação se faz, segundo Mannheim, em função da capacidade superior, mantida pelos intelectuais, em perceber as lideranças emergentes, e as decadentes em disputa no tabuleiro hegemônico. Deste modo, alteram seus posicionamentos políticos, conforme o equilíbrio de forças dispostas no campo de embates demonstra-se favorável a determinado grupo. Assim, o autor interpreta ser difícil, senão impossível, de se obter um partido composto apenas por intelectuais, em função da mutabilidade de suas concepções.[622]

Nesta pesquisa, acredita-se que os fatores explicativos para a modificação da posição ideológica de um intelectual não se restringiam apenas à sua capacidade de percepção das mudanças de hegemonia dos grupos. As razões para tais alterações de posicionamento derivam de justificativas complexas, não necessariamente compreendidas pelas questões dos jogos de poder. Feita esta ressalvas, porém, acredita-se que a análise de Mannheim pode contribuir para a compreensão de alguns aspectos da trajetória destes indivíduos aqui analisados.

Entre os anos finais do século XIX e início do XX, o positivismo e as concepções socialistas, entre outras correntes materialistas, possuíram notoriedade em território brasileiro. Deste modo, o socialismo em sua amplitude de nuances, tal como o positivismo, com propostas de centralização do poder executivo, fortalecimento do Estado e equidade social colheram simpatia entre os intelectuais do período. Tal fato explicaria o percurso trilhado pelos chefes do integralismo brasileiro, e suas passagens por concepções socialistas.

No entanto, a série de greves e levantes organizados pelos movimentos operários nos primeiros vinte anos do século XX, escorados nas ideologias comunistas e socialistas,

---

[621] MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
[622] Idem, p. 114.

repercutiram de maneira negativa entre a intelectualidade conservadora. A percepção mais destacada foi de instabilidade da ordem social e política, em razão da mobilização operária em torno das concepções materialistas. Tal interpretação levou alguns elementos daquele contingente simpático às correntes socialistas, a inclinarem-se ao liberalismo, em função da força mantida pelas oligarquias respaldadas na república liberal.

No entanto, diante das disputas pelo poder, pelo coronelismo e pelos limites regionais das demandas dos partidos oligárquicos, alguns desses intelectuais tornaram-se insatisfeitos com a conjuntura política e econômica, buscando alternativas políticas. Estas se estabeleceram no anseio de se atingir a amplitude do país, respaldando-se em concepções nacionalistas, e de extrema-direita, em consonância com a ascensão de movimentos congêneres na Europa. Este foi um esboço da trajetória dos líderes da AIB, cabe a seguir o aprofundamento de análise das trajetórias de Salgado, Reale e Barroso até alcançarem a inserção ao integralismo brasileiro.

5.1 – A construção consciente da memória, por Plínio Salgado

Ao utilizar a trajetória do Chefe da AIB como objeto de pesquisa é necessário antes desfazer algumas armadilhas montadas pelo próprio Plínio Salgado. Suas memórias, obras e produções doutrinárias foram produzidas e organizadas no intuito de conduzir o leitor à conclusão de que a vida de Salgado caminhou diretamente para a liderança do maior movimento de massas da década de 1930. Deste modo, Salgado selecionou documentos, escreveu prefácios posteriores à primeira edição, e arquivou documentos, com o objetivo de conformar a recepção de memórias no futuro.

Em texto de sua autoria no qual afirma que “A incoerência dos homens tem sido tão grande em tôrno de mim, que hoje não me admira que muitos deixem de reconhecer no

organizador do Integralismo o mesmo escritor daquele tempo."[623], torna-se evidente o objetivo de Plínio Salgado, em estabelecer a coerência entre o seu passado e sua situação no presente, organizando sua trajetória de maneira linear.

No excerto citado, retirado de *Despertemos a Nação*[624], Salgado estabelecia ligação entre o passado de escritor modernista, a partir da lembrança de sua obra *O Estrangeiro*[625], de 1926, e seu presente, como líder da AIB. Ao referir-se à sua função na AIB, ele utilizou o termo "organizador" e não "fundador" da AIB. Ao dizer que foi o organizador do movimento, Salgado buscava, implicitamente, afirmar que o integralismo já estaria constituído antes do ano de 1932, data do lançamento de seu manifesto. Por isso, o movimento não necessitaria de um fundador, apenas de um *organizador*.

A obra prefaciada é outro exemplo de construção consciente da memória, conduzida por Salgado. *Despertemos a Nação* é coletânea de artigos produzidos antes e depois da fundação da AIB. Organizada em três partes, a sequência se faz pela seguinte forma: "I Parte: Intuição (1926-1927)"; "II Parte – O Crepúsculo Nacional (1931-1932)"; "III Parte - A Alvorada (1934)". Deste modo, Salgado revestia sua trajetória de linearidade. No entanto, o objetivo do chefe da AIB em construir a narrativa de seus passos, dotando-a de coerência entre passado e presente, não resiste à análise mais aprofundada.

É necessário inserir Salgado em seu contexto histórico e nas determinadas fases de sua vida política. Embora Plinio Salgado tenha desempenhado o cargo de chefia da Ação Integralista Brasileira a partir de 1932, antes deste ano, sua trajetória pouco o diferenciava dos demais intelectuais de seu período. Ao contrário do preconizado por ele mesmo, Salgado não era um indivíduo dotado de conhecimento sobre o seu *devir*. Tais narrativas foram

---

[623] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 10. (Grifo meu).
[624] SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955.
[625] SALGADO, Plínio. O Estrangeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936.

constituídas *a posteriori* dos fatos ocorridos. É necessário que se torne evidente este aspecto, evitando conclusões anacrônicas.

Durante a vigência legal do integralismo, Salgado exerceu liderança centralizadora sobre o movimento e a doutrina, com controle dos principais órgãos de imprensa do movimento, entre estes o *Offensiva* e o *Monitor Integralista*. Assim, o chefe integralista detinha o domínio da circulação de pensamentos e doutrinas no interior de seu movimento.

Tal hegemonia refletiu-se nas eleições internas da AIB para a escolha do candidato à campanha presidencial, interditada em 1937. Nestas votações para escolher o representante integralista nas eleições para presidente, Salgado adquiriu vantagem expressiva sobre outras lideranças do movimento, com 846.554 votos de aprovação, contra 1.397 de Gustavo Barroso e 164 votos dados a Reale[626]. No entanto, deve-se analisar a trajetória de Salgado até alcançar a chefia da AIB, como processo descontínuo, portanto, ausente de linearidade.

Até o ano de 1913, Salgado exerceu diversas atividades públicas em São Bento do Sapucaí, sua cidade natal, situada na fronteira dos estados de São Paulo e Minas Gerais. Entre as funções desenvolvidas, estão: professor e jornalista, diretor de grupo teatral, responsável por um clube de futebol e pelo Tiro de Guerra da cidade.[627] Sob estes aspectos, inseriu-se na carreira política antes de conseguir destaque na vida literária. Em 1918 participou da fundação do Partido Municipalista – pequena agremiação política do Vale do Paraíba, de caráter regional. Neste grupo, havia a plataforma de combater o poder oligárquico paulista, e adquirir maior autonomia político-administrativa para os municípios[628].

---

[626] MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 95.
[627] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Totalitarismo e Revolução: o Integralismo de Plínio Salgado.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 22
[628] Cf.: ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *op.cit.* p. 22.; CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade do capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978. p. 341-342.

Neste período, segundo Benzaquen de Araújo, Salgado tomou contato com as obras de Farias de Brito e de Jackson de Figueiredo[629]. Estes autores, conforme visto, no capítulo 3, estiveram envolvidos com a temática do espiritualismo, com Jackson de Figueiredo dedicando-se à *Reação Católica*. Este contato provocou marcas permanentes no pensamento pliniano, e o acompanhou ao longo de seus discursos políticos e doutrinários, com a presença de imagens religiosas em mensagens doutrinárias.

Diante das reivindicações políticas e as campanhas sustentadas pelo Partido Municipalista, a situação de Plínio Salgado em São Bento do Sapucaí se tornou hostil à sua permanência na cidade. Através de Chasin é possível encontrar o relato de Salgado: "A minha luta acabou com um tremendo tiroteio, (...)."[630] Este confronto, que terminou em sua prisão, determinou a saída de Salgado para a capital paulista.

Em São Paulo, Salgado inseriu-se no Partido Republicano Paulista (PRP), onde permaneceu até 1930. Esta experiência contribuiu para que estabelecesse contato com Menotti del Picchia, junto a quem se candidatou deputado estadual pela legenda[631]. Neste período Salgado gozou de projeção no campo literário, através da publicação de seu romance social, *O Estrangeiro*[632].

Embora não tenha desempenhado papel relevante no interior do PRP, Salgado buscou reformas no intuito de atualizar o partido. No entanto, estas fracassaram. Ainda que as iniciativas no PRP não tivessem resultados positivos a favor de Plínio, as relações mantidas no interior da agremiação oligárquico-liberal auxiliaram-no a manter-se em São Paulo. Menotti Del Picchia era também redator-chefe do *Correio Paulistano,* órgão de imprensa

---

[629] ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *op.cit.* p. 22.
[630] CHASIN, J.. *op.cit.* p. 432.
[631] Sobre o ano do pleito, Hélgio Trindade e Benzaquen de Araújo apresentam datas divergentes. O autor gaúcho apresenta: "Em 1927, com o sucesso de *O Estrangeiro*, recebe convite para se apresentar às eleições legislativas e eleito deputado estadual em São Paulo, juntamente com Menotti Del Picchia." (TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p.48). Ricardo Benzaquen atesta que "Assim, foi por esta legenda que ele elegeu deputado estadual, em 1928, (...)." (ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *op.cit.* p. 24).
[632] SALGADO, Plínio. O Estrangeiro. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1936

onde Salgado conseguiria rápida ascensão profissional. Foi neste jornal que Salgado publicou alguns de seus artigos políticos antes da formação da AIB. No interior do PRP, estabeleceu relações com o advogado Alfredo Egydio de Souza Aranha, para quem trabalhou em seu escritório por dois anos. Mais à frente, em 1930, foi tutor do filho do advogado, em viagem à Europa. Nesta viagem, Salgado conheceu e estudou os movimentos e regimes autoritários europeus.

Concomitante à atuação política, Salgado transitou entre os círculos modernistas. No entanto, em 1922 ainda era, em suas palavras, uma das "promessas sem livros"[633] do movimento artístico. Durante o período em que trabalhou no *Correio Paulistano,* de acordo com suas memórias apresentadas no prefácio de *Despertemos a Nação,* Salgado afirmou ter recebido com frequência na pensão em que residia, nomes como Augusto Frederico Schmidt e Raul Bopp[634], autores do modernismo, sendo o primeiro o fundador da Livraria Schmidt em 1930. Esta editora, assim como a José Olympio e a Civilização Brasileira, abriria espaço em princípios dos anos 1930 para publicações dos integralistas brasileiros[635], mas também foi responsável pela publicação de literatura de demais modernistas. Assim, Salgado destacou-se não somente por suas obras doutrinárias na chefia do maior movimento de massas de extrema direita no Brasil, mas pela participação no modernismo, nos catálogos bibliográficos da Livraria Schmidt.

Ainda em *Despertemos a Nação,* Salgado apontava para o aspecto literário e cultural das leituras e discussões ocorridas no interior do grupo modernista entre os anos de 1922 e 1926: "De 1922 a 1926, eram tão absorventes as leituras que fazíamos de Marinetti, Soffici, Govani, Apollinaire, Cocteou, Max Jacob, Cendrars, (...)." No entanto, a fase seguinte, de 1926 a 1930, acusava para a politização dos debates, através das bibliografias selecionadas,

---

[633] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 11.
[634] Idem, p. 17.
[635] SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro.* São Paulo: Edusp, 2010. p. 164.

ou seja, "foram leituras de Marx, Sorel, Lenine, Trotzki, Riazanov, Plekanov, Feuerbach."[636] Provavelmente, estas leituras estiveram dispersas, onde alguns intelectuais modernistas optaram por obras de Sorel, autor que adquiriu notoriedade entre os grupos autoritários que possuíam projetos corporativos; outros dedicaram-se às obras de Marx, Lenin, Trotsky, Riazanov, Plekanov, Feuerbach. A suposição adquire suporte ao se observar, ao longo das obras de Salgado, o pouco conhecimento mantido por ele, sobre o marxismo e o materialismo-histórico, não passando de noções superficiais[637].

O marco estabelecido por Salgado para as transformações políticas e ideológicas ocorridas no interior do modernismo não é aleatório. Em 1926, data apontada como divisor entre as duas fases do movimento modernista, correspondeu ao lançamento de seu livro *O Estrangeiro*. Este livro foi responsável pela consagração de Salgado como autor modernista. Deste modo, inseria-se no grupo artístico, baseando a modificação das fases do modernismo, de literária à política, a partir do ano de publicação de *O Estrangeiro*, uma de suas principais obras literárias.

Em função da politização no interior do movimento artístico, as segmentações tornaram-se visíveis, embora sempre tivessem existido[638]. Os diversos grupos coexistiram no interior do modernismo, no entanto, as polarizações se concentraram entre o "Verde-amarelismo", liderado por Plínio Salgado, e o Pau-Brasil, onde o maior representante era Oswald Andrade. Em depoimento autobiográfico, Plinio Salgado afirma que como componentes do grupo "verde-amarelo" estiveram: "(...) eu [Plínio Salgado], Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia, Mota Filho."[639]

---

[636] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 11.
[637] Cf.: SALGADO, Plínio. *A Quarta Humanidade*. in. *Obras Completas.* Vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957.
[638] Sobre a relação dos artistas do modernismo brasileiro, cf.: LUCA, Tania Regina de. *Leituras e (Re)Vista(s) do Brasil (1916-1944).* São Paulo: Editora UNESP, 2011.
[639] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 14.

Os dois blocos teceram querela verbal, através de "guerra de tinta e penas" em artigos de jornais e revistas, com a regularidade das agressões e zombarias recíprocas. Tania de Luca apresenta uma destas investidas, por iniciativa de Oswald. No comentário, o poeta Pau-Brasil envolveu Cassiano Ricardo, Plínio Salgado e Menotti Del Picchia, também chamado por Oswald, de Menotti Del Piccolo (em italiano, "*piccolo*" significa "pequeno"):

> Atos Oficiais: O sr. presidente de Estado ordena ao *Correio Paulistano* que não inserisse mais artigos sobre a lepra e sobre o movimento verde-amarelo. Desta resolução foram devidamente notificados o Serviço Sanitário e aos srs. Menotti Salgado, Plínio Ricardo e Cassiano del Picchia.[640]

O *Correio Paulistano,* conforme visto acima, era jornal onde Del Picchia ocupava cargo de redator-chefe, e Salgado esteve associado e publicou alguns de seus artigos doutrinários, de inclinação antiliberal. Oswald de Andrade colocaria em sua provocação o grupo "verde-amarelo" – chefiado por Salgado – em termos semelhantes de nocividade patológica à lepra. Ao passar-se por presidente do estado de São Paulo, ordenou a interdição de ambos os assuntos, lepra e "verde-amarelismo", realizando a notificação aos responsáveis da disseminação destas "enfermidades". Por fim, Andrade permutou os sobrenomes dos principais personagens do verde-amarelismo. A provocação se fez no intuito de demonstrar que a tríade Salgado – Ricardo – Del Picchia se confundia diante da organização de ideias e textos em comum, favorecendo a "confusão", neste caso proposital, dos nomes dos autores.

Salgado, por sua vez, respondia às provocações. Ao referir-se a Oswald de Andrade, mantinha as intrigas ainda em 1935. No prefácio de *Despertemos a Nação,* o líder da AIB apresentava o desenvolvimento político dos integrantes do modernismo. Deste modo, afirmava que alguns destes promoveram a atualização do nacionalismo, quando dotaram suas obras de cunho social e político. Por outro lado, apontando implicitamente para Oswald de Andrade, que ingressou no Partido Comunista em 1931, Salgado dizia:

---

[640] LUCA, Tania Regina de. *Leituras e (Re)Vista(s) do Brasil (1916-1944).* São Paulo: Editora UNESP, 2011. p. 99.

> Aquêles que continuaram, dentro da nossa revolução literária, com espírito europeu de viajantes curiosos ou experimentadores, perderam-se numa brasilidade artificial que se desenvolveu guardando a linha das escolas decadentes em que se bolchevizou e destruiu a arte no Velho Mundo.[641]

No entanto, conforme apresentou Salgado neste prefácio, seu grupo não estava imune às deserções e rupturas. Estas ocorreram por parte de Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo. Assim, restaram apenas Raul Bopp e Plínio Salgado no interior do "verde-amarelismo". Para o integralista a "revolução da Anta", movimento originado após o rompimento do grupo anterior, seria "uma espécie de ala esquerda do 'verde amarelismo'."[642] Neste caso, Salgado utilizou da nomenclatura política "esquerda" para designar maior radicalização, vetada a crença de que neste momento o chefe da AIB tenha mantido alguma aproximação com os ideais socialistas ou comunistas. Ao contrário de um envolvimento com ideologias de esquerda, no Manifesto *Verde Amarelismo*, ou *Escola da Anta*, encontrava-se a confirmação do conservadorismo até então apresentado pelo próprio Salgado.

Outra questão a ser examinada é a suposta preparação para a AIB, em gérmen neste documento. Conforme dito no início deste subitem, a trajetória de formação doutrinária de Salgado deve ser vista sob a perspectiva de processo, não linear, de formação de seu arcabouço. Colocados lado a lado textos de 1926, 1929 e 1932 observam-se consonâncias em seu pensamento, porém, há, igualmente, descontinuidades.

Sobre o artigo "A Anta e o Curupira", Plínio Salgado considerava-o através das seguintes palavras: "Com ele iniciei a campanha nacionalista, que já manifestava uma tendência construtiva, depois da fase irreverente de destruição do campo literário e da anarquia intelectual em que nos lançáramos."[643] Para tal afirmativa, é necessário um exame sobre os passos constituídos pelo líder integralista, afinal, "A Anta e o Curupira" é um texto escrito em 1926. Portanto, é requisitada a análise para apontar se existiriam, de fato, indícios

---

[641] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação* p. 13.
[642] Idem, p. 14.
[643] Idem, p. 11.

suficientes para indicá-lo como continuidade da trajetória em que Salgado se encontrava em 1935, momento que fez tal afirmação. Ao que tudo indica, tratava-se de mais uma armadilha colocada por Plínio Salgado.

No referido artigo de 1926, Salgado apelaria ao "romantismo sequioso de liberdades" para proteger o arbítrio e o espiritualismo, do avanço do materialismo. Além disso, elegeria a democracia como antídoto do problema que afligia a Europa e que migrava para o Brasil. Na referida passagem de "A Anta e o Curupira" afirmava:

> A democracia, senso intermédio de liberdades, é um fruto do Romantismo sequioso de liberdades integrais. Hoje, que a política universal desloca o eixo da ideologia romântica para a realidade econômica, estamos mais do que nunca, ameaçados do predomínio material absoluto; e a Europa, que nos tem governado até agora, pela fórmula dissimulada de sua filosofia e pela ditadura de seus financistas, certamente quererá impor-nos uma nova era medieval.[644]

Através do excerto citado apresentaram-se algumas das características que iriam se repetir ao longo dos escritos e discursos de Salgado: o anticosmopolitismo e o nacionalismo. O anticosmopolitismo refletia-se aqui pelo medo do país retornar à situação econômica de colônia. Este temor de retorno à condição anterior, porém, é revisto em *Psicologia da Revolução (*1933), onde se observa o período colonial como ambiente politicamente favorável ao desenvolvimento do nacionalismo, haja vista que a distância da metrópole, se viveria a verdadeira democracia social[645]. Como antídoto ao cosmopolitismo havia a opção pelo nacionalismo.

A democracia, conforme acima apresentada por Salgado, no entanto, é um conceito que requer cuidado ao ser analisado. Nas obras do chefe integralista, "democracia" possuía

---

[644] SALGADO, Plínio. "O Brasil e o Romantismo" (1926). In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 62.

[645] "A democracia se realizava ampla e bárbara em todo o continente, onde as castas desapareciam no episódio todo comum da conquista da terra. Os desbravadores do sertão, os mineradores, os caçadores de índios, os fundadores da agricultura, os construtores dos primeiros caminhos, os tropeiros, os carreiros, os vendeiros, os sitiantes, o caboclo pastor ou roceiro, essa grande massa rarefeita, espalhada pelo nosso imenso território, não conhecia nem prerrogativas, nem privilégios, nem separações profundas de classes, nem diversidade de situação econômica influindo nos costumes e nos processos de vida." SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 135-136.

definição maleável conforme suas necessidades. Isto pode ser constatado ao analisar o Manifesto do *Verde-amarelismo*, de 1929, portanto, três anos após a publicação do "A Anta e o Curupira". No manifesto, a postura de Salgado modificou-se. Enquanto em 1926 a democracia, por mais ampla que pudesse ser sua definição, era "intermédio de liberdades", em 1929, a questão do regime deixou de ser um eixo importante. No documento, Salgado apresentava postura de interrogação quanto ao regime político a ser tomado: "Não há também no Brasil o preconceito político: o que nos importa é a administração, no que andamos acertadíssimos, pois assim consultamos as realidades nacionais."[646]

De 1926 para 1929, abandonou-se a opção pela democracia, em preferência de "não se ter preconceito político". Deste modo, a política perdia espaço, em detrimento da administração, possuindo esta – nas palavras de Salgado - maior importância, diante de sua capacidade de alcançar as realidades nacionais. Porém, a ausência de preconceitos políticos encontrava seus limites ao se atingir o jacobinismo.

Ao dissertar sobre a essência tupi diluída no caldeamento étnico do brasileiro, Salgado afirmava que este, embora desaparecesse fisicamente, tornou-se soberano na alma e no sangue d' "O português [que] julgou que o tupi deixaria de existir; (...)[647]." Por outro lado, o tapuia seria o antípoda do tupi. Diante da negação em ser "diluído" entre os elementos nacionais, o tapuia refugiou-se no interior da floresta, rejeitando compor o elemento brasileiro. Ao estender a recusa tapuia ao campo político, Salgado definia: "Todas as formas do jacobinismo na América são tapuias. O nacionalismo sadio, de grande finalidade histórica, de predestinação humana esse é forçosamente tupi." Concluindo: "Jacobinismo quer dizer isolamento, portanto, desagregação."[648]

---

[646] MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO. In. *Correio Paulistano.* 17 de maio de 1929. Disponível em: http://artes.com/sys/artista.php?op=manif&artid=19. Acesso em: 29 de jan. 2013 às 10h: 41min.
[647]SALGADO, Plinio. MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO, OU DA ESCOLA DA ANTA. Disponível em: http://artes.com/sys/artista.php?op=manif&artid=19. Acesso em 29. Jan. 2013.
[648] Idem.

Observa-se a formação do ideário histórico constituído por Plínio através destas concepções apresentadas acima. Nesta interpretação do passado nacional, o futuro chefe do integralismo brasileiro destituiu a história colonial e imperial do Brasil dos conflitos nelas existentes. A complexidade étnica é posta ao lado de aspectos naturais, geográficos e econômicos do país. A mestiçagem ocorreria, segundo a construção histórica de Salgado de maneira lenta e destituída de choques, assim como a formação dos acidentes geográficos dos rios e montanhas. Para esta concepção, era fundamental desbotar os conflitos existentes entre o índio, o negro, o jesuíta entre outros personagens apresentados, para se organizar a construção da nação de forma integra e coesa desde o período colonial.

> A Nação é uma resultante de agentes históricos. O índio, o negro, o espadachim, o jesuíta, o tropeiro, o poeta, o fazendeiro, o político, o holandês, o português, o índio, o francês, os rios, as montanhas, a mineração, a pecuária, a agricultura, o sol, as léguas imensas, o Cruzeiro do Sul, o café, a literatura francesa, as políticas inglesa e americana, os oito milhões de quilômetros quadrados...
>
> Temos de aceitar todos esses fatores, ou destruir a Nacionalidade, pelo estabelecimento de distinções, pelo desmembramento nuclear da idéia que dela formamos.[649]

No entanto, não é possível concluir ter havido ruptura entre o Manifesto do "Verde-amarelismo" e as concepções vigentes no interior da AIB. Pode se perceber continuidades entre os dois momentos vividos por Salgado, levados ao interior da AIB. A recorrência de citações do autor mexicano José Vasconcelos é um dos eixos de permanência entre os Manifesto "Verde-amarelismo", lançado em 1929, e o de "Outubro de 1932", que inaugura a AIB.

Vasconcelos ganhou notoriedade no Brasil no ano de 1922, quando enviado em Missão Especial às comemorações do centenário da independência, ocupava o cargo de Ministro da Educação Pública do governo do México. O contato de Vasconcelos com os modernistas pode ser detectado a partir da repercussão causada por sua visita ao Brasil, que

[649] Idem.

foi noticiada em periódicos tais como a *América Brasileira,* de forte participação de autores modernistas do Brasil.[650]

Naquele momento havia a necessidade do presidente mexicano Álvaro Obregón ampliar as relações com os governos latino-americanos, para criar respaldo diplomático diante da insegurança despertada pela política imperialista dos Estados Unidos[651]. Na intenção de estabelecer a integração dos países da iberoamérica, José Vasconcelos seguiu campanha pelo continente.

O objetivo central da excursão girava em torno da criação do pan-americanismo como sentimento de coesão entre os países hispano-americanos. Este projeto era lançado no intuito de fazer frente ao imperialismo anglo-saxão, representado pelos Estados Unidos e Inglaterra. O autor mexicano centrava seus esforços em inverter o estigma de "mestiços", em detrimento da "pureza racial" dos "povos dolicocéfalos" europeus. Deste modo, José Vasconcelos fundaria a teoria da *raça cósmica*.

Conforme consta em sua obra de mesmo nome, a *raça cósmica* ocorreria através de sucessivos cruzamentos consanguíneos de diferentes "raças", formando espécie humana superior, justamente através da mestiçagem. Deste modo, o autor mexicano entendia o cerne da raça cósmica, nos povos latino-americanos:

> *Los llamamos latinos, tal vez porque desde un principio no son propiamente tales latinos, sino un conglomerado de tipos e razas, persisten en no tomar muy cuenta el fator étnico para sus relaciones sexuales. Sean cuales fuerem las opiones que a este respecto se emitan, y aun la repugnancia que el prejuicio nos causa, lo cierto es que se ha producido y sigue consumendo la mezcla de sangres. Y es en esta fusión de estirpes donde debemos buscar el rasga fundamental de la idiosincrasia iberoamericana.*[652]

---

[650] Cf.: *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional*. Ano 1. n. 9-12. Rio de Janeiro:Setembro-Dezembro de 1922. p. 81. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PSPR 734 (1).

[651] CRESPO, Regina Aída. *Cultura e Política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938).* in. Revista Brasileira de História. Vol. 45. n. 45. São Paulo: 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf%0D/rbh/v23n45/16525. Acesso em: 24 de fev. 2010

[652] VASCONCELOS, José. *La Raza Cósmica - Misión de la raza iberoamericana - Notas de viajes a la América del Sur*. Disponível em: http://www.filosofia.org/bol/bib/nb060.htm. Acesso em 13 de mar. De 2013.

O anticosmopolitismo era aspecto inerente aos discursos, pronunciamentos ou escritos por Salgado. No entanto, entre seus pensamentos, não se sustentava postura de xenofobia. Similar à argumentação utilizada por Vasconcelos, em 1926 Plínio Salgado lançava o termo *raça harmoniosa*. Através deste, Plínio definia a América, e especificamente o Brasil, como o berço dessa nova formação humana. Não é demais lembrar que José Vasconcelos situava os limites da *raça cósmica* da seguinte maneira: "*La tierra de promisión estará entonces en la zona que hoy* comprende el Brasil entero, *más Colombia, Venezuela, Ecuador, parte de Perú, parte de Bolivia y la región superior de la Argentina.*"[653] Tendo como suporte o destaque dado por Vasconcelos ao Brasil, Salgado, em 1926, escreveu em seu artigo "A Raça Harmoniosa":

> Saindo da inquietude da Idade Média, como uma resposta ao espírito atormentado da humanidade, o Novo Mundo está destinado a ser a grande pátria da raça harmoniosa, resultado de íntima correspondência de tôdas as raças.
> E, na América, nenhum país, como o Brasil, se reserva a ser pátria universal.[654]

Conforme dito, Salgado apropriou-se do texto de José Vasconcelos ao lançar, com colorações vizinhas à *raça cósmica* do autor mexicano, sua definição de *raça harmoniosa*. As referências a José Vasconcelos se faziam com considerável frequência nos artigos de Salgado, como no Manifesto do "Verde-amarelismo". Neste documento, Salgado observou a formação étnica heteróclita da população brasileira, mais uma vez através do autor mexicano, para enaltecer a futura raça cósmica, a ser composta pela "fusão étnica", ou seja, a mestiçagem de etnias diferentes. Porém, nesse manifesto, Plínio Salgado apontou no tupi o elemento de agregação da nova humanidade, resultante da "raça harmoniosa".

> Somos um país de imigração e continuaremos a ser refúgio da humanidade por motivos geográficos e econômicos demasiadamente sabidos. (...). Na opinião bem fundamentada do sociólogo mexicano Vasconcelos, é de entre as bacias do Amazonas e do Prata que sairá a 'quinta raça', a 'raça cósmica',

[653] Idem. (Grifo meu).
[654] SALGADO, Plínio. "A Raça Harmoniosa" (1926). In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 55.

> que realizará a concórdia universal, (...). Temos de construir essa grande nação, integrando na Pátria Comum todas as nossas expressões históricas, étnicas, sociais, religiosas e políticas. Pela força centrípeta do elemento tupi.[655]

O cuidado mantido por Salgado ao estabelecer o limite entre anticosmopolitismo e xenofobia o perseguiu em boa parte de seus exercícios doutrinários. Para o líder da AIB era importante distinguir estes dois aspectos, para evitar que o nacionalismo extremado, proposto em 1932 através do Manifesto de Outubro, repelisse a força de trabalho estrangeira, essencial para o desenvolvimento econômico do país. Deste modo, Plínio conviveu em suas obras com a tensão entre a rejeição aos valores, às políticas e fórmulas econômicas internacionais por um lado, ainda que de forma apenas retórica e, por outro, a busca para atrair mão de obra estrangeira.

> O cosmopolitismo, isto é, a influencia estrangeira, é um mal de morte para o nosso Nacionalismo. Combatê-lo é o nosso dever. E isso não quer dizer má vontade para com as Nações amigas, para com os filhos de outros países, que aqui também trabalham objetivando o engrandecimento da Nação Brasileira e cujos descendentes estão integrados em nossa própria vida de povo.[656]

Observa-se na intenção de atrair os estrangeiros para o "engrandecimento na Nação Brasileira" o silêncio em relação ao respeito aos códigos internos das etnias fixadas no país. Nesta omissão, havia a exclusão da alteridade, ou do reconhecimento em relação ao "outro". Através do manifesto de fundação da Ação Integralista, constata-se que o imigrante das "Nações amigas", necessariamente teria de ser caldeado etnicamente, ou seja, teriam de estar "integrados em nossa própria vida de povo." Este ponto de vista confirma a apropriação da obra de José Vasconcelos, realizada por Salgado. Para se formar a "Nação universal" e a "raça harmoniosa", os estrangeiros teriam de se mesclar com a população brasileira, não sendo permitida qualquer preservação cultural ou linguística exterior à nacional.

---

[655] MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO. In. *Correio Paulistano.* 17 de maio de 1929. Disponível em: http://artes.com/sys/artista.php?op=manif&artid=19. Acesso em: 29 de jan. 2013 às 10h: 41min.

[656] MANIFESTO DE 7 DE OUTUBRO. Disponível em: http://www.integralismo.org.br/?cont=75, acesso em 16 out. 2012 às 08h: 44min.

Outro polo de tensão existente na década de 1920, nos escritos políticos de Salgado, e transferido para o interior da AIB, foi o conflito entre o conservadorismo e a mobilização das massas. No Manifesto do "Verde-amarelismo", publicado em 1929, Salgado afirmava: "Aceitamos todas as instituições conservadoras, pois é dentro delas mesmo que faremos a inevitável renovação do Brasil, como o fez, através de quatro séculos, a alma da nossa gente, através de todas as expressões históricas."[657] Percebe-se, neste texto, a inclinação ao conservadorismo e à manutenção das instituições tradicionais, este último quesito sofreria alterações com a formação do AIB. Portanto, as transformações políticas e na ordem sócio-econômica deveriam acontecer, mas acompanhadas de mudanças tênues, que não danificassem o equilíbrio instaurado.

Hélgio Trindade afirma em sua pesquisa, que o contato com o modernismo alterou o posicionamento político exercido por Plínio Salgado, dotando-o de engajamento. O autor gaúcho aponta o ano de 1927 como eixo das transformações, sendo esta a data de lançamento de *Literatura e Política.* Na coletânea, percebe-se o esforço investigativo desempenhado por Salgado sobre a sociedade, revestindo-o de interpretação política. Além disso, Plínio voltou-se à temática político-social, em sua trilogia *O Estrangeiro* – 1926*; o Esperado* – 1931; e *O Cavaleiro de Itararé* - 1933[658].

No entanto, essas transformações se deram sob a forma de processo de consolidação, logo, não ocorreu abruptamente, em um momento específico. Assim, rejeita-se a fixação de um "marco". No pensamento pliniano, entre a transição das décadas de 1920 para a de 1930, existiram contradições. Estas são símbolos da modificação das concepções de Salgado, nas quais correntes antagônicas entraram em choque, e geraram ruídos e ambiguidades. Deste modo, tais aspectos acusam para os trâmites processuais que iriam definir a parcela da doutrina integralista, a qual Salgado esteve encarregado.

---

[657] MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO. In. *Correio Paulistano.* 17 de maio de 1929. Disponível em: http://artes.com/sys/artista.php?op=manif&artid=19. Acesso em: 29 de jan. 2013 às 10h: 41min.
[658] TRINDADE, Hélgio. *op.cit.* p. 56.

Amostra destas ambiguidades que permearam o pensamento de Plínio Salgado esteve na questão do antimessianismo, defendida durante a vigência legal da AIB. A posição do líder integralista era pendular quanto ao assunto, tal como se refletia em seus discursos e textos doutrinários. Ao narrar sua trajetória, no prefácio de *Despertemos a Nação,* Plínio apresentou esta tensão entre liderança X antimessianismo ao afirmar: "Contrariando o meu temperamento, vejo-me colocado na direção da Ação Integralista, em cujos quadros desejei figurar como obscuro soldado."[659]

Ao colocar-se como soldado, patente militar inferior, e atribuir a si o desejo de obscuridade, Salgado buscava a imagem do líder modesto, cuja vontade de estar no poder era externa a ele. Portanto, devem ser questionadas afirmações como esta, avaliando o limite da estratégia do líder do integralismo, como forma de propagar sua imagem, associando-a a humildade cristã, visto que a religiosidade era um elemento presente em sua retórica.

Nos primeiros anos da década de 1930, o combate ao messianismo era a pedra de toque de Salgado em diversos artigos. Em "A 'Virtù' de Maquiavel" – não datado, porém localizado na II parte de *Despertemos a Nação*, com textos inscritos entre os anos de 1931 e 1932 – havia a abordagem sobre o assunto. No início do artigo constava a nota de rodapé informando: "O Combate ao 'messianismo fatalista' constitui todo o sentido do meu esforço nos livros, na imprensa, na campanha social. A ele oponho a criação do 'homem novo', pela determinação da nossa vontade nacional."[660] Ao longo deste artigo a crítica ao "messianismo fatalista" se fez. "Ao messianismo contemplativo da raça," afirmava Salgado, "temos de opor a criação dinâmica das circunstâncias culturais e morais, que constituem o meio propício à elaboração das personalidades típicas expressivas do gênio da Pátria."[661]

---

[659] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação.* p. 13.
[660] _____. "A 'Virtù' de Maquiavel". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 97.
[661] Idem, p. 102.

Em "O Povo-Criança", de julho de 1931, a temática persistia. O título do artigo se deve à interpretação do grau de maturidade desenvolvido pela população brasileira. Assim, Salgado acreditava na infância intelectual e cultural da nação, sendo esta propensa à fragilidade de personalidade e à ingenuidade. Salgado acreditava que a espera do messias alimentada pela população, devia-se à incapacidade desta em unir forças e articular coletivamente a saída para os momentos de crise. "Em todos os momentos angustiosos, espera-se um homem no Brasil. É o único ponto em que todos os brasileiros estão de acordo. Mas é fácil de explicar o motivo dêsse acordo./Ele se origina do próprio desacordo geral."[662]

No entanto, Plínio Salgado sinalizava, ainda em 1931, portanto, um ano antes do lançamento da AIB, que sua postura de "obscuro soldado", em relação à liderança do integralismo, não estava tão velada conforme afirmou em 1935. Salgado discorria sobre suas próprias características ao indicar como deveria ser este chefe, ou seja, "(...) não poderá ser uma só coisa: um caudilho, um cabo eleitoral, um santo, um cientista, um filósofo, um agitador, mas um pouco de tudo."[663] É valido recordar que Salgado possuiu experiência eclética, por ocupar cargos tais como de coordenador de companhia de teatro, em São Bento do Sapucaí (sua cidade natal), e a liderança política regional (no Partido Municipalista). Foi também intelectual de destaque, desde 1926, com o lançamento de seu livro "O Esperado". Diante de tais experiências, Salgado colocava-se como candidato a ocupar o cargo de liderança das massas, ao afirmar que este homem deveria ser "um pouco de tudo". No entanto, para que o "gênio político" emergisse, seriam necessárias condições exteriores a esse líder. Contida entre estas condições estaria a formação de um movimento nacional:

> Sem criar o movimento de todas as províncias, não temos o direito de esperar 'um homem'. Pois o chefe exprime uma consciência, uma cultura, uma unidade de propósitos, e enquanto estas não forem criadas, não se terá

[662] SALGADO, Plínio. "O Povo-Criança". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 113.
[663] SALGADO, Plínio. "Fisionomia". In. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 93.

> estabelecido a corrente de pensamentos, o estado de espírito propício para o aparecimento de um intérprete da Nação.[664]

Deste modo, Plínio Salgado sinalizava para a formação de um movimento de amplitude nacional já em 1931. Não pode ser desprezada a experiência política adquirida pelo autor em sua excursão pela Europa, como tutor do filho de Alfredo Egydio de Souza Aranha, advogado com quem trabalhou quando vinculado ao Partido Republicano Paulista. Nestas viagens Salgado contava:

> Vira a renovação política na Turquia, o fascismo na Itália, lera uma vasta literatura comunista que circulara em Paris, estudara a social-democracia alemã, examinara a pequenina Bélgica[665], meditara no Egito, sobre o imperialismo inglês, observara a anarquia dos espíritos na Espanha e a nova ordem em Portugal, e tudo me mostrava a morte de uma civilização, o advento de uma nova etapa humana.[666]

Esta viagem à Europa não significou a *mudança* ideológica de Plínio Salgado, mas o ponto alto da transformação que se iniciara com o verde-amarelismo, ainda no período em que fazia parte do modernismo. Este processo, aqui analisado, foi tomado por contradições ao longo dos textos do líder do integralismo brasileiro, no intuito de expor as transformações iniciadas em território nacional, antes mesmo da década de 1930. Ao retornar ao Brasil, Salgado consolidaria seu antiliberalismo, assim como a rejeição ao sistema político democrático, em função, segundo ele, da ausência de bases para se sustentar estes projetos. Portanto, em 1931, afirmava:

> Mas o nosso 'nacionalista' ainda não fica aí. Meteu-se-lhe na cabeça que haveríamos de praticar aqui o sufrágio universal, como na mais perfeita das Repúblicas. Num país sem meios de comunicações, onde a fiscalização das eleições é praticamente impossível; num país dividido em Estados, onde predomina a vontade de um governador que dispõe de tôda a máquina policial e tôda a máquina eleitoral, e onde as violências não constituem os pecados de um Estado, mas de vinte, nesse país, o 'nacionalista' entendeu de práticas as grandes eleições presidenciais, de quatro em quatro anos, para

---

[664] SALGADO, Plínio. "A 'Virtù' de Maquiavel". p. 101-102

[665] Para compreender o interesse de Plínio Salgado na "pequenina Bélgica", é preciso recorrer à obra de Teresa Malatian. A autora afirma que no momento de fundação da *Action Française*, "(...) a Bélgica tornara-se um dos maiores centros maurrasistas, com grande penetração dos escritos de Charles Maurras entre a juventude empolgada no nacionalismo integral." MALATIAN, Teresa. *Império e missão*: um novo monarquismo brasileiro. São Paulo: Nacional, 2001. p.83.

[666] SALGADO, Plínio. "Prefácio de 1935". In. *Despertemos a Nação* p. 20.

> que o pobre eleitor votasse em homens que êle absolutamente jamais conheceu.[667]

Neste subitem buscou-se demonstrar a trajetória intelectual de Plinio Salgado, e a formação das bases de seu arcabouço doutrinário, encontrado no integralismo. Através das experiências e redes de sociabilidades mantidas entre os anos 1910 e 1920, Salgado constituiu conjunto de aportes que seriam traduzidos, em parte, pelo autoritarismo, antiliberalismo, e anticosmopolitismo existentes na doutrina da AIB. Deste modo, foi objetivo demonstrar que alguns aspectos do pensamento pliniano, enquanto chefe da AIB, foram constituídos antes mesmo de Plínio ir à Europa em 1930, através das relações sociais vividas em seus grupos identitários vistos, por exemplo, no modernismo.

5.2 – Do "socialista" ao liberal: a trajetória de Gustavo Barroso antes da AIB

Tal como ocorrido com as análises da trajetória de Plínio Salgado, os exames acerca do cearense Gustavo Barroso cobram cuidados. Aspectos do pensamento barrosiano na AIB estiveram presentes em outros de seus textos, alguns do início dos anos 1920. No entanto, outras posturas político-ideológicas iriam se revelar somente no momento em que assumiu a chefia das Milícias do integralismo brasileiro, entrando em confronto com seus escritos anteriores.

Barroso foi responsável por intensa produção bibliográfica, e dentre suas obras destaca-se o engajamento político. Conforme dito, este não esteve vinculado à inserção na AIB, mas indubitavelmente toma vigor a partir do momento em que se inseriu no movimento dos camisas verdes. Todavia, anterior ao integralismo percebe-se em seus textos, distribuídos entre artigos em periódicos, e livros o posicionamento liberal permeado de conservadorismo.

---

[667] SALGADO, Plínio. "Nacionalismo". In. *Obras Completas*. v. 10. São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 122.

Nos primeiros anos da década de 1930, houve a alteração sensível desta postura, ao abandonar a simpatia às disputas oligárquicas presentes no liberalismo da Primeira República brasileira, para aderir à centralização autoritária de poder. Barroso foi influenciado e passou a influenciar os rumos ideológicos do integralismo brasileiro.

Assim, a AIB não foi um todo homogêneo, mas portador de divisões e fronteiras. Em suas memórias Miguel Reale, Secretário Nacional de Doutrina da AIB, apontava para três eixos doutrinários centrais ao integralismo brasileiro: a corrente conduzida por Plínio Salgado, revestida por concepções sociais da Igreja, com ênfase no nacionalismo – sendo esta a mais numerosa; a liderada pelo próprio Reale, onde havia a predominância de aportes jurídicos, com alternativas institucionais ao Estado liberal; e por último, a corrente doutrinária "(...) mais preocupada com os valores tradicionais da história da pátria, a que acrescentava um anti-semitismo de frágil mas espalhafatosa fundamentação, com Gustavo Barroso à frente."[668]

Tal preocupação com os valores tradicionais, no intuito de exaltar os símbolos nacionais, acompanharia Barroso em parcela relevante de suas obras. Por outro lado, o antissemitismo apontado por Reale é uma das concepções que surgiriam a partir da inserção do integralista cearense na AIB. Em suas análises, Marcos Chor Maio não detecta nas obras do chefe de milícias integralista, vestígios antijudaicos antes de 1930. Para dar suporte ao seu exame, Chor Maio cita trecho de *Reflexões de um Bode*, qual o chefe de Milícias afirmava: "O meu público poderia atestar que eu nunca escrevera uma palavra contra os judeus. Sabia alguma coisa a respeito da questão, mas não o bastante para me imprimir uma atitude espiritual. Foi o integralismo que me tornou antijudaico."[669]

Barroso, em algumas passagens de suas obras, apresentou estratégia diferente de Plínio Salgado ao discorrer sobre suas memórias. Em *Reflexões de um Bode*, citada por Chor Maio, o chefe de Milícias evitou a linearidade narrativa ao relatar suas experiências. Ao

[668] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987. p. 80.
[669] BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um Bode.* Rio de Janeiro: Gráfica Educadora, 1937. p.161-162. apud. MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 92.

dissertar sobre o antissemitismo, acusava sua rejeição aos judeus somente a partir da inserção nas fileiras do integralismo brasileiro. Porém, conforme se verá, em outros momentos Barroso recorreria à forma utilizada por Salgado ao organizar suas lembranças, ou seja, estabelecia vínculo entre passado e o presente integralista. Para a compreensão desta oscilação retórica será necessário conhecer os antecedentes de Barroso.

Antes de inserir-se na AIB, o cearense já era autor consagrado. Foi fundador do Museu Histórico Nacional, em1922, e membro da Academia Brasileira de Letras, eleito em 1923. Além destas atividades voltadas para o campo intelectual, exerceu função política, em cargos públicos estaduais e federais, participou como secretário na delegação brasileira na conferência de Versalhes, em 1919. Concomitante a estas atividades, foi colaborador ou fundador de periódicos, ainda no Ceará. Em *Consulado da China*, Gustavo Barroso afirma: "Deixei o 'Unitário' para colaborar com Joaquim Pimenta no orgão socialista que êle fundou em fins 1907 e durou até princípios de 1908, 'O Demolidor'. (...), e associado a José Gil Amora, lancei outro periódico socialista 'O Regenerador', (...)"[670].

Diante da intensidade e da pluralidade de atividades exercidas, Gustavo Barroso ganhou notoriedade antes da década de 1920. Portanto, tornou-se mais árdua a tarefa de reconstituir sua trajetória intelectual, tal como Salgado havia feito, em função de atingir popularidade, independente de sua atuação no movimento integralista.

Representativo do volume de sua produção é o número de mais de 84 livros publicados até 1939, conforme apresentado no dorso de *Coração de Menino*[671]. Suas obras podem ser organizadas da seguinte forma, segundo a Academia Brasileira de Letras: Contos, crônicas e novelas regionais; romances; folclore, crítica, erudição e filologia; história, ensaios e episódios históricos; história regional e biografias; língua e dicionário; memórias e viagens;

---

[670] BARROSO, Gustavo. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1941, p. 221.
[671] BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

poesia; pensamento e; política[672], as obras desta última categoria foram influenciadas pela sua inserção na AIB.

Sua atuação em periódicos locais e da capital federal foi intensa. Tais participações em revistas e jornais dividiam-se entre caricaturas, ilustrações, novelas, e crônicas políticas de oposição às elites regionais. Nas palavras de Barroso, suas atividades estiveram inscritas nas formas de:

> (...) caricaturas e trabalhos literários ilustrados a jornais e revistas do Rio de Janeiro, que publicavam às vezes com relevo. A "Careta" estampou vários contos humorísticos meus, como "O Toníco", "O Chicote do Babáu", "Meu Professor", entre 1907 e 1910, (...). De fins de 1908 a princípio de 1909, a primeira página do "Tico-Tico" foi tomada pela história "O Anel Mágico", "Texto e ilustração de João do Norte", (...). Uma vez por outra, "O Malho" inseria minhas caricaturas, contra o governo do Acioli, (...).[673]

É conhecido entre as pesquisas historiográficas sobre o integralista, seu desejo não realizado de seguir carreira militar. Tal aspiração, alimentada desde a infância, foi frustrada por pressão de suas tias, responsáveis por sua criação desde tenra idade. Além destas pressões familiares, conspirou contra o desejo de Barroso o fechamento da Escola Militar em virtude do envolvimento de elementos provenientes da instituição na Revolta da Vacina em 1904. Portanto, em 1905, o cearense esteve inclinado a "(...) curvar a cabeça aos desejos da minha família ainda mais veementes após a fundação da Faculdade Jurídica em Fortaleza, e aceitei ser bacharel em Direito."[674]

Marcos Chor Maio expõe a oposição de seus familiares, enfrentada por Barroso, em função do prestígio negativo da carreira nas Forças Armadas. Esta rejeição ao serviço militar, segundo o autor, era compartilhada entre elites, principalmente por aqueles elementos que estavam em decadência, conforme era o caso da família do integralista cearense[675]. Estas

---

[672] Disponível em: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=619&sid=213. Acesso em 04. Abril de 2013 às 08h:37min.
[673] BARROSO, Gustavo. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, p. 161-162.
[674] BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará: 2º vol. de "Memorias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940. p. 180.
[675] MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 68-69.

conclusões são certificadas em livros de memórias escritos por Barroso, tais como *Coração de Menino* e *Liceu do Ceará*.

No primeiro título, Barroso narrou suas experiências durante a infância, até completar dez anos de idade. Subsequente a este há o *Liceu do Ceará*, onde apresentou suas lembranças até alcançar os dezesseis anos. Completando a trilogia, Barroso lançaria *Consulado da China*, onde relembraria seus passos na vida acadêmica, iniciada na Faculdade de Direito do Ceará, e concluída no Rio de Janeiro.

Ao consultar os dois primeiros volumes da trilogia, as fontes são coerentes ao objetivo de examinar a infância e a juventude do chefe de Milícias. No entanto, demandam atenção, em função da data de publicação, ou seja, 1939 e 1940. Portanto, Barroso escreveu suas memórias no rescaldo do fechamento da AIB, ocorrido em 1937, e do episódio conhecido como *Intentona Integralista*[676], de 1938.

Em determinadas obras, Barroso estabeleceu independência entre a militância integralista e as atividades intelectuais. Em outros momentos, utilizou-se do destaque no campo intelectual/literário, como suporte de suas ações no interior do movimento, ou posterior a ele. Portanto, em alguns aspectos de sua trajetória Barroso recorria à narrativa coerente e linear, com o objetivo de interligar momentos específicos de sua vida ao contexto integralista, através do exercício da diacronia. Deste modo, utilizou-se de suas lembranças para justificar as escolhas tomadas, e/ou reestruturar outras memórias visando o resgate de sua imagem de literato e político renomado, maculada pelos acontecimentos que envolveram a AIB. Torna-se claro este intuito do chefe de milícias, quando afirmava em *Consulado da China:* "Tenho absoluta certeza que, um dia, quando se apagarem com o tempo as paixões de caráter pessoal e político, ser-me-á feita a devida justiça."[677]

---

[676] Cf.: SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
[677] BARROSO, Gustavo. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* p. 170-171.

Este exercício de diacronia praticado por Barroso é constatado, igualmente, em *Coração de Menino*, ao relatar sua atração pelas Forças Armadas. Ao relembrar a tentativa de convocar amigos para brincarem de soldados quando garoto, escrevia: "O que pretendia fôra unir pela imaginação as duas aspirações que enchiam a alma [ser soldado e condutor de equinos]. Não compreenderam. Quantas vezes na minha vida não tenho querido unir, sem que compreendam, outras aspirações mais sérias?"[678] Neste trecho, há o vínculo entre as brincadeiras de sua infância com as frustrações políticas que sofreu durante a fase adulta. Embora Barroso não fizesse menção à AIB, parte destas aspirações fracassadas estaria inserida nos projetos traçados pelo integralismo. Há possibilidade da referência é palpável diante da proximidade temporal entre o fechamento do movimento, e a publicação deste livro.

Portanto, a leitura e o significado de *Coração de Menino*, assim como demais análises que envolvam *memória* enquanto objeto de pesquisa, devem transcender o mero relato memorialístico. Para tanto, é necessária a investigação do contexto em que o autor produz a narrativa. Para Pierre Labourie, a ação de "rememorar" não implica em recuperar um passado estanque, mas sim em reestruturar, ou mesmo modificar lembranças a favor do contexto atual vivido por aquele que narra suas memórias. Deste modo, as lembranças são dotadas de diacronia, conforme explicitado nas obras de Barroso. Nas palavras de Labourie:

> Através da rememoração de fragmentos do passado, cada memória social transmite ao presente uma das múltiplas representações do passado que ela quer exprimir. Entre diversos outros fatores, ela se constrói sob influência dos códigos e das preocupações do presente, por vezes mesmo em função dos fins do presente.[679]

Este exercício de reestruturação da memória, colocado em prática por Gustavo Barroso, surge em outras ocasiões em *Coração de Menino*, por exemplo. Ao relatar os primeiros momentos de sua inserção na escola, o chefe de Milícias narrou quando seu pai

---

[678] _____. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939. p. 32.

[679] LABORIE, Pierre. "Memória e opinião". In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda & QUADRAT, Samantha Voz Quadrat (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

comprou adesivos de imagens de Napoleão Bonaparte e camponeses do Tirol para que o filho decorasse os cadernos. Em meio ao relato, Barroso inseriu sua opinião enquanto produtor da narrativa, abandonando o personagem do filho que recebe o presente. Tal digressão se processou ao interrogar-se a respeito do motivo da ausência de decalques com imagens de personagens nacionais como Caxias, os índios ou o sertanejo.

Ao término da indagação, o cearense conclui que caso estes decalques se encontrassem e fossem distribuídos entre as crianças, funcionariam como propaganda e ensinamento dos valores nacionais. Não é demais lembrar que após a dissolução das Milícias integralistas[680], Barroso assumiu a Secretaria de Educação Moral e Educação Física no interior da AIB. Deste modo, justificava-se sua preocupação pela difusão da propaganda nacional e quanto à instrução educacional voltada para os ícones nacionalistas. No referido excerto, retirado de *Coração de Menino*, encontra-se:

> Meu pai até parecia contente em ver-me no colégio, iniciando os estudos. Deu-me de presente um lápis Faber com borracha e um caderninho de decalcomania, com soldados de Napoleão e camponêses do Tirol. E eu fiquei a pensar que seria tão bom haver decalcomanias do Brasil, com sertanejos de roupa de couro, gaúchos a cavalo, seringueiros e índios, soldados do tempo de Caxias. Por que tudo haveria de ser europeu? Até hoje, no entanto, ainda não vi decalcomanias brasileiras. Ninguém ainda se deu ao trabalho de refletir no veículo de propaganda e ensino que isso representa no seio da infância.[681]

Mesmo tecendo críticas às influências europeias no Brasil, que se inseriam em âmbitos variados (até nas decalcomanias de uma criança), o desejo militar se mantinha como ideal de conduta entre as concepções de Barroso. Ao trocar Napoleão por Caxias nas figuras adesivas,

---

[680] As milícias foram dissolvidas em 1935, em função da instituição da Lei de Segurança Nacional, conforme pode ser encontrado em *O Monitor Integralista* em sua 92ª Resolução: "Resolução 92ª – EXTINGUE A MILICIA INTEGRALISTA E A SECRETARIA NACIONAL DA MILICIA./ Considerando que a Milícia Integralista, de conformidade com sua essência, organisação e fins não é uma organisação militar, porém uma escola civil de disciplina, civismo e educação physica;/ Considerando, entretanto que a Lei de Segurança Nacional prohibe qualquer organisação onde haja quadros de hierarchia e disciplina;/ (...)/ Resolve:/ Art. 1º - Extinguir a Milícia Integralista;/ Art. 2º - Extinguir a Secretaria Nacional de Milícia e todos os órgãos correspondentes nas Províncias do Paiz./ Rio de Janeiro, 10 de Abril de 1935. MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO III. Rio de Janeiro 7 de Maio de 1935. n. 10. p. 5. APHRC-FPS: cx: 131.021-131.038

[681] BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939. p. 22-23.

o exemplo de moral e símbolo da nacionalidade continuaria a ser encontrado nos códigos militares.

Embora estes relatos sobre o entusiasmo às Forças Armadas, gozado por Barroso em sua infância fossem escritos entre os anos de 1939 e 1940, outros textos de sua autoria atestam a frequência aos assuntos militares. Na revista *América Brasileira* havia o artigo acerca das lutas de independência desenroladas no Maranhão, último reduto português no intuito de manter os laços coloniais do Brasil com a metrópole. Neste artigo[682], Barroso tecia narrativa rica em detalhes sobre os confrontos das tropas vindas do Piauí e do Ceará, para combater a província resistente à independência. Portanto, ainda em 1923, a temática militar exercia fascínio em Gustavo Barroso, atestando sua admiração pelas Forças Armadas.

Barroso apresentou em diversos trechos de suas obras memorialísticas a admiração pela carreira militar. Embora houvesse tal declaração positiva, não deixou de apresentar críticas aos soldados subservientes às instâncias regionais de poder, ou àqueles que abusavam de sua autoridade.

Terra de Sol é obra publicada em 1912. Nesta, o autor cearense apresentou síntese dos aspectos morais e comportamentais do sertanejo, bem como as características do clima, da vegetação, da fauna e do folclore inerentes ao cotidiano dos moradores dos sertões. Entre os objetos abordados surgiram o cangaço, os coronéis e a soldadesca a estes submissos. Neste sentido, Barroso sustentou opinião negativa em relação aos soldados dos corpos de polícia. Acusou-os de desordeiros e covardes por abusarem da população sertaneja, de condição modesta. Como sinal de reprovação à conduta, Barroso dissertava que alguns destes soldados ligados ao corpo policial inseriam-se na vida do cangaço, entregando-se definitivamente ao banditismo:

[682] BARROSO, Gustavo. "A Libertação do Maranhão: Conferencia realizada no Instituto Varnhagen em 28 de Julho de 1923." In. *América Brasileira: resenha da actividade nacional.* Ano 2. n. 21. Rio de Janeiro: Setembro de 1923. p. 7. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PSPR 734 (1).

> A soldadesca dêsses corpos é composta por mais baixa e vil escória das populações, covarde e boçal; vive pelo sertão a fazer desordens nas feiras e a praticar tôda a sorte de infâmias, desde o roubo ao estupro, às vezes até desertando para aumentar os bandos de cangaceiros.[683]

Estas não seriam as únicas críticas realizadas aos soldados submetidos ao coronelismo regional. O chefe de milícias da AIB adotava como preferidas as Forças Militares, ou seja, Exército e Marinha, em detrimento do contingente policial. Em *Coração de Menino* dizia: "Minha vida é povoada de recordações militares e gosto tanto de tudo que se refere a vida guerreira que todos os amigos e conhecidos de meu pai me auguram um futuro soldado."[684] Porém, em *Liceu do Ceará*, obra que aborda sua juventude, ao relatar os abusos cometidos pelo poder local e pelas forças policiais, o autor apresentou a passagem de sua vida na qual interpretava ser crucial para a adesão à oposição política regional. Tratava-se da coerção policial de um jornalista que escrevia artigos ofensivos ao coronel local.

Barroso relatou a cena de soldados que obrigaram Hermenegildo Firmeza a engolir seus artigos em capsulas de pílula, caso contrário, este seria executado. O ocorrido proporcionou a seguinte sensação: "A agressão em massa, sem dar ao outro a menor possibilidade de defesa, enjoou-me. Foi o primeiro empurrão que levei em Fortaleza para cair nos braços da oposição."[685] A experiência deixou marcas em sua memória: "Tinha quinze anos e aquilo foi o estupro da minha crença dos dogmas de liberdade. O tempo reservava-me vêr cousas peores, de maneira a fazer-me rir como adeante de pilherias de palhaço, quando ouço alguém referir as tradições liberais do Brasil."[686]

O episódio, segundo Barroso, não apenas refletiu negativamente sobre sua opinião aos soldados submissos ao coronelismo, como atingiu sua opinião em relação à política liberal-oligárquica. No entanto, estes incidentes despertaram a rejeição no Gustavo Barroso da

---

[683] BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol.* 6ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 112 (1ª ed. de 1912).
[684] _____. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939. p. 100.
[685] _____. *Liceu do Ceará: 2º vol. de "Memórias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940. p. 153.
[686] Idem, p. 152.

década de 1930, e não no garoto de quinze anos que presenciou a cena de violência ao jornalista. Isto se torna evidente ao analisar o esforço de Barroso em estabelecer linearidade e coerência aos fatos que conspirariam para sua refutação ao liberalismo e à democracia, e adesão às medidas tomadas quando fez parte da AIB. Episódios de importância política desprezível seriam utilizados como fatores que favoreceram sua rejeição aos valores liberais.

Um destes casos foi o desmanche de sua casa na árvore por soldados, a pedido de seu professor na escola primária. O ocorrido aparece nas páginas de *Coração de Menino* como: "(...) a primeira medida violenta por parte do poder público que sofro. Anuncia outras, mais duras e mais injustas para o futuro."[687] Deste modo, a perseguição aos integralistas, colocada em prática por Vargas, seria o desenvolvimento final das violências políticas praticadas pelo poder público, iniciadas pelo desmanche de sua casinha na árvore, quando criança.

Os contornos diacrônicos tornam-se mais fortes quando se analisa a trajetória completa de Gustavo Barroso a partir da sugestão de Pierre Bourdieu de que *o real é descontínuo*[688]. Tal descontinuidade, incidida sobre a trajetória de Barroso se explicita ao analisar sua atuação e suas obras políticas entre a década de 1910 e os primeiros anos da década 1920.

Entre 1912 e 1918, Barroso participou do Partido Republicano Conservador na Capital Federal, cidade onde terminou seu bacharelado em Direito. Em 1918, retornaria ao Ceará para assumir a Secretaria do Interior e Justiça após seu primo, Coronel Benjamin Liberato Barroso, se sagrar vitorioso nas eleições para a presidência do estado.[689] Novamente utilizando-se de suas lembranças, há o emprego destas para justificar suas ações. Em *Consulado da China* Barroso se esquivaria das críticas que o perseguiam ainda em 1941, em função da nomeação

[687] BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939. p. 179.
[688] BOURDIEU, Pierre. "A Ilusão Biográfica" (p. 181- 189). In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006. p. 185.
[689] MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 71.

ocorrida para compor funcionalismo público na presidência de seu primo, cerca de vinte anos antes:

> Quando atingi os mais altos postos na política cearense, aos vinte e poucos anos, os invejosos atribuíram a isso, unicamente o prestigio do Presidente do Estado, meu primo e querido amigo Benjamin Barroso. Esqueciam propositalmente as esporas de cavaleiro ganhas nessa luta terrivel contra o aciolismo, anos a fio. Esqueciam que João Brigido, sem ser meu parente, já me incluira espontaneamente em sua chapa de deputados estaduais.[690]

O envolvimento de Barroso com a política liberal e oligárquica, entre os anos 1910 e 1920 demonstra o confronto entre a sua trajetória política ao longo de sua vida e, a opinião do chefe de milícias integralista encontrada nos anos finais da década de 1930. Esta oposição se faz entre a postura política, contrária ao liberalismo e à democracia, e a necessidade de sua autoafirmação. A organização memorialística constituída por Barroso, não contribui para demarcar a transição entre o período de liberalismo conservador, para o projeto autoritário da AIB. Em momentos de sua narrativa, o autor cearense possuía maior interesse em alimentar sua vaidade pessoal que uma suposta coerência ideológica com a AIB.

Em *Coração de Menino*, ao dissertar sobre seu exame de proficiência para o liceu, o narrador adulto, e não o garoto que estava submetido aos testes se vangloria de seu desempenho posterior diante dos membros da banca avaliadora. Ao referir-se ao Sr. Agapito, "O examinador mais temido por gozar de fama de não ter contemplações.", dizia: "Mal sabia que o fedelhinho, que examina, anos depois será seu braço direito da redação do 'Jornal do Ceará', militará contra êle na política estadual, acabando por disputar-lhe vitoriosamente o mandato de Deputado Federal. Voltas que o mundo dá!"[691] Portanto, neste relato, não havia críticas ao jogo político, mas sim o orgulho de ter saído vitorioso na eleição ao cargo de Deputado Federal, em que concorreu com seu ex-avaliador. Deste modo, Barroso endossaria as regras do jogo político liberal, momentaneamente, sob a finalidade de se promover.

---

[690] BARROSO, Gustavo. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* p. 245.
[691] BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino: memórias*. p. 276.

Seguindo essa mesma via, Barroso, em *Consulado da China,* revelaria sua rede de sociabilidades, que contribuiu para o acesso às esferas políticas, tanto locais, quanto na capital federal:

> Artur Lemos, então representante da poderosa oligarquia dos Lemos no Pará, que seria meu colega de Câmara Federal, (...); Álvaro de Carvalho, de alto prestígio na política hegemônica de São Paulo, que se distinguiu sempre com sua amizade e confiança no Congresso da República; (...).[692]

Apesar de apresentar estas referências que o auxiliaram na carreira política, Barroso não deixou de expor críticas ao sistema liberal. Imediato ao trecho acima citado, o cearense faria menção a figuras "(...) que brilham num instante como meteoro da democracia liberal e se apagaram com a morte ou no esquecimento."[693] Deste modo, apontaria para a sucessão de partidos e candidatos, que alternavam-se no poder. Este aspecto era visto como deficiência do sistema liberal-democrático por Barroso, em vista da incapacidade deste modelo de governo lançar líderes fortes em função dos prazos inscritos no período de mandato.

O volume bibliográfico produzido pelo chefe de milícias integralista impossibilitou a demarcação da passagem do liberalismo para o autoritarismo. Isso não anula a tentativa de estabelecer hipóteses. Barroso participou de partidos liberais, porém com inclinação ao conservadorismo. Com a deterioração do liberalismo e o esgotamento da democracia, há a possibilidade de que com o encerramento das posições liberais, o conservadorismo de Gustavo Barroso tenha se salientado. A posição reacionária associou-se com facilidade às bases integralistas.

Assim, as modificações na postura político-ideológica barrosiana acentuaram-se no recesso dos anos 1920 e os anos 1930. Sob estas balizas temporais Barroso apresentaria opiniões favoráveis ao liberalismo (1922), mas posteriormente, migraria para o autoritarismo antissemita (a partir de 1932). Chama à atenção o potencial antissemítico apresentado em

---

692 _____. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* p. 173-174

693 Idem, p. 174.

Liceu do Ceará, mas o silêncio em relação ao tema em *Coração de Criança*, publicado no ano anterior. Em *Liceu do Ceará*, Barroso demonstraria seu ódio contra os judeus:

> Naquêle tempo [ano de 1900], ainda não podia saber o que era em verdade um judeu. Considerava os judeus como quaisquer outros estrangeiros sem maior distinção. Ignorava completamente na inocência dos meus onze anos seu papel de lagartas rosadas da sociedade cristã, com algumas excepções, sem dúvida, de perigosos parasitas secretamente organizados e de fermentos ruinosos para a saúde material e moral dos povos[694].

Outro ponto de tensão na trajetória de Gustavo Barroso esteve relacionado ao seu posicionamento político ao liberalismo. Ao longo da década de 1920, escreveu textos simpáticos ao sistema de governo. Por outro lado, segundo Chor Maio, não se despiu do conservadorismo. À medida que mudanças políticas ocorriam no regime republicano, Barroso assumia posição reativa às alterações.[695]

Conforme visto, Barroso não era nem antissemita até os anos 1930, tampouco apresentou comportamento antiliberal até meados dos anos 1920, mesmo mantido o conservadorismo. Isto fica confirmado a partir de seu livro *Coração da Europa*. Neste, publicado em 1922, Barroso teceu análises elogiosas ao recém-criado Estado da Tchecoslováquia. Ao estabelecer exames quanto aos aspectos climáticos, geográficos, econômicos políticos e sociais daquele país, Barroso apresentava postura ideológica distinta à vista quando, posteriormente, esteve em atividade na AIB.

Em *Coração da Europa*, ao observar a disposição e composição populacional da Tchecoslováquia, identificou a organização da comunidade judaica em seu interior, destacando a simpatia dos judeus aos alemães, em detrimento aos eslavos. Barroso justificou este aspecto através da ascendência germânica daquela comunidade. Porém, descartava-se a explicação de complô internacional judaico, como faria em obras posteriores, escritas quando inserido na AIB. Nestes termos, Barroso observaria da seguinte maneira a postura do grupo judeu:

---

[694] BARROSO, Gustavo. *Liceu do Ceará: 2º vol. de "Memórias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940. p. 50.
[695] MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 75.

> Os judeus que habitam as diversas regiões da Tchecoslovaquia, (...), exercem as mesmas profissões de seus irmãos de outros paizes: são traficantes, commerciantes, prestanistas e banqueiros. Têm certas e determinadas affinidades com os allemães e nenhuma com os slavos. Sempre estiveram ao lado dos governos austro-hungaros. E a independência dos povos tchecoslovacos encontrou de sua parte má vontade ou indifferença.[696]

Se nesta citação de 1922, os judeus possuíam má vontade ou indiferença quanto à questão nacional dos tchecoslovacos, em *Liceu do Ceará* (de 1940), os elementos semitas eram "fermentos ruinosos para a saúde material e moral dos povos". Outra divergência, nestes mesmos recortes temporais se encontrava em relação à classificação do liberalismo político.

Enquanto em 1932, Barroso inserir-se-ia em organização antiliberal e antidemocrática, dez anos antes teria elogiado a Carta Constitucional revestida destes valores. Em *Consulado da China*, obra posterior à passagem de Barroso pela AIB, o autor cearense tecia críticas à liberdade de imprensa. Segundo o chefe de milícias, estas liberdades provocariam ataques sucessivos, com finalidades políticas em detrimento do critério investigativo requerido pelo jornalismo. Tal crítica é encontrada quando Barroso narrava a querela entre João Brigido, jornalista e proprietário do jornal "Unitário", e o secretário do Tribunal da Relação. Nesta contenda, o primeiro acusou seu alvo, de receptar verbas indevidamente. Perguntado por Barroso se o jornalista de "Unitário" havia lido a reposta à denúncia, Brigido responde: "-Não li nem quero lêr. Eu afirmei. Êle, com toda a certeza, nega. Eu reafirmo." Ao generalizar o ocorrido, Barroso concluiria: "O episodio retrata admiravelmente o que era um jornalista demo-liberal, fruindo inteiramente da liberdade de imprensa."[697]

Opinião distinta seria encontrada em *Coração da Europa*, publicado em 1922. Não apenas a forma de governo democrático, mas as liberdades, entre estas, a liberdade individual, religiosa, de opinião e a igualdade política entre homens e mulheres, promovidas pelo sistema, eram vistas com simpatia. A defesa era realizada nos seguintes termos:

---

[696] BARROSO, Gustavo. *Coração da Europa.* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922. p. 77.
[697] _____. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* p. 218.

> A Constituição da República Tchecoslovaca é uma das mais liberaes que se conhecem. (...), nella se encontram plenamente asseguradas, a egualdade de todos os cidadãos perante a lei, a liberdade individual, (...), a liberdade de opinião, de religião, de associação, a inviolabilidade de correspondência; e finalmente a perfeita egualdade do homem e da mulher. É sobretudo na relativo ás minorias nacionaes, religiosas e ethnicas que mais se patenteia o cunho caracteristicamente liberal da Constituição Tchecoslovaca.[698]

Barroso, em 1922, possuía opinião simpática ao liberalismo, e destacou estes aspectos acerca da Carta Constitucional da Tchecoslováquia. Embora o trecho citado seja meramente descritivo, algumas páginas à frente Barroso ratificaria a sensação positiva colhida ao afirmar, "Além do valor que lhe dá essa posição geográfica, a sua importância augmenta graças á potência política e econômica." E completa a seguir: "Política e economicamente a Tchecoslovaquia é uma das nações mais adeantadas."[699]

Sua pesquisa a respeito daquele país lhe rendeu referências na *América Brasileira* de setembro de 1922, sendo qualificada como relato de propriedade, pelo periódico de Elísio de Carvalho[700]. O posicionamento político de Barroso, até meados de 1920, similar à opinião de Elísio de Carvalho, era de fomento às mudanças lentas e paulatinas, no interior das instituições existentes, não alterando a ordem vigente. No entanto, na segunda metade daquela década, passaria a criticar a democracia liberal e a política oligárquica, com destaque ao seu conservadorismo.

Aspecto que chama a atenção, ainda em *Coração da Europa*, e que foi desenvolvido na AIB, é o interesse nas associações e organizações de caráter nacional, voltadas ao treinamento físico e militar. Em sua obra sobre a Tchecoslováquia, Gustavo Barroso observou com curiosidade um grupo formado por elementos provenientes da burguesia, denominado *Sokol*, "falcão" em eslavo. Barroso considerava a organização como "(...) escola de educação physica, moral, social e talvez mesmo até militar da Bohemia, cuja capacidade de

---

[698] _____. *Coração da Europa.* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922. p. 67.
[699] Idem, p. 72.
[700] *América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional.* Ano 1. n. 9 a 12. Edição do Centenário Nacional. Rio de Janeiro: setembro/dezembro de 1922. P. 85. Biblioteca Nacional. Setor: Obras Raras. Localização: PRSOR 63125.

defesa intellectual e nacional se tem demonstrado a mais completa possível."[701] Desta forma, observava com simpatia a organização que adquiria proporções nacionais na Tchecoslováquia.

Uma década mais tarde, Barroso buscaria colocar em prática o exemplo eslavo nas fileiras integralistas do Brasil. Embora, oficialmente, Plínio Salgado defendesse que as milícias integralistas não fossem uma organização militar, seus objetivos se aproximavam dos vistos na formação dos *Sokols*. Na descrição do *Monitor Integralista*, as milícias cumpririam a função de "uma escola civil de disciplina, civismo e educação physica."[702]. De modo similar, a formação tchecoslovaca, nas palavras de Barroso em *Coração da Europa*, eram escola de desenvolvimento de competências físicas, morais e militares. No entanto, o interesse de Barroso pelos *Sokols* não significou, ao menos neste momento, sua definição ideológica a favor da burguesia. Em mesma obra, haveria semelhante interesse em organização congênere, porém de natureza proletária e socialista. Embora Barroso detenha-se com maior vagar no grupo burguês, destacaria que:

> (...) emquanto os Sokols burguezes sómente se comprazem em exercícios physicos de toda a espécie e em seguirem certas normas Moraes de conducta, os grupos de Gymnastica Socialista emprehendem além da cultura physica, a educação systematica, methodica, completa da juventude operária, tanto moral como intellectual, no ponto de vista do socialismo.[703]

Neste contexto, embora Barroso elogiasse tais organizações de inclinação militar, não havia sinais claros dos percursos a serem traçados pelo autor cearense na década seguinte. O interesse pelas organizações de treinamento físico e militar, ou de desenvolvimento moral visto em viagem à Conferência de Versalhes, não demonstrava o antissemitismo respaldado em formações milicianas presente em Barroso em sua fase integralista, tampouco predileção por ideologias de extrema-direita ou pela socialista.

---

[701] BARROSO, Gustavo. *Coração da Europa.* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922. p. 92.
[702] MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO III. Rio de Janeiro 7 de Maio de 1935. n. 10. p. 5. APHRC-FPS: cx: 131.021-131.038.
[703] BARROSO, Gustavo. *Coração da Europa.* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922. p. 94.

Fica exposto o terreno movediço que é o mapeamento político e ideológico destes autores, entre os anos 1910 e 1920, vista a variedade de tonalidades e correntes de pensamento em que fazem parte. É válido ressaltar o contato mantido por Barroso com as correntes socialista no período em que cursou a faculdade de Direito no estado do Ceará. Entre os anos de 1907 e 1909, houve a leitura de pensadores como Bakunin, Lasalle, Proudhon e Karl Marx. Barroso e seus colegas de academia chegaram a formar grupo de oposição contra o governo Acioli, com o resultado ao que o integralista cearense denominou de sociedade secreta e terrorista. Denominada *Hussares da Morte*, no juramento da suposta organização terrorista, havia o compromisso de "(...) libertar o Ceará e a implantar socialismo."[704] Todavia, esta sociedade não realizou ações de relevo contra o governo, nem possuiu o intuito de se fazer algo do tipo. Segundo o autor, "Não éramos gente digna e capaz de grande revolução social que êle [Moacir Caminha, o único a tomar os projetos organização com seriedade] esperava."[705]

Se nos primeiros anos do século XX Gustavo Barroso tem inclinação à democracia em seu formato oligárquico, com algumas leituras sobre pensadores da esquerda, comportamento distinto foi visto ao entrar na AIB, no primeiro semestre de 1933. O esgotamento do modelo liberal na área econômica, com a quebra da bolsa de valores de Nova York, levando a deterioração financeira da aristocracia e das classes burgueses dentro e fora do Brasil repercute na forma política do liberalismo. O final dos anos 1920 é o marco ideológico de muitos intelectuais, ao abandonarem o terreno do conservadorismo oligárquico, ou do jogo institucional e apresentarem-se nitidamente aos extremismos de esquerda ou da direita. Como sugere Hobsbawm, os impactos econômicos do colapso do liberalismo possuíram consequências dramáticas na política[706].

---

[704] _____. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* p. 200.
[705] Idem, p. 202.
[706] HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 108-109.

Salvo melhor juízo, não há por Barroso obra que defina sua transição. Esta passagem ideológica se fez de forma violenta, ao abandonar o conservadorismo e inclinar-se à radicalização de direita. Já inserido na AIB, Gustavo Barroso deixaria de ser apenas referência teórica e intelectual em âmbito nacional e passaria lutar pela liderança política no movimento integralista.

Nestas disputas entre correntes de pensamento, Barroso adquiriu notoriedade pela teoria de expansão do cristianismo aos moldes medievais, com o objetivo de combater o povo semita. Portanto, os judeus deveriam ser eliminados, segundo sua concepção, diante da negação destes em se diluírem a sociedade que se desejava construir, respaldada nos valores cristãos do medievo. Por insistirem em manter-se como grupo insolvente, manterem sua "raça" e seus valores é que Barroso declarava combate aos judeus. Segundo o chefe de milícias do integralismo brasileiro, os elementos semitas eram os responsáveis pelo materialismo, pela modernidade, pelo capitalismo e pelo comunismo. Portanto, a partir de Gustavo Barroso, os judeus foram os principais demolidores do tradicionalismo moral herdado da Idade Média[707].

Se o antissemitismo não era evidente na primeira metade dos anos 1920, o mesmo não pode ser dito em relação à crença na superioridade nos valores tradicionais, em detrimento da dissolução promovida pela contemporaneidade. A idealização da Idade Média tomada pelo ímpeto cruzadístico cristão, imiscuindo a religiosidade com a sedução às organizações militares, acompanhou o integralista cearense ao longo de suas obras. Associado a esta idealização da idade medieval, havia o antiurbanismo e a crença do aspecto "efeminador"[708] desenvolvido no ambiente das cidades, em oposição à rusticidade do meio rural. Em *Terra de Sol*, obra de 1912, Barroso apresentou amostras da sua simpatia aos valores medievais, concomitante ao antiurbanismo, que se acentuaria com sua entrada para as fileiras da AIB:

---

[707] MAIO, Marcos Chor. *op.cit.* p. 83-84.
[708] BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol.* 6ª (1ª ed. de 1912) .Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 112

> Quanto mais próximo de vilas ou cidades, mais propensos à velhacada são os matutos. Quanto mais insulados nas brenhas, menos rapaces. Isto prova que Cesar tinha razão, no *De Bello Gallico*, em dizer que dos gauleses, os mais fortes eram os belgas por viverem longe das cidades e de tudo quanto efemina os ânimos, - (...).[709]

Barroso, já em 1912, acreditava na natureza corruptora das cidades, tal como Plínio Salgado o faria mais tarde[710], e na essência "pura" dos campos e do interior, considerando estes últimos os mantenedores da nacionalidade. Concomitante ao antiurbanismo havia a idealização do passado medieval. Em *Terra de Sol* eram constantes as comparações entre o sertão e o período medievo e feudal europeu. Tecendo alusão aos domínios senhoriais, Barroso aproximava os territórios de posse do cangaço: "É tudo isso feudo da cangaceiragem"[711]

Ao explicar a atração de alguns sertanejos ao banditismo do cangaço, citava aspectos educacionais deficientes, o rigor da vida pastoril, elementos étnicos, as taras da hereditariedade entre outros aspectos. Barroso entendia esta modalidade de banditismo como: "Tudo isso relembra vagamente guerras medievais de barões feudais, com incêndios de burgos pobres e assédios a castelos roqueiros, (...)."[712] A opção pela Idade Média se fez, em parte pelo baixo valor que o autor cearense nutria ao século XIX, conhecido como auge do racionalismo, do cientificismo e do materialismo. Portanto Gustavo Barroso encarava-o como período de exacerbação do "espírito de confusão", em oposição ao tradicionalismo de séculos anteriores[713]. Desta forma, explica-se a citação de León Daudet, membro da *Action Française,* feita no livro *Liceu do Ceará*, referindo se a "O estúpido século XIX".[714]

A rejeição à modernidade e ao urbanismo, assim como a valorização das tradições encarnadas em uma idealização do passado medieval seriam encontradas na produção

---

[709] Idem, Ibidem.
[710] "Os nossos arranha-céus de cimento armado, com mil bocas de janelas abertas, parecem gritos de massas anônimas, assoberbadas e oprimidas." SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* in. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955 (1ª ed. de 1935). p. 61.
[711] BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol.* p. 102.
[712] Idem, p. 102-103.
[713] BARROSO, Gustavo. *Coração de Menino: memórias.* p. 25.
[714] _____. *Liceu do Ceará: 2º vol. de "Memorias".* p. 88.

intelectual barrosiana no interior da AIB, acrescida do antissemitismo. Por outro lado, a valorização do liberalismo e das liberdades individuais, entraria em contradição com os estatutos integralistas, e caíriam no esquecimento nas obras de Gustavo Barroso, quando este se torna chefe de milícia da AIB.

5.3 – O contato com o fascismo e o movimento de revisão socialista de Miguel Reale

Ao contrário das outras lideranças da AIB, Miguel Reale inseriu-se no movimento ainda jovem, com vinte e três anos. Salvo melhor juízo, ao assumir o cargo de Secretário Nacional de Doutrina do integralismo brasileiro, não possuía obras de relevo publicadas. Sua produção limitava-se a artigos no periódico da Faculdade de Direito de São Paulo, onde se tornou bacharel. Por isso mesmo, foi o mais longevo dos membros do movimento.

Nascido em 1910 e morto em 2006, Reale organizou suas memórias, selecionando fatos que lhe eram convenientes, e omitindo outros nem tanto. Após a saída da AIB, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras, filósofo e respeitado jurista. Diante destes aspectos, sua trajetória favoreceu para que a AIB se tornasse apenas uma mácula em sua biografia, com peso menos relevante em relação ao exercido na trajetória de Plínio Salgado, por exemplo.

Estes aspectos - principalmente o índice rarefeito de obras publicadas - dificultam o rastreamento de fontes bibliográficas do autor, anteriores à AIB. Diante destes empecilhos, esta parte da pesquisa atentou para as nuances inscritas em relatos memorialísticos produzidos por Reale. Outro alvo da análise esteve centrado em seu percurso intelectual. Portanto, o objeto deste subitem será a investigação dos caminhos trilhados por Reale, até alcançar o corporativismo que o levou às fileiras da AIB.

Para tanto, utilizar-se-á do mapeamento das leituras de Miguel Reale, em um de seus artigos, "A Crise da Liberdade", publicado em junho de 1931, no periódico da Faculdade de Direito de São Paulo. Neste, Reale apresentava sua erudição, com citações a um conjunto heteróclito de leituras. A partir destas bibliografias utilizadas tem-se o intuito de tentar delinear seu perfil político-ideológico, antes de inserir-se na AIB, em fevereiro de 1933.

Através dos relatos memorialísticos, Reale[715] situou o início de suas impressões políticas em Itajubá ainda na adolescência. Tratava-se do período em que o Brasil participou da I Guerra Mundial, assim, narra Reale "(...) acompanhei a turba que cruzava a cidade, com vivas ao Brasil e impropérios contra o Kaiser. Tudo acabou na frente da padaria de uns pobres alemães aterrorizados, sob ameaça de saque e incêndio."[716] Sobre este ocorrido, o Reale de 1987 revela seu desprezo pelas camadas populares, ao apontar para a facilidade de manipulá-las. Sobre o desenlace do sucedido, o autor afirmava: "Ao longo da minha vida política assisti a cenas semelhantes, verificando como é fácil inflamar ou comover a massa popular, (...)."[717]

Ainda que apontasse para estas primeiras impressões ocorridas em Itajubá, Minas Gerais interessa-nos sua passagem pelo Instituto Dante Alighieri, organização escolar que Reale frequentou ao cursar o ginásio e preparar-se para os exames de vestibular. Este período é relevante em razão da instituição estar ligada e ser mantida pelo governo italiano, sob o domínio fascista. Portanto, foi nesta escola que Reale tomou conhecimento da ideologia e do movimento conduzidos por Mussolini. Segundo ele, o instituto era:

> (...) escola preparatória de estudos superiores a serem realizados na Itália. Com o crescente desenvolvimento do fascismo essa destinação ainda mais se acentuou, mas o menino de Itajubá sentia suas raízes na terra cabocla, seu destino vinculado à língua inculta e bela.[718]

As afirmações de Reale sobre o Instituto são procedentes. João Fábio Bertonha apresenta em tese de doutoramento, que a *Società Dante Alighieri* possuía entre seus

[715] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.*
[716] Idem, p. 19.
[717] Idem, p. 20.
[718] Idem, p. 32.

objetivos, levar a "italianidade" àqueles que se encontravam no exterior. Fundada em 1889, a escola foi contaminada pelos valores fascista, durante a ascensão de Mussolini ao poder. Diante da função exercida pela instituição, de manutenção da identidade nacional entre os italianos fora da Itália, o governo fascista incorporou-a ao seu aparato burocrático, convertendo-a em disseminadora dos valores do regime de Mussolini[719].

Portanto, a justificativa para o interesse das análises começarem a partir da Sociedade Dante Alighieri, se faz pela inserção dos valores e códigos identitários fascistas presentes neste órgão, local do primeiro contato de Miguel Reale com a ideologia de extrema-direita. Além disso, seria na Sociedade Dante Alighieri que o futuro Secretário Nacional de Doutrina da AIB se realacionaria com concepções socialistas, por intermédio de dois de seus professores, os irmãos Isoldi.

Sobre este contato com o marxismo dos Isoldi, Reale afirmava ser Dante Isoldi socialista democrático, o responsável por familiariza-lo com "(...) o marxismo, mas o marxismo aberto e de larga inspiração teórica, haurida na obra admirável de Antonio Labriola até hoje uma das mais preciosas análises do que há de vivo no pensamento de Marx."[720] A partir da relação com os Isoldi, Reale afirmou que durante sua permanência no Instituto Dante Alighieri, salvou-se da influência do fascismo arraigada na instituição de ensino. Adotou postura antifascista através de leituras da esquerda ideológica. Naquele momento, embora se declarasse socialista, afirmava-se adepto de Carlos Rosseli e outros revisionistas. Segundo Miguel Reale, os debates e discussões dos stalinistas e trotskistas o enfadavam. Deste modo, o Secretario de Doutrina da AIB encontrou acolhida no reformismo.

Embora continuasse leitor de Marx, flertou com as obras de Plekhanov e buscou em Arturo e Antonio Labriola e Rosseli as fontes para suas posições teóricas. Estes autores,

---

[719] BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943.* São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998. p. 43.

[720] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* p. 34.

fornecedores do aparato teórico de Reale em sua juventude socialista-revisionista, estiveram presentes em artigo publicado na *Tribuna Liberal*, órgão acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo. Inserindo-se na corrente do revisionismo socialista, Reale inclinava-se ao cristianismo, "Pois o socialismo sempre dirigiu aos humildes e aos infelizes, continuando a ação dos apóstolos do Cristianismo, mesmo quando a Igreja se esquecia do seu passado, tendo mais clientes do que fiéis."[721] Este aspecto foi permanente em seus textos teóricos.

A concepção cristã fez parte de seu Estado Integral. Com características mais tênues, em relação à infiltração dos preceitos cristãos no pensamento de Plínio Salgado, a influência do cristianismo esteve inserida entre conceitos jurídicos, no intuito de erigir a instituição corporativista, encarnada no integralismo. "É sobre o conceito do homem cristão", afirmaria Reale em 1937, "- matéria, instinto e razão – que devemos elevar o edifício do Estado cristão."[722] Concomitante à doutrinação corporativista influenciada pelo cristianismo, estava a argumentação em defesa da moral, igualmente revestida pelo vocabulário jurídico-institucional. Em *Perspectivas Integralistas*, com o objetivo de erguer as bases do Estado Integral, afirmava:

> A economia se subordinará à moral, e então o povo brasileiro compreenderá o porque dos grito dos 'camisas verdes' por toda a extensão do território nacional: 'Brasileiros, despedacemos as algemas do capitalismo que nos escraviza e proclamemos a independência econômica financeira da Nação'![723]

Este aspecto moral foi resultante da adoção do revisionismo socialista, presente já em 1931. Carlo Rosseli foi um autor importante entre suas leituras, em virtude da concepção de socialismo liberal como alternativa ao marxismo. Diante das críticas às correntes socialistas marxistas, houve a adesão de Reale à interpretação de Rosselli, conforme apresentado no

---

[721] _____. "A Crise da Liberdade". In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 7.

[722] _____. *Atualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1937. In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 84.

[723] REALE, Miguel. *Perspectivas Integralistas.* Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes, 1ª Ed. de 1935, 2ª Ed. de 1936. in. In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 25.

artigo "A Crise da Liberdade."[724] Neste, encontram-se referências à obra *Socialismo Liberal*. O autor italiano escreveu o ensaio, entre 1928 e 1929, quando esteve preso em Lipari, em consequência de sua posição antifascista. No entanto, sua defesa do socialismo era dissociada das correntes marxistas, fato que seria incorporado por Reale.

Embora Rosselli tenha exercido influência, este não foi o único autor utilizado por Reale no artigo publicado no jornal da Faculdade de Direito de São Paulo. Plekhanov[725], Arturo Labriola[726], Georges Valois[727], foram outros pensadores utilizados. Conforme será visto, as leituras não estiveram isentas de contradição. Exemplo destes ruídos é observado entre Rosselli e Plekhanov.

A crítica central realizada pelo socialista liberal ao marxismo recaía sobre a preponderância da necessidade histórica reger os destinos humanos, em detrimento da vontade dos indivíduos. Rosselli defendia que para Marx, o socialismo "Devia realizar-se, não podia deixar de realizar-se – não em virtude de uma imaginária livre escolha dos homens, mas devido às forças transcendentes que dominam os homens e suas relações: as forças produtivas no seu incessante progresso e desenvolvimento."[728]

Através desta interpretação, os mecanismos para a deflagração do socialismo marxistas realizar-se-iam fatalmente. Nesta perspectiva, os homens não possuiriam a liberdade de escolhas e de ações, pois estariam submetidos ao imperativo da necessidade, reféns dos movimentos históricos. Assim, o marxismo possuía como aspectos o determinismo

---

[724] REALE, Miguel. "A Crise da Liberdade". p. 5. (Grifo do original).

[725] Guiorgio Plekhanov (1856-1918) integrou a primeira geração de marxistas russos, estando em primeiro momento no grupo menchevique. No entanto, durante a guerra civil russa, recusou-se a lutar contra os bolcheviques em 1917.

[726] Arturo Labriola (1873-1959) participou de organização socialista reformista (*Avanguardia Socialista*) avessa ao socialismo oficial, preconizado pelo Partido Socialista Italiano. Nesta, Labriola dividiu espaço com Mussolini, reivindicando um socialismo italiano. No entanto, ao término da Grande Guerra Mundial, membros do movimento inclinaram-se à radicalização, oferecendo colaboração aos *fasci* liderados por Mussolini. Deste modo, Labriola exilou-se na França, por se opor ao fascismo.

[727] Georges Valois (1878-1945) desenvolveu atividade anarquista. Integrou a *Action Française*. Rompendo com Maurras, constituiu o *Faisceau*, vertente francesa do fascismo.

[728] ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberal.* Tradução de Sérgio Barth. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997. P. 41.

e a teleologia. Tal interpretação é condenada por Plekhanov, autor também utilizado por Reale. Este raciocínio mecanicista, atribuído por Rosselli à dialética do materialismo-histórico, é chamado pelo pensador russo de "quietismo". Confrontando esta perspectiva, Plekhanov afirmava a coexistência e complementariedade entre a necessidade e a liberdade.

Deste modo, se derrubaria a crítica ao determinismo, supostamente encontrado no socialismo marxista. "Na realidade," afirmava o autor de *O Papel do Indivíduo na História*, "essa famosa contradição, essa pretensa antinomia da liberdade e da necessidade não existe. Longe de excluir a liberdade, a necessidade é sua condição e seu fundamento."[729] Salvaguardadas as nuances entre os autores, Reale utilizava-os de modo a constituir um artigo coeso, *apropriando-se* de certos conteúdos no intuito de obscurecer os ruídos existentes entre suas referências bibliográficas.

Se Reale, em 1987, se afirmava como marxista durante seus estudos na Faculdade de Direito de São Paulo[730], em "A Crise da Liberdade", de 1931 – escrito para jornal da mesma instituição - constata-se a preponderância do socialismo liberal de Rosselli. O autor italiano entendia ser "(...) preciso dissociar o socialismo e marxismo – ou pelo menos conceber que tal dissociação é possível – (...)."[731] Afirmava: "Para os socialistas, o verdadeiro problema não consiste em negar Marx, mas em emancipar-se dele."[732] Em termos semelhantes, Reale apresentaria em seu artigo de 1931: "Emancipamo-nos de Marx, mas não o renegamos."[733] Deste modo, Rosselli – e posteriormente Miguel Reale – buscava um socialismo externo ao marxismo.

O socialismo liberal encontraria suporte na moral, ao não requerer a socialização dos meios de produção e da propriedade privada, tal como no socialismo marxista. Deste modo, através da "elevação intelectual" dos indivíduos, recuperar-se-ia a atuação dos homens em

[729] PLEKHANOV, Guiorgui. *O Papel do Indivíduo na História.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 40.
[730] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* p. 62.
[731] ROSSELLI, Carlo. *Op.cit.* p. 166.
[732] Idem, p. 113.
[733] REALE, Miguel. "A Crise da Liberdade".p. 10.

seus destinos. Portanto, a liberdade - e não a expropriação material - seria a pedra de toque de Rosselli no intuito de consolidar seu socialismo. Para tanto, o autor de *Socialismo Liberal* estava "(...) convencido que só a revisão corajosa das premissas morais e intelectuais poderá voltar a dar ao socialismo aquele frescor e força expansiva que há anos lhe faltam."[734] Deste modo, a revolução socialista haveria de ser precedida pela reforma dos aspectos morais da população, para que todos possuíssem acesso à liberdade proposta pelo socialismo liberal. Assim:

> Não tenho dúvida em afirmar que só ocorrerá uma autêntica revolução socialista quando a transformação da organização social for acompanhada de uma revolução moral, isto é da conquista que será preciso renovar perpetuamente, de uma humanidade melhor, mais justa, mais bondosa, mais espiritual.[735]

Em função dos suportes do socialismo liberal estarem firmados na moral, Rosselli criticava Marx pelo cientificismo do materialismo-histórico, em detrimento das "posições morais" encontradas em seus predecessores intelectuais. Sem apontar quais eram os "clientes" pelos quais advogava, Rosselli afirmava: "O orgulho objetivo de Marx foi assegurar ao socialismo uma base científica, transformando-o em ciência – na ciência social por definição. Daí o desdém pelos seus predecessores e o repúdio a toda posição moralista."[736]

Na esteira de Rosseli, Reale entendia o materialismo histórico como despido de valores morais, em prol da ciência. Assim, revelaria a insatisfação diante do suposto escárnio do autor de *O Capital*, à Fourrier, Saint Simon e Proudhon, ao chamá-los de "utopistas". Ainda estudante de Direito, denunciava: "Foi contra eles [Fourrier, Saint Simon e Proudhon] que Karl Marx repetiu a palavra de escárnio; "utopistas", esquecendo-se que muito lhes devia. (...). O socialismo devia combater em nome da Ciência, relegando para plano secundário os motivos morais."[737]

---

[734] ROSSELLI, Carlo. *Op.cit.* p. 39.
[735] Idem, p. 121.
[736] Idem, p. 41.
[737] REALE, Miguel. "A Crise da Liberdade". p. 7.

Transcendendo a revolução moral, que abriria caminho ao socialismo liberal, Rosselli apontava para a superação do marxismo e, para o equívoco sustentado pelos prognósticos marxianos.

> As diferenças não residem mais (como para Marx) nas esferas de produção, e sim na de distribuição e da moral. A racionalização capitalista contém muitos elementos socialistas. (...). Hoje é possível conceber que a passagem de uma para outra se efetue mediante processo gradual e pacífico; processo que assegurando as vantagens da primeira, reforce progressivamente com as da segunda.[738]

Portanto, a intenção de Rosselli era promover a transição do capitalismo para o socialismo, e evitar a luta de classes. Ao constatar as melhorias políticas e sociais trazidas pelo capitalismo ao operariado, este demonstraria os limites do marxismo no século XX, por abdicar da "Ditadura do Proletariado" para defender os ganhos até então adquiridos durante o capitalismo.[739] Miguel Reale alcançou conclusão semelhante acerca dos limites da teoria marxista, porém, direcionou seu exame para outra perspectiva. Ao examinar as consequências do término da I Guerra Mundial, em "A Crise da Liberdade", apontava para o desequilíbrio entre as classes, que não lutaram entre si, conforme anunciado por Marx, mas distanciaram-se com o acirramento das condições de vida. Deste modo, Reale apresentou o surgimento de diferentes vertentes ditatoriais, respaldadas em critérios classistas. "Ao lado da Ditadura do Capitalismo (como na América do Norte) apareceu a da média Burguesia (Fascismo) e a do Proletariado (Bolchevismo). As três classes (...) se isolavam. Aspectos diversos de um mesmo desequilíbrio."[740]

Se Rosselli afirmava "Com Bernstein e Sorel (que introduziu) ele [Croce] compõe a tríade que mais contribuiu para o esboroamento progressivo do sistema [de explicação

[738] ROSSELLI, Carlo. *Op.cit.* p. 105.
[739] Idem, p. 90.
[740] REALE, Miguel. "A Crise da Liberdade". p. 10.

marxista].", Reale concluía "Não é somente pelo trabalho dos revisionistas que se esboroa o marxismo como sistema dogmático, mas também pela lição dos fatos."[741]

Propondo a superação do marxismo, Rosselli encontrou no sindicalismo os meios para por em prática seu empreendimento, ou seja, a consolidação do socialismo liberal. No entanto, para angariar sucesso, colocaria em recesso o posicionamento liberal, flertando com as organizações corporativistas. Embora não buscasse a diluição parlamentar em sua teoria, impelia os operários à ação sindical, porém, no seio das esferas decisórias. É válido ressaltar que, através da mobilização sindical no interior dos quadros institucionais, Rosselli possuía a intenção de manter a ordem e arrefecer o ímpeto insurrecional – bandeira da "Ditadura do Proletariado", preconizada por Marx.

Uma vez organizados, os operários "Não esperam mais o comando do partido político para que iniciem a insurreição, mas pretendem a ação orgânica no parlamento e nos órgãos públicos, pela defesa de uma atmosfera de plena liberdade e a promoção de leis que protejam o trabalho."[742] A formação orgânica e profissional dos sindicatos seria utilizada por Reale em seu arcabouço teórico. No entanto, adotaria perfil radical, em relação ao esboçado por Rosselli. Em artigo publicado em 1933, dois anos após ter lançado "A Crise da Liberdade", Reale afirmava que "Realizada a representação profissional, os partidos terão forçosamente que desaparecer, assumindo a representação política outra organização, outro espírito."[743]

Durante sua atuação na AIB, Reale alterou suas concepções em relação ao Socialismo Liberal, para combater o liberalismo e o socialismo. Tal oposição a Rosselli tornou-se candente em *ABC do Integralismo,* cuja primeira edição data de 1935. Nesta obra, Reale

---

[741] Idem, ibidem.
[742] ROSSELLI, Carlo. *Op.cit.* p. 57.
[743] REALE, Miguel. "A Posição do Integralismo" (1933). In. *Perspectivas Integralistas.* In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 64.

afirmava: “Tendo em vista a constituição do Estado brasileiro sobre bases corporativas, os sindicatos passam a ser ‘pessoas de direito público’.”[744]

Rosselli acreditava na coexistência dos sindicatos e partidos, no entanto, Reale sustentava o antagonismo da organização sindical aos partidos, enquanto aquela estivesse inserida no corporativismo. Para Reale os partidos estavam corrompidos pelo sistema liberal, e os sindicatos cumpririam a função política de integração entre trabalhadores e o Estado. Deste modo, a concepção de indivíduo, apresentada por Reale, quando atuante na AIB, possuía divergências às crenças sustentadas por Rosselli .

Ainda em “A Crise da Liberdade” as discordâncias emergiam entre Reale e Rosselli quanto a questão da oposição entre liberdade e necessidade. Tal como o autor de *Socialismo Liberal*, Reale acreditava na existência de determinismo na concepção marxista, em função de seu fatalismo, e da crença de que a marcha da História caminharia, inexoravelmente, para o socialismo. Contudo, ao assumir postura revisionista, Reale lançou mãos dos escritos de Plekhanov, no intuito de buscar alternativa à proposta de Rosselli sem, no entanto, adotar posição evidenciada pelo “materialismo economicista”, ou “vulgar”, criticada pelo próprio Reale:

> Segundo o marxismo, a Liberdade só pode ressurgir sobre as ruínas da sociedade capitalista: combater a organização capitalista é no fundo combater pela Liberdade. Contradição sem dúvida, mas profundamente em harmonia com a lição da história. Esta, no dizer de Plekhanov, “nos mostra que não somente o fatalismo não foi sempre um obstáculo à ação dinâmica e prática, mas que em certas épocas, ao contrário, forneceu a base necessária à ação.”[745]

Plekhanov, no referido trecho citado por Reale, não dissertava sobre o materialismo-histórico, mas tecia críticas aos subjetivistas que acusavam o marxismo de “quietismo”. De fato, o autor russo posicionava-se em relação ao fatalismo, relativizando seu aspecto

---

[744] _____. *ABC do Integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935 (1ª ed. – 2ª ed. de 1936). In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 199.

[745] PLEKHANOV, *La question du role de la pérsonalité dans la histoire.* Apud. REALE, Miguel. “A Crise da Liberdade”. p. 8-9.

negativo[746]. No entanto, não com a mesma finalidade utilizada por Reale. Ao estabelecer debate sobre os conceitos de liberdade e necessidade, Plekhanov afirmava:

> Quando a consciência da falta de liberdade da minha vontade se me apresenta única sob a forma de uma impossibilidade total, subjetiva e objetiva, de proceder de modo diferente ao que procedo, e quando minhas ações são para mim, ao mesmo tempo, as mais desejáveis entre todas as possíveis, nesse caso a necessidade se identifica em minha consciência com a liberdade, e a liberdade com a necessidade, e então não sou livre unicamente no sentido de que não posso romper essa identidade entre liberdade e necessidade; (...). Mas essa falta de liberdade é ao mesmo tempo sua mais completa manifestação.[747]

Deste modo, a liberdade se materializaria como uma necessidade da consciência, assim se suavizaria a oposição entre os dois pontos em contraste, ou seja, a liberdade e a necessidade. Se, diante de um horizonte de expectativas limitado, pode-se optar por ação que se demonstra desejável, a necessidade iria determinar a liberdade de atuação dos indivíduos.

O marxista confrontou o materialismo histórico à interpretação que acusava ser determinista, lançada pelos opositores da corrente. Estes desenvolvimentos teóricos seriam úteis a Reale, tanto em sua fase acadêmica quanto já inserido na Ação Integralista Brasileira. Na AIB, utilizou de argumentação semelhante à sustentada por Plekhanov, porém, colocando-a em consonância com as premências político-doutrinárias existentes nos projetos do movimento de Plínio Salgado.

Em *Perspectivas Integralistas*, o Secretário Nacional de Doutrina firmaria defesa ao fortalecimento da autoridade como maneira de salvaguardar as liberdades colocadas em risco pelo capitalismo e pelo comunismo. Portanto, Reale acrescenta um elemento ao par necessidade-liberdade, sustentado por Plekhanov: a autoridade. Na teoria do integralista Miguel Reale, a necessidade levaria à ampliação da autoridade e à criação do Estado Integral, na defesa da liberdade.

> Só a modificação da estrutura do Estado pelo fortalecimento da Autoridade permitirá resolver as questões que o século passado deixou sem solução como verdadeira sementeira de guerras e revoluções. Eis porque o

[746] PLEKHANOV, Guiorgui. *O Papel do Indivíduo na História.* São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 106.
[747] Idem, p. 111.

> integralismo inicia um combate sem tréguas contra o capitalismo e o comunismo internacionalistas, que destroem as Nações para melhor escravizar os homens, e contra o liberalismo que separa a Sociedade do Estado para entronização de poucos indivíduos.[748]

Inserido no integralismo de Plínio Salgado, Reale abandonaria o socialismo liberal de Carlo Rosselli, e passaria a adotar postura voltada para o Estado Corporativo e a ação dos sindicatos. Desta forma, apresentaria em suas teorias as influências exercidas pelo arcabouço institucional-corporativo oferecido pelo Estado fascista italiano. No entanto, a aproximação conduzida por Reale ao sindicalismo e ao corporativismo foi intermediada por leituras das obras de Arturo Labriola, conforme sinalizado ao término de "A Crise da Liberdade", publicado em 1931.

Embora Rosselli e Labriola fossem reformistas, é possível detectar as contribuições de cada autor no artigo de Reale. Enquanto Rosselli forneceu o revestimento moral, avesso ao materialismo e ao cientificismo proposto pelo marxismo, das obras de Labriola, Reale colheu a postura sindical. Os autores italianos apresentavam pontos em comum em suas teorias. Em suas concepções de socialismo, ambos rejeitavam a socialização da propriedade como um fim em si. Conforme se examinou, Rosselli prestigiava a moral, em detrimento da abolição da propriedade privada em seu *Socialismo Liberal*. O objetivo de Labriola, por sua vez, era voltado às classes.

> O fim do socialismo não é a *socialização*, mas trazer as classes excluídas do controle econômico à gestão dos meios de produção. A 'socialização' das formas parciais de estatização às formas radicais do comunismo, não são mais que instrumentos para completar este processo.[749]

Como suporte à rejeição da socialização como objetivo final, o socialismo reformista de ambos, apresentava críticas ao modelo marxista. Nestes termos, havia a interpretação de

---

[748] REALE, Miguel. "Súmula do Integralismo". In. *Perspectivas Integralistas.* In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 28-29.

[749] ["*Le fin du socialisme n'est pas la* socialisation, *mais l'entraînement des classes excluses de controle économique, à la gestion des moyens de production, la "socialisation" des formes partielles de l'étatisation, eux formes radicales du comunisme, n'est que l'instrument par lequel peut s'accomplir ce processus.*" (Tradução minha – grifo do original)] LABRIOLA, Arturo. *Au delá du socialisme et du capitalisme.* Paris, 1932, p. 284. apud. _____. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* Paris: Libraire des Sciences Politiques et Sociales, 1933. p. 339.

que o marxismo possuiria perspectiva teleológica e escatológica, por meio do qual o motor da história encontraria seu término na coletivização dos meios de produção. Assim como Rosselli, Labriola apresentaria a seguinte crítica à obra de Marx: *"*(...): no limite onde o socialismo espera o fim do capitalismo através do desenvolvimento de uma crise, sua escatologia torna-se extremamente improvável."[750] No entanto, os dois socialistas reformistas utilizados por Reale apresentavam divergências.

Rosselli afirmava a necessidade encontrada por Labriola em tornar Marx precursor do sindicalismo, quando dizia: "Labriola se esforçou, usando os recursos de seu engenho brilhantíssimo, por cunhar uma interpretação claramente voluntarista, destinada a fazer de Marx, um precursor das teses do sindicalismo."[751] Porém, Labriola oferecia palavras pouco amistosas a Marx, sugerindo que não buscasse no autor de *O Capital* qualquer suporte para o sindicalismo defendido. Não são raras as referências a Marx, colocando-o como limitado em sua teoria.[752]

Labriola, ao erigir seu revisionismo, voltou-se ao sindicalismo. Esforçava-se por imbuir os sindicatos de autonomia estatal e de participação política e econômica. Para a retomada da estabilidade econômica dos países no contexto pós-crise, mirava nas organizações sindicais como elemento importante para a reconquista do equilíbrio anterior. O autor italiano observava que somente o sindicalismo não seria capaz de eliminar os sintomas do colapso financeiro de 1929. No entanto, através das atividades de organização em classes profissionais, da maior participação política e da organização através de agremiações sindicais, os países estariam mais protegidos dos efeitos da crise. Buscando evitar a

---

[750] ["*(...): dans la limite où le socialisme attend la fin du capitalisme du developpment d'une crise, son eschatologie, devient extrêmement improblable.*" (Tradução minha)] LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* Paris: Libraire dês Sciences Politiques et Sociales, 1933. p. 29.

[751] ROSSELLI, Carlo. *Op.cit.* p. 78.

[752] *"En effet Marx n'etait au fond qu'un (médiocre) hegelien passé a l'école de Ricardo, et que avait appris...le marxisme dans l'histoire et dans les polémiques du chartisme."* ["Com efeito, Marx não era mais que um (mediocre) hegeliano que passou à escola de Ricardo, e que tinha tomado...o marxismo na história e nas polêmicas do cartismo." (Tradução minha)]. LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* p. 311.

desvalorização no preço dos produtos, que agravava a falência das indústrias e dos produtores rurais, concluía:

> As experiências da crise atual dão estes resultados: se nós pegássemos dois países dos quais, um tem sua indústria fortemente sindicalizada, e o outro um pouco menos, está claro que a queda dos preços foi mais rápida no país mais próximo do sistema de organização livre.[753]

Deste modo, explicava como a União Soviética passou incólume pela crise, ao contrário dos países de economia liberal. Assim, Labriola sinalizava que o sindicalismo poderia ser empregado tanto em sistema comunista quanto capitalistas, considerações que foram compartilhadas pela postura reformista de Reale em "A Crise da Liberdade".

Reale encerrava seu artigo com citação de Bakunin, no qual o anarquista defendia que: "a liberdade sem o socialismo é o privilégio e a injustiça; e o socialismo sem a liberdade é a escravidão e a brutalidade." Portanto, visando romper este ciclo, Reale incumbia a "Democracia sindicalista" de colocar término à escravidão e à injustiça, até então praticadas.[754] Deste modo, ao sinalizar para o aspecto social do sindicalismo, Reale entrou em consonância com as bases políticas e econômicas preconizadas por Labriola e seu projeto reformista de socialismo. Porém, a apropriação das noções apropriadas do intelectual italiano foram apenas o elemento intermediário para a consolidação do Estado corporativo erigido por Reale. Os conceitos de corporativismo lançados por Labriola e Reale – este último, após tornar-se integralista - não eram coincidentes.

Labriola entendia o corporativismo por duas formas distintas, ou seja, o Estado orgânico, composto por uma Federação de Sindicatos; e o trade-unionismo. No primeiro caso, as funções do Estado seriam transferidas aos sindicatos. Portanto, estes seriam responsáveis pela representação das demandas dos sindicalizados, por saúde, direitos econômicos e

---

[753] ["*Les experiénces de la crise actuelles donnent ces résultats: si nous prenons deux pays, dont l'un a fortement syndiqué son industrie, et l'autre un peu moins, il est sûr que la chute des prix a été plus rapide dans le pays qui a été plus proche du systeme de l'organisation libre.*" (Tradução minha)] LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* p. 109-110.
[754] REALE, Miguel. "A Crise da Liberdade". p. 11.

trabalhistas, seguridade social, entre outros. O corporativismo trade-unionista, conforme denominado por ele, se manifestaria dentro do Estado, mantendo a soberania de ambos, sindicato e Estado. Assim, o sindicato possuiria voz política no parlamento, sem a interferência estatal. Labriola esforçava-se para distinguir Estado e sindicato, nas instâncias corporativas, evitando casos como o estatismo mussoliniano.[755]

O mesmo cuidado não foi seguido por Reale. Em *Perspectivas Integralistas,* publicado pela primeira vez em 1935, havia a apresentação do Estado Integral. Afirmava ele: "Os sindicatos, as sociedade e as ordens são organismos homogêneos e exprimem as atividades da Nação inteira; (...)."[756] Deste modo, o sindicato seria a ramificação do Estado, através da disposição hierárquica vertical. Nesta organização piramidal, o sindicalismo levaria a sociedade a ser incorporada pelo Estado, visto que, segundo a perspectiva corporativista defendida por Reale, a sociedade utilizaria os sindicatos como forma de expressão política coletiva, levando suas demandas às esferas decisórias de poder. Tal perspectiva torna-se incompatível com a interpretação fornecida por Labriola acerca da relação entre Estado e Sociedade.

Para este autor, estes dois elementos seriam antagonistas, haja vista a necessidade do Estado em zelar pela sua subsistência, e para isso retiraria seus subsídios da sociedade. Esta, por sua vez, buscaria reter suas receitas, com o objetivo de proteger os indivíduos que a compõem. Labriola afirmava que *"*Toda ação econômica do Estado, definida pela condição da qual é destinado para si mesmo: nutrição, crescimento, é captada da sociedade; é uma ação que empobrece portanto a sociedade.*"*[757]

---

[755] LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* p. 276-277.

[756] REALE, Miguel. "Súmula do Integralismo". In. *Perspectivas Integralistas.* Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes. *(1ª ed. de 1935, 2ª ed. de 1936)* In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 19-20.

[757] ["*Toute action économique de l'Etat, définie par la condition qu'elle est destinée a lui-même: à le nourrir, à l'accroître, est captée à la societé, est une action qui apauvrit la societé.*" (Tradução minha)] LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* p. 161.

Tal como Labriola, Reale detectava o substrato de seu Estado corporativo na sociedade. Porém, se Labriola entendia Estado e sociedade enquanto antagonistas, Reale percebeu ambos como componentes de um mesmo organismo. Assim, Reale criticou os socialistas, por buscar a resolução dos problemas da sociedade a partir da superação do Estado: "Não concebem o Estado como organismo que vive e se desenvolve, em consonância com o desenvolvimento da sociedade."[758]

O artigo de Miguel Reale, "A Crise da Liberdade" aponta ainda outra provável fonte teórica . Trata-se da obra de Georges Valois, *Un nouvel âge de l'humanité.* Embora haja apenas breves citações em "A Crise da Liberdade" da obra de Valois, membro da *Action Française,* há similaridades entre os aportes presentes em seu arcabouço doutrinário e o de Reale. Em seu livro, Valois buscava fundar bases para o que chamou de Estado Técnico Sindicalista. Neste, não haveria hierarquias localizadas na hereditariedade ou na questão financeira. As distinções se dariam em relação à capacidade produtiva de cada elemento da sociedade, refletindo-se deste modo no patamar social que este se encontraria. Nas palavras de Valois:

> O Estado técnico é o órgão central de uma república fundada pela necessidade do trabalho e da vida social fraternamente organizada, onde não há hierarquia de ninguém repousando no nascimento ou na questão financeira, mas uma hierarquia de funções necessárias à produção e à realização dos cargos sociais (...).[759]

Fundamentando sua concepção de rede sindical-corporativa, Reale, em 1934, exporia concepções similares. Em "Sobre a Legislação Social" defenderia uma "reforma integral do sistema econômico capitalista", regulamentando o poder político, econômico e de crédito aos

---

[758] REALE, Miguel. "Bases da Revolução" (1933). In. *Atualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Schimidt Editor, 1937. In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 96.

[759] ["*L'Etat technique est l'organe central d'une république fondée pour la necessite du travail et de la vie socialle fraternellement organisée, ou Il n'y a point de hiérarchie de personne reposant sur la naissance ou l'argent, mais une hiérarchie de fonctions nécessaires a la production et à l'accomplissement des charges sociales, (...).*" (Tradução minha)] VALOIS, Georges. *Un nouvel age de l'humanité.* Paris: Librairie Valois, 1929. p. 150.

trabalhadores. Nesta nova configuração, tais modificações seriam colocadas em prática no seio das organizações profissionais.[760]

Em "A Crise de Liberdade", Reale demonstraria, assim como Valois um sistema "democrático" alternativo ao liberal. Este modelo seria encarnado nas assembleias corporativas, onde os cidadãos, uma vez sindicalizados, votariam entre si na escolha de seus representantes de classe. Segundo Valois, este modelo funcionaria a partir da eleição para a assembleia de *"(...)* cidadãos e cidadãs, (...) membros de um sindicato" que tivessem dado "(...) provas de sua competência, de sua atividade e de seu empenho ao bem publico. *"*[761]

Este modelo de democracia sindical aparece de forma incipiente em "A Crise da Liberdade". Porém, com a entrada de Reale no integralismo brasileiro, esta noção tomaria maior substrato e se avizinharia aos termos apresentados por Valois. Em *ABC do Integralismo*, entre outras de suas obras, Reale expôs modelo semelhante ao do membro da *Action Française*. Estabeleceu que a participação política e econômica dos cidadãos, devidamente inseridos em seus grupos sindicais, deveria se dar tal como exposto por Valois, através do Conselho (Valois apontava para as Assembleias), que assumiria a função de órgão técnico de cada base territorial abrangida pela organização representativa. "Dessarte", diria Miguel Reale,

> não só será garantida uma verdadeira autonomia municipal pela impossibilidade de compreensão por parte de diretórios centrais de partido, como todas as atividades dos municípios terão uma voz sua insuspeita e sincera, a fim de tutelar seus interesses particulares.[762]

A apropriação dos textos Valois, como realizada por Reale sugerem a inserção de alguns aspectos das teorias da *Action Française* na AIB. No entanto, tal afirmação não deve

---

[760] REALE, Miguel. "Sobre a Legislação Social (1934). In. *Perspectivas Integralistas*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes. *(1ª ed. de 1935, 2ª ed. de 1936)* In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 44.

[761] ["*Les membres de l'assemblée ne peuvent être choisis que parmi les citoyens ou citoyenes qui sont membres d'um syndicat, qui ont donné des preuves de leus compétence, de leur activité et leur devouement au bien public.*"] (Tradução minha). VALOIS, Georges. *Op.cit.* p. 153.

[762] REALE, Miguel. *ABC do Integralismo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935 (1ª ed. – 2ª ed. de 1936). In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 199.

abandonar o campo das conjecturas. Apesar de Valois ter feito parte da *AF*, sua relação foi de confronto com Charles Maurras. Estes ruídos se deram em função do passado anarquista de Valois, em oposição à baixa mobilização das camadas populares, predominante na *AF*. Tal corrente que rejeitava o contato com os setores subalternos, era hegemônica no interior do movimento, sendo conduzida por Charles Maurras. Deste modo, Valois avaliava o maurrasismo como conservador e antissindicalista.[763]

Além disso, em 1929, Valois teceu elogios a Marx, distanciando-se da postura revisionista de oposição ao marxismo, apresentada por Rosselli e Labriola, duas outras fontes intelectuais utilizadas por Reale. Embora propusesse algumas correções às perspectivas lançadas por Marx, Valois não se colocava em oposição ao materialismo-histórico. Ao contrário, escrevia: "O que precede é uma aparência vizinha à concepção materialista de história que foi lançada por Karl Marx. Eu vou indicar o que as concepções expostas aqui devem a Marx e em que elas o corrigem."[764] Propunha então uma alternativa sobre a interpretação dos caminhos para se alcançar o socialismo. Submetendo a Revolução ao binômio necessidade-liberdade, tal como realizado por Plekhanov – e apropriado por Reale -, Valois concluía que o socialismo ocorreria a partir de mudanças científicas, econômicas, políticas e jurídicas. Assim, Valois sugeria que o socialismo: *"*vem da revolução cientifica, que engendrou uma revolução econômica, que necessita de uma revolução política e jurídica.*"*[765]

Em 1933 Miguel Reale teceu percurso semelhante, porém, sem visar o socialismo, mas sim ao Estado integral. Ao mirar o fascismo italiano como exemplo, criticou o liberalismo, e reivindicou colocar em prática uma legislação trabalhista capaz de defender o operário.

---

[763] VALOIS, Georges. *Op.cit.* p. 146-147.

[764] ["*Ce qui precede est un apparence voisin de la conception materialiste de l'histoire qui été apporté par Karl Marx. Je vais indiquer ce que les conceptions exposées ici doivent à Marx et en quois elles le corrigent.*" (Tradução Minha)]. Idem, p. 27.

[765] ["*Il vient de la révolution scientifique, que a engendre une revolution économique, qui necessite une révolution politique et juridique.*" (Tradução Minha)]. Idem, p. 20.

"Enquanto o legislador liberal se limita a aconselhar, o legislador fascista estabelece taxativamente. Neste há a vontade firme de realizar o direito do trabalhador; (...)."[766]

Valois fundou o *Faisceau* em 1925, grupo fascista francês. No entanto, em 1929, via com descontentamento a esperança de uma revolução sindicalista, criada pelo fascismo italiano. Segundo ele: "Esta esperança deve ser abandonada. O Estado fascista liquidou o sindicalismo operário em um corporativismo entregue às organizações patronais."[767]

Visto em seu contexto, no período em que escreveu a referida obra, datada de 1929, Valois já havia constituído o *Faisceau.* Este movimento, segundo Robert Paxton, surgiu do desdobramento do *Cercle Proudhon,* fundado em 1911. Este foi um grupo de estudos cujo objetivo era "unir os nacionalistas e os antidemocratas de esquerda" contra o "capitalismo judeu"[768]. Deste modo, embora Valois possuísse experiência de extrema-direita quando escreveu *Un nouvel age de l'humanité,* não deixou de criticar o congênere italiano. Postura diferente foi sustentada por Reale, quando se inseriu na AIB, tornando-se admirador do regime de Mussolini. Esta conversão, do socialismo revisionista à extrema direita, ocorreu durante a "Revolução Paulista" de 1932. Sob o suporte das leituras revisionistas, a inserção de Reale na campanha constitucionalista de 1932 contra o governo Vargas, foi o ponto de inflexão para que condenasse o comunismo e adotasse definitivamente o corporativismo como modelo de Estado.

Durante o movimento constitucionalista, Reale assumiu o posto de sargento e já ao longo dos confrontos, afirmou que não abdicaria de suas concepções "marxistas revisionistas".[769] Como justifica em *Destinos Cruzados*, ele se inseriu ao lado do exército constitucionalista, apesar de sua postura "marxista-revisionista", por acreditar que o Estado de

---

[766] REALE, Miguel. "Sobre a Legislação Social (1934). In. *Perspectivas Integralistas*. Rio de Janeiro: Livraria H. Antunes. *(1ª ed. de 1935, 2ª ed. de 1936)* In. _____. *Obras Políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 47.

[767] ["*Cette esperánce doit être abandonnée. L'Etat fasciste a liquidé le syndicalisme ouvrier dans un corporativisme livre aux organisations patronales.*" (Tradução minha)] VALOIS, Georges. *Op.cit.* p. 141.

[768] PAXTON, Robert O.. *A Anatomia do Fascismo.* Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007. p. 89.

[769] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* p. 61.

São Paulo fora colocado em posição vexatória, diante a escolha de um interventor que não era paulista. Em suas palavras: "(...), sentia o opróbrio de um injustiçado domínio alheio às nossas tradições, sobretudo quando comparávamos a nossa situação com a de Minas Gerais, que conservara até seu Governador."[770] Reale avaliava da seguinte forma a atuação dos comunistas no país:

> O meu engajamento nas hostes constitucionalistas já revelavam o estado de perplexidade ou de transição em que me encontrava com o avanço dos planos comunistas, alheios aos problemas peculiares de nossa terra e de nossa gente, mas favorecidos pela política informe de reivindicações sociais que seduzia Miguel Costa e seus seguidores, razão primeira para as instabilidades paulistas.[771]

A atuação na "Revolução Constitucionalista" fortaleceria esta perspectiva de Reale de que os comunistas stalinistas e trotskistas, inseridos de ambos os lados combates, eram elementos de deterioração das forças nacionais. Diante do que chamou de "desilusões revolucionárias", Reale adotou a única alternativa que julgou possível para sanar a expansão comunista, sua inserção no movimento integralista, em fevereiro de 1933.[772]

[770] Idem, ibidem.
[771] Idem, p. 63.
[772] Idem, p. 67.

CAPÍTULO 6

A formação e desenvolvimento da Ação Integralista Brasileira: ideologia e cultura política

6.1 – O Monitor Integralista: órgão de coesão do movimento

O *Monitor Integralista* foi o órgão de comunicação do Chefe Nacional com os demais escalões hierárquicos do movimento. Segundo definição do próprio periódico, no artigo 9º do Estatuto de 1934, aprovado no Congresso de Vitória: "A secção do 'Monitor Integralista' funcciona directamente ligada ao Chefe Nacional, e é dirigida por um Chefe, que é o director do boletim official." No artigo 11º afirma-se: "O 'Monitor Integralista' só publicará actos, notas e noticias officiaes e, em nenhuma hypothese artigos, mesmo de doutrina ou estudos."[773] Vinculado ao Chefe Nacional da AIB, o *Monitor Integralista* era ferramenta para a manutenção da hierarquia do líder em relação aos quadros da AIB. O chefe nacional utilizava o periódico como forma de unificar o movimento, através de normas em comum a serem cumpridas, definição de uniformes, ritos a serem realizados em reuniões, e modos de se portar em cerimônias. Estes, entre outros aspectos, costuravam o aparelho identitário do movimento.

Além da tarefa de regulamentar as formas de doutrinação, de hierarquizar os quadros do movimento e apresentar normas, o *Monitor* em algumas ocasiões, transmitiu em suas páginas notícias da imprensa estrangeira sobre a Ação Integralista. Esta iniciativa se fazia no intuito de auto engrandecimento, ou de estabelecer comparação com outros movimentos e regimes congêneres. Na edição da primeira quinzena de maio de 1934, o *Monitor Integralista* trazia a nota "O Integralismo na Imprensa Extrangeira":

[773] *O Monitor Integralista.* "Primeira quinzena de Dezembro de 1934". Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. APHRC/FPS - Cx.131.021-131.038.

> Sob o título "Il Fascismo Nel Mondo", escreve "La Domenica Del Corriere": "Apresentamos desta vez o Fascismo Brasileiro. Tambem na grande Republica Sul-Americana surgiu e em pleno desenvolvimento um partido de reconstrução nacional que se inspira em seu programma, no exemplo do fascismo. Na sua organisação foram adoptados a saudação romana e a camisa verde-oliva. O sucesso do novo partido brasileiro é evidente, quando se considera que os seus inscritos já attingiram 200 mil."[774]

A nota surgia para demonstrar a projeção do movimento integralista brasileiro através das palavras de outro veículo de informação, o "La Domenica Del Corrriere". Concomitante ao auto elogio, a nota demonstrava a extensão da AIB, com "os seus inscritos já attingiram 200 mil", e a finalidade do programa do movimento, a "reconstrução nacional que se inspirara em seu programma, no exemplo do fascismo". O *Monitor Integralista* era utilizado, igualmente, para instigar a competitividade entre os dirigentes e núcleos municipais e provinciais.

A competitividade era despertada por notícias de sedes integralistas municipais e regionais, promoções e exonerações de cargos. Exemplo destas comunicações foi o anúncio da graduação de Miguel Reale ao cargo de Secretário Geral do Departamento Nacional de Estudos: "O Dr. Miguel Reale assumiu por determinação do Chefe Nacional, o cargo de Secretário Geral do Departamento Nacional de Estudos. A publicação do 'Monitor' continua subordinada à Chefia Nacional."[775]

A tese de uso da imprensa integralista como forma de doutrinar, instigar ou coibir ações dos militantes foi defendida por Rosa Maria Cavalari. A autora, ao examinar as colunas que apresentavam elogios ou censuras a determinados atos, afirma que "(...), o destaque que se dava sobre a expansão e realizações do Integralismo, em todos os jornais, sugerem a hipótese de que o Movimento pretendia despertar a competição entre os militantes levando-os

---

[774] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* ANNO II. Primeira quinzena de Maio de 1934. p. 2.

[775] *O Monitor Integralista: boletim da Ação Integralista Brasileira.* Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP. Fundo Plínio Salgado. 131.021-131.038 038. p. 1. APHRC/FPS - Cx.131.021-131.038.

a trabalhar mais intensamente pela causa"[776]. A hipótese de Cavalari encontra exemplo no primeiro número de *Monitor Integralista*, com a notícia da inauguração de uma escola integralista para operários: "Às 17,30 horas, inaugurou-se officialmente, na presença do Chefe Nacional, a 1.a Escola Integralista no E. do Rio, para operários (...). / A matrícula já é de 30 alumnos todos adultos e proletários."[777] Tal iniciativa visava estimular os demais núcleos criarem suas escolas, visto que esta ação foi registrada e elogiada pelo órgão de imprensa diretamente ligado a Plínio Salgado, chefe Nacional da AIB.

Era um dos objetivos do *Monitor Integralista*, portanto, noticiar regimentos internos para doutrinar as fileiras, determinar comportamentos com a finalidade de fortalecer a identidade entre os integrantes, e publicar ações dos departamentos municiais e provinciais. Incumbida destas funções, a imprensa integralista teria como suporte o Departamento de Estudos, subordinado à Secretaria Nacional de Doutrina, para elevar o "nível cultural das massas."[778] Nestes órgãos, haveria a segmentação das instruções entre as fileiras integralistas, e a elite dirigente do movimento, esta última entregue aos *altos estudos integralistas*[779]. É válido destacar o empenho de núcleos integralistas em fundar escolas infantis e adultas, no intuito de facilitar a instrução de seus militantes. Através do letramento, os alunos destas instituições mantidas pela AIB poderiam converter-se, a partir de 1935, em eleitores de Plinio Salgado.

Outro mecanismo de instrução teórica dos militantes foi as "Bibliothecas Integralistas" ou "Bibliographias Integralistas". Estas eram colunas do *Monitor Integralista* reservadas à

---

[776] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990. p. 93.
[777] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira*. Primeira Quinzena de Dezembro de 1933. ANNO I, n. 1. p. 1.
[778] SALGADO, Plinio. *Despertemos a Nação* (1935). In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 149.
[779] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op.cit.* p. 48.

divulgação de obras associadas ao movimento. Na primeira quinzena de 1933[780], com o anúncio na "Bibliotheca Integralista", encontravam-se entre outros, sete títulos de Plínio Salgado: *Psychologia da Revolução, O que é Integralismo, Deveres dos Integralistas, O Extrangeiro, O Esperado, O Cavaleiro de Itararé* e *Federação e Sufrágio*, o último no prelo. De Gustavo Barroso e Miguel Reale havia apenas uma obra citada, respectivamente: *O Integralismo em Marcha* e *O Estado Liberal*. Alberto Torres, que não viveu para ver a AIB, embora Plínio Salgado não raramente trouxesse suas teorias para o integralismo[781], possuía: *O Problema Nacional Brasileiro* e *Organisação Nacional.* De Oliveira Vianna, que participou do Congresso de Vitória, ocorrido em início de 1934, constava as seguintes obras: *Problemas de Politica Objectiva, Evolução do Povo Brasileiro,* e *Populações Meridionais do Brasil,* atribuída a Tristão de Athayde de maneira equivocada; de Athayde, simpático ao integralismo lusitano e brasileiro – mas nunca afiliado -, constava *Estudos 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série,* e *Problema da Burguezia.*

Na segunda quinzena de fevereiro de 1934[782], de Salgado, Reale, Barroso e Tristão de Athayde mantiveram-se os títulos apresentados anteriormente, embora do último tenha sido retirado a atribuição à *Populações Meridionais do Brasil*. Às obras de Oliveira Vianna acrescentou-se este livro, e se manteve *Problemas de Politica Objectiva, Evolução do Povo Brasileiro*. A novidade foi a inserção de outro autor póstumo às sugestões bibliográficas: Raimundo Farias de Brito, com *Finalidade do Mundo, Mundo Interior, Base Physica do Espírito, A Verdade como Regra das Acções*.

---

[780] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Primeira Quinzena de dezembro de 1933. p. 4.

[781] Plinio Salgado, em *Despertemos a Nação* dizia: "Alberto Tôrres é nosso contemporâneo. Precisamos rever e anotar a sua obra. Escoimá-la do que já hoje perdeu oportunidade; limpá-la do pecado da unilateralidade com que êle considera certos aspectos dos problemas nacionais; perdoar-lhe algum excesso; retificá-lo no que a experiência rude do mundo contemporâneo o está exigindo; po-la, enfim, em dia com o problema universal que Tôrres aliás encarou com segurança em seus livros 'Le Pròbleme Mondiale' e 'Vers la Paix'." SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p.155.

[782] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. p. 5.

Tal como ocorria com Alberto Torres, depois de morto, os integralistas disputavam o espólio teórico-filosófico deixado por Farias de Brito. Em *Páginas de Ontem,* Salgado apresentava: "A palavra cabalística do século XIX, diz Farias Brito, foi: 'evolução'. Acho que poderemos acrescentar a essa palavra, estoutra: 'luta'."[783] Portanto, era intenção de Salgado e do integralismo, com estas incorporação póstuma, fundamentar filosoficamente as bases do movimento e arregimentar a Ação Católica e o Centro D. Vital para o interior da AIB. É importante sublinhar que este último foi local de polarização da intelectualidade católica, liderado por Jackson de Figueiredo – discípulo de Faria de Brito -, e posteriormente Tristão de Athaíde.

Seria excessivo continuar a listagem de livros da "Biblioteca Integralista", devido à sucessão destes anúncios em *Monitor*, o que reflete a preocupação dos dirigentes da AIB em instruir suas fileiras sobre a teoria do movimento, e com obras recomendadas pela AIB. Caso nos alongássemos nessa listagem, correríamos o risco de fornecer menor espaço a outras formas de doutrinação encontradas no *Monitor*.

Entre 1932 e 1937 ocorreram dois congressos, anunciados pelo periódico oficial da AIB, que merecem destaque: o primeiro em Vitória, em fevereiro de 1934; e o II Congresso Integralista, em Petrópolis, em março de 1935. Estes Congressos, segundo Plínio Salgado possuíam como finalidade: "Dar opportunidade a que se reconheçam pessoalmente os integralistas de todas as Provincias, apertando assim, os laços affectivos e consolidando o pensamento doutrinario;"[784]. Além de ser um meio de estender e fortalecer as redes de sociabilidades e costurar o grupo de integralista em âmbito nacional, os Congressos eram os locais privilegiados para Salgado legitimar sua posição de Chefe da AIB, consolidar as normas e regimentos, bem como fortalecer o aparato institucional ao seu favor. Deste modo,

[783] SALGADO, Plínio. "Páginas de Ontem" (p. 169-264). In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 224.
[784] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Segunda quinzena de dezembro de 1933, p. 1.

no Congresso de Vitória, Salgado tornou-se líder perpétuo e legítimo através da aprovação dos chefes provinciais:

> A "Acção Integralista Brasileira" pela voz autorisada das Delegações de suas vinte duas Províncias presentes neste Congresso a signatárias deste documento, reconhece e proclama a absoluta insubstitucionalidade de Plinio Salgado na Chefia Suprema Nacional e em caracter perpetuo da Revolução Integralista e jura-lhe solemnemente, sob o SIGMA, obediência e fidelidade formaes diante da vida e da morte.[785]

No entanto, esta aclamação não esteve isenta de dramaticidade, promovida por Salgado:

> (...), houve um momento de verdadeira angustia para o integralismo brasileiro, motivado pela attitude de Plinio Salgado, renunciando a Chefia do movimento. Affirmava o fundador do Integralismo que não havia creado o movimento para chefial-o e sim para entregal-o á Nação; que um Chefe só é chefe quando forçado pela unanimidade dos companheiros a permanecer em seu posto, (...).[786]

Assim, Salgado coagia à oposição interna a legitimá-lo como chefe supremo, através do recurso emocional. Plínio lançava mãos deste instrumento para fortalecer sua posição no interior da AIB, pois, ao defender que um "Chefe só é chefe quando forçado pela unanimidade dos companheiros a permanecer em seu posto", impelia à totalidade dos presentes a proclamá-lo líder. Esta estratégia seria lançada em outras ocasiões, conforme destaca Hélgio Trindade:

> Consta que Barroso, no fim de uma de suas conferências, insinua, sob a forma de uma legenda histórica, que um chefe que não é fiel à doutrina corre risco de perder sua autoridade. (...). Alguns dias mais tarde, por ocasião de uma reunião de prefeitos integralistas, Salgado deveria pronunciar um discurso de encerramento. Seu discurso, para espanto geral, versa sobre sua concepção do Chefe e o corolário da obediência e fidelidade absolutas. No fim, num gesto teatral, ele se demite de sua função e abandona o palco. (...). Após alguns minutos de hesitação, tomam a iniciativa de buscar Salgado nos bastidores e presenciam a seguinte cena: Barroso, com lágrimas nos olhos, dá explicações a Salgado que, considerando haver obtido reparação, revisa sua decisão e retoma suas funções sob a 'pressão' de seus companheiros.[787]

---

[785] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Primeira quinzena de Maio de 1934. p. 1.
[786] Idem.
[787] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p. 177-178.

Outros pontos apresentados no Congresso de Vitória, enunciados pelo *Monitor* foram os Estatutos da AIB, a regulamentação dos Departamentos de Organização Política, de Finanças, de Doutrina, de Cultura Artística, de Milícia, de Propaganda. Foram fundadas também as seções Universitária, de Cultura Física da Milícia, dos Protocolos e Rituais e planos de ação para 1934. O *Monitor Integralista* permite que percebamos as alterações na forma como o movimento se classificava e suas mudanças após o Congresso de Vitória, ocorrido em 28 de fevereiro de 1934. No primeiro número do periódico havia a seguinte descrição sobre a AIB:

> A "Acção Integralista Brasileira" é uma associação nacional de direito privado, com séde civil na cidade de São Paulo e séde politica no logar onde se encontre o Chefe Nacional do movimento, e sectores de actividade em todo o território do Brasil, construindo os mesmo sectores Nucleos e Sub-Nucleos a ella filiados. Localizados nas Capitaes das Províncias ou nos Muncipios e Districtos das varias circunscripções nacionaes.[788]

Deste modo, a AIB já se lançava como associação nacional de direito privado. Destaca-se que ainda não se identificava como partido político, fato ocorrido somente após o congresso de Petrópolis, em 1935. Na primeira quinzena de dezembro de 1933, o *Monitor Integralista* informava os objetivos da AIB:

> Funccionar como centro de estudos e cultura sociologica e politica; Desenvolver uma grande propaganda de elevação moral e cívica do povo brasileiro; Pleitear para o Brasil a implantação de um regimen politico-social tão somente baseado na concepção de Estado Totalitário, ou seja, Integral.[789]

Desde seu surgimento, a Ação Integralista possuía direcionamento ao Estado Totalitário, embora este fosse apenas o terceiro item enunciado entre suas pretensões no primeiro número do *Monitor Integralista.* Todavia, os itens precedentes não eram desconectados da intenção totalitária de Estado Integral. Os anseios de elevação moral e cívica do povo brasileiro, através da disseminação da "cultura", sinônimo de "conhecimento" para os integralistas, eram elementos essenciais à "Revolução Interior" proposta pela AIB.

---

[788] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Primeira quinzena de dezembro de 1933, p. 1.
[789] Idem.

Os objetivos do movimento, apontados pelo *Monitor Integralista,* sofreram ampliações mesmo antes do primeiro congresso integralista. Em suas pretensões políticas, houve o incremento da definição de Estado integral. Nestes termos, a novidade ocorria ao afirmar o desejo de um governo centralizado, disciplinador do povo, que respeitasse a propriedade privada através do controle da economia nacional[790]. Associada à segurança da propriedade, havia a defesa da Família, visto que, para Reale, "Esta deve ter as condições materiais que garantem uma verdadeira comunhão de afetos."[791]

Após o Congresso na capital de Espírito Santo, o movimento integralista apresentou um estatuto concreto. Tal como no primeiro número do *Monitor Integralista*, a Ação Integralista Brasileira foi apresentada como associação nacional de direito privado. Porém, a partir de 1934 seus objetivos surgem de maneira mais precisa. Embora não apresentasse mudanças substanciais, exceto pela disposição e organização dos alvos buscados, havia maior visibilidade do revestimento teórico e da opinião do movimento quanto à economia, política, moral e à ordem intelectual, componentes do Estado Integral.[792]

Além destes aspectos, conforme dito, houve maior concentração de poderes sob a autoridade de Plínio Salgado, agora chefe legítimo da AIB. Nos artigos 4º a 8º define-se que o chefe seria figura perpétua, intangível e inquestionável na AIB, sendo ele o árbitro de qualquer impasse doutrinário sobre o movimento[793]. Por meio dos regulamentos aprovados em Vitória, Plinio Salgado tornava-se a principal fonte da doutrina integralista, aspecto não isento de questionamento e evidenciado pelas disputas pela hegemonia doutrinária estabelecidas entre Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.

---

[790] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO II. Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. n. 5.
[791] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas" (1936). In. *Obras Políticas (1ª fase -1931/1937).* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983. p. 20-21.
[792] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Primeira quinzena de Maio de 1934. p. 3.
[793] *MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Primeira quinzena de Maio de 1934. p. 3.

No congresso de Petrópolis, em 1935 houve alterações no estatuto da AIB, em relação ao resultante do Congresso de Vitória, realizado em ano anterior. A partir de então, a AIB passaria a ser partido político e não mais associação nacional de direito privado. Sinalizando para preocupações eleitorais houve a seguinte alteração: "Funccionará a Acção como partido político e como centro de estudos e cultura moral, physica e civica."[794] Em Petrópolis, Salgado fez uso de suas atribuições e extinguiu as Milícias integralistas. Deste modo, a AIB acenava para o colaboracionismo com o Governo Vargas, haja vista a proibição de organizações militares, decretada pela Lei de Segurança, após a *Intentona Comunista*.

No II Congresso Integralista ocorreu fato interessante na "cidade imperial". Mesmo sob a configuração republicana, houve a incorporação de D. Pedro II e D. Thereza Cristina às "Milícias do Além" da AIB. As "milícias do além" eram formadas através de um "ritual funerário" quando da morte de algum integralista. Considerava-se que no integralismo ninguém morria porque imortalizava-se para o movimento. Na AIB, durante o enterro dos militantes, era feita a chamada do sepultado e, em seguida, o condutor da cerimônia fúnebre deveria dizer: "Companheiro (nome do falecido)." Todos os integralistas responderiam "Presente. No integralismo ninguém morre. Quem entrou neste movimento imortalizou-se no coração dos camisas-verdes. (...)"[795]

No Congresso de Petrópolis, ocorreu ritual semelhante com o último monarca brasileiro e sua esposa no Congresso de Petrópolis: "Realizou-se, às 8 horas, na Cathedral, a homenagem dos 'camisas verdes' aos imperadores depois de ligeiro discurso o Chefe Nacional, fez a chamada de D. Pedro II e de Thereza Christina respondendo "Presente", todos os integralistas."[796] É pertinente atentar para a manutenção de alguns aspectos da monarquia no projeto político integralista, tais como a reorganização geográfica do território, que em

---

[794]*MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Rio de Janeiro 7 de Maio de 1935. p. 1.
[795] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op.cit.* p. 179.
[796] *MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira*. Rio de Janeiro 7 de Maio de 1935. p. 3.

lugar dos estados federados, retomaria a estrutura provincial. Além disso, há de chamar atenção que mesmo esvaziada a atuação da Ação Imperial Patrianovista no movimento integralista, era interessante para os "camisas verdes" convocar quadros monarquistas para suas fileiras.

Após o Congresso de 1935, ocorreram alterações importantes, como reflexo das preocupações com a campanha eleitoral de 1937. No programa do partido integralista, passava a constar as seguintes ideias: "O Integralismo não é anti-democrático. Ao contrário, quando condemna os partidos é porque visa substituil-os pelas corporações, órgão que em nossos dias são os unicos capazes de captar e exprimir a vontade popular."[797] As ambições quanto ao pleito eleitoral arrefeceram momentaneamente o antiliberalismo na AIB, mas não o fizeram desaparecer. Pode-se observar a proliferação de circulares e convocatórias internas para contagem de seus eleitores do integralismo, como a de janeiro de 1936:

> Secretaria Nacional de Organisação Política reitera a todos os Chefes Provinciaes e Municipaes, nas Províncias onde ainda não se realisaram as eleições as ordens da Chefia Nacional relativas a esse pleito, em sufragarem o maior numero possível de prefeitos e vereadores, candidatos do Sigma.[798]

A análise das páginas d'O *Monitor Integralista* sugere uma forte coesão do movimento, visto que este periódico representava a hierarquia interna e o respeito às ordens do líder, Plínio Salgado. O jornal contribuía para formular a ideia de que as decisões do chefe não deveriam ser questionadas por mais controversas que fossem. No entanto, esta homogeneidade era apenas superficial. O domínio doutrinário da AIB nunca foi definitivo, mas sim tensionado entre suas três maiores lideranças: o próprio Plínio Salgado, Gustavo Barrosos e Miguel Reale.

---

[797] *MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Rio de Janeiro, 15 de Maio de 1936. p. 3.
[798] *MONITOR INTEGRALISTA (ORGÃO INTERNO): Boletim da Acção Integralista Brasileira.* Rio de Janeiro, Janeiro de 1936. p. 1.

6.2 – Projetos políticos e o perfil das lideranças: distinções e consonâncias entre Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale

A Ação Integralista Brasileira foi o primeiro movimento de massas em proporções nacionais visto no país. Espalhou suas sedes municipais por boa parte do território brasileiro através do lema "Deus, Pátria e Família". Tal tripé agregava cristãos (ênfase aos católicos), nacionalistas e demais setores da sociedade temerosos da ascensão do comunismo. Através deste suporte, os integralistas acreditavam oferecer também, antídoto à desagregação nacional, promovida segundo eles, pelo liberalismo. Deste modo, liberalismo e comunismo eram vistos como duas faces de uma mesma moeda.

Para Gilberto Calil a crescente adesão ao integralismo explicou-se pela instabilidade social e política das décadas de 1920 e 1930. A ausência de definição ideológica do governo Vargas apenas acentuou o cenário de insegurança, contribuindo para a afiliação ou simpatia de setores médios à AIB[799]. Conjugado à instabilidade interna havia, na Europa, a ascensão de movimentos ou regimes firmados sobre o nacionalismo exacerbado como alternativa ao socialismo. Estes movimentos de extrema-direita cresciam diante das crises econômica e política, fato que não deixou de representar influência e identificação entre os aderentes à AIB.

Elementos estéticos, teóricos e doutrinários existentes nestas correntes ideológicas de extrema-direita europeias foram ressignificados pelos integralistas brasileiros, apropriando-os às demandas nacionais. Com o objetivo de observar como eram organizados os projetos da AIB, Giselda Silva recorre à *análise de discursos* para compreender a articulação entre demandas internas e a retórica mobilizante colhida dos fascismos europeus.[800] Deste modo, são reconhecidas as nuances fascistas no interior do movimento de Plínio Salgado, mas sem

[799] CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. p. 46.
[800] SILVA, Giselda Brito. *A Lógica de Suspeição contra o Sigma:* discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. Recife: tese doutoramento para a UFPE, 2002. P. 56-57.

ignorar aspectos nacionais lançados pela AIB, e sua intenção de oferecer projetos que atendessem aos problemas internos.

Sob este prisma, a solidariedade da Ação Integralista ao fascismo internacional não seria contraditória à necessidade de gerar seus próprios códigos identitários e criar mecanismos de reconhecimento entre os integrantes e a AIB. A doutrinação era o meio mais eficaz para desempenhar esta função. O integralismo brasileiro possuía órgãos de difusão dos códigos compartilhados, que deveriam acompanhar o militante desde a tenra idade, com a divisão infanto-juvenil dos "plinianos"; até seu funeral, com "as milícias do além"[801]. Assim buscava-se a coesão interna do movimento, a criação de laços de afetividade entre os militantes, e entre militantes e AIB, além de ter o objetivo de tornar indissociáveis a personalidade do integralista e a doutrina do movimento.

Ao criar seus canais de sociabilidade através de rituais, reuniões e símbolos, o integralismo zelava por manter a coerência e atualização de seus pilares teóricos e projetos políticos entre suas fileiras. O tripé "Deus, Pátria e Família" foi ferramenta para a unidade do movimento em resposta aos perigos do liberalismo e do comunismo. Deste modo, as lideranças doutrinárias esforçavam-se por expressar seus projetos inseridos nestes três vetores encarnados no lema da AIB. Embora os assuntos abordados nas obras e discursos de seus principais teóricos excedessem ao lema "Deus, Pátria e Família", as propostas, projetos ou combates partiam do desdobramento destes pilares. Um dos denominadores comuns entre as obras doutrinárias de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale era a defesa da religiosidade e, concomitantemente, o combate ao materialismo. Neste sentido, observa-se o esforço de tornar sinônimos comunismo e liberalismo, incorporados ao materialismo. Plinio

[801] Sobre estes mecanismos de incutir códigos e identidades através de ritos, símbolos e sociabilidades, cf.: TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p. 196-207; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990. p. 163-210; SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado*: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008. p. 110-124.

Salgado entendia "(...) Capitalismo e Comunismo são dois nomes para designar a mesma coisa: o materialismo."[802] Reale considerava o "(...) Bolchevismo é a conseqüência indireta do liberalismo, pelo predomínio da Economia sobre a Política."[803] Gustavo Barroso, por sua vez, ao analisar os frutos da Revolução Francesa destaca: "Creou-se um verdadeiro Janus, de faces contrárias, mas unidas pelo mêsmo cérebro, uma olhando á direita e outra á esquerda. A que logo apareceu foi o chamado Liberalismo. A que se formou mais em silencio foi o Socialismo."[804]

Deste modo, havia entre as lideranças da AIB o objetivo de combater o liberalismo e o comunismo como um mesmo mal. A partir da desestruturação da família, o materialismo, portador do liberalismo e do comunismo, encontraria as bases para se sustentar, através do individualismo e da investida contra a propriedade privada. Na perspectiva corporativista comum ao arcabouço teórico dos líderes do integralismo brasileiro, a família seria um dos suportes para a organização do Estado. Ao incitar o individualismo e fragmentar a família o materialismo, por consequência, corromperia o Estado nacional em suas raízes. A solução aos problemas criados pelo liberalismo e pelo comunismo seria encontrada em Deus, Pátria e Família.

No primeiro momento, entre 1932 e 1934, o liberalismo foi o alvo central dos integralistas, em função do perigo comunista ainda não se demonstrar iminente, ao contrário das crises políticas e econômicas causadas pelo colapso do modelo liberal[805]. Entre as críticas ao liberalismo, estava a baixa representatividade, a corrupção e o predomínio das questões locais na política, em detrimento da unidade nacional, através dos conchavos oligárquicos. Alguns destes ataques eram anteriores à própria AIB, fundada em 1932. Plínio Salgado

---

[802] SALGADO, Plínio. "Páginas de Ontem". In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 221.
[803] REALE, Miguel. "A Posição do Integralismo". in. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 59.
[804] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 119.
[805] OLIVEIRA, Rodrigo Santos. "Notas sobre o anticomunismo integralista". In. DOTTA, Renato Alencar [et. al.]. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 57.

expunha em 1931 seu descontentamento ao liberalismo e à organização federativa, diante da divisão do Brasil em interesses particulares a cada estado. "Nossos partidos", dizia Salgado, "são empreiteiros de cargos. Êles dividem-se em grupos que disputam posições. No meio dêsses partidos, surgem os quistos feudais, de ação isolada de franco-atiradores, desdobrando-se em caudilhagem aguerrida."[806]

Seguindo a mesma direção do chefe da AIB, Miguel Reale apresentava críticas ao federalismo e ao liberalismo constitucional. Segundo o Secretário Nacional de Doutrina da AIB, as oligarquias regionais fragilizavam a integridade do Brasil. Sob sua interpretação, a organização federativa fortaleceu os anseios regionais, em detrimento de projetos políticos nacionais. Reale evidenciava que o "(...) caráter desorgânico, encontrou logo o apoio entusiástico daqueles que vivem da exploração das paixões nacionais para alcançar posições vantajosas de mando."[807] Em contrapartida a esse "caráter desorgânico", a salvação estaria no corporativismo, com centralização política e descentralização administrativa, portanto, um regime orgânico[808].

Como solução à crise iniciada pela infiltração do materialismo havia a necessidade do fortalecimento do poder central. Nestes termos, Gustavo Barroso oferecia o caminho do Estado totalitário, com o objetivo de engrandecer a nação em seus aspectos morais e espirituais. "Queremos fazer do Brasil uma nação grande e forte, material, moral e espiritualmente. Queremos um Estado totalitário com poder – poder, e autoridade, firmado tanto na cultura das *elites* como nas realidades econômicas; (...)."[809]

Entretanto, os projetos políticos para a AIB, constituídos por Salgado, Barroso e Reale nem sempre encontravam consonância. Embora os pontos de embate dos integralistas

---

[806] SALGADO, Plínio. "A Pátria Adormecida" (1931). In. "Despertemos a Nação". In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 84.
[807] REALE, Miguel. "O ABC do Integralismo". in. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p.166.
[808] _____. "Perspectivas Integralistas". in. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. p. 30.
[809] BARROSO, Gustavo. *O Integralismo de Norte a Sul.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 79.

concentrassem-se sobre o liberalismo, o capitalismo internacional e o comunismo, as críticas, por vezes, não se faziam em mesmo sentido. Demonstrativa destas divergências é a forma como Barroso e Salgado interpretavam o antagonismo entre materialismo e espiritualismo.

Plinio Salgado apresentava o conflito ao longo do desenvolvimento da humanidade em três fases: a politeísta, a monoteísta e a ateísta, com a quarta humanidade a apresentar a solução destes problemas. Na terceira fase, a desestruturação social ocorreria pela ascensão do capitalismo e do comunismo como forças hegemônicas. A partir desta explicação, os males a serem combatidos concentravam-se no capitalismo ou liberalismo, e no comunismo.

Tal como Salgado, Barroso enxergava no conflito entre o espiritualismo e o materialismo o motor para o desenvolvimento da humanidade. No entanto, o chefe de Milícias da AIB atribuía a ação solvente do materialismo aos judeus, manipuladores tanto o capitalismo como o comunismo. Em suas palavras, deveriam ser combatidos diante da rejeição em diluírem-se à humanidade cristã totalitária, aos moldes medievais[810]. Para Barroso, os judeus seriam os promotores do capitalismo e do comunismo, por visarem a escravização dos cristãos, expropriando-os de seus bens, ou acorrentando-os a juros financeiros. Para Barroso eram os judeus o verdadeiro risco para a humanidade cristã, por serem os responsáveis pelo capitalismo e pelo comunismo. Portanto, Gustavo Barroso foi o principal representante do antijudaismo inscrito na AIB.

O comunismo, por sua vez, era apresentado por facetas distintas entre os teóricos do integralismo. As formas de exposição variavam não somente considerada a abordagem de cada doutrinador, mas também sob o objetivo da obra publicada. O mesmo autor poderia fornecer exposições diferentes, consideradas as finalidades dos textos lançados e as especificidades do público alvo. Ao ser abordado como regime o comunismo era visto como tirânico e falsamente revolucionário, pois estaria vinculado de alguma forma às concepções

[810] MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso.* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991. p. 82-83.

burguesas. Sob esta estratégia, o integralismo buscava se colocar como alternativa, com o interesse de atrair os trabalhadores fabris para sua zona de influência.

Como explicação para a adesão do operariado ao comunismo, afirmavam a "pouca cultura" e a ingenuidade deste. Sob os olhos dos teóricos do integralismo, os proletários oscilavam entre a brutalidade e a infantilidade. Deste modo, os trabalhadores necessitariam de proteção contra a influência perniciosa dos agentes do comunismo. Para os integralistas, se os operários demonstravam-se infantis, o comunismo seria substância tóxica, doença, ou o deturpador da moral e corruptor da família e da nação.

Gustavo Barroso acreditava que o operário seria incapaz de se instruir culturalmente, em função das longas jornadas de trabalho impostas pela exploração capitalista. Deste modo, o comunismo lançava-se sobre tal fragilidade intelectual, inoculando seu "veneno sutil". "A pouca cultura dos homens que trabalham exaustivamente, sem tempo de se instruirem, não lhes permite pressentir o veneno sutil que se instila no seu cerebro e pouco a pouco os empeçonha."[811]

Desta mesma perspectiva, em "Páginas de Combate", Salgado entendia o comunismo como uma forma patológica do comportamento burguês, um e outro associados ao materialismo: "O comunismo é apenas um sintoma do materialismo grosseiro de que o burguês é a fonte originária."[812] A imagem do comunismo como patologia dividia espaço com a perversão moral, o perigo ideológico, a ameaça contra a família e a pátria. Estas figuras se alternaram conforme o objetivo desejado, e o público alvo. No entanto, a persistência se fazia com relação à ligação entre comunismo e liberalismo (ou com o capitalismo burguês), ambos entendidos como frutos do materialismo.

---

[811] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 71.
[812] SALGADO, Plínio. "Páginas de Combate". In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 239.

Reale, proveniente do socialismo liberal, apresentava resistência às metáforas do comunismo como patologia ou veneno ministrado ao operariado. Para o Secretário de Doutrina da AIB, a ameaça se fazia através da falsidade perante os trabalhadores, ao confundi-los com mentiras e promessas vagas em meio às incertezas políticas. Portanto, durante as instabilidades lançadas pela constituição de 1891, o liberalismo abria terreno para a expansão do comunista.

> A princípio, o proletariado se encheu de entusiasmo pelos primeiros partidos socialistas que brotavam na confusão revolucionária, mas bem cedo, percebeu que tudo não passava de uma troca de rótulos. Na Constituinte, quando se chegou no capítulo da legislação social, não se distinguiam os socialistas dos conservadores, (...).[813]

Mesmo consideradas as distinções entre as concepções dos três teóricos do integralismo, pode se concluir que, para eles, o comunismo, assim como o materialismo de modo geral, utilizava-se da ignorância do operariado para avançar e conquistar suas mentes e crenças. Para os integralistas o comunismo seria sintoma da concentração de renda e desigualdade proporcionadas pelo capitalismo e pelo liberalismo, derivados do materialismo, tal como o comunismo. Além destas razões, a adesão do operariado se daria também em virtude da carência de "cultura" destes. Considerada esta última avaliação sobre os trabalhadores, Plínio Salgado traçava como projeto "Um dos grandes planos, pois que temos a executar no Brasil, não é simplesmente o da alfabetização: é o da elevação do nível cultural das massas."[814]

Sob a compreensão dos integralistas, "cultura" estaria ligada ao "conhecimento". Assim seria possível "transmiti-la" através da alfabetização. Ao se realizar a "elevação cultural", com o ensino da leitura a crianças e adultos, o aprendizado seria realizado através de cartilhas e textos integralistas. As escolas mantidas pelos integralistas, oferecidas

---

[813] REALE, Miguel. *Perspectivas Integralistas.* In. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 37.
[814]SALGADO, Plínio. *Despertemos a Nação.* In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 149.

gratuitamente, eram voltadas principalmente aos pobres ou aos menos favorecidos, segundo Cavalari[815]. Visavam assistir "*operários, integralistas ou não, esquecidos por essa gente burguesa".*[816] À medida que aprendiam a ler, aprendiam a ler pelos textos doutrinários da AIB.

Neste sentido jornais, panfletos e obras integralistas desempenhavam papel fundamental não apenas na alfabetização, mas na difusão das práticas de socialização, das regras e da doutrinação da AIB entre seus afiliados. A partir destes elementos, as bases da revolução proposta pelo integralismo, fundava-se a Revolução Interior. Gilberto Calil apresenta que tal "Revolução" lançada pelos integralistas, consistiria na adesão completa do membro da AIB à doutrina do movimento.[817] O arcabouço teórico da AIB se infiltraria nos meandros mais íntimos da vida do militante, através de processos de socialização, via ritos, símbolos e códigos partilhados.

Torna-se patente que esta "revolução" não passaria por levantes armados, movimentações de assalto ou qualquer tática de guerrilha com a finalidade de derrubar a instância de poder vigente. Para Plínio Salgado, a "Revolução não é a masorca de soldados amotinados; não é rebelião de camponeses ou proletários; não é movimento de armada de burguesias oligarcas; não é movimento de tropas de governos provinciais; (...). Revolução é movimento de cultura e de espírito."[818]. Assim, o integralismo se distinguiria dos bolcheviques, ou da "rebelião de camponeses ou proletários"; das lutas entre oligarquias; e da própria Revolução de 1930.

Salgado acreditava que uma revolução, para ser bem-sucedida, deveria começar pelas ideias, com a finalidade de evitar os choques entre as forças em disputa. Dizia ele, "As

---

[815] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990. p. 73.
[816] *Acção*, 17/05/1937. p. 2. apud. CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op. Cit.* p. 73 (grifo do original).
[817] CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. p. 43.
[818] SALGADO, Plinio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 222.

revoluções, de um modo geral, não passam de interferência da Idéia-Fôrça, no sentido de recomposição de um equilíbro social."[819] Justifica-se, assim, a crença de que o ponto inicial de todas as revoluções seria a elevação espiritual e moral.

Quanto à "revolução integralista", havia consonância entre os teóricos do movimento, embora Reale preferisse debruçar-se sobre a articulação do Estado integral, sob a égide do corporativismo. A Revolução Interior seria o cerne de todas as posteriores, entendida por Barroso como o único ingrediente para Revolução Social. Barroso, nos mesmos termos que Salgado, definia a revolução integralista a partir do viés moral e espiritual: "Só uma Revolução moral póde produzir uma grande, digna e benéfica Revolução social. Porque esta é a projecção daquela. Por isso a Doutrina Integralista afirma que a primeira revolução do Integralismo é a Revolução Interior."[820]

Embora rejeitassem, ao menos em retórica, o uso de armas e dos levantes, os integralistas não estavam isentos de ambições imperialistas. A expansão do movimento, em teoria, se daria justamente através da doutrina. As credenciais para sua difusão internacional se faziam por acreditarem ser o integralismo uma doutrina e um "Movimento de Renovação Nacional em todos os pontos e em todos os sentidos."[821] Entendiam a AIB como geradora de doutrina, sendo esta, superior aos partidos e seus programas: "Uma doutrina dá origem a incalculavel número de *programas*. Um programa não produz nenhuma *doutrina*."[822] Assim, Plínio Salgado alegava "Não me contenho com a implantação do Estado Integral no Brasil. Quero que esta idéia se irradie por tôda a América do Sul."[823] Portanto, o expansionismo se daria não pelas armas, mas a partir da disseminação da doutrina integralista.

---

[819] _____. *Psicologia da Revolução*. In. Obras Completas. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 43.
[820] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 16.
[821] Idem, p. 10.
[822] Idem, p. 9 (Grifo do original).
[823] SALGADO, Plínio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". In. *Obras Completas*. Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 246.

Apresentados os pontos gerais e os principais aspectos da teoria integralista e das ideias sustentadas por seus teóricos centrais, cabe para o momento a análise do arcabouço doutrinário de Salgado, Barroso e Reale. Para os exames, serão selecionados conteúdos recorrentes entre os textos destes dirigentes da AIB, tais como: a **religiosidade**, abrangendo a permeabilidade das práticas cristãs ao integralismo, e no caso de Barroso, o antijudaismo e a concepção antimaçônica; o **corporativismo** inscrito no projeto de Estado Integral; as formas de difusão da "cultura" integralista e o papel desempenhado pela imprensa neste objetivo; a relação estabelecida entre **tradição e juventude**; e por fim as análises em torno do **comunismo e do liberalismo**, e a relação entre estes e o trabalhador. Tais quesitos citados serão examinados nos textos doutrinários de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale.

6.2.1- A faceta messiânica do integralismo através de Plinio Salgado

A religiosidade é um dos aspectos centrais no discurso integralista. As concepções cristãs espraiam-se por conteúdos distintos dos projetos da AIB. Por sustentar bandeiras tais como a manutenção da propriedade e da família, e alvos de ataques semelhantes aos da Igreja como, por exemplo, o combate ao materialismo, o integralismo recebeu forte adesão de simpatizantes e militantes provenientes do catolicismo. O próprio perfil do chefe da AIB, católico, inimigo das oligarquias, do capitalismo liberal e do comunismo, agradava aos membros da hierarquia eclesiástica. Dom Helder Câmara e Alceu Amoroso Lima foram alguns dos patrocinadores da adesão de fiéis cristãos ao integralismo. Lima observava que o integralismo possuía os mesmos inimigos: o comunismo e o liberalismo; e os mesmo laços de simpatia, refletidos no tripé Deus, Pátria e Família.

Embora a religiosidade se fizesse presente nas obras dos dirigentes da AIB, tal acesso do catolicismo ao integralismo é atribuído pela historiografia, majoritariamente, a Plínio Salgado. Ao analisar a religiosidade entre os integralistas, os exames debruçam-se,

regularmente, sobre as obras de Salgado. Deste modo, são colocados em segundo plano os matizes cristãos presentes nas doutrinas de Reale, Barroso e demais autores do movimento. Outro ponto incômodo nestas pesquisas é a leitura dos relatos de Plínio Salgado, sobre seu fervor, como fatos verídicos e consolidados. Assim, encontra-se em algumas obras referenciais sobre o objeto: "A formação intelectual de Salgado *sempre* foi marcada por um sentimento nacionalista e religioso."[824] ou "O catolicismo era ainda um recurso de propaganda. Em várias ocasiões Plínio Salgado dirigiu-se aos integralistas apresentando-se como liderança religiosa, como em suas 'Mensagens de Natal'."[825]

Além destas obras, há trabalhos iniciais de investigação que sustentam a interpretação qual Plínio Salgado seria o principal elo, senão o único, do catolicismo com a AIB, o que não se confirma ao consultar obras de Barroso e Reale. Em meu próprio trabalho de mestrado, eu afirmava: "O posicionamento católico recebeu considerável importância no arcabouço doutrinário tanto de Plínio Salgado quanto do movimento integralista."[826] Neste trecho, o catolicismo no movimento é fixado em dois suportes: a doutrina de Plínio Salgado e a do restante da AIB. Sob essa perspectiva, teóricos tais como Barroso e Reale eram inseridos no amorfo grupo "do movimento integralista", em oposição à figura do chefe nacional do movimento, resultando na supervalorização do peso doutrinário de Salgado – que, obviamente, não foi pequeno - em detrimento da participação dos demais dirigentes integralistas na composição do arcabouço teórico da AIB.

A afirmação feita por Plínio Salgado em 1934 aos bacharelandos de Jaboticabal, "O Chefe não é uma pessoa: é uma idéia."[827] foi defendida nos mesmos termos por Gustavo

---

[824] TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974. p. 43. (Grifo meu).
[825] CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDPUCRS, 2001. p. 42.
[826] CAZETTA, Felipe. *Fascismo e Autoritarismo: Entre a cruz, a suástica e o caboclo – Fundações do pensamento político de Plínio Salgado.* Juiz de Fora: dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (dissertação), 2011. p. 106.
[827] SALGADO, Plínio. "Cartas aos Camisas-verdes". In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 258.

Barroso, em entrevista ao periódico católico "A União" em 1934, contida em *Integralismo e Catolicismo*[828]. Nesta, Barroso afirmou que a ideia integralista estava encarnada em um homem. Ao longo do percurso legal da AIB, houve o esforço de Plínio Salgado por legitimar-se como "corpo" desta ideia, ou seja, em consolidar sua chefia nacional.

Para tanto, Salgado buscava em seus textos e discursos criar sua trajetória ao apresentar-se, por vezes, como chefe de posição católica, mesmo após o término da Ação Integralista. A influência cristã, apresentada em sua narrativa, transcende os limites da própria vida. A criação mitológica das origens de seu catolicismo foi útil durante o funcionamento legal do movimento integralista, pois assim, junto aos demais doutrinadores, poderia arregimentar simpatizantes e militantes cristãos para suas fileiras.

Posterior ao encerramento da AIB este objetivo, para sustentar a imagem de líder católico, foi mantido e ampliado em função das novas conjunturas políticas apresentadas no pós II - Guerra Mundial. *Viagens pelo Brasil*, texto que compõe a coleção *Obras Completas*, lançada entre 1954 e 1957, atendia a esta intenção. Neste, Salgado expunha a suposta origem do catolicismo sustentado, através de seus antepassados:

> Aquela igreja, de cuja comissão construtora fêz parte meu avô, em 1849, e que abrigou, desde então, a imagem de São Bento trazida da Guarda Velha em 1828, lembrava-me que esta fé religiosa, êste amor ao Cristo que vive em mim, foi certamente fruto do ambiente familiar em que respirei desde que abri os olhos à vida.[829]

Entre os finais da década de 1940 e início de 1950, Salgado buscava restabelecer-se no cenário político nacional, após retornar do exílio, porém, necessitava despir o integralismo da indumentária fascista, criada nos anos de 1932 a 1937. Em 1945, temas como o corporativismo, a disciplina e a autoridade perderam espaço para a componente espiritualista

[828] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 111.
[829] SALGADO, Plínio. *Viagens pelo Brasil.* in. *Obras Completas.* Vol. 4. São Paulo: Editôra das Américas, 1954. p. 152.

em seus discursos, diante da incômoda relação mantida entre aqueles conteúdos e o fascismo[830].

Enquanto chefe da AIB, Salgado utilizaria passagens bíblicas, metáforas relacionadas à vida de Cristo, ou que ligassem os primeiros integralistas aos evangelizadores cristãos. Seu intuito era explicar a origem e o percurso da AIB, incentivar e mobilizar as fileiras integralistas ao tecer paralelo com a trajetória dos apóstolos. Diante desta estratégia, a AIB vicejaria sorte semelhante ao catolicismo, ao crescer ainda que com as adversidades impostas pelo materialismo e pela censura de Estado.

O integralismo seria, portanto, a *Palavra Nova* da contemporaneidade, tal como foi o cristianismo na antiguidade e Idade Média. Em *Doutrina o Sigma,* publicado pela primeira vez em 1935, os integralistas são apresentados por Salgado como: "(...) os pioneiros, os apóstolos, os evangelizadores, os revolucionários."[831] Portanto os primeiros militantes estariam incumbidos de disseminar a *palavra nova* incorporada no ideal integralista. Tal como o cristianismo, essa corrente se alastrará, segundo Salgado, para promover uma nova forma de organização social:

> Essa idéia penetrou a massa. Regressou ao limbo onde dormem as fôrças perenes de um Povo, da Terra, da Nação. Essas fôrças despertaram. E agora retornaram ao cenário da vida brasileira, com tal capacidade de domínio, que espanta aquêles mesmos que iniciaram o apostolado integralista.[832]

O integralismo seria, assim, maior que os responsáveis por sua difusão, surpreendendo-os pela extensão tomada pela "Palavra Nova". Com seu futuro sucesso, o integralismo assumiria caráter autônomo em sua propagação. Após o primeiro esforço dos "apóstolos" a ideia tomaria vida e se espalharia. Até isso acontecer, seus aderentes sofreriam martírio semelhante aos primeiros evangelizadores do cristianismo. No entanto, isto não deveria significar motivo de temor ou abatimento, mas sim, a prova de bravura e da paixão

---

[830] CALIL, Gilberto Grassi. *Op.cit.* p. 21.
[831] SALGADO, Plínio. *A Doutrina o Sigma.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 211.
[832] Idem, p. 214.

destes ao lema Deus, Pátria e Família: "O integralista sabe que deve dar tudo a sua Pátria, que nada deve pedir dela. Sabe que sofrerá injustiças e calúnias, será ridicularizado por muitos e até apontado como louco. Abrasado pela divina loucura do amor da Pátria, êle a tudo será surdo."[833]

Salgado representava a propagação do integralismo como ação de martírio e renúncia. Assim, aproximava os membros de seu movimento dos apóstolos, e o integralismo do cristianismo. Enriquecendo este repertório metafórico, o combate ao materialismo sustentado pelos integralistas, era equiparado às cruzadas contra o avanço islâmico. Seria o confronto pela "civilização cristã", lançado na Idade Média, reeditado pelas fileiras da AIB, ao defenderem a Família contra a dissolução do liberalismo, e a coletivização da propriedade, preconizada pelo comunismo.

Em consonância com a Encíclica *Rerum Novarum*[834], Salgado defendia a propriedade como proteção contra a bestialização do homem. O chefe da AIB dizia: "A primeira realidade que se oferece ao Homem, logo que êle abre os olhos da consciência para o mundo é a realidade da Família. Como pôde abandoná-la o individualismo? Como pôde passar sobre ela o Coletivismo?"[835] Em defesa da família e da "sociedade cristã", Salgado convocou a frente cristã, reunindo luteranos, "espiritistas", católicos e presbiterianos contra a ameaça do materialismo.

> É isso que se chama "ordem espiritual e moral", confraternização de todos os que acreditam num Deus, fazem d'Êle o fundamento de toda "ordem social", conforme diz a Encíclica de Pio XI, cujo o texto foi compreendido pelos Integralistas tanto católicos como luteranos, presbiterianos ou espiritistas, pois hoje formamos a frente única espiritual, arrebatada pela bandeira de Deus, da Pátria e da Família, disposta a todos os sacrifícios para salvar a Nação das garras do materialismo do século. Vivendo uma época semelhante à da invasão maometana contra o Ocidente repetimos como no tempo das

[833] Idem, p. 190.
[834] "Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana." Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 01de jun. 2010.
[835] SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos.* In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 236.

> cruzadas, o episódio maravilhoso da união e do bom combate que se empenharam todos os que se esforçaram para salvar os valores legítimos da civilização cristã, aperfeiçoando-a ainda mais.[836]

A AIB não era movimento confessional, embora convocasse todas as vertentes cristãs a juntarem-se e fazer frente ao materialismo. Como principal dirigente, que se proclamava formador da resistência ao liberalismo e ao comunismo, o chefe da AIB buscou demonstrar em suas obras o contato íntimo que possuía com Deus. Tal vínculo é exposto na introdução de *Doutrina do Sigma,* de 1935: "Neste instante só Deus me vê e só Êle sabe do meu grande sonho que é despertar os meus patrícios para que êles construam a Nação que devem legar aos seus filhos e netos."[837]

Além desta "cumplicidade" entre o Chefe Nacional e Deus, Plínio expunha sua própria onipresença, não somente através dos braços institucionais da AIB, como também pelas cartas e discursos radiofônicos aos integralistas. Em "Luz Ausente", Salgado acusava o conhecimento dos passos dos camisas-verdes, revelava acompanhá-los. Devido a este "poder" que mantinha, nesta locução aos "camisas-verdes" afirmava tocar suas almas, no intuito de tornar o movimento algo perpétuo:

> Camisas Verdes!/ Essa Revolução Integralista é muito mais profunda do que uma simples revolução política. Eu vos estou observando dia a dia, e sinto-me no dever de, uma vez por outra, levar minha mão aos refolhos de vossas almas, para galvanizar, lá bem no fundo, as energias sem as quais nada faremos digno de nossos descendentes.[838]

Ainda que por vezes se dirigisse como chefe religioso aos membros do movimento, ao menos retoricamente, Plínio Salgado recusava o messianismo entre as fileiras do integralismo. A tensão entre chefia da AIB e antimessianismo era frequente em seus textos. Salgado, ao mesmo tempo em que buscava a liderança incontestável, visava desvincular a sua imagem a de ícone de adoração. Não raramente apresentava em seus textos doutrinários a afirmação de

---

[836] _____. *A Doutrina o Sigma.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 196.
[837] Idem, p. 174.
[838] _____. *Palavra Nova dos Tempos Novos.* In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 314.

que o líder do integralismo não possuía um rosto, justamente por este ser uma ideia. "Cristalizando, dia a dia, uma unidade de pensamento, o Integralismo não se baseia num homem, porem numa idéia. (...). O chefe não passa de um simples soldado, que eventualmente exprime o princípio de autoridade."[839] Tal atitude de modéstia e humildade ao colocar-se como simples soldado fiel a uma ideia, reforçava a imagem de líder ligado aos princípios cristãos. Por outro lado, funcionava como estratégia retórica para legitimar sua posição de líder e atestar seu arcabouço teórico, pois para o líder, a autoridade e a hierarquia deveriam ser bases centrais da organização integralista. Afirmava Salgado aos seus seguidores:

> Nunca deixará de cumprir uma ordem de seus superiores, desde que ela não fira os princípios cristãos em que se baseia o nosso movimento, porque uma ordem certa e discutida torna-se mais perniciosa do que uma errada e cumprida, porque esta, pelo menos, prestigia o princípio da autoridade e revela em quem obedece, o triunfo moral sobre si próprio. Quem não sabe obedecer jamais saberá comandar e o Integralismo é também uma escola de comandantes.[840]

Deste modo, Salgado retirava a contradição inerente à imagem de líder que se colocava como soldado. Ao retratar-se como soldado, o mais obediente ao princípio regente do movimento, assumia o posto de comando supremo da AIB, pois: "Quem não sabe obedecer jamais saberá comandar". Hélgio Trindade avalia a postura ensejada por Salgado como fragilidade em sua qualidade de líder: "A interpretação que se depreende dos testemunhos e documentos integralistas é que, apesar de todo o poder formal, Salgado era na realidade, *um chefe pusilânime*"[841]. Para Trindade, "Só um chefe fraco tem necessidade de impedir toda a forma de interpelação de seus subordinados e de se proclamar 'perpétuo' e 'intangível'." Para o autor gaúcho o líder forte tem capacidade de impor-se sem o auxílio de

---

[839] _____. *A Doutrina o Sigma.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 191.
[840] Idem, p. 190.
[841] TRINDADE, Hélgio. *Op.cit.* p. 176-177 (grifo do original).

estatutos.[842] Deste modo, a rejeição ao status de messias, ou a necessidade de se colocar como soldado e vassalo de uma ideia expressariam a fragilidade do líder da AIB.

Porém, Plínio Salgado não assumiu o discurso de distanciamento entre o chefe da AIB e símbolo do movimento imediatamente após a criação do movimento. Constata-se com maior frequencia esta tensão entre liderança e antimessianismo a partir de 1934. Ao consultar sua "Carta de Natal e de fim de ano" de 1935, há o temor dos rumos tomados pelo movimento criado por ele. A exacerbação das paixões e a mobilização das fileiras em milícias impeliam Salgado a aconselhar os integralistas:

> Não temo os inimigos nem as adversidades, porém temo os próprios integralistas. Êles, na exaltação revolucionária, poderão perder aquilo que mais procuramos, aquilo que é fundamento de nossa política: a consciência de si mesmo. E perdendo a consciência de si mesmo, perderão o conceito de autoridade, como eu quero, e a concepção do Chefe, como é necessária a uma Nação Cristã.[843]

Ao se considerar o grupo reunido na Sociedade de Estudos Políticos (SEP), antecâmara da AIB, composta por intelectuais e lideranças regionais de movimentos autoritários de direita, pode-se crer que Salgado desejasse, desde 1932, formar um movimento de extrema-direita de âmbito nacional.

No entanto, a partir de 1934, se descontentaria com os caminhos tomados por seus principais vetores de inspiração: os regimes fascistas europeus. Em *A Offensiva*, de 14 de fevereiro de 1936, Salgado publicou artigo no qual acusava o regime alemão de perseguir e prender sacerdotes e leigos católicos, encaminhando-os a campos de concentração:

> O último telegrama da Alemanha informa que o governo de Hitler mandou prender cerca de 150 sacerdotes católicos e centenas de membros de associações católicas, acusados de conspirar contra a segurança do Estado. (...)
> Que atos teriam praticado os católicos germânicos para incorrer na cólera do Estado Hitlerista?[844]

---

[842] Idem, p. 177.
[843] SALGADO, Plínio. *Palavra Nova dos Tempos Novos.* In. *Obras Completas.* Vol.7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 290.
[844] _____. *Nacional-Socialismo e Nacionalismo Cristão.* Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP – Fundo Plínio Salgado: cx. 003.007.002.

Embora liderasse movimento de extrema-direita fortemente inspirado nos fascismos europeus, tal atitude do Estado Hitlerista não deixou de causar consternação em Salgado. É importante firmar que o catolicismo era um pilar central na doutrina do chefe da AIB. Portanto, as notícias vindas da Alemanha causaram abatimento, haja vista ser o fascismo uma das bases de apropriação para a formação do integralismo brasileiro, embora Salgado não escondesse sua preferência por Mussolini, ao pontuar as divergências do Integralismo com demais movimentos de extrema-direita[845].

Deste modo, considera-se não ser mero exercício de retórica quando Salgado, entre os anos de 1935-1936 cogitou abandonar a liderança de seu movimento. Ao relatar suas experiências em Congresso universitário integralista na cidade de São João Del Rei (MG) em 1936, expôs sua intenção de deixar a chefia do movimento, ou ao menos afastar-se: "Fui para fazer um testamento, mas pratiquei um ato de posse. (...). Desejei descompromissar-me com o Futuro, e assumi dobradas responsabilidades com êle."[846]

Por outro lado, as fontes não permitem descartar tais oscilações nos textos do chefe integralista como recurso tático para fortalecer sua imagem enquanto chefe.

Uma vez expressada sua quase desistência do cargo de chefia da AIB, Salgado tinha o objetivo de ver, a contrapelo, sua liderança confirmada por seus seguidores. A partir desta estratégia, era revelada sua fragilidade ao, esporadicamente, ter de recorrer à aprovação das bases integralistas para se manter no poder. Como efeito colateral, emergia a faceta messiânica atribuída a Salgado pelas fileiras da AIB. Este aspecto ganhava vigor também, haja vista as constantes referências por Salgado, ao remeter o percurso traçado pelo movimento à dimensão supraterrena:

---

[845] "(...); e diferente é, por outro lado, não só do 'racismo' alemão, cuja a tese da superioridade étnica exprime um prejuízo de cultura, como, ainda, do 'fascismo' italiano, ao qual sòmente nos assemelhamos no concernente à nova atitude do Estado, em face da luta social", porém, destacava: "Somos mais avançados do que o fascismo, no qual diga-se de passagem, temos muito a observar; (...)." SALGADO, Plínio. "A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* Vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 83 e 102.

[846] SALGADO, Plínio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 302.

> Aristóteles pensou para nós; Cristo deu-nos alma; (...); a América é nosso Império; e nós somos aquêle povo longamente esperado e que inicia quase imperceptìvelmente, a sua entrada nas Eras Humanas, porque o astro de nosso destino já resplandece no céu.[847]

Ao explicar o desenvolvimento da humanidade e seus processos, Salgado defendia que as fases de progresso humano são permeadas pelos níveis de envolvimento do "(...) Homem em tôrno do Absoluto." Assim, segundo o chefe da AIB, se desenhariam quatro estágios:

> A Primeira Humanidade veio da caverna, até a criação do Politeísmo; a Segunda, vem do Politeísmo ao Monoteísmo; a Terceira vem do Monoteísmo ao Ateísmo; e a Quarta, que é a nossa, encontra-se na mesma situação trágica da Primeira, diante do mistério universal.[848]

Para Plínio Salgado, a Quarta Humanidade seria o lugar de nascimento do Estado Integral, ao fazer a fusão entre o primeiro e o terceiro estágios de evolução, onde "A idade da pedra convive com a idade do rádio. O luxo moderníssimo de Copacabana é contemporâneo das malocas e tabas selvagens."[849] Neste cenário seria fundado o Estado Integralista, "(...) que salve o homem da ditadura cruel do materialismo finalista e da ditadura sem finalidade da plutocracia democrática e das oligarquias políticas e financeiras. O Estado, que defenda o Indivíduo contra a Sociedade e a Sociedade contra o Indivíduo."[850] Neste projeto, os conflitos entre individuo e sociedade seriam amortecidos pela atuação estatal. Nos termos planejados por Salgado, o Estado Integral estaria presente nas funções profissionais, sob o intuito de solapar a luta de classes preconizada pelo marxismo, ou a competitividade individualista proposta pelo liberalismo. Assim, a estrutura estatal proposta pelo chefe da AIB assumiria o formato corporativo, ou "a verdadeira democracia cristã."[851]

Percebe-se, portanto, que temática religiosa era inerente aos projetos políticos do integralismo sustentados por Salgado. Em sua compreensão, o modelo de corporativismo a ser

---

[847] Idem, p. 288.
[848] SALGADO, Plinio. "A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 20.
[849] Idem, p. 66.
[850] Idem, p. 64.
[851] SALGADO, Plínio. "Paginas de Ontem". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 204.

seguido encontrava-se na Idade Média. Justificava essa escolha, pois, na Idade Média havia "(...) a mais perfeita consciência do **mundo moral**, compreendendo o Homem e o Universo por uma forma total, isto é, sem exclusão dos valores espirituais. O centro de tudo era Deus, para qual o Homem se dirige; (...)."[852] Nestes termos, Salgado buscava reatar os laços entre Estado e religião, rompidos com a Revolução Francesa. Ao menos retoricamente, o chefe da AIB rechaçava a configuração totalitária de Estado ao respaldar-se, novamente, em uma passagem bíblica. Em texto publicado em 1934, constava: "É no Divino Mestre que encontramos a lição admirável: a César o que é de César, a Deus o que é de Deus; sim, porque César é um homem, ainda que os romanos possam acreditar na sua divindade."[853]

Se o modelo de corporativismo era buscado na Idade Média, no Brasil, o exemplo a ser resgatado esteve no passado colonial. Segundo Plinio, foi o período de mais viva democracia e independência real da história do Brasil, em função da distância entre colônia e metrópole. Salgado entendia que as relações sociais na colônia ocorriam de forma horizontal entre as classes profissionais. Assim, para o chefe da AIB, neste período teria havido a igualdade, portanto a democracia. Nestes termos, afirmava não haver distinções simbólicas e econômicas graves entre os extratos mais ricos e os mais pobres na colônia, "Misturavam-se nobres e plebeus porque todos se uniam na grande Aventura da América."[854] Observa-se que Salgado não apresentava qualquer fonte comprobatória de seus argumentos, e ainda que isto se fizesse, seu conceito de democracia não era empregado ao plano da política.

Ao contrário do ocorrido na Europa, onde se lutou pela igualdade, para Salgado, no Brasil a democracia já estaria dada. Em termos políticos, nos escritos do chefe da AIB, havia a configuração descentralizada, encarnada nas assembleias municipais. No entanto, estas se

---

[852] _____. SALGADO, Plínio. "Psicologia da Revolução". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. 86 (negrito do original).
[853] SALGADO, Plínio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 294.
[854] _____. "Psicologia da Revolução". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 147.

organizavam sob forma piramidal, por responderem à autoridade do rei: "Essa autoridade municipal, entretanto não era um elemento de desagregação nacional, pois não se adensava em expressões compactas de regiões atentando contra a unidade do país."[855] Nestes termos, há a alusão às oligarquias regionais combatidas por Salgado entre os anos 1910 e 1920. Em contrapartida, afirmava "A autoridade longínqua do rei tinha um prestígio que se impunha comumente a todos os súditos."[856]

No entanto, esta disposição foi abalada, segundo Salgado, com a permeabilidade dos costumes cosmopolitas existentes no litoral, em contraste com as crenças do caboclo do interior. A partir da inserção dos valores estrangeiros, houve a adesão ao liberalismo, e a sobreposição da ciência à crença em Deus. Inaugurava-se a terceira humanidade, fase em que a ciência aboliu a crença na autoridade, segundo Plinio Salgado, além de ter sido a porta de entrada para outros elementos desagregadores, tais como o comércio e a indústria. Em suas palavras:

> A ciência nos últimos séculos não só lançou a semente da dúvida sôbre o conceito de autoridade e sôbre os privilégios das classes, como também imprimiu um violento impulso a estes dois fatôres prodigiosos das transformações modernas: - a indústria e o comércio.[857]

Nesta perspectiva, a ciência distanciou o homem da religião, contribuiu para afastá-lo de Deus. O materialismo político e econômico foi o responsável por este movimento, através da exploração do homem, e da incitação pelo enriquecimento e luxo, em detrimento dos aspectos morais e do espírito[858]. Como antídoto a este cenário de desagregação, o Estado Integralista proposto por Salgado visava à doutrinação da ciência ao: "(...) impor equilíbrios morais no mundo material, concebendo o Homem como criatura de Deus, e a Nação e o Estado como criaturas do Homem. A ciência não é renegada, mas passa a ser servidora do

---

[855] Idem, ibidem.
[856] Idem, ibidem.
[857] Idem, p. 87.
[858] SALGADO, Plínio. "Despertemos a Nação". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 70.

Homem, em vez de ser o tirano que o subjuga."[859] Assim, o Estado, nas palavras de Plínio Salgado, incorporaria a "Grande Família nacional".

Sob esta configuração se estruturava o corporativismo integralista vislumbrado pelo chefe da AIB. De maneira verticalizada, dos pequenos núcleos ao centro do poder se promoveria, "(...) o princípio da solidariedade, a essência da autoridade, da harmonia dos movimentos e atitudes em que se conjugam as diferenciações dos temperamentos."[860] Desta forma, a família, tal como vista por Salgado, era determinante no Estado integralista, pois, em razão dela "o Estado não absorve o indivíduo nem o indivíduo absorve o Estado; que o interêsse coletivo não atenta contra o interêsse individual nem o interêsse individual se sobrepõe ao interêsse coletivo."[861]

Concomitante à defesa da família há, também, a proteção da propriedade privada em oposição ao marxismo e ao liberalismo. Diante da proposta de abolição da propriedade pelo socialismo, e com as promessas de salvar o operário da condição de exploração ou semiescravidão, a AIB, coerente à Encíclica *Rerum Novarum*[862], colocava-se como bastião da família e da propriedade.

> A Família é a defesa moral do Homem, que só em razão dela, não se animaliza e só pelo seu respeito não se escraviza. Conseqüentemente sustentamos o princípio da propriedade. Porque ela é a garantia da Família, a defesa material do individuo e o elo concreto através do qual as gerações se ligam.[863]

---

[859] _____."A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 79.

[860] _____. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 235.

[861] Idem, p. 234.

[862] Na carta de Leão XIII havia: "Eis, pois, a família, isto é, a sociedade doméstica, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda a sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado. Assim, este direito de propriedade que Nós, em nome da natureza, reivindicamos para o indivíduo, é preciso agora transferi-lo para o homem constituído chefe de família. Isto não basta: passando para a sociedade doméstica, este direito adquire aí tanto maior força quanto mais extensão lá recebe a pessoa humana." Disponível em: www.vatican.va. Acesso em 01de jun. 2010.

[863] SALGADO, Plínio. "A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 110.

O liberalismo e o comunismo eram vistos como fragmentadores da unidade nacional a partir de suas bases, ou seja, a família. Através do individualismo, do questionamento da hierarquia e dos valores morais no âmbito mais íntimo da sociedade, haveria a subversão das relações domésticas, portanto, a corrupção da família. Segundo compreensão de Salgado, o liberalismo trabalharia para o socialismo, pois, através da disputa desenfreada e da insubordinação hierárquica, particulares ao sistema liberal, se cumpriria a abolição da família e da propriedade.

> Uma luta sem tréguas desencadeou-se sobre a terra. Luta da criança contra seus pais e mestres. Luta da mulher à procura de uma ridícula emancipação que a torna escrava, mais miserável, mais deslocada do centro de interêsses da Espécie e da própria Sociedade. Luta de empregados e patrões. Luta da concorrência comercial desenfreada. Luta dos partidos políticos.[864]

Diante desta desagregação, o comunismo, associado ao liberalismo, era visto pelos integralistas como um dos principais inimigos da família e da propriedade. Assim, os comunistas eram descritos como portadores de anormalidades, desvios morais, psicológicos e intelectuais. Em oposição, a família era entendida como organização natural, orgânica e elementar para as bases da sociedade em termos gerais, portanto, apenas indivíduos com patologias morais e intelectuais seriam capazes de lutar contra o que há de essencial no homem e na sociedade cristã. Deste modo, detecta-se um aspecto constante no discurso de Salgado: a permeabilidade da moral aos assuntos políticos. O comunista era retratado da seguinte forma: "Para os jornalistazinhos burguezotes, assexuados ou invertidos, que desejam o comunismo só para coonestar suas situações imorais, para êsses não há patas de cavalo."[865]

No entanto, Salgado evitava generalizações ao atacar comunistas, pois poupava o operariado diante da esperança de arregimentá-lo às fileiras do integralismo. Havia a distinção entre os disseminadores do comunismo, vistos como intelectuais inseridos em escolas e jornais com o objetivo de corromper a juventude e os trabalhadores; e os proletários fabris,

---

[864] _____. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 313.
[865] Idem, p. 206.

considerados frágeis intelectualmente, vulneráveis ao materialismo. Para Salgado, "(...) o comunismo não passa, no Brasil, de um sistema de angustias, de injustiças, em última análise de desequilíbrio."[866] Deste modo, era avisado aos integralistas: "Sofrerá a agressão dos comunistas, defendendo-se, mas sem ódio, porque o comunismo é um fenômeno de dor num espírito desorientado pelos maus."[867]

Entretanto, as considerações sobre o operariado, vindas de Plínio Salgado e demais teóricos do integralismo, não abandonaram o campo da exterioridade, pois analisavam o trabalhador através da perspectiva do "outro". Segundo Renato Dotta, poucos textos da AIB foram produzidos sobre o proletariado, ainda que se considere a importância deste segmento sócio-econômico para as bases do corporativismo[868]. Como reflexo desta superficialidade analítica, em alguns artigos de Plinio, o comunismo foi visto como reação expressa pelo ódio do operariado, em represália à ostentação burguesa. Nesta perspectiva, "O comunismo é apenas um sintoma do materialismo grosseiro de que o burguês é a fonte originária."[869]

Porém, ao incitar os integralistas ao embate contra o marxismo, o comunismo abandonava a descrição de "reação aos males burgueses" para corporificar uma ideologia que representava riscos aos destinos do país. O comunismo era visto como único oponente à AIB, diante de sua organização estruturada e de portar projetos políticos para o Brasil. Esta estratégia retórica se dava no intuito de enaltecer o combate onde, inevitavelmente segundo Salgado, os integralistas se sagrariam vitoriosos. Deste modo, ao serem exaltadas as características do oponente, se teceria elogio ao próprio movimento, responsável por derrotá-lo. Deste modo, o embate entre integralismo e comunismo era elevado ao maniqueísmo de Bem/Mal, na decisão dos destinos do país.

---

[866] SALGADO, Plínio. "Paginas de Ontem". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 203.
[867] Idem, p. 190.
[868] DOTTA, Renato Alencar. "O Trabalhador no discurso integralista." In. _____[et. al.]. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004. p. 71-72.
[869] SALGADO, Plínio. "Paginas de Ontem". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 239.

> O Brasil Novo vai nascer desta luta entre comunistas e integralistas. Aqueles possuem uma ideologia: querem destruir o culto de Deus, querem acabar com a Pátria, querem dissolver a Família, (...). Êstes querem garantir o culto de Deus, da Pátria e da Família, (...).[870]

Diante da missão de repelir o comunismo, retratado como mera expressão de ódio dos trabalhadores à burguesia, e de travar batalha de ideologias no intuito de salvar o Brasil, a hierarquia e a disciplina eram essenciais para a organização da AIB. Os mecanismos de punição dos desvios à doutrina integralista e a possibilidade de exclusão imediata do integrante caso uma ordem superior fosse questionada eram aspectos explicitados em textos e estatutos da AIB.

Junto à hierarquia, a disciplina era fundamental entre as fileiras do movimento chefiado por Salgado. Deste modo, Plinio e outros teóricos sublinhavam a importância da obediência, ligando-a a qualidades positivas, tais como a liberdade e a juventude. Dizia o chefe da AIB: "Ser moço é ser livre. É ser tão livre ao ponto de guerrear a licença e criar a disciplina."[871] A partir desta premissa, o integralismo defendia não tolher ou cercear a liberdade de seu militante, mas fornecia a oportunidade para que o mesmo optasse afiliar-se ao movimento ou manter-se preso a "(...) hábitos dos morigerados, com prudência dos covardes."[872]

Portanto, o integralismo colocava-se como movimento de renovação espiritual, lugar de jovens, justamente porque, segundo Salgado, ser jovem é ser livre ao ponto de optar pela disciplina. No entanto, Plínio Salgado assinalava que juventude ou senilidade não estavam relacionados à idade, visto que ele mesmo contava seus 37 anos na data de fundação da AIB. "Mocidade é a luta contra o minuto que acaba de passar. Mocidade é convivência com o dia de amanhã."[873] A mocidade seria o transito da tradição para a modernidade. Deste modo, era

---

[870] SALGADO, Plínio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 204.
[871] Idem, p. 190.
[872] Idem, ibidem.
[873] Idem, p. 188.

resgatado o nacionalismo, o "Brasil brasileiro" através da retomada ao passado. Estabelecia contraste entre as formas de se relacionar e fazer política vigentes no período colonial, com as estabelecidas a partir da independência para expor a deterioração imposta pelo constitucionalismo e pelo liberalismo. Em suas palavras:

> O Brasil só fôra realmente brasileiro, realmente nacionalista dentro da Colônia. (...). Sobrevindo a Independência e o contacto mais freqüente com as nações da Europa, começamos a copiar operações que nunca deixaríamos de praticar, através de tôda a Monarquia e através de mais de meio século de República.[874]

Em *Psicologia da Revolução*, Salgado destacava as dez características positivas e negativas do povo brasileiro. Entre os aspectos positivos, os vínculos com a tradição e a moralidade sobressaem majoritariamente entre os pontos ressaltados. Dentre os dez itens, são representativas as feições positivas do brasileiro: "1) pelo exemplar sentimento de família; (...); 7) pela moralidade dos costumes, apenas inexistentes em certa parte das classes ricas, ou nos falsos letrados pequeno burgueses; (...); 9) pelo respeito aos velhos, às mulheres e às crianças; (...)."[875]

Como forma de corroborar sua argumentação acerca da oposição entre passado colonial como um cenário amistoso, em contraste com a dissolução imposta pelo materialismo, ou seja, o liberalismo coligado ao comunismo, Plinio Salgado defendia a ideia de exterioridade do liberalismo, sendo este a porta de entrada para o comunismo. O liberalismo seria "(...) fenômeno que dominou a índole das classes cultas e não representa em absoluto a índole e a realidade da psicologia e das condições de vida das populações nacionais."[876]

É valido retomar as interpretações do chefe da AIB sobre o papel do liberalismo para a inserção do comunismo no país. Nestas, Salgado afirmava que o liberalismo atrofiaria o

---

[874] Idem, p. 126.
[875] SALGADO, Plínio. "Psicologia da Revolução". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 163-164.
[876] Idem, p. 123.

Estado e, posteriormente, seria responsável por sua fragilização. Deste modo, as lutas entre as classes se intensificariam criando as condições adequadas para a instauração de um governo socialista correlato ao soviético. Nestes termos:

> o Estado abstraiu das faculdades políticas, para só considerar interêsses econômicos. E, do mesmo modo como o 'homem cívico' foi agir à revelia do Estado, na conquista da subsistência, vendendo o voto, também o sindicato foi agir à revelia do Estado, nas conquistas políticas, deixando-se escravizar pelos líderes bolchevistas.[877]

Como antípoda dos perigos estrangeiros, Salgado lançava o integralismo como solução própria aos problemas nacionais. A AIB seria a detentora de ideias fomentadas no Brasil e para o Brasil, portanto, baseava-se na rejeição importação de "ideologias exóticas e sugestões de outros climas"[878]. A partir disto, Salgado tinha a preocupação de formular corrente de pensamentos voltada às especificidades brasileiras, no intuito de proclamar a real independência do país, em termos intelectuais. Assim, ele colocava o integralismo como único capacitado a assumir tais responsabilidades.

Após este embate e consolidação da vitória integralista sobre o materialismo, a "mocidade integralista" inauguraria a chamada "nova geração", através do Estado Integral. Neste novo momento, o integralismo passaria ao controle de várias atividades sincronicamente. Entre estas: "de coordenação dos sentimentos de 'massa'; (...); de disciplinação dos movimentos sociais; de libertação das fôrças tradicionais agora subjugadas a um cosmopolitismo opressivo."[879] Portanto, o integralismo, nas palavras de Plínio Salgado, assumiria postura ativa e intervencionista com relação à organização de participação da população na esfera política, através da disciplina e da "coordenação dos sentimentos das massas". De outro modo, não se despiria do tradicionalismo, mas, ao contrario, zelaria por sua proteção.

---

[877] SALGADO, Plínio. "A Quarta Humanidade". In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957. p. 116.
[878] _____. "Despertemos a Nação". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 38.
[879] SALGADO, Plinio"Despertemos a Nação". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 94.

Para Salgado, estas forças tradicionais, compostas por políticos e intelectuais, seriam fundamentais para o integralismo e a manutenção da ordem e da autoridade. No prefácio da primeira edição de *Psicologia da Revolução* o chefe da AIB torna explícita esta função a ser desempenhada, ao expor: "Êste livro não é um livro para o povo, mas para os que pretendem influir no destino do povo./ Aos políticos e intelectuais é que me dirijo nestas páginas."[880] Portanto, havia a crença da difusão doutrinária, antes mesmo de adquirir o domínio hegemônico do Estado, através de livros, artigos, e publicações.

Seria justamente a partir das publicações que o oponente do integralismo estaria credenciado à disputa pelo poder. Assim, o comunismo era o único qualificado ao embate com o integralismo, segundo Plínio Salgado. Este critério se faria válido diante do potencial transformador sustentado pelas duas doutrinas e transmitido através das leituras. A partir destas características semelhantes, integralismo e comunismo estariam submetidos aos mesmos cerceamentos, em 1934: "Nós e êles publicamos livros, pretendemos transformar. Nós e êles estamos lutando num apostolado franco. As ameaças que êles sofrem são as mesmas que nós sofremos."[881]

Tal missão doutrinária da palavra escrita era defendida por Salgado antes mesmo de se iniciar a campanha pela formação da AIB em 1932. Um ano antes, em 22 de novembro de 1931, apresentava a função que a imprensa deveria estar imbuída: "Doutrinar sem cessar, fora do terreno das competições, à margem e acima dos partidos, dos grupos, das associações, dos conchavos, dos cambalachos."[882] Do contrário, caso a imprensa se afiliasse a um partido (e é válido ressaltar a completa indiferença quanto a este aspecto, após a fundação da AIB), ou se

---

[880] _____. "Psicologia da Revolução". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 9.

[881] Idem, p. 215. É interessante perceber as modificações que a representação do comunismo e do comunista sofre ao longo da fala de Plínio Salgado. Em mesma obra, Salgado expunha: "Para os jornalistazinhos burguezotes, assexuados ou invertidos, que desejam o comunismo só para coonestar suas situações imorais, para êsses não há patas de cavalo." Alegava neste trecho a impunidade dos comunistas aos olhos da justiça, em detrimento da punição exemplar aos integralistas.

[882] SALGADO, Plinio"Despertemos a Nação". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 134.

alistasse tal como um soldado, seu efeitos seriam a desagregação social, prestando um mal serviço à nação:

> Essa imprensa poderá bem servir ao egoísmo de poderosos ou às intrigas dos exploradores de situações, mas não prestará serviço à Nacionalidade. Agirá como uma deseducadora das massas populares, uma mistificadora da opinião pública, um elemento de dissociação social.[883]

A preocupação de Salgado com o controle da informação vista antes mesmo da formação da AIB, foi mantida e acentuada enquanto ocupou a chefia nacional do integralismo. Diante da dimensão continental do país, e da intenção do movimento em se estender por todo o território, Salgado entendia ser a imprensa o meio mais eficiente para difundir a doutrina, sem grandes distorções entre a difusão da mensagem e sua recepção, entre as bases militantes do integralismo. Assim, Rosa Cavalari indica que o objetivo central da imprensa integralista era a doutrinação[884]. Deste modo, os jornais eram vinculados à Secretaria Nacional de Doutrina da AIB, assim como as indicações bibliográficas sugeridas em *Monitor Integralista* eram submetidas ao mesmo órgão.

A partir da doutrinação realizada por jornais, livros e panfletos, atingia-se potencial de arregimentação inalcançável em mesmos níveis com palestras e discursos. As leituras atingiam regiões inacessíveis para a presença física do chefe da AIB. Ao lançar mãos deste recurso de expansão da teoria da AIB, Salgado assistia suas áreas de influências crescerem ao longo do mapa nacional. Este sucesso progressivo alimentou ambições de atingir o poder por vias legais.

Deste modo, nas escolas de alfabetização para crianças e adultos oferecidas pelo integralismo, no limiar do ano eleitoral de 1935, ampliava-se o assédio sobre a formação de eleitores[885]. Sendo assim, a ideia defendida por Salgado, entre 1931-1932, na qual o

---

[883] Idem, p. 135.
[884] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990.p. 83.
[885] Idem, p. 64-65.

analfabeto era visto como "a massa bruta, facilmente dirigida pelas elites cultas."[886] foi confirmada ao longo da vigência legal da AIB, com ênfase nos anos eleitorais de 1935 e 1937. Deste modo, nas palavras de Cavalari, "Embora se afirmasse que *a obra cultural do integralismo era sem a cor política*, pode-se perceber, claramente, que, à medida que as crianças aprendiam a ler e escrever, aprendiam também a doutrina integralista: (...)."[887]

Concomitante às ambições eleitorais, crescia do mesmo modo, o ímpeto expansionista sustentado pelo chefe da AIB. A partir da difusão da ideia integralista Salgado defendia, em escrito de 1934, que seriam conquistados territórios para além das fronteiras nacionais. A partir desta premissa expansionista, Salgado formulava projetos para um bloco internacional denominado Estados Integralistas da América do Sul. Para a implantação desta "unidade cultural, moral, econômica", conforme classificava Salgado, seria necessária "(...) uma racionalização da democracia, uma disciplinação da liberdade a fim de que se possa criar na América, antes de tudo, (...), os governos fortes, os governos autoritários, mantenedores das liberdades públicas e disciplinadores das liberdades privadas (...)."[888]

O bloco dos Estados integralistas da América do Sul, portanto, nada mais seria que a ampliação dos tentáculos doutrinários da AIB, preservando o modo de ação do movimento, tal como implantado no Brasil. Constata-se a afirmação ao retomar à forma de atuação do militante ideal: "Ser moço é ser livre. É ser tão livre ao ponto de guerrear a licença e criar a disciplina."[889] Portanto, no projeto de ampliação das fronteiras da AIB, não se estava disposto a abdicar da ordem e da hierarquia estreitas, evidenciadas na formação original. Pelo contrário, o objetivo era fundar Estados autoritários, no intuito de manter as liberdades

---

[886] "O analfabetismo seria até um elemento positivo porque representaria a massa bruta facilmente dirigida pelas elites cultas. O nosso grande mal é o semi-analfabetismo, essa massa de homens incapazes de raciocinar, avessos à leitura, (...), opinadores superficiais em tôdas as oportunidades, vaidosos e ocos, de gravata e colcarinho, enxameando as cidades, parasitàriamente." SALGADO, Plínio. "Paginas de Ontem". In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 145.
[887] CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Op.cit*. p. 73 (grifo do original).
[888] SALGADO, Plínio. "Palavra Nova dos Tempos Novos". *Obras Completas.* vol. 7. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 284-285.
[889] Idem, p. 190.

públicas, porém, disciplinar as liberdades privadas, conforme exposto por Salgado. Deste modo, o chefe da AIB oferecia indícios do desejo de ampliar a intervenção nos meandros mais íntimos do cotidiano de seus integrantes e dos futuros militantes a serem arregimentados nesta campanha doutrinária ao longo da América do Sul, cujo projeto não foi concretizado.

6.2.2- Integralismo e antissemitismo nos projetos de Gustavo Barroso

A defesa do antijudaismo passou a se manifestar em Gustavo Barroso após sua inserção no integralismo. Enquanto participante da AIB, o ódio aos judeus consorciou-se a aspectos já existentes em suas concepções antes de sua entrada no integralismo, tais como a tradição e o cristianismo. Segundo Barroso: "Os estudos para a feitura do livro *Brasil Colônia de Banqueiros* desvendaram-me os últimos mistérios da organização secreta do judaísmo. Passei, então, a dar-lhe combate, baseado na doutrina e na palavra de Plínio Salgado."[890] A partir de então, Barroso desenvolveu arcabouço teórico próprio, particular às suas concepções, através das ferramentas doutrinárias já dispostas na AIB. O Chefe de Milícias do integralismo encontrou forma de inserir suas concepções aos pilares do integralismo de Deus, Pátria e Família.

Ao observar seus artigos e obras bibliográficas, percebe-se a intenção de Barroso em resgatar uma tradição, da qual acreditava existente no Brasil e na civilização cristã de modo geral, interrompida, segundo o autor integralista, pela ação do judaísmo internacional. Desta forma, criou narrativa mítico-histórica que se estendia até o presente, no intuito de explicar a obra de corrupção praticada no país. Parte desta narrativa consistiu na crença do domínio atual dos judeus aos meios de informação e doutrinação, o que contribuía, segundo ele, para acobertar seus atos nefastos: "Toda a história do Brasil é assim: uma aparência – o idealismo

[890] BARROSO, Gustavo. *Reflexões de um Bode*. P. 162. Apud. MAIO, Marcos Chor.. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso.* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991. p. 92.

construtor do português, do mameluco e do brasileiro, dos cristãos; uma realidade – o utilitarismo oculto do judeu, explorando as obras do idealismo alheio."[891]

Ao agir desta forma ao longo do globo, o judaísmo possuía espaço de manobra para desenvolver meios de corromper a família e a tradição. O iluminismo, o liberalismo e o comunismo seriam títeres manipulados pelas mãos da maçonaria e dos judeus. Os pilares da tradição, da moral e da família estariam comprometidos, pois: "De mãos dadas, o espírito judaico e o espírito filosófico, haviam corroído, em nome dum direito natural racionalista, o princípio da autoridade."[892] Pela iniciativa do iluminismo, o liberalismo encontrava a oportunidade de abalar as relações sociais, políticas e econômicas então dispostas.

Estas impressões são permanentes no conjunto teórico e doutrinário produzido por Barroso para a Ação Integralista. Curiosamente, estas obras possuem difícil acesso diante da escassez de exemplares para a consulta, comércio ou empréstimo, salvo melhor juízo, justificado pelo esquecimento do autor pelo mercado editorial nas últimas décadas. Tal indiferença às obras de Barroso não foi encontrada, porém, por editoras empenhadas na difusão de ideias de violência às minorias étnicas, ênfase ao antijudaismo, ou formulações de extrema-direita no Brasil. Este é o caso da Revisão Editora.

Criada no encerramento da Ditadura Militar e em período redemocratização do Brasil, entre finais da década de 1980 e início dos anos 1990, a Revisão Editora viu a oportunidade para lançar textos contendo incitações ao ódio étnico, noções de nacionalismo extremado e textos de revisionismo sobre o nazismo. Assim, no cenário político nacional, "(...) o pluralismo e a tolerância irrestrita serviram de justificativa para o livre comércio e as publicações das obras anti-semitas."[893] Sob o intuito de promover a intolerância aos judeus, ao longo de seu funcionamento, a Revisão Editora incorporou as obras de Barroso. O interesse

---

[891] _____. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 45.(primeira edição de 1936).

[892] _____.*O Integralismo de Norte a Sul.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 10-11.

[893] JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: revisão Editora e as suas estratégias da intolerância (1987-2003).* São Paulo: Editora Unesp, 2006. p. 26.

da editora nestes títulos centrava-se mais no ódio aos judeus que no prestígio intelectual do autor. Não era objetivo recuperar as obras do chefe de milícias da AIB, mas fornecer legitimidade ao discurso defendido por Castan, proprietário da Revisão Editora.

Embora não se tenha contato com os textos originais, para comparar as publicações, há a suspeita de alteração do conteúdo das obras editadas por Castan, no intuito de corroborar com suas opiniões. A hipótese ganha corpo diante da inconstância estilística no interior de um mesmo texto, o que fornece indícios de violação do conteúdo apresentado por Barroso. As obras publicadas pela Revisão Editora e utilizadas nesta tese são: *Brasil, Colônia de Banqueiros*[894]; e *A História Secreta do Brasil*[895], volumes 1 a 4, de um total de seis. Assim, as concepções de Barroso foram retiradas de seu lugar de produção e *apropriadas*, com um novo objetivo, imprevisto pelo autor.

No entanto, Barroso não pode ser isentado de responsabilidade sobre os usos de suas obras, considerado o antijudaismo arraigado à sua teoria para o integralismo. Em *A História Secreta do Brasil*, volume 1, Barroso, tal como Plínio Salgado, destacou pontos negativos presentes na índole do povo brasileiro. No entanto, ao contrário do chefe integralista, Barroso estabeleceu o contato com as teorias de degradação do sangue judaico, ao responsabilizar os processos de miscigenação entre judeus e cristãos pelas características negativas imputadas ao brasileiro:

> A esse sangue judaico, que inúmeras vezes se misturou com o sangue cristão, deve quiçá a maioria dos brasileiros os defeitos que lhes são apontados: falta de fixidez no caráter, inclinação a não levar nada a sério, capacidade de deformar todas as idéias, indisciplina inata e prazer do despistamento.[896]

---

[894] BARROSO, Gustavo. *Brasil, Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934).* 3ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora LTDA, 1989. (primeira edição de 1934)

[895] _____. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1, 2,3,4. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990, 1991, 1993,1993 (primeira edição de 1936, 1937 respectivamente – as edições foram fracionadas pela metade em relação à original).

[896]BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 49

Porém, tal defesa ocorria em menor frequência, se comparada à atenção "histórica" e da "tradição" dada por Barroso à ação judaica de destruir a civilização cristã. Barroso construiu narrativa mítica de passado medieval, onde a ordem, a tradição e a sociedade eram estáveis, e reguladas pela solidariedade entre os indivíduos. Neste imaginário histórico, a moral e os códigos jurídicos eram estreitamente ligados às passagens bíblicas. Assim, o cotidiano seria permeado pelos valores cristãos.

A intervenção dos judeus nesta sociedade foi decisiva para a desestruturação destes valores, através da narrstiva de Gustavo Barroso. Como causador destes males, o chefe de milícias defendeu que o povo judaico foi responsável pela inserção do materialismo na civilização cristã. Deste modo, o liberalismo e o marxismo não somente estariam ligados ao judaísmo, como seriam produtos do mesmo: "O verdadeiro creador do comunismo marxista é o velho materialismo judaico que vem desde muitos centenários solapando os alicerces da civilização cristã. Êle influenciou o advento do liberalismo que abriu as portas para o comunismo."[897]

A "conspiração judaica" se manifesta de forma distinta nos discursos do nazismo e de Gustavo Barroso. Se no nazismo o judaísmo representaria um risco à "raça ariana" pelo perigo da miscigenação, nas obras de Barroso a ameaça do judaísmo se fazia por desestabilizar os pilares da civilização cristã, através da corrupção econômica, do monopólio dos meios de informação e ensino, das formas secretas de se conquistar o poder. Observa-se a articulação da defesa de Barroso contra o judaísmo no intuito de explicar as mazelas do presente, remetendo-as a um passado longínquo, onde a desestruturação foi colocada em prática por elementos externos àquela sociedade equilibrada e estável. Assim, firmam-se as bases para se desenvolver a crença no Complô Judaico, reforçadas por Barroso através de sua tradução dos *Protocolos dos Sábios de Sião*.

---

[897] _____. *Integralismo de Norte a Sul.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 39.

Esta falsificação aborda a suposta conspiração universal promovida pelos judeus, no intuito de minar as bases políticas, econômicas e das relações sociais em que a sociedade cristã se estabelecia. Sabe-se que foi produzida no final do século XIX pela polícia secreta do czar russo. Os *Protocolos* adquiririam grande notoriedade até antes da I Guerra Mundial, mas suas edições tomaram proporções espantosas no período entre guerras.

Como ilustração histórica, o mito deve possuir elementos de auto-explicação e de identidade com as opiniões a serem conquistadas e que irão reforçá-lo. Deste modo, além da exigência de seu conteúdo ser simples e nítido, há a necessidade de ser antecedido por códigos já inscritos e conhecidos nas normas do imaginário.[898] A ancoragem do mito à realidade por Barroso, se deu a partir de sua percepção da rápida ascensão econômica de alguns representantes judaicos, através de magazines, casas de câmbio e posse de veículos de informação e imprensa, além de firmar atenção nos donos de prostíbulos. No entanto, ignorava solenemente os demais membros da comunidade judaica empobrecidos.

Aos seus olhos e em sua escrita os judeus, de modo geral, eram detentores do poder econômico e os principais corruptores da família cristã. Barroso considerava que os próximos passos seriam a conquista do poder político. Porém, para o sucesso do plano de dominação total tais movimentos ocorreriam imperceptivelmente.

Em esforço de tecer tipologias aos antissemistimos, Horkheimer e Adorno[899] elaboraram oito categorias, das quais Barroso insere-se em duas: o *antissemitismo filosófico-religioso* e o *antissemitismo provinciano ou sectário.*

No entanto, diante da regularidade da teoria conspiratória em sua doutrina, acredita-se haver a predominância do segundo sobre o primeiro ao abordar os textos de Barroso. Enquanto o *antissemitismo filosófico-religioso* consiste na crença de que os judeus fazem

---

[898] GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 51.

[899] HORKHEMER, Max & ADORNO, Theodor W.. "Projeto de pesquisa sobre antissemitismo: a idéia do projeto. Tradução de Deborah Christina Antunes. In. *Temáticas: Revista dos Pós-Graduandos em Ciências Sociais.* 30 (39). Jan.-jul. 2012. P. 107-143.

parte de religião hostil e recusam a agregarem-se à comunidade cristã; o *antissemitismo sectário* reforça o mito do desejo judeu em dominar o mundo. Em resposta a este temor, há a inserção em movimentos igualmente conspiratórios, no anseio de frear as investidas inimigas. Para o aderente desta concepção, considera-se: "(...) a maçonaria e outras ordens fraternais como o maior perigo dos perigos do mundo, mas ele mesmo encontra congregações corteses sempre que possível."[900]

Sobre as características do mito conspiratório, Raoul Girardet expõe que: "Todos aqueles que, de uma forma ou de outra pretendem relatar suas atividades ou denunciar seus malefícios insistem nas dificuldades que encontram, muitas vezes também nos perigos que correram para desvendar o mistério."[901] Coerente a estes aspectos do mito do Complô, Barroso revelaria o "segredo da traição judaica" a partir dos *Protocolos dos Sábios de Sião*. O integralismo seria o responsável por desvendar a conspiração, mesmo expondo-se ao risco, para libertar o país do jugo judaico:

> Quem ousa desvendar suas tramas e revelar a verdade a seu respeito corre todos os riscos, entre os quais o menor talvez seja perder a vida (...). Entretanto nessa era de *fim do capitalismo*, a obrigação precípua de todo e qualquer movimento nacionalista é combater o ídolo áureo e seus sacerdotes judaicos.[902]

A corrupção da moral, da política e dos valores cristãos, através de subterfúgios variados seria a maneira lançada pelos judeus para ruir a civilização da qual o integralismo proclamava-se protetor. Os mecanismos apontados pelos *Protocolos* consistiam no monopólio financeiro, na deterioração das pequenas empresas e na degradação da fé religiosa para minar as velhas solidariedades calcadas na tradição. Estas formas de corrupção do poder eram enunciadas nos *Protocolos dos Sabios de Sião* da seguinte forma: "A Unção Divina caiu da

---

[900] Idem, p. 127-128.
[901] GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 34.
[902] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 25 (grifo do original).

cabeça dos reis, pois lhe arrancamos a crença em Deus; a autoridade passou para a rua, isto é, para um logradouro público, e nós nos apoderamos dela."[903]

Fiel aos *Protocolos*, Barroso acreditava no antagonismo entre a civilização cristã e o judaísmo, e no esforço deste em destruir aquela: "Por seu lado, o Judaísmo Nemrodico minará o estado Social Cristão, a Unidade Cristã, a Universidade Cristã, a Síntese Christã ainda não definitivamente estatuída, no sentido de impedir-lhe a cristalização e destruí-la mais tarde."[904]

Para Gustavo Barroso o integralismo foi um movimento político e social fundamentado nas bases do cristianismo[905]. Portanto, colocava a AIB como bastião da fé cristã, e declarava-se desta forma, inimigo do judaísmo. Assim, o catolicismo extremado mobilizava o ódio de mesma proporção aos judeus, e em segundo plano ao liberalismo e ao comunismo, obras da ação judaica, segundo Barroso. Para o integralista, "Ninguém combate o judeu porque ele seja de raça semita nem porque ele seja da religião de Moisés. Mas sim porque êle age *politicamente* dentro das nações no sentido dum plano preconcebido e levado por deante através dos tempos."[906] Nesta esteira, a exaltação do nacionalismo, calcado na tradição, e o cristianismo coligado à moral e à solidariedade seriam colocados em campos opostos ao judaísmo, visto como desestruturador das relações sociais, corruptor da moral, da economia e das formas de poder. A doutrina integralista barrosiana se colocou como antípoda das forças materialistas, escorada nas palavras da bíblia e em passagens históricas associadas aos embates dos católicos contra os infiéis.

Segundo Barroso, a influência corrosiva dos judeus se fez presente no Brasil antes mesmo de se tornar nação independente. Imediata ao período de descobrimento, a ação judaica já se realizava para determinar o futuro do país. Através da maçonaria, confabulou levantes coloniais até desestabilizar o domínio português e ser decretada a independência.

---

[903] PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. Tradução de Gustavo Barroso, Mimeo., 1936. p. 15.
[904] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 78-79.
[905] _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 7.
[906] _____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 119 (grifo do orignal).

Afinal, para Barroso, todas as guerras coloniais, exceto a expulsão dos franceses e destruição de Palmares, não passaram de obras judaicas.[907] O primórdio destas ações, começa prematuramente no Brasil:

> No dia 24 de janeiro de 1504, D. Manuel fez doação da ilha de S. João de Fernando de Noronha, (...). Desta sorte, antes de dividindo o Brasil em capitanias hereditárias (...), a coroa portuguesa alienava uma parte do Brasil, dando de mão beijada a um judeu traficante de pau-de-tinta, que era a anilina daquele tempo.[908]

Barroso apontava o sucesso da empreitada judaica no país, pela capacidade de travestir ou infiltrar-se em diversos grupos e movimentos. Deste modo, sua detecção era acusada somente quando os objetivos estavam próximos de serem concretizados. Um destes grupos a serviço das forças judaicas seria a maçonaria, responsável por atrair simpatia popular aos judeus, através de ações filantrópicas e ideias liberais, mas, como efeito colateral, destruiria a hierarquia social. Para Barroso, a função verdadeira da maçonaria demonstrava-se: "Seu verdadeiro papel é estudar, investigar e dar curso às ordens recebidas, realizar as propagandas, às vezes sutil, das idéias, enfim; procurar e preparar a força de que carecem os judeus na grande massa do povo."[909]

No entanto, sua ação não esteve restrita a arregimentar a simpatia popular para os judeus. A maçonaria teria a função de fornecer subsídios para a democracia no país. A partir da inserção do liberalismo e da democracia, as condições tornavam-se adequadas para a entrada do comunismo. "A ação maçônica, todavia, preparava uma democracia coroada para o Brasil. (...). O Estado Forte é o pavor das forças ocultas que tiram partido da confusão das assembléias e buscam prestígio na anemia dos Estados democráticos."[910] Novamente, Barroso recorre aos *Protocolos dos Sábios de Sião*, por ele traduzidos, para fornecer suporte às formas

---

[907] BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 127.
[908] _____. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 35.
[909] Idem, p. 145-146.
[910] BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 2. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. p. 38.

de ação dos judeus. Nesta falsificação há: "Do liberalismo nasceram os governos constitucionais, que substituíram, para os cristãos, a autocracia salutar, e a constituição como bem sabeis, não é mais que uma escola de discórdias, de desinteligências, de discussões, (...)".[911]

Por acreditar que o liberalismo promoveria a ruptura dos laços entre homem com Deus, assim como a deterioração da autoridade e da hierarquia, Barroso apresentava concepção negativa ao Renascimento, à Revolução Francesa e ao Iluminismo. Foi entre o Renascimento e o Iluminismo que o absolutismo se consolidou. A partir da adoção *deste* regime, "(...) os reis romperam aquêle pacto multi-secular com seus povos, os liames da obediência aos preceitos morais do Cristianismo e o dever de humildade perante Deus."[912] Consonantes às opiniões vistas no Integralismo Lusitano, Barroso citava *Ao ritmo da Ampulheta*, de António Sardinha para condenar Renascimento e Iluminismo[913].

Sardinha não interpretava o Renascimento como período áureo para Portugal, pois "(...) tanto intelectual quanto socialmente, representa a origem fundamental de quantos desvios houvemos de sofrer nas direcções do nosso génio coletivo."[914] A Revolução Francesa viria a agravar tal desestruturação dos agrupamentos corporativos, iniciada no Renascimento: "O regímen das Comunas e das Corporações assegurava a justa distribuição da propriedade e do trabalho. Ninguém ignora que o proletariado moderno é filho do individualismo económico, inaugurado pela Revolução Francesa."[915]

Não por acaso, as observações de Barroso caminharam em direção semelhante à vista no Integralismo Lusitano. Ao examinar a participação das ideias iluministas e liberais no processo de independência do Brasil, concluiu pela oportunidade perdida com a proclamação da independência do Brasil. Com a ruptura dos laços abandonou-se o projeto de *mare*

---

[911] PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. Tradução de Gustavo Barroso, Mimeo., 1936. p. 25.
[912] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 97.
[913] Idem, p. 120.
[914] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* Lisboa: qp, 1978. p. 56.
[915] Idem, p. 46.

nostrum, onde o oceano Atlântico seria o lago interior do mundo ibérico, formado por metrópoles e colônias, em fraternidade. Vistos como produto do judaísmo, o liberalismo e a democracia seriam os principais responsáveis pela ruptura entre as duas unidades nos extremos do Atlântico:

> Judaismo e maçonaria haviam impedido o desenvolvimento dum grande Império Unido que poderia abarcar as duas ribas do Atlântico, tornando-o o *mare nostrum*. Ficára um Reino para um lado e um Império para outro, destinados dentro de um século ou cousa que valha, a Republicas positivóides e maçonizadas em marcha para o comunismo através da social-democracia.[916]

Portanto, observa-se nestes trechos, a narrativa de investidas do judaísmo, da maçonaria e, posteriormente, do liberalismo contra a integridade nacional. Por iniciativa do liberalismo, "(...) ultimou-se a separação do Estado e da sociedade, desmoralizando a ambos."[917]. Mesmo diante deste cenário, Barroso identificou elementos de manutenção da unidade territorial ao longo da trajetória colonial até a República, são eles: a língua em comum, mantida através da tradição, e a religião. Estes dois aspectos principais para a preservação da integridade do país foram utilizados também para repelir o comunismo, e repudiar as crenças "pagãs" e, cultos de ascendência africana. O comunismo seria alheio à tradição, proveniente de realidade externa à brasileira. De mesmo modo, a unidade teria de se fazer em âmbito cultural, de forma maciça, não sendo tolerados cultos que fugissem ao conjunto cristão, embora defendesse em 1937, que "O Integralismo quer inteira liberdade de confissão religiosa."[918] Assim, a explicação para a manutenção territorial seria a seguinte:

> Não se fragmentou o Brasil ao longo do tempo, graças ao tesouro da lingua comum transmitida tradicionalmente pelo criador de pais e filhos (...); graças, enfim, a uma religião única e benéfica, arraigada profundamente no espírito popular e fazendo parte e nosso espírito popular e fazendo parte de nosso patrimônio sagrado de brasilidade.[919]

---

[916]BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 39-40.
[917] _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 96.
[918] Idem, p. 115.
[919] _____. *Integralismo de Norte a Sul.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p.64.

Ao buscar recuperar estes vínculos entre nação, tradição e religiosidade, Gustavo Barroso declarava nova guerra de conversão "ao povo bárbaro". Acreditava na liberdade religiosa, no entanto, dentro dos limites das doutrinas cristãs. Isto fica patente ao averiguar suas opiniões em relação às religiões afro-brasileiras. Frente a essas afirmações, Barroso visava a imposição do "verdadeiro espírito cristão", no intuito de retirar os praticantes destes cultos, da vulnerabilidade provocada pelo judaísmo. Evidencia-se no pensamento do Chefe de Milícias, portanto, a tensão existente entre cristianismo e judaísmo, pela luta por devotos e, por consequência, pela "purificação" do Brasil, no esforço de afastá-lo da interferência dos grupos conspiratórios. Assim, havia o compromisso de neutralizar:

> Todo esse africanismo que anda por aí, apregoado como fonte imprescindível de nossa cultura (?), é simples sugestão judaica para levar os tolos ao convívio dos animismos fetichistas, afastando-os desta ou daquela forma do verdadeiro espírito cristão da nossa civilização.[920]

O judaísmo, segundo Barroso, se manifestaria em todos os níveis "intelectuais" da sociedade brasileira. Através da hierarquização valorativa de crenças, o chefe de milícias apontava a ação judaica: "(...) desde a mais ignorante macumbeira até o mais alto paladista da maçonaria suprema, (...)"[921]. A partir desta influência, os dois extremos desta pirâmide estariam expostos às torpezas, infâmia e crimes, diante da essência demagógica dos leitores do Talmud.

No intuito de apontar bases aos seus argumentos, Barroso adotou a estratégia comparativa. Deste modo, apegava-se à prática de sacrifícios nas cerimônias religiosas. Nestes, Barroso defendia que os animais representariam uma pessoa alvo dos "encantamentos" a serem praticados. "Podemos, com conhecimento de causa, acrescentar que

[920] BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 4. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1993. p. 74.
[921] Idem, p. 67.

o galo preto é o ABRAXAS dos cabalistas talmudistas, o KAPPORATH dos ritos judaicos, (...).”[922]

Frente a estes aspectos, Barroso dizia não repudiar aos participantes das religiões afrobrasileiras, mas aos seus cultos e crenças. Diante das influências mantidas pelos judeus a estas religiões, haveria a necessidade de retirá-los deste “estágio de degradação”. Os mecanismos para isto ocorrer seriam “(...) educação, instrução, pelo apoio moral, pelo espírito, pela justiça social”[923], ferramentas essas encontradas, a partir da sugestão de Barroso, evidentemente no movimento integralista e na religiosidade católica. Deste modo, tais práticas anteriores nada mais faziam que “(...) abastardá-los e envilecê-los, chafurdando-os cada vez mais nas inferiorizações dos sambas e macumbas.”[924]

Os cultos afro-brasileiros, para o integralismo, não eram reconhecidos enquanto religiões, diante da liberdade confessional restringir-se ao cristianismo. Concomitante a este aspecto, o papel do negro na formação étnica e cultural do Brasil foi reduzido, na interpretação barrosiana. Para o autor, a predominância era européia, embora não se ignorasse a participação ameríndia e africana. Deste modo, buscava-se inserção do Brasil na narrativa eurocêntrica de história universal, ao “embranquecer” e cristianizar as bases étnicas e culturais da nacionalidade. Através do reforço das origens centrais fincada nos portugueses, se buscava, implicitamente, encontrar o catolicismo como um dos elementos formadores da pátria.

> Seria estultice negar a contribuição americana e africana na vida brasileira. Mas seria também um exagero de máu gosto querer fundamentar nossa Cultura só e só nessas raças iniciais, acrescentando-lhes o lusitano, que foi factor sem dúvida, principal na obra secular em que se plasmou a nacionalidade.[925]

---

[922] Idem, p. 71.
[923] Idem, p. 74.
[924] Idem, ibidem.
[925] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 57-58.

Diante destes suportes, calcados no elemento lusitano e no catolicismo como bases da nacionalidade, Barroso afirmou a exterioridade do comunismo em terras brasileiras. Visto como criação de planícies siberianas, o comunismo seria mais uma ameaça trazida pela influência judaica, como desdobramento do materialismo e do liberalismo. Após a independência, segundo Barroso, "A anarquia maçônica dominava as capitais litorâneas alastrava pelos sertões, fomentando rebeldias reacionárias, comunistas ou de caráter místico."[926] Assim, o risco do comunismo e da anarquia estavam presentes no início da vida independente do Brasil.

A ameaça comunista é antecedida pelo liberalismo. Diante do laicismo proposto pela doutrina política e econômica liberal, Barroso a classificou como anticatólica, avessa às bases morais da Igreja. Como forma de combate, era obrigatório ao laicato interferir diretamente na política. Deste modo, seria dever dos cristãos e, portanto da AIB, afastar o liberalismo do Brasil: "O liberalismo doutrinário absoluto é essencialmente leigo, o que quer dizer que exclúe, mêsmo de qualquer de suas cogitações, o fenómeno religioso, a Igreja. Esta não póde, doutrinariamente compactuar com quem lhe não reconhece a existencia."[927] Como agravante, o liberalismo não apenas seria anticatólico como contribuiria para a desagregação do tecido nacional, juntamente ao comunismo e ao anarquismo, e para o envenenamento político do indivíduo, matando ambos vagarosa e imperceptivelmente:

> As forças secretas não dão água tofana somente aos indivíduos, dão-na também às nações sob a forma açucarada de xaropes liberais. Quando elas não morrem disso, na epilepsia do comunismo e da anarquia, adoecem para sempre na politicalha do falso liberalismo.[928]

Nestes termos, liberalismo, anarquismo e comunismo possuíam o objetivo de desestruturar a unidade nacional e sabotar as bases espirituais do indivíduo. No entanto, por trás destas ameaças explícitas, haveria a mão semita, manipulando seus condões no intuito de

---

[926] _____. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 4. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1993. p. 53.
[927] _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 11.
[928] BARROSO, Gustavo. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 3. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1993. p. 85.

tornar reais seus fins de aniquilar pátrias. Barroso afirmava que "Tendo-se facilitado tudo ao capital, esse passou a atentar contra os princípios fundamentais da civilização cristã, como sejam **o princípio da família e da nação**"[929] Ao coordenar o comunismo e o liberalismo, segundo ele, o judaísmo demonstrava sua intenção de demolir a civilização cristã.

Através do comunismo se fragmentaria a família, com a abolição da propriedade. "O comunismo que agitadores estrangeiros sobretudo judeus, aliados a brasileiros vendidos ou inconscientes, inimigos da Pátria, nos prometem, quer a destruição das pátrias, das propriedades, e das famílias, (...)"[930]. Com o liberalismo fomentador dos anseios regionais e da concorrência político-partidária, a unidade nacional seria colocada em perigo, pois:

> (...) procurou dividir a Nação com regionalismos e separatismos estreitos, implantando o ódio entre irmãos, atirados em trincheiras de guerra civil; com partidos políticos transitórios que sobrepõem as ambições pessoais aos mais altos interesses da Pátria e pescam votos, favorecendo os eleitores com um imediatismo inconsciente, em que tudo concedem ou vendem, contanto que atinjam posições.[931]

Embora passassem a atuar juntos, o liberalismo apresentou o comunismo ao Brasil. Deste modo, Barroso tal como Salgado, acreditava ser liberalismo e comunismo duas cabeças ligadas por um mesmo corpo[932], ou dois rostos que pensam por um mesmo cérebro[933]. Estavam em consonância, também, ao atribuir o comunismo como desdobramento do liberalismo. Nestes termos, Barroso defendia a necessidade de fazer frente, primeiramente, ao liberalismo: "Só se pode, portanto, combater de verdade o comunismo aniquilando o liberalismo. Êle é biombo constitucional que permite a ação destruidora contra as poucas paredes sociais que ainda subsistem."[934] Para Barroso, o liberalismo abriu as portas da nação para o comunismo a partir do sufrágio universal e pelo direito a greve, pois assim se rompeu

---

[929] _____. *Brasil, Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934).* 3ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora LTDA, 1989. p. 25 (negrito da Revisão Editora).
[930] _____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 14-15.
[931] Idem, p. 14.
[932] SALGADO, Plínio. "Capitalismo e Comunismo". In. *Doutrina do Sigma.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. p. 221.
[933] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 119.
[934] _____. *Integralismo de Norte a Sul.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p.18.

em definitivo com os valores hierárquicos dispostos em uma sociedade corporativa. "Pelo sufrágio universal e pelo direito de greve, o vírus comunista penetrou na sociedade liberal-democrática burguesa que nada produziu realmente de grande ou forte."[935]

O comunismo, nesta perspectiva, daria continuidade ao projeto ensejado pelo judaísmo através da ação liberal na política e na economia. Se o liberalismo começou a fragmentação das estruturas sociais de autoridade, o comunismo terminaria o processo, através da destruição da família e da propriedade com a permissão do "amor livre" e da ditadura do proletariado que se "apoderará de todas as riquezas e utilidades".[936] Terminada a operação de desestruturação da civilização cristã, o judaísmo assumiria coordenação da escravidão da população mundial:

> O Comunismo destrói as Pátrias, tornando todos os países subordinados aos interesses duma minoria de especialistas financeiros. Será o domínio dos judeus como na Rússia, garantidos no poder pelos Exércitos Vermelhos, enquanto os trabalhadores do mundo inteiro não passarão de escravos.[937]

Diante da passividade dos proletários em aderir aos projetos comunistas e de conspiração judaica, e considerado os rumos bem-sucedidos que estes planos se encaminhavam, sob interpretação de Barroso os trabalhadores eram vistos como intelectualmente inferiores. Esta carência cognitiva seria promovida pelo regime de exploração colocado em prática pela livre-concorrência liberal, transformando o operário em presa vulnerável às concepções comunistas: "A pouca cultura dos homens que trabalham exaustivamente, sem tempo de se instruirem, não lhes permite pressentir o veneno sutil que se instila no seu cerebro e pouco a pouco os empeçonha."[938]

O mesmo processo ocorreria com os estudantes, em função da deterioração do ensino básico e superior. Assim, o comunismo se justificaria pela deficiência de "instrução" destes

---

[935] Idem, p. 19.
[936] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 70.
[937] _____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 85-86.
[938] Idem, p. 71.

indivíduos: "Eis por que, pensei, esses pobres entes de saia ou de calças, sem esteio moral, sem instrução sólida, sem compreensão dos problemas do mundo e dos problemas de seu país, são facilmente recrutados para as fileiras communistas..."[939] Diante desta consideração, o objetivo do integralismo em relação aos afetados pela "peçonha das doutrinas embusteira", seria livrar-lhes dos efeitos deste "veneno". A maneira mais adequada seria através a instrução a partir das obras e teoria integralistas. Para retirar os estudantes e trabalhadores das fileiras comunistas, o integralismo se colocava enquanto alternativa verdadeira:

> O maior esforço do Integralismo é vencer no meio dos trabalhadores espoliados e envenenados, a peçonha das doutrinas embusteiras e fazer-lhes compreender que sua doutrina, apontada como reação burguesa, é mais anti-burguêsa do que o Comunismo gerado pela propria burguesia materialista[940].

Para Barroso o integralismo seria a única solução para retirar o Brasil das investidas do liberalismo e do comunismo, manipulados pelas mãos do judaísmo. "Êle é fé, abnegação, compreensão, sinceridade e sobretudo mocidade, mocidade de corpo ou mocidade de espírito."[941] Deste modo, tal como Salgado, convocava-se a juventude para fazer parte da AIB, e assim como o chefe da AIB, a "mocidade" não se respaldava apenas na idade dos militantes. Para Barroso, a juventude não seria a luta entre passado e modernidade, mas uma ponte ligando os extremos. Tradição e juventude não seriam opostas, portanto. "Somos os que preferem amar as tradições de sua gente, defender os explorados, cultivar a virtude, arrostar o perigo, desafiar os adversários e vencer os obstáculos no tempo egoista e vil em que a maioria somente gosta de dinheiro."[942] Assim, visavam fundar um novo tempo ao retomar as tradições e as solidariedades anteriores.

Ao tecer críticas ao liberalismo, ênfase à República, rompia com o passadismo e conectava o movimento à mocidade: "Somos portanto, o espírito imortal do Brasil que

---

[939] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 27.
[940] _____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 72.
[941] _____. *Integralismo de Norte a Sul.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 68-69.
[942] Idem, p. 76.

desperta do infame pesadelo de quarenta e muitos anos de politiqueira imoral, para se encarnar na alma da mocidade e construir uma grande nação, (...).”[943] Em contraste à tradição qual defendia, Barroso criticava o liberalismo por seus postulados antiquados e envelhecidos, e atacava o comunismo marxista por ser doutrina que já contava com quase um século. Como no caso europeu, onde os fascismos seriam a alternativa, o integralismo seria a escolha acertada para “a mocidade contemporânea” no Brasil. “A mocidade contemporanea do avião não se póde mais enquadrar nos carcomidos partidos liberais, (...), ou formar nas fileiras comunistas, que veem da época das sobrecasacas e dos lenços de rapé.”[944]

Nestas premissas, o Estado desejado não viria através de revolução, em função da preocupação de se zelar pelo vínculo entre a tradição e a modernidade. Conforme o próprio chefe de milícias apresentou, a formação estatal integralista aproveitaria das estruturas sociais então existentes, mas reformularia os aspectos incompatíveis com a doutrina da AIB: “O Integralismo não quer fazer ir pelos ares a velha máquina da sociedade para pôr em seu lugar uma inteiramente nova. Êle quer desmontá-la, substituir as peças usadas e articular as ainda bôas em outro sistema de movimentos.”[945]

Torna-se explícito que não era objetivo do integralismo a alteração da ordem social já disposta. Tal finalidade comprova-se ao observar como se daria a transição do regime estabelecido para o Estado Integral, ou seja, “(...) tendente a transformar primeiro a alma das *elites*, e em seguida a das massas, formando uma nova consciência e nova vontade coletiva, dotadas de nova dinamica, com a fôrça duma doutrina e do firme propósito de realizá-la.”[946]

Porém, havia a intenção de reestruturar as relações de trabalho e as formas econômicas, assim como o poder institucional, em resposta à insatisfação ao liberalismo político e econômico. Sob o objetivo de pacificar as classes sem eliminá-las, mas organizá-las

[943] Idem, ibidem.
[944] Idem, p. 59.
[945] Idem, p. 53.
[946] Idem, ibidem.

em grupos hierarquizados; de fragilizar os anseios regionais e dissolver o federalismo que, segundo os dirigentes da AIB, contribuía para a formação dos caudilhos locais; o corporativismo seria o formato adotado para estruturar o Estado. A partir dos vínculos da tradição, havia a necessidade de por fim "(...): a luta de nações, luta de partidos, luta de classes e luta de sexos. O esgotamento dos povos lança-os para o quadro de suas velhas tradições, que formam sua própria alma."[947]

Na construção do Estado integral, a tradição seria indissociável da Nação, haja vista a participação da primeira na estruturação da segunda, desde os primórdios da construção da pátria. Segundo Barroso: "Composta de homens, as Nações ligam-se ao Passado pelas suas tradições de toda a especie. Enraizada nela é que a Pátria Brasileira deve florescer no Presente para frutificar no Futuro."[948] Esta construção através de sua narrativa histórico-mitológica foi permeada pela necessidade de resgate do cristianismo em contexto de ascensão das ideias materialistas. Ao estabelecer esta "nova revolução cristã", as bases para a *Revolução Interior* estariam firmadas para, posteriormente, se conceber a "revolução exterior".[949]

Ao encontrar o nacionalismo suporte na tradição, e o Estado integral se estabelecer sobre os pilares do nacionalismo e do corporativismo, Barroso desenhou sua organização institucional sob a forma hierárquica, fundada nos sindicatos. Organizados escalonadamente e em formato piramidal, seriam representados verticalmente por câmaras municipais, câmaras provinciais até se alcançar a Assembléia Nacional. Ficava configurada a centralização política nas mãos do chefe da nação, sendo este o condutor da Assembléia Nacional e "expoente máximo da vontade nacional, com autoridade inconteste e irrecorrivel".[950] Deste modo, a Nação seria "um organismo politico, economico e ético"[951].

---

[947] BARROSO, Gustavo. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 143.
[948] _____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 11-12.
[949] _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 148.
[950] _____. *Integralismo de Norte a Sul.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934. p. 58.
[951] Idem, ibidem.

As bases estatais do integralismo estariam fundadas na organização sindical, sob configuração corporativista. Assim, Barroso sublinhava que o assunto mereceria atenção especial aos estudos da AIB. Este modelo seria retirado de experiências anteriores, situadas mais fortemente na Idade Média, com a finalidade de resgate da tradição e, com ela, a solidariedade antiga, o pequeno comércio, e a crença cristã em seu sentido total. A consolidação do Estado Integral não consistiria em uma reconstituição do passado da Idade Média, no entanto: "Não é que se trate de ressuscitar o velho sistema medieval. Mas não se póde, dentro das idéas integralistas, edificar um sistema novo sem respeitar as verdades as verdades fundamentais que atravessam os séculos sem envelhecer."[952]

Além de fixar-se nos sindicatos, um pilar importante para o corporativismo integralista seria a família, pois é ela, segundo compreensão dos teóricos da AIB, que protege o indivíduo de se animalizar, e ensina-o as tradições e a moral, constituindo um primeiro Estado. "Dentro da familia, sentindo-se por ela ligado ao passado e ao futuro ao mêsmo tempo, o homem sorve as energias morais necessarias aos suportar as agruras e sacrifícios da vida."[953]

Neste esforço de fornecer sustentação ao Estado corporativo barrosiano, há em *O que o Integralismo deve saber* o artigo "A Posição do Integralismo"[954]. Neste, havia o detalhamento das organizações corporativas, através da comparação do cenário interno com as realidades políticas de países fascistas e liberais. Neste estudo, foram realizados apontamentos de convergências e distinções com movimentos de extrema-direita europeus e suas propostas estatais.

São conteúdos que não possuem maior valor em relação às partes citadas anteriormente, exceto pelo fato de o Chefe de Milícias ter retirado este texto de uma das obras de Miguel Reale, sem qualquer menção à autoria. O artigo "A Posição do Integralismo" foi

---

[952] BARROSO, Gustavo. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 101.
[953] Idem, p. 70-71.
[954] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 95.

publicado por Reale em abril de 1933 na 1ª serie de "Estados Integralistas"[955], ou seja, dois anos antes de ser lançado *O que o Integralismo deve saber*.

Sabe-se que a tríade doutrinaria da AIB, composta por Plinio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale lutava entre si pela hegemonia do arcabouço ideológico do movimento. Portanto, ao abordar um tema sobre o qual Reale era referência na AIB, o corporativismo, Barroso lançou-se sobre os estudos do Secretário de Doutrina, porém, sem qualquer referência, incorporando como seu, os pontos desenvolvidos por Reale.

Miguel Reale demonstrava-se regularmente simpático à organização de Estado republicana, algo que não se repetia com clareza nos textos de Barroso, apegado à tradição e ao passado. Assim, as cópias de Barroso mantiveram-se fieis, em grande medida, ao texto original. No entanto, esta similaridade foi rompida ao Reale afirmar: "O Integralismo Brasileiro não desconhece a ação benéfica do movimento de 89 e, nesse como em outros pontos, se afasta radicalmente do Integralismo lusitano."[956] Esta afirmação, em *O que o Integralista deve saber* foi substituída por "O Integralismo sustenta que é preciso dar uma garantia de ordem economica aos individuos para que estes possam realizar os seus direitos."[957] Esta modificação foi coerente às referências feitas por Barroso à António Sardinha em algumas de suas obras[958]; assim como se considerados seus elogios ao passado colonial, e as ambições frustradas de consolidação de um império que emolduraria o Oceano Atlântico, tal como concebido pelos integralistas lusitanos. A hipótese de cópia feita por Barroso, no intuito de concorrer à hegemonia doutrinária com Reale encontra confirmação em outros textos, se analisados em conjunto.

---

[955] REALE, Miguel. "A Posição do Integralismo". in. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983. p. 58.
[956] Idem, 64.
[957] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 105.
[958] Cf.:_____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 78, 120, 158; _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 39-40.

Ao contrário do ocorrido em *O que o Integralista deve saber*, há a referência a Reale em *Integralismo e Catolicismo*, porém, sob o objetivo de contestá-lo, justamente sobre as bases sindicais do corporativismo que se configuraria o Estado Integral. Neste caso, Barroso referiu-se a *Perspectivas Integralistas* de Reale, para opor-se: "No seu belo livro citado, ás páginas 42,111, e 121, Miguel Reale fala do 'sindicato de pessôa de direito publico e não privado. Quero crer num equivoco, porque me parece que o sindicato isolado jamais poderá ser pessoa de direito publico (...)."[959] Assim, pode-se perceber que Barroso respaldava-se nos argumentos de Reale a respeito do corporativismo sem citá-lo. Porém, quando havia a intenção de discordar de suas bases, o Chefe de Milícias apresentava minuciosamente as referências de quem estava a rebater.

Superada a polêmica sobre o Estado corporativo integralista, passa-se às formas como este Estado se tornaria possível e quais seriam os modelos contemporâneos a serem seguidos. Barroso, evidentemente, discordava das revoluções comunistas que se deflagravam pela Europa. Dizia: "Chamam-se hoje, na confusão reinante em tudo, revolucionários os homens que negam a primazia das leis morais e se entregam á cega correnteza dos impulsos naturais."[960] Ao transpor a revolução para o plano supra-terreno, acreditava que a verdadeira revolução ocorreria primeiramente nos aspectos morais, na repressão às vontades materiais. Assim, mirava como exemplo a vida dos santos católicos, banhadas em martírio, dor e ascetismo: "O Revolucionário verdadeiro é aquêle que reage contra os instintos. Os maiores revolucionários foram os ascetas e os santos."[961]

Quem seriam os "verdadeiros revolucionários" para Barroso? Os fascistas, respondia, por combater o materialismo encarnado no liberalismo e no comunismo. O fascismo era visto

---

[959] _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 97-98.
[960] _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 173.
[961] Idem, ibidem.

como "(...) primeira reconquista cristã dum povo ocidental."[962] Explicava a ascensão dos movimentos fascistas ao poder, através do conteúdo de "(...) dedicação e do sacrifício; querem uma educação cristã que garanta tanto quanto possível a invulnerabilidade da vida e da alma; (...); querem a primazia espiritual, a família, a tradição, a propriedade moralizada, a responsabilidade, (...)"[963] Nestes termos, Barroso entendia o integralismo brasileiro e o fascismo como componentes de um mesmo grupo.

Embora congêneres, sob sua interpretação integralismo e fascismo não seriam iguais, por se formarem coerentes às necessidade e aos suportes fornecidos em cada país. Para o Chefe de Milícias da AIB, "A estrutura do Estado Fascista resulta de tradições históricas e condições economicas diversas das nossas: (...)", sendo o Estado de Mussolini resultante do gênio nacional da Itália[964]. Deste modo, seria incumbência da AIB lapidar o gênio nacional brasileiro para que se fizesse "revolução" similar. De maneira semelhante seriam explicadas as distinções entre o nazismo e o integralismo, sem desprezar os pontos de contato doutrinários, respaldando-se nas especificidades dos cenários alemão e do Brasil. "O nacionalismo integralista não é xenofobia, mas o reconhecimento do justo predomínio dos interesses nacionais sobre outros quaisquer sem esquecer as legitimas influências do resto do mundo sobre nossos destinos."[965].

Diante da tipologia em que Barroso compreendia o grupo formado por fascistas e integralistas, composto pela tradição, pelo ascetismo e pelo vigor cristão, seriam inseridos outros grupos de extrema-direita. Ao elencar a *Croix de Feu* e a Ação Francesa, o Nacional-Sindicalismo de Rolão Preto em Portugal, os fascismo italiano e alemão, movimentos

---

[962] Idem, p. 161.
[963] Idem, p. 159-160.
[964] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 102.
[965] _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 115.

similares na Inglaterra, nos EUA, no México[966], Barroso esboçava sua simpatia e exaltação em relação a estes, além de buscar repetir no Brasil o percurso dos grupos listados em seus respectivos países.

6.2.3 - Estado orgânico no integralismo de Miguel Reale

As análises feitas não se realizaram em livros de primeira edição do autor, mas a partir de uma organização em três tomos, editada pela universidade de Brasília em 1983. A ordem dos textos não respeita a cronologia das edições originais, mas busca organização criada por Miguel Reale no momento da publicação de 1983. Esta última é vista pelo autor, como esforço de ordenação lógica de seus pensamentos. "Penso que a publicação ora feita, segundo 'a evolução temática' e não segundo a 'ordem cronológica' das edições poderá permitir uma visão abrangente do meu pensamento, (...)".[967]

Esta rearticulação dos textos obscurece sua trajetória intelectual, visto que alguns dos artigos, principalmente os publicados entre 1933 e 1934, contêm elogios entusiasmados aos movimentos fascistas italiano e alemão. No entanto, estes são colocados ao fim do Tomo II e encontrados ao longo do Tomo III, sendo antecedidos por obras de 1936 e 1937. Estas últimas abordavam outras temáticas, interligadas a partir da organização de 1983. Assim, o leitor é levado ao equívoco, pela falsa linearidade entre as obras, ao acreditar que a teoria de Reale foi confeccionada sob o diapasão da lógica, isento de anseios passionais.

Nesta nova configuração, Reale apresentou o percurso da humanidade, iniciado na Grécia Antiga e terminado nos regimes de forte concentração de poderes pelo Estado. Esta evolução de estágios foi cuidadosamente justificada através da reorganização dos próprios textos. Porém, no momento que o conteúdo textual não é suficiente enquanto explicação para

---

[966] _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 163-166.

[967] REALE, Miguel. "Introdução à Edição de 1983 – A Razão de ser desta publicação". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 7.

se alcançar os fascismos como fim dos Estados, Reale lança mãos de notas de esclarecimento redigidas em 1983. Esta intervenção funciona como suporte, quando a organização por si não oferece segurança ao que foi afirmado ou, há a possibilidade dos escritos dos anos 1930, colocá-lo em situação desconfortável na década de 1980. É importante lembrar que naquele momento Reale desfrutava de grande credibilidade intelectual como filósofo e jurista renomado.

Um dos exemplos destas interferências se faz ao ser confrontado com suas afirmações de 1934, nas quais elogiava abertamente os regimes fascistas europeus. Em nota de 1983 explicava: "Esses entusiasmos juvenis não devem porém, fazer esquecer que em 1934-1935, eu já repudiava 'o estado totalitário', à maneira de Rocco tal como se pode ver à 129 e segs., 138 e segs. ou nos ensaios do 3º tomo (nota de 1983)."[968] Nascido em 1910, possuía 24 anos na data da publicação da primeira edição de *O Estado Moderno*, portanto, não era tão jovem quanto afirmava. Ainda assim, Reale em 1983, atribuía seu posicionamento integralista ao "entusiasmo juvenil". Demonstra-se a preocupação do autor em proteger-se das idéias defendidas por ele mesmo, na década de 1930, quando foi Secretário de Doutrina da AIB.

A partir dos tomos organizados por Reale, o autor visa dar sustentação à sua concepção de desenvolvimento da humanidade, sobre três estágios: "após a *síntese primitiva* e após a *análise*, já está se processando uma *nova síntese.*"[969] A ideia aparece com baixa frequência nos demais textos, o que sugere uma tentativa frustrada de construir sua própria explicação evolutiva, assim como fizeram Salgado e Barroso. No entanto, conforme dito, em 1983 há a organização de suas obras no intuito de dotá-las de coerência, firmada nestes estágios. Além disto, Reale fundamenta a teoria de uma "concepção histórica integral".

---

[968] _____. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 113 (1ª edição de 1934).

[969] _____. "Formação da política burguesa". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 162.

Nesta, a "Ideia" assume autonomia, mas não age independente: "A inteligência não cria o fato, mas acrescenta a sua força ao fato bruto extra-espiritual. De resto, não há só Idéia no homem e não é só o homem que faz a história."[970] Embora não se desprezasse a ação humana, a história seria regida pelo espírito, pela Ideia. Nestes termos, a presença de Deus era confirmada em seu método. Assim, acreditava ter "Afastados então, portanto, os dois exageros: o da historia como processo fatal condicionador da atividade humana; e o da história como enumeração de atos absolutos do homem traçando como um deus o próprio destino."[971]

O primeiro tomo tem por objetivo as análises acerca das formas políticas desenvolvidas na Grécia antiga, passando em revista pela democracia ateniense, e abordando um suposto regime comunista espartano. Este percurso é traçado para compreender o cenário brasileiro da década de 1930, através de comparações com as oligarquias e grupos aristocráticos, do individualismo e dos efeitos da democracia nos dois casos. Embora suas análises debrucem-se sobre a Grécia Antiga, seu objetivo estava no Brasil contemporâneo ao autor.

Ao apresentar o panorama recortado por cidades-Estado incapazes de formar uma unidade nacional na antiguidade, os exames de Reale encontram correspondente nas oligarquias regionais brasileiras. Sobre as cidades gregas, afirma: "A pequenez dos Estados, além de possibilitar vigorosa vigilância sobre os reis, concentra e acelera os efeitos do enriquecimento econômico, facilita a competição dos núcleos familiares, e abre o período para os regimes oligárquicos (...)."[972] Ao estabelecer comparação com a formação do Brasil, observava os grandes proprietários de terras e senhores de engenho que, devido ao isolamento em que se encontravam, desempenhavam funções públicas em seus domínios e áreas de

---

[970] _____. "Atualidades de um mundo antigo". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 28 (1ª edição de 1936).
[971] Idem, p. 35.
[972] Idem, p. 42.

influência: “No Brasil não acontece coisa diferente, e a nossa história começa com os senhores de terra, com os senhores de engenho./São eles que exercem as funções públicas: são soberanos porque são proprietários, (...).”[973]

A partir das comparações realizadas, evidencia-se que o objetivo de Reale não se concentrava puramente no desenvolvimento político das cidades-estado da Grécia antiga. Sua intenção era observar, através da decadência daquela civilização, os riscos que a democracia, a oligarquia e o comunismo, segundo Reale dispostos de forma incipiente em Atenas e Esparta, poderiam levar o Brasil a sucumbir: “E agora, meditando sobre a história dos gregos, vêm-me à memória as lutas inglórias do Brasil, as guerras hegemônicas que a fatalidade entre às guerras de classe.”[974] Esta preocupação esteve presente ao longo de suas obras.

Ao tecer análises sobre a formação estatal, sua opinião era favorável ao Estado forte e centralizador, protetor do individuo e da família, pois estes, segundo Reale, só existem dentro do Estado. Assim, combate-se também o liberalismo político, que enxerga no indivíduo sua célula elementar. Na teoria de Reale, o Estado ganhou caráter de permanência, sua existência era essencial para a manutenção da família. Sem o Estado, ou com seu enfraquecimento, o individuo se perderia diante do desequilíbrio entre direitos e deveres. Para sanar este problema Reale desenhou seu Estado robusto, mas que não interviesse na família, mas organizasse-a, e zelasse por sua existência:

> O Estado não pode existir sem servir ao individuo e à família, porque não se compreende Estado que não realize a virtude, por outro lado, o individuo e a família só conseguem se desenvolver e bastar a si mesmo mediante o concurso do Estado e dentro do Estado.[975]

De outro modo, fora da sociedade e livre do Estado, o indivíduo se corromperia por não possuir mais função, como quando esteve inserido em uma coletividade. Segundo Reale, estava isento de virtudes, pois esta só se faz existente em relação ao outro. “Um homem fora

[973] Idem, p. 51.
[974] Idem, p. 83.
[975] Idem, p. 107.

da sociedade seria um monstro, estaria abaixo da espécie humana, ou então seria um super-homem. É a sociedade que liberta o homem e lhe possibilita a virtude."[976] Nesta concepção orgânica, o Estado corporativo é o modelo a ser seguido para se alcançar o Estado Integral. Se o corporativismo era a solução, o mal se concentraria na frouxidão institucional qual o liberalismo direcionava o Estado. Reale apontava esta debilidade imposta pela política liberal, como causa para "A crise moderna é, em grande parte, o resultado desse desequilibro entre os poderes exorbitante do indivíduo e a fraqueza do Estado."[977]

Portanto, o corporativismo seria a superação da instabilidade e a retomada da harmonia entre indivíduo e Estado. Reale passa a analisar a Idade Média, tomada pela mediação das comunas e da Igreja. Para Reale, é neste período que a liberdade e o limite apertam seus laços rompidos pela Revolução Francesa. As comunas "(...) marcam o apogeu da concepção medieval da sociedade, como resultante do duplo elemento da *liberdade* e do *limite*, liberdade constituída pela iniciativa particular, e limite decorrente do reconhecimento de uma autoridade superior e hierárquica."[978]

Deve ser percebido que o binômio liberdade/limite, para os integralistas, não era contraditório, mas complementar. Ao retomar às palavras de Salgado em *Palavra Nova de Novos Tempos*, ser integralista "É ser tão livre ao ponto de guerrear a licença e criar a disciplina."[979] Concomitante a esta concepção, Reale afirmava: "o segredo de saber bem comandar está em dignificar-se na pessoa comandada."[980] Assim, esta conduta de respeito à ordem e à hierarquia era retirada da Idade Média, segundo a narrativa mitológico-histórica integralista. Para tanto, a estrutura hierárquica vertical, com inicio na família, era fundamental para a estruturação do aparato institucional da AIB.

---

[976] Idem, p. 105
[977] Idem, p. 70.
[978] REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 156 (1ª edição de 1934).
[979] SALGADO, Plínio. *Palavra Nova de Novos Tempos.* In. *Obras Completas.* Vol. 7. São Paulo: Editoras das Américas, 1955. p. 190.
[980] REALE, Miguel. "Atualidades Brasileiras". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 85 (1ª edição de 1937).

Deste modo, Reale passou a centrar-se na investigação que inicia no período medieval até alcançar a Revolução Francesa, no intuito de compreender a formação da política burguesa. Ao iniciar suas análises sobre a Idade Média, constatou a predominância das comunas e das famílias como forma de proteger o indivíduo dos extratos sociais e econômicos superiores, mas ao mesmo tempo, estruturavam a hierarquia piramidal existente.

Tal como ocorreu em *Atualidades de um mundo antigo*, seus exames eram realizados no intuito de compreender a realidade política brasileira. Deste modo, Reale explicava o surgimento das corporações, a partir do enfraquecimento do poder real. Assim, seria necessário criar mecanismos de proteção e organização dos grupos. Este movimento fez surgir, segundo Reale, Estados dentro do Estado, que originaram o feudalismo.

Ao transpor suas análises para o Brasil, concebeu a política oligárquica, clientelista e restrita ao âmbito regional, como reprodução da organização feudal européia, diante da fragmentação do poder central. "O enfraquecimento do poder central tem sempre como conseqüência a constituição de novos núcleos soberanos internos, como prova a história do Brasil cujo Estado está hoje reduzido a um pacto feudal de governadores."[981] No entanto, ao contrário das comunas ou da força centralizadora da Igreja, nas palavras do autor, os partidos políticos, fixados sobre a tutela dos coronéis, apenas acentuavam a divisão nacional, haja vista a meta destas agremiações se restringir aos limites regionais.

Na Europa medieval, sob a iniciativa das comunas e da Igreja, houve o desenvolvimento das técnicas artísticas, de recursos tecnológicos e de novas formas de se pensar. Este processo de ampliação das técnicas artísticas e científicas inaugurou o Renascimento. Ao contrário de Barroso, Reale não entendia o período como ruptura aos códigos sociais estabelecidos pela Igreja Católica, mas complemento de seus pilares. "De mais a mais (...) o Humanismo e o Renascimento não pretendem negar o Cristianismo. Fazem

[981]REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 151.

de tudo, ao contrário, para completá-lo com uma filosofia, uma arte, uma literatura (...).”[982] O Renascimento para Reale, seria o apogeu de uma civilização, que posteriormente começou a declinar.

Este momento decrescente inicia-se a partir da supervalorização de dois componentes do Humanismo e do próprio Renascimento que, segundo Reale, foram responsáveis pelo individualismo e pelo comunismo. Para Reale, o Humanismo se propõe a afirmar: “(...) o valor da consciência, a íntima personalidade do homem; e/2º) O que estabelece uma relação de fraternidade e igualdade entre os homens, fazendo do amor ao próximo um elemento do amor divino.”[983] A partir da ampliação destes conceitos surgem, através da matriz naturalista, o individualismo e o comunismo respectivamente.

Tal como Salgado e Barroso, Reale oferecia a interpretação de origem comum do liberalismo e do comunismo, porém, Salgado acreditava no materialismo como genitor de ambos, Barroso investia na ação judaica, e Reale apegava-se à essência naturalista. Ao atingir estes pontos, Reale passou a analisar com maior intensidade as concepções comuns entre liberalismo e o socialismo que, segundo o autor, consistem em:

> (...) realizar o gozo da liberdade considerada como um fim supremo do homem (doutrina liberal), seja para alcançar a justiça econômica (doutrina socialista), enquanto que na concepção tomista ou agostiniana o fim é puramente espiritual: a perfeição do espírito.[984]

A partir destas premissas, se enxergou o encerramento do período de forte centralização política praticada pela Igreja e pelas comunas, em razão da maior valorização da personalidade humana, caminhando a passos largos para o individualismo promotor do liberalismo, assim como o hiper-dimensionamento do amor ao próximo, que resultaria no fortalecimento de posições coletivistas ou comunistas, que prestigiaram mais o plano material que a vida espiritual.

---

[982] Idem, p. 186.
[983] Idem, p. 191.
[984] Idem, p. 153.

Sob a concepção que a inteligência resolveria os problemas sociais, político e econômicos existentes, caberia ao Estado, tão somente proteger os direitos.[985] Para o secretário de Doutrina da AIB, no Século das Luzes é notório o esforço de conceber um Estado ideal, composto por homens perfeitos através do governo da razão. À medida que se ascendesse este cenário, o Estado se atrofiaria diante de não ser mais necessário em regular e mediar conflitos, pois estes desapareceriam pela preponderância da inteligência. Como fruto do Renascimento, a "civilização burguesa" vigorou sob o liberalismo e o socialismo:

> O *socialismo*, que nos primeiros anos do século, representara um coeficiente notável do ideal ético, corrompeu-se com o decalque servil da sociologia burguesa. A civilização burguesa bifurca-se em duas direções aparentemente antagônicas. Na realidade, eram dois gênios disputando a herança do século XVIII e as promessas da Revolução Francesa.[986]

Portanto, liberalismo e socialismo, com bases comuns no Renascimento, bifurcam-se a partir dos séculos posteriores, entrando em disputa pelo espólio da Revolução Francesa. Inicialmente, Reale identificou preocupações morais defendidas pelo socialismo. Porém, em sua interpretação, esta corrente doutrinária corrompeu-se com as concepções burguesas vigentes ao longo do século XIX.

Assim, avaliava a posição dos socialistas após a Revolução Francesa, como hipócrita, por inserirem-se em círculos burgueses para discutir assuntos de cunho igualitário. Deste modo, Reale avaliava os novos "marxistas burgueses" do século XX como tributários mais de Freud que de Marx.

> O vencido ou o medíocre, quando copiam, carregam nas cores dos defeitos e dos vícios. Eis porque os marxistas burgueses são tristemente ridículos, dolorosamente impressionistas. São comunistas mais de Freud do que de Marx, porque procuram no comunismo não uma expressão de angústia social, mas uma justificativa para os próprios desequilíbrios sexuais e morais.[987]

---

[985] REALE, Miguel. "O Estrado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 16.
[986] Idem, p. 21. (grifo do original)
[987] REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 208.

A abolição da família atendia às demandas morais em detrimento das necessidades sociais e econômicas. Os valores defendidos pelos intelectuais socialistas, segundo Reale, encontram reverberação no âmago burguês e em seus anseios de liberdade individual. Para o autor, o ateísmo, o internacionalismo, a abolição da família e o materialismo são comuns aos costumes burgueses e às esquerdas. Assim: "(...) tudo está tão entrelaçado ao ideal socialista, que nos deparamos com este paradoxo: 'É preciso ter espírito estritamente *burguês* para poder abraçar o comunismo'. Daí o grande número de literatos marxistas nas classes abastadas, (...)"[988]

Sempre segundo Miguel Reale, diante da emergência dos valores burgueses na sociedade, a prestigiarem questões materiais em detrimento dos aspectos espirituais, as organizações comunais ou corporações de ofício foram dissolvidas. Em seu lugar, houve a organização em torno de grupos econômicos polarizados em classes e não mais em famílias. Assim surgiam, para Reale, os partidos políticos. Por representarem apenas os eleitores que venciam nas urnas, a democracia, nesta ótica, funcionava como engodo por não ser o governo do povo pelo povo, mas restringir-se ao nível das lutas entre partidos.[989]

Nesta esteira, o liberalismo político havia suplantado o direito corporativo, adquirido pelo grupo e regido por contratos entre as partes. Dissolvido o corporativismo medieval, havia apenas o direito individual, inflexivelmente apresentado por cartas constitucionais. Reale acreditava que as constituições liberais enrijeciam o leque de benefícios que poderiam ser adquiridos pelos grupos. Além de abordar direitos de forma horizontal, estes eram atribuídos aos indivíduos, enquanto nas comunas cada agrupamento possuía seu estatuto, códigos e direitos específicos. Afirmava Reale "Reduzindo a sociedade a uma soma de indivíduos, pelo seu conceito naturalista da sociedade, a doutrina liberal sacrificou a própria liberdade, fazendo

---

[988] _____."O Estrado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 23.
[989] Idem, p. 80.

com que o indivíduo acabasse nas malhas dos direitos solenemente aclamados pelas constituições."[990]

Com as constituições e governos liberais, os grupos profissionais ou familiares seriam esvaziados de força política, por outro lado, se concebia o indivíduo como unidade, cidadão apto a votar. No entanto, para Reale, este direito cancelava série de outros adquiridos em âmbito comunal. O poder político individual se fazia de maneira sazonal e efêmera, segundo a interpretação do Secretário de Doutrina. Perante a urna, o cidadão era senhor do poder de decisão sobre quem o representaria, no entanto, passadas as eleições, retornava à condição de trabalhador assalariado. Para os dirigentes da AIB, tal poder invertia-se, considerada a influências das oligarquias regionais e a condição de modéstia econômica de grande parte do eleitorado. Este seria cooptado por pequenos favores, ou alguma quantia financeira.

> O homem armado de um mundo de direitos políticos; o homem que se julga soberano diante de uma urna eleitoral, sente-se desamparado um minuto depois na fábrica, quando vende seu trabalho, em casa quando olha para sua família, na sociedade quando compara as posições e os privilégios.[991]

Nesta interpretação, o liberalismo segregaria a participação política, por prestigiar os tradicionais detentores de poder. O constitucionalismo, nas palavras de Reale, incitava o abuso da autoridade para fins particulares. A situação política do país era ainda mais grave, em função da adaptação do liberalismo às formas de domínio pré-existentes. Ao poder local dos coronéis, os partidos se apresentaram como forma institucional e legitima da dominação anterior. Deste modo, "Uma sociedade que se habituou a viver com partidos, torna-se, com o tempo, incapaz de conceber governos segundo outros meios e processos mais em harmonia com as aspirações recentes que surgiram."[992]

Através dessas palavras, a sociedade passa a tratar com indiferença as contradições políticas e sociais trazidas pelas modificações históricas, em virtude da inflexibilidade

---

[990] Idem, p. 60.
[991] Idem, p. 69.
[992] REALE, Miguel. "Atualidades de um Mundo Antigo". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 57.

encontrada em suas instituições. Diante dos choques resultantes das alterações inerentes às transformações econômicas e sociais, há a tendência ao colapso político, em função da resistência às novas formas de governo. Neste ponto, Reale referia-se aos regimes fascistas europeus como a saída para se evitar este cenário, pois destituíam governos liberal-democráticos, e instauraram ditaduras em seu lugar.

O liberalismo, para o autor, não foi capaz de construir uma Nação após a independência, mesmo com a unidade linguística, territorial e de sentimentos já consolidadas. Tal incapacidade se fez existente, pois os liberais desconsideravam a tradição histórica do país. "Não conseguimos ser Nação, porque os nossos liberais utópicos praticavam totalmente a 'tabula rasa' da história, precisamente quando começamos a ter história."[993] A democracia liberal seria oposta ao desenvolvimento do nacionalismo, por incitar o individualismo, e despertar anseios personalistas. Preso ao constitucionalismo, moldado por letras estrangeiras, não estava de acordo com o passado do território brasileiro: "O demoliberalismo isolou homens na Europa. No Brasil cortou o processo de nossa formação histórica nacional. (...). Só poderia acabar como acabou, entregando-se ao culto de uma constituição tecida por homens 'estrangeiros à terra' (...)."[994]

Como forma de alterar este cenário de individualismo e fragilização do Estado, que contribuíam para fragmentar a Nação, Reale via o fascismo italiano e alemão com simpatia. Para o Secretário de Doutrina, Hitler não precisou de golpe de Estado, pois se utilizou do próprio liberalismo para extingui-lo: "O chanceler do Reich subiu ao poder com uma elegância única: serviu-se do voto soberano... e secreto, revelando ao mundo a ultima utilidade do *regimen* democrático formalista."[995] O fascismo seria, portanto, o regime ideal.

---

[993] _____. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 91.
[994] Idem, p. 92.
[995] Idem, p. 101.

Solaparia os direitos abstratos e individuais vigentes nas constituições liberais, e em seu lugar instituía o código corporativo.

A suspensão destes direitos se fazia legítima para Reale por desmobilizar os grupos de poder que corrompiam o Estado, através do tráfico de influências, e imposição do particularismo pela violência ou pelos favores. "Que adianta todos politicamente livres, quando esse poder político é um engodo, um instrumento disponível nas mãos dos chefetes de facções?"[996] Reale desconsiderava a hipótese de que as formas políticas foram substituídas nos fascismos, mas as estratégias de arregimentação e barganha poderiam continuar as mesmas, porém de maneira extremada, ou seja, pelo uso político da violência e da influência econômica.

Ao fazer aproximação entre "*regimen* fascista, integralismo e hitlerismo", defendia que estes se distinguiam do liberalismo por distribuírem direitos àqueles aptos a recebê-los.[997] A afirmação desta especificidade aponta para dois vetores importantes na teoria de Reale: sua inclinação ao corporativismo, por tecer esta distinção entre os grupos profissionais e; em via oposta, sua concepção aristocrática de poder, ao recusar direitos iguais a pessoas com capacidade distintas de exercê-lo. Inserido neste último aspecto, emergia o antissemitismo, em menor intensidade em relação ao demonstrado por Barroso, mas ainda assim evidente.

O judeu, em suas palavras, desde o início do descobrimento do território brasileiro exerceu grande poder. Mas, ao contrário de Barroso, na narrativa de Reale, o elemento semita foi de grande valia, desenvolvendo a agricultura. Além disto, foram notáveis nas atividades relacionadas ao centro da economia capitalista, aspecto pelo qual Reale entendia ser o judeu a mola propulsora da política burguesa. Em função deste papel proeminente atribuído, o autor recordava que Barroso chamava-o de "judeuzinho", isto se dava também, diante da

[996] Idem, 99.
[997] Idem, 100.

contraposição de Reale a algumas ideias antissemitas sustentadas pelo líder de milícias da AIB[998].

Porém, os aspectos positivos do judeu não vão além destes pontos. Em suas obras não há referência constantes em relação ao elemento semita, com exceção de *O Capitalismo Internacional*[999]. Nesta, havia não somente a associação dos judeus às atividades capitalistas, mas a afirmação destes como centralizadores das finanças mundiais. A partir as características citadas, o judeu é, igualmente, relacionado às práticas corruptoras.

> Lembremos ainda, a exploração das minas européias, como no caso dos Fuggers; mais tarde, o encontro dos metais preciosos na América; a ação dos judeus mercadejando o ouro em verdadeiras federações internacionais; e, por fim, a corrupção dos misteres e ofícios permitindo a aplicação dos fundos das corporações fora do espírito medieval de equilíbrio e moderação.[1000]

No entanto, o antissemitismo é um aspecto secundário à teoria de Miguel Reale para a AIB. O valor do Secretário de Doutrinas no interior do movimento é reconhecido por sistematizar o Estado Integralista em formato corporativo. Parte deste interesse, indubitavelmente, deriva-se de sua atenção aos regimes fascistas europeus. Ao comparar as comunas medievais com as corporações mantidas pelos fascismos italiano e alemão, Reale teceu o esboço de seu Estado Moderno.

Neste exercício, considerava que o corporativismo fascista foi mais abrangente em relação às comunas medievais, haja vista a municipalidade destas em contraste com a sindicalização ligada diretamente ao Estado fascista a formar a partir das corporações modernas, instituições estatais. Por ser detentor, segundo Reale, dos interesses gerais da nação, as novas corporações não seriam regidas pelo mestre de ofício, mas "(...) mediante a *colaboração* do Capital, da Técnica e do trabalho, colocados todos no mesmo plano"[1001].

---

[998] REALE, Miguel. *Memórias: Destinos Cruzados.* Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987. p. 99.
[999] _____. "O Capitalismo Internacional". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983 (primeira edição de 1935).
[1000] Idem, p. 184.
[1001] REALE, Miguel. "Formação da Política Burguesa". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo I. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 156 (grifo meu).

Assim, em sua projeção de Estado Reale identificava as classes, mas não as colocava em conflito.

Ao articular as bases para o Estado corporativo, havia a oposição ao socialismo e ao liberalismo enquanto doutrinas e formas de governo. O primeiro quesito a ser cumprido após a consolidação do Estado corporativo seria a dissolução dos partidos políticos, substituídos pela representação profissional, inerente à estrutura sindical. A representação política assumiria "(...) outra organização e outro espírito."[1002] A principal crítica de Reale ao liberalismo residia no particularismo, e no risco de fragmentação territorial, haja vista os interesses locais prevalecerem sobre as demandas nacionais. "Para satisfazermos às exigências de um problema particular, desarticulamos as parcelas, fragmentamos o todo nacional, criando 21 Nações dentro da Nação."[1003]

Quanto ao comunismo, Reale atribuía o status de prática descolada da teoria. Em suas palavras, ao propor a libertação do trabalhador, o comunismo intensifica sua exploração, ao concentrar o número de exploradores. O Estado transformava-se no lugar da casta de privilegiados, cercada pelo contingente oprimido. Em oposição à teoria, Reale entendia o comunismo como a mecanização do trabalho.

> O integralismo combate o bolchevismo, porque o bolchevismo cria uma casta de exploradores do Trabalho em nome de uma doutrina negada pela experiência; - (...) – porque tudo isso é feito sem resultado prático, com diminuição do nível de produção e sem melhoria das massas trabalhadoras, escravas do Estado Único Patrão.[1004]

Acentuados o caráter individualista e intensificação da exploração do trabalhador, liberalismo e comunismo colocariam a existência da família cristã em risco de desestruturação. Por buscar a defesa desta, o integralismo forneceria oposição e alternativa às formas de governo liberais e socialistas. Assim, "O Estado Integralista combaterá todos os

---

[1002] _____. "Perspectivas Integralistas". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 64 (primeira edição de 1935).
[1003] _____. "ABC do Integralismo". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 166 (primeira edição de 1935).
[1004] _____. "Perspectivas Integralistas". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 29.

fatores que desagregam a família."[1005] Reale entrava em consonância à prédicas da Encíclica *Rerum Novarum* em seu esforço de zelar pela manutenção da família. Segundo a carta papal: "Querer, pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto."[1006]

Concomitante à proteção da família, Reale flertava com a Igreja quando dissertava sobre a relação que o Estado deveria manter com a religião. Em um país majoritariamente católico isto agradava à hierarquia eclesiástica, porém, quando estas concepções entravam em choque, Reale explicitava sua preferência pelo Estado.

> O Estado e as religiões devem agir de comum acordo, como forças paralelas. Nas questões mistas, meu ponto de vista pessoal: pela supremacia da *autoridade do Estado*, de acordo com as aspirações nacionais que lhe cumpre interpretar e dirigir, mantendo-se intangível, é claro, o campo da consciência e dos valores religiosos.[1007]

Embora utilizasse "religiões", de forma genérica, para expor sua opinião sobre a forma como o Estado deveria se comportar diante dos assuntos espirituais, Reale cobrava do integralista a crença em Deus. "O Integralismo exige que todo o camisa-verde seja espiritualista e fundamente no princípio de Deus todo o sistema da ordem social."[1008] A religiosidade tal como em Salgado e em Barroso, permeava a doutrina de Reale e encontrava limites tão somente no cristianismo: "É sobre o conceito do homem cristão – matéria e espírito, instinto e razão -, que devemos elevar o edifício do Estado cristão."[1009] Foi escorado na doutrina cristã que Reale fundamentou seu código hierárquico e a estrutura social para o Estado Integral. Segundo o Secretário de doutrina, devem ser respeitados os limites entre o poder secular e o temporal.

[1005] Idem, p. 21.

[1006] Disponível em http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html. Acesso em 16 dez. 2012.

[1007] REALE, Miguel. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 139 (grifo do original).

[1008] _____. "Perspectivas Integralistas". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 34.

[1009] _____. "Atualidades Brasileiras". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 84. (primeira edição de 1937)

> Nesse sentido de conquista da liberdade, de conquista individual e de conquista social, é que reside o caráter especificamente diferente do Integralismo brasileiro, que assim como sabe distinguir o reino de Cristo do reino de César, também sabe distinguir a pessoa física de César da pessoal jurídica do Estado.[1010]

Assim como o Estado Integral, o movimento integralista não poderia confundir-se com a imagem de uma pessoa, nas palavras de Reale. O líder é parte da hierarquia que irá organizar o Estado escalonadamente. A disciplina e a ordem seriam as pedras de toque para o transplante do integralismo de movimento para a institucionalização estatal. "Quem ordena de qualquer forma se prolonga até a pessoa que recebe a palavra de comando."[1011] Se quem recebe a ordem tem o dever de cumpri-la, desde que não fira os valores da moral cristã, quem dá a ordem tem o dever de ter coerência entre a função dada e as capacidades de quem irá executá-lo. Este modelo vertical esteve presente na confecção do Estado Moderno de Reale.

Ancorado na estrutura corporativa, a representatividade se faria com os votos dos sindicatos locais, com grande participação dos afiliados ao eleger seu porta-voz. Ao galgar o degrau seguinte, o eleito pelas bases votaria nas demandas de seus representados, e estas, por fim, seriam entreguem ao líder, com o poder de veto ou aprovação: esta seria a Democracia Integral. Para Reale, o integralismo, "(...), é o movimento que procura lançar a base do único *regimen* democrático possível, isto é daquele que combina o critério geográfico com o grupalismo, tomando este último em uma extensão mais alta, sem partir apenas do indivíduo."[1012] Deste modo, cada indivíduo, ou grupo estaria munido do direito que estava capacitado a exercê-lo.

Para Reale, era estéril oferecer ferramentas às "massas incultas", desprovidas do conhecimento do melhor uso e proveito que estavam munidas – assim ocorria com o voto. Antes, era necessário instrumentalizar a população, através da "democracia integral", com os

---

[1010] Idem, ibidem.
[1011] Idem, p. 85.
[1012] REALE, Miguel. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 152.

patamares inferiores aprendendo com os superiores as fórmulas do bem governar. Dizia ele: "No *regimen* fascista, integralista ou hitlerista, o individuo deve exercer direitos até onde sua capacidade permite."[1013]

Deste modo, o integralismo não se limitaria apenas ao governo, mas à instrução e difusão da "cultura", para assim promover a formação de novos representantes no sistema corporativo a ser implantado. No entanto, este ensino ou difusão da cultura, seria intrínseco ao ofício do grupo sindical ao qual o indivíduo estaria ligado, pois "O desenvolvimento da indústria e o desenvolvimento econômico dos trabalhadores exigem ampla instrução profissional. É preciso que a fábrica não se separe da escola, assim como é preciso que o Capital não se separe do Trabalho."[1014]

Salvaguardadas as especificidades entre os movimentos, este modelo corporativo proposto por Reale e as formas de "transmissão da cultura", assemelhavam-se ao que era apresentado pelo Integralismo Lusitano, quando Sardinha elaborava seu próprio projeto para o Estado corporativo lusitano: "Entendemos, porém, como mais imperioso que a educação do operariado se subordine principalmente a um fim imediato, já com a intenção de lhe facilitar e desenvolver os progressos técnicos, já com a mira de lhe incutir a valer o amor da Profissão."[1015] Em relação à base corporativa, Reale, igualmente aproximava-se do movimento português, ao organizá-la sobre as municipalidades. Assim, o sindicato torna-se pessoa de direito público, ligada ao Estado, "Ao mesmo tempo, a corporação passa a ser órgão institucional do Estado, tanto como o município e a província."[1016]

Estas divisões e graus, embora apresentados verticalmente, não permitiam a intervenção, ao menos em teoria, de um patamar superior sobre o inferior, sob o risco de

---

[1013] Idem, p. 100.
[1014] REALE, Miguel. "Perspectivas Integralistas". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo III. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 32
[1015] SARDINHA, António. *Ao Ritmo da Ampulheta.* 2ª Ed. Lisboa: qp, 1978. p. 222-223.
[1016] REALE, Miguel. "O Estado Moderno". In. *Obras políticas (1ª fase – 1931-1937).* Tomo II. Brasília: Universidade de Brasília, 1983. p. 154.

repetir os erros personalistas apontados no regime liberal. Este aspecto era apontado por Reale como fundamental à unidade orgânica. "O todo não deve absorver as partes (*totalitarismo*), mas integrar os valores comuns respeitando os valores específicos e exclusivos (*integralismo*)."[1017]

Nesta perspectiva, mesmo diante do Estado centralizado e forte, a iniciativa privada seria preservada, pois era entendida como a forma produtiva mais eficaz, em detrimento ao desenvolvimento econômico da URSS. De mesmo modo, se conservaria a autonomia das repartições administrativas governamentais. No entanto, Reale demonstrava pouco conhecimento às formas de funcionamento dos regimes fascistas italiano e alemão, ou necessitava de escamoteá-las, ao atribuir-lhes características de não intervencionismo. "O Integralismo, como o Fascismo e o Nacional-Socialismo não estabelece *a priori* os casos de intervencionismo dos órgãos governamentais."[1018]

Os modelos de Estado ideal de Reale prestigiavam mais ao poder do Estado centralizado, que a postura ideológica. Entre os exemplos apontados pelo autor sobressaltavam-se os fascistas, porém, os EUA de Roosevelt também constavam entre os comentários elogiosos. "A experiência maravilhosa que se processa na América do Norte (...) sob inspiração do presidente Roosevelt, não foge ao ritmo fascista ou integralista"[1019]. Deste modo, para Reale, o presidente dos EUA poderia ser inserido ao grupo dos fascistas e integralistas, sem qualquer contradição em relação às opções de preservação ou combate à democracia, por exemplo.

Em mesma obra, a confusão quanto aos modelos escolhidos se agravava quando Stalin inseria-se também ao miscigenado grupo construído por Reale: "Chama-se Fascismo e Nazismo, Integralismo e Rooseveltismo, e tende a inspirar cada vez mais a obra de Stalin que

[1017] Idem, p. 132.
[1018] Idem, p. 143.
[1019] Idem, p. 148.

os Trotskystas já acusam de social patriotismo."[1020] Associando o corporativismo ao Estado forte, e as figuras de Mussolini, Hitler e Stalin à oposição ao liberalismo, torna-se possível compreender a posição que Reale buscava alcançar, ao somar personalidades de perfis ideológicos tão heteróclitos. A prioridade de Reale era a abolição do liberalismo, e isto era explicitado pela intensidade e recorrência de críticas à democracia liberal, mais frequentes quando comparadas aos ataques ao socialismo, o comunismo ou ao bolchevismo, conforme ele os denominava.

Embora Reale entendesse tal como Salgado e Barroso, que o liberalismo e o comunismo foram concebidos de matriz comum, é evidenciada em suas obras uma carga maior reservada para abater o liberalismo. Isto não quer dizer que Reale preservasse algum laço com o socialismo. Porém, ancorada ao modelo de Estado constituído por Stalin e Roosevelt, pontos fora da curva em relação aos regimes fascistas, torna-se clara a oposição do secretário de doutrina da AIB ao livre mercado e ao sufrágio universal, pilares do liberalismo econômico e político.

[1020] Idem, p. 115.

CONCLUSÃO

Esta tese buscou distanciar-se da interpretação do integralismo brasileiro como espécie de fascismo nos trópicos ou que teria tido seu projeto configurado somente a partir das observações de Plínio Salgado em sua viagem à Europa[1021]. A crítica a estas análises é feita porque elas desconsideraram o trânsito de ideias através de cartas, revistas, jornais entre os intelectuais conservadores e/ou de extrema direita nas décadas de 1920 e 1930.

Deste modo, acredito oferecer alternativa às formas como são compreendidos e analisados os diálogos políticos estabelecidos entre intelectuais conservadores e/ou que partilhavam de projetos autoritários. Deve ser destacado o quadro ideológico dinâmico que estes indivíduos se inseriam. Portanto, não deve ser espantoso encontrar futuros integralistas (lusitanos ou brasileiros) em grupos anarquistas ou socialistas, ou desenvolvendo em décadas anteriores, concepções que flertavam com o pensamento de esquerda.

Logo, por exceder os limites da AIB enquanto objeto de pesquisa, ou da história dos integralismos, e lançar-se sobre as trajetórias anteriores, tem a percepção de que os intelectuais não são estanques, mas "arredios" a classificações genéricas ou abrangentes. Torna-se obrigatório ao estabelecer a afirmação de se o intelectual é: de direita ou esquerda, liberal ou autoritário, radical ou moderado, a referência do contexto temporal, de qual o lugar que aquele indivíduo ocupava no cenário político em determinado recorte.

Outra vantagem que a tese buscou proporcionar é o destaque que a circulação e compartilhamento de ideias possuíam entre os grupos, enfatizando a escala transnacional. Para se fugir do binômio integralismo-fascismo, foi fundamental estabelecer eixos de análise

---

[1021] Trabalhos que caminham na contra mão da tese sustentada por mim são: BATISTA, Alexandre Blankl. "*Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias de Brito por Plínio Salgado*. Porto Alegre: dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006; GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012; Ferreira, Laís Mônica Reis. Integralismo na Bahia: gênero, educação e assistência social em *O Imparcial*: 1933-1937 / Laís Mônica Reis Ferreira. – Salvador: EDUFBA, 2009; entre outros.

externos às interpretações historiográficas já consolidadas sobre o objeto, mas, além disso, fugir do lugar comum de entender fórmulas autoritárias surgidas entre os anos 1920-1930 como obrigatoriamente associadas aos grupos fascistas de Itália e Alemanha. Em suma, obras, artigos, correspondências portadoras de pensamentos e materiais ideológicos tinha intensa circulação entre portugueses e brasileiros, portugueses e franceses, e franceses e brasileiros. Compreender a apropriação de ideias através da unilateralidade torna-se assim inviável, após estas considerações.

A fluidez que os capítulos da tese se desenvolvem revela a necessidade de abandonar estruturas de análises rígidas, pois estas poderiam prejudicar o exame acerca do intercâmbio das ideias entre os integrantes dos três grupos analisados. A dificuldade se deu pela intensidade destes diálogos, sejam de maneira direta ou por referências. Sendo assim, a possibilidade de detalhar um movimento revestido de seus projetos, independente do outro foi descarta, para se adotar a posição plural e relacional de formulação das concepções e projetos políticos.

Em linhas gerais, as análises anteriormente elaboradas e aqui criticadas, ofereciam um "atalho" ao examinarem as posições autoritárias como sinônimos de fascistas e acreditarem que o contato entre ideologias autoritárias e/ou conservadoras só teriam se realizado *in loco,* o que se demonstra inverossímil diante da consulta das fontes. Afinal, na interpretação até o momento corrente, a "ida [de Plinio Salgado] à Europa (...) foi um momento de relevância para o surgimento oficial do integralismo, (...)"[1022].

Esta tese procurou sugerir que qualquer tentativa de compreender a formação de culturas políticas ou mesmo de projetos, como foi o caso da AIB, de forma unilateral, só pode incorrer em procedimentos e conclusões arbitrárias. Como propõe Serge Gruzinski "que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas, (...), o que implica que as

[1022] GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012, p. 190.

histórias só podem ser múltiplas – ao invés de falar de uma história única e unificada com 'h' maiúsculo."[1023] Assim, foi através dos exames de periódicos, principalmente revistas e jornais, que contavam com a participação dos futuros membros da AIB, e dos já organizados integralistas lusitanos é que se alcançou a sistematização da hipótese defendida, de um intercâmbio entre os dois movimentos.

Entre estes documentos foi possível destacar a *América Brasileira*, periódico de Elísio de Carvalho, sediado no Rio de Janeiro entre os primeiros anos da década de 1920, de inclinação ao conservadorismo e contrário ao liberalismo e, em Portugal, a revista *Nação Portuguesa*, um dos veículos principais para a informação e doutrina do IL.

Destes exames detectou-se entre outros aspectos, a presença de futuros membros ou simpatizantes da AIB na revista de Elísio de Carvalho; e o progressivo diálogo entre esta e a revista do IL. Assim, arrefeceu-se a conclusão de que a AIB fincou seu gérmen a partir da viagem de Plínio Salgado à Europa. Gustavo Barroso, membro colaborador de *América Brasileira*, já possuía conhecimento do IL ainda nos anos 1920, e revelava em suas obras, na década de 1930, ter conhecimento do Nacional Sindicalismo.

Percebe-se que a AIB não sofreu influência apenas dos fascismos, com destaque ao italiano e o alemão, mas de uma série de outras referências que embora igualmente autoritárias, estiveram fora do raio de ação dos regimes de Mussolini e Hitler até certo momento, pelo simples fato de serem anteriores a estes. Estes são alguns dos aspectos que a tese oferece como enriquecimento à discussão para estudos sobre o integralismo.

Em relação ao objeto de pesquisa, trabalhos que oferecem fundamentos relevantes para a historiografia sobre o integralismo são apresentados com regularidade por investigadores portugueses[1024] e brasileiros[1025]. O marco inicial desses estudos pode ser

---

[1023] GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*". In. Topoi, Rio de Janeiro, mar., 2001. p. 176.

[1024] CRUZ, Manuel Braga da. "As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo II". In. *Analise Social.* Vol. XIV (55), 1978;_____. "O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo". In. *Analise Social.*

estabelecido pelo trabalho de Carlos Ferrão, em 1964. Ainda que com um forte caráter político-polemista e de combate ao IL, Ferrão[1026] contribuiu definitivamente para que no fim dos anos 1960 os estudos historiográficos sobre o objeto começassem a se delinear. Apesar do estabelecimento desse marco inicial e do fato de que uma promissora oferta para novas pesquisas tenha se desenvolvido, há ainda uma timidez analítica nos estudos produzidos. Antonio Costa Pinto fez apontamentos neste sentido em relação ao estado da arte sobre o Integralismo Lusitano. Diz ele: "(...), quase todas as obras sobre o período se limitam a recensear o projecto integralista, apresentando lateralmente a sua actuação no campo político. Apenas João Medina, António José Telo e Manuel Braga da Cruz ensaiaram uma proposta analítica."[1027] Embora escrito isso em artigo de 1983, de certo modo, a afirmação ainda continua vigente.

No Brasil, as pesquisas sobre a Ação Integralista Brasileira começaram nos anos 1970 com Hélgio Trindade[1028], e tomaram projeção diante do debate estabelecido entre o autor

---

Vol. XVIII (70), 1982; BARREIRA, Cecília. "Três Nótulas sobre o Integralismo Lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas paginas da 'Nação Portuguesa'", 1914-1926). *Análise Social*, vol. XVIII, 1982; CARDOSO, Miguel Esteves. "Misticismo e ideologia no contexto de cultura portuguesa: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano". in. *Análise Social.* Vol. XVIII, 1982. CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesas II.* Lisboa: Universidade Aberta, 1996. Entre outros de extensa lista.

[1025]CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade do capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978; ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1987; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990._____. "A Educação no Projeto Integralista". In. DOTTA, Renato Alencar [et. al.] (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004; BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943.* São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998; BATISTA, Alexandre Blankl. "*Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias de Brito por Plínio Salgado.* Porto Alegre: dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006. CALIL, Gilberto Grassi. *A Nova face do Verde*: o integralismo no pós-guerra e a criação do PRP. Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado pela PUC-RS, 1998. _____. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIUCRS, 2001; CAZETTA, Felipe. *Fascismo e Autoritarismo: Entre a cruz, a suástica e o caboclo – Fundações do pensamento político de Plínio Salgado.* Juiz de Fora: dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (dissertação), 2011. Entre outros de extensa lista.

[1026] FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e a República: autópsia de um mito*. Lisboa: Inquérito, 1964.

[1027]PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º. P. 1410.

[1028]TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

gaúcho e José Chasin[1029]. De lá para cá as investigações sobre a Ação Integralista e suas correlações adquiriram importância no meio acadêmico assumindo aspecto de campo consolidado na historiografia.

Diante deste panorama apresentado de maneira breve, percebe-se que as primeiras investigações sobre o objeto de pesquisa contam com mais de meio século. Portanto, seria demasiadamente pretensioso afirmar que o meu trabalho possui alguma inovação enquanto levantamento de fontes. Os arquivos visitados para estas análises são os mesmos ou, possivelmente, em menor número, que os frequentados por Carlos Ferrão em Portugal e Hélgio Trindade, pioneiros respectivamente nas pesquisas sobre o IL e a AIB. Deste modo, expõe-se a dívida que se tem com os trabalhos anteriores.

A contribuição que se busca oferecer se faz no tratamento das fontes e na análise das mesmas. Conforme dito ao longo da tese, ressaltada a importância das investigações anteriores sobre os integralismos e o Nacional Sindicalismo, os esforços que exploram o contato entre o movimento brasileiro com os portugueses ainda são raros[1030] e, salvo melhor juízo, manifestados com maior intensidade por pesquisadores brasileiros em detrimento dos portugueses.

A iniciativa de buscar relação entre os integralismos, com certa frequência, centra-se no protagonismo de Plínio Salgado e seu contato com o Nacional Sindicalismo, com abordagem frouxa aos aspectos teóricos e doutrinários partilhados pelo IL, pelo N/S e pela AIB. É neste sentido que se considera que esta tese presta a sua contribuição, no intuito de abrir maiores espaços para pesquisas com o objetivo de explorar o diálogo entre movimentos

---

[1029] CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade do capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

[1030] BERTONHA, João Fabio. "Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)". In. *Análise Social,* vol. XLVI, 2011; SILVA, Giselda Brito. "Intelectuais Católicos na promoção das ideologias integralistas no Brasil e em Portugal". In. Memória e História: V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História. Recife, UFPE, 10 a 15 de outubro de 2004; GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

de extrema-direita do período entre guerras que excedem os limites previsíveis com os fascismos italiano e alemão, e ao adentrar no campo ideológico e doutrinário destes grupos.

Sob tal perspectiva as pesquisas se fizeram, nesta tese, com o anseio de tornar mais robusto o nó que vincula os movimentos integralistas português (e o Nacional Sindicalismo) e brasileiro. O corporativismo foi o aspecto mais evidentemente adotado como divisor comum entre as três instâncias de análise. Com maior ou menor proximidade, os movimentos em questão flertaram com o municipalismo, e com um modelo de Estado orgânico, seja ele Monárquico ou Republicano. Em outros termos, todos optaram em algum momento das respectivas trajetórias políticas pelo lema: "Estado descentralizado administrativamente e centralizado politicamente."

Salvaguardadas as especificidades geracionais o Estado orgânico assumiu função estruturante para o Integralismo Lusitano. No intuito de arquitetar modelo ideal de Monarquia corporativa o IL constituiu uma narrativa histórica que legitimava seus projetos e cooptou para sua doutrina personagens anteriores ao surgimento do movimento, com o objetivo de tingir de nacionalismo a teoria que apresentou semelhanças sensíveis com *l'Action Française.* Deste modo, o desenho municipalista contido no projeto de Monarquia orgânica assumiu no IL a posição de norteador político.

É necessário frisar que o corporativismo foi o "núcleo duro" do movimento até a dissolução da Junta Central, polo doutrinário do Integralismo Lusitano. Isso não significa que não tenha havido diferenças entre as gerações. Estas foram sublinhadas, num primeiro momento, pelas questões diplomáticas que fragilizaram a Coroa portuguesa entre os fins do século XIX e primeira década do XX, com a proclamação da República; e posteriormente com as consequências a Grande Guerra.

A perspectiva de construção de uma monarquia com características herdadas do passado medieval lusitano progressivamente perdeu espaço com a radicalização de extrema-

direita insurgente no pós-1918, inspirada, principalmente pelos movimentos e regimes fascistas. Todavia, não se constatou ao longo da pesquisa, salvo melhor juízo, substituição completa de um modelo pelo outro. Em outras palavras, diluída a Junta Central e inspirados por anseios fascizantes, alguns elementos do integralismo conservaram os projetos da primeira fase do IL, enquanto António Sardinha, principal mentor do movimento, ainda estava vivo.

No Nacional Sindicalismo, por outro lado, a questão de regime perdeu espaço para a projeção de um homem-providencial, "condutor das massas", mais permeável às influências fascistas, o que não implicou em abandono do corporativismo. O movimento de Rolão Preto buscou dedicar-se à mobilização popular, centrando-se nas classes médias[1031]. Diante das crises presentes na década de 1920, Preto abandonou o projeto de descentralização administrativa, lançado pelo IL, para defender proposta ativa e intervencionista à distribuição de crédito e defesa das classes médias.

Igualmente ao IL, recorria a um passado forjado para estruturar suas intenções. Assim, Rolão Preto distinguia as classes médias apontadas como protagonistas de seus projetos políticos, da burguesia capitalista. Esta última, para o líder do Nacional Sindicalismo, amesquinhou-se com os assuntos econômicos e abandonou sua função social no Estado corporativo[1032]. Deste modo, o N/S, por herdar parte considerável das fileiras do IL, preservou, em certa medida, a retórica corporativa. Porém, em vista da permeabilidade oferecida ao fascismo, diferenciou-se do movimento de António Sardinha, pela indiferença à questão do regime, pelo caráter mobilizador, em oposição ao aristocratismo que os integralistas eram revestidos.

A Ação Integralista Brasileira possuiu pontos de contato tanto com o IL quanto com o N/S. A AIB, tal como ambos os movimentos portugueses, fez oposição ao liberalismo em seu

[1031] Cf.: PRETO, Rolão. *Justiça!*. Lisboa: s/e, 1936. p. 81.
[1032] Idem, p. 17.

formato político e econômico, ao abordar o comunismo e o capitalismo liberal como duas faces de um mesmo corpo. Em parte, este divisor comum se deve à influência sofrida pelos movimentos analisados, proveniente da Encíclica *Rerum Novarum*, lançada ao fim do século XIX. A Carta papal contava com críticas ao capitalismo conforme se desenvolvia a exploração sobre os trabalhadores e classes mais modestas, todavia, abria igual frente de combate às ideologias de esquerdas, contrárias à propriedade privada. Deste modo, a Igreja lançava seu projeto respaldado no corporativismo, modelo partilhado, salvo as especificidades, pelos integralismos lusitano e brasileiro e pelo N/S.

As especificidades se fizeram em alguns aspectos teóricos e estéticos dos dois integralismos. Se o N/S não considerava claramente a questão de regime, tal como o IL enaltecia a monarquia orgânica, a opção da AIB, oficialmente, foi pelo Estado forte, porém republicano. Outra questão que afasta a AIB das semelhanças com o movimento de Sardinha foi a configuração de movimento de massas em amplitude nacional. Embora Plínio Salgado, chefe da AIB, nutrisse esperança de ter seu Estado composto por intelectuais e políticos[1033], o objetivo do AIB era arregimentar o maior número de indivíduos para suas fileiras, e a partir daí politizá-los de dentro para fora, no intuito de disseminar a doutrina do integralismo, comportamento contrário ao percebido no elitismo da primeira geração do IL.

Feita esta síntese sobre as características que unem ou distanciam os movimentos analisados, pode-se sugerir um o arranjo desta exposição seria o seguinte:

	Regime	**Mobilização de Massas**	**Encíclica Rerum Novarum**
Integralismo Lusitano	Monarquia orgânica	-	Presente
Nacional Sindicalismo	-	Presente	Presente
Ação	República	Presente	Presente

[1033] Cf.: SALGADO, Plínio. *Psicologia da Revolução.* In. Obras Completas. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955. p. 9.

Integralista Brasileira	corporativista		

Esta tese sustenta que a aproximação teórica e doutrinária entre os movimentos portugueses e a AIB foi decorrência do diálogo ocorrido entre lideranças dos grupos abrangidos pela pesquisa. Conforme apontado, referências ao corporativismo por lideranças da Ação Integralista Brasileira, de forma bastante próxima à vista em obras do IL forneciam estes indícios.

Quando se observa a trajetória das lideranças da AIB, com ênfase em sua produção bibliográfica ou em sua participação em periódicos, como jornais ou revistas, percebe-se contatos e referências destas com o IL, antes mesmo da formação da AIB. Notória foi a importância que a revista *América Brasileira* desempenhou no contato entre intelectuais portugueses e brasileiros, entre os quais estiveram os integralistas lusitanos e aqueles que viriam a compor os escalões mais altos da AIB.

Ao se detectar a participação de futuros membros da Ação Integralista na Revista América Brasileira que possuía fortes laços com os com autores da *Nação Portuguesa*, veículo de divulgação da doutrina do IL, os percursos para se demonstrar o contato destas duas frentes tornaram-se mais claro.

Além disso, houve outros "fios condutores" para o diálogo do conservadorismo de direita português e brasileiro nas décadas de 1910 e 1920. Entre estes, podem ser citadas a Ação Católica[1034] e a Questão Monárquica. A primeira existente de forma visível em Portugal e Brasil foi válida para fornecer pontos de contatos concretos entre as partes interessadas nos dois países. A Questão Monárquica, por sua vez, possuiu menor impacto no Brasil, nos primeiros anos do século XX, porém, foi importante para organizar e estabelecer conversação entre grupos radicais e conservadores como o Nacional Sindicalismo e a Ação Imperial

[1034] Cf.: MOURA, Carlos André. "Trocas culturais entre intelectuais portugueses e brasileiros durante o movimento de recatolização (1910 – 1942)". In. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Dialogo Social, ANPUH-RN. 22 a 26 de julho de 2013.

Patrianovista Brasileira, cuja principal liderança, Arlindo Veiga dos Santos, participou da Sociedade de Estudos Políticos (SEP), a antecâmara da AIB.

Deste modo, pode-se demonstrar que, diferentemente do que ainda se defende na historiografia contemporânea sobre a AIB, não foi necessário Plínio Salgado viajar para a Europa nos primeiros anos da década de 1930 para se estabelecer contato com as concepções conservadoras ou extremistas europeias. Estas circulavam no Brasil com certa regularidade em periódicos, grupos políticos e obras importadas de Portugal e França. O contato mais próximo de Salgado com as ideologias extremistas de direita acionaram o gatilho para o desenvolvimento do integralismo brasileiro. Diante da circulação das concepções radicais no Brasil, a viagem de Salgado representou o início do processo de radicalização, sendo o deflagrador para a formação da experiência extremista de direita de maior impacto no país. No entanto, a tese buscou demonstrar que Salgado esteve longe de ser o único canal de intercâmbio entre as concepções conservadoras e/ou autoritárias estrangeiras e os futuros membros da AIB.

A afirmação é confirmada ao percebermos a atuação de Gustavo Barroso, no início dos anos 1920, na já referida *América Brasileira*. A revista dirigida por Elysio de Carvalho desempenhava com maior vigor o conservadorismo, em detrimento do radicalismo ideológico. Todavia, parcela relevante dos colaboradores da *América Brasileira* nutria alguns pontos de contato para o desdobramento das concepções exacerbadas de direita, presenciadas na década seguinte, tais como a crítica ao liberalismo, de maneira geral, e ao socialismo.

Entretanto, não se pode, mecanicamente, associar o conservadorismo dos anos 1910 e 1920 aos movimentos de extrema-direita da década seguinte. Nem todos os autores que mantinham posições conservadoras em *América Brasileira* migraram para o integralismo ou para grupos congêneres. Por outro lado, tem-se casos como de Gustavo Barroso que no início do século XX se apresentava como um liberal, ainda que saudosista do período monárquico

ou de um feudalismo romântico[1035] e decodificou este conservadorismo em projeto político autoritário.

Na primeira metade da década de 1930, Barroso começou a apresentar elementos que indicavam o conhecimento do IL e do N/S. Em *Integralismo e Catolicismo*[1036] fez referência à proposta sustentada por António Sardinha, de consolidação de um *mare nostrum* Atlântico, emoldurado pelos territórios lusófilos. Porém, enquanto Sardinha atribuiu os entraves à execução do projeto aos Republicanos e, em certa medida, à maçonaria, Gustavo Barroso expunha seu antissemitismo, responsabilizando os judeus como principais obstáculos à formação deste "lago interior" de um grande Império. E em 1935[1037], com alguma imprecisão, por atribuir associação entre Salazar e o Nacional-Sindicalismo, Barroso revelava seu conhecimento sobre Rolão Preto, explicitando, senão diálogo, o contato com o movimento congênere português.

No que se referia ao modelo de Estado, Barroso apresentava termos próximos aos assinalados pelo corporativismo ensaiado pelo IL ao pretender "UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL por meio da completa *centralização política*, embora se proceda á maior *descentralização administrativa."*[1038]. Tal binômio de centralização política e descentralização administrativa é encontrado com regularidade nas propostas lançadas por Sardinha[1039] entre outros membros do Integralismo Lusitano.

Gustavo Barroso não foi o único eixo de diálogos entre os integralismos português e brasileiro e o movimento Nacional Sindicalista. Conforme já apresentado, Arlindo Veiga dos Santos, fundador da AIPB e participante da SEP, também nutriu contatos com o movimento

---

[1035] Cf.: BARROSO, Gustavo. *Terra de Sol.* 6ª (1ª ed. de 1912) .Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962. p. 112

[1036] _____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937. p. 39-40.

[1037] _____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935. p. 166.

[1038] BARROSO, Gustavo. *O que o Integralista Deve Saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935. p. 58 (grifo do original).

[1039] Cf.: SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

de Rolão Preto. Portanto, é razoável considerar Veiga dos Santos como possível canal de conversação entre os movimentos de Sardinha, Preto e Salgado.

Além desses pontos de contato, outro membro da AIB revelou estreitamento de posições em relação à doutrina do Estado orgânico, similar ao municipalismo luso integralista. Miguel Reale, ao discorrer sobre sua proposta política, evocou o Estado orgânico em termos vizinhos aos presentes nas propostas do IL, ainda que a configuração de movimento e modelo de Estado fosse distinta. Diante da permeabilidade que o corporativismo desfrutou na AIB e da semelhança que a família e a religiosidade assumiram em relação ao que foi visto no IL, estes pontos foram desenvolvidos na Manifesto Integralista de 1932 em termos próximos ao abordado no integralismo lusitano, conforme se pode constatar:

> **UNIDADE INTEGRAL DO BRASIL,** centralização política e descentralização administrativa mantida pelos municípios, onde os syndicatos elegem o Conselho Municipal e este indica o Prefeito ao orgam technico provincial (e **NÃO** 21 patrias diferentes, onde as olygarchias plutocráticas e vorazes começam a inocular no coração dos brasileiros o vírus de separatismo.)[1040]

A hipótese apresentada pela tese encontra sustentabilidade ao discorrer sobre a circulação de pensamentos, teorias e doutrinas conservadoras no Brasil, provenientes da Europa, entre estas, as colhidas pelo IL. A proximidade da língua e os laços históricos foram favoráveis ao diálogo das frentes reacionárias nos dois países, o que contribuiu para a formação de elementos doutrinários, ideias e projetos políticos correspondentes ao encontrados, durante a década de 1930, no revestimento das propostas da AIB. Ao destacarmos apenas a viagem de Salgado à Europa como elemento fundamental para a formação do integralismo brasileiro, desprezamos a circulação de textos e leituras recorrentes nos finais do XIX e início do século XX e o diálogo estabelecido entre os integralistas do Velho Mundo e a elite intelectual brasileira.

[1040] MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. ANNO II. n. 5. Segunda quinzena de Fevereiro de 1934. (Negrito do original). APHRC-FPS: cx: 131.021-131.038.

ANEXOS:

MARÇO, 1922 — ANNO I

AMERICA BRASILEIRA

ARTES & ARTISTAS

O Rio tem desde alguns dias um novo estabelecimento de arte, installado com intelligencia, á Praça Olavo Bilac, 11.

A nossa Capital, apezar dos seus fóros de civilisação e de cultura, ainda não possue galerias que deem a impressão de um meio onde as cousas de arte possuem a sua significação real de belleza e de carinho e exprimam o seu progresso intellectual. Afora a "Galeria Jorge", á rua do Rosario, fundada em 1908, não temos tido estabelecimentos que firmem, que o publico mantenha. Tempos houve em que se poderia citar além da "Galeria", e o "Petit Trianon". Depois este desappareceu, ficando, com o prestigio de sempre, a "maison d'art" do Sr. Jorge de Souza Freitas. Fazia-se, mister, mais um centro, onde amadores e artistas se communicassem, num permanente intercambio commercial e de esthetica. Esse centro estabeleceu agora o conhecido artista brasileiro Levino Fanzeres, inaugurando a Galeria da Praça Olavo Bilac, para onde já accorrem os nossos amadores de antiguidades e cousas de arte.

E' um estabelecimento capaz de bem servir ao publico, podendo-se nelle admirar obras de pintores antigos e modernos, moveis, objectos raros, preciosidades, porcelanas, marmores, tapetes, etc. Festejando a abertura da Galeria, o pintor consagrado do *Route de Sinanches* offereceu á *Associação Brasileira de Imprensa* cinco bonus da Independencia em beneficio da construcção da sua séde social.

AMERICA BRASILEIRA

CRITICA E ESTUDO DOS PROBLEMAS NACIONAES

DEFESA MILITAR E ECONOMICA

RESENHA DA VIDA INTERNACIONAL

SYNTHESE DAS POSSIBILIDADES E REALIZAÇÕES BRASILEIRAS

EXPOENTE DA CULTURA NACIONAL EM SUAS VARIAS MODALIDADES

Director
ELYSIO DE CARVALHO
Redactor chefe
THEOPHILO DE ALBUQUERQUE
Secretario da redacção
RENATO ALMEIDA
Redactor
CARLOS RUBENS

Collaboradores:

João Ribeiro, Alberto de Oliveira, Graça Aranha, Oliveira Vianna, Mario de Alencar, Celso Vieira, Alberto Faria, D. Julia Lopes de Almeida, Rodrigo Octavio, Victor Vianna, Capitão Genserico de Vasconcellos, Amadeu Amaral, Rocha Pombo, Tristão da Cunha, Affonso de E. Taunay, João Pinto da Silva, Mario da Silva, Mario Pinto Serva, Monteiro Lobato, Ronald de Carvalho, Carlos de Vasconcellos, Selda Potoca, Gustavo Barroso, Alvaro Moreyra, Octavio N. de Brito, Hildebrando Accioly, Severiano de Rezende, Léo Vaz, Claudio Ganas, Manoel Bandeira, Mucio Leão, Tristão de Athayde, Homéro Prates, Alves de Souza, Commandante Tancredo Burlamaqui, Nuno Pinheiro, Matheus de Albuquerque, Rodrigo Octavio Filho, Raul de Leoni, Carlos Pontes, Mario Simonsen, Ribas Carneiro, Rubens Barcellos, Felippe de Oliveira, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mario de Vasconcellos, Pontes de Miranda, Viriato Correia, Austregesilo de Athayde, S. Galeão Coutinho, Sergio Buarque de Hollanda, Annibal Fernandes, Claudio de Souza, Albertino Moreira, Menotti del Picchia, Carlos D. Fernandes, Bernardino de Souza, Mario de Vasconcellos, Jorge Jobim, Lima Barreto e outros nomes escolhidos entre os que illustram a nossa actualidade na sciencia, na litteratura, na politica e na economia.

"America Brasileira", publicação como até hoje não teve o Brasil, resolveu a questão de possuirmos uma grande revista de cultura e informação geral ao alcance de toda gente.

Assignatura annual para todo o Brasil
12 numeros..... 68000
Numero avulso do mez: 500 réis

Editora e proprietaria:
S. A. MONITOR MERCANTIL

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
RUA PRIMEIRO DE MARÇO, 96, 3.º
RIO DE JANEIRO
Tel. N. 6012 Caixa Postal 1223

Figura 1: Anexo 1 – Relação de colaboradores da América Brasileira (coluna do centro e canto superior direito).

FONTES E BIBLIOGRAFIAS:

I) Arquivos:

- Brasil:

Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP

Biblioteca Nacional (RJ)

Real Gabinete Português da Leitura

- Portugal:

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Biblioteca Nacional de Lisboa

Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espolio António Sardinha

Biblioteca da Universidade de Lisboa. Espolio Pinto Quartin.

II) Manuscritos:

CARVALHO, Elysio de. *Carta a Lima Barreto, comunicando a criação da Revista América Brasileira e pedindo colaboração.* Rio de Janeiro, 21 nov. 1921. Biblioteca Nacional. Manuscritos: Elysio de Carvalho, localização: I-06, 29.0299.

SALGADO, Plínio. *Nacional-Socialismo e Nacionalismo Cristão.* Arquivo Público e Histórico de Rio Claro-SP –Fundo Plínio Salgado: cx. 003.007.002.

III) Impressos:

- Brasil

MANIFESTO DO VERDE-AMARELISMO. In. *Correio Paulistano.* 17 de maio de 1929.

MANIFESTO DE 7 DE OUTUBRO

- Portugal

ARGLEBE, Max. 10 de março de 1940. In. A Situação Política Interna, a Causa Monárquica, os Alemães, o Dr. Jose de Oliveira Neves, o Alemão Georg Klos, os Monárquicos, Dr. Alfredo Pimenta e Hipólito Raposo, a Espionagem Alemã e a Actividade de Hanz Steinmetz, os Emigrados Políticos, os Judeus Refugiados no Vapor “Dora”, o Engenheiro de Minas

Charles Sidney Versey Brown, Oscar R. Sataler e a Situação da Espanha. 1940. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/AOS/D-G/8/3/1.

"Carta eviada a Sua Exª o Snr. Presidente da Reoública pelo chefe do N.S. Dr. Rolão Preto". 1931-05-01. p.1. Biblioteca da Universidade de Lisboa. Espólio César Oliveira. Cota: FG0049-CO49.

"Discurso do Chefe distrital de Braga Dr. Cerqueira Gomes". Barcelos, 14 de Janeiro de 1933. Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Cota: AOS/CO/PC-3F.

PRETO, Rolão. "Para Além dos Ódios Desvairados os Direitos Serenos da Jutiça". 01 de maio de 1934. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/PIDE/001/00589.

_____. "Nacional Sindicalismo: Camaradas". 20 de junho de 1934. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/PIDE/ 001/00593.

_____. "Nacional Sindicalismo". 10 de julho de 1934. Arquivo Nacional da Torre do Tombo: PT/TT/PIDE/001/00606.

IV)Publicações Periódicas:

Brasil:

América Brasileira: Resenha da Actividade Nacional. Ano 1-3. n. 1-36. Rio de Janeiro: 1922-1924.

MONITOR INTEGRALISTA: Boletim da Acção Integralista Brasileira. 1933-1937.

MONARQUIA: Órgão de Chefia Geral Patrianovista – Sem Rei não há União Nacional. São Paulo: caixa postal 8503, Director e Chefe Geral Patrianovista: Arlindo Veiga dos Santos, 1955.

Portugal:

A ACÇÃO TRADICIONALISTA PORTUGUESA. Lisboa: ATP, 30 de Dezembro de 1921, nº 22. p. 23. Biblioteca da Universidade de Lisboa. Espolio Pinto Quartin. Cota: PQ2708-J358.

Archivo Democrático. propr. Victor de Sousa ; dir. Feio Terenas. - A. 1, n. 1 (Ag. 1907)-a. 3, n. 34 (Out. 1911).

Archivo Republicano. Publicação mensal. Diretor e Proprietário Victor de Sousa, 1910.
Ordem Nova: revista anti- moderna; anti-liberal; anti-democrática; anti-burguesa e anti-bolchevista; contra-revolucionária; católica, apostólica e romana; monárquica; intolerante e intransigente; insolidária com escritores, jornalistas e quaisquer profissionais das letras, das artes e da imprensa. Ano I, nº 1-12. Jan. (1926) – Fev. (1927). Lisboa.

A Monarquia: Diario Integralista da Tarde. Director; Conde de Monsaraz; Redactor Chefe: João do Amaral. Lisboa. Universidade Católica Portuguesa, Biblioteca João Paulo II, Espólio António Sardinha. Cota: 5051.

NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Filosofia Política. Coimbra: 1ª série, 1914.

NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista. Lisboa: 2 série, 2 vol. 1922-1923.

NAÇÃO PORTUGUESA: Revista de Cultura Nacionalista. Lisboa: 3 série. 1924.

POLITICA: orgão da Junta Escolar de Lisboa do Integralismo Lusitano. Director: A. de Mendonça-Dias. Lisboa, 15 de Abril de 1929-31 de Dezembro de 1931. nº 1-17. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3861 B.

V) Obras Publicadas:

- Brasil:

BARROSO, Gustavo. *Coração da Europa.* Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1922.

_____. *O Integralismo de Norte a Sul.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

_____. *Brasil, Colônia de Banqueiros (História dos empréstimos de 1824 a 1934).* 3ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora LTDA, 1989. (primeira edição de 1934)

_____. *O que o Integralista deve saber.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1935.

_____. *O Quarto Império.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.

_____. *A História Secreta do Brasil.* Vol. 1. 1ª reedição. Porto Alegre: Revisão Editora, 1990. (primeira edição de 1936).

_____. *Integralismo e Catolicismo.* 2ª Ed. Rio de Janeiro: Empresa Editora ABC Limitada, 1937.

_____. *Coração de Menino: memórias.* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1939.

_____. *Liceu do Ceará: 2º vol. de "Memorias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1940.

_____. *Consulado da China: 3º vol. de "memórias".* Rio de Janeiro: Getúlio M. Costa, 1941.

_____. *Terra de Sol.* 6ª Ed. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

BRITO, Raimundo Farias de. *A Base Phisyca do Espírito.* Rio de Janeiro/São Paulo/Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1912.

_____. *A Verdade Como Regra das Ações.* Vol. 51. Brasília: Senado Federal, 2005.

_____. *O Mundo Interior: ensaio sobre os dados gerais da filosofia do espírito.* Vol.52. Brasília: Senado Federal, 2006.

FIGUEIREDO, Jackson de. *Literatura reaccionária.* Rio de Janeiro: Centro Dom Vital, 1924.

_____. *Correspondências.* Rio de Janeiro: Editora ABC, 1938.

PROTOCOLOS DOS SÁBIOS DE SIÃO. Tradução de Gustavo Barroso, Mimeo., 1936.

REALE, Miguel. *Obras Políticas (1 fase – 1931/1937).* Tomo I, II, III. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

_____. *Memórias: Destinos Cruzados.* Vol. 1. São Paulo: Editora Saraiva, 1987.

SALGADO, Plínio. *Viagens pelo Brasil.* in. *Obras Completas.* Vol. 4. São Paulo: Editôra das Américas, 1954.

_____. *Palavra Nova de Novos Tempos.* In. *Obras Completas.* Vol. 7. São Paulo: Editoras das Américas, 1955. (primeira edição de 1934).

_____. *Madrugada do Espírito.* In. *Obras Completas.* Vol. 7. São Paulo: Editora das Américas, 1955. (primeira edição de 1946).

_____. *Psicologia da Revolução.* In. Obras Completas. Vol.7 São Paulo: Editora das Américas, 1955. (primeira edição de 1933)

_____. *Páginas de Ontem*. In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955.

_____. *Doutrina do Sigma.* In. *Obras Completas.* Vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. (primeira edição de 1937).

_____. *Despertemos a Nação.* In. *Obras Completas.* vol. 10. São Paulo: Editôra das Américas, 1955. (primeira edição de 1935).

_____. *A Quarta Humanidade.* In. *Obras Completas.* vol. 5. São Paulo: Editôra das Américas, 1957.(primeira edição de 1934).

- França:

MAURRAS, Charles. *Quand les Française ne s'aimaient pas: chronique d'une Renaissance – 1895 – 1905.* 2 ed. Paris: Nouvelle Librarie Nationalle, 1916.

_____. *Devant l'Ennemi:* Les Conditions de la Victoire – Ministère et Parlement – de Septembre a fin Décembre 1915. Nouvelle Libraire Nationale, 1916.

_____. *Le Pape, la Guerre et la Paix.* Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1917.

_____. *Enquête sur la Monarchie.* 10 ed. Paris: Nouvelle Librairie Nationalle, 1925.

_____. *Les Conditions de la Victoire:La France se sauve elle-même – de Juillet a mi Novembre 1914*. Paris: Nouvelle Libraire Nationale, 1926.

- Portugal:

ASCENSÃO, Leão Ramos. *O Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edições Gama, 1943.

BRAGA, Luis de Almeida. *Integralismo Lusitano: conferências na Faculdade de S. Paulo, "Brazil".* Porto: Editor A.A. Aguiar, 1921. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: J.3603//1G.

_____. *Sob o Pendão Real.* Porto: Edições Gama, 1942.

GARRETT, J. B. Almeida. *Portugal na Balança da Europa; do que tem medo e do que bem lhe convem ser na nova ordem de coisas no mundo civilizado.* Londres: S.W. Sustance, 1830.

_____. *Discurso do Sr. Deputado J.B. Almeida Garrett à sessão de 8 de fevereiro de 1840.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1840.

_____. *O Romanceiro*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851.

HERCULANO, Alexandre. *O Bobo.* 24 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

_____. *Lendas e Narrativas.* 20 ed. Lisboa: Livraria Bertrand, s/d.

JUNTA CENTRAL DO INTEGRALISMO LUSITANO. *A Questão Dinástica: Documentos para a História.* Lisboa: Empresa Nacional de Indústrias Gráficas, Limitada. 1921. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G. 7504//15A.

MARIOTTE (pseud. De Padre Amadeu de Vasconcelos). *O Nacionalismo Racico do Integralismo Lusitano.* Lisboa: Edição do autor, 1917. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G.12034//12P.

MONSARAZ, Alberto (editor). *Cartilha Monarquica – Integralismo Lusitano*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 34953P.

_____. *Cartilha do Operário – Integralismo Lusitano.* Lisboa: Tipografia Soares & Guedes Ltd, 1919. Biblioteca Naciona de Lisboa. Cota: H.G. 1508//4P.

PIMENTA, Alfredo. *A Politica Monarchica.* Lisboa: Empresa Lusitana Editora, [1916?]. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota:S.C. 7012//3V.

PRETO, Rolão. *A Monarquia é a restauração da Inteligência.* Lisboa: Typographia Soares & Guedes, Limitada, 1920. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 17877P.

_____. *Balisas: Manual do Sindicalismo Organico.* Lisboa: Edição das Oficinas Graficas, 1920. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14190//11P.

_____. *Nacional Sindicalismo.* 2ª Ed. Lisboa: UP, 1925. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 42617P.

_____. *Para Além do Comunismo.* Coimbra: Edição da Junta Escolar de Coimbra do Integralismo Lusitano, 1932. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C.14180P.

_____. *Justiça!.* Lisboa: s/e, 1936.

_____. *O Fascismo: Artigos Ressuscitados de uma Antiga Polémica.* Guimarães: Minerva, 1939.

_____. *A Traição Burguesa.* Lisboa: Pro Domo, 1945.

QUENTAL, Antero de. "Carta Autobiographica*."* In. *Raios de extincta luz : poesias ineditas (1859-1863).* Lisboa : M. Gomes, 1892.

A QUESTÃO IBÉRICA. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 99231V.

REBELLO, José Pequito. *Cartilha do Lavrador.* Lisboa: Livraria Ferrin, 1921. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota A.H.S. 10

_____. *Terra Portuguesa (esboço duma doutrina agrária).* Lisboa: Ottosgrafica, 1929. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.22988 P.

SARDINHA, António. *La Alianza Peninsular.* Prólogo de Ramiro de Maeztu. Tradução para o espanhol de Marques de Quintanar, Conde de Santibañez Del Rio. Madri: Junta de Propaganda Patriótica y Ciudadana, impresso por Saez Hermanos, 1930.

_____. *Ao Princípio era o Verbo.* 2 ed. Vila Nova de Famalicão: Edições Gama, impresso em Grandes Oficinas Gráficas "Minerva" de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão, 1940.

_____. *Ao Ritmo da Ampulheta.* Lisboa: qp, 1978.

RAPOSO, Hipólito. *Dois Nacionalismos: L'Action Française e o Integralismo Lusitano.* Lisboa: Livraria Ferrin, 1929.

VI)Bibliografia:

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução:* O Integralismo de Plínio Salgado. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1987.

BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Integralismo e ideologia autocrática chauvinista e regressiva: críticas aos herdeiros do sigma.* Marília: Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2012,

BARBOSA, José Plácido Machado. *Para além da Revolução... A Revolução: Entrevistas com Rolão Preto.* Porto: Tip. "Aliança L.Da", 1940. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: H.G.26242P.

BARREIRA, Cecília. "Três Nótulas sobre o Integralismo Lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas paginas da 'Nação Portuguesa'", 1914-1926). *Análise Social,* vol. XVIII, 1982.

BATISTA, Alexandre Blankl. "*Mentores da Nacionalidade": a apropriação das obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres e Farias de Brito por Plínio Salgado.* Porto Alegre: dissertação de mestrado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2006.

BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar Gonzáles. "La 'sociabilidad' y la historia política. In. PEIRE, Jaime (comp.). *Actores, representaciones e imaginários: homenaje a François-Xavier Guerra.* Caseros: Eduntref, 2007.

BERNSTEIN, Serge. "A Cultura Política". In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRNELLI, Jean-François. *Para uma História Cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERTONHA, João Fábio. *Sob o signo do fascio: o fascismo, os imigrantes e o Brasil, 1922-1943.* São Paulo: Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História (IFCH/UNICAMP), 1998.

_____. "Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975)". In. *Análise Social,* vol. XLVI, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou O ofício de Historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Os Usos Sociais da Ciência: por uma sociologia clínica do campo científico.* Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

_____. "A Ilusão Biográfica" (p. 181- 189). In. FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. 8 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.

_____. *O Poder Simbólico.* 10 ed.. Tradução de Fernand Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Homo Academicus.* Tradução de Ione Ribeiro Valle e Nilto Valle. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CALIL, Gilberto Grassi. *A Nova face do Verde*: o integralismo no pós-guerra e a criação do PRP. Rio Grande do Sul: Dissertação de mestrado pela PUC-RS, 1998.

_____. *O Integralismo no Pós-Guerra*: A formação do PRP (1945-1950). Porto Alegre: EDIUCRS, 2001.

CARDOSO, Miguel Esteves. “Misticismo e ideologia no contexto de cultura portuguesa: a saudade, o sebastianismo e o integralismo lusitano”. in. *Análise Social.* Vol. XVIII, 1982.

CATROGA, Fernando & CARVALHO, Paulo A. M. Archer de. *Sociedade e Cultura Portuguesas II.* Lisboa: Universidade Aberta, 1996.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo*: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru, SP: EDUSC, 1990.

_____. “A Educação no Projeto Integralista”. In. DOTTA, Renato Alencar [et. al.] (orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

CAZETTA, Felipe. *Fascismo e Autoritarismo: Entre a cruz, a suástica e o caboclo – Fundações do pensamento político de Plínio Salgado.* Juiz de Fora: dissertação de mestrado para o Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (dissertação), 2011.

CHASIN, J.. *O Integralismo de Plínio Salgado:* forma de regressividade do capitalismo híper-tardio. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas LTDA, 1978.

CHARTIER, Roger. *A História Culutral: entre práticas e representações.* Tradução de Manuela Galhardo. 2 ed.. Lisboa: DIFEL, 2002.

_____. *Leituras e Leitores na França do Antigo Regime.* Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Apontamentos para uma crítica a Ação Integralista.* In. CHAUÍ, Marilena & Franco, Maria Sylvia de Carvalho. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *Breves Comentários sobre a Historiografia do integralismo no pós-guerra e o Cinquentenário de publicação da Enciclopédia do Integralismo.* in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária*: Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010.

CRESPO, Regina Aída. *Cultura e Política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938)*. in. Revista Brasileira de História. Vol. 45. n. 45. São Paulo: 2003.

CRUZ, Manuel Braga da. “As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo II”. In. *Analise Social.* Vol. XIV (55), 1978.

_____. “O Integralismo Lusitano nas origens do Salazarismo”. In. *Analise Social.* Vol. XVIII (70), 1982.

_____. “As elites católicas nos primórdios do Salazarismo”. In. *Analise Social.* Vol. XXVII (116-117), 1992.

DEVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925)*: Um Intelectual no Século. Lisboa: ICS, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. "Veiga dos Santos (1902-1978: 'Viva a nova monarquia brasileira; viva Dom Pedro III! '." In. Varia História, Belo Horizonte, vol. 22, nº. 36, p. 517-536, Jul./Dez, 2006

DOTTA, Renato Alencar. "O Trabalhador no discurso integralista." In. _____[et. al.]. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

FEBVRE, Lucien. *Martinho Lutero, um destino.* São Paulo: Três Estrelas, 2012.

FERRÃO, Carlos. *O Integralismo e a República: autópsia de um mito*. Lisboa: Inquérito, 1964.

FERREIRA, Maria Cláudia Cardoso. *"*A Trajetória de Veiga dos Santos e Correia Leite: dissensos e convergências na militância negra dos anos 1930." In. XXIX Encontro Anual da ANPOCS, 2005.

FERREIRA, Nuno Simão. *Alberto Monsaraz e a vaga dos nacionalismos e dos radicalismos políticos e autoritários europeus no pós- I Guerra Mundial: um rumo até o fascismo.* In. Lusíada. Série II, n.4. Universidade Lusíada: Lisboa, 2007 (267-337). Biblioteca Nacional. Cota: S.C. 132217V.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas.* Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de. "História, Historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões". In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: MAUAD, 2005.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *ENTRE BRASIL E PORTUGAL: TRAJETÓRIA E PENSAMENTO DE PLÍNIO SALGADO E A INFLUÊNCIA DO CONSERVADORISMO PORTUGUÊS*. São Paulo: Tese de doutoramento em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

GONÇALVES, Maria Odete Campos S. F. Cordeiro. *Nação e Portugalidade na Obra Literária de Luís de Almeida Braga.* Porto: Dissertação de Mestrado em Estudos Literários, Culturais e Interartes apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.

GONTIJO, Rebeca. "História, cultura, política e sociabilidade intelectual." In. SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda Baptista & GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *Culturas Políticas: ensaios de historia cultural, história política e ensino de história.* Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

GRUZINSKI, Serge. "Os mundos misturados da monarquia católica e outras *connected histories*". In. Topoi, Rio de Janeiro, mar., 2001.

HEINICH, Nathalie. *A Sociologia da Arte*. Tradução de Maria Angela Caselatto. Bauru: Edusc, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX – 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORKHEMER, Max & ADORNO, Theodor W.. "Projeto de pesquisa sobre antissemitismo: a idéia do projeto. Tradução de Deborah Christina Antunes. In. *Temáticas: Revista dos Pós-Graduandos eem Ciências Sociais.* 30 (39). Jan.-jul. 2012. P. 107-143.

JESUS, Carlos Gustavo Nóbrega. *Anti-semitismo e nacionalismo, negacionismo e memória: revisão Editora e as suas estratégias da intolerância (1987-2003).* São Paulo: Editora Unesp, 2006.

KUIN, Simon. "A Mocidade Portuguesa nos anos 30: anteprojetos e instauração de uma organização paramilitar da juventude. In. *Análise Social,* vol. XXVIII (122), 1993 (3.°), 555-588.

LABRIOLA, Arturo. *L'État et la crise: étude sur la dépression actuelle.* Paris: Libraire des Sciences Politiques et Sociales, 1933.

LABORIE, Pierre. "Memória e opinião". In: AZEVEDO, Cecília; ROLLEMBERG, Denise; KNAUSS, Paulo; BICALHO, Maria Fernanda & QUADRAT, Samantha Voz Quadrat (orgs). *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

LEAL, Ernesto Saturnino da Mesquita Castro. *Nação e Nacionalismo: A Cruzada Nuno Alvares Pereira e as origens simbólicas, ideológicas e políticas do Estado Novo (1890-1940).* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: Tese de Doutoramento em História Contemporânea, 1997. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: S.C. 80191V.

_____. "A Cruzada Nacional Nuno Álvares Pereira e as origens do Estado Novo". (p. 823-851). In. *Análise Social,* vol. XXXIII (148), 1998 (4).

LE BON, Gustave. *Psychologie des Foules*. Paris: Ancienne Librairie Germer Baillière ET cie, 1895.

LOPES, António Cordeiro. *O Pensamento e a Acção de João Ameal – um percurso antimoderno entre o integralismo e o salazarismo.* Lisboa: dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 1995. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.533350V.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras e (Re)Vista(s) do Brasil (1916-1944).* São Paulo: Editora UNESP, 2011.

MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky: o pensamento anti-semita de Gustavo Barroso.* Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.

MALATIAN, Teresa. *A ação imperial patrianovista brasileira*. São Paulo: dissertação de mestrado em História para a PUC/SP, 1978.

_____. *Império e missão: um novo monarquismo brasileiro*. São Paulo: Nacional, 2001.

MANNHEIM, Karl. *Sociologia da Cultura.* São Paulo: Perspectiva, 1974.

MARTINS, Fernando. "O Segundo Integralismo Lusitano e o Salazarismo: Origens, Decadência e Queda. in. SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira & PARADA, Mauríco B. Alvarez. *História da Política Autoritária: Integralismo - Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos.* Recife: Editora da UFRPE, 2010. (89-113).

MOISÉS, Massoud. *A Literatura Portuguesa.* 10 ed. São Paulo: Cultrix, 1972.

MÓNICA, Maria Filomena. "As Reformas Eleitorais no Constitucionalismo Monárquico (1852-1910). in. *Análise Social.* Vol. XXXI (139), 1996 - 5 º, p. 1039- 1084.

MORODO, Raúl. *Los Orígenes del Franquismo: Acción Española.* Madrid: Alianza Universidad, 1985.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda Contra o "Perigo Vermelho": O Anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

_____. "Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia". In. MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Culturas Políticas na História: Novos Estudos.* Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOURA, Carlos André. *Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a Política no Recife (1930-1937).* Recife: dissertação de mestrado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2010.

_____. "Trocas culturais entre intelectuais portugueses e brasileiros durante o movimento de recatolização (1910 – 1942)". In. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento Histórico e Dialogo Social, ANPUH-RN. 22 a 26 de julho de 2013.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos. "Notas sobre o anticomunismo integralista". In. DOTTA, Renato Alencar [et. al.]. *Integralismo: novos estudos e reinterpretações.* Rio Claro: Arquivo do Município, 2004.

PASSERON, Jean-Claude. *O Raciocínio Sociológico.* Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

PAXTON, Robert O.. *A Anatomia do Fascismo.* Tradução de Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. “A invenção da ordem: Intelectuais católicos no Brasil”. p. 33-49. In. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 19, n. 1, Jun. 2007.

PINTO, António Costa. *A Formação do Integralismo Lusitano*. (p. 1409-1419). in. *Análise Social*. Vol. XVIII (72-73-74), 1983 – 3º-4º-5º.

_____. “O Fascismo e a Crise da Primeira República: os nacionalistas lusitanos (1923-23)”. In. *Penélope. Fazer e Desfazer História.* , nº 3, jun. 1989.

_____. “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional” (p. 576-613). in. *Analise Social.* Vol. XXVII (116-117), 1992.

_____. *Os Camisas Azuis:* ideologias, elites e movimentos fascistas em Portugal – 1914-1945. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

_____. *“Caos e Ordem”*: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. in. SILVA, Giselda; Gonçalves, Leandro Pereira & PARADA, Maurício B. Alvarez (org.). *Histórias da Política Autoritária:* Integralismos-Nacional Sindicalismo-Nazismo-Fascismos. Recife: Editora da UFRPE, 2010 (p. 39-54).

PLEKHANOV, Guiorgui. *O Papel do Indivíduo na História.* São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PLUET-DESPATIN, Jacqueline. “Une Contribuition a l’Histoire dês Intellectueles: les revues”. In. *L’IHTP: sociabilités intellectueles – lieux, millieux, reséaux.* nº 20, mar. 1992, (p. 125-136).

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio.” In. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989.

POULAT, Emile. “Integralismo”. In. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionario de Política.* 12ª Ed. Brasilia: Editora Universidade de Brasilia, 1999. p. 635-636.

PRADO, António. *1922: Itinerário de uma falsa vanguarda – os dissidentes da Semana e o Integralismo.* São Paulo: Brasiliana, 1983.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. “*O Integralismo*, de Hélgio Trindade quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção”. In. Antíteses, v. 7, n. 14, p. 324-347, jul. - dez. 2014.

RAMOS, Rui. “As origens ideológicas da condenação das descobertas e conquistas em Herculano e Oliveira Martins”. In. *Análise Social.* Vol. XXXII, 1997.

_____. “Oligarquia e caciquismo em Oliveira Martins, Joaquín Costa e Gaetano Mosca”. In. *Análise Social.* Vol. XLI, 2006.

RELVAS, Susana Soares de Silva Rocha. *António Sardinha e suas relações culturais com a Espanha: “Pactos de Quinas y Flores de Lis” entre “os semeadores de Nacionalidade.”* Lisboa: Dissertação em Literatura Comparada Portuguesa e Espanhola para o Mestrado em

Literatura Comparada Portuguesa e Francesa (séculos XIX e XX) do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas, apresentada Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1998. Biblioteca Nacional de Lisboa. Cota: L.62184V.

ROSSELLI, Carlo. *Socialismo Liberal.* Tradução de Sérgio Barth. Brasília: Instituto Teotônio Vilela; Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

SANTOS, Miguel António Dias. *Antiliberalismo e contra-revolução na I República (1910-1919).* Coimbra: Tese de Doutoramento em História, 2009.

SARAIVA, Arnaldo. *Modernismo Brasileiro e Modernismo Português; Subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações.* Campinas (SP): Editoria da UNICAMP, 2004.

SCHMIDT, Patrícia. *Plínio Salgado*: o discurso integralista, a revolução espiritual e a ressurreição da nação. Florianópolis: Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

SERRA, José B. "Élites Locais e Competição Eleitoral em 1911". in. *Análise Social.* Vol. XXIII (95), 1987. p. 59-85

SERRÃO, Joel. "Do pensamento político-social de Antero Quental". In. *Análise Social,* vol. XVI, 1980.

SILVA, Armando B. Malheiro. "Uma experiência presidencialista em Portugal (1917-1918)". In. SZESZ, Christiane Marques [et. al.] (orgs.). *Portugal-Brasil no século XX: Sociedade, Cultura, Ideologia.* Bauru, SP: EDUSC, 2003.

SILVA, Giselda Brito. *A Lógica de Suspeição contra o Sigma:* discursos e polícia na repressão aos integralistas em Pernambuco. Recife: tese doutoramento para a UFPE, 2002.

_____. "Intelectuais Católicos na promoção das ideologias integralistas no Brasil e em Portugal". In. Memória e História: V Encontro Nordestino de História/V Encontro Estadual de História. Recife, UFPE, 10 a 15 de outubro de 2004.

SILVA, Hélio. *1938: Terrorismo em Campo Verde.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964

SIRINELLI, Jean-François. "Os Intelectuais". In. REMÓND, René (org.). *Por uma História Política.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/Editora da UFRJ, 1996.

SOARES, Maria Luisa de Castro. *Nas Encruzilhadas do Século XX: António Sardinha e Teixeira de Pascoaes.* Braga: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2007.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro.* São Paulo: Edusp, 2010.

TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos: Ensaios de História Política e Cultural.* 2ª Ed. revista. Vol. 1 e 2. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30).* São Paulo: Difel; Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1974.

VALENTE, Vasco Pulido. "Henrique Paiva Couceiro – um colonialista e um conservador". In. *Análise Social*, vol. XXXVI, 2001.

VALOIS, Georges. *Un nouvel age de l'humanité.* Paris: Librairie Valois, 1929.

VRBATA, Ales Tenório Luna. *La Philosophie Maurrasianne et les Modalités du Fascisme au Portugal*.(p.21-57) in. Kias Paper; Cabinet of Ibero-american Studies: Faculty of Humanities: University Hradec Králové, 2006.

WEBER, Eugen. *L'Action Française.* Paris: Libraire Arthème Fayard, 1985.

VII) Sites:

www.vatican.va. Acesso em 01de jun. 2010.
www.scielo.br/pdf%0D/rbh/v23n45/16525. Acesso em 24 de fev. 2010
http://fhs.uhk.cz/ibero/clanky/papers06.php. Acesso em 10 de fev. 2011
http://purl.pt/16587 . Acesso em 09 de jan. 2012.
http://www.integralismo.org.br/?cont=75 . Acesso em 16 out. 2012
purl.pt/16594 . Acesso em 04. dez. 2012.
http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html Acesso em 16 dez. 2012.
http://purl.pt/3470/4/l-8924-p_PDF/l-8924-p_PDF_01-B-R0150/l-8924-p_0000_capa-260_t01-B-R0150.pdf. Acesso em 31 de dez. 2012.
www.anped.org.br/reunioes/28/textos/GT02/GT02-1161--Int.rtf. Acesso em 29 jan. de 2013.
http://artes.com/sys/artista.php?op=manif&artid=19. Acesso em 29 de jan. 2013.
http://purl.pt/924. Acesso em 03 de fev. de 2013.
http://purl.pt/3. Acesso em 03 de fev. de 2013.
http://hal.inria.fr/docs/00/39/56/01/PDF/Doc_9_-_Maurras.pdf . Acesso em 05 fev. 2013.
http://www.filosofia.org/bol/bib/nb060.htm. Acesso em 13 de mar. de 2013.
http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=619&sid=213. Acesso em 04 abril de 2013.
http://ephemerajpp.files.wordpress.com/2011/12/pareceresedespachos145_br.jpg. Acesso em 20 nov. 2013.
http://www.oliveirasalazar.org/textos.asp?id=156. Acesso: 13 de maio. 2014.